UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Mito e autoria nas práticas letradas

Anderson de Carvalho Pereira
Orientadora: Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão
Preto da USP, como parte das
exigências para a obtenção do título de
Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP
2009

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, em meio impresso ou eletrônico, desde que fonte e autoria estejam devidamente citadas.

Capa: na sua saudosa **Ítaca** 377 x 372 - 13k -

gifnoticiasdoais.blogspot.com disponível em:

<http://images.google.com.br/images?gbv=2&hl=pt>

BR&q=%C3%ADtaca+odiss%C3%A9ia&sa=N&start=80&ndsp=20

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira, Anderson de Carvalho

Mito e autoria nas práticas letradas. Ribeirão Preto, 2009.

332p. : il. ; 30cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Tfouni, Leda Verdiani.

1. mito 2. autoria 3. discurso 4. narrativa 5. letramento

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pereira, Anderson de Carvalho

Mito e autoria nas práticas letradas

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP,
como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências, Área:
Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof.
Dr. _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof.
Dr. _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof.
Dr. _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof.
Dr. _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof.
Dr. _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Meus agradecimentos se dirigem:

Aos meus pais, pela impagável existência e aos meus irmãos, pelo apoio.

À Profa. Leda Verdiani Tfouni: por orientar este trabalho e pela parceria de longa jornada; pelo testemunho e pelo respeito ao meu tempo na interlocução acerca de temas que já lhe eram familiares quando cheguei como “estrangeiro” e *infans* para deles tratar e também pelo mérito em coordenar de forma coesa seu grupo de pesquisa e pelas contribuições à seriedade acadêmica no país.

À dona Madalena, pela participação nesta pesquisa como fonte viva e como colaboradora. Pela sua disposição, sua presença marcante e pelo seu acolhimento e de sua família (especialmente de sua filha Joana) nas sessões de contar histórias.

À tia-avó Antonieta e à “Verinha” por valorizarem aos seus modos o título de Doutor.

À Stella, pelo cuidado ao entrar no meu “infinito particular” sem o qual o escritor não é sujeito e o sujeito não é autor.

Ao amigo Dário Schezzi, pela ajuda inicial no registro em áudio de parte do material coletado, e também por (junto de sua mãe Zilma) oferecer acolhimento numa nova morada.

Aos amigos Rafael e Watarai, pela sobriedade da amizade e pelos momentos na república.

À Gislane, pela companhia nos instantes decisivos deste capítulo de minha trajetória.

Aos companheiros do grupo de pesquisa, por dividirmos debates e mergulhos no desconhecimento das questões comuns.

Aos funcionários da FFCLRP que constroem no cotidiano as condições necessárias para o trabalho de pesquisa. Especialmente ao Igor, pelas ajudas com o computador.

Aos colegas da Pós-Graduação, em especial aos que passam pela “caverna”.

Aos Professores Solange Maria Leda Gallo e Claudemir Belintane, pelas contribuições significativas e pelo cuidado na leitura do trabalho, na ocasião do Exame de Qualificação.

Ao professor Manoel Côrrea, pelos valiosos debates ao longo do curso por ele ministrado.

Às Professoras Marie-Anne Paveau e Sophie Moirand, pelo acolhimento e pela interlocução além-mar.

À Elaine Alves Cunha Oliveira, pela ajuda na revisão textual. À Grazielle, pela ajuda no resumo em inglês. À Débora e à Bel, pela amizade e pela ajuda na busca das “palavras ideais” no resumo em francês.

À FAPESP. Não apenas pelo apoio financeiro, mas pelas contribuições da assessoria, que me disponibilizou um trabalho dedicado, sério, que, resguardado pelo anonimato, também ajudou a dar a “cara” deste trabalho.

Este trabalho é dedicado a todos os atores, autores e personagens anônimos que fazem parte do que se denominou “sabedoria popular, cultura popular, saber oral, folclore, etc.”; universo sem pátria nem fronteira, simplesmente disperso e fascinante. Em especial, à Dona Madalena, personagem vivo do saber local e participante ativa das questões universais.

RESUMO

Pereira, A.C. Mito e autoria nas práticas letradas. 332 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

Mito e autoria nas práticas letradas

O objetivo deste trabalho foi interpretar posições de autoria, articuladas com a relação entre memória discursiva, mito e circulação das práticas letradas. Para isso, tomamos o efeito de separação entre Mito e verdade, para, de modo contrário, considerar como prática letrada a maneira pela qual as questões trazidas pelos Mitos se apresentam entre narrativas orais contadas por uma mulher não-alfabetizada. As bases teóricas são a Análise do Discurso francesa de Pêcheux (AD), a Psicanálise e as pesquisas sobre letramento, principalmente tal como conduzidas por Tfouni e colaboradores. Em relação à metodologia, seguimos o paradigma indiciário de análise proposto por Ginzburg. A partir desses referenciais, consideramos que há uma relação estreita entre a constituição mítica do dizer (a impossibilidade de nele marcar uma origem) e a função do recalque no interdiscurso (esquecimento número um, no sentido de Pêcheux) na estabilização e distribuição dos sentidos. Além disso, entendemos que as produções discursivas (orais e escritas) disponíveis numa sociedade letrada se interpenetram, mesmo que haja desníveis no seu poderio simbólico, por conta da heterogeneidade na distribuição dos sentidos sustentada pela interdição ideológica aos arquivos. A posição de autoria é uma das maneiras de se indiciar diversas alteridades presentes nessa distribuição do sentido que se articula em práticas letradas. Dentro dessa implicação estão formas de leitura do arquivo, que incluem produções de alfabetizados e não-alfabetizados. Concorde essa fundamentação teórica e pelo paradigma indiciário, foi analisado um *corpus* formado por trinta e quatro narrativas orais produzidas por uma mulher não-alfabetizada e moradora da periferia de Ribeirão Preto-SP, que foram gravadas e transcritas. Nelas, apontamos as marcas, indícios e gestos de interpretação utilizados pelo sujeito-narrador, considerando que o retorno ao já dito ocorre pela marcação de fronteiras com os discursos semanticamente estabilizados e que apontam graus de letramento de natureza vária. Dentre essas marcas, a análise das seqüências discursivas apresenta: 1- os processos de re-significação de narrativas já disponíveis na tradição oral; 2- a transmissão de saberes disponíveis na memória discursiva por meio de sua reformulação articulada às estratégias interpretativas em que o interdiscurso (arquivo) conflui para uma estabilidade do fio do discurso (intradiscurso); 3- as fronteiras discursivas marcadas pelas modalizações e por uma reflexão meta-discursiva que o sujeito-narrador sustenta ao longo do fio do discurso; 4- a articulação do efeito de fechamento de genéricos discursivos (máximas, provérbios, ditos populares) com o mito individual sustentado pelo recalque originário; e por fim, 5- a distribuição de sentidos por meio de formulações não marcadas pelo sujeito-narrador o que vai ao encontro de uma noção de escritura do sujeito (Derrida) e que rompe com a supremacia logocêntrica da escrita alfabética que monopoliza o conhecimento sobre a língua. Ao apostar na alteridade entre oralidade e escrita, portanto este trabalho se posiciona num esforço interpretativo de oposição à dicotomia entre as línguas de madeira e as práticas factuais de linguagem, dicotomia esta a que também se filia a cisão entre oralidade e escrita para enfrentar o monopólio do conhecimento cooptado pela escrita e possibilitar a circulação das práticas letradas (FAPESP).

Palavras-chave: mito, autoria, discurso, narrativa, letramento.

ABSTRACT

Myth and Authorship in Literacy Practices

The aim of this work is to interpret the positions of authorship articulated by the relation among discourse memory, myth and the circulation of literacy practices. We, therefore, take account of the effect of separation between myth and reality to, on the contrary, consider as literacy practice the way the questions brought up by myths occur in oral narratives told by an illiterate woman. The theoretical bases are the French Discourse Analysis by Pêcheux (AAD), Psychoanalysis and research on literacy, specially the works conducted by Tfouni and co-workers. With regard to methodology, we adopted the index paradigm of analysis proposed by Ginzburg. From these references on, we claim that there is a close connection between the mythic constitution of speech (the impossibility of finding its source) and the function of suppression in the interdiscourse (forgetfulness number one for Pêcheux) along the process of stabilization and distribution of meanings. Moreover, we understand that the discourse productions (oral and written) available in a literate society are intertwined, even though they present unlevelled symbolic empowerment due to their heterogeneity of semantic distribution sustained by ideological interdiction of files. The position of authorship is one of the ways to investigate the range of alterity of semantic distribution that takes place in literacy practices. Within this implication, there are the methods of reading the social files, all of which consist of productions from literate and illiterate subjects. Hence, according to such theoretical fundamentals and the index paradigm, a *corpus* of thirty-four oral narratives produced by an illiterate woman, who lives in the outskirts of Ribeirão Preto, was recorded, translated and analysed. In these, we point out the marks, evidences and gestures of interpretation used by the subject-narrator, signalling that the return to the pre-constructs happens through her delimitation of boundaries towards speeches semantically crystallized from levels of literacy of different natures. By and large, the analysis of discourse sequences occurs as follows: 1 – the processes of re-signification of narratives traditionally verified in oral context; 2 – the transmission of knowledge present in the discourse memory through reformulation linked to interpretative strategies in which the interdiscourse converges to a certain stability of plot (intradiscourse); 3 – the speech boundaries that are marked by stages of modalization and a reflection of meta-discourse, which is supported along the subject's speech; 4 – the articulation of closure effect of discourse genres (axioms, proverbs, popular sayings) with the individual myth sustained by original suppression; to conclude, 5 – the distribution of meanings through formulations not-marked by the subject-narrator that meets his notions of written register (Derrida) and yet dissipate the logocentric alphabetic writing supremacy that monopolises knowledge over language. Having bet on alterity between oral and written registers, thus this work proposes the interpretative effort of opposing to the dichotomy among wooden languages and factual language practices; dichotomy that also suggests the rupture between oral and written registers so as to face the knowledge monopoly formed by the written language allowing the circulation of literacy practices (FAPESP).

Keywords: Myth, authorship, discours, narrative, literacy.

RÉSUMÉ

Mythe, l'auteur et la littéracie

Le but de ce travail a été d'interpréter des positions discursives comprises comme remarques de l'auteur, rassemblés par de jointures de la mémoire discursive, le Mythe et la circulation des récits oraux racontés par une locutrice non alphabétisée, à partir des études sur la littéracie. Pour cela, nous avons considéré l'effet de clivage entre Mythe et vérité, et d'une façon opposée, nous avons examiné au niveau de la littéracie la manière par laquelle les questions portées par les mythes se présentent parmi ces récits oraux. Les référentiels théoriques sont donc: l'Analyse du Discours française de Pêcheux, la Psychanalyse lacanienne et les recherches sur la littéracie conduites surtout par Tfouni et collaborateurs. Au niveau de la méthodologie, cette recherche a été basée sur le paradigme des indices proposés par Ginzburg. A partir de ces références théoriques une approche entre la constitution mythique du dire (l'impossibilité d'en lui empreinter une origine) et la fonction du refoulement au niveau de l'interdiscours (l'oubli numéro un, au sens proposé par Pêcheux) a été supposée auprès de la distribution et du partage du sens. L'investigation sur la position du sujet auteur est une manière de signaler plusieurs altérités dans ce partage du sens articulé aux diverses formes de littéracie. A partir de cela on considère les possibilités de lecture de l'archive, qui incluent productions langagières d'alphabétisés et non alphabétisés. En parallèle au cadre théorique déjà présenté, un *corpus* a été organisé par l'enregistrement de trente-quatre récits oraux racontés par une locutrice non alphabétisée qui habite la banlieue de Ribeirao Preto, État de São Paulo, Brésil. On a remarqué des indices et des repères d'interprétation utilisés par le sujet qui signalisent des frontières par rapport aux discours sémantiquement stabilisés et qui mène à des degrés différents de littéracie selon leur nature. Dans ces remarques, les séquences détachées présentent : 1- les processus de ressignification des récits déjà disponibles dans la tradition orale; 2- la transmission des savoirs disponibles par la mémoire discursive et sa reformulation articulée aux stratégies interprétatives par lesquelles l'interdiscours (archive) convergent vers une stabilité de l'intradiscours ; 3- les frontières remarquées par les modalisations et par une réflexion meta-discursive que le narrateur soutient dans son discours ; 4- l'articulation entre l'effet de fermeture des expressions proverbiales et le mythe individuel impliqué au refoulement originel; 5 – le partage du sens parmi les formulations qui ne sont pas explicitement montrées et vont à la rencontre du concept d'écriture (chez Derrida) provoquant une rupture en face du logocentrisme de l'écrite alphabétique qui monopolise la connaissance sur la langue. Pour défendre l'altérité entre oralité et écrite cette recherche s'oppose à la dichotomie entre les « langues du bois » et les pratiques langagières, dichotomie par la quelle sont soutenues les cisions entre oralité et écrite pour s'opposer au monopole de la connaissance coordonné par l'écrite et permettre la circulation des savoirs présents dans les récits oraux.

Mots-clé : Mythe, auteur, discours, récits oraux, littéracie.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
RÉSUMÉ	xiii
 PRÊAMBULO	 01
INTRODUÇÃO	06
 PRIMEIRO CAPÍTULO - O lugar do sujeito na Análise do Discurso	 27
1.1) A noção de sujeito numa perspectiva discursiva	27
1.2) Linguagem, sujeito e sentido: fronteiras e deslocamentos da “exterioridade” lingüística no campo teórico da Análise do Discurso	46
 SEGUNDO CAPÍTULO – Mito, sujeito e práticas letradas	 63
2.1) Mito e sujeito na Psicanálise	63
2.2) Mito, sujeito e atividade narrativa	79
2.3) Práticas letradas, arquivo e o conceito de autoria	99
 TERCEIRO CAPÍTULO - Formação e análise do <i>corpus</i>	 118
3.1) Paradigma indiciário.....	120
3.2) A noção de <i>corpus</i> em AD	121
3.3) Condições de produção: o discurso narrativo	122
3.4) Formação do <i>corpus</i>	128
3.4.1) Sentido e interdiscurso	131
3.4.2) Processos de resignificação nas narrativas.....	133
3.4.2.1) “Pedro Malasarte”	133
3.4.2.2) “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha”	144
3.4.2.3) “Sargento Verde”	150
3.4.2.4) “O besouro e a cigarra”	160
3.4.3) Resignificação: autoria e alteridade entre oralidade e escrita	166
3.5) Mito da escrita, sujeito do letramento: o acontecimento na autoria	179
3.6) Formas indiciárias do enigma na caracterização do real: a dimensão de travessia da posição de autoria	186
 QUARTO CAPÍTULO – Mito e saberes discursivos no tratamento da alteridade	 204
4.1) Formas do saber no tratamento da alteridade pelo sujeito-narrador	205
4.2) Genéricos discursivos, mito e narrativa.....	253

4.3) Eis que alguns significantes tecem uma escrita do sujeito-narrador.....	274
4.4) Práticas letradas, autoria e memória discursiva: formas do saber interdiscursivo na escritura do sujeito.....	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
REFERÊNCIAS	317

PRÊAMBULO

Na tentativa de distanciar-me um pouco do formato de pesquisa acadêmica que tem esta tese, é necessário antes comentar de forma talvez um pouco mais informal, algumas passagens de sua construção, desde meu interesse em estudar narrativas, ainda durante a graduação.

Por meio de minha entrada no grupo de pesquisa coordenado pela professora Leda, pude tomar contato com o universo narrativo de “dona” Madalena. Durante a graduação, pesquisei duas narrativas dentre as doze que já haviam sido gravadas e transcritas por colegas que me antecederam no mergulho no mundo encantado (“era incantado, tinha um incanto [sic]”, como a contadora afirma) e rico dessas histórias.

No Mestrado, a análise das doze narrativas apareceu de uma forma um tanto adjacente a uma questão de caráter mais teórico com a qual me deparei. Entretanto, mais uma vez, minhas questões vieram do contato com essas narrativas. Naquela ocasião, a partir de discussões sobre letramento realizadas com a professora Leda, bem como da continuidade de meu interesse nos estudos sobre narrativa pude questionar de que maneira mesmo com o alto grau de letramento visto nessas narrativas, a escrita mantém sua força simbólica.

Para mim, além das investigações que me acompanham ao longo de meus estudos sobre esta obra da literatura oral (uso o termo obra, porque não acredito que ele seja apanágio do mundo acadêmico, como muitas vezes aparenta), refazer parte desta viagem neste preâmbulo é poder tratar em parte da questão aqui investigada, bem como falar um pouco da marca de um enigma e de encantamento entorno da figura de Madalena. É assim que uma passagem de minha autoria se mistura e se desloca em relação a essa “personagem”.

Lembro-me de meu primeiro contato com Madalena, intermediado pela Leda, quem me deu o privilégio em conhecer

figura tão ímpar. Quando fomos a casa dela, esse “instante decisivo” (para usar um termo do fotógrafo francês Henri Cartier-Bresson) permitiu recuperar parte de minhas impressões, sonhos e escutas das narrativas por ela contadas e de outras que me constituem. Na ocasião da coleta por mim feita, dona Madalena havia interrompido em parte sua atividade freqüente e sistemática de contar histórias em público, que somente foi retomada rapidamente em 2007.

Naquele instante ficou marcado pra mim o ainda misterioso e fascinante caldo cultural que constitui o “povo brasileiro”. Trata-se mesmo de um prisma em que se entrecruzam várias perspectivas diferentes de um “mesmo” mundo. A presença de “dona” Madalena diante de dois pesquisadores de histórias diferentes, mas ao mesmo tempo, ali, dividindo com eles o “mesmo” espaço, é uma metáfora do que somos, éramos e do que seremos como tradição cultural.

Uma tradição é claro, antecedida pela civilização oral da qual fazemos parte e da qual, dona Madalena é porta-voz. A marca material disso que escrevo agora, pra mim, é a presença de “dona” Madalena, vindo do fundo do corredor de sua casa com os cabelos em tranças, como, segundo ela, eram usados “lá na Guiné” [sic.].

Vale ainda mencionar que este encantamento vai ao encontro daquele que para mim percorre a forte presença da Psicanálise, atualmente, no meio acadêmico brasileiro. Como já foi trazido por Lévi-Strauss, mesmo que com “magias diferentes”, o analista e o “xamã” tratam das angústias, sofrimentos, alegrias, dissabores; enfim, das questões míticas. Essa magia também está presente nas narrativas aqui pesquisadas. O modo como “dona” Madalena trata dessas questões, inclusive por meio de outras práticas cotidianas uma vez que é, além de contadora dessas narrativas, mãe de santo de terreiro de umbanda, parteira, auxiliar de encontros evangélicos, cantora de modinhas, praticante de dança popular, aproxima-se, portanto, do que já foi debatido por muitos teóricos.

Infelizmente rara nos dias de hoje, essa figura guarda a memória oral do povo brasileiro e põe em xeque essas mesmas

teorias tão caras à pesquisa acadêmica na medida em que se mostra pela singularidade articulada para lembrar Pêcheux na força da memória resgatada na forma de discurso; singularidade esta que ainda me é cara quando “releio” e “re-escuto” algumas dessas histórias, mesmo quase 10 anos depois.

Neste ponto, é que a autoria se revela. Desde as marcas mais sutis que passam pelo corpo, pela voz, pela voz que sai do corpo e se mistura com o corpo da escrita de cada um. Nesta passagem, ela veicula uma transmissão sutil e que nos perpassa como um pilar possível de ser conhecido somente em parte.

Diante ainda desse encantamento, alguns desafios se apresentaram. Como me distanciar como pesquisador diante de uma obra que me exerce grande fascínio? Muitas pesquisas se debruçam sobre *corpora* escritos, ou mesmo sobre linguagens “comuns” aos acadêmicos: jornais, revistas, documentos, livros, etc. Não quero ser injusto, pois sei que a diferença está sempre lá, insistindo. Mesmo assim, preciso enfatizar que no caso desta pesquisa a dificuldade diante da “diferença” assumiu outra ordem. Ela esteve sempre presente como passaporte para me autorizar a mergulhar na diferença de mundos distantes e de que podemos nos aproximar. Junto disso vem o compromisso ético de não provocar grandes injustiças, pois há uma parte que inevitavelmente permanece no impossível de ser conhecido.

Devo dizer que essas observações se dirigem ainda à maneira como o esforço de analisar esse *corpus* foi recebido e valorizado de diversos modos por aqueles que foram ao longo desta pesquisa, meus principais interlocutores na Universidade: pela professora Leda, e sua autorização de minha filiação aos estudos sobre letramento e autoria que levam sua marca há anos; pela professora Solange Gallo e seus estudos sobre autoria, textualização e textualidade; pelo professor Claudemir Belintane e nossa afinidade na valorização do universo oral; não podendo deixar ainda de mencionar a interlocução rica havida com o Professor Manoel

Côrrea, também implicado nesta valorização; por fim, as observações feitas pela profa. Marie-Anne Paveau, que inclusive insistiu para que escrevesse esse preâmbulo como uma forma de resgatar minha trajetória de pesquisa e falar da presença do encantamento aqui tratado, numa perspectiva que é própria, rica e cara à tradição acadêmica brasileira.

Mesmo participando de outro universo cultural, seu interesse por esta pesquisa e o incentivo na escrita deste preâmbulo foram maneiras de me propiciar recuperar algumas alteridades talvez “esquecidas”. Não apenas a alteridade franco-brasileira em que está inserida minha filiação teórica à Análise do Discurso francesa na presença que mantém com minha maneira de estudar algo a meu ver tão brasileiro que é a relação entre letramento e narrativas orais, mas, principalmente a da brasilidade dentro dela mesma.

Conforme apontado por esta pesquisadora, ao tratar das relações entre a Psicanálise e a Análise do Discurso (campos de estudo presentes neste trabalho e que me fascinam) para analisar narrativas orais de ficção mostro indiretamente o quanto a brasilidade (tal como espelhada para mim por esta pesquisadora “estrangeira”, na ocasião de um estágio de curta duração na Universidade de Paris 13) é feita da magia e da heterogeneidade tão valorizadas por esses campos do saber. Isto mostra o quanto uma pesquisa pode resgatar o exercício de alteridade de si, exercício este que se traduz em aproximação e distanciamento e cujo compromisso ético é tentar valorizar e espelhar, de outro lugar, a riqueza e a sistematização do saber construído por um povo.

Desse exercício fez parte o esforço em não cair no engodo da neutralidade. É justamente admitir a não neutralidade que me permite certo partidarismo pelo valor da nossa tradição oral, mas já anunciando que não pretendo com este trabalho engajar-me numa panfletagem.

A partir disso, este trabalho procurou acompanhar a complexidade enunciativa do trabalho de intérprete do sujeito-

narrador com a linguagem, e dentro dela, as pistas das quais o analista se aproxima e se distancia para ver modos diferentes de funcionamento da autoria e sua implicação discursiva como uma reconstrução da linguagem.

Não pretendo, portanto, esgotá-lo como gesto de leitura. Esta tese é um convite para aqueles que também estejam afetados pelo valor da civilização oral brasileira. Ela se pretende ainda um passaporte para dar fôlego às pesquisas sobre universos de linguagem complexos e não tão conhecidos e que, tanto do ponto de vista acadêmico quanto geral são ainda pouco explorados e valorizados.

Introdução

Qual o propósito de se investigar narrativas orais? Para que investigar uma atividade tão determinante e constitutiva da própria linguagem?

Pois bem, podemos dizer que textos como a “Bíblia”, a “Torá”, ou “As mil e uma Noites” têm em comum a possibilidade de portarem algo daquilo que permite a uma coletividade testemunhar os dilemas da própria existência e lidar com seus enigmas.

Os laços de unidade dessa coletividade, entretanto, abrem espaço para as particularidades que emergem da interpretação desses textos, quando, membros dessa coletividade tentam decifrar de forma mais singular esses enigmas. Não é minha pretensão esgotar um percurso histórico acerca de como cada sociedade lidou com seus enigmas – sejam veiculados pela ancestralidade, sejam criados no próprio seio do convívio grupal – por meio de uma espécie de inventário “mitológico”.

O propósito é outro. Inicialmente, a fim de esboçar a noção de sujeito aqui considerada, me centrarei numa questão principal que, genericamente, versa sobre a possibilidade de o sujeito aparecer por uma posição mais singular de intérprete.

Como veremos ao longo de todo este trabalho, nem sempre, entretanto, tal possibilidade de ocupar a posição de intérprete – como aparece nas narrativas aqui analisadas – foi viável. É a partir da consolidação do sujeito jurídico e da racionalidade sistematizada pelo discurso científico que ela se torna possível. Tal possibilidade instala novas formas de veiculação e de enfrentamento da dúvida, do vacilo, da ambigüidade na relação entre sujeito e linguagem. Os Mitos são “destituídos” de sua roupagem de passaporte direto às atitudes aglutinadas coletivamente para tornarem-se uma saliência supérflua da crença a ser extirpada, pela dicotomia entre verdade e falsidade.

Há, portanto, uma transformação quase radical da concepção grega dos Mitos. Como explica Veyne (1970), havia dúvida entre os gregos, por exemplo, quando estes buscavam sua verdade diante dos oráculos, o que mostra que os Mitos não eram passaporte automático às condutas. Entretanto, não supunham a evidência de certeza nas “escolhas” tal como preconizadas pela acepção liberal de um sujeito intérprete da transparência da linguagem. Com a consolidação do sujeito jurídico, a relação do sujeito com uma verdade ganha um formato individual, que admite a dúvida e o vacilo, ainda que tal sujeito busque uma certeza acerca de si e da linguagem. Tal formato consolida-se principalmente a partir do controle da interpretação exigido pela confluência entre o

discurso científico e o determinismo jurídico, como veremos principalmente no primeiro capítulo desta tese que trata da noção de sujeito numa perspectiva discursiva.

Toda esta discussão se fundamenta numa concepção da História como um espaço contraditório embebido da memória e do esquecimento. A partir dela, podemos considerar que a atividade narrativa somente é possível porque algo já foi dito, num tempo mítico, embebido de textos pré-existentes, que não têm origem definida. Sendo assim, não cabe admitir que esses textos possam ser controlados por um indivíduo contador de histórias, mas já adiantar a postura deste trabalho em investigar de que forma diversas posições-sujeito intervêm na construção e transmissão de diversos saberes de forma dispersa, porém organizada, integrada, em suma, articulada discursivamente.

Não se trata de conceber um indivíduo veiculador desta organização na transmissão, mas de admitir que há saberes dispersos e sobrepostos, porém lidos por meio de um foco ilusório de leitura, porém necessário e adequado, de unidade. Isto porque, os gestos de leitura são determinados por um formato individual do ato de interpretar, ao qual farei alusão ao longo deste trabalho. Por meio de tal foco de leitura, a narrativa ganha formato de discurso da escrita (que, como será explicado, fornece ilusão de completude) e permite ao sujeito lidar com sua incompletude diante da linguagem e com a veiculação nesta, de enigmas nunca totalmente decifráveis. Ressalto que essa veiculação ocorre por meio das diversas práticas letradas; dentre elas este trabalho destaca a prática de contar histórias.

Nessa prática o sujeito emerge de forma indireta, fala de si por meio de atalhos. Na concepção teórica a que se filia esta investigação, o sujeito emerge na intercorrência de significantes. Sempre na tentativa de deslocar-se em relação ao Outro, o sujeito se mostra por uma forma singular. Por meio da investigação de narrativas orais de caráter ficcional, este trabalho mostra de que forma marcas de singularidade emergem em diversas posições-sujeito. Em meio a significantes dispersos, veiculados e sistematizados sob a forma da prática de contar histórias e da dimensão imaginária, que fornece ao sujeito a ilusão necessária de que ele marca no plano simbólico da linguagem a unidade da posição de autor.

Resumidamente, por ora, diria que na perspectiva aqui adotada, o discurso narrativo tece a possibilidade de um lugar mais particular, ao jogar com o âmbito mais geral da atividade narrativa, esta última entendida como condição de intérprete do sujeito.

Dessa forma, não considero que a atividade narrativa seja uma prática isolada, mas que põe tramas sociais em jogo; enquanto texto seja na forma oral ou escrita, essa atividade configura um espaço de escuta de si e do Outro. A atividade narrativa, portanto, engloba um espetáculo sócio-histórico visto a olhos nus, espetáculo este amplo e disperso, cujo afunilamento para algumas questões aqui trazidas é o maior desafio deste trabalho.

Essas considerações são em parte resultantes de uma trajetória de contato com essas narrativas que deve ser resgatada. O contato com narrativas ficcionais contadas por “dona” Madalena, uma mulher não-alfabetizada e moradora da periferia de Ribeirão Preto-SP permitiu inicialmente rascunhar os propósitos desta pesquisa a partir de perguntas mais amplas, como: quais são seus mecanismos de singularidade diante do plano mais geral da atividade narrativa? Qual seu estatuto de intérprete nas práticas de linguagem? Qual sua importância em termos de guardião da memória sócio-histórica, uma vez que serve como eixo de circulação de diversos saberes do âmbito coletivo?

Dessas questões mais amplas, as questões que tocam mais diretamente esta pesquisa centram-se em investigar quais traços de singularidade e generalidade essas narrativas orais trazem, de tal forma que permitam ao sujeito (conceito teórico a ser explicado) marcar-se na posição de autoria, a partir da articulação entre Mito e a circulação das práticas letradas de que faz uso uma sociedade (letrada) fundamentada no uso do código escrito.

A partir da análise de um *corpus* formado principalmente por essas narrativas orais, posso inicialmente afirmar que, para se posicionar como autor, o sujeito, ocupando o lugar de intérprete dos enunciados, não escolhe uma posição, pois a escolha é marca de sua forma individual.

Entretanto, o sujeito se posiciona como autor, pela ilusão de que escolhe os significantes ali mobilizados, bem como de que “apaga” seu trabalho de interpretação, esquecendo-se que deixa escapar rastros da memória do dizer. Além disso, não se dá conta dos mecanismos ideológicos de interpelação – o que pode ser dito, de que maneira, etc.

Em meio a isso, reforço que a singularidade não é equivalente direto do formato individual, ainda que esteja determinada pela ilusão deste formato, tal como a ideologia (cf. PÊCHEUX, 1993) faz parecer, e tal como é articulado pelo “mito individual” (cf. LACAN, 1978).

Essa singularidade é tão consistente e bem articulada que promove gestos de interpretação particulares; mesmo produzidos por um sujeito não-alfabetizado, sobre o qual intervêm algumas caracterizações sociológicas que poderiam apagar essa singularidade, promovem um debate epistemológico caro às chamadas ciências humanas e sociais.

Para discutir o estatuto da singularidade numa produção linguageira é imprescindível perguntarmos: afinal, quem domina o conhecimento? De que forma o faz? Quais as possibilidades atuais de interpretação a partir de um conhecimento organizado e que circunscreve diferentes posições de reconhecimento, poder e transformação e que muitas vezes, de forma dicotômica, excluem tantas outras formas de participação?

Para refinar essas questões e re-apresentá-las em termos teóricos, é preciso não apenas expor meu contato com essas narrativas, mas aprofundá-lo a partir de minha trajetória de pesquisa e dos referenciais teóricos aqui mobilizados.

Ao longo deste trabalho, o leitor terá acesso aos conceitos dos referenciais teóricos aqui adotados, a saber: a Análise do Discurso pecheutiana (AD) e a perspectiva de letramento de Tfouni (1988, 1992b, 2001, 2004, 2005). Cumpre ressaltar ainda que esse arcabouço teórico será apresentado nesta introdução junto dos seguintes tópicos: oralidade, mito e autoria.

Desde a graduação (PEREIRA, 2002) pesquisei as narrativas orais contadas por "dona" Madalena. Ela é uma mulher negra, não-alfabetizada e moradora da periferia de Ribeirão Preto-SP. É ainda uma espécie de personagem, cuja descrição pode ser feita referindo-se ao papel "diplomático na literatura oral" que, de acordo com Cascudo (1984, p.143), foi exercido pela "mãe preta" brasileira.

"Dona" Madalena conta que veio de um "rebardinho de terra" (palavras dela) chamado Macucu, perto da cidade de Colina, região de Barretos-SP. Cada momento de escuta de suas histórias, para mim, configurava-se como uma festa, seja na receptividade calorosa sempre presente, seja durante o relato. Talvez porque, como ela mesma conta, nasceu num dia de festa em que os irmãos haviam saído de casa para os festejos juninos; no caminho de volta, mata adentro, eles receberam a notícia do nascimento sinalizada por meio de um foguetório no céu. Com isso concluíram tratar-se de uma nova irmã, pois, conforme explica "dona" Madalena, esse era o sinal para o nascimento de uma menina.

É nesse espetáculo narrativo, com um único interlocutor empírico presente (no caso, minha presença como pesquisador), que vemos configurada a retomada de um campo amplo de sentidos sócio-históricos, misturados e presentes, seja nas passagens de sua experiência biográfica, seja nas explicações que “dona” Madalena dá para o relato de cada história. Algumas, ela diz ter aprendido com os pais e avós; outras, diz ter inventado em momentos em que precisava distrair os vários filhos por ocasião de algum acontecimento extraordinário de sua vida diária. Dentro disso é importante dizer que “dona” Madalena relata que já contou suas histórias em lugares como velórios ou, como ocorreu mais recentemente (2007), numa creche infantil.

Isso mostra como a atividade de contar histórias lhe confere uma posição no simbólico e, assim, em meio às interações sociais; posição esta que será nesta pesquisa foco de uma análise teórica mais cuidadosa. Infelizmente, não há espaço para a descrição detalhada das sessões de contar histórias em que registrei as narrativas contadas por “dona” Madalena.

Ainda assim, faz-se necessário contar algo a respeito da relação contraditória entre suas histórias e o espaço formal da escolarização, que é cara a este trabalho. Certa ocasião, um dos filhos tivera um problema na escola e ela lhe pediu para contar uma história para o diretor. De acordo com minha leitura dessa atitude de “dona” Madalena, o propósito era mostrar ao diretor que o filho dela também poderia se destacar em relação às outras crianças. Vê-se que a prática de contar histórias é cara à singularidade e à sua convivência social e familiar; segundo explicação dela, sempre foi utilizada para distrair as crianças dos sofrimentos cotidianos, “passar o tempo”, ou mesmo ensinar por meio “de exemplo”, que no acontecimento ocorrido na escola fora rechaçada.

Isso mostra algo sobre a relação entre o saber formal acadêmico e o saber trazido pela tradição oral. É dona Madalena ainda quem conta que a mãe “pelejou” (palavras dela) para fazê-la ir à escola, mas que não obteve êxito, pois ela queria cantar e contar histórias¹. Temos nisto inclusive uma interpelação ideológica que faz “dona” Madalena acreditar que não ia à escola por conta de um atributo individual, enquanto, por outro lado, vemos o reducionismo com que um determinado projeto de escolarização trata a

¹ As análises desses relatos de partes da trajetória biográfica não fazem parte do enfoque desta pesquisa, mas devo ressaltar que nas várias ocasiões em que emergiram, contribuíram, a meu ver, para que “dona” Madalena pudesse falar de um lugar deslocado no tempo e no espaço, sobre experiências visivelmente marcadas pela exclusão.

complexidade das práticas letradas, ao não incorporar a circulação dessas em seu cotidiano.

A relação contraditória entre universos distintos (a tradição oral e a escolarização) indica que há formas conflitantes de disponibilizar e organizar os saberes (como será discutido adiante, sob a forma de arquivos). Desde os gregos, essa contradição repercute nas formas da escolarização, pelo fato de os saberes orais serem formatados por práticas pedagógicas que tentaram eliminar nuances abertas às diferenças de interpretação, a saber: diferenças de entonação de voz; inclusão de sonorizações, de caracterizações consideradas politicamente incorretas, etc.

Na educação formal da Grécia Antiga, o conteúdo lingüístico a ser ensinado era o poético e não se esgotava no professor, pois ele não era a fonte desse saber. A poesia era eficaz como recurso educacional somente quando declamada, e não quando registrada e lida. A memória social coletiva era fundamental para qualquer pretensão de organização, pois até os ensinamentos de Platão, a poesia tinha função imemorial na sociedade grega (HAVELOCK, 1996b).

Mesmo na época de grande número de analfabetos, o poético e o prosaico na Grécia não eram vistos de forma dissociada como hoje. A disposição mental homérica de contar uma história é uma espécie de ícone do que circulava quase que por uma totalidade, no cotidiano. Havelock (1996b) explica que o uso de recursos mnemônicos (declamações públicas) pelos menestrelis e rapsodos entre os gregos foi dispensado tal que a forma prosaica da escrita tornou-se privilegiada. No período pré-homérico o “livro da cultura grega” estava na memória oral. Mais do que resguardar um sistema de pensamento, os pré-socráticos estavam preocupados em organizar uma sintaxe dos enunciados abstratos para seu porvir nos debates futuros (HAVELOCK, 1996b).

É Platão quem ataca as “formas de engano” do discurso poético e a experiência larga dos que escrevem. Ataca também a versatilidade, que tal como se passa a acreditar somente pode ser revelada pelo poeta, pois a poesia difundida a todos priva da intuição da verdade. Para Platão ela pode ser útil, se inserida, de forma sectarizada, na educação. Assim, a censura para Platão é a única solução diante dos acontecimentos ruins vividos nas tragédias, poesias épicas; a realidade racional deve, portanto, reger o instrumental poético outrora difundido porque no lugar de revelar as verdadeiras relações entre as coisas ou as verdadeiras virtudes morais, este instrumento distorce a realidade (HAVELOCK, 1996b).

Em meio a essa tentativa de separar a *poiesis* e a veiculação das histórias orais, é decisiva a negação de Platão em ver que a poesia pode ser uma arte com suas próprias regras, reduzindo-a a uma fonte de informação e de doutrinação. A respeito desse conflito, as repetições em Homero podem ser lembradas como maneira da forma épica preservar técnicas verbais, rítmicas, pois não é apanágio da escrita cooptar a memória por meio de seus instrumentos; também nas culturas orais os costumes, as tradições assumem o caráter de técnicas de armazenamento por fazerem parte de rituais e da virtuosidade de contar e registrar por técnicas mnemônicas a prática de contar histórias levada a termo por procedimentos padronizados (MAZZOLENI, 1992; HAVELOCK, 1996b).

Entretanto, a forma tomada pela escrita prosaica revolucionou o mundo ocidental e culminou em grande parte na “passagem dessa cultura festiva para a assepsia e a solidão da cultura escrita” (BELINTANE, 2008). Contraditoriamente, conforme Belintane (op.cit.), o uso do alfabeto e o uso de formas menos dependentes do contexto foram contribuições da poesia oral.

Belintane (2008) arquiteta essa discussão epistemológica sobre o estatuto da escrita diante da oralidade e a domesticação da escolarização ocidental, ao questionar por que atualmente algumas crianças em processo de escolarização resistem ao enfrentamento dos enigmas da escrita. Diante dessa problemática, o autor propõe como alternativa a leitura de enigmas cifrados. Por exemplo, os *rébus*: conjunto de imagens a ser lido como letra e sílaba. Essa estratégia se diferencia do tradicional manuseio decodificador da escrita alfabética. Uma proposta de escolarização assim afeita à proposta de oferecer às crianças uma escrita mais penetrada pelo ritmo da poesia ou pelo desafio da decifração se contrapõe ao episódio relatado por “dona” Madalena.

Vemos por esse episódio, o conflito entre a posição discursiva que “Dona” Madalena ocupa a partir do uso que faz da narrativa oral frente ao corpo mecânico da escrita escolar. Como discutirei (na seção “Práticas letradas, arquivo e o conceito de autoria) essa posição está cooptada pelos mecanismos jurídicos. Trata-se de uma posição cuja resistência está fortemente marcada pela articulação do ritmo vivo da fala dos personagens, da expectativa dos acontecimentos da trama, dos momentos inesperados de irreverência, que, somados, tecem uma escrita próxima de um ritmo inerente a uma espécie de musicalidade da linguagem recalcada pela assepsia dos discursos altamente letrados (principalmente científico, pedagógico, escolar).

Sobre este embate entre a dramatização da narrativa e o padrão rígido da escrita escolar, vale ainda citar Pommier (1993). Ao questionar a sacralidade da escrita como apanágio dos “povos primitivos”, o autor explica que a escrita é registrada pelo recalçamento do próprio ato que a revela. Nesse sentido é sagrada, pois testemunha o drama que a produziu. Vê-se que a representação escrita é um enigma que questiona o recalçamento da sua própria imagem. Por mais que assumam uma forma, as letras escondem esse mistério, o enigma de algo sem forma *a priori* (e por essência), tal como a própria existência. É desse funcionamento de recalque das próprias marcas que depende qualquer traço simbólico visual ou auditivo (POMMIER, 1993).

Nas narrativas, esse enigma se mostra menos disfarçado e articulado por pistas entrepostas ao longo do dizer. Nessa tomada da forma das letras de que trata Pommier (op.cit.), pode-se entender que as narrativas deixam pistas mais explícitas que a escrita escolar, por exemplo, porque sua escrita é corpo, voz e *mis en scène*.

De volta à apresentação mais direta do material aqui pesquisado e deixando um pouco de lado suas relações com outros discursos, a princípio é preciso também mencionar, brevemente, que algumas dessas narrativas já haviam sido coletadas sob supervisão da profa. Dra. Leda V. Tfouni, coordenadora do grupo de pesquisa em que meus trabalhos de pesquisa se inserem. Recentemente, nos anos de 2005, 2006 e 2007, após a retomada do contato com “dona” Madalena, continuei o trabalho de coleta e sistematização deste material, coletando outras narrativas diferentes daquelas já coletadas.

Os pressupostos de análise dessas narrativas se filiam ao paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) a ser aprofundado adiante em momento oportuno. Por ora, basta dizer que se trata de um sistema de análise que ganhou força principalmente a partir do fim do século XIX e apontou a importância em se levar em consideração os “dados” aparentemente negligenciáveis, mas que, na medida em que podem ser relacionados com pistas não diretamente alcançáveis no primeiro contato do pesquisador com o material coletado, indicam *a posteriori*, outros rumos para as questões inicialmente levantadas.

Para mim, neste momento, é inevitável recordar o relato biográfico de “dona” Madalena sobre aquele indício percebido pelos irmãos na ocasião de seu nascimento. Ele é exemplar da amplitude e da complexidade do método indiciário que extrapola a sistematização formal do conhecimento acadêmico ao mesmo tempo em que é por este mobilizado.

Dentro disso, adianto que os “dados” nesse paradigma metodológico são indícios (TFOUNI, 1992a) que sinalizam que a relação entre o pesquisador e seu objeto é indireta da mesma forma que é indireta a relação entre sujeito e linguagem. Por também acreditar nessa relação de incompletude entre sujeito e linguagem, os pressupostos teóricos desta pesquisa serão filiados a esse paradigma. Em meio a seus procedimentos de estranhamento, o “dado” coletado passou por diversas escutas e leituras.

Filiadas a esse paradigma, em diversos trabalhos, como vemos em Tfouni (1992b, 2001, 2004, 2005), as análises dessas narrativas têm contribuído para a investigação do conceito de autoria. Dentre os trabalhos que utilizaram essas narrativas como *corpus* de análise (TFOUNI, op.cit.; PANTONI, 2002; TFOUNI & MELO, 2001; TFOUNI & MORAES, 2003), destaco PEREIRA (2005) por conta da continuidade desse trabalho nesta pesquisa.

Nele, a análise dessas narrativas orais mostrou que a oralidade, ali presente, confronta o poderio simbólico da escrita, poderio este sustentado por um processo de reificação que organiza o simbólico principalmente por meio de um imaginário específico da ciência dominante. A oralidade põe em xeque esse processo; dessa forma, a escrita não pode ser concebida isoladamente, mas pela alteridade com a oralidade.

Ambas se configuram como discursos, ou seja, práticas de linguagem situadas sócio-historicamente e que relativizam as posições do sujeito que delas se apropriam. Isso quer dizer ainda que os discursos da oralidade e da escrita não existem isoladamente; são partida e chegada um do outro. Como mostra Tfouni (op.cit.) em diversos trabalhos, e conforme também já mostrei (PEREIRA, 2002, 2005), a posição de autoria sinaliza que temos pelo menos uma saída para contornar a dicotomia entre oral e escrita tal como vem se consolidando desde os gregos passando pela determinação jurídica.

Adiantando, partimos do pressuposto que esses mecanismos da oralidade se ancoram na relação do sujeito com um referencial mítico. Consideremos ainda essa memória coletiva se expressa nos Mitos², como algo *in illo tempore*³, fixado numa espécie de texto pré-existente ao enfrentamento pelo sujeito de questões coletivas, tal como propõe Eliade (1992, 1993, 1994).

² Utilizarei a grafia Mito para referir-me à concepção de Mito em Eliade e Lévi-Strauss e quando me referir à relação com a noção de real em Psicanálise e mito quando me refiro à noção de mito individual.

³ A expressão latina *in illo tempore* designa o princípio dos tempos, o início de um mundo arcaico. De acordo com Eliade (1994), época em que os homens encontravam nos mitos modelos de conduta exemplares para todos os seus atos, uma “súmula de conhecimento” somente a partir da qual uma existência individual se tornaria humana.

Nesse “texto pré-existente” estão presentes formas de histórias aparentemente já conhecidas, provérbios, máximas, ditos em geral que auxiliam na condução do fio narrativo, tornando-o linear, aparentemente sem fissuras.

Partindo disso, o contato com narrativas coletadas mais recentemente abriu caminho para formular questões sobre a aliança discursiva estabelecida entre esses dizeres organizados e interpelados ideologicamente. Refiro-me à naturalização das recorrências do sujeito a alguns dizeres e à interdição a outros.

Em termos de subjetividade, o encantamento inicial acrescido do incômodo com a percepção desses mecanismos ganhou corpo na proposta já defendida por Tfouni (2004; 2005): na autoria o sujeito precisa da ilusão de origem do dizer ainda que recorra ao já dito.

A partir dessa minha trajetória, do contato com novas narrativas coletadas entre 2005 e 2007 e do contato com o texto de Lacan (1978) acerca do mito individual, algumas questões resultaram nas indagações principais surgidas no início da investigação deste trabalho, a saber: de que maneira o efeito universalizante da ideologia – tal como mais explícito em genéricos discursivos⁴ – faz eco na assertiva de “certeza” de “escolha” dos significantes do mito individual? E de que maneira uma noção mais ampla de Mito, principalmente a de Eliade (op.cit.), que versa sobre os “textos pré-existentes” pode contribuir para o enfrentamento da dicotomia entre oral e escrita?

A princípio, são essas as questões principais deste trabalho. Elas foram revisitadas e reformuladas ao longo de seu percurso. Não são hipóteses a serem verificadas, portanto, pois, no meu entender, no paradigma indiciário, as “hipóteses” são pistas a mais que se re-apresentam ao longo de um percurso investigativo e não perguntas a serem respondidas como referência direta à maneira inicial pela qual foram formuladas.

Por ora, adianto que para compreender ainda melhor esse envolvimento entre o material coletado – do qual emergiram essas questões iniciais – e outras questões adiante levantadas, é preciso um aprofundamento na questão da oralidade.

Essa pode ser entendida, de acordo com Tfouni (2001), como as “várias vozes” que constituem qualquer dizer. No caso do discurso da escrita, elas aparecem de forma velada, conforme os lugares mobilizados na memória discursiva para sustentar uma

⁴ No presente momento, entendamos os genéricos como máximas, provérbios, slogans, que circulam no imaginário e promovem uma consolidação de normas, crenças, valores culturais (TFOUNI, 2004).

contenção do dizer, ligada ao controle da interpretação, como acontece, por exemplo, no discurso científico.

Tfouni (1992, 2004) mostra como, no discurso narrativo, na contrapartida, é possível ao sujeito enunciar de outros lugares em relação às evidências ideológicas. Sobre o lugar da enunciação, vale adiantar que para uma das bases teórico-metodológicas desta pesquisa – a AD – interessa analisar o que deixou de ser dito quando o sujeito enunciou “x”, num sentido estrito e amplo, ligado aos aspectos sócio-históricos e à memória do dizer.

Continuando as colocações sobre a relação entre oralidade e escrita, vale notar o que Azevedo (2004) aponta sobre a forma oral pela qual os mitos gregos foram retomados durante longo período sem a forma escrita.

A mesma autora mostra como associamos os mitos a algo sem razão, falso. Neste campo inicial da minha investigação já adianto que a associação entre a escrita e o poder da razão é predominante no discurso científico, conforme aponto em Pereira (2005), o que ajuda a entender esse efeito ideológico.

Na teoria do letramento de Tfouni (2004), a escrita é considerada pela oralidade que a constitui, o que permite romper com esse efeito de dominância marcado pelo efeito de completude da escrita, que recalca a oralidade e, como já adiantamos, recalca ainda sua ligação à constituição mítica do sujeito.

Há uma lacuna entre a dispersão da oralidade e os formatos de discurso da escrita incorporados na veiculação da tradição oral submetida à “individualidade” inventada pela Formação Social do capitalismo por meio dos seus mecanismos disciplinares, como o discurso pedagógico e a escolarização (cf. ORLANDI, 1993).

Em meio a isto, vale lembrar o caso das histórias de Trancoso que integravam parte do cotidiano de nossos antepassados e eram recheadas de entonação poética e dramática e pelo valor de exemplo, com que as narrativas orais eram contadas, fora da escolarização. Em volume organizado por Colares (ver TRANCOSO, 2008), as histórias, na verdade crônicas escritas por Trancoso (2008) inauguram em fins do século XVI em Portugal, a crônica como “literatura de exemplo”.

Esse caráter exemplar da crônica oral deu lugar às práticas pedagógicas que passaram a prescrever um “receituário” universal da educação com pretensão e aspecto de produto acabado. No lugar disso, as crônicas de exemplo ofereciam abertura de interpretação para quem delas se apropriasse para atribuir sentidos aos acontecimentos. É exemplar, conforme Colares (op.cit.) os “Contos e Histórias de Proveito e Exemplo”,

um dos livros mais populares em Portugal, durante os séculos XVI, XVII, XVIII. Esta autora atenta para a diferença entre a transcrição do material retirada da *mis en scène*, que inclui: entonações e ritmos, que marcam as diferenças de fala dos personagens; onomatopéias e interpretação de cantigas sempre presentes neste tipo de história, etc. Citando: “O poder da palavra, do som e suas inflexões, o simbolismo gestual, a encenação eram recursos fundamentais para que a história narrada se envolvesse de uma aura de realismo inquestionável (*idem*, p.7)”. A partir dessa observação, resgatamos o debate acima sobre a influência da mitopoética do oral em meio à oralidade (a qual a escolarização tenta domesticar) que se faz presente nas narrativas ficcionais de outrora e que está presente no *corpus* de análise formado pelas narrativas de “dona” Madalena.

Consideremos, assim, de início, a estreita ligação entre oralidade e Mito⁵; ambos são lugares em que se vê de forma mais explícita as contradições do sujeito imerso no universo incompleto e opaco da linguagem.

No caso das narrativas de “dona” Madalena, diversos trabalhos (TFOUNI, 1992, 2003, 2004, 2005; PANTONI, 2002; PEREIRA, 2002, 2005; TFOUNI & MELO, 2001) têm mostrado de que maneira elas são atravessadas pelo efeito ideológico de completude e contenção da escrita, ligado ao controle da interpretação ao mesmo tempo em que se posicionam, principalmente, por gestos interpretativos de autoria.

Diante do alinhamento pressuposto (entre escrita, poder e razão) pretendemos fazer uma contraposição, nesta pesquisa, entre esse alinhamento e as noções de autoria, Mito (incluindo sua forma individual) e oralidade.

Inserida nessa tríade teórica, está a “sensação” de *dejà-lu*⁶ referente à minha escuta de algumas dessas narrativas, o que me reenviou ao pano de fundo da presente investigação, e também ao questionamento da singularidade dessas narrativas. Nelas é nítida a presença de temas universais – lugares míticos do sujeito – que circulam e

⁵ A relação entre oralidade e Mito é controversa, polêmica, posto que carregada de juízos de valor e de atributos ideológicos. De acordo com Mazzoleni (1992), a contraposição entre oralidade mítica e literalidade histórica transposta para “historicização do Ocidente letrado” e “mitopoesia e abordagem mítico-ritual”. A especialização refinada dos saberes veiculados por meio das formas escritas torna o discurso oral pouco afeito à argumentação analítica e à pesquisa científica. Certo, não se deve estabelecer comparações diretas em termos da circulação e da pesquisa sobre ambos os universos, ambos supõem ganhos e perdas. Nas palavras do autor: “dado que culturas da oralidade e culturas da escrita realizam-se em planos cognoscitivos diversos, será natural nos perguntarmos qual dos dois planos representa um ganho maior para a comunidade que deles usufrui. Eis uma pergunta que, talvez, nunca devêssemos nos colocar. De fato, qualquer resposta resultaria tecnicamente imperfeita (temos instrumentos para medir grandezas tão pouco homogêneas?) e etnocêntrica (usaríamos nossos termos de juízo). (*id.*, p.159)”

⁶ O trocadilho é proposital; pois essas narrativas são escutadas ao mesmo tempo em que podem ser lidas, tanto porque são transcritas quanto porque também desenham uma escrita.

fazem corpo no imaginário do texto narrado. Essa “sensação” de algo “já ouvido” alhures leva a considerar a amplitude dos sentidos dispostos na linguagem⁷.

Dentro dessas considerações iniciais, é possível adiantar que há uma relação entre a estrutura da linguagem à qual o sujeito é submetido e que o obriga a se manifestar sob o esquecimento, e a maneira pela qual os Mitos, sob os efeitos de pré-construídos dos enunciados, sustentam tal estrutura ao tocarem temas recorrentes e universais.

Mesmo que se trate de temas universais, que sabemos, são caros à Psicanálise e às investigações que pretendam considerar sujeito e subjetividade, existem traços que deslocam esse terreno já sedimentado e nos fazem perceber distanciamentos do Outro que promovem singularidade (na posição de autoria), irreconhecíveis de uma maneira imediata e clarividente numa produção ou em outra, mas possíveis de serem analisados por meio de pistas da memória discursiva.

Vê-se que nesta pesquisa não se trata de buscar sentidos tácitos, implícitos nem tampouco objetos de identificação do “indivíduo-narrador” com o “sujeito-narrado⁸”, mas gestos de interpretação comprometidos em assegurar que há traços de singularidade que permitem ao sujeito ocupar o lugar de autoria em meio à complexidade das práticas letradas dentre as quais situo essas narrativas.

Em relação ainda aos principais conceitos teóricos, a autoria é entendida como uma posição discursiva do sujeito, que se consolida na contradição entre a aproximação e o distanciamento das palavras do Outro. Como defende Tfouni (2005), na autoria, os sentidos – antes dispersos – são colocados num plano de linearidade ao retroagirem com a memória sócio-histórica do dizer.

A esse respeito considero oportuna a colocação do escritor Ítalo Calvino (2000a) ao comentar a “Odisséia”. Nesta, de acordo com ele, vemos a saga de Telêmaco, que parte junto aos veteranos da Guerra de Tróia em busca de uma narrativa que no início

⁷ Adianto que há um estreitamento entre essa “sensação” e um engano imaginário, uma vez que em AD, como aponta Pêcheux (1999), o trabalho com a memória, com o já dito, não está no nível das “sensações”, que podem nos levar a um tipo de idealismo histórico em que o efeito de literalidade pode ser dominante. Nesse referencial, o percurso do já dito não é plenamente recuperável já que em seu lugar temos apenas um efeito de pré-construído minimamente sustentado pela ideologia, e que faz a memória funcionar no plano do acontecimento discursivo. Assim, o “implícito” em AD está mais próximo do impossível porque, mesmo no caso que já adiantei sobre a sensação de já ter ouvido algumas dessas histórias antes, não se acessa todo o caminho anterior, apenas fiapos dele, uma vez que a linguagem é constitutivamente incompleta e o sujeito se mostra sob efeito do esquecimento.

⁸ Apenas para alavancar a discussão acerca da polissemia entre indivíduo e sujeito, que virá a seguir, gostaria de apontar que, tal como podemos entender a partir da AD e da Psicanálise lacaniana, o sujeito é “narrado” pela voz do Outro.

do poema não existe, mas que servirá para libertar Ítaca da situação amorfa de um lugar sem temor e sem lei. Na “Odisséia” já há, portanto, um “retorno-narrativa” (expressão do autor) que preexiste à própria atuação, já que Ulisses ouve vários personagens contarem a própria saga de Ulisses, o que nos guia à pergunta: “quantas Odisséias há na Odisséia?”⁹. Grosso modo, a noção de autoria da proposta de letramento de Tfouni (1992b, 2001, 2004, 2005) se encaixa nessa observação.

Há nas narrativas a serem analisadas a presença de operadores lingüísticos (conectores textuais) que conseguem sustentar a posição de autoria pelo discurso da escrita por gestos interpretativos de retorno ao já dito. Isso me obriga a explicar a relação entre oralidade e autoria; antes, no entanto, é preciso mostrar de que maneira a pesquisa de Tfouni (1988) sobre adultos não-alfabetizados repercute naquela relação.

Ao realizar testes silogísticos com adultos não-alfabetizados, Tfouni (1988) mostrou de que maneira esses adultos utilizaram estratégias de conversação, de aspectos da atividade narrativa para respondê-las. A autora considerou essas formas de respostas como deslizamentos frente ao discurso altamente letrado do silogismo, caracterizado pela lógica e pela abstração, as quais permitiram aflorar aspectos subjetivos presentes nas narrativas pautadas em experiências e valores dos sujeitos.

Dessa constatação, a autora (TFOUNI, 1992b) mostra que não se pode dizer que esses adultos não entendem a lógica silogística, mas se posicionam pela resistência a cooptação de um discurso altamente letrado, como é o caso do discurso científico, para inserirem a assertividade alética do silogismo num campo de significação mais amplo, deôntico, por exemplo.

O grande compromisso ético dessa abordagem é de não tratar as produções cotidianas de linguagem de não-alfabetizados como manifestações primitivas de linguagem. Isso seria se enquadrar no violento reducionismo psicológico do qual muitas vezes se torna refém nosso projeto de civilização. É numa contrapartida que a autora

⁹ Num trabalho como este, fazer uma leitura destas histórias remetendo-as à memória sócio-histórica requer encarar o desafio da “organização” dos “dados”. Tal problemática retornará no momento da análise do que denomino processo de resignificação. Considero que já há um gesto interpretativo inscrito no momento de estranhamento da familiaridade destas histórias, antes mesmo da formalização, a ser vista adiante, do gesto analítico sobre este processo, que inevitavelmente afunila a oralidade. Sobre isto, ainda recorro a Calvino (1992) quando examina os impasses da coletânea de cânones orais “traduzidos” na forma de seu livro “Fábulas Italianas” e traz algumas palavras que são solidárias à problemática aqui mobilizada: “Meu trabalho consistiu em tentar fazer de fábula em fábula, o “diferente” que provém do modo de narrar do lugar e do acento pessoal do narrador oral, e em eliminar – ou seja, em reduzir à unidade – o “diverso” que se origina na maneira de compilar, na intervenção intermediária do folclorista”(CALVINO, 1992, p.19).

formaliza o conceito de discurso da oralidade (que em suma pode ser entendido como uma dispersão de várias vozes discursivas; cf. TFOUNI 1992b), que é marcado pela amplitude dos aspectos sócio-históricos (de caráter político) dos códigos da língua, como é o caso do código escrito, por meio de marcas no seu campo de significação.

Essa relação de contradição entre o discurso da escrita (que privilegia a forma silogística) e o discurso narrativo¹⁰ mostra, no primeiro, formas lógicas do discurso pedagógico escolar, do discurso jurídico e científico, por exemplo, em que pouco espaço há para aspectos da subjetividade no momento da significação.

No discurso narrativo, por sua vez, vemos uma maior possibilidade de o sujeito se situar por diversas posições discursivas, filiando-se e rompendo com um campo mais amplo, porém mais desconhecido de formações discursivas. O discurso narrativo abre campo para a subjetividade porque não promove, tal como o silogismo, um fechamento radical da interpretação sobre um objeto discursivo (TFOUNI, 2004).

No caso das narrativas a serem analisadas, será importante atentar para quais aspectos dessa oralidade atravessam a formação dos códigos e das regularidades discursivas nelas presentes e abrem espaço para a subjetividade por meio do retorno de temas universais, ainda que afunilados numa forma individual dos Mitos.

Ao mesmo tempo em que está atravessado pela norma, o discurso da oralidade escapa aos códigos do jurídico, da gramática, da escolarização. Nessas rupturas, insere-se a investigação da autoria, uma vez que a contradição apontada é constitutiva do sujeito.

A riqueza da oralidade, tomada como campo investigativo, está em lugares discursivos diversos, pautados nessa contradição do sujeito, o que escancara a multiplicidade das posições que o sujeito pode ocupar diante do campo amplo, porém não infinito da linguagem, considerando-se sua estrutura (LACAN, 1998b).

Nas narrativas mencionadas, vemos diversos movimentos interpretativos do sujeito-narrador: hesitações, retomadas, efeito-suspense, nomeações de personagens, sempre buscando assegurar ao ouvinte uma contenção da trama, necessária para sua “compreensão”.

Nesses aspectos, chama a atenção esta maneira pela qual o sujeito-narrador se apóia em regiões de sentido da memória discursiva, ligadas a temas universais que, de

¹⁰ Gallo (comunicação pessoal, 2009) chama a atenção para o fato de que o discurso narrativo é um discurso da oralidade, embora este último possa materializar-se por enunciados não narrativos.

acordo com Bakhtin (1990), tornaram-se mais visíveis em produções orais do que no romance.

Isso porque a escrita consolidou um disfarce em relação ao campo da oralidade, a qual está recheada desses temas universais. Ainda que haja diferenças entre as formas orais e escritas da língua, a parceria fecunda entre oralidade e escrita admite detectar semelhanças vistas, por exemplo, desde os épicos gregos e a invenção do alfabeto, como argumenta Havelock (1996a).

É o que vemos, por exemplo, num trecho da *Odisseia*¹¹ em que é imposto a Ulisses o dilema entre se entregar à imortalidade e permanecer junto à deusa Calipso ou partir em sua trajetória de retorno ao palácio onde sua esposa e seu reino permanecem vulneráveis e encarar a mortalidade e o confronto com a própria História. De acordo com Havelock (1996a), em épicos como esses, vemos o liame de convergência e divergência em que se encontram as práticas letradas, orais ou escritas.

Do ponto de vista discursivo, isso pressupõe admitir que as narrativas orais distribuem sentidos difusos e mostrados de uma maneira menos disfarçada, por exemplo, que num romance escrito, em que o autor procura trilhar a trama com mais parcimônia e comedimento lingüístico. Isso trava uma discussão da qual também procurarei me ocupar ao longo do trabalho, uma vez que aí reside a intervenção das relações de poder envolvidas na circulação dos códigos escritos.

Vemos, portanto, a relação entre um código, necessário para que o dizer se apóie num "já dito", e seus movimentos de interpretação, de traços de singularidade, o que interessa aos estudos sobre o sujeito (da Psicologia, da Psicanálise e de áreas afins), porque desses movimentos emergem traços de autoria, marcados pela particularidade e por sua ligação com a subjetividade.

Por falar em subjetividade, a produção narrativa tem seu disfarce também procedente das diversas maneiras de o sujeito falar de si e do Outro¹², como argumenta White (1991) ao levar em consideração esse disfarce para estudar a ligação entre o sujeito e a realidade¹³.

¹¹ Utilizo aqui a edição da editora "Abril Cultural (2002)", com tradução de Antônio Pinto de Carvalho.

¹² Trata-se do Outro da Psicanálise lacaniana, o qual sinaliza a incompletude do sujeito diante da linguagem. Trata-se do Outro, que dá consistência e é articulador dos significantes por meio dos quais emerge o sujeito. Esta é a noção de subjetividade, que na AD se fundamenta numa teoria de base psicanalítica lacaniana (PÉCHEUX, 1993).

¹³ É importante a contribuição de White (2001) para complementar o que o mesmo autor incorpora em trabalho anterior (WHITE, 1991), em que ensina sobre a relação das narrativas com a memória histórica. Da posição de historiador, interessado na escrita da História, White (2001) faz um paralelo entre tal escrita e o que ocorre na clínica em Psicologia. Para o autor, o historiador enreda um conjunto de

Tomando o paralelismo feito por esse autor, interessado em pôr as ciências humanas a dialogar, cabe ainda perguntar que lugar a ciência tem dado aos saberes cotidianos como as narrativas orais, que expressam a sabedoria, a memória coletiva que, por sua vez, firmam a identidade de uma sociedade?

Mas o que isso tem a ver com a relação entre sujeito e linguagem? Como as investigações das relações entre mito, ideologia e autoria podem contribuir com as ciências humanas e sociais na investigação da subjetividade?

Junto disso, repensamos os parâmetros de cultura e civilização do ponto de vista da noção de sujeito, uma vez que queremos mostrar as rupturas com o efeito ideológico da escrita que contribui para lhe assegurar predicados – como a meta-cognição e a abstração – de suposta superioridade lingüística e de controle da interpretação.

Contrariamente, este reabalho aposta num campo de análise que considera o imprevisto na linguagem e que parte da marcação pontual do lugar de onde as narrativas enunciam. Em relação às bases teóricas, a análise parte de conceitos teóricos que focam a consistência da preservação de um saber e considera sua importância para um projeto civilizatório do qual não fazem parte apenas a ciência, a propaganda, o saber jurídico, a escola, mas também a oralidade como articuladora, por exemplo, de um lugar menos excludente por parte da escrita e da ciência.

Concordamos com Pêcheux (1997a) quando afirma que o distanciamento da atividade científica em relação às práticas de linguagem é uma maneira de tornar o discurso científico mais poderoso e excludente. Assim, acreditamos que ao considerar que há contradição entre oralidade e escrita (e não uma dicotomia) lidamos com as formas dessa exclusão.

Ao investigar a autoria, estamos tocando num ponto crucial não apenas para a Psicologia, mas também para a Lingüística, uma vez que são os movimentos de interpretação que sinalizam a singularidade do sujeito, na medida em que emergem

acontecimentos para os quais dá um sentido particular, num misto que vai da estranheza e do mistério iniciais à familiaridade. Ele argumenta que isso não difere muito da psicoterapia, na qual o sujeito está imerso num lugar de estranheza em relação a muitos eventos passados de sua vida, que são manifestações de seu sofrimento por terem se tornados estranhos para ele. O paciente tece a trama desses acontecimentos com sentidos tão intensos que, reais ou imaginários, moldam sua colocação no mundo, na forma de um passado que retorna.

diante dos códigos da língua, contraditoriamente, também atravessados pelo Outro (no sentido lacaniano do termo).

Consideremos também o patrimônio e a soberania culturais envolvidos nessas narrativas. As narrativas são patrimônios da nossa cultura e, por revelarem a maneira de o nosso povo se organizar diante das práticas de linguagem por meio dos usos da interpretação da realidade, mostram sua maneira própria de lidar com os problemas ligados ao cotidiano. Isso se liga ao caráter mítico que os fortalece como prática de linguagem, porque tratam de questões caras à condição humana.

Vemos em tecnologias textuais da atualidade um movimento contrário a essa consideração, uma vez que o atual apelo ao narcisismo em massa se nega a lembrar nossa impotência diante da soberania da natureza, nossa relativa finitude, enfim, as limitações de nossa condição que repercutem em questões universais; todos esses temas são indiretamente levados em conta em narrativas orais.

Esses disfarces se apóiam numa escrita dotada de atributos racionais que conferem aos Mitos o lugar de inconsistência e de ausência da verdade, como se a verdade fosse única, ou apenas mais um entre diversos atributos tácitos da linguagem. Na contrapartida, quero mostrar que é pela relação entre sujeito e linguagem, pela maneira de o sujeito emergir por estratégias para lidar com temas universais, que sua condição de incompletude proporciona à verdade um valor relativo pois a singularidade emerge de um confronto, de uma tentativa de marcar fronteira em relação aos sentidos legítimos.

Essa discrepância entre dois modos de lidar com a verdade faz lembrar que na Grécia antiga, como argumentam Vernant & Vidal-Naquet (1991), as regras de conduta tinham seu alicerce nos Mitos recontados a cada geração. Isso mostra que, para além do império da razão, que culminou de alguma maneira também na formalização da ciência e no fortalecimento da tecnologia escrita tal como vemos hoje, os códigos da língua também são atravessados pelos lugares da memória narrada, que retornam para mostrar estes traços de singularidade do sujeito diante do Outro. Disso não se escapa.

A respeito da imensidão desse Outro, é preciso ficar atento às colocações de Cascudo (1984, 2003a) que de outro lugar teórico abre novos horizontes. Num de seus trabalhos (CASCUDO, 2003a), ele aponta que o folclore – aqui entendido como uma fatia da oralidade – é o maior espaço humano de pesquisa porque aponta uma

“psicologia coletiva” interessada em investigar na atualidade a “história normal do povo” (*idem*; p.9).

A isso denominamos discurso da oralidade¹⁴, o qual parte de uma demanda pela exterioridade discursiva. Adiantamos que esta “exterioridade” se sustenta numa ilusão do sujeito de traçar aspectos subjetivos desconectados de atributos objetivos, na esteira do que Lacan (1978) formulou a respeito do “mito individual do neurótico”. Ao mesmo tempo em que essa demanda pela exterioridade configura uma ilusão, ela se faz necessária para que ao sujeito seja possível enunciar de outros lugares em relação àqueles que lhe são destinados e nos quais é levado a acreditar por meio de evidências ideológicas. Adianto que essa discussão percorrerá os dois primeiros capítulos.

Nessa perspectiva teórica, o “conto popular” (expressão de Cascudo, 2003a) pode ser entendido como o material mais amplo e expressivo de confluência da exterioridade discursiva por meio da qual a oralidade se faz presente.

Ele é um vértice da memória coletiva a ser modificado pelas narrativas contadas; um documento vivo que informa sobre a história, a etnografia, os costumes, o jurídico, o social, as mentalidades, as decisões, os julgamentos de uma coletividade (CASCUDO, 2003a).

Meyer (2001), ao analisar o carnaval nos folguedos populares, compartilha visão semelhante, afirmando que nestes universos culturais, muitas vezes tão distantes das reflexões acadêmicas, aprendemos sobre estratégias de conduta, maneiras de se portar diante do Outro e da História.

Como, então, no caso do nosso *corpus*, são expressas nas narrativas, as “modificações” (ressignificações?) que estabelecem uma relação entre geral e particular, entre um enigma a decifrar (que tem a ver com mito e recalque em Psicanálise, por um lado; e memória histórica e ideologia em AD, por outro) e o que as sustenta, de maneira peculiar, porém ainda desconhecida, nesta entrada teórica, como posição de autoria?

Dentro e “fora” de disciplinas como a Lingüística, a Análise do Discurso, a Psicanálise e a Psicologia, a presente investigação pode ajudar a intercambiar lugares ligados a este Outro tão distante ao mesmo tempo tão arraigado no imaginário, ou seja, em nossa maneira de nomearmos as coisas para adentrarmos a cultura a partir de onde deciframos e reconhecemos partes da nossa história imersas numa coletividade.

¹⁴ Aqui entendido conforme a dispersão das vozes discursivas (TFOUNI, 1992b); e também conforme Gallo (2008, p.212), que, filiada a uma fundamentação sócio-histórica, alinhada a uma perspectiva discursiva explica: é “aquele que se estende sem “fecho” e sem efeito-autor, ou melhor, com efeito-autor irrelevante”.

Vamos partir do pressuposto que essas formas da coletividade se organizam em arquivos (no sentido dado por PÊCHEUX, 1997b, a ser explicado adiante); não no sentido documental, mas como implicações obrigatórias entre diversas formações discursivas que, articuladas, permitem à forma jurídica (que determina a interpretação do sujeito “livre”) tratar, por meio de formas singulares que aparecem no discurso narrativo, dessas questões universais.

Trata-se de considerar uma relação entre geral e particular, entre os gestos de autoria e os efeitos desse Outro, entendido como lugar do mito que, mesmo diante dos códigos e dos lugares de evidência da ideologia, permite a sustentação da singularidade.

A relevância, como apontada anteriormente, vem da contribuição que se pode dar às ciências humanas e sociais (incluindo a Psicologia) na investigação da subjetividade, considerando esta última como a constituição do sujeito pelo Outro, tomado em seu enigma mítico, de fundamental relevância no encobrimento e desvelamento desse enigma.

Sendo assim, de maneira geral, neste trabalho, meu objetivo é investigar, a partir de um *corpus* formado por narrativas orais contadas por uma mulher não-alfabetizada, a relação entre Mito, memória discursiva e seus mecanismos ideológicos na sustentação da forma individual do mito na posição de autoria e o lugar desta nas práticas letradas.

Para tanto, essas narrativas serão analisadas a partir da mobilização dos referenciais teóricos já mencionados, filiados ao paradigma indiciário de análise. Reservarei a este um lugar na discussão que segue no primeiro capítulo bem como no início do terceiro capítulo. Atrelando-me a meus objetivos mais específicos, pretendo desta forma: 1) contribuir para uma valorização das produções narrativas orais, tão presentes na cultura brasileira; 2) ampliar a discussão sobre o conceito de autoria, o que se faz importante à medida que a autoria pressupõe tocar a questão da contradição do sujeito que, alienado ao Outro, emerge por traços de singularidade que são cruciais na investigação sobre o papel da subjetividade diante das diversas formas textuais; considerando que estão em mutação acelerada, frente ao imperativo atual das mídias eletrônicas.

Ponderando-se a maneira peculiar pela qual essas narrativas se enlaçam à História e aos lugares e funções dos Mitos, esta pesquisa também pretende contribuir para pôr em relação os campos da ficção e da realidade.

Essa relativização, tão recalcada no discurso científico por conta dos usos da escrita, majoritariamente associados à racionalidade, à noção de controle individual do

objeto, contrapõe-se ao universo da oralidade. Estudá-la ajuda a romper com o efeito de completude e com o processo de reificação da escrita (PEREIRA, 2005), tornando-a menos excludente e, assim, contribuindo para sua maior consideração como intermediadora das práticas sociais, porque inclui os gestos particulares de autoria.

Por ora, diante dessas questões introdutórias e desses objetivos, asseguramos até então a fundamentação teórica minimamente necessária antes mesmo da análise do *corpus* para o acompanhamento da questão principal aqui pontuada.

Antes de aprofundá-la, é preciso sistematizar a relação entre mito e sujeito na AD e na Psicanálise. É isto o que configurará os dois primeiros capítulos da tese. No primeiro, mostro o envolvimento da noção de sujeito com este efeito de exterioridade por onde o discurso emerge como efeito. Nele, foi realizada uma revisão teórica acerca da noção de sujeito em AD.

No segundo capítulo, por sua vez, mostro o envolvimento entre a noção de inconsciente e mito com os três registros do sujeito na Psicanálise lacaniana bem como a relação entre arquivo e autoria no universo das práticas letradas.

No terceiro capítulo, encontra-se a formação e a análise do *corpus*, no qual são mostradas algumas formas de o sujeito lidar com o enigma – índice do real – e se posicionar por meio da autoria. Como será apresentado, isto ocorre basicamente de duas maneiras: por meio de um processo de ressignificação de histórias já conhecidas da tradição oral e por meio de decifrações de enigmas tecidos no próprio fio narrativo – intradiscursivo – por meio da alienação ao mito individual.

No quarto capítulo, investigo algumas checagens enunciadas pelo sujeito-narrador (exemplo: “você sabe o que é X?”) e que “interrompem” o fluxo narrativo. Trata-se de uma análise que indica uma escrita subjetiva do sujeito, que se posiciona também pela articulação discursiva e o confronto político implicado na circulação dos saberes envolvidos nas práticas letradas. Além disso, a análise também mobiliza sítios de significação, cuja filiação com a distribuição dos sentidos é sutil, uma vez que não aparecem sob a foma de modalizações explícitas. Mais adiante, por fim, aponto alguns caminhos para uma possível articulação entre memória, autoria e escritura do sujeito.

Capítulo I - O lugar do sujeito na Análise do Discurso

De acordo com Pêcheux (1993), o discurso sinaliza efeitos de sentido entre posições do sujeito, situadas conforme o aparato sócio-histórico que as determina. Este aparato inclui três determinantes: História, língua e inconsciente. De forma indissociada, eles adentraram o quadro teórico da AD, conforme, respectivamente: a releitura de Marx, por Althusser, considerando-se principalmente a questão da ideologia; a releitura de Saussure, pelos teóricos do discurso, incluindo a noção foucaultiana de sujeito do discurso (embora este autor não seja nomeadamente um teórico do discurso); e a releitura de Freud, por Lacan (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Acompanhando esse percurso epistemológico da AD, e sem a pretensão de separar esses determinantes, na primeira seção deste capítulo focarei o determinante histórico da Formação Social (FS¹⁵) a que o sujeito jurídico está submetido. Na segunda seção, a questão central é a língua e a maneira pela qual foi abordada em sua relação com a “exterioridade”, a qual se relaciona com o conceito de interdiscurso.

Adianto que procurei apresentar esses pilares teóricos de tal forma a já relacioná-los com as questões iniciais deste trabalho. Por conta disso, inclusive, o último determinante, o inconsciente, foi deixado para a primeira seção do próximo capítulo. Neste, após resgatar alguns pontos cruciais da noção de mito e sujeito em Psicanálise, apresentarei uma discussão teórica sobre mito e práticas letradas.

1.1) A noção de sujeito numa perspectiva discursiva

Sujeito. A que esse significante nos remete? Inevitavelmente somos acometidos pela imagem de um corpo. Essa imagem se fundamenta num lugar do imaginário, como veremos, que é da noção empírica de indivíduo. Seguindo esse estranhamento da acepção de sujeito, quero mostrar nesta seção como esta crença apaga as condições de produção da forma-indivíduo. Disso resulta uma restrição do campo de possibilidades de o sujeito ocupar outros lugares discursivos. Isso porque há ao menos um lugar para o sujeito diante do fulcro sócio-histórico mais amplo de que é efeito. Esse lugar, por sua vez, já está pré-definido por uma FS.

Para isto, as formas de assujeitamento que resultaram na determinação jurídica do sujeito do discurso são abordadas conforme a contraposição entre o discurso

¹⁵ O conceito de FS pode ser visto em Pêcheux (1993) como uma espécie de marcação material e histórica do campo de possibilidades fortemente delineadora da aparência que uma posição-sujeito pode assumir numa conjuntura sócio-histórica, seja no que pode ser dito, feito, imaginado. É pouco provável que fosse possível, por exemplo, comentar o tipo de vestimenta de um membro da sociedade num espaço privado como a sala de estar dos ambientes domésticos atuais.

monolítico da Igreja católica e o “nascimento” de outras “fronteiras interpretativas”, relacionadas ao discurso jurídico. Em meio a essa discussão, mostrarei qual o papel da noção de Estado moderno no delineamento da FS do modo de produção capitalista (MPC) e como o olhar do Estado sobre a esfera pública e privada consolidou o discurso científico.

Quero mostrar como alguns traços da Formação Social do MPC fizeram crer na unidade do indivíduo em detrimento da dispersão do sujeito; como se tornou possível acreditar na ilusão do sujeito como marca corpórea, quando, na verdade, o sujeito é atravessado por uma dispersão sócio-histórica.

A consideração do aspecto sócio-histórico da noção de sujeito permite considerar que existem várias posições a serem ocupadas, ou, pelo menos uma diferente daquela que se imaginava adequada ou já circunscrita por uma visão objetiva e coisificada.

Nisso reside o fundamento de que nas narrativas a serem analisadas, convivem diversas Formações Discursivas, que são porosas em relação às posições-sujeito que possibilitam. Pela noção de sujeito, é possível nelas admitir que, mesmo não-alfabetizado, o indivíduo ali “interpelado em sujeito” (aspas minhas; cf. PÊCHEUX, 1993) pode ocupar diversas posições ao longo de sua produção lingüística, e não somente aquela que lhe era “destinada” pela forma-indivíduo.

A forma-indivíduo é entendida aqui conforme as contribuições de Henry (1992); ou seja, trata-se de uma forma-sujeito específica determinada pelo discurso científico que tenta igualar o objeto real (desconhecimento das “coisas a saber”) a um objeto de conhecimento. Entretanto, esta tentativa é operada por uma “ferramenta imperfeita” (expressão do autor), ou seja, por um instrumento supostamente não neutro, a linguagem, que sob a forma de discurso, confere poder àqueles que distribuem e legitimam sentidos. Esse poder simbólico se fundamenta num truque imaginário: a incompletude que também determina o discurso científico é assim disfarçada, sendo que neste discurso está o lugar por excelência destinado à forma-indivíduo, pois tenta deslocar-se da própria linguagem que constitui o sujeito no simbólico, para sustentar uma ilusão de controle neutro da interpretação.

Para fundamentar essa discussão, inicialmente quero me ater àquilo a que Foucault (1995) denomina formas de objetivação. Foucault (1995, p. 235) aponta que a palavra sujeito sugere uma “forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. O autor

comenta que ao longo de sua obra examinou as diversas formas de objetivação que nos transformam em sujeitos.

Para delimitá-las, ele examinou os diferentes modos de atuação destas formas de objetivação: a investigação científica, com sua crença numa História Natural; as práticas divisoras, ilustradas por meio de formas excludentes e dicotômicas de rótulos (louco-normal; doente-sadio); e, por fim, a sexualidade.

Dentro disso, ele argumenta que foi necessário examinar as várias racionalizações postas em jogo nesses modos atuantes de sujeição, e não apenas fazer uma única projeção racional, para uniformizar o tema da sujeição à objetivação. Dentro dos limites dessa discussão e sem adentrar cada uma dessas formas, interessa-me salientar o papel do discurso científico na crença da unidade individual do sujeito.

Para a forma individual do discurso científico, qualquer contato com a constituição histórica do sujeito é uma ameaça. Isso porque apontar para essa constituição vai de encontro à uniformização das práticas investigativas.

Para argumentarmos sobre essa consolidação é necessário analisar o conturbado período que abrange a consolidação dos estados europeus modernos. Nesta consolidação, existem meandros das formas de assujeitamento das subjetividades que dizem muito a respeito do predomínio da noção de indivíduo preconizada pela ciência.

Vale adiantar que essas formas de assujeitamento incluem o sujeito jurídico. Antecipadamente, é preciso dizer que o sujeito jurídico compreende o lugar discursivo que se constitui pela fonte e responsabilidade dos atos perante o Estado, e não mais perante o plano divino. Em termos lacanianos, acredito que ele é a marca simbólica do efeito imaginário da liberdade individual no Modo de Produção Capitalista (MPC).

Dentro dessa discussão, é conhecida a influência da nobreza e da Igreja católica sobre o início dos estados modernos. Em meio a ela, tal como apresentarei, temos as influências exercidas pelo Renascimento cultural, bem como pelo simbolismo da Revolução Francesa na unificação das diversas formas de assujeitamento em torno desse ideal de liberdade, que fortaleceu o sujeito jurídico¹⁶.

¹⁶ Não pretendo aqui um retrospecto de “idéias” ou “épocas” históricas, mas considerar algumas práticas discursivas influenciadas pelas diferentes formações sociais, as quais, de acordo com Pêcheux (1993), podem ser entendidas em função do aparato sócio-econômico dos modos de produção. As formações discursivas, por sua vez, referem-se a quem e ao que pode ser dito. Todo esse suporte faz parte do próprio trabalho do analista com a regularidade da memória discursiva, o qual, de acordo com Pêcheux (1999), imprescinde do trabalho do historiador, uma vez que o trabalho deste também contribui para tal regularidade.

É o historiador Duby (1993) quem ajuda no início deste percurso ao tratar de aspectos da Alta Idade Média, fornecendo algumas pistas acerca de um momento transitório e difuso da História Ocidental: as alianças entre a nobreza e o clero na configuração do assujeitamento servil.

Nesse período, a vulnerabilidade do servo se alimentou da sua condição de escravo, caracterizada pelo atendimento que prestava à Igreja e à nobreza. Os servos eram os provedores de alimentos para as guerras e as grandes viagens dos reis.

Alguns destes, influenciados pelos povos bárbaros, mantinham os servos temerosos à custa de resqúícios militares das leis romanas. Esse protótipo de assujeitamento estatal era reforçado ainda pelo exagero nos encargos de origem pública, tal como aponta Duby (op.cit.) a respeito do *Obsequium*, que era o provimento, feito pelos servos, de alimentos às tropas.

Além desse aspecto material, a posição ocupada pelos senhores feudais alimentava a crença numa certa barreira lingüística, que era mais visivelmente marca, e era indiciava certo exclusivismo de uma camada social no uso de um código (PÊCHEUX, 1990b). Essa barreira de longo alcance já delimitava o que se podia falar acerca da religião e do poder, em geral; tratava-se de um mecanismo de espelhamento, para a multidão, da restrita imagem que podia ter dela mesma. Assim, as figuras de poder tornavam-se quase sua única imagem de referência.

Pêcheux (1990a) afirma que poucos tinham acesso a essa circunscrição dos modos de produção e de conduta, cujo domínio era representar um alhures, inclusive pela correspondência entre o reino divino e o terreno. Nessa minoria, estavam incluídos os religiosos, os senhores feudais e os monarcas.

Concorde com Pêcheux (1990b) é esse o pano de fundo da ideologia religiosa na dominação da formação social feudal e monárquica. Podemos considerar que há aí uma sobredeterminação, no sentido de um domínio da ideologia religiosa sobre o controle já exercido por ela na aliança com o poder monárquico e feudal.

De outro lugar teórico, Ginzburg (1989) analisa o controle que a Igreja católica mantinha sobre a interpretação dos textos sagrados. Para ele, é um discurso monolítico, o qual circunscreve o poder por ela exercido, principalmente nos séculos XV e XVI, sobre o conhecimento proibido.

Numa de suas análises, o autor expõe a exortação de São Paulo na epístola aos romanos e a conversão destes ao cristianismo, tal como contada na mensagem de Nicolò Malermi, um dos primeiros tradutores da Bíblia para o italiano. Inserido neste relato, há

um traço de interpretação de Malermi, quando diz “não queiras conhecer as coisas altas” (Ginzburg, 1989, p.97). Como podemos analisar a partir do que mostra o autor, vemos nesse enunciado o apagamento dos referentes necessários para uma maior circulação dos sentidos acerca do que é referido como “coisas altas”. Isso mostra a tentativa da Igreja católica em firmar esse discurso monolítico por meio do controle da interpretação.

Essa análise inicial já aponta questões caras à AD e contribuem para considerarmos inicialmente o jogo imaginário que se infiltra na linguagem. Afinal, quem fala para quem sobre o conhecimento proibido? Qual tipo de conhecimento é o proibido? A quem é proibido?

Pela AD, sabemos que a relação opaca entre o sujeito e a linguagem se constitui pela interpretação. Ao fazer essas perguntas, um sinal de polissemia se instala. Mas essa possibilidade, naquela Formação Social (FS), anterior ao MPC, estava severamente limitada.

Mesmo assim, como vemos em outros trabalhos desse mesmo autor, apareciam sinais de rupturas. É o caso do moleiro italiano Menocchio que expõe no tribunal inquisidor sua própria interpretação da origem do mundo. Trata-se da obra “O Queijo e os Vermes”, em que Ginzburg (1987) mostra o comprometimento do anonimato diante de lugares rigidamente estabelecidos para a interpretação dos textos sagrados. Na esteira das rupturas, ainda posso apontar a análise que o autor faz de crenças que escapavam àquele controle, como é o caso das práticas de feitiçaria analisadas em “Os Andarilhos do Bem” (GINZBURG, 1988).

É válido já adiantar que as investigações desse autor no que se refere à incisão da dispersão da atividade interpretativa diante de uma leitura do mundo se enquadram num debate sobre dois paradigmas científicos antagônicos, o indiciário e o galileano, os quais mantêm uma relação de contradição que servirá de base a este trabalho.

Apresentando-os brevemente, posso dizer que em relação ao primeiro, Ginzburg (1989) compara o método indiciário à própria atividade de caça e mostra como sua formalização ocorreu em fins do século XIX, durante a atribuição de autoria às obras de arte encontradas num acervo de pinturas abandonado ao esquecimento. No trabalho detetivesco feito pelo artista Morelli, era a postura de interpretar traços aparentemente irrelevantes, como manchas, rabiscos nas molduras, tipos de materiais utilizados, que denunciava a trajetória dessas obras e de seus autores.

Trata-se, portanto, de uma conduta na maneira de lidar com os “dados” da realidade em que o mais importante são as pistas, aparentemente sem sentido, ou pouco importantes, que fornecem um campo rico para a interpretação por remeterem de diversas maneiras ao que as antecede.

De volta ao discurso monolítico religioso. Durante longo período, a interpretação divergente de pistas encontradas nas sagradas escrituras foi submetida ao rígido controle interpretativo da Igreja católica. Isso demonstra que a assunção do sujeito como intérprete tomou outra forma a partir do conhecimento científico vinculado ao MPC. É instalada a ilusão da interpretação livre.

Isso ocorreu, em parte, por conta da ruptura provocada pelo paradigma galileano de interpretação dos dados da realidade. É porque nele se configura um controle mais voltado para a realidade material, entre o reconhecimento de que há inevitavelmente pistas que escapam e a padronização destas. É emblemática a interpretação galileana que afronta nesse período o monolitismo eclesiástico e que resulta na perseguição de seu “autor”.

O paradigma galileano sugere que o conhecimento das causas é condição *sine qua non* para verificar a evidência dos efeitos. As causas são de natureza vária, o que sugere seu caráter de pistas, que são afuniladas, agora, não mais pela Igreja, mas por um procedimento prático de análise da realidade (GINZBURG, 1989).

Sendo assim, Ginzburg (1989) nos fala que o paradigma galileano “nasce” com a chamada ciência moderna, mas que não antecede propriamente a existência do indiciário (tão antigo quanto a caça e a coleta); antecede sim a sistematização deste, como visto, ocorrida no século XIX. Vale ressaltar a proximidade da Psicanálise ao paradigma indiciário, proximidade esta explicitada pelo próprio autor e à qual acrescento a proximidade da AD.

Vemos dessa forma algumas repercussões do paradigma galileano na noção de sujeito jurídico e na destituição do quase exclusivo poderio clerical, que dá lugar à consolidação da noção de indivíduo no discurso científico.

Mesmo assim, voltemos ao assujeitamento religioso. Acerca dele, Ginzburg (op.cit.) relata o ponto crucial da retomada dos textos antigos e da busca por eles na construção das grandes bibliotecas, dos séculos XIV e XV. Nisso inclui-se a persistência da Igreja no domínio da interpretação, concomitante ao “nascimento” da ciência.

Burckhardt (1991) aponta que o legado dos textos clássicos obrigava um trabalho incessante de tradutores e copistas. Entre estes, chamados *scrittori*, destacavam-se os que dominavam o grego. Esse tipo de abordagem da circulação, principalmente dos textos clássicos da Antigüidade, fortaleceu a construção das primeiras grandes bibliotecas do século XV. Nelas predominavam os manuscritos gregos preferidos pelos patriarcas da Igreja da época, o que nos atesta seu poderio, bem como predominava a totalidade das obras de medicina. Entre os mais modernos acervos havia, ainda assim, alguns autores de fins do século anterior, como Dante e Boccaccio.

Ainda no campo dos domínios da interpretação religiosa, mas já renunciando a forma do sujeito jurídico, Haroche (1992) mostra que houve nesse percurso um achatamento da noção de sujeito à de indivíduo por meio de uma sistematização do aparato jurídico e da ciência psicológica.

Toda essa passagem é explicada pela autora quando aponta o caso da França, onde, com a promulgação do Editto de “Villers Cotterets”, de 1539, autorizou-se a apropriação do discurso jurídico pela incisão do controle da ambigüidade até então exercido pelo dogma religioso. A partir de então, quem passou a delimitar mais nitidamente quem era o sujeito e a que código deveria se orientar foi o discurso jurídico, que tomou a dianteira por meio de formas insidiosas de um assujeitamento interior e indispensável à sustentação de uma economia nascente e livre, suportada pela ficção de que o sujeito podia usar a linguagem como bem entendesse.

No lugar do texto religioso, o texto jurídico prevaleceu como novo referencial de “exterioridade” do sujeito, a quem deveria se reportar na legitimação de suas atitudes públicas e privadas. Este parâmetro também serviu para nortear outra abordagem da introspecção, que passou a ser controlada, de forma cada vez mais bem delimitada, pela ciência psicológica.

Concomitantemente, vemos, portanto, que os mecanismos coercitivos de individualização impostos pelo poder do Estado contribuíram para configurar outro mecanismo de interpelação do sujeito; sobre o que pode falar, ou calar-se, de que maneira e em quais circunstâncias se assenta sua capacidade de gerenciar individualmente suas escolhas e atitudes.

Até chegar-se a isso, há antes o início da interpretação jurídica dos códigos nacionais. Sendo assim, é preciso enfatizar que já com o Renascimento temos formas dessa perscrutação do público e do privado. É o que já ocorria pelo uso da gramática, que consolida o caráter político da linguagem. Na “Itália”, por exemplo, o florentino

começa a se impor como a língua da burguesia nascente e livre, que lutará pela unidade nacional (BURCKHARDT, 1991).

Nessa aliança entre gramática e unidade nacional, formas como a elipse e a incisa começam a tentar adequar a linguagem às formas do “bem dizer”, num controle cada vez menos claro, porque cada vez mais sutil, das posições entre intérpretes e executores, afins e alienados das atividades de interpretação na linguagem (HAROCHE, 1992).

É com isso que chegamos às diversas formas de injunção fornecedoras de aparências de linearidade a qualquer texto, seja por meio de mecanismos gramaticais, como coerência, coesão; seja pela adequação de locuções adverbiais e conjuntivas (exemplo: na gramática, quando utilizamos “se por um lado”, torna-se obrigatório colocarmos “por outro”), o que contribui para o controle jurídico da interpretação.

É nisso que reside, de acordo com Gadet & Pêcheux (2004), a eficácia do domínio do formalismo burguês. Diferentemente do domínio feudal, que supunha barreiras lingüísticas mais visíveis em relação aos súditos, posto que os senhores feudais eram ouvidos majoritariamente sobre o que deveria e poderia ser dito, a burguesia pretendia enfrentar as diferenças e absorvê-las, pelos vários mecanismos de interpenetração no campo dos dominados. Assim, algumas das diferenças notadas e vistas entre, supunhamos, o homem de tais características físicas, a mulher de determinadas vestes, ou o senhor de tais hábitos, é que todos eles passaram a se submeter à universalidade do jurídico.

Dentro do universo jurídico, as características individuais passaram a servir de aparente contraponto à totalidade, uma vez que, diante do jurídico, o sujeito é todo mundo e ninguém, até que passa a ser “um apenas” ou “apenas um”, a depender de como escapa à norma. Com isso, pouco espaço há como já se esboçava no modo de produção feudal, para a singularidade, uma vez que o anonimato diante da Lei dá o tom da individualidade, da suposta igualdade entre todos, ou seja, da êquanime união ao Estado.

De acordo com a análise de Pêcheux (1990b), a partir de então, para tornar-se cidadão é preciso libertar-se dos particularismos históricos. Ao comentar isso, o autor circunscreve o Direito como a língua de madeira da atual FS, ou seja, a língua que tenta apagar a constituição sócio-histórica da linguagem.

Infiltradas nesses mecanismos, sobretudo da ordem jurídica, estão as diversas lutas contra o poder étnico, social ou religioso que, de acordo com Foucault (1995),

atravessam a História mostrando formas complexas de sujeição da subjetividade. A esse respeito, Foucault (1995) aponta que nas sociedades feudais, por exemplo, destacavam-se as formas de luta contra os poderes sociais e étnicos, mesmo considerada a importância do aspecto econômico de alguns grupos¹⁷. Mas, essas lutas dão lugar ao caminho “Direito” da sujeição, que se pretende cada vez mais universal.

De acordo com ele, os formatos de sujeição e subjetividade estão ligados à constante luta de nossas sociedades contra a sujeição, afinal as relações de poder e a insubmissão não se separam. Nessa perspectiva, Foucault (1995) também cita o exemplo da Idade Média, em que a luta contra o poder moral e religioso deu forma a esse tipo de subjetividade.

Todas essas formas de sujeição apontadas por Foucault (1995) sinalizam a importância do Estado. Na visão de Foucault (op.cit.) especificamente, esse marco vem do papel do Estado numa forma de sujeição da subjetividade por meio de mecanismos totalizadores e individualizantes, que têm origem no “poder pastoral” do cristianismo.

Sem entrarmos na profunda análise que tal autor faz desse tipo de poder, é importante esclarecer que tal poder inclui principalmente uma salvação individualizante, um novo código de conduta. É a doação do pastor ao coletivo e não mais a submissão dos súditos ao rei. O Estado é a nova forma do poder pastoral porque seu poder se assenta na promessa de salvação da população ou do indivíduo (FOUCAULT, 1995).

Os mecanismos da interpelação assegurados pelos mecanismos jurídicos são descritos por Pêcheux & Fuchs (1997), por sua vez, como um “congelamento” da constituição do sujeito à categoria ideológica de indivíduo, que designa a necessidade de cada qual ocupar seu lugar. Isso porque a fonte pela responsabilidade dos atos não vem mais de Deus, mas do Estado capitalista, como ensina Althusser (1996). Foi assim que a ameaça da dispersão histórica do sujeito se amenizou, ou seja, pela utilização desses mecanismos jurídicos que convergiram para sua unidade individual.

Para Pêcheux (1993), é ao analisar essas formas da determinação jurídica que se detecta o lugar privilegiado que demonstra a importância de se articular sentido, sintaxe e ideologia. Tendo já apontado o papel das gramáticas nacionais, é preciso dizer que com a determinação jurídica também se torna possível ver o fortalecimento do discurso científico.

¹⁷ A esse respeito, vale lembrar o que apontam diversos historiadores acerca dos dividendos proporcionados à Coroa portuguesa pelos judeus cristãos novos; vangloriados como burguesia nascente e perseguidos como minoria étnica (HOLANDA, 2000).

Isso ocorre por meio do afloramento dos termos técnicos, mais especificamente, a autorização e legitimação de uma interpretação específica, a do especialista. O respaldo jurídico desse mecanismo vem da delimitação do lugar que cabe a cada indivíduo, porque diz quem é o sujeito a partir de usos específicos da linguagem que, em última instância, alimentam-se do controle da significação e do isolamento das formas da língua¹⁸.

Até aqui já foram enfocados em parte, os papéis da Igreja católica e do Estado. Dando seqüência ao rumo traçado para esta argumentação sobre as formas do assujeitamento, podemos considerar ainda a especificidade das contribuições de Burckhardt (1991) acerca do Renascimento cultural italiano. Esse autor, por sua vez, contribui com um diálogo entre as produções culturais e o fortalecimento dos ofícios envolvidos na construção da ciência moderna. Como aponta o autor, nesse período houve certa tentativa da burguesia de controlar a introspecção e o reconhecimento de si. É a tentativa de não mais se identificar com as semelhanças entre raças, povos e corporações guerreiras e servis aliadas ao monolitismo da Igreja, mas marcar um lugar discursivo legitimado pela exclusividade de seus artefatos culturais.

A subserviência religiosa cedeu lugar à tentativa do reconhecimento de si. Isto não ocorria tomando-se como referência outra figura anônima, mas sim por meio do destaque da produção cultural daqueles que mantinham posições sócio-econômicas privilegiadas. O fortalecimento das tecnologias, das artes liberais e, por fim, das ciências que regem novas formas de conduta, servem de referentes norteadores para se interpretar o lugar de ocupação de cada um. É nesse período, por exemplo, de acordo com o mesmo autor, que vemos a ênfase no aparecimento das diversas biografias. É quando muitos romancistas surgem, então, para retratar figuras singulares.

De acordo com Burckhardt (1991), registrar as glórias nativas, por exemplo, fazia nascerem relatos biográficos por meio de legendas em anais dos mosteiros ou por retratos que destacavam figuras de posições ilustres numa visão de coletividade ainda atenta ao singular. Nesse período de efervescência é que aparece a vida de Dante Alighieri retratada por Boccaccio.

Sobre esse período, Heller (1982), por sua vez, aponta que aquela que era considerada a cultura erudita já possuía expressões circunscritas por meio de suas

¹⁸ Adiante, a partir da formação do *corpus* de análise deste trabalho, procurarei mostrar que para as formas orais e escritas da língua não existe um lugar específico e determinado. Nem tampouco um controle da significação no que se refere à interferência da disputa dos sentidos presentes na tentativa de sustentação do fio narrativo.

metáforas próprias, por exemplo, quando se ocupava da decifração das pinturas. Em suma, isso exemplifica que a formatação de um código, disponível para a interpretação de cenas do cotidiano, já dava mostras do fortalecimento da burguesia.

Numa conjuntura convergente para a visibilidade da singularidade, temos, entretanto, um desnivelamento dessas produções. Apenas as figuras próximas ao rei a conquistam. Entretanto, a maior alternância no poder, em Florença, por exemplo, dava mais subsídios de singularidade a alguns segmentos da sociedade, como aos líderes do povo. É a força do nascimento ainda prematuro da burguesia (HELLER, 1982). Importante, com isso, é apontar que a singularidade passa a agregar valor e vestir diversas roupagens, ainda que para tal mantenha-se como privilégio de poucos diante do anonimato de muitos.

Algun protótipo da ciência moderna é visto nas artes liberais, tal como essas começam a se configurar naquele período. Os talentos e os ofícios citadinos e cotidianos são incorporados nesta conjuntura de mercadores venezianos e burgueses florentinos, mas de uma forma que o aparecimento e a valorização da singularidade das artes liberais, e as oficinas de âmbito privado, dão lugar ao anonimato e à universalidade da ciência moderna (HELLER, 1982).

Com relação à consolidação da ciência moderna, é importante ressaltar o que Heller (op.cit.) aponta acerca da separação entre a arte do ourives e a arte erudita. É possível fazer uma leitura que mostra que tal separação passa a alimentar o código burguês como este outro lugar do controle e legitimação da interpretação a partir do qual o discurso científico se fortalece.

A burguesia ainda começa a apontar quais são os costumes, por meio de retratos da vida cotidiana, a serem seguidos por aqueles que pretendem se destacar como burgueses e não mais como citadinos comuns. Isso pode ser considerado um efeito de evidência imaginária de uma determinada relação entre o âmbito público e privado para situar o que é da ordem da técnica e do saber erudito.

Inserida nesse processo, a ciência moderna nasce por meio de alianças com as artes liberais em seu compromisso de universalizar o conhecimento. Heller (op.cit.) mostra que isso se dá pela publicação e transmissão pública de resultados e não com a passagem de saberes de ofícios de geração a geração, tal como ocorria com as formas enfeitadas dos segredos familiares a serem transmitidos e em que se acreditava até então. É o início da legitimação da interpretação controlada pelo especialista em uma

área do saber, e consolidada pela universalidade, tal como também é analisada por Pêcheux (1993; 1997 a,b).

O atributo da razão, voltado à universalidade, começa a se alimentar pelo apagamento das singularidades das artes liberais e dos diversos ofícios que se aglutinavam em variados âmbitos já carregados de privacidade doméstica. Ao mesmo tempo, tal universalização desemboca no apagamento de qualquer possibilidade de introspecção. Isso porque esta começa a ser colada às formas do individualismo e não mais se alimenta das trocas de experiências, nas quais se baseavam os diversos ofícios. Assim, vemos que a ciência começa a se fundamentar na separação mais evidente entre a arte (a que se alinha a oralidade e o discurso narrativo) e a *techné* (a que se alinha o discurso da escrita e o discurso jurídico).

No lugar das artes liberais, a ciência traz o anonimato da repetição dos procedimentos de análise do mundo que não atenta para os traços de singularidade que insistem em deixar suas marcas. Heller (1982) mostra a este respeito como o incremento da vida burguesa transformou as práticas de atividade consideradas externas, em meras formalidades da vida social.

Cada vez mais na convergência para a universalidade, as diversas formas dos saberes dão lugar apenas àquela que fortalece a forma-indivíduo. É o que Rudolf zur Lippe (2005) mostra quando aponta a geometrização universal das atitudes como recurso que se desenvolveu junto às atividades militares. Isso ocorreu pela incidência das chamadas ciências da natureza e das artes na perscrutação do microcosmo dessas atitudes. Tal inspeção as lançava no campo amplo dos universos a serem (re) descobertos. Como exemplo, temos o fortalecimento do colonialismo e a disputa política entre diversos povos.

O mesmo Rudolf zur Lippe (2005, p. 142) aponta que: “a realidade do espaço geográfico e histórico estava estruturada de acordo com os esquemas neutros da geometria (...)” que, por sua vez, “domina, eclipsando a natureza geográfica e fazendo desaparecer os vestígios da história”.

A relatividade do espaço euclidiano, tomado como referência absoluta até então, contrasta e sofre acréscimo dos determinantes históricos de uma conjuntura que caminha para leis universais. É o momento de grande influência da visão galileana do mundo na consolidação da ciência moderna pela crença na evidência direta da matemática que está na natureza. Nessa conjuntura, de acordo com Calvino (2000b), Galileu metaforiza o livro da natureza escrito em linguagem matemática, o que requeria

um sistema combinatório para dar conta da multiplicidade do universo. É o “início” do que ganhará fôlego com o sujeito jurídico.

Na seqüência, a introspecção, que passa a ser palco da coletividade, começa a tomar a forma do indivíduo mensurado até onde é possível à ciência alcançar seu campo imaginativo.

Juntamente com a consolidação da mensuração científica do indivíduo que auxilia as normas, as punições e a exposição pública em geral, permanece um sujeito cada vez menos conhecedor das formas de designação indeterminadas que o coage. Nas palavras de Haroche (1992, p. 206): “esta indeterminação o designa e o mergulha no anonimato de novo, o interpela, o tranqüiliza e o angustia, o refere, o nomeia, o convoca e o rejeita, joga à vontade com ele em nome do Estado”.

Como aponta Haroche (1992), a eficácia deste novo aparato simbólico (que inclui a escrita jurídica) manifesta-se pela tentativa de exclusão da exterioridade sócio-histórica (afinal, não interessa mais perguntar: Quem é este sujeito? A que clã, pátria ou família pertence? Quais suas habilidades mais tradicionais e singulares?) que privilegia a neutralidade da forma racional do saber. É assim que uma Psicologia incipiente ganha força com o empirismo e com a matematização do comportamento.

Haroche (2005) analisa os gestos cotidianos de deferência e de condescendência, outrora bem delimitadas entre vassalo e soberano, tal como são modificados pelas democracias. A indeterminação das designações, ou seu rígido controle cada vez mais imbuído do anonimato (por meio dos registros gerais, numerados, etc.) apregoam a desatenção de si em meio à efemeridade do cotidiano, disfarçada de atitudes supostamente independentes. Desse modo, o orgulho e a auto-estima, tão difundidos atualmente e que têm raízes na liberdade individual apelam para a conquista individual de sucesso, de exposição pública. Mesmo assim, tal controle escapa. Por ser dispersa por excelência, a deferência é um artifício de difícil aplicação nas democracias liberais; se no Antigo Regime, era bem delimitada pela hierarquia, por outro lado, nas democracias, a obrigatoriedade da distribuição igual de atenção às pessoas aumenta as preocupações com as aparências e com a afirmação da autoconfiança que valoriza excessivamente a apresentação de si pelo orgulho e pela arrogância.

A esse respeito, Pêcheux (1981) explica que a razão da ciência jurídica passa ser a de que tudo (coisas e pessoas) pode ser identificado, o que aponta a tentativa de fazer coincidir, por meio da linguagem, o real (o caráter de impossibilidade do conhecimento total) e a nomeação. Para isso, o Direito também se serve dos equacionamentos da

matemática, bem como das ciências naturais. Os enlaces entre as várias especialidades visando uma concepção de indivíduo repercutem também nas chamadas ciências humanas, que passam a fazer uso desde Galileu e Descartes, de uma concepção universal do sujeito.

Aprofundando as questões ligadas a esse momento de incipiente tomada de fôlego do discurso científico, diretamente influenciado pela possibilidade de matematização do conhecimento, é oportuna a apresentação da interpenetração entre paradigma galileano e cartesianismo tal como aborda Pêcheux (1971a).

O autor analisa a ruptura provocada pela universalização do conhecimento trazida pelo paradigma galileano, considerando que tal ruptura não se reduz à figura de Galileu, ainda que ela seja emblemática. Ele ainda aponta que essa ruptura foi levada a efeito pela conjuntura já presente num determinado universo discursivo, pois que atrelada à circunscrição desta universalização do homem já encontrada em Aristóteles. Ao examinar as diferentes concepções sobre o eletromagnetismo, por exemplo, mostra que o cartesianismo resultou em parte dos efeitos da posição aristotélica (o vitalismo e o animismo) e da posição galileana (dos mecanismos), preocupadas em conhecer os obstáculos e as forças epistemologicamente “progressivas” das partículas da natureza.

A partir de uma análise aprofundada, Pêcheux (1971a) conclui que a maneira de se entender a atração eletromagnética do ponto de vista cartesiano apresentava questões epistemológicas já problemáticas desde o referencial aristotélico. O autor posteriormente analisa a relação de contradição dos saberes, uma vez que para ele havia um uso dessa espécie de enciclopedismo aristotélico, semelhante ao uso da ciência régia, ou seja, transcendente para outras formas de saber, por meio dos quais Galileu tenta sistematizar a matemática presente numa natureza ainda não descoberta.

Para Pêcheux (idem), tal influência ganha fôlego na exortação do animismo pelo cartesianismo, que, ao defender o exame a olho nu dos fenômenos, de certo modo resgata a importância aristotélica dada ao campo perceptivo, para com isto, chegar até as partículas mais internas e imperceptíveis dos corpos. Isto porque ao invés de servir-se antecipadamente apenas da crença da “vida” dos elementos da natureza como base para explicar a atração entre um ímã e um metal como o ferro, por exemplo, fornece elementos para se adentrar fundo o campo da observação perceptiva como recurso humano para lidar com a natureza.

Por fim, Pêcheux (op.cit.) mostra que essa nova crença da observação permanece como interpretação dos fenômenos naturais durante o século XVIII, ao

mesmo tempo no discurso dos *savants* e na prática experimental deles. O cartesianismo porta, para além do materialismo galileano do homem e do mundo, a importância das imagens observadas e refletidas nas tecnologias; ou seja, o cartesianismo começa a dar forma àquilo que desenha o poderio do discurso científico: sua especialização. E esta se consolida pelo mecanismo de poder da autorização em se enunciar sobre este ou aquele assunto, após uma visão (um olhar magnânimo) sobre este.

Com a Psicologia, por exemplo, como mostra Haroche (1992), a introspecção também fica refém do olhar universal e mecanicista e não escapa da tentativa de controle da dispersão da interpretação a partir da observação das partículas mais pormenorizadas de um fenômeno “psíquico”, invisível a todos e visível ao especialista.

Parece que algo parecido ocorreu no caso do eletromagnetismo, o que permitiu o aprimoramento do uso da bússola, por exemplo, e autorizou o deslocamento longínquo. Apareceram também acessórios das sessões elétricas que chamaram a atenção da população num grau de particularidade que permitiu compreender a ideologia teórica do magnetismo e da eletricidade no lugar de uma dupla sobredeterminação. Vemos aí uma taumaturgia, cujo dom é de chamar a atenção da população provocada pelos efeitos taumaturgos das soluções ou descobertas curiosas sobre o mundo (PÊCHEUX, 1971a).

De acordo com Pêcheux (1971a), esse mecanismo misturou a subversão da ordem aparente da natureza e a oposição da atividade instrumental artesanal com o exercício de diversas modalidades do poder político.

A partir do que foi debatido aqui e indo ao encontro desta consideração, vale acrescentar que, além dessa influência indireta do aristotelismo, tal como vimos na análise desse autor, há concomitantemente no discurso científico, uma retomada mais explícita das insígnias aristotélicas no controle do estudo da língua.

Tal retomada pode ser vista nos exercícios retóricos da Igreja, como mostra Haroche (1992) ao analisar a consolidação das gramáticas nacionais como lugar da adequação do bem viver aristotélico ao bem dizer; ou seja, à língua sem excessos (incisas) ou faltas (elipses) que repercute na transformação das artes liberais de ofício em formas universais do conhecimento.

A esse respeito, Pêcheux & Balibar (1971) explicam que a partir de Galileu há uma ruptura mais contundente no discurso científico. Com ela, as posições descontínuas, que recusam o desenvolvimento contínuo do “conhecimento comum” ao conhecimento científico, se fortalecem. Com isso apagam-se os resquícios históricos de qualquer forma de construção de um saber considerado demasiadamente anônimo e

comum. Na medida em que este é deixado de lado, fortalece-se um anonimato regido pela égide do que é considerado um saber científico, distinto de todo o resto.

Nesta mesma linha de argumentação, Fichant (1971) aponta que se torna assim inevitável avizinhar a História da Ciência e a Filosofia. Fichant (op.cit.) aponta que a crença na unidade do espírito já presente em parte da Filosofia é o provimento que contribuiu para o fortalecimento da noção de indivíduo. Os predicados deste passam a ser atributos exclusivos da razão e da introdução da possibilidade de matematização do comportamento vista no cartesianismo. Estava implicada uma convergência dos diversos saberes para sua unidade, o que já fornecia mostras do que resultaria nas posturas científicas do século XVIII, aliadas do fortalecimento do sujeito jurídico.

Nessa perspectiva, o autor explica como a concepção cartesiana do passado se assenta numa crença no “progresso” da História da Ciência. A consciência individual do passado como condição histórica e como maneira de desenvolvimento orientado para um determinado porvir leva ao manuseio desse passado pelos saberes organizados na forma de linearidade e unidade científicas. Isso se sustenta na união desses saberes à uniformidade do que se denominou conhecimento científico.

Fichant (1971) mostra como a Sociologia e outras ciências humanas fizeram fortalecer essa crença na unidade do saber e na coincidência de seu objeto com os objetos da História Natural. Vem daí a consolidação da unidade da forma-indivíduo do sujeito e sua repercussão na distribuição coletiva dos sentidos, conforme o discurso científico. Como disse, a dispersão é ameaçadora. A consolidação da ciência moderna firmada nessa noção de indivíduo, portanto, torna-se assertiva e se consolida em sua aliança com o discurso jurídico.

Acerca ainda de certo vislumbre desse mecanismo jurídico na unidade dos saberes, é preciso também tocar o jogo das aparências, que fundamenta uma concepção de imaginário próxima da de Pêcheux (1993). É o que Courtine & Haroche (1988) denominam imaginário político.

Os autores mostram como as incipientes descobertas da ciência, tomadas como descobertas da “natureza humana”, a partir do século XVIII, reconduzem reflexões sobre a moral e os costumes sociais. É o que ocorre quando Rousseau, por exemplo, é levado a mostrar a não resistência do homem social diante do imperscrutável, diante do que é sondado juridicamente ou não, para legitimar os atos privados e públicos.

Os mesmos autores afirmam que o imperscrutável chama a atenção quando os atos passam a não ser mais tão definidos pela satisfação a ser dada a esta ou àquela

figura pública, mas imputados pela noção de responsabilidade individual. Esta fornece a ilusão do controle, mas não garante ao sujeito um campo seguro do alcance de seus atos. Estes irrompem diante do definido campo social, que conta com a eficácia da ciência em examiná-los minuciosamente, para não incorrer em transgressões.

Nesse momento, o olhar do Outro começa a formatar o sujeito apenas pela forma jurídica. Dentro dela, vemos alguns recursos, como os usos gramaticais das línguas nacionais já fortalecidos pelas novas formas das observações públicas, como o fez a Criminologia, a frenologia, a morfologia anatomo-clínica, que trouxeram ao sujeito o estatuto de objeto das observações científicas. O olhar inquisidor sobre o outro reinstalou uma inquisição, agora com formato da ontologia burguesa da aparente liberdade em saber sobre si e sob o resguardo do anonimato e da liberdade de escolha (COURTINE & HAROCHE, 1988). Fundamentada nesta determinação jurídica que é possível dizer que a posição de autoria emerge como uma posição-sujeito implicada na ilusão de origem do dizer (apagamento de toda a dispersão e retorno do “já dito”) e de controle transparente da interpretação, por meio da não correspondência direta entre o que o sujeito pensa e diz. Trata-se de dois mecanismos que Pêcheux (1993) teorizou sob as duas formas do esquecimento e que, na presente pesquisa, tornam-se fundamentais para analisar as posições de autoria.

Ao querer falar de si, mais uma vez a burguesia contribuiu com a consolidação desta fonteira entre o indivíduo (que pode ser “todos” e “ninguém”, conforme a igualdade perante a lei jurídica) e o restante do grupo a que pertence. Dessa forma, todos devem conhecer de forma igual a lei que os iguala; devendo ser ela evidente a todos e possível de interpretações razoáveis e equânimes. Entretanto, a espessura do aspecto sócio-histórico visto nos hábitos, nos valores e costumes, na dispersão das formas de deferência (cf. HAROCHE, 2005) abre um campo difuso entre as esferas privada e pública, entre a ilusão que se tem do controle dos atos e a visibilidade deles. O fortalecimento desse processo contrastante de abertura e fechamento da interpretação, já incipiente no Renascimento, tende para des-historicização cada vez mais aprimorada (posto que científica) do sujeito. Com a perscrutação da natureza humana, desde o século XVIII, o sujeito se torna cada vez mais assujeitado às tecnologias que positivam o conhecimento e pelas quais se destitui a historicidade de suas atitudes.

Haroche (1988) mostra ainda a repercussão das formas do jurídico no individualismo que atravessa a ciência, posteriormente realimentada pelos marcos positivistas do século XIX. Diz a autora:

Só o comportamento observável, em decorrência de sua visibilidade, pode pretender ser o objeto de um saber. O sujeito em sua opacidade torna-se, então, o sujeito de um saber impossível, até mesmo de uma ignorância necessária. E essa mesma opacidade garante ao sujeito um espaço de liberdade: o caráter indizível e inefável de subjetividade protege, efetivamente, o sujeito de uma verdadeira injunção política e jurídica na transparência do dizer tudo (HAROCHE, 1988, p.62).

Sobre a questão do olhar, vimos como há uma imprecisão entre o olhar cada vez mais mensurado pela lente acurada (do método de interpretação transparente) do cientista comprometido com as leis da natureza, e a opacidade da relação do sujeito com a linguagem. O olhar voltado ao saber racional e ao indivíduo não sai ileso dos efeitos opacos de interpretação e de nomeação que constituem a relação do sujeito com a linguagem¹⁹.

Retomando, vimos que Courtine e Haroche (1988) e Haroche (1988, 1992) tratam disso mostrando a unidade e autonomia frente ao imaginário político. Pêcheux (1971, 1988) e Fichant (1971), por sua vez, mostram a alienação ao efeito imaginário (ideológico) de unidade, que culminou na prevalência da forma-indivíduo.

A partir disso, Pêcheux (1993, 1997a) circunscreve a ciência régia à ciência do rei, do Estado, que alimenta a ilusão de que se pode falar do que pensa e considerar a insistente dispersão do sujeito, seu efeito de interpretação, contraposta à tentativa de união empenhada pelos universos estáveis, como é o caso do discurso científico.

O panorama analisado nesta seção nos mostra, entretanto, que há relações de exterioridade entre os diversos saberes, mesmo que seja dentro do próprio discurso científico. Uma vez que a relação entre o paradigma galileano e o indiciário é de contradição, tal relação de exterioridade pode ser entendida parcialmente mesmo se retomarmos o período da separação radical entre as artes liberais e o conhecimento científico. É inegável, entretanto, que com essa separação, há um apagamento do processo histórico anteriormente apontado. Instala-se, portanto, a ilusão de que o conhecimento científico se desconecta de outros saberes cotidianos.

Com este trabalho, entretanto, pretendo caminhar na contrapartida dessa consolidação, mostrando os saberes vistos nas narrativas e seus deslocamentos no

¹⁹ Ao tratarmos essa imbricação entre olhar e linguagem, vale mencionar Japiassu (1999) que ensina que na mitologia o saber racional (talvez parte daquilo que vulgarmente denominamos ciência, o que já configura, portanto, um traço de interpretação), aparece sob Janus, um olhar lúcido para o infinito e outro, olhar de sonho. Em suma, com esta digressão, quero dizer que mesmo com os determinantes do sujeito jurídico no fortalecimento do conhecimento científico apostamos que não se separa mito e razão.

campo da interpretação, tendo em vista a constituição do sujeito pela dispersão histórica. Nesta investigação, as pistas nas narrativas que me chamam a atenção ganham eco e sentido por serem remetidas tanto a seu atributo mítico quanto a seu mecanismo de funcionamento ideológico. Trata-se de um “método” filiado ao paradigma indiciário (cf. GINZBURG, 1989) de análise dos “dados”. Alinhado a este, a AD se coloca como um dispositivo de interpretação das formas materiais e também dispersas (como é o caso das narrativas) de interpretarem dos sentidos dispostos na linguagem, ou seja, um recurso meta-discursivo ou mesmo “uma interpretação das formas de interpretar” (cf. GALLO, 2009).

Essa pretensão não procede também porque tal interpretação toma por base a noção de interdiscurso. Por interdiscurso, Pêcheux (1993, p.162) entende:

(...) esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que ele também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Diante da apresentação desses mecanismos discursivos, que envolvem a redução da dispersão do sujeito à noção de indivíduo, concordo com Pêcheux (1997a) para quem as formações ideológicas trazem marcas do que entendemos por ciência, o que nada mais é que o efeito do discurso numa das diversas formas das posições-sujeito.

Mesmo que a partir do discurso científico, vejo possibilidades de rupturas nessa consolidação da noção de indivíduo, uma vez que tratamos de efeitos ideológicos alocados no interdiscurso, inseridos nas maneiras divergentes de tratar a relação do sujeito com a linguagem.

Assim, por mais que a noção de indivíduo venha desse apagamento dos vestígios históricos do saber, como aponta Pêcheux (1971a; 1997 a,b), é possível considerar tais indícios para apostar num dispositivo de interpretação que se aproxime das práticas cotidianas de linguagem.

Afinal, como diz Japiassu (1999), a valorização excessiva da razão, vista desde Galileu, faz parecer estranho que alguma idéia “absurda” possa virar um conceito importante. No lugar dessa absurdidade ancorada no mecanicismo, consideramos a dispersão das práticas sociais e históricas, sem as quais não se pode tratar do sujeito. Com a consideração dessa dispersão do sujeito é que se torna possível investigar as práticas cotidianas de linguagem e não tomá-las como idéias absurdas somente porque “fogem”, colocam-se às margens da regularidade do discurso científico.

1.2) Linguagem, sujeito e sentido: fronteiras e deslocamentos da “exterioridade” lingüística no campo teórico da Análise do Discurso

Com a seção anterior, pretendi desalinhar parte do processo de consolidação do sujeito jurídico ao mostrar que a noção de indivíduo é também resultado parcial de um efeito ideológico. Nela, ainda procurei mostrar alguns dos pontos de sustentação dos universos discursivos estáveis, que, de acordo com Pêcheux (1982) consolidaram-se nos espaços das matemáticas e das ciências naturais, das tecnologias industriais e biomédicas e nos espaços administrativos que, utilizando-se das línguas naturais, manipulam metalínguas representativas da suposta não-ambigüidade do estado das coisas possíveis.

Na contracorrente, a AD considera a ambigüidade e o equívoco como partes estruturais do jogo das diferenças e não como o amolecimento de um núcleo duro e lógico, do ponto de vista sintático. Sobre tal jogo, Pêcheux (1982, p.23) diz:

entre a simetria (por meio da qual o outro aparece como reflexo do mesmo, via uma regra de conversão) e o equívoco (na qual o idêntico do mesmo se desregula, se altera do interior), o paradoxo da língua toca duas vezes a ordem da regra: pelo jogo nas regras, e pelo jogo sobre as regras²⁰.

Como vemos, a noção de sujeito requer considerar a dimensão da “exterioridade”. Essa noção é ampla e permitirá uma discussão que aborde seu lugar na Lingüística até sua chegada à AD. É preciso, portanto, debater como essas “metalínguas” se impõem como exterior radicalizado diante de um aspecto da linguagem, que é o de *efeito* de exterioridade, e não de um exterior absoluto e representativo dela mesma. Dentro delas, para a seção seguinte, já cabe indagar: qual o papel da Lingüística como pretensão de metalíngua? Para responder a isso, procurarei mostrar como a relação entre sujeito e exterioridade se sustenta numa relação de contradição com a ciência lingüística.

Além disso, é fundamental abordar a subjetividade, que emerge da complexa relação entre sujeito e sentido, levada a efeito na enunciação. Isto pressupõe considerar não somente a submissão do sujeito aos determinantes jurídicos, mas, também, à

²⁰ Todas as traduções são de responsabilidade do autor e virão acompanhadas da versão original. Citando: “Entre la symétrie (à travers laquelle l’autre apparaît comme le reflet du même, via une règle de conversion) et l’équivoque (dans laquelle l’identité du même se dérègle, s’altère de l’intérieur), le paradoxe de la langue touche deux fois à l’ordre de la règle : par le jeu dans les règles, et par le jeu sur les règles ».

estrutura simbólica da linguagem, numa perspectiva de subjetividade de base psicanalítica, sobretudo lacaniana (PÊCHEUX & FUCHS, 1997).

Dentro desse quadro teórico da AD, traçado por Pêcheux e Fuchs (1997), é preciso examinar ainda o papel da releitura da Lingüística saussuriana como um dos campos do saber a partir dos quais a AD estabelece também diálogos com as teorias da enunciação, remetendo estas ao nível do sentido, e não somente ao sistema da língua.

A AD rompe com a noção universal de sujeito de alguns autores da ciência lingüística ao mesmo tempo em que dialoga com esses autores para articular seu quadro teórico, tal como apontam Maltidier (2003) e Mazière (2005).

Com relação à importância da ciência lingüística, temos desde Saussure a tomada da consideração da língua como funcionamento, o que permitiu desde o projeto inicial da Análise Automática do Discurso, chamada AAD 69, apontar os limites de métodos como dedução frequencial, análise temática e de conteúdo (MAZIÈRE, 2005).

É isto que aponta Leite (1994) ao mostrar que à AD passam a interessar os modos do funcionamento da língua dentro de um propósito mais amplo, que é o da concepção de uma relação opaca entre sujeito e linguagem, principalmente por conta da ideologia. A respeito desta, temos a releitura do materialismo histórico (PÊCHEUX & FUCHS, 1997; MAZIÈRE, 2005; MALDIDIER, 2003).

Sem compartimentar cada releitura, nem aprofundá-las exaustivamente, começarei pela noção de língua. Orlandi (1996) aponta que a concepção da AD sobre o funcionamento da língua contribui para a ruptura da dicotomia entre forma e conteúdo, consolidada pelas ciências positivas na formatação jurídica do sujeito. Como foco inicial dessa ruptura, podemos tomar a concepção saussuriana do atributo de negatividade que confere valor ao signo, posteriormente encorpando a consideração dos mecanismos do esquecimento ideológico vistos em Pêcheux (1993).

É a máxima “dizer x para não dizer y”, que tem em Saussure seu suporte mais contundente, por conta da própria noção de valor do signo. É negação que promove o que é dito ao patamar do enunciável, no âmbito do funcionamento desse jogo de regras que é a língua. Consideremos ainda assim que em AD houve uma problematização dessa abordagem de funcionamento do sistema da língua rumo ao transbordamento (noção de deriva) dos sentidos, que ocorre para além da língua (PÊCHEUX, 1993).

Além disso, a Lingüística saussuriana rompe com o individualismo visto entre naturalistas e convencionalistas, que, de acordo com Gadet (1987), desde os gregos definia a linguagem como um ajuste harmonioso com a natureza para defender a relação arbitrária entre as palavras e as coisas.

Leite (1994) aponta contribuições e limitações surgidas no diálogo entre AD e o sistema saussuriano. Uma dessas limitações resultou na crítica pecheutiana ao “estruturalismo generalizado” (expressão da autora) uma vez que Pêcheux passa a recusar um método universal de ciência do signo, aplicável generalizadamente.

Para nossa discussão neste momento, é interessante notar ainda o que Guimarães (1995) argumenta acerca do que ocorreu com o corte saussuriano, ao incidir entre a possibilidade de estudo da língua e a exclusão da fala e do sujeito (dimensões de sua exterioridade). A repercussão desse tratamento dado ao exterior da língua sinaliza em Saussure a importância centrada nas relações simultâneas do sistema da língua, e não nas relações sucessivas no tempo.

Mesmo com essa limitação, também comentada por Mazière (2005), vemos como a importância do signo saussuriano para a AD se destaca, não somente por conta de um debate consistente em sua época de consolidação, mas, principalmente, porque tal noção de signo considera a propriedade contractual da língua, ou seja, seu funcionamento circunscrito por regras. Isso já nos permite considerar a relação entre sujeito e linguagem, do ponto de vista da submissão da posição do enunciador à estrutura simbólica, tal como coloca Pêcheux (1993) ao mobilizar uma noção lacaniana de subjetividade.

É o preço que a dimensão da sincronia impõe à exclusão da diacronia do sistema. No meu entender, a partir de minhas leituras de Orlandi (1996), Gadet (1987) e Guimarães (1995), ficou marcada no advento da ciência Lingüística uma espécie de fissura (ou mácula) do exagero historicista dos neogramáticos. Com o corte saussuriano, que separa o sistema da língua de sua “exterioridade” (fala e sujeito) resolve-se temporariamente essa mácula.

Instigando mais esta discussão, a releitura que a AD faz desse funcionamento versa sobre a dimensão sócio-histórica do que deixou de ser dito, e mais, como tal fragmento recalcado se organiza ideologicamente.

Tal ordenamento tem uma repercussão subjetiva que, levada a efeito por uma teoria lacaniana do sujeito, implica examinar de que forma os eixos sintagmático (lugar da combinação metonímica e do deslocamento) e paradigmático (lugar da substituição metafórica e da condensação) estão engrenados, como propõe Lacan (1999) nas “formações do inconsciente” e se manifestam pluralmente pela palavra ordinária do próprio cotidiano.

De volta à questão do sistema da língua, quero percorrer esse quadro teórico complexo da AD, aprofundando-me inicialmente um pouco nas teorias da enunciação e sua relação com a exterioridade.

Para Guimarães (1995), bem depois do corte saussuriano, os estudos sobre os usos da língua pelos locutores e sobre sua determinação na enunciação entraram em cena. Isso ocorreu por meio de alguns teóricos da enunciação, tais como Benveniste, Ducrot e Bréal (*apud* GUIMARÃES, 1995).

Para Benveniste (1954), o conhecimento rigoroso do sistema da língua exige a eliminação do que ele denomina elementos instáveis, como a significação e o sentido. Ainda que ele considere que a língua deva ser tomada como um dos vários sistemas de signos imbuídos de natureza simbólica, e defenda o contato da Lingüística com outras ciências do homem, eliminar esses elementos pressupõe achatar as dimensões do sujeito às funções do “eu”. Com isso, como aponta Guimarães (1995), há uma convergência ao sujeito uno.

Guimarães (1995) aponta que o interesse de Benveniste pela ordem semântica se atém ao estudo da sistematização da língua produtora de sentidos compreensíveis. Isso requer considerar que a noção de compreensão somente é possível numa concepção do “eu” como produtor de enunciação. Realizando uma leitura pela AD, compreender sugere o nível do sujeito do conhecimento, da forma indivíduo. Com isso, cai-se no que Pêcheux (1993) denomina efeito do esquecimento número um, o apagamento do efeito que o código da língua submetido à ordem simbólica da linguagem impele ao sujeito.

Sobre Ducrot, Guimarães (*op.cit.*) afirma que a discrepância da concepção deste sobre a relação entre enunciado e enunciador é que, na perspectiva enunciativa, aquele autor considera o enunciador como uma tomada de posição do sujeito que não se adequa a quem fala ou ao lugar do enunciado. Em Ducrot, ainda que este autor considere a função dos implícitos como parte da não coincidência entre enunciado e enunciação,

esse deslocamento é norteado pela representação dos enunciados, no ato anunciativo; o que também cai num universalismo do sujeito. O próprio Ducrot (1988) diz que o sentido está no enunciado e não nas condições externas de sua produção, o que reforça a dicotomia aqui apontada.

Guimarães (op.cit.) aponta que Bréal, assim como Benveniste, considera o elemento subjetivo na língua. Para Bréal (1992) o aspecto subjetivo da linguagem funciona como um drama, em que as palavras são atores e o gerenciamento gramatical reproduz os movimentos das personagens. Mesmo apontando a incidência da História na língua, como quando analisa as declinações latinas, este autor concebe o envolvimento entre língua e História por uma relação de relato, ou seja, a língua relata a História. Ora, se a dimensão histórica da significação adentra a língua, ainda não há lugar para a História como constitutiva da língua, mas como seu elemento exterior.

Diferentemente, a AD, ao admitir a dispersão histórica do sujeito, como visto na seção anterior, permite tratar o sujeito a partir de diversos formatos e tomadas de posição que passam pelo crivo da História na língua (GADET & PÊCHEUX, 2004).

Portanto, os pressupostos básicos da AD começam a considerar, por meio de uma releitura althusseriana do materialismo histórico, e lacaniana, do inconsciente freudiano, a interpelação do sujeito pelo seu formato individual em sua relação com a FS a partir da qual enuncia (PÊCHEUX, 1993).

Pêcheux (1993, 1996) retoma as teses althusserianas sobre a reprodução das forças produtivas por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado para mostrar que nessas instituições especializadas há “representação” invertida das necessidades reais dos sujeitos.

Essa representação decorre de um desconhecimento constitutivo, que sinaliza que os AIEs não são “fontes” locais da ideologia, mas apenas formas de torná-la mais consistente. Pêcheux (1996) retoma a tese althusseriana de que o engano é constitutivo desse jogo de desconhecimento em que a ideologia concerne ao sujeito, seja qual for a FS. Em suma, o caráter prático da ideologia é a denegação da própria ideologia²¹.

²¹ Mesmo antes de me aprofundar em outra determinação do sujeito (do inconsciente) adianto que a ideologia perpassa os três registros do sujeito, operando sentidos de evidência. Seu mecanismo é um chamado ao sujeito, para ocupar uma posição simbólica, por meio de formações imaginárias (pressuposições, “expectativas”, formas de deferência e de diligência pública e privada; formas de tratamento), que apagam a dimensão de impossível apreensão do real, fazendo o sujeito acreditar que ocupa apenas uma posição no simbólico, quando, na verdade, pode ocupar pelo menos uma, dentre várias.

Incluindo as posições discursivas como efeito das evidências ideológicas de sentido (de que o sujeito é “X” ou de que necessita de “X”), Pêcheux (1993) rompe com os, por ele assim denominados, sintomas na Lingüística; dentre eles, a comunicação direta do sentido e as separações entre sujeito e objeto, forma e conteúdo, interior e exterior.

Em AD, portanto, a exterioridade é considerada pelo efeito do interdiscurso em determinado tipo de funcionamento discursivo, o que permite visualizar posições do sujeito, sinalizadoras de sua singularidade, como é o caso da posição de autoria. Essas posições (o que pode ser dito e em qual cena enunciativa, por exemplo) são delimitadas pela ideologia, desde sua base material (acesso a leituras, a informações veiculadas por mídias, por exemplo) até seu sutil mecanismo de cooptação do inconsciente. Entretanto, as evidências de que algo somente pode ser interpretado e dito de uma maneira X sofre rupturas porque os sentidos derivam e irrompem na forma de acontecimentos (PÊCHEUX, 1997a).

Até aqui, vimos as maneiras pelas quais o objeto de estudo “língua” foi tratado na ciência lingüística. É marcante na sua trajetória enquanto ciência, a posição do sujeito como enunciador-locutor, mais tomado como objeto refletido de sua consciência direta no ato de linguagem, do que lançado à imprevisibilidade da significação e à alienação aos sentidos do Outro. Vê-se que a AD aposta que é a materialidade simbólica da língua afetada pela História que possibilita recursos de alienação e ruptura ideológicas.

Ao nos aproximarmos do quadro teórico da AD, é necessário tocar campos do saber que compõem, no estudo do discurso, outra concepção de exterioridade. Isso porque a abordagem desses campos – as releituras de Saussure, do materialismo histórico e da Psicanálise – abre outro lugar com vistas à maneira das “línguas de madeira” (considerando-se, juntamente com o jurídico, que o discurso da ciência lingüística também é uma língua de madeira; COURTINE, 1989) encararem a língua. É este outro lugar que consolida o quadro da AD.

Esse funcionamento que delineia o sujeito jurídico se alimenta da gramática. A gramática é um dos lugares a partir dos quais se constituem diversos saberes, por meio dos quais o sujeito jurídico rompe e se aliena pela ideologia. É o que Pêcheux (1993, 1990a) diz que ocorre, por exemplo, por meio de aforismos, provérbios, enunciados

aparentemente estáveis, dispositivos de articulação de outros enunciados não acessíveis diretamente.

Isto permite apontar que traços marcantes da ciência “régia”, como a tentativa de controle da introspecção, pela gramática ou por outros instrumentos alimentam a crença do pensamento refletido na linguagem, o que garantiria uma assepsia em relação à dispersão sócio-histórica constitutiva do sujeito.

Dentro dessa garantia dada pela ciência régia inclui-se a trajetória da Lingüística que sofreu interferência do conhecimento positivado e também continuou a dar crédito à lei simbólica da língua como se se reduzisse às leis da gramática, sendo que este achatamento faz uso de divisões da própria Lingüística saussuriana que tenta romper com a suposta unidade da língua.

Os mecanismos reforçados de alguma maneira pelas teorias da enunciação citadas alimentaram a crença de que não se tem recurso para lidar com o que escapa ao uso imediato da língua. Em outros termos, é por essa via que também vemos a crença da unidade do sujeito para fortalecer uma posição que se defenda da ameaça da dispersão histórica.

Essa crença na assepsia da linguagem, como aponta Pêcheux (1997b), nos reenvia a toda discussão prévia sobre o sujeito universal, que incluiu o controle dos usos gramaticais das línguas e as formas do bem dizer que abarcam o discurso jurídico.

Temos assim mecanismos de política lingüística, que de acordo com Pêcheux (1993) fazem uso da “abstração gramatical” e contribuem para a des-historicização da relação entre sujeito e linguagem. Isso converge para uma abordagem controlada do “exterior” lingüístico, que não considera a dispersão do sujeito, o qual pode emergir por meio de diversos pontos de entrada e fuga do interdiscurso.

No caso do material de análise, vemos como alguns genéricos discursivos – tais como provérbios, aforismos, enunciados ditos em geral – fazem uso da sintaxe, por exemplo, para cristalizar ideologicamente um lugar para o sujeito. É ilustrativo desse debate o aforismo “*Num podì vivê di mal, não; é pecado!*”, que aparece na narrativa de “dona” Madalena intitulada “Piqueno Piqueninho”.

Mesmo em se tratando de narrativas contadas por uma mulher não-alfabetizada, os mecanismos discursivos da ideologia infiltram-se nas práticas de linguagem numa dimensão em que aquilo que aparenta a totalidade da língua – no caso a gramática – é só mais um recurso para investigarmos os efeitos dispersos do sujeito e do sentido.

Nesse caso, não há lugar para o que designaria “quem” não pode viver “di mal”, ao mesmo tempo em que a definição de pecado é dada pelo uso do determinativo²² na ordem do sintagma, articulado pelo verbo ser (“é”). O enunciado destacado permite pelo menos duas interpretações. A primeira: é pecado não estar em paz com alguém. Ou seja, há uma filiação à expressão “estar de mal”, comumente aceita no uso cotidiano da língua. Isto pressupõe que uma suposta amizade, uma confiança pode ser restabelecida. E a segunda: é pecado viver por meio de (no sentido de “fazendo uso”) do mal. Somado a isso, temos o assujeitamento ao discurso religioso.

Quero apontar com isso que, mesmo com o uso desse recurso privilegiado pela gramática, o sujeito emerge por meio da dimensão do equívoco, o que, para lembrar Gadet e Pêcheux (2004), mostra a contradição entre a ilusão do sujeito em lidar com a contradição entre pelo menos um efeito de unidade da língua (como no caso do enunciado destacado, cujo efeito de unidade vem de um recurso gramatical de ordem conceitual) e suas marcas de “não todo” (manifestação do real).

Partindo dos pressupostos de análise da AD, vemos que se deve considerar essa articulação sintática em sua filiação na rede da memória discursiva. Isto obriga considerar a função do determinativo como articulador de um genérico discursivo²³, possível de ser “traduzido” para: viver de mal é pecado.

A função do genérico discursivo é a de interditar lugares de interpretação possíveis de serem utilizados para tomada de posição do sujeito, tal como mostrou Tfouni (2004, 2005).

Assim, o sujeito-enunciador, uma vez que está sob efeito de uma evidência ideológica (que se articula ao discurso religioso), não alcança o efeito aquém e além por meio dos quais o sintagma incorpora no seu modo de encadear os significantes, a

²² Considero esta possibilidade a partir da definição encontrada para o verbete “determinativo” no Dicionário de Lingüística de Dubois, J. et all. (2000, p. 180). É esta: “sintagma determinativo é o composto de um determinante e de um determinado: assim, em *O livro é interessante*, *o livro* é um sintagma determinativo em que *o* é determinante e *livro* o determinado. O sintagma latino *liber Petri* é determinativo; *liber* é o determinado e *Petri* o determinante.”

²³ De acordo com Tfouni (2004) as fórmulas discursivas genéricas podem ser entendidas como máximas, provérbios, axiomas, “slogans”, e ditos populares, que funcionam como cooptadores de saberes cotidianos, e que interferem nos modos de organização das narrativas. No processo de instalação da posição de autoria, eles também mantêm a função de preenchimento de lacunas de sentido, o que é necessário para que haja uma aproximação entre narrador e narratário, no que se refere ao compartilhamento social do dizer. Outro ponto importante, que voltarei a discutir no próximo capítulo, é que os genéricos contribuem para “transportar sistemas de crenças e valores, de cultura para cultura, de geração para geração” (TFOUNI, 2004, p. 80).

própria maneira da ordem sintática marcar a posição-sujeito. Isto o impede de operar a enunciação por manobras interpretativas deslocadas em relação à interpelação ali vista.

De acordo com Marandin (1997), o lugar da sintaxe no modelo inaugural da AD fazia referência à gramática de texto, a uma estrutura com traços organizacionais. Em sua argumentação o autor explica que este lugar sofre um triplo deslocamento, explicado ao longo de etapas que se encontram em seu artigo na forma de tópicos; a saber:

da estrutura à análise (...) da descoberta dos constituintes de um texto à hipótese de acordo com a qual o discurso é um processo de produção do sentido (...) da descoberta do sentido das expressões linguageiras à construção de um fato (MARANDIN, 1997, p. 121 e 122).

Em suma, isto demonstra como a AD considera para além da sintaxe, o efeito de pré-construído sustentado pelo interdiscurso. De acordo com Marandin (op.cit.) essas noções designam uma situação em que o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação.

Vemos como em AD não se admite a possibilidade de controle preditivo daquilo que escapa ao sujeito em seu movimento de interpretação, pois se admite que os sentidos não se movimentam para qualquer lugar, uma vez que são *Sujeitos* à ideologia. Na medida dessa consideração da sintaxe, desse núcleo duro de qualquer manifestação lingüística, é possível analisar a relação entre sujeito e linguagem, não a reduzindo à totalidade da gramática, mas considerando-a como mais um dos lugares do sujeito sob efeito ideológico²⁴.

A avalanche das imposições gramaticais não exclui, portanto, a possibilidade de manifestações discursivas de resistência nas formas mantenedoras da alienação aos sentidos dominantes, como ocorre nas narrativas. Como vemos, é visível nas diversas práticas letradas, esta relação de heterogeneidade discursiva repetidamente instalada (cf. PEREIRA, 2002)²⁵.

²⁴ Nesse ponto da discussão e ainda tomando a análise realizada vale a contribuição de Gnerre (1987), quando aponta a disputa de poder envolvida no uso de instrumentos lingüísticos e o valor do uso de determinado referente ou instrumento lingüístico condizente com o que valem as posições de autoridade dos falantes. Consideradas as limitações de uma aproximação entre este autor e a AD, suas afirmativas vão ao encontro do conceito de condições de produção em AD, porque faz ressaltar a importância do plano sócio-histórico mais amplo ao que é dito.

²⁵ Considero heterogeneidade, uma vez que chamar “variação lingüística” é consolidar o mesmo efeito de dominância gramatical no discurso sobre a língua, com o qual quero marcar posição contrária. E é dentro desta heterogeneidade que investigarei diversas posições do sujeito letrado.

Entretanto, sua predominância fez acreditar na transparência da linguagem e na linearidade entre emissor e receptor. Isso porque é como se a lei gramatical que consolida o sujeito jurídico fosse a Lei simbólica, que, tal como nos aprofundaremos adiante, permite, de acordo com a AD, pelo menos um lugar para o sujeito, mas não sua universalidade.

Sobre esse ponto, Mazière (2005) aponta que a AD também trata das posições do locutor, enunciador, da reflexividade do sujeito falante, ao considerar que se pode admitir a pertinência de propriedades universais (vistas ao nível da articulação sintática, por exemplo) e formas particulares fixadas na História que não negam as formas gramaticais.

Assim, o diferencial da AD é tratar desses universais como um entre vários efeitos do imaginário e não como uma relação tácita com a língua ou somente estrutural com a linguagem. Quer dizer, não há uma tentativa da AD de se tornar indiferente a esses campos universais, mas de considerá-los como efeitos do sujeito do discurso. Isso demonstra que não se discute a relação do sujeito do discurso com a linguagem se não consideramos também e inicialmente a noção de estrutura, uma vez que aí se inicia o pressuposto da noção de sujeito.

A respeito da estrutura, Leite (1994) comenta que o axioma lacaniano do inconsciente estruturado como linguagem leva a considerar a fundamental importância da função paterna como castração. Essa consideração delineia um entendimento sobre estrutura do qual, de acordo com a autora, Pêcheux se aproximou já quando esboça a incidência do acontecimento na estrutura, ou seja, o emergir de outro sentido em relação aos sentidos já dados como evidentes.

Ao discutir a relação entre a Psicanálise lacaniana e a AD, Leite (1994, p. 49) argumenta que a estrutura se refere:

àquilo que coloca uma experiência para o sujeito que ela inclui (...) coloca em jogo o que falta ao sujeito para restabelecer uma relação de integralidade para com a verdade que o funda.

Nesta pesquisa, é essa a noção de sujeito e de estrutura que nos interessa, porque contempla uma relação do sujeito com os movimentos de significação comprometidos com as lacunas do dizer. Assim, ao tentar se posicionar pela autoria, o sujeito encara a dívida que o mantém aquém e para além dos formatos desta imprecisão, na sustentação do fio narrativo.

Isso porque há deslizos no fio narrativo, que, imersos numa contradição mítica (aberta ao não todo do real), não são quaisquer, estão implicados, pelos pressupostos da AD, à ideologia; e assim, inevitavelmente às dimensões mais amplas da memória discursiva. Dentro dessas considerações iniciais, adiante interessará discutir como a Lei do ponto de vista da estrutura simbólica permite reverberar a constituição mítica do sujeito.

Apropriando-me da proximidade entre a questão da evidência ideológica e subjetividade é importante citar Leite (1994, p. 59). Para a autora, a subjetividade vem:

(...) como efeito da ação na estrutura, impõe ao sujeito, o desconhecimento daquilo que o causa, isto é, na verdade, de sua divisão. O efeito-sujeito se toma como causa lá onde é efeito do significante (\$), o qual, enquanto causa material o divide (grifo meu).

A autora mostra que, desde o pseudônimo Herbert usado por Pêcheux, já é possível na AD tratar da subjetividade sob o efeito metafórico e metonímico. Esse efeito aponta o deslizamento dos significantes e a imposição deste no campo dos sentidos; de acordo com a autora é o que possibilita ao sujeito mudar de posição e não mais permanecer alienado a determinada Formação Discursiva (FD)²⁶.

Em termos do lugar que quero dar ao debate sobre a exterioridade lingüística, é obrigatório apresentar a primeira teoria das ideologias de Herbert (pseudônimo de Pêcheux) não somente pelas colocações de Leite (1994), mas também a partir do que pude constatar ao procurar o texto de autoria do próprio autor (HERBERT, 1995²⁷). Nele, está demonstrado que a teoria “A” da ideologia (empirista) sinaliza a ilusão da

²⁶ Indursky (2007) traça um panorama da noção de FD, que passa por Foucault, Pêcheux, Courtine e suas próprias contribuições e que merece destaque neste momento. Em Foucault, a FD é vista pela regularidade e por regras de formação e correspondência entre repartições discursivas determinantes de sua homogeneidade e de seu fechamento; em Pêcheux, a FD aponta para a questão do fechamento de uma identidade possível por conta da própria alteridade que incide nas FDs ao regular o que pode ou deve ser dito, ou seja, o sujeito se divide entre a identificação com saberes da FD que o assujeita e também questionando estes saberes; por fim, a autora retoma Pêcheux para quem a forma-sujeito abriga a contradição da FD, bem como a interpelação constitui o sentido, para afirmar que a falha do ritual das FDs. Nesta falha, há saberes antes interditados e que adentram a FD devido ao encontro entre sujeito, linguagem e história e há fragmentação da própria forma-sujeito (INDURSKY, 2007).

²⁷ Para Helsloot & Hak (2000), essas articulações entre sintaxe e semântica com a metonímia e a metáfora, feitas por Herbert vieram da dívida que Pêcheux tinha com o estruturalismo da época. Esse é demonstrado pela continuidade na Antropologia de Lévi-Strauss e no questionamento de outras disciplinas como: a análise estrutural do inconsciente por Lacan, a análise literária e filosófica de Derrida e a observação de Foucault sobre linguagem e discurso. Neste contexto, ressalva para a pergunta “que quer dizer este texto?”, que marcava o empirismo das ciências sociais e da semântica, e diante da qual Pêcheux (1990a) propunha outro modo de estudar o discurso. Percebendo uma espécie de dívida com o estruturalismo, já que a Lingüística não desenvolveu, mesmo com o corte saussuriano, uma teoria adequada da produção do sujeito e do sentido, Pêcheux (apud Helshoot & Hak, 2000) propõe assim sua noção de discurso.

correspondência entre significante e significado, pelo efeito da metáfora; enquanto que a teoria B (especulativa) possibilita ao sujeito a crença de que cada indivíduo deve ocupar seu lugar, o que aliena a aparição do sujeito à ilusão de coincidência e adequação ao discurso jurídico.

É esse panorama que permitirá a Pêcheux (1993) desenvolver seus argumentos acerca do esquecimento número um, que fornece ao indivíduo interpelado em sujeito a ilusão de fonte do dizer. Quer dizer, não há exterioridade ao sujeito e à língua que não implique o próprio sujeito no interior de uma estrutura de linguagem que o submete como parte alienada, para parafrasear Pêcheux (1993), da própria causa do que o põe a falhar no momento em que enuncia.

Posteriormente, a proximidade mais visível com a perspectiva lacaniana permite ultrapassar o axioma do inconsciente como linguagem e implicar a causa desconhecida pelo sujeito das marcas do acontecimento discursivo na estrutura, o que Pêcheux (1993) faz considerando a retroação da cadeia significante (concepção de Lacan, 1999, sobre o ponto de estofo) e a imposição do real para abrir caminho para o trabalho de interpretação do analista do discurso via desdobramento dos efeitos-sujeito dos enunciados, ancorados ao interdiscurso, no plano da enunciação.

Pêcheux (1993) coloca essa determinação das formas-sujeito principalmente por meio do questionamento das evidências do pensamento na linguagem. O apagamento daquilo que é inalcançável ao sujeito (como os temas universais, veiculados nos Mitos, por exemplo) é cooptado *principalmente* pelas formações ideológicas da ciência régia, que suspendem os parâmetros entre particularidades e generalidades e atuam pela ilusão da centralização do pensamento refletido na linguagem e na unidade do sujeito.

A versão mais abrangente da interpelação é descrita por Pêcheux (1993), quando ele mostra que a ideologia faz coincidir imaginação e realidade por meio da ilusão de que o pensamento se reflete na linguagem, oferecendo sintaticamente um lugar a ser ocupado.

Retomemos esse debate sobre a gramática e a consolidação do sujeito jurídico. O autor aponta que pensar a língua como um jogo com regras é considerar uma ordem de regra, porém nem lógica, nem social. Se há pelo menos um lugar a ser ocupado, a sintaxe não é, portanto, um sistema autônomo. É uma construção fictícia de natureza metalingüística, que já antecipa a posição que se pode ocupar no discurso. Citando Pêcheux (1982, p.23):

Nesta perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, aquilo que toca mais perto o que é próprio da língua como ordem simbólica, sob condição de dessimetrizar os corpos de regras sintáticas ao construir neles os efeitos discursivos que atravessa tal ordem, tem-se os jogos internos desses espelhamentos lexico-sintáticos por meio dos quais toda construção sintática é capaz de neles deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra acaba por se deslizar sob outra palavra²⁸.

Nesse processo complexo, que é fundamento da atuação ideológica cooptada pelo discurso jurídico, são apagadas as condições materiais desse mecanismo de coincidência semântica e de encadeamento sintático.

Mazière (2005) aponta, entretanto, que a AD herda desse debate a língua como estrutura dos atos de linguagem, repensando suas oposições, articulações, relações frente a sua consideração própria dos núcleos duros da sintaxe; tal consideração é feita na contramão da preponderância da estrutura. Assim, o rompimento com as paráfrases permite a Pêcheux (1997a) visualizar o acontecimento na estrutura.

Vejamos o que ocorre na narrativa “Cativeiro”, quando o sujeito-narrador pergunta ao narratário: “quem fica dismiolado da cabeça num sara não, né?”²⁹. Neste momento, a intervenção feita pelo sujeito-narrador com a inserção de um pedido de confirmação vista com o uso do “né?” interrompe o fio narrativo, pois a partir desse ponto não vemos a seqüência da trama no plano do intradiscorso, por conta da interrupção da explicação do porquê o personagem doente não se curou.

Essa interrupção não põe em suspensão o pedido de confirmação endereçado ao Outro; no caso do uso deste genérico discursivo “quem fica dismiolado da cabeça num sara não”, o efeito de sentido é o de atestar ao interlocutor que tal encadeamento

²⁸ Na versão original: « Dans cette perspective, la syntaxe serait au contraire ce qui touche le plus près au propre de la langue en tant qu'ordre symbolique, à condition de dissymétriser le corps des règles syntaxiques en y construisant les effets discursifs qui le traversent, les jeux internes de ces « miroitments » lexico-syntaxiques à travers lesquels toute construction syntaxique est capable d'en laisser apparaître une autre, au moment même où un mot vient se glisser sous un autre mot ».

²⁹ Em linhas gerais, esta narrativa conta a história de duas “sinhas”, que sofrem de “bicho de pé” e de “papo”. Elas recorrem à sabedoria de uma das negras que trabalha na cozinha da “casa grande”. Por fim, depois que se curam vão à cidade de Aparecida para agradecer a santa “Nossa Senhora de Aparecida”. Ao chegarem lá, vêem que se trata de uma Santa negra, o que as deixa indignadas, pois se soubessem que se tratava de uma santa negra, as “sinhas” teriam feito o pedido de cura e o agradecimento para qualquer uma das negras que tinham por perto. Em meio a esta trama há outras histórias, e relatos de “dona” Madalena sobre o “tempo da escravidão”. Dentro deles, há a passagem em que a “sinhá” pede à negra para cuidar do filho desta, mas o joga no tacho de sabão. Revoltado, o pai da criança vai até a casa da sinhá para matar a “sinhá” e o “patrão”. Considerado “dismiolo”, tamanha revolta, pois sua boca “escumava”, ele é capturado pelos auxiliares do “patrão”, apanha e é preso. Neste momento, é inserido o enunciado em destaque, que pode ser considerado um genérico discursivo, que acrescido de um pedido de confirmação alavanca outro plano das formações imaginárias, em relação ao campo da memória discursiva a que se aliena. No caso “fica dismiolado da cabeça” logo “num sara” pode ser entendido como **p**, pois **q**, em que **p** é sustentado por saberes sócio-históricos, a serem investigados na análise do *corpus*.

semântico é compartilhado universalmente. Por conta disso, esse genérico ocupa um lugar nodal na enunciação.

O pedido de confirmação ao interlocutor, por sua vez, atestado pelo uso de “né?” sinaliza um pedido de reconhecimento e autorização endereçados ao Outro. Como afirma Lacan (1986) o reconhecimento é uma forma imaginária de atendimento à demanda do Outro; faz calar o sujeito do desejo, que é desejo do Outro. A inserção de um “pedido de confirmação”, vale notar, dá o tom do movimento de alienação e separação do sujeito ao Outro. Além disso, também delinea a margem estrutural da constituição do sujeito pelo mito individual, pois faz a dúvida conviver com a certeza imaginária do genérico. Em AD, tal movimento pode ser entendido em termos dos modos de resistência aos discursos dominantes.

Dentro do campo das formações imaginárias, vemos ainda uma marca de indefinição com o uso do pronome “quem”, que alimenta o efeito retroativo de pedido de confirmação do interlocutor.

Além disso, devo ressaltar a filiação deste genérico (“quem fica dismiolado da cabeça não sara”) destacado da enunciação do sujeito-narrador à rede de memória sobre a degenerescência³⁰. Isto porque é esta filiação que articula as formações imaginárias no plano da interlocução; ou seja, o sujeito-narrador “sabe” que o interlocutor “sabe” de que “objeto discursivo” se trata.

Pêcheux (1993) denomina interdiscurso essa rede complexa de Formações Discursivas (FDs) submetida às relações de combinação e subordinação às Formações Ideológicas (FIs). Essa definição pode ser aprofundada se retomado o entendimento sobre a relação entre FSs, FIs e FDs³¹.

³⁰ Carrara (1998 a,b) explica que a degenerescência é um conceito que teve seu lugar no discurso científico, principalmente no século XIX, para alimentar a crença na suposta inferioridade racial e étnica de alguns biotipos.

³¹ Pêcheux (1990a) explica que a Formação Social (FS) é determinada pelo modo de produção sócio-econômico. A FS já demarca a hierarquia entre as práticas sociais. Como apontam Pêcheux & Fuchs (1997), no plano das Formações Sociais - consideradas pela AD, principalmente por meio da releitura althusseriana do materialismo histórico - a formação socioeconômica se subdivide em modos de produção e estrutura ideológica. Aqueles são as forças produtivas e as relações de produção, que alienam o trabalho humano de seu caráter de historicidade. Estes retroagem à estrutura ideológica. As formações ideológicas (FI), por sua vez, caracterizam um elemento susceptível de intervir na conjuntura ideológica característica de uma FS. Por conta desta pluralidade de FIs, que não se pode falar em “ideologia dominante” e “ideologia” como se fossem categorias de uma espécie de “maeta-conhecimento” sobre a realidade concreta (PÊCHEUX, 1996). As formações discursivas, por fim, estão atravessadas pelas FIs. Assim, estas últimas comportam pelo menos uma, ou seja, uma ou mais FDs, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de determinada posição discursiva disposta numa conjuntura sócio-histórica. Essas noções serão importantes na formação do *corpus* discursivo, quando procurarei mobilizar esses conceitos para formular alguns dispositivos de análise. A elas estão diretamente relacionadas duas noções também importantes: a de discurso transversal e a de efeito metafórico, vistas em Pêcheux (1993).

Assim, em AD toda investigação que pretenda considerar o sistema da língua deve admitir que essa estrutura se liga à contradição histórica dos sujeitos falantes. A proposta, entretanto, não é de resolução das contradições antes apontadas, mas assegurar o desenvolvimento dessas contradições, sua colocação em movimento, amparando-as na base material de suas condições de produção.

Nesta conjuntura materialista, Pêcheux (1993) aponta a necessidade de se investigar a semântica (campo do sentido) com base no materialismo histórico. Com este aparato epistemológico, a proposta do autor é pôr em xeque o jogo das aparências de qualquer formalismo lingüístico.

Assim, é proposto que em meio às funções imaginárias, que se refletem em diversas posições, o sujeito do discurso deve lidar com a alienação da ideologia e do inconsciente. Isso demonstra que o que fala alhures se dispersa na rede FS-FI-FD, mas pode ser acessado e indiciado pelo complexo funcionamento incessante entre as formações imaginárias. Dentro dessas, fórmulas como “o que o outro disse”, “o que deixou de dizer”, “o que poderia ter dito”, “o que disse, que disseram”, “quem ele pensa que é para poder falar comigo” põem o sujeito num emaranhado de sentidos, que tenta adequar o plano da interlocução numa linearidade ilusória.

É o que ocorre, como posso mencionar brevemente na narrativa “Cativeiro”, por meio da repetição do pronome “eles”, na seguinte parte de um comentário feito pelo sujeito-narrador:

“quando nascia, valia só da perna fina, pa podê trabaiá pa Deus, isso daí já, pa podê trabaiá pu reis, pus reis, só gente da perna fina, gente da perna grossa num prestava, a, a nega matava. A a, tinha a partera, que quando nascia as criança que era perna fina (...) eles ia cumê também – já que eu já tô no Cativeiro, tô contano – já na hora qui us nego ia cumê, cumia nu cocho. Eles punha cumida nu cocho assim, ó, i mandava us nego cumê”.

Pode-se afirmar que o primeiro uso do pronome “eles” retoma “gente da perna fina” ao mesmo tempo em que retoma “as criança”; o segundo, por sua vez, aparentemente retoma “us negu”. Ou seja, trata-se de retomadas no fio narrativo, instadas na mesma zona de sentido. Com a inserção do pronome “eles” pela segunda vez, percebemos que há um desnivelamento ao nível das formulações, da enunciação, por conta da incisão das formações imaginárias.

O uso do pronome “eles”, pela segunda vez, supõe compartilhar com o interlocutor uma zona do sentido, sobre a qual o “eu” imaginário da enunciação pressupõe que ambos têm conhecimento. Isto atravanca o saber que se articulava

anteriormente, em termos das condições de produção deste saber sobre a vida no cativeiro na época da escravidão, vamos dizer assim. Essa pressuposição glosa esse mesmo saber por meio de uma subversão da gramática. O uso de um pronome em terceira pessoa que, contraditoriamente, sinaliza impessoalidade, uma vez que a narradora não explica quem são “eles”, dá ao mesmo tempo o tom das formações imaginárias, tal que permite resgatar, pelo interdiscurso, algumas possibilidades de leitura sobre “eles”.

Cabe perguntar: qual o estatuto dessa interpelação? Ou ainda: pode-se ou não falar sobre quem são “eles”? Dentre “eles” poderíamos incluir: “senhores de escravos, escravocratas, fazendeiros, latifundiários, traficantes de escravos, aliciadores, capitães do mato”. É por conta disso que se articula um efeito de posição-sujeito sobre o interlocutor, que pressupõe um saber sobre esse “objeto” compartilhado, saber este que não desconsidera o efeito ideológico no gesto interpretativo.

Assim, a inserção do pronome pela segunda vez não permite a circulação de outros saberes (interpelados) sobre esse objeto discutido, cujo estatuto, como vemos, é imaginário, uma vez que o sujeito-narrador acredita que o aborda de uma maneira e com algumas possibilidades, e o analista inclui outras possibilidades para tal discussão. Embora haja um desnivelamento no plano enunciativo por conta desse funcionamento interlocutivo, entendido como da ordem das formações imaginárias, percebemos, inclusive por essa via, a manutenção do sentido dominante.

E essa repetição, nesse caso, não abre espaço para a marca de um acontecimento, para a deriva do sentido, porque, embora haja uma ruptura no plano da significação, em relação aos sentidos dominantes sobre “o tempo do cativeiro”, permanece cristalizado numa formação imaginária supostamente igualmente compartilhada. Tanto que, para o sujeito, não seria preciso explicar quem são “eles” quando o pronome aparece pela segunda vez, ao mesmo tempo em que a explicação possível esbarra nos sentidos dominantes circunscritos na memória enunciativa.

Como não há movimentos repetidos de explicação para quem são “eles”, vemos a “satisfação”, ainda que imaginária, do sujeito-narrador em relação à demanda de explicação vinda do Outro. A tentativa de explicação é um dos tons das vozes das formações imaginárias e toca questões cruciais, que pretendo discutir ao longo do trabalho. Dentre elas: a “escolha” da palavra ideal para referenciar, designar o sujeito diante do Outro e da imposição do real (por conta dessa imposição, coloquei “escolha” entre aspas); questões caras ao “mito individual” e à instalação da autoria.

Antes de adentrar a formação do *corpus* desta pesquisa, apenas para ilustrar alguns pontos da teoria, pudemos mostrar com esta análise breve que o sentido não toma qualquer rumo, mas se filia a uma determinada formação imaginária que lhe assegura, no plano das FDs, o que pode ou deve ser dito.

A partir disso, vemos como em AD subjetividade e sujeito se referem à tomada de posição do sujeito do discurso em relação à interpelação ideológica. Esta designa de forma constitutiva que nem tudo pode ser dito e que o sujeito enuncia por uma tomada de posição diante das possibilidades do interdiscurso, que tem caráter inconsciente.

Dessa forma, adiante, teremos um aprofundamento das relações do sujeito do discurso com a noção de mito e de três registros do sujeito da Psicanálise lacaniana. Com este suporte, discutirei um pouco da relação entre mito e o funcionamento da ideologia, a ser aprofundada na formação do *corpus* de análise.

Para dar conta deste suporte, o próximo capítulo procurará fornecer, a você leitor, bases teóricas para um entendimento das relações entre esta noção de sujeito, afetado pelo inconsciente e pela ideologia, com o lugar do mito e da autoria nas práticas letradas.

*O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus.
É um mito brilhante e mudo-
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.
Este, que aqui aportou,
foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
e nos criou
Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade
E a fecundá-la decorre.
Embaixo, a vida, metade
De nada, morre.
(Fernando Pessoa)*

SEGUNDO CAPÍTULO – Mito, sujeito e práticas letradas

2.1) Mito e sujeito na Psicanálise

Vimos até aqui a noção de sujeito do discurso a partir da sua relação de contradição com a exterioridade sócio-histórica.

Veremos neste capítulo o estreitamento entre essa noção de sujeito e a concepção de subjetividade de base psicanalítica, que também fez parte do quadro teórico da AD (PÊCHEUX & FUCHS, 1997), e que será abordada principalmente por meio de sua relação com os Mitos. Na Psicanálise, para utilizar uma metáfora, eles são parte das ruínas arqueológicas que compõem o modo de o sujeito se inscrever no mundo.

Freud (1967f) aponta uma questão crucial consolidada em todo seu projeto para a Psicanálise: a justificativa para os atos aos quais a consciência não oferece testemunha. Em termos lacanianos, podemos questionar: qual o estatuto da dimensão do Outro na configuração de atitudes imprevistas, e que chamam a atenção do sujeito? Como lidar com um terceiro elemento ausente e presente, a que Lacan (1998b,e) denominou *significante*, na constituição do sujeito?

É notório que ambos os autores mostram que a Psicanálise versa sobre as possibilidades de rastrear os pontos de contato entre sujeito e realidade, por meio de formulações que consideram a forma indireta desse contato, e cujos elementos históricos rumam para uma singularidade ao mesmo tempo velada e mostrada.

É nisso que reside também sua consideração da noção de Mito, ou seja, por meio desse contato indireto com o histórico, o que lança o sujeito numa contradição. Acredito que, dessa forma, a Psicanálise faz retornar a junção entre Mito e História que, de

acordo com Sholes & Kellog (1977), teria se separado principalmente por conta da ciência moderna.

A propósito dessa separação, é oportuno o questionamento feito por Ginzburg (2001) sobre o distanciamento no tempo e no espaço que os Mitos adquiriram na atualidade; algo decorrente de uma soberba postura etnocêntrica alicerçada num discurso da razão de que a mitologia se proveu em detrimento da indeterminação dos saberes, ou da dispersão histórica de que falava há pouco. O autor comenta a condenação dos Mitos, tal como aparece na filosofia platônica, sobretudo n' "A República", em que os Mitos contados às crianças são mentiras misturadas às verdades; portanto, identificáveis por meio de uma visão dicotômica.

Desse modo, ao longo de nossa tradição intelectual, diz Ginzburg (2001): "a consciência da natureza mentirosa dos mitos, e, por extensão, da poesia, acompanhou como uma sombra a persuasão da sua verdade oculta". O autor aponta que o fictício e a realidade misturados fazem parte do humano, ainda que a filologia, o direito romano e a teologia cristã tenham tentado separá-los.

Dessa forma, os Mitos mostram que a História não busca uma verdade única, mas toma como norte as várias interpretações em detrimento das quais não pode haver o predomínio absoluto de uma objetividade. Sendo assim, o mito faz valer a persistência de um conto já contado e que já se conhece, e em que podem ser vistas de forma tênue, várias verdades, fictícias e reais ao mesmo tempo.

Ginzburg (1989, p. 217) em outra reflexão teórica propõe que a maneira de Freud encarar a relação entre mito e neurose considera os meios de acesso ao conteúdo mítico, meios estes que são "históricos, identificáveis ou conjecturáveis de modo plausível: homens, mulheres, livros e documentos de arquivo falam de homens e mulheres".

Se o sujeito tece parte do mito que antecede a ele mesmo é porque está lançado numa contradição. O mesmo Ginzburg (1989, p, 217) alarga esse debate e aponta que a consideração de Freud sobre mito e neurose alavanca a seguinte pergunta: "somos nós que pensamos os mitos ou são os mitos que nos pensam?" (GINZBURG, 1989, p. 217).

É por esse caminho que o autor aponta a amplitude das manifestações do Mito. Há uma grande diferença entre viver passivamente o conteúdo mítico e procurar dar-lhe uma interpretação singular. A Psicanálise se fundamenta nessa possibilidade de interpretação, a qual destitui o sujeito da passividade irresoluta. É sabido, são

emblemáticas as implicações psicanalíticas dos Mitos de Narciso e Édipo à singularidade do sujeito.

Esses fundamentos cruciais do sujeito da Psicanálise, que envolvem sua historicidade e a interpretação mítica e indireta da realidade inconsciente, podem ser vistos, por exemplo, na análise do esquecimento do nome “Signorelli”, que abre “Psicopatologia de la vida cotidiana”. Trata-se do apontamento feito por Freud (1967b) da proximidade de dois fragmentos de palavras; conforme Mezan (2003), “signor”, que pertence à esfera reprimida e “herr”, que carrega atributos insatisfatórios.

Vemos nessa análise os temas universais da morte e da sexualidade (míticos, portanto) incidirem na interpretação que o sujeito faz da realidade e, assim, consolidarem a elementaridade da palavra no psiquismo.

É preciso já adiantar que essa universalidade converge obrigatoriamente para pelo menos uma manifestação de singularidade, desconhecida pelo próprio sujeito. Isso ocorre por meio das maneiras pelas quais este sujeito lida com aspectos residuais dos Mitos, o que, de acordo com Freud (1967d), faz parte de sua estratégia para lidar com aspectos insatisfatórios da realidade e cuja intercorrência aparece na fantasia.

Freud (1967g) mostra que a subjetividade é regida por essa contradição mantida com a realidade. Isso ocorre por meio de mecanismos aparentemente causais, que, tal como podemos entender a partir de Mezan (2003), fazem o sujeito acreditar no controle de “faculdades mentais”, como memória, atenção, pensamento. Entretanto, torna-se quase inviável sustentar que a crença em tais funções serve apenas para termos a possibilidade de um dia alcançar o elo perdido de uma questão mítica, pois as atitudes nos põem constantemente em xeque com diversas certezas.

Nesses termos, Freud (1967h) analisa a repetição do ponto de vista do uso dos jogos infantis, utilizados para lidar com um evento marcante, ao mesmo tempo em que lidar com o “ideal do eu”. Mas o objeto tomado para a repetição, diz Freud (op.cit.), muitas vezes é colado àquele do evento que marca o desagrado, pressupondo o princípio do prazer atrelado à ilusão do domínio do objeto, o qual, sendo assim, cifra a contradição do sujeito. Isso faz com que não seja vislumbrada a princípio uma ação para além de uma tentativa de controle.

A partir destas considerações, Freud (1967d) analisou o papel de produções textuais como as narrativas e as tragédias para discutir a relação do sujeito com sua própria história no tratamento da insatisfação inalienável ao sujeito. Ele fez confluir, portanto, o papel do Mito como pano de fundo de questões universais e sua

interpretação, para além do ponto de fixação do sujeito apenas ao caráter imediato de algum evento marcante.

Acerca da consituição do sujeito pelo Mito, é oportuno apresentar a referência de Freud (1996c) ao caso Schreber que publicou sua própria história clínica resumida na tentativa de restabelecer a ordem do mundo, fazendo-se para isto necessário transformar-se em mulher e ouvir as ficções enredadas entre seus sonhos e seu estado de vigília. A missão de salvar a humanidade conduzida por Schreber se aproxima da prerrogativa do encontro de uma verdade.

Existe uma relação de parte pelo todo, na ficção enredada por Schreber, que se fundamenta numa cisão entre a verdade individual e o Mito da criação, por exemplo. Ele expressa sua indignação frente à conduta divina em não se comunicar com os vivos, e comunicar-se apenas com os mortos. Sendo assim, acredita que não há escuta divina para a fala solitária de uma crença individual; ele nega, assim, o laço social e transforma por meio de uma cisão, questões míticas em invenções particulares.

É especificamente no delírio, portanto, que Schreber tenta alcançar uma verdade mítica para algo inalcançável, a pulsão. Por meio da construção de um saber particular sobre questões míticas como a vida, a reprodução, as diferenças entre homem e mulher, Schreber se certifica do que sabe. Somente por meio da voz interpretativa de Deus, que lhe exige portar-se como mulher, ele ainda mantém alguma tentativa de obturar a cisão com o laço social. A partir desse caso, Freud (1996c) mostra como a força criadora dos Mitos ganha fôlego nos dilemas comuns que estruturam a subjetividade, o que ocorre por meio da ilusão de um contato direto com a voz divina em detrimento da dúvida frente ao desconhecimento promovido pelas questões trazidas pelos Mitos.

É ainda acerca desse aspecto da dúvida frente à criação, que Freud (1996d) comenta (em “Moisés e o Monoteísmo”) de que forma, por não se saber ao certo se se trata de um acontecimento histórico concreto, é que se confirma que não há uma verdade tácita nos Mitos. Uma vez que os Mitos remetem a uma arqueologia do inconsciente de cada um, nunca sabemos claramente a origem de diversas histórias de heróis que nos são contadas. Nos primeiros anos de uma criança, isto é notado pela mistura entre uma ficção poética por ela construída e seu romance cotidiano, que, imbricados ajudam na estruturação da subjetividade.

Freud (1996d) considera esses pressupostos originários também ao examinar a lenda do nascimento e abandono de Moisés como uma forma de narrar as controvérsias sobre a origem. O pai da Psicanálise destaca nesse mito como a sobrevivência de uma

criança, que quer seja egípcia ou judia (há controvérsias) obteve valor porque o povo judeu usou esse personagem em destaque para garantir uma religião monoteísta.

A história de Moisés faz alusão à morte do Pai, verificada também na obra “Totem e Tabu” (FREUD, 1996b). Mesmo após essa morte, a interdição permanece. A respeito desse jogo entre presença e ausência, Freud (1996d) faz uma analogia com a proibição do nome de um Deus como um tabu primevo revivido na lei judaica. Do mesmo modo, o assassinato de Moisés em decorrência de ter ele forçado o povo em sua fé é expressivo desse jogo, pois sua figura revive na disputa entre judeus e egípcios. Esse acontecimento resume a necessidade da autoridade poderosa (do Pai) admirada e de quem se sofre reprimenda e em relação a quem se tem ao mesmo tempo confiança e temor. Com este ensaio, Freud (1996d) mostra que foi esse protótipo de pai que assegurou aos judeus a união de seu povo.

Conforme Azevedo (2001) as fantasias de origem (arché) que aparecem em “Moisés e o Monoteísmo” também aparecem em “Totem e tabu”. Ao fazer um paralelo entre esta obra e a trilogia grega “Orestéia” de Ésquilo, a autora destaca a função paterna como metáfora privilegiada pela posição ocupada pela morte de Agamêmnon nesta tragédia. Trata-se do enigma da origem (da “arché”). Dessa forma, vê-se o interesse da Psicanálise pela forma do Mito estruturar as relações sociais e a subjetividade, não procurando nele o conteúdo de uma verdade.

Acerca dessa estruturação, Freud (1967f) ainda contribui com este destaque para os Mitos na estruturação do sujeito, quando analisa um caso de neurose infantil marcado pelo medo de lobos, análise esta marcada pela forma de algumas narrativas bíblicas ou de caráter infantil alutarem seus elementos nos sintomas do sujeito. Freud (1967f) relata a repulsa e a concomitante atração por animais por parte de um garoto de que trata e a ordem em que ocorriam tal aproximação e afastamento. Com isso, estabelece algumas analogias entre as fantasias do garoto em relação às figuras femininas que lhe são mais próximas, como a mãe e a cuidadora.

Ao observar a rotina do garoto, Freud (1967f) sinaliza o agravante causado pela figura do lobo nas fantasias e nos medos. Estabelecido um correspondente com as narrativas que o menino tem contato, Freud (1967f) lembra que o disfarce em figuras animais como o lobo, proporcionados pelos mitos e lendas, é o que fornece fundamentos para sua conduta.

No caso tratado, são lembradas as analogias inconscientes entre as atividades passivas e ativas dos animais por meio de formas de elaboração subjetiva. É por meio,

portanto, da figura do lobo que se constrói um referente para várias fantasias do garoto em questão e que se organizam pilares de sua subjetividade. Diante, por exemplo, do horror à castração experimentado ao ver a irmã, a história de “Chapeuzinho Vermelho” fornece um substituto, ainda que alarmante, que é o fato do lobo abrigar as crianças no ventre.

Além disso, o garoto se dá conta de que alguns sonhos com lobos se misturam às reminiscências das caminhadas pastoris com seu pai. Oportunamente, Freud (1967f) compara essa transferência ao pai com aquilo que denomina de forma totêmica de ver o mundo. Assim, o lobo corresponde temporariamente ao Pai.

Mesmo com essas elaborações, o medo do garoto em relação a um lobo depositário de seus medos mais primitivos não se esvai completamente. Enquanto esse medo não ganha outra forma, a mãe decide contar-lhe algumas passagens da História Sagrada. Nesse momento, o garoto substitui sintomas de angústia por sintomas obsessivos. Atento ao ensino da mãe, ele estranha a posição passiva de Cristo no martírio, bem como culpa a onipotência de Deus pela maldade que acomete os homens. Afinal, é Deus quem faz recair os pecados e a punição na vida dos homens. Com essa analogia, vemos como o totem é uma substituição do Pai por Deus, feita pelo garoto; substituição esta que retornaria na forma de um atributo humano para o medo ancorado na aglutinação entre a figura do lobo e o fervor religioso. Essas analogias possíveis por conta do ensino da História Sagrada pela mãe auxiliam na sublimação da posição masoquista diante do Pai.

Em “Psicologia de las Massas”, por sua vez, Freud (1967i) também atribui o fundamento dos mitos, lendas, folclore e narrativas à vida coletiva. Ele defende que a sociedade impõe normas ao sujeito, que, sozinho não encontra soluções. Para ajudar a lidar com essas normas, as criações do folclore, das religiões, das organizações coletivas prestam auxílio; o sujeito as reconstrói a seu modo por meio de partes que fazem eco em seus sintomas.

Tais manifestações unem os membros de um grupo por meio de processos como a identificação entre seus iguais. É o que ocorre, por exemplo, na Igreja Católica, em que seus membros acreditam-se amados por igual pelo mesmo Pai. Freud (1967i) explica que essa crença é uma forma de laço social, pois a presença do líder das multidões se torna eficiente por conta de um jogo entre presença e ausência. A concomitância dessa ausência presente torna tênue o limite entre ficção e realidade, tal como ocorre nas manifestações culturais.

Essas manifestações tornam-se ainda aliadas dos membros do grupo e os ajuda a lidarem com suas neuroses individuais e com a transformação do medo do Pai devorador num ideal de Pai que ama a todos igualmente. Esse medo do Pai ressuscita o totemismo, pois a massa deposita o ideal de eu num mesmo objeto. Disso decorrem vários Mitos criados e narrados para explicar a morte do Pai; é o caso da explicação da exogamia por conta do parricídio, que dividiu o amor terno para as mulheres do clã e o amor sensual para as mulheres de fora. Vê-se com isto, diz Freud (1967i), como as formações coletivas atenuam as neuroses individuais. Mesmo em casos como as religiões, em que há sempre intolerância e crueldade com os membros que não partilham de suas crenças, o apaziguamento do perigo das neuroses substitui essa exclusão por meio de sintomas coletivos que ganham formas particulares nas manifestações culturais.

Desse ponto de vista, a resposta para a questão de Ginzburg (1989) poderia ser: são os Mitos que nos pensam, ainda que, do ponto de vista psicanalítico, não nos interesse tanto o pensamento, pois que ele também se submete às determinações do caráter fantasioso, para lidar com esta realidade constitutivamente insatisfatória³².

Os predicados do pensamento, assim, dão lugar à importância do lugar ocupado pelo sujeito, uma vez que tem sua constituição firmada pela veiculação daquele elemento presente e ausente de que falava há pouco, o significante, pelo Outro (LACAN, 1998b).

Azevedo (2004) auxilia nesse entendimento quando se utiliza da noção de “quiasma lingüístico” (no sentido de troca, intercâmbio) para apontar a presença da Psicanálise nos Mitos e o inverso. Desse ponto, a autora afirma que no Mito e na clínica, o homem é confrontado com questões sobre origem, doença, sexo, morte; enfim sobre a trágica condição humana. Para a autora, Freud então se fundamenta nos Mitos porque eles fogem à lógica racional para tratar tais questões. Na epistemologia do sujeito da Psicanálise, a contradição pressupõe o sujeito entre a imposição do inconsciente e as reviravoltas do caráter aparentemente neutro e estável da realidade.

A respeito desta, pelo contrário, diz a autora, seja nos sonhos ou nas palavras que Freud pesquisou em seus estudos de filologia, os Mitos mostram uma lógica

³² Sobre a questão do pensamento diz Lacan (1998b, p. 520): “E não há aqui nenhum inconveniente em fazer intervir o termo pensamento. Pois Freud designa por esse termo os elementos que estão em jogo no inconsciente, isto é, nos mecanismos significantes que acabo de reconhecer nele”.

dialética, que constantemente põe por terra esta estabilidade e em que, por exemplo, "Eros e Tânatos" caminham juntos, expressando pulsão de vida e pulsão de morte.

Ao analisar a escolha de Freud pelos Mitos e sua retomada por Lacan, a autora ajuda a entender os “métodos”, ou melhor, as estratégias da Psicanálise, baseadas na contradição e, assim, na tomada do Mito como um enigma dessa contradição. Esta lógica contraditória vista nos Mitos gregos, como o de Édipo, serviu para Freud ignorar as oposições dicotômicas majoritárias no campo da ciência e contemplar as contradições num mesmo elemento; o significante, em Lacan. Nessa linha teórica, ela segue, o Mito se mostra como enigma do Outro que o sujeito desconhece e rumo ao qual vai produzir associações, ou como visto por Lacan, significações.

O poder da palavra contada oralmente, diz Azevedo (2004), atrai o interesse de Freud, por conta da trajetória dele. O itinerário do pai da Psicanálise passa pela pesquisa ligada à visão da palavra como catarse (devido a seu contato com Breuer); como hipnose (devido a seu contato com Charcot), e, posteriormente, quanto trata a histeria, como associação livre. A Lacan (1998 a,b, c), por sua vez, a palavra interessa por marcar a inserção do sujeito no simbólico e, assim, sua relação com o Outro.

Neste momento, é importante citar o próprio Freud (1967d, p. 1061)³³:

Examinemos agora aquele gênero de obras poéticas nas quais não vemos criações livres, senão elaborações de temas já dados e conhecidos. Também nelas goza o poeta de certa independencia, que pode manifestar-se na eleição do tema e na modificação do mesmo, às vezes muito ampla. Vejamos: todos os temas dados procedem do acervo popular, constituído pelos mitos, as lendas e as fábulas. A investigação destes produtos da Psicologia dos povos não é, assim tão impossível; é muito provável que os mitos, por exemplo, correspondam a resíduos deformados de fantasias optativas de nações inteiras aos sonhos seculares da humanidade jovem.

Nesta citação de Freud (*idem*) vemos a analogia entre a brincadeira infantil e os Mitos, tomados como resíduos das fantasias. Podemos assim afirmar que ambos se interpenetram, encorpando a atividade narrativa, bem como a arte em geral, num princípio de contradição entre princípio de prazer e de realidade. Daí decorre que essas

³³ No original: “examinemos ahora aquel género de obras poéticas en las que no vemos creaciones libres, sino elaboraciones de temas ya dados y conocidos. También en ellas goza el poeta de cierta independencia, que puede manifestarse en la elección del tema y en la modificación del mismo, a veces muy amplia. Ahora bien: todos los temas dados proceden del acervo popular, constituido por los mitos, las leyendas y las fabulas. La investigación de estos productos de la psicología de los pueblos no es, desde luego, imposible; es muy probable que los mitos, por ejemplo, correspondan a residuos deformados de fantasías optativas de naciones enteras a los sueños seculares de la humanidad joven” (*idem*).

manifestações convergem cada vez mais para a singularidade, para a volta do sujeito à historicidade constitutiva.

Dentro das estratégias no tratamento com a realidade temos, portanto, o anteparo dos Mitos. Isso evoca o caráter de ficção³⁴ dessa mesma realidade e nos leva a considerar a implicação do mito em Psicanálise, tratando-o como um pilar do saber psicanalítico.

É o caso emblemático de Édipo, em que se notam duas faces da mesma moeda: a questão crucial da morte do pai e o complexo de castração. De forma mais constitutiva, temos a interdição ao incesto, que rompeu as fronteiras da Psicanálise e nos interessa porque é a pedra basal de onde a dúvida presente nessa contradição constitui o sujeito do inconsciente.

A partir da análise feita por Lacan (1978), vemos o dilema do sujeito frente às seguintes questões universais: morte e sexualidade.

É o caso do “homem dos ratos”, apresentado por Freud (1996a) e retomado por Lacan (1978). Nesse trabalho, Freud (1996a) relata o caso de um homem que perdera seu *pince nez* quando partia em viagem. Para não se atrasar, ele solicita ao oculista que o encaminhe pelo correio.

Posteriormente, o pacote lhe é entregue por um oficial, que também o convoca a pagar as despesas da postagem a outro oficial militar, chamado “A”. As fantasias antecedentes que o perseguiam (morte do pai e da amante do pai, a qual admirava), somam-se às crenças de que ele não deveria pagar as supostas despesas a “A”, senão isto de fato ocorreria, o pai e a dama seriam punidos pelo suplício de ratos adentrando-lhes o ânus.

Essas idéias de tortura eram evocadas por meio da presença da dama que admirava. Assim, “não encontrando” o tenente “A”, ele tenta pagar as despesas a outro oficial. Mais surpreendente para ele é quando o oficial “A” se esquia desse envolvimento ao qual é colocado e lança a questão para o oficial “B”. Isso deixa o “homem dos ratos” perplexo, comenta Freud (1996a), porque o torna incapaz de sustentar um juramento que fizera a si mesmo, baseado em falsas premissas, qual seja, o

³⁴ Adiante será oportuno continuar uma discussão, já estabelecida por Carreira (2000), acerca da relação entre subjetividade e autoria cujo suporte em Lacan apontará para a ficção ao afirmar que a verdade tem estatuto de fixação (estar fixo) ao Outro.

temor iminente das punições. E mais, o caráter de evidência visto na impossibilidade de pagar as despesas ao oficial “A”³⁵.

Assim, Freud (op.cit.) aponta, ao analisar esse caso, as “falsas conexões”, necessárias ao sujeito, entre os afetos e seus conteúdos ideativos; bem como, os equívocos necessários, pelos quais agimos com a mesma dureza de uma polícia que, para pegar o assassino certo, apodera-se da pessoa errada.

O interesse pela contradição, pela imersão do sujeito entre a certeza e a dúvida, é um dos fundamentos do sujeito da Psicanálise. Como aponta Freud (1996a, p.212), acerca do Édipo: "como justificar o crime contra o pai sem ter cometido um crime contra ele?" É aqui que se inserem as contribuições de Lacan (1978) acerca desse sujeito imerso em crenças imaginárias, porém constitutivas e fundamentais para lidar com a realidade³⁶.

Lacan (op.cit.) aponta, no caso relatado, o cenário fantasmático apresentado ao sujeito, um pequeno drama que ele denomina "mito individual do neurótico", uma vez que o caso reflete uma relação, fechada e imprecisa ao sujeito, entre os lugares inaugurais das funções paternas e maternas e um personagem em cena. Em suma, uma pergunta possível nesse dilema é: como requerer uma solução “individual” para questões universais, cujo caráter mítico faz eco na própria estrutura simbólica, ou seja, naquilo que é anterior e constitutivo ao próprio sujeito?

Neste momento é que cabe a definição deste autor sobre o mito. Para Lacan (op.cit.), o mito é o que dá uma fórmula discursiva a algo que não pode ser transmitido como verdade objetiva.

Do ponto de vista lacaniano, como a fala não pode circular sobre ela mesma – já que o Outro intervém constantemente no que é (não) dito – o mito, justamente porque é o pilar dessa contradição, serve como recurso subjetivo para que o sujeito tenha a ilusão de que fala uma verdade objetiva, posto que “separada” do Outro. O mito, portanto, está assentado no sujeito por esta crença ilusória, porém necessária, desta separação entre subjetividade e objetividade.

³⁵ Vale a pena comentar que a presença pode ser interpretada aqui como indício totêmico. Embora não vá me aprofundar nesta discussão, esta presença mantém função análoga a do significante “ideal” que o sujeito “escolhe” para narrar seu mito individual.

³⁶ Isto leva à relação daquilo que Lacan (1978) denominou o mito individual do neurótico com a posterior discussão sobre os três registros do sujeito, sobre a dialética entre a submissão ao simbólico e o efeito de unidade imaginária.

Ao comentar o caso do “Homem dos Ratos”, Cunha (1987) aponta que nele vemos a impossibilidade de uma unidade e do pagamento de uma dívida do pai ser transmitida a esse paciente. Isso permite a Freud (1996a) dizer que, muitas vezes, a necessidade imediata de uma “solução certa” para a contradição intrínseca ao sujeito é imaginar a morte de si ou a morte de alguém.

Retomando Hegel e a influência deste em Lacan, Cunha (op.cit.) assemelha este dilema àquele existente entre o mestre e o escravo, argumentando que, neste caso, se o mestre morre o escravo também morre, porque se trata de uma condição contraditoriamente estabelecida.

Assim, a constituição do que Lacan denomina imaginário vem estruturada por essa dúvida entre a imagem do pai com caráter de estrutura simbólica e as “degradações concretas”, como apontadas por Lacan (1978), por meio das quais o sujeito conduz sua trajetória mais ampla, ainda que alienada a um mito individual.

Por exemplo, a dúvida, o vacilo, tais como vemos nas narrativas, sinalizam que é necessário ao sujeito se firmar num ponto por meio da função da Lei, conduzida pela metáfora paterna, pois isso legitima sua posição no simbólico. Entretanto, trata-se de um ponto ligado ao imaginário, ou seja, à imprecisão entre o lugar do sujeito conferido pelo Pai e as *imagos* e nomeações vindas dele.

Por isso, a inserção do mito individual. Ele faz eco no que já foi aqui tratado acerca da evidência ideológica do sujeito do discurso; do discurso do Outro como vemos na Psicanálise lacaniana.

Tomando por base o axioma lacaniano do inconsciente estruturado como linguagem, podemos tratar da atividade narrativa como um lugar do sujeito do discurso na estrutura simbólica, bem como implicar a subjetividade aos percalços do caráter de logro da realidade, e cujo suporte teórico está na noção de imaginário, articulada ao mito individual.

A esse respeito retomemos o que vimos com a interpretação de Lacan (1978) do “Homem dos Ratos” que, ao encará-lo pela via do drama do sujeito, designa o “eu” como manifestação da alienação do sujeito a seu dilema narcísico. Isso demonstra que podemos aprofundar o que foi dito até aqui sobre a contradição do sujeito, em termos do dilema entre a cristalização imaginária da cadeia de significantes, pela qual o sujeito emerge, e seus abalos e reviravoltas na ordem simbólica, ocasionados principalmente pela irrupção do real.

Ao considerar a contradição do “eu” com seus próprios impulsos, a Psicanálise coloca o narcisismo como uma das questões fundamentais do sujeito que, desde Freud (1967e), aponta para a ameaça que vem da percepção dos impulsos instintivos e não deles em si. Fundamentalmente, é próprio do dilema narcísico lidar com o princípio de realidade, bem como lidar com o prazer da repetição de uma busca incompleta, suportada pela aparente ordem da realidade. Entretanto, é importante para o sujeito lidar com essas ordens aparentes, pois elas não são apenas imaginárias, pois estão comprometidas com regras e papéis simbólicos.

Freud (1967g) já apontava que as palavras são cruciais à subjetividade. É nisso que Lacan aposta quando diz que o inconsciente se estrutura como linguagem. O psicanalista francês retoma textos primordiais da obra de Freud – “El chiste e su relacion con lo inconsciente” (1967b), visto em Lacan (1999); “Psicopatologia de la vida cotidiana” (1967b), retomado em Lacan (1986,1999) e “La Interpretacion de los Sueños” (1967a), que aparece em Lacan (1986, 1985a) – para sustentar essa assertiva. Em Lacan (1998b), há ainda um comentário em que o psicanalista francês considera esses três textos os principais de seu retorno a Freud.

Em uma dessas retomadas, por exemplo, Lacan (1999) se refere ao texto freudiano que versa sobre o esquecimento de “Signorelli”, apontando que Freud se lembrou mais das imagens dos afrescos de Orvieto que dos nomes porque houve mais submissão ao jogo simbólico do que ao imaginário. Para entendermos isso, vou tratar um pouco dos três registros do sujeito.

Sabemos que a condição do narcisismo primário vista desde Freud (1967e) já é prerrogativa de que ao sujeito cabe uma incompletude. Em termos lacanianos, essa incompletude se traduz na dívida, na lacuna do sujeito com o Outro. Isso porque este empresta significantes primordiais, que servem, por exemplo, como “solução certa” traduzida em certeza imaginária.

Assim, em Lacan (1999), a falta já se configura na própria estrutura simbólica. Isso demonstra que há um estatuto de busca dos objetos, que é imaginário e que se fundamenta numa discrepância entre o “eu ideal”, do narcisismo primário, que pretende prover-se da totalidade, e “o ideal do eu”, que permitirá ao sujeito se deslocar dessa alienação que tende à completude, ao ser submetido à Lei, condição cara da incompletude, mas que se encontra na própria linguagem.

E demonstra ainda a incidência maciça da estrutura simbólica, da Lei, que já atua antes mesmo da própria consistência imaginária que o simbólico, a que nasce

submetido, adquire na história interacional do sujeito. É o caso, por exemplo, do nome próprio, que já designa um lugar para o sujeito nesta estrutura e por meio do qual o sujeito faz elo com o Outro (LACAN, 1998 b, g).

Considerando esta tradução da incompletude narcísica e das dúvidas e certezas, para o referencial lacaniano, que versa sobre o Outro e o registro imaginário do sujeito, é preciso discutir a relação entre narcisismo e a fundamentação da relação contraditória entre simbólico e imaginário.

Em diversos trabalhos Lacan (1986, 1988 a, b, c, d, e, f, g; 1999) aponta que a incidência dos significantes primordiais articula as bases da subjetividade por meio de uma compulsão à repetição, que consolida alguns significantes como primordiais para o sujeito articular suas maneiras de se portar diante do Outro.

Entretanto, como mostra Lacan (1998b), mesmo que a falta seja constitutiva de sua incompletude, o imaginário do sujeito se consolida por sua tentativa de “produzir” uma falta, mas que já opera antes, na estrutura simbólica da linguagem. Trata-se de uma estratégia de manejo de sua falta narcísica constitutiva. É o que expressa Lacan (1986, p.97) nas seguintes palavras: “o domínio imaginário do corpo, prematuro em relação ao domínio real”.

É esta a função da dimensão imaginária do sujeito (*eu*), que está supra-alienada ao ideal do eu, que se firma numa estrutura simbólica; ordenada, porém arbitrária. Considerar isso permitirá a Lacan (1999) apontar a metáfora paterna como lugar da estrutura simbólica e da submissão não mais dos significantes aos significados, mas do *Sujeito* aos significantes. (LACAN, 1998b). Torna-se inviável, portanto, afirmar que entre dois elementos (como por exemplo, significante e significado, ou sujeito e significante) haja uma correspondência, uma vez que, assim sendo, apenas a dimensão imaginária seria considerada.

Apoiando-se na concepção do sujeito que emerge pela retroação entre significantes, Lacan (1998b) subverte a relação arbitrária e de dualidade entre significante e significado, vista em Saussure, e propõe que o sujeito é sinalizado pelos significantes que o remetem a dimensões do sentido obrigatoriamente determinadas pelo simbólico. A barra entre o significante, representado acima do algoritmo, e o significado, indica que, muitas vezes, a função imaginária está impedida de falar, o que faz emergir outro lugar (simbólico) a partir de onde ao sujeito é permitido enunciar.

O caso de Freud retomado por Lacan (1978) ao versar sobre o mito individual mostra como a relação arbitrária, porém naturalizada, entre significante e significado

(LACAN, 1998b) também sinaliza a contradição ao sujeito, não por conta de um outro, mas por conta do Outro, que veicula significantes caros, com os quais terá que lidar sob as formas da “escolha”, da substituição, da dúvida, da hesitação.

Lacan (1998b, 1999) faz assim uma releitura do ideal do eu (este lugar contraditório da morte do pai e do complexo de castração) que submete o sujeito ao dilema entre um crime não cometido diariamente e o elo mítico e perdido da morte do “primeiro pai”. Resta ao sujeito apenas o retorno de significantes, que se organizam por meio de uma metáfora paterna; ou seja, são os significantes, os elementos que dão as coordenadas do lugar que o sujeito ocupa no simbólico e da maneira imaginária com a qual lidará com sua contradição constituída pelo Outro.

Esta releitura toma como partida Freud (1996b) quando este compara os tabus da ordem primeva com as proibições aos neuróticos e o desejo da violação da Lei, que persiste no inconsciente. Esse funcionamento contraditório repercute na alienação do sujeito ao mito individual, que de acordo com Lacan (1978), mostra-se iludido (evidência imaginária) de que pode conter uma verdade objetiva de si e do Outro, por meio de fórmulas discursivas nas quais, contraditoriamente, intervém o Outro.

Este sujeito clivado pelo inconsciente se reconhece e é reconhecido no simbólico, portanto, graças à Lei, que o implica diante do Outro, a partir de uma posição, a do Pai (LACAN, 1999).

Essa consideração engloba o diálogo inicial de Lacan (1985a, 1986, 1998b) com a obra de Lévi-Strauss e as considerações deste sobre as relações de parentesco e a proibição do incesto que, como pontos de contato com a universalidade versada no mito individual, enaltecem sua constituição contraditória. A contradição se consolida porque o sujeito tenta disfarçar no plano imaginário sua submissão simbólica (no sentido de uma metáfora inalienável, da presença do Pai).

No plano mais particular, toda narrativa acerca de si e do Outro, mantém inevitavelmente uma “formação de compromisso” entre o sujeito e este Outro, a “quem sou mais apegado do que a mim” (LACAN, 1998b, p.528). Embora, no plano imaginário o Outro (guardião dos significantes e da falta consitutiva do ser) se apresente secundariamente como alteridade, é ele quem “organiza” a presença do sujeito como discurso do Outro (LACAN, 1998b).

É este Outro, este terceiro elemento ausente que permite considerar que a metáfora paterna se re-instala ininterruptamente deslocando a ilusão imaginária de correspondência entre o outro (imaginário) e o *infans*, entre o ideal de eu e o eu ideal.

Sobre o imaginário, Lacan (1953) trata inicialmente deste registro do sujeito quando diz que a relação do inconsciente com a palavra marca o lugar do sujeito na estrutura simbólica que o antecede, ocasião em que procura saber como tal marcação endivida, fragmenta e une o sujeito ao Outro.

Trata-se de um enfrentamento inevitável com uma semelhança, em que a face do Outro é refletida como uma espécie de margem à imagem do corpo do sujeito diante do espelho. Essa metáfora do espelho, chamada “estádio do espelho” (LACAN, 1998f) configura uma passagem de inevitável enfrentamento do sujeito com os “primeiros” significantes constitutivos de uma “tradução” da linguagem feita pelo Outro, encarnado na história de seu círculo interacional.

É mesmo um espetáculo universal, que indica que assim como a língua tem funcionamento próprio, o Outro que ela encarna também o tem; funciona com certa autonomia e automaticidade. Ocorre que cada passagem pelo espelho concerne à história particular de cada pequena fatia do Outro (discurso do Outro) para se manifestar como um sujeito (LACAN, 1998b; 1998c; 1998f).

Vê-se que tal testemunho e reconhecimento do Outro não ocorre de forma ilesa. Ele é caro ao sujeito. O sujeito se constitui por um endividamento que o Outro lhe impõe, ao tentar dar formato de demanda às suas necessidades reais. A subversão desta demanda do Outro abre possibilidade para a irrupção de um desejo, que é do Outro (LACAN, 1998d, 1999).

Mesmo atendendo ao sujeito, por uma tradução linear (imaginária) da realidade, há algo que escapa a essa “interação” entre eu e Outro. Como vemos em Lacan (1999), o lugar da Lei veiculado pela função paterna é possível porque a Lei se porta aquém de sua função e além da posição paterna. Isso provoca abalos no efeito de aparente unidade e linearidade sustentadas pelo imaginário, mesmo porque há uma correspondência, ainda que indireta, entre o real e o simbólico, estando este fundado, portanto, numa equivocidade.

Considerando aquilo que escapa como manifestação do real, tocamos a contingência da dimensão deste na cadeia significativa, aparentemente apresentada como um discurso organizado ao sujeito. No lugar dos devaneios imaginários dessa organização, ou da busca do sujeito por esta organização, o sujeito “esquece” que somente emerge, porque, contraditoriamente, há um furo na cadeia significativa que nunca se obtura. É a busca mítica por um objeto que nunca se perdeu. Trata-se do real, aquilo que é impossível de ser dito, e a que a função imaginária do sujeito se liga

“ignorando” uma falta que já estava na estrutura por conta da interdição do Pai simbólico. É esta interdição nunca totalmente discernível e conhecida, esta tentativa de “restaurar” o “primeiro” Pai que se consitiu como um autêntico lugar mítico ao sujeito.

Mas este mito do “Pai totêmico” é motivo de ironia do próprio Lacan (1998b), para quem mitos “autênticos” como esse já são formas do Outro atender à imperiosa proliferação de criações simbólicas do sujeito. Assim, este acha que “constrói” o simbólico de cujas regras e interdições é o próprio efeito. Esse truque imaginário repercute numa forma individual do mito (LACAN, 1978); no mito individual, temos o sujeito não mais concernido pelo Outro, mas com a ilusão de que é individual, in-diviso (não dividido).

Vemos até aqui como a articulação da visão de Lacan (1978) sobre o mito permitiu trazer alguns fundamentos de sua noção de sujeito envolvida com os três registros do sujeito, que também são cruciais neste trabalho.

Nas narrativas, esse referencial servirá para implicar o eco das questões universais do mito ao sujeito do discurso, em que um de seus determinantes é o inconsciente. Por esse determinante, considerarei esta equivocidade do real na estrutura simbólica, o que permite discutir a pluralidade das posições-sujeito como algo que sobre-excede o efeito de unidade imaginária do mito individual.

A articulação teórica desta seção justifica-se ainda pelo fato de que, nas narrativas a serem analisadas, considerarei o aparecimento do sujeito por meio de marcas que aparecem em estratégias enunciativas (dúvidas, vacilos, hesitações) e que ao se apoiarem na memória do dizer abalam esse efeito de unidade. Isto ocorre porque essas contradições são lançadas num campo da significação que aparenta não haver sentido, e aponta a necessidade de considerar o próprio referencial mítico de contradição entre o sujeito e o Outro.

Afinal, se por um lado o mito é realocado em relação ao sujeito como metáfora paterna junto de uma ligação simbólica primordial, há, por outro lado, uma “degradação concreta” na ligação do sujeito com a realidade, por conta desse enigma do Outro mítico nunca totalmente desvendado. Isso leva a afirmar a insanidade não apenas da Lei, mas da castração imposta pela própria linguagem.

Portanto, o aprofundamento dessas noções fornecerá bases para problematizarmos a atividade narrativa como possibilidade ao sujeito de ocupar pelo menos um lugar na estrutura, tendo em vista o eco do mito na estrutura simbólica. Além disso, permitirá lidar, no caso das narrativas a serem analisadas, com o efeito imaginário

de unidade textual que, por sua vez, constitui-se desde o manejo do sujeito com as formas mais primitivas do narcisismo pelas quais ele vem a se situar virtualmente pelas demandas do Outro.

A partir disso, partirei neste momento do entrelaçamento desse referencial teórico do sujeito da AD e da Psicanálise para articular qual lugar o sujeito pode ocupar na atividade narrativa, quando a esta discussão é incorporada uma noção de mito que extrapola a da Psicanálise.

2.2) Mito, sujeito e atividade narrativa

Até aqui foi mostrada a contradição entre a forma sujeito jurídico e a amplitude do sujeito do discurso, estruturado pela linguagem e determinado pela História, pela língua e pelo inconsciente. Essa última determinação foi discutida pela noção de mito, no caso mais específico da Psicanálise.

No início deste trabalho, já apontei que é crucial lidar com a dispersão dos significantes percebida em estranhamentos da escuta das narrativas orais. Isso delimitou a perspectiva de análise deste trabalho, que procura considerar o Mito como constitutivo do sujeito. Interessa-me discutir agora de que maneira a estrutura da linguagem reverbera neste referente mítico, de uma maneira tal que permite que em práticas letradas circulem diversos saberes interdiscursivos.

Por conta do sujeito jurídico, esse suporte mítico (do Mito) possibilitou a instalação de sua forma individual. Essa faz referência à aparição de verdades subjetivas, por formas aparentemente objetivas, como se isso fosse possível.

Tendo em vista o sujeito jurídico, portanto, torna-se importante considerar outro formato da repetição, que não somente a grande repetição dos feitos históricos presentes nos Mitos. Refiro-me à repetição do mito individual, já que é esta forma que, contraditoriamente, contribui para a consolidação do sujeito do discurso. Contraditoriamente, pois a marca do mito individual deixa marcas de sua tentativa de negar a constituição histórica que o sustenta; marcas estas que serão consideradas na análise.

Seguindo nessa linha do debate, é oportuna a explicação de Eliade (1994, p. 11) que diz que os gregos despojaram os Mitos de seu valor metafísico, passando a contrapô-los ao “logos”, de onde eles passaram a designar “o que não pode existir realmente”. De acordo com o autor, o judeu-cristianismo, por sua vez, alimentou em parte a ligação que estabelecemos dos Mitos à “falsidade” ou à “ilusão”, pelo culto da fé seguida do juízo da razão; não se tratando, contudo, ainda do racionalismo do

empirismo pragmático, uma vez que nesse caso a experiência é considerada no trato direto com a razão.

Interessante nessa tradição já presente no Renascimento é a formatação humana dos Mitos, tal como indica Heller (op.cit.). Dentre essas formas, a autora aponta a tomada da Virgem como mãe terrena, a traição de Judas na Ceia e a circulação que desloca o provérbio “*dar a César o que é de César*”³⁷. Essa homogeneidade do homem e do Mito deifica, neste outro momento, o próprio homem, uma vez que, na Antigüidade, conforme Thomas (2005), mesmo os impostos eram parte da dívida com alguns deuses. Com o Renascimento, as qualidades destes, por sua vez, são as do homem em sua tomada de consciência de si, como se acreditava mostrar, por exemplo, com o Gênesis na Bíblia. A partir disso, é o império da razão e a ditadura das formas consideradas perfeitas que, como vimos, contribui para consolidação da ciência moderna.

Diz Heller (1982, p.66):

os mitos – em particular os do novo testamento – começaram a transformarem-se gradualmente em parábolas morais; não apenas parábolas morais de qualquer tipo, mas sim de um tipo que refletia e exaltava uma ética focada nas relações dos homens entre si, ou seja, em relações relativas e não absolutas. É por isso que essas parábolas éticas não apresentam um caráter alegórico – refletem invariavelmente o conteúdo ético de conflitos sociais concretos.

A partir das colocações dessa autora, entendo que a dispersão sócio-histórica do assujeitamento também sofre influência das interpretações dos suportes míticos convergentes para uma tomada de consciência de si, que fortalece a individualidade do sujeito.

Essas considerações históricas vão ao encontro do que propõe Eliade (1994). Na visão do autor, a função do Mito é justamente aquela de dissociar uma fábula para um gesto significativo, revelando a condição de criação na repetição recontada a cada

³⁷ Este enunciado é expressivo da passagem do assujeitamento religioso para a determinação do sujeito pela liberdade individual. Ela marca a transição da tradição judaico-cristã e o determinismo jurídico que romperam com a condição coletiva inalienável ao sujeito, que, desde a Antigüidade compelia ao debate público. Sobre este último, são ilustrativas as palavras de Thomas (2005, p. 157): “Era um tema recorrente na pólis grega situar as façanhas coletivas acima das individuais. A tarefa de preservar as tradições individuais era, portanto, reservada às famílias, aristocráticas ou não”. Desta forma, explica a autora, a seletividade das tradições passadas era severa, fundindo e silenciando várias tradições. Continuando: “Aqueles consideradas mais importantes para a pólis grega, como um todo, e mais favoráveis às crenças e valores coletivos de seus habitantes eram as que tinham maior chance de permanecer. Com o decorrer do tempo, as tradições orais, portanto, tendiam a expressar mitos coletivos de identidade” (THOMAS, 2005, p. 157). É tendo em vista o recalque deste consistente intercâmbio entre a civilização oral e escrita, bem como o retorno de sua dispersão coletiva contradita pelo afunilamento da escrita permitido pelo controle jurídico da interpretação, que se centra a presente investigação da posição discursiva de autoria.

geração, numa enunciação marcada por esta contradição temporal. Ocorre que esse gesto significativo é marca de uma interpretação possível em cada diferente Formação Social. Ele abre ou fecha um campo mais ou menos restrito de possibilidades de posição-sujeito.

Eliade (1994) explica que a contradição é mesmo inerente ao Mito. Tal como vemos no mito individual, ela é marca da expressão de mudança de parâmetros nos valores de significação, verdade e realidade. A dimensão mítica, mesmo com o advento do sujeito jurídico e do discurso científico, permite interpretar esses últimos como grandes eventos da humanidade, ainda que tentem recusar a dimensão do Mito como parte constituinte da atividade narrativa inalienável ao sujeito.

Citando Eliade (1994, p.128):

Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse passado glorioso é em parte recuperável (...) os mitos registrados são sempre modificações mais ou menos sensíveis de um texto preexistente.

Outro caso de grande transformação, segundo o autor, além do sujeito jurídico e do discurso científico, que acabei de considerar grandiosos, é o da ascensão do racionalismo jônico grego, que coincide com a crítica da mitologia clássica às atitudes arbitrárias dos deuses. Para Eliade (op.cit.), essa foi a forma incipiente da ligação entre Mito e ficção vista nas línguas européias atuais, alimentadas pela humanização anteriormente apontada. Essa humanização excessiva de um lado que repercute na tentativa européia de se destacar em relação às culturas que mantêm os Mitos como formas cotidianas do saber leva mais adiante à distinção etnocêntrica diante dos povos “primitivos”.

De acordo com os principais referenciais teóricos deste trabalho, considero que essa relação de contradição e de constituição entre Mito e sujeito me interessa porque as formas pelas quais os Mitos circulam socialmente são afetadas pelas FSs e, assim, pelas bases materiais e semânticas da ideologia.

Esse mecanismo sustenta efeitos de sentidos “comuns” nas narrativas, já comentados na introdução, ao mesmo tempo em que se estilhaça em significantes caros aos lugares que o sujeito está autorizado a se posicionar para legitimar os sentidos da linguagem.

A partir de Pêcheux (1997a), entendo que os Mitos fazem parte daquele lugar do saber do Outro que desloca o discurso científico régio para marcar um compromisso

ético, a ser visto no trabalho interpretativo de práticas cotidianas de linguagem, expressadas aqui pela atividade de contar histórias. Do ponto de vista do discurso do Outro, nelas se detecta a forma mítica individual do sujeito e a circulação social dos diversos saberes dipostos no eco dos Mitos pertencentes ao interdiscurso.

Aproximando-me das considerações de Eliade (1994), questiono ainda a legitimidade da verdade somente em relação àquilo que é escrito, tal como é alimentada pela consolidação da forma jurídica do sujeito. Isto porque, na contrapartida, considero o valor da verdade singular vinda da relação entre o Mito e a memória histórica de qualquer “texto preexistente”(expressão do autor).

É ainda importante para este trabalho considerar que para Eliade (op.cit.), os Mitos libertam o homem do automatismo. Traduzo este automatismo pela associação da escrita à lógica e à abstração e assim para o recalcamento das diversas práticas orais de linguagem, dentre elas as narrativas orais, tal como investiguei em Pereira (2005).

Essa associação afeta sobremaneira a heterogeneidade das práticas letradas, diante da supervalorização, por exemplo, das práticas automáticas de escrita (na escolarização, na ciência e nas instâncias burocráticas, por exemplo) em detrimento da atividade interpretativa do sujeito, que disponibiliza uma possibilidade de acontecimento mais complexa e mais ampla, vista, por exemplo, na atividade de contar histórias (TFOUNI, 2004; PEREIRA, 2005).

De volta a Eliade (1994), para ele, várias culturas mostram a possibilidade de re-atualizar eventos por meio dos Mitos, os quais dão sentido à existência. Do ponto de vista teórico, a Psicanálise lacaniana confere outro lugar ao Mito, possibilitando ao sujeito lidar com sua submissão ao simbólico, pela re-atualização afetada pela não correspondência direta entre os significantes.

Partindo da filiação à AD e à Psicanálise lacaniana, sabemos que não há códigos estabelecidos, mas estruturalmente determinados pelo inconsciente, pela língua e pela História devido ao valor do signo, o que implica o Mito como retorno de questões universais sobre as quais estão assentes os significantes que abrem espaço para também considerar, por exemplo, o lugar de aparente *non sense* da oralidade na consolidação da autoria e para uma discussão mais ampla sobre práticas letradas.

Para abordar a relação da oralidade com as práticas letradas, é necessário falar de arquivo, mesmo que este conceito retorne na seção seguinte, de forma mais aprofundada em meio a uma discussão sobre práticas letradas, autoria e constituição do *corpus*.

Pêcheux (1997b, p.57) se refere ao arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Tal campo é atravessado por pelo menos duas formas de leitura: por formas silenciosas da leitura “espontânea” e seus reflexos na escritura uma vez que essa leitura “literal” já é outra escritura; por formas da leitura anônima, por meio das quais nossas estruturas de poder comandam a memória coletiva, “facilitam a comunicação” e uniformizam sua transmissão. Os arquivos constroem maneiras polêmicas das leituras tecerem uma conjuntura em que a memória confronta consigo mesma. Em suma, este pode ser entendido como o campo sistematizado da memória discursiva, a partir de onde o sujeito das práticas letradas significa e tenta dar conta da dispersão das vozes interdiscursivas da oralidade.

É possível adiantar que são as várias vozes da oralidade que, sistematizadas em diversos arquivos, tornam possível que a prática de contar histórias se consolide como uma prática letrada. Ou ainda, como uma prática social do sujeito letrado, em que a posição discursiva em jogo (a autoria) encara a contradição entre o efeito de linearidade e completude da escrita e a possibilidade de o sujeito letrado ocupar uma posição de intérprete em meio às práticas letradas.

Assim, a análise das narrativas considerará a contradição do sujeito que, sustentada pelos Mitos e pelas evidências ideológicas, permite-lhe posicionar-se na autoria pelos aspectos da oralidade. Uma dessas evidências ideológicas é aquela segundo a qual os Mitos são uma afronta às verdades do discurso científico. Neste trabalho, procurarei considerar de que forma os modos de funcionamento discursivo de práticas letradas como as narrativas tornam-se singulares em meio às coletividades dos Mitos.

Pela Psicanálise, vimos que a universalidade possibilita ao sujeito pelo menos um lugar de subjetivação, o que coloca a relação entre Mito (mito individual) e atividade narrativa não como reflexo direto daquele nesta, mas como uma relação imprecisa e não coincidente de pelo menos uma forma de falar de si ancorada no Outro. Lacan (1998 b, c, e, 1999) nos ensina que é firmando-se numa Lei que o sujeito fala de si.

Tal como F. Tfouni (1998) argumenta sobre a interdição como fundadora do discurso, é por esta via que a crença na incompletude do sujeito, na Psicanálise, contraria a explicação totêmica, pois, ao admitir a submissão do sujeito ao Outro reserva outra maneira de lidar com a pretensão de totalidade do universo. O deslocamento dessa visão global do totemismo não impede a admissão, pela Psicanálise, de que há

resquícios dos Mitos na subjetividade, como aponta Freud (1997c) ao analisar a poesia e as artes em geral.

Isso é possível porque, por meio da atividade interpretativa da narrativa o próprio ato enunciativo serve para firmar a subjetividade num contato mais assertivo e também mais flexível com a realidade. Essa discussão entre a Lei e seus traços singulares será o cerne, a partir de agora, das articulações entre os conceitos de Mito, sujeito e atividade narrativa.

Isso se justifica por conta da parte do Mito que reverbera na estrutura, tal como é explicado por Lacan (1992) quando ele relembra a importância da visão de Lévi-Strauss, para sua reafirmação da incompletude da estrutura da linguagem, e cuja condição é a sobreposição do inconsciente assim estruturado na consolidação do imaginário.

Concordo com Cunha (1987), para quem uma incursão na obra de Lévi-Strauss é essencial para compreendermos o tratamento da noção lacaniana de Mito, o que nos permitirá retomar Lacan (1978, 1992).

Lévi-Strauss (1978), ao seu modo, contribui com esse debate, com suas pesquisas sobre as estruturas elementares de parentesco dos chamados povos “primitivos” (que ele prefere denominar ágrafos³⁸). Sob o rótulo que a isso foi dado – estruturalismo (DOSSE, 1993) – explicava-se o mundo desses povos pelo que neles havia de (não)comum, numa sistematização filosófica e científica.

³⁸ A partir deste debate sobre a denominação dos povos “primitivos” como povos ágrafos, insiro um comentário pertinente à proposta de letramento aqui adotada. Não é possível estabelecer um paralelismo ou uma dicotomia entre narrativas e pensamento científico e, respectivamente, povos ágrafos e pensamento científico. Isto porque na concepção de letramento aqui adotada não tomamos ágrafos como equivalente de não-alfabetizados. Há uma relação de parte pelo todo que inclui as populações não-alfabetizadas nas sociedades ditas modernas como discutirei adiante, analisando como são afetadas pelos diversos códigos escritos, que distanciam tal população das concepções de Malinowski e Lévi-Bruhl, por exemplo. Neste aspecto, concordo com Lévi-Strauss, quando diferencia o “primitivo” do “ágrafo”. Entretanto, há uma lacuna entre o “ágrafo” e o “não-alfabetizado”, obrigatoriamente participa, nas chamadas sociedades modernas, de diversos usos do código escrito. É o que Tfouni (1988, 1992b, 1994, 2004, 2005) explica em diversos trabalhos. É por este caminho que começo a analisar a desvalorização do discurso narrativo e o desnivelamento de posições discursivas, que, são obrigatoriamente letradas. Isto se deve, em parte, ao caráter mítico da transmissão dos saberes, que, tal como aponta Freud, acerca do saber poético veiculado por um povo, ou da transformação em parábolas morais, como argumenta Heller (1992). Em suma, as grandes transformações que davam unidade aos mitos diante da dispersão do sujeito e do efeito de unidade de um grupo, passou a tomar a forma de uma unidade individual, em que a escrita é o instrumento isolado e probatório do uso individual de um enigma coletivo. Lévi-Strauss (1978), por sua vez, explica que como o contato atual entre culturas diversas que viviam isoladas sob a égide dessa concepção etnocêntrica da esfera individual provocou a crença na superioridade ou originalidade da cultura ocidental, urbanizada e industrializada, diante das outras.

A partir dessa postura, Lévi-Strauss (op.cit.) insere a obra de Malinowski, à qual destaca importância, mas da qual se diferencia, uma vez que de acordo com sua crítica, para Malinowski e para Lévi-Bruhl, o pensamento “primitivo” é apenas funcional, ou seja, apenas conduzido pelas necessidades básicas de sobrevivência ou reduzido a uma concepção afetiva.

Lévi-Strauss (1978) tenta romper com o reducionismo desses autores ao considerar que a diferença reside no fato de que os povos ágrafos têm um pensamento “desinteressado” na explicação do mundo.

Entretanto, esses povos querem atingir uma compreensão total do universo e, por isso, diferenciam-se e contrariam a necessidade das etapas rígidas do pensamento científico defendida desde o cartesianismo. A compreensão deles é conduzida por meio dos Mitos, porque eles fornecem a ilusão de que se pode compreender o universo como totalidade. Mesmo diante do etnocentrismo visto nessas concepções, há nisto um intercâmbio, pois se por um lado essa totalidade é ilusória, por outro, aponta Lévi-Strauss (1978), também ilusória é a tentativa do cientista de dominar a totalidade da natureza.

Para Lévi-Strauss (2004), Mito e ciência não se diferenciam assim pelo “primitivismo” do pensamento, mas pela preocupação com fenômenos de ordens diversas. O misticismo atrela o Mito a um determinismo global, que também afeta a ciência, cujo determinismo somente alguns podem admitir. Portanto, se por um lado, o mito é em parte limitado em dar poder material ao homem, por outro, a ciência não domina a natureza, posto que esta é soberana.

Os Mitos e os ritos oferecem residualmente modos de observação e reflexão autorizados pelo próprio contato com o mundo sensível. Com esse contato pode-se alcançar, de acordo com Lévi-Strauss (op.cit.), resultados além do previsto, posto que se veicula pelo mito um material “sem caráter utilitário” do ponto de vista capitalista, mas com que se permite dialogar concreta e virtualmente. É aquilo que já foi aqui denominado de ciência “régia”, que, neste entendimento, prender-se-ia, de forma contrária, ao contato com o mundo sensível, ao previsível³⁹.

Entretanto, ao limitar o referencial mítico à veiculação do signo Lévi-Strauss (op.cit.) contempla somente a dialética entre simbólico e imaginário (LACAN, 1992),

³⁹ Para mim, essa reflexão se articula à abordagem indiciária das narrativas. Preciso ressaltar que, a meu ver, isso vai de algum modo ao encontro do paradigma indiciário já aqui explicado, tanto no que se refere à materialidade discursiva das narrativas, quanto no que se refere ao modo de análise.

pois não se atém à dimensão que escapa. Acrescido a esta, este trabalho propõe, a partir de Lacan (1998b, 1992, 2003 a,b) e Pêcheux (1993, 1997a), respectivamente, acompanhar o funcionamento da ideologia no plano da estrutura sgnica, que cifra o sujeito via significante e acontecimento discursivo, por meio do enfrentamento do sujeito com algumas pistas sinalizadoras do real.

Ainda assim, a viso de Lvi-Strauss (op.cit.) at aqui apresentada j contribui para ecoar o coro da ruptura com o paradigma galileano, porque permite lidar com a contradio, e no com uma dicotomia entre mito e cincia, ou seja, entre sujeito do saber e do conhecimento, entre narrativas orais e escrita.

 muito conhecida ainda a anlise de Lvi-Strauss (1970a) da verso espanhola de um texto oral indgena dos *cunas*, em que ele mostra como o canto veiculado na forma narrativa contribui em rituais de cura, por conta da reconstituo que essa experincia permite e por conta do carter mtico que antepara os protagonistas desse ritual. O canto, assim, nomeia e descreve as dores no momento do parto, para que as dores das mulheres no momento do parto possam ser apreendidas consciente ou inconscientemente.

Para Lvi-Strauss (1970a), o Mito incide num corpo que traz acontecimentos vividos, o que denomina de eficcia simblica. O autor aponta que nesse processo h uma adequao de smbolos usados simbolizao pertinente ao ritual, pela adequao entre significantes e significados. A quantidade de formas de uma determinada estrutura simblica importante, o que demonstra certa plasticidade dos mitos que nela esto inseridos.

No processo logo acima descrito, de acordo com Lvi-Strauss (1970a), o xam fornece uma determinada linguagem para estados no formulados ou informulveis pela doente, o que o aproxima da prtica do psicanalista. Para ele, uma aproximao entre o xam e o psicanalista possvel, porque, em alguns momentos, o analisando “liqida” temporariamente seu mito individual ao opor-se figura real de um psicanalista, que ocupa um lugar do Outro; de forma equivalente a este, a parturiente se reporta ao xam.

Vemos que o parto ocorre porque houve uma crena no mito social (veiculada pelo lugar que o xam ocupa diante do Outro) que permite a passagem do mito coisa simbolizada. Trata-se daquilo que, numa leitura mais ligada noo de signo saussuriano, seria entendido como uma dualidade biunvoca entre significante e significado. Os Mitos tm tambm atuam, de acordo com Lvi-Strauss (op.cit.), porque sua

função simbólica toca a história pessoal, sendo que isto é possível porque, afirma Lacan (1992,1998b), o inconsciente se organiza como discurso.

Portanto, Lévi-Strauss (op.cit.) atrela a função simbólica dos mitos à noção de inconsciente da Psicanálise. Isto serve para ele mostrar a existência de articulação entre diversos elementos de diferentes culturas e suas funções simbólicas, como no caso analisado. E também para mostrar que nossa crença ocidental na construção individual pode ser colocada em xeque, quando vemos que os mitos circulam entre os mais diversos universos culturais (apontando partida e chegada coletivas, por excelência), de uma forma distanciada, como se não nos dissessem mais respeito.

Cunha (1987) também analisa esse paralelismo feito por Lévi-Strauss. Ele aponta que o xamã narra o Mito e o paciente escuta. Na Psicanálise, por sua vez, a construção do Mito converge para a maneira como ele é veiculado por um portador num âmbito mais particular, aquilo que Lévi-Strauss denominou “mito individual”, tal como é relido por Lacan (1978).

Lévi-Strauss (op.cit.) afirma que essa aproximação feita com a Psicanálise vem, fundamentalmente, para mostrar que a Psicanálise mantém seu lugar em função de ainda considerar os mitos, porque aposta nos caracteres particulares, mesmo numa sociedade que torna mecanicistas os usos particulares da coletividade ao valorizar exageradamente as crenças individuais. Essa aposta requer considerar o tempo mítico, presente nas diversas culturas⁴⁰.

Cunha (1987) aponta que, para Lévi-Strauss, o Mito ocorre no passado, mas a possibilidade de ele se presentificar forma uma estrutura permanente. Vemos que a distância com a Psicanálise lacaniana está presente, porque nesta, não se trata

⁴⁰ Para Azevedo (2004), Lévi-Strauss articulou a questão do mito de forma semelhante à visão de Saussure sobre a língua, ou seja, como estrutura invariável (temas universais) com reconstruções reatualizadas de temas que se repetem com suas particularidades. Para White (2001), os estruturalistas, dentre eles Lévi-Strauss, acreditam que os homens significam diferente do que dizem/fazem e sempre dizem e fazem diferente do que significam. Essa diferença é dada na relação entre as coisas significadas pelas falas e atos e os signos usados para significá-las. Os signos vêm de estruturas profundas que afetam as interpretações mais particulares e, que, no caso dos mitos, situa o homem entre a natureza e a cultura ou como Azevedo (2004) aponta, ao retomar Lévi-Strauss, entre o “cru e o cozido”. Lévi-Strauss (1983), por sua vez, analisa o envolvimento entre o mito e o olvido, o não dito, a palavra faltante, situada aparentemente como um “mal-entendido” na transmissão do mito, que é fundamental à interdição constitutiva das práticas rituais. A proibição do incesto, por exemplo, pode ser considerada uma dessas práticas rituais, organizadas pela transmissão de um “mal-entendido”; tal como no caso do “Homem dos ratos”, tratado por Freud, e comentado por Lacan (1978) sob o enfoque da estruturação do mito individual do neurótico.

propriamente do passado; o Outro faz parte da historicidade do sujeito, mas se torna presente a cada significante.

Cunha (op.cit.) sinaliza que com o Renascimento e o Modo de Produção Capitalista (MPC) há uma espécie de cristalização, de imobilidade na formação dessa estrutura mítica. Isso porque o Renascimento trouxe a crença numa mitopoética individual, pois, naquele contexto, a arte está ligada a um prazer cada vez mais individual e menos coletivo, como vimos, a partir das argumentações de Heller (1982) e de Burckhardt (1991).

Lévi-Strauss (1978) ainda aponta que, por volta do século XVII e XVIII, a ciência afirmou-se contra o pensamento mítico e místico porque precisava voltar as costas para o mundo dos sentidos, considerado ilusório frente ao mundo matemático conduzido pelo intelecto. É esse império do predomínio da lógica e da abstração, que também repercutiu na escrita, que afeta o controle da oralidade na constituição do sujeito, por meio de uma tentativa de assepsia das práticas letradas.

Cunha (1987) aponta que uma das formas de vermos esse afunilamento para o individualismo à maneira do MPC é o fenômeno do domínio da escrita pela imprensa. O destaque para essa forma é crucial para a questão aqui tratada sobre práticas letradas, e será aprofundada na seção seguinte.

Numa leitura lacaniana, já nos reportando à retomada que Lacan (1985b) faz da noção de Lévi-Strauss de estrutura simbólica, é possível dizer que, se há a possibilidade de lidarmos com partes acessíveis da estrutura simbólica, é porque a alienação de algumas funções imaginárias não impede a enunciação do sujeito, a partir de outro lugar.

Isso ocorre, ainda que o estatuto do simbólico, conforme Lacan (1985b, 1999), configure-se pela possibilidade de o analisando produzir associações, ou seja, significações (AZEVEDO, 2004).

Nesse diálogo, vemos não apenas a retomada de Lévi-Strauss, feita inicialmente por Lacan (1978, 1985b), mas também a consolidação de uma abordagem baseada nos três registros do sujeito, que configura uma visão mais própria de Lacan (1992). Marcada essa diferença, não nos é necessário estender o debate sobre a visão de ambos acerca da posição do xamã e do analista em relação ao que diferencia e une ambos.

Desse debate, é importante destacar que Lévi-Strauss (1970b) retoma indiretamente o questionamento que faz das nossas crenças individuais ao apontar como tendemos a encarar os Mitos na atualidade, como construções menos verdadeiras.

Fazemos isso de forma semelhante à abordagem de alguns filósofos antigos acerca das línguas, até vir à tona a consideração saussuriana de que as diferenças entre as línguas não se encontravam nos sons, mas nas combinações entre seus elementos.

Vemos, com isso, que a visão dominante do Mito na atualidade está submetida à forma individual do sujeito, que se alimenta do discurso científico que separou *ars* e *techné*, e da forma jurídica do sujeito, cujo imperativo é o da transparência da linguagem.

Assim, o que Lévi-Strauss (op.cit.) denomina tempo mítico tem apoio na sua definição de Mito pelo sistema temporal que combina uma visão saussuriana de língua (a arbitrariedade do signo mostra que ele é reversível no tempo) e de palavra (irreversível no tempo). Para ele, portanto, o Mito combina presente, passado e futuro. Seu sentido está na composição temporal dos elementos, considerada ainda a relação da linguagem com suas especificidades.

Ao comentar este texto “A estrutura dos mitos” de Lévi-Strauss (1970b), Lacan (1992) concorda que, mesmo que não conheçamos os conteúdos (adequando-os a significados, por exemplo) de diversos Mitos, sua importância está na maneira de estes fazerem eco na estrutura simbólica. É nesse ponto que reside a eficácia de um acontecimento qualquer no âmbito coletivo, pois que reverbera numa estrutura permanente.

Pois bem, a diferença entre ambos os autores consiste na assertiva do psicanalista francês em não se alcançar o informulável, posto que desde que haja uma passagem indireta do real ao simbólico, há também mecanismos imaginários que procuram obturar a própria falta que se instaurou nessa passagem.

A inscrição de algo inalcançável requer considerar esta dimensão do inacessível no plano do mito e todas suas dimensões dizíveis ao nível da reverberação do mito na estrutura simbólica.

Assim, não há como liquidar o mito individual, como aponta Lévi-Strauss (1970a, 2004), ao aproximar dessa forma o xamã e o psicanalista. Isso porque a forma individual do mito é correlata a essa reverberação das questões universais trazidas pelo Mito ao sujeito como enigmas do Outro e que necessitam de um formato singular, ao qual o sujeito não mantém acesso direto porque está alienado a um formato individual.

Dentre essas questões universais em sua forma individual, já vimos, por exemplo, o comentário sobre o estatuto imaginário da morte, feito por Lacan (1978) no caso do “Homem dos Ratos”. É dessa forma que interessa a ligação da estrutura

simbólica com o papel do Mito na consolidação da atividade narrativa; pela dimensão do Isso, que de acordo com Lacan (1999, p. 145) se refere ao lugar para além da captação do sujeito na linguagem e que sustenta na repetição, o mito individual, na “medida em que o Outro é o fiador da linguagem e a submete a toda sua dialética”.

Em suma, a consideração nesta seção a respeito dessa colocação do autor abre dois aspectos da atividade narrativa, a saber: 1) de possibilidade ao sujeito de pelo menos um lugar no simbólico, na medida em que se trata de uma maneira própria do sujeito lidar com uma atividade interpretativa, que lhe é constitutiva, e 2) como aparecerá no próximo capítulo junto da discussão sobre as condições de produção, de consolidação no imaginário, do efeito de unidade e de linearidade no formato de discurso narrativo.

O sujeito, assim, no uso de objetos imaginários, repete sua condição de intérprete, inscrita no processo já mencionado de obturar imaginariamente uma lacuna da estrutura simbólica, ao tentar lidar de forma singular (mais das vezes, lançando-o numa alienação individual) com questões universais.

Há uma irrupção do real nos Mitos que se insere naquilo que Lacan (1992) aponta no caráter de semi-dizer (assentado no axioma “não se diz tudo”) pelo qual emerge a verdade do sujeito. Sendo possíveis diversas combinações de elementos significantes, os Mitos advêm de saberes que se antepõem a qualquer verdade prévia; a verdade do sujeito, portanto, é compelida a uma forma individual, que recebe contribuição do discurso narrativo, mas, é, antes, singular diante do universal.

Ressaltando ainda que não devemos nos prender ao conteúdo dos Mitos, Lacan (1992) utiliza a própria narrativa de Édipo para demonstrar que o problema de Édipo foi querer saber a verdade numa dimensão absoluta, ainda que a verdade se comprometa com a incompletude da linguagem e esta, com os saberes que sustentam os mitos. Essa incompletude sugere a pré-condição do sujeito em se posicionar a partir do relativismo, transfigurado pela imposição do inconsciente na estrutura.

Para Lacan (1992) trata-se de algo que incide estruturalmente, mas que também é sinal do real. Assim, a castração, que dá forma àquilo que se diz do Mito (por exemplo, possuir mulheres, no caso edípico), já é um enunciado formulado imaginariamente pelo lugar do impossível. Então, a questão da verdade ressurgem em torno do caráter simbólico da castração e supõe a transmissão dos saberes a cada geração para fundamentar lugares constituídos por gestos de interpretação possíveis.

Dialogando com a AD, podemos dizer que os elementos da dispersão sócio-histórica do sujeito atravessam os pontos de intersecção dos três registros. Isso se engata no que aponta Lacan (1998c) sobre a História como lugar da própria constituição do sujeito, e não como outro objeto que lhe forneceria predicados, já que isso pressuporia alimentar, por essa via, uma ilusão imaginária.

De outro lugar teórico, podemos incluir neste debate a consideração de Cascudo (1984) sobre as narrativas orais. Para ele, essas narrativas se portam, assim, como documentos mais expressivos do que muitos utensílios e adornos; são, portanto, documentos vivos que, para além de seu caráter utilitário, engrossam um caldo histórico. De outros lugares organizam e denunciam, a saber, costumes, julgamentos, tradições. São, portanto, nosso primeiro “leite intelectual” (expressão do autor).

Dentre esses diversos saberes, recorro ao caso da história de “Pedro Malasarte”. Esse personagem emblemático da cultura brasileira, como é apresentada por Cascudo (1984), permite apontar a concentração e a diversidade de saberes nele envolvidos.

A história de Pedro Malasarte, presente em diversas regiões do Brasil, apresentada por Cascudo (1984) e por Posada (1984), e cujas “origens” remontam a Portugal, é a história de um homem comum. Mostra como ele consegue comida, utilizando-se de artimanhas, numa ocasião, em que aposta com os colegas que conseguiria almoçar com a ajuda de uma fazendeira avara da redondeza. Sendo assim, ele sugere a esta que é possível fazer uma sopa de pedras, cuja vantagem está em se tratar de uma refeição muito econômica.

Dessa forma, ele convence a fazendeira a começar a cozinhar as pedras num caldeirão, enquanto ela resolve, uma vez que a economia dos elementos principais da refeição já era um atrativo, colocar diversos legumes e temperos na sopa. Num momento de distração da mulher, ele pega pra si o caldo grosso, e deixa-a com o ensopado de pedras.

Apoiando-me no referencial desse trabalho, interpretei, já no título, um anagrama, articulado por uma metonímia. Trata-se, portanto, como vemos, de um homem comum, que faz do “mal azar” (*malasar*) uma prerrogativa de sua arte (*arte*; *Malasar* + *arte* = *Malasarte*). Ou ainda, que faz arte (no sentido de expressão artística e de traquinagem) com seu mal azar. A análise do processo de ressignificação dessa

narrativa, tal como podemos analisar a partir de uma narrativa de mesmo nome contada pelo sujeito-narrador virá adiante.

Por ora, somente adianto que nesta última vemos a delimitação do sentido dominante no fio narrativo, que pode ser visto no título, tomado aqui à maneira da análise do que é trazido pelo efeito metonímico do anagrama.

Na narrativa contada pelo sujeito-narrador (de forma semelhante à versão coletada por Cascudo (2003b), o personagem principal, o “mesmo” Pedro Malasarte, habitante da zona rural, utiliza-se de artimanhas para almoçar e para conseguir os porcos do rei e se casar com a princesa, num processo de ressignificação que fará parte da análise do *corpus*. A história de Pedro Malasarte contada por “dona” Madalena mostra assim a dispersão sócio-histórica de significantes, cara à singularidade do sujeito, como analisarei adiante, mas que mantém o formato dominante dos sentidos.

Cascudo (1984) mostra de que forma narrativas tais como no caso mencionado, expressam a organização de um grupo local, remetendo-o à sua ligação com o exterior. Ele mostra como as narrativas de Portugal circularam na Europa e no Brasil, atestando como a relação com essa circularidade sustenta o saber oral.

No caso das narrativas de dona Madalena, temos o uso de significantes como *inrederu*, *inredava*, *cativo*. Estas expressões são aqui lidas como elementos de saber da oralidade, que circulam e fermentam a História na língua⁴¹. É o que vemos ocorrer ainda em outras narrativas como “Joãozinho Ladrão”, nas modinhas cantadas e na narrativa “Pavão Misterioso”.

De volta à Psicanálise, podemos dizer que vemos aí uma não correspondência entre a Lei e a circulação social dos saberes. Os saberes, trazidos pelas narrativas constróem-se por meio de lugares desta realidade constitutivamente histórica, de um “metacódigo” não previamente estabelecido, como afirma White (1991). E que permite lidar com a cisão alienante entre subjetividade e objetividade do mito individual, uma vez que precisamos do Outro guardião dos significantes, porque é por este caminho que

⁴¹ No quarto capítulo, esses e outros significantes serão objeto de análise, recortados da questão envolvendo narrativa e escrita escolarizada, bem como os gestos interpretativos do sujeito-narrador por meio de diversos saberes interdiscursivos envolvidos em uma leitura singular do arquivo.

nos construímos sujeito de/a algo, e que, como diz Lacan (1998c) é parte do que não temos⁴².

Para Lacan (1992) o mito nos evoca um início desconhecido. O suporte mítico de algumas sociedades, entretanto, escapa ao que Lacan chama de discurso do mestre. Ou seja, por tentarem articular um saber por meio da implicação de um significante a si mesmo, tentam articular esse saber de forma autônoma em relação ao desconhecimento mítico constitutivo. É o que também ocorre na ciência.

Tal tentativa viola a regra, tal como veiculada pelo discurso do mestre, por exemplo, que diz que um significante não pode significar a si mesmo, tal como requer a tautologia, por exemplo. Isso desencaminha, assim, o trabalho do sujeito com sua própria verdade, até porque esta clama pelos rastros deixados numa historicidade sustentada por lugares simbólicos e devaneios imaginários. É sabido que é necessário pelo menos outro significante que articulado permita pelo menos um lugar para o sujeito neste *in illo tempore* dos Mitos.

O discurso do mestre, ainda que não tente esta identificação do significante a si mesmo, disfarça seus diversos saberes, sob vários modos; concorde Lacan (1992), fazendo crer que houve um início em que certo discurso foi inaugurado ou mesmo de forma a recalcar ou marcar indevidamente o saber mítico.

Diferentemente dessa forma discursiva, o discurso analítico se pergunta sobre o propósito dos diversos saberes que excluem e rejeitam este tipo de dinâmica da verdade, uma vez que, mesmo distante, há um saber mítico, mas o que sabemos dele está na forma de saberes disjuntos no inconsciente (LACAN, 1992). Considerando isso, cabe perguntar: a atividade narrativa também articula saberes de modo disfarçado, tal como no discurso do mestre?

A princípio, considerando essas colocações, interessa ao meu trabalho apontar pelo menos uma saída possível, baseando-me na possibilidade de um lugar para o sujeito, o que é marcado pela posição de autoria. Na imensidão da reverberação dos Mitos na estrutura inclui-se a possibilidade da singularidade na atividade narrativa (função-autor, cf. GALLO, 2008). Isso é possível não apenas pela consideração desses

⁴² Tudo o que foi discutido até aqui do ponto de vista teórico, somado à apresentação de alguns saberes presentes nas narrativas, servirá para pontuar uma discussão, a ser aprofundada no quarto capítulo, sobre a articulação lacaniana das formas discursivas.

saberes que estão para além da estrutura, mas também pela sua forma individual e pela noção de acontecimento discursivo (efeito-autor, cf. GALLO, 2008).

Trata-se, como se vê, de admitir um segundo plano para a autoria, aquele do efeito-autor, que conforme propõe Gallo (2008, p.211) “diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante em um acontecimento discursivo”. A autora analisa a diversidade de efeitos-autor que se produz em várias práticas de textualização numa atividade em que alunos produziram conteúdos de disciplinas escolares em forma de radiodifusão, sendo assim, suas produções incluíram várias funções-autor (singularidade). Refere-se, portanto, aos acontecimentos discursivos marcados pelo fato de que é o discurso da escrita aquele que possibilita efeito de “fim”, de efeito-autor em detrimento do discurso da oralidade que, como já foi dito tem efeito-autor irrelevante, pois é “sem fecho”. Mesmo assim, é possível vermos a função-autor de que trata Gallo (2008) repercutir naquilo que me aprofundarei adiante como posição de autoria implicada ao Mito (no sentido do real tomado como enigma) e ao mito individual.

Portanto, seguindo as prerrogativas das duas autoras citadas, é possível um efeito-autor em narrativas orais, bem como a função-autor (GALLO, 2009). Além disso, é possível considerar a posição de autoria por meio do discurso da escrita (ponto em que Tfouni, op.cit., retoma Gallo a respeito do efeito de fechamento) e na forma oral, na qual também se vê pontos de fuga (dispersão e abertura da oralidade).

Tomando essa noção de efeito-autor, sabemos que o acontecimento irrompe porque o discurso se constitui e se lineariza (ganha formato de linearidade e de unidade) pelo efeito do esquecimento da dispersão histórica que o constitui, o que demonstra que não basta considerar apenas a noção de estrutura como asseguradora do lugar do sujeito.

O difuso e complexo campo da memória discursiva é discutido por Pêcheux (1999) que não a remete à memória individual, mas como lugar de entrecruzamento dos diversos sentidos. Posso dizer que ela é alimentada pelo fundamento mítico, uma vez que o esquecimento é constitutivo. Isso impede o acesso a um lugar fundante da memória, ainda que por meio desta circulem sentidos voltados para efeitos de originalidade, de início para os dizeres, por exemplo.

Para discutir esse tema, Pêcheux (1999) retoma a questão da eficácia simbólica, mas para apontar que o enigma desta está no acontecimento, uma vez que este desregulariza um efeito de linearidade da memória.

Por conta de dois pontos – a evidência do sujeito e o equívoco – é que as evidências de sentido articuladas pelo funcionamento ideológico instalam efeitos discursivos. Logo, não se pode considerar apenas a estrutura, mas, para além desta, a irrupção do acontecimento pelo qual se abre a possibilidade de autoria (mais especificamente o efeito-autor de que trata GALLO, 2009).

Considerando assim também essa noção de acontecimento de Pêcheux (1997a) nas narrativas a serem analisadas, interessa-me pontuar lugares do sentido que emergem das interpretações remetidas a alguns referentes míticos, que ao mesmo tempo em que consolidam lugares no simbólico sustentam efeitos imaginários sob efeito da ideologia.

A partir desses apontamentos, relidos nas instâncias teóricas deste trabalho, considero que os saberes articulados pelas narrativas estão entrepostos pelo caráter coletivo dos mitos e pelo efeito ideológico de um determinado isolamento, que afeta a atividade narrativa de duas maneiras.

Uma delas é mesmo a tentativa de destituição desta atividade de seu caráter social por excelência, o que se soma à preponderância das formas individualizantes e universais das tecnologias da escrita. Outra, por sua vez, somente pode ser examinada pela consideração de que essa tomada de posição da atividade narrativa se submete à ideologia que nos faz acreditar em seu isolamento.

O esquecimento número dois, mais ligado ao controle do dizer permite afunilar essa questão do isolamento para sua proximidade com as formações imaginárias (PECHEUX, 1993).

Algo interessante a respeito do efeito do esquecimento vemos na narrativa “Djoba djoba”. Em linhas gerais essa narrativa relata a tentativa de “Jesus” em convencer “São Marco” a ir para o céu. Intercalados a essa empreitada, estão os vários pedidos feitos por “São Marco” a “Jesus”, enquanto não decide ir para o céu.

É preciso antes saber que no início da trama, é marcada a diferença do personagem “Marco” em relação aos outros discípulos, uma vez que todos pediram a salvação. É somente ele que, diferente dos outros, diz: “Não, eu num quero salvação não. Do jeito nenhum”. No plano das formações imaginárias, essas expectativas eram sustentadas também pelos outros pedidos de “Marco”.

Na medida em que os faz, o fluxo narrativo é interrompido pelo seguinte comentário: *“Maria madalena ficô doidinha, o ma, ficô doidinha, falô assim: - Pede a salvação, Marco! Pelamor., pelamor de carqué coisa! Ele: - Não, num quero não”*.

Continuam, ainda assim, os pedidos. Conforme aparece adiante: “*Lencinho, põe! O lencinho põe cumida pra mim. I eu quero uma cadera, também pa, pra mim avoá onde qui eu, qui eu quisé í. Pa onde qui eu vô? Maria madalena ficô loca porque ele num pidiu salvação*”.

Em primeiro lugar, a inserção de “não, num quero não” sustenta um efeito de fechamento, sustentado pelo mecanismo de formação imaginária, expresso na expectativa da continuidade desses pedidos e da aceitação, por parte do personagem. Esse efeito de fechamento é entendido na linha do que Gallo (1992) aponta como um gesto arbitrário, ao mesmo tempo em que marcado pela historicidade construída na relação do sujeito com a materialidade do texto, oral ou escrito.

Seria este, conforme Gallo (2009), um efeito-autor. A própria narrativa, por conta do efeito de escrita desta tese, autoriza este efeito, independente da intenção do sujeito da enunciação. A função-autor, por outro lado, tem, esta sim, efeito enunciativo. Desse modo, somente a função-autor não seria suficiente para se tomar o gesto interpretativo do sujeito-narrador como gesto de autoria, caso não houvesse uma análise que, indo ao seu encontro, legitima-a. Dentre os diferentes modos de reconhecimento da autoria, vê-se que a posição de autoria carrega um mosaico de diferentes níveis de poder de leitura e legitimação do arquivo.

A inserção de “Maria Madalena ficô loca porque ele num pidiu salvação” sustenta pelo menos dois efeitos ligados ao mecanismo do esquecimento pecheutiano. Para explicar isto, atentemos primeiro, no plano enunciativo, para a retomada de: “Maria Madalena ficô doidinha, o ma, ficô doidinha, falô assim: – Pede a salvação, Marco! (...) Ele: – Não, num quero não”.

Essa retomada torna possível ao efeito-leitor⁴³ interpretar pelo menos um sentido dessa seqüência, dando-lhe um caráter, ainda que temporário, de fechamento imaginário desse campo dos sentidos. Quero dizer, o fato de ele não ter pedido fecha temporariamente a possibilidade de outra interpretação ao mesmo tempo em que abre outra, uma vez que é reinstalada uma expectativa.

Mesmo com caráter de arbitrariedade, o efeito de fechamento apontado no parágrafo anterior, com a inserção de “*Maria madalena ficô loca porque ele num pidiu*

⁴³ Para tratar desta noção tomo de empréstimo as colocações de Orlandi (1993), que faz uma leitura discursiva da distinção pragmática entre “emissão” e “recepção”. A “emissão”, ou melhor, “formulação discursiva” compreende as funções do locutor (“eu” do discurso), enunciador (circunstâncias e perspectivas de aparição do “eu”), autor (agrupamento do discurso). A “recepção” engloba o alocutário (“tu”, locutor), o destinatário (enunciador) e o leitor (autor).

salvação”, abre o campo dos sentidos em relação ao interdiscurso. Entretanto, há uma naturalização do sentido porque a função imaginária do sujeito-enunciador pressupõe um saber sobre “Maria Madalena”, pelo qual ele se apresenta. Isso contribui para o “isolamento” de um saber da memória, nesse campo da interpretação, o que interfere na condução do fio narrativo, uma vez que essa pressuposição cerceia a circulação dos elementos de saber interdiscursivo a respeito de quem foi Maria Madalena, qual seu estatuto em relação à memória, ao mesmo tempo em relação ao que pode ser ressignificado.

No caso apresentado, vemos predominar o sujeito do conhecimento individual; isso porque não se pressupõem as diferenças dos saberes compartilhados, mas que o ouvinte conhece o “objeto” discursivo em disputa, a figura bíblica de “Maria Madalena”, tal qual o sujeito-narrador. Dessa maneira, na medida em que o “objeto” mantém esta consistência imaginária, temos o efeito do esquecimento, que autoriza o sujeito-narrador a continuar o fio do discurso. Sendo assim, não incide marca alguma nesse momento que o singularize diante de um sentido naturalizado.

A circulação do saber, portanto, seria possível na medida em que a função imaginária se deslocasse da pressuposição do conhecimento sobre o que é dito, pondo em jogo significantes caros ao compromisso do sujeito com o interdiscurso. De modo geral, com a presente análise quero mostrar que é esse o rumo que a formação do “corpus” toma ao dialogar com a relação entre mito, sujeito e práticas letradas.

Faço saber que a máxima afirmar *x* para não dizer *y*, como aponta Pêcheux (1993), sustenta esse efeito de naturalização que, assim, contribui para uma circunscrição da prática letrada posta em jogo como se ela pudesse existir isoladamente. Trata-se do efeito constitutivo do recalque originário, sob a forma do esquecimento número um.

É por meio dessa naturalização ideológica do suposto saber do Outro que as práticas letradas possibilitam a maior ou menor circulação dos saberes. Indo além, é também por meio de marcas enunciativas de contorno e afronta a essa naturalização que isso ocorre; essa discussão, longe de se esgotar, percorrerá os próximos capítulos, principalmente o quarto capítulo.

Conforme pode ser explicado a partir das noções de função-autor e de efeito-autor (GALLO, 2008), segundo Gallo (2009) a narrativa oral é tomada, portanto, como lugar de produção de sentidos legítimos porque conta com o efeito-autor interpretado pelo sujeito-narrador (refiro-me ao efeito de fechamento acima analisado) e

testemunhado pelo analista na escrita da tese. Trata-se do efeito da “interpretação sobre a interpretação” de que tratei anteriormente ao comentar a filiação teórica à AD.

Isto porque, conforme explica Gallo (2009) a autoria também está relacionada com o tipo de recorte que se faz do *corpus*. Assim, a função-autor da posição sujeito do analista (conforme a análise aqui feita) é legitimada pelo discurso científico e pelo efeito-autor que deste discurso emerge.

Até aqui, consideramos, portanto, que a atividade narrativa mantém estreita relação com o referencial mítico na constituição sócio-histórica do sujeito. Afinal, examinando sua marcação já na estrutura simbólica, quais lugares as narrativas articulam no imaginário para disfarçar esse caráter de impossibilidade de acesso ao suposto primeiro gesto de leitura do mito individual?

Sendo assim, é possível tocar um ponto a ser aprofundado adiante (principalmente no quarto capítulo, repito) que é, seguindo essa mesma linha de argumentação, o da contradição entre o saber interdiscursivo e o conhecimento individual e ainda entre o sujeito do letramento e o sujeito da escrita.

Assim, o conhecimento que se pretende e se mostra como universal, faz emergir o sujeito pelo saber, por sua vez, por excelência, local e sócio-histórico. É em torno aos saberes, circundados pelo simbólico, que se sustenta a atividade narrativa como prática letrada alinhada ao sujeito do letramento.

Cabe, assim, perguntar: seria a narrativa um lugar de articulação dos saberes sem que existam sujeitos por eles responsáveis, tal como menciona Lacan (1992)? Afinal, se há mudanças na “ordem mítica” dos dizeres do sujeito (e que pode ser “lida” como uma ordem do próprio interdiscurso, que nunca é acessado diretamente), questiono o papel, a relevância da forma individual do sujeito, na transmissão desses saberes.

Contraditoriamente, é por conta da própria ilusão pertinente à forma individual que o discurso narrativo e a posição de autoria são possíveis. Sendo assim, torna-se tarefa árdua desvincular “discurso narrativo” e “forma individual” para analisar o alcance dos saberes ali articulados.

Guiando-me por essa indagação, antes de retornar à análise do *corpus* com maior especificidade, é necessário ainda articular o conceito de autoria aos conceitos de arquivo e de práticas letradas.

2.3) Práticas letradas, arquivo e o conceito de autoria

Para esta seção, inicialmente é preciso reafirmar que é contraditória a relação entre a contenção da escrita e a oralidade, e que é em meio a essa contradição que se inserem as práticas letradas. Na perspectiva de letramento aqui contemplada tal contradição assegura a possibilidade de se investigar a singularidade da interferência dos diversos portadores de textos disponíveis na nossa sociedade nas narrativas de uma mulher não-alfabetizada.

Antes de me aprofundar na relação entre práticas letradas, arquivo e autoria, é importante ainda lembrar que, de acordo com Pêcheux (1993), não existe prática de um sujeito, mas diversas posições-sujeito, sustentadas por diferentes regiões de sentidos negociadas no discurso. Mesmo assim, há a incidência do mecanismo ideológico do código escrito, como já vimos ao discutir o sujeito jurídico, que molda uma forma individual do controle da interpretação. Naquela ocasião foram consideradas as relações de poder envolvidas no uso mais vasto ou restrito de determinados códigos que, tal como pretendo explicar, interferem nas práticas letradas.

Vê-se que o funcionamento das práticas letradas ganha formas específicas no plano das formações imaginárias. Esse plano nos predisporia a atribuir, por exemplo, a autoria somente às produções escritas. Isso porque a essas produções se articulam mecanismos ideológicos que designam a superioridade da forma escrita em relação aos usos orais, tal como investiguei em Pereira (2005), e se ancoram na concepção do autor como escritor, tal como discute Chartier (1998, 2001). Entretanto, temos a possibilidade de sua des-naturalização, a ser vista adiante, pela articulação dos conceitos de práticas letradas, arquivo e autoria.

É por essa via, mobilizando ainda as noções de memória discursiva e arquivo, que apresentarei a noção de autoria a partir da qual serão analisadas as narrativas orais. Todavia, antes mesmo de chegarmos à definição de autoria aqui mobilizada (a de TFOUNI, 2005), é preciso aprofundar os conceitos de arquivo, memória e autoria, tal como aparecem em outros autores para, assim, entendermos o modo heterogêneo de articulação das práticas letradas.

No capítulo anterior, por meio de um texto crucial em AD (HAROCHE, 1992) mencionei a passagem da determinação religiosa para jurídica em que se vê um deslocamento de um arquivo disponibilizado pelos religiosos para um arquivo disponível “a todos” pelo Estado de Direito.

Nessa mesma linha, Pêcheux (1997a, b) afirma que o arquivo se compõe, portanto, de uma organização imaginária das regularidades discursivas em temáticas que tendem à estabilização semântica dos sentidos produzidos sócio-historicamente, ainda que esta estabilização não recubra a dimensão do real das “coisas a saber”.

Assim, considerar que o não-alfabetizado faz uso precário da linguagem, já seria uma maneira de interpretar um lugar do arquivo em que esta temática⁴⁴ denominada “analfabetismo” se filia aos sentidos dominantes da ciência. Contrariando essa formação imaginária do *déficit*, a partir da perspectiva de Tfouni (1992b, 2004) aponto a possibilidade de uma condição de intérprete para o sujeito que, contrariando o lugar dominante destinado à categoria sociológica de não-alfabetizado posiciona-se pela autoria.

Peço uma pequena pausa para essa discussão. Isso porque antes de segui-la é necessário um aprofundamento teórico da relação entre interpretação e arquivo. Com isso retomarei o deslocamento, já aqui inicialmente marcado, da postura do analista frente a esse efeito de discurso dominante, bem como resgato a singularidade das narrativas aqui estudadas diante dos arquivos.

Do ponto de vista das estratégias interpretativas do analista diante do *corpus* Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994) apontam que ao longo do percurso da AD, a concepção de *corpus* passou da restrição às condições de produção à consideração da presença do arquivo, entendido sob a forma da configuração de enunciados. O conceito de arquivo permitiu assim alguns rumos para responder às questões do *corpus*.

Para esses autores, o arquivo não é algo já construído *a priori*; é opaco e mutante, sendo que a marca institucional é pouco importante para analisar seu funcionamento. Tal como os historiadores das mentalidades lidaram com o confronto de “categorias” (morte, medo, amor), cuja ordem não brota da instituição, mas é mobilizada pela circulação social dos saberes ali dispostos, o arquivo começou a ser compreendido, portanto, num âmbito mais amplo, porém não infinito de regularidades discursivas (GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 1994).

Citando Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994, p. 92): “o arquivo não é um simples documento no qual repousam referências; ele se oferece a uma leitura que descobre os dispositivos, as configurações significantes”.

⁴⁴ Acreditar que o arquivo é organizado por temas já é um efeito imaginário, no meu entendimento; entretanto, trata-se de uma crença inevitável por meio da qual a função imaginária do sujeito organiza as práticas de linguagem.

Adiante, os autores explicam que, desde Foucault, o arquivo não é mais considerado um conjunto de textos, que denotaria diretamente estruturas sociais e acontecimentos de um grupo, nem ainda se refere somente ao suporte institucional que lhe permitiu a conservação de traços de uma mesma sociedade, mas um dispositivo que aponta a própria maneira instituída (relações naturalizadas de autorização para interpretar) de lidar com um determinado campo documental.

Por conta dessa consideração, reforço aqui a noção de sujeito letrado, que vislumbra a possibilidade da autoria em produções orais, uma vez que os arquivos delimitam possibilidades de interpretação circunscritas de forma arbitrária e ideológica, com que se pode romper em parte.

Os autores logo acima citados ainda acrescentam que ao exhibir um rumo interpretativo para o que está sendo pesquisado, o arquivo se legitima pela transformação mesma que provoca nos mecanismos sintáticos e enunciativos dos sentidos, o que é feito por coações semânticas. Quer dizer, partindo de um ponto do arquivo e chegando de volta a esse ponto, por meio da interpretação de sua ordem sintática e de uma organização semântica ali estabelecida, a posição do analista, por meio de conceitos operadores da análise, modifica os arquivos. É isso que indica como o aspecto social da língua atua na multiplicidade dos arquivos.

No caso deste trabalho, é o que será indicado na diversidade de narrativas analisadas (*corpus*), as quais portam diversos lugares do interdiscurso, que sinalizam funcionamentos complexos ancorados em suas diversas formas de retomada dos sentidos ali adormecidos na memória. Há um núcleo sintático já organizado nessas narrativas, bem como alguns campos semânticos, que me servirão de guia, o que implica não seguir apenas os caminhos ali dispostos por uma literalidade, mas pela subversão dos sentidos, como ocorreu no caso do anagrama “Malasarte”.

Nem é preciso provar que essas retomadas sofrem interpelações ideológicas diversas. Considerando-as é que comecei, no início desta seção, a operar pela ruptura com a formação imaginária acerca da produção de um sujeito não-alfabetizado. A possibilidade de organizar o arquivo na forma oral, incluindo aspectos da dispersão da oralidade inclui uma sistematização em temáticas (formato imaginário das “coisas a saber”) e em modos de funcionamento. Isso será feito de forma tal que a análise, ao apontar a filiação dessas histórias aos diversos sentidos sócio-históricos contribua para apontar como a circulação do saber veiculado na forma oral afronta o poderio de assepsia da interpretação preconizado pela escrita.

O trabalho interpretativo se faz em meio à dispersão dos indícios, no tratamento do que deixou de ser dito, e cujos rastros ainda permanecem presentes na forma das repetições, titubeios, pausas. No caso desta pesquisa, é a partir disso que se torna possível dialogar com uma escrita do sujeito consolidada por meio do arquivo da oralidade, mesmo que não saiba ler e escrever.

Isso se justifica também porque na forma oral de transmissão da oralidade torna-se possível acessar rastros do processo de organização desse arquivo que são, muitas vezes, extirpados na forma escrita, uma vez que esta sofre o imperativo da articulação ao se tentar circunscrever o sujeito somente como sujeito jurídico.

Conforme Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994), a análise permite pontuar as relações de tensão de uma conjuntura. Mais importante do que qualquer aplicação lingüística ao texto do *corpus*, ela delimita as leis próprias de um determinado arquivo. Sobre a configuração desta lei própria de um determinado arquivo, vale antecipar que, neste trabalho, apresento como dispositivo inicial de análise, os processos de ressignificação (retomadas de outras histórias sob a forma de pré-construídos) encontrados nas narrativas de “dona” Madalena.

Sobre tais dispositivos, é oportuno afirmar que suas formas de construção estão baseadas na pluralidade de argumentos, relatos, descrições e são remetidas à maneira singular pela qual o *corpus* também constrói um tipo de arquivo. O trabalho interpretativo do analista do discurso, portanto, é constituído pela dupla materialidade do arquivo e da língua (GUILHAUMOU, MALDIDIER & ROBIN, 1994).

Ainda sobre a noção de arquivo, Coracini (2007) retoma o Foucault de “Arqueologia do Saber” para discutir a questão da identidade envolvida com essas possibilidades de assunção do sujeito. Para isso, a autora trava um diálogo sobre sua própria noção de arquivo, afirmando assim que: “arquivo é, pois, aquilo que justifica, sem que se saiba a sua razão imediata, o que pode ser dito num dado sistema de discursividades (CORACINI, 2007, p. 16)”⁴⁵.

⁴⁵ Mesmo não considerando apropriada neste momento uma discussão que aponte um diálogo entre as concepções de arquivo em Foucault e em AD, é oportuno sinalizá-la tendo em vista a influência daquele autor no quadro teórico da AD e o valor da sua definição de arquivo para conceituar autoria. Para Foucault (2005), os enunciados se consolidam pela possibilidade de repetição e sempre se mostram por redes, isto é, um campo de possibilidades do dizer, de que resultam as formulações. Os textos remetem uns aos outros e, muitas vezes, algutnam-se em instituições e práticas, e apontam para a singularidade de alguns dizeres. A partir disto, Foucault (2005) diz que não é possível saturar a organização e descrição dos arquivos porque, mesmo sem nos darmos conta, é sob suas regras que formulamos algo dizível. Desta forma, os enunciados – práticas repetíveis e regulamentadas – não devem ser tomados pelo cogito, nem pela descrição de seu suposto despertar de um adormecimento. Nessa perspectiva, os enunciados são considerados pela forma lacunar do acúmulo que, mesmo pretendendo-se pleno, mantém uma rede de

Para Coracini (2007), o arquivo é responsável por manter, muitas vezes de forma anônima, a memória, tal como encorpada pela tradição de saberes “que, ao permanecerem se transformam; ao serem lembrados, são esquecidos” (*idem*, p. 16). A autora ainda comenta que tal processo de retomada da memória é atravessado pela base material das práticas discursivas, as quais, acrescento, são determinadas pelo jogo político e histórico em formações imaginárias, as quais também configuram os arquivos.

Sendo assim, cabe perguntar: o quê da tradição (no sentido de permanência), dos saberes na forma oral, (não) está disponível? ; Qual seu alcance? ; Qual mecanismo discursivo torna audível o que estava calado no esquecimento da memória, mas que já se fazia presente pela organização do arquivo na forma oral e que a análise pode contribuir para pôr em circulação como outra forma de organização das práticas letradas?

Para finalizar esta apresentação da noção de arquivo quero ainda ressaltar a pertinência da noção de repetição, utilizada por Maingueneau (1991) para se referir ao arquivo. O autor comenta que os enunciados, para a AD, sustentam uma relação contraditória de recusa e afirmação uns dos outros, inserindo-os num jogo complexo de conservação e recolocação.

Para o autor, o objeto da AD se delimita pela contradição entre a submissão de qualquer enunciação a um código; código este que, por sua vez, não nega a heterogeneidade dos vários regimes discursivos, os quais não aparecem sob formas meramente dispersas, mas por meio de FDs (MAINGUENEAU, 1991).

A dimensão desta re-atualização, que se firma como um dos pontos-chave do arquivo perpassa e é perpassada pela constituição do imaginário, por meio da repetição, que, tal como vimos nas seções anteriores, constitui o mito individual. Dessa forma, ao acessar o arquivo, o sujeito é tocado no que lhe é mais caro, em termos de determinação subjetiva, que é o dilema entre a repetição que sustenta a formação imaginária que pretende controlar e os lapsos do inconsciente.

Para Maingueneau (1991), o arquivo é o tesouro textual pelo qual o analista manipula os enunciados proferidos, e tem seu imaginário constituído pela delimitação de um espaço fundador. Trata-se de um conjunto de textos, que não é apenas uma

relações. Considerar os arquivos, portanto, passa por considerar as formas específicas deste acúmulo dos enunciados e suas falhas de performance. Ou ainda, supõe deixar de lado uma suposta origem e considerar o acúmulo dos enunciados, para vê-los como “acontecimento” (suas condições de aparição) e como “coisas” (seu campo de utilização). Assim, para Foucault (2005, p. 147): “arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.

resposta, enquanto prática social, a um conjunto de práticas consolidadas, mas aparece como possibilidade de legitimação de uma determinada enunciação.

Como afirma Maingueneau (1991), o que está em jogo é a organização do universo de uma coletividade, em que o arquivo não é meramente um traço mnésico, mas a maneira de notar a forma de os enunciados se mostrarem de forma arquivável. Isso porque mais importante do que a densidade dos enunciados é sua maneira de articulação; ou seja, por onde a repetição e as possibilidades de inscrição fazem emergir um ponto do arquivo e não outro.

Este dilema, entre acessar um lugar do arquivo e controlar o uso que deste acesso se fará, mostra a dimensão não neutra, e politicamente articulada do arquivo interferindo no jogo político dos enunciados (é o caso das antecipações frente ao interlocutor, nas suposições de como se poderia entender ou deixar de entender algum trecho da narrativa, por exemplo).

Vimos pela perspectiva de Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994), de que forma o arquivo não é um dispositivo neutro. Ou seja, não se trata, tal como seria propício a uma tradição cartesiana da noção de sujeito, de um centro aglutinador de textos e de sentidos, mas de considerar inclusive o dispositivo do próprio gesto do analista em interferir nos mecanismos sintáticos e enunciativos de produção dos sentidos. E é disto que tratarei na análise do *corpus*.

Afinal, o que distingue o arquivo produzido em determinada Formação Social e o arquivo produzido pelo analista, por meio da formação do *corpus* de análise (GALLO, 2009)? A princípio, é preciso falar das condições de produção do *corpus* (a ser aprofundada adiante) e do gesto de análise (o que já foi levantado aqui em termos da legitimação da posição do analista). Por ora, cabe um debate sobre a relação entre dispositivo teórico e dispositivo analítico.

Nas análises, o dispositivo teórico é retomado e reformulado conforme as questões trazidas de forma diferente por cada pesquisa. O dispositivo analítico, por sua vez, é resultado de recortes (decorrentes de questões do analista), advindos de gestos de interpretação comprometidos com estranhamentos da naturalização dos sentidos. É desses gestos somados às novas questões, outrora não disponíveis na teoria, que surgem os dispositivos analíticos (GALLO, 2008). No caso deste trabalho, eles envolvem o estranhamento, num primeiro momento do retorno de várias das histórias da tradição oral presentes nas que são contadas por “dona” Madalena. Trata-se do primeiro dispositivo de análise. Adiante, outros dispositivos de análise serão recortados das

questões iniciais. Um deles se refere à articulação do debate sobre a circulação do saber interdiscursivo nas práticas letradas.

Conta-se com o saber do analista para o estabelecimento desses recortes. Em suma, posso afirmar, já adiantando uma questão que será aprofundada adiante, que os recortes também são determinados pela suposição, decorrente do estranhamento inicial, por parte do analista, de que sabe algo sobre o que é recortado e que, a partir desse ponto, pode desenvolver uma análise. Ao seguir um caminho tecido por pistas, constrói um saber novo que o possibilite re-visitar pontos nevralgicos das questões iniciais. A análise se desenvolve mergulhada no enfrentamento do desconhecido e na necessidade de fazer dialogar discursos conflitantes.

Assim, a leitura do arquivo depende da possibilidade em se ocupar um lugar da interpretação conforme pelo menos duas formas de leitura já apresentadas (cf. PÊCHEUX, 1997b).

Concorde Gallo (2009), esses processos podem ser entendidos conforme a subdivisão proposta por Orlandi (1993) entre o inteligível, o interpretável e o compreensível. Para esta autora há uma espécie de refração em relação às várias leituras possíveis a partir de um determinado texto, que possui pontos de “entrada” e de “fuga” que conotam as diversas mediações e determinações tanto do texto quanto de seus processos de leitura. Disso resultam três relações entre sujeito e significação: inteligível, interpretável, compreensível. Referem-se ao sentido atomizado, o sentido relativo a um contexto e atribuição de sentidos conforme o processo envolvendo contexto (enunciado/enunciação). Do ponto de vista discursivo, a compreensão é regida pelo domínio de saber reconhecido numa região do sentido (numa formação discursiva). Desse modo, como gesto analítico, “compreender” é aceitar que o sentido pode ser outro, enquanto a posição do intérprete formula o sentido no plano do repeível afetado pela ilusão do assujeitamento e de que institui uma estabilidade referencial (ORLANDI, 1993). Essa distinção vai ao encontro do que esta mesma autora propõe acerca da diferença entre a interpretação do analista e a interpretação languageira (ORLANDI, 2001b).

Do ponto de vista do dispositivo analítico, quero deixar claro que neste trabalho não utilizarei essa distinção entre o compreensível e o interpretável como duas formas superpostas de “ler” as narrativas e fazer elas “serem lidas”. Isto porque acredito que a partir desta divisão, poderíamos cair numa forma insidiosa de tentar “aprimorar” a análise do *corpus*. Pelo contrário, o que uma análise pode indiciar tem a ver com a

singularidade de cada questão formulada ao encontro de um gesto, também singular, anterior que o analista empreende no momento mesmo de formação do *corpus*.

No caso deste trabalho, considero que a contradição entre pontos de literalidade e suas lacunas deixa rastros, por meio dos quais formulei questões singulares acerca do *corpus*, por meio da eleição de recortes. Desse modo, o dispositivo analítico inicial (a análise das paráfrases das histórias da tradição oral) nas histórias contadas por “dona” Madalena é uma dentre várias formas de leitura inicial do *corpus*. Dessa, decorreram outras, organizadas em seções.

Pêcheux (1997b) e Haroche (1992) já mostraram como foi por meio da organização controlada de parte do arquivo que as ciências régias obtiveram seu êxito. É necessário lembrar que a isso se acrescentou o controle de formas gramaticais, como é o caso das incisões e elipses, o que repercutiu na determinação do sujeito jurídico.

Dentro do esforço de desambigüização da língua, essas formas foram tomadas, respectivamente, como “falha necessária” correlata a um “acréscimo contingente” (termos de HAROCHE utilizados por PFEIFFER, 1995, p. 37). Afinal, não há como apagar totalmente a ambigüidade estrutural da língua. O apelo por um sujeito uno, tal como é visto na ciência régia, deve se adequar aos parâmetros (no caso, por meio da elipse e da incisão) de opostos que se complementam. Isso porque uma estrutura única da língua deve refletir uma subjetividade, que pode se dividir nas intenções dos recursos gramaticais, por exemplo, mas não pode ser cindida na sua estrutura constitutiva.

De acordo com o que vemos em Pêcheux (1997a), foi por essa via que a tradição literária “divorciou-se” dos cientistas. Embora tenha havido esse “divórcio” aparente, é sabido que o sujeito não se constitui apenas pelo efeito de unidade da determinação jurídica. Assim, em meio a chamada tradição literária podemos incluir a dispersão sócio-histórica que o constitui pelo acesso aos diversos arquivos, como por exemplo, o arquivo sistematizado pela tradição oral.

Assim, no lugar da cisão operada por ocasião da consolidação da determinação jurídica e da ciência régia, neste trabalho, a investigação da posição de autoria aposta na alteridade entre o efeito de unidade (cujo percurso é da interferência do jurídico) e o efeito de dispersão (cujo percurso passa e é passado pela oralidade).

Isso leva a retomar Tfouni (2004), quando distingue sujeito da escrita e sujeito do letramento. Para a autora, o sujeito da escrita é dominado por uma onipotência, cujas explicações entrelaçam principalmente bases ideológicas, com as quais se fortalece a ilusão de completude e de transparência do texto produzido (discurso da escrita e efeito

de fechamento, cf. GALLO, 2008, 2009). O sujeito do letramento, que não é necessariamente alfabetizado, é colocado numa relação de heterogeneidade com as diversas práticas discursivas, materializadas nos diversos portadores de texto.

A investigação da autoria insere-se nessa relação contraditória entre sujeito da escrita e do letramento. Com essas noções, a autora aponta a possibilidade de o sujeito emergir numa produção textual oral ou escrita. Isso ocorre pela disputa dos sentidos e pelo retorno ao já dito, que sinalizam a relação do dizer com sua exterioridade.

Isso aponta que há diversas posições que o sujeito pode ocupar enquanto autor. Porém, não são infinitas, por conta de sua submissão às determinações do inconsciente, da língua e da História, e também, como começo a propor (mesmo que ainda não tenha analisado as diversas estratégias), ao papel do mito individual, que aliena o sujeito a alguns lugares da estrutura simbólica.

Continuarei o debate inicial desta seção “interrompido” para apresentar a noção de arquivo e que, num primeiro plano, enfoca a des-naturalização do exclusivismo entre autoria e escrita. Para tanto, é preciso considerar, conforme aponta Pêcheux (1999) que o trabalho interpretativo com a memória discursiva, ainda que não seja o trabalho historiográfico, torna imprescindível considerar as diversas sistematizações dos arquivos, os quais abrem ou restringem os gestos interpretativos. No caso das narrativas, há espaços de interpretação abertos ao sujeito justamente pela condição de produção, que se insere no discurso narrativo, o qual permite diversas reviravoltas com o sentido.

Considerando ainda este ponto do debate, que versa sobre as possibilidades de interpretação, vejamos que as narrativas têm um campo restrito para mostrarem posições de autoria, porque passam quase despercebidas em meio a um “colamento” entre escritor e autor.

Aprofundarei este debate, a partir do que trazem Chartier (1998, 2001) e Foucault (2006) a este respeito. Por meio ainda da noção foucaultiana de autoria e de comentários a esse respeito, chegaremos ao conceito de Tfouni (2005), a partir de que foram iniciadas as principais questões deste trabalho.

Nesta seção meu intuito, mais do que fazer uma revisão cuidadosa do conceito de autoria, é provocar um debate. Para isso, acrescentei a minha leitura de autores como Chartier (op.cit.) e Foucault (op.cit.), bem como a contribuição da leitura que Dosse

(2001), Furlanetto (2001), Pfeiffer (1995) e Orlandi & Guimarães (1988) fazem desses autores⁴⁶.

Chartier (2001) também se posiciona contra a leitura como transparência, para afirmar que os sentidos dos textos dependem de quem deles se apropria. Esta posição vai ao encontro do percurso histórico que ele empreende para nos ajudar a entender por que somos tomados por esta imagem que temos acerca do autor como um organizador de idéias próprias, e que se fortaleceu com a circulação dos textos impressos.

Em trabalho anterior, o mesmo Chartier (1998) apontou que, para tal, foi necessária a consolidação de uma ordem do discurso (no sentido de Foucault) articulada pela relação entre a ordem dos livros e o papel de intérpretes e copistas. Isto alimentou a crença na noção de autoria ligada à noção individual do escritor.

Chartier (2001) analisa este atrelamento da imagem do autor às marcas de individualidade, pelo fortalecimento de uma mercadoria que passa a veicular tal imagem: o livro. De acordo com ele, a formação do mercado editorial é uma das contribuições dessa figuração do autor. Assim, o aparato de circulação das obras (a quem elas se dirigem, quem as editou) serviu para garantir uma imagem clara da figura do autor (colada a do escritor). Tal vínculo estreito mostrou o afunilamento entre as vendas e a ordem dos livros, o que sinaliza outra forma de poderio da escrita, que se soma ao controle da interpretação discutido no capítulo anterior e expressa a base material da ideologia.

Para Chartier (1998, p.48) a assunção do indivíduo se somou à função do autor como “unicidade e coerência do discurso”. Este argumento ele retoma de Foucault, para discutir o fortalecimento do lugar individual da autoria, principalmente quando mostra que havia diversos recursos acoplados aos livros tomados como objetos de consumo, tais como a ilustração no frontispício do livro, da face do “autor”. Neste ponto da discussão Chartier (op.cit.) dialoga mais uma vez com Foucault, principalmente quando esse último reconhece a autoria a partir de alguns manuscritos da Idade Média.

Dosse (2001) comenta que nesse texto fundante da obra de Foucault, o que vemos é o desaparecimento do sujeito escrevente, pois temos a escrita imortalizada por algo impresso. Mais importante do que isto é notar que desde Foucault, comenta Dosse (2001), a autoria é indicativa da circulação de saberes, ou seja, obriga-nos a analisar as intertextualidades dos enunciados, as quais extrapolam os nomes dos escritores.

⁴⁶ Vale informar que depois da leitura de Chartier (2001), encontrei no artigo de Furlanetto (2001), comentários sobre esse mesmo autor. Dessa forma, acrescentei alguns pontos desta leitura que me pareceram importantes, o que ocorreu de forma semelhante sobre o caso da leitura de Foucault realizada por Dosse e por Orlandi & Guimarães (1988).

Dosse (2001) ainda comenta que foi Foucault quem chamou a atenção para o papel marcante do discurso científico, o qual trouxe esta figura uma do autor, imbuída do humanismo que tomou o lugar do anonimato⁴⁷.

Foucault (2006) aponta que a autoria é uma função exercida por um lugar ausente a ser preenchido e a vincula à transgressão⁴⁸. Após apontar que na Antigüidade a narrativa compensava a morte, ele aponta que o desaparecimento do sujeito clamou por alocar a função da autoria como uma das diversas maneiras de se lidar com a ausência.

Dentre essas, a nomeação do autor passou a assegurar uma relação discursiva, caracterizadora de um modo de ser que não se localiza nem na figura empírica, nem na ficção da obra, mas na ruptura que este modo de ser fez prevalecer como singularidade, atendendo ao sentido de unidade e origem das significações.

Citando Foucault (1970, p. 28):

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco centralizador de sua coerência⁴⁹.

Em suma, para ele, a função da autoria aponta para o que é “exterior” ao texto, ou seja, para a ausência que lhe designa um lugar no universo discursivo. E essa relação com a exterioridade designa o modo de existência como maneira de funcionamento dos discursos numa sociedade, ou seja, por meio de diversas relações com a ausência. Ou seja, a autoria é uma função que emerge pela ausência e pela unidade.

Entretanto, ele aponta que houve um esmaecimento dos caracteres individuais, de suas marcas, o que ocorreu não apenas pela singularidade conduzida pela ausência, mas também pela representação do papel do morto, de seu lugar discursivo. Isso

⁴⁷ Almeida e Queiroz (2004) também analisam este movimento de passagem da autoria imbuída ao anonimato, para sua concatenação num formato individual do sujeito, o que ocorreu pelo fortalecimento da figura do escritor. As autoras apontam que, em seguida a este fortalecimento do escritor, a autoria aberta à coletividade tende a retornar, por conta da veiculação das mídias eletrônicas, que trazem os diversos nomes, seja da equipe técnica, seja de criação artística. Este possível retorno prova que não foi à toa que os estruturalistas, principalmente Barthes, sentenciaram a “morte do autor”, no caso atrelado ao escritor no início da era da informática (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004).

⁴⁸ Foucault se inspirou no dramaturgo Samuel Beckett para dizer que para se considerar autor, é pouco importante saber quem fala. Adiante, ele desenvolveu analisando regras de unidades discursivas que ancorassem a noção de discurso. A partir disso, veio a noção de “escritura”, ou seja, de jogos de signos organizados por elementos que os constitui. Assim, escrever está ligado à condição de perpetuar a imortalidade e sacrificar a vida, pois o autor (literário, científico e fundador) tem certa unidade nesta escritura (CORACINI, 2007).

⁴⁹ No original: “L’auteur, non pas entendu, bien sûr, comme l’individu parlant qui a prononcé ou écrit un texte, mais l’auteur comme principe de groupement du discours, comme unité et origine de leurs significations, comme foyer de leur cohérence ».

ocorreu, seja por conta da grade interpretativa para se lidar com a morte imposta pela exegese cristã, seja pela confluência da imagem do autor como unidade individual à da escrita como objeto neutro.

Na esteira deste debate, de acordo com a leitura que Furlanetto (2001) faz da obra de Chartier (1998), o desaparecimento do autor é alimentado pelo advento do texto impresso, que nos apresenta leitores e não autores. Sendo assim, de acordo com Furlanetto (2001) há uma preocupação em Chartier (op.cit.) de reforçar a presença do autor, por uma “perspectiva de vontade”, o que não o impede de continuar “dependente” do sentido que não lhe é diretamente acessível, mas “reprimido”, ou seja, refém dos espaços sociais da organização literária (expressões de FURLANETTO, 2001).

O autor de Foucault (2006), por sua vez, pressupõe a assinatura jurídica como responsabilidade (FURLANETTO, 2001). Utilizando-se de uma metáfora, para FURLANETTO (2001), o discurso é ato passível de ser punido, tal como a polícia controla a violência; de onde emerge o autor, o qual também controla significados pela via do exterior.

Pfeiffer (1995) também comenta esse texto clássico de Foucault (op.cit.), apontando que para este, a autoria se constrói na dispersão do sujeito, embora tenha se fortalecido a concepção de unidade e equivalência entre autor e escritor.

Orlandi e Guimarães (1988), por sua vez, desenvolvem um diálogo com essa concepção de Foucault e mostram que o discurso pode ser caracterizado pela dispersão do texto e do sujeito. Os autores comentam que, para Foucault, mais importante é a construção, antes virtual, da unidade. Disto decorre que, para este, o princípio de autoria é um entre aqueles que prezam pela ordem do discurso, e é neste sentido que o princípio de autoria não vale para todo discurso.

Tomando como ponto de partida, algo que também corroboro que a autoria não é uma função, mas que se trata de uma posição discursiva, Orlandi e Guimarães (1988, p. 60) ressaltam que “a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria”.

Pfeiffer (1995) também comenta Orlandi e Guimarães (1988) de uma forma que considero oportuna apresentar aqui. Para Pfeiffer (op.cit.), estes pesquisadores tomam tal dispersão como efeito. Para eles, o aparato sócio-histórico já implica efeito de autoria, embora o sujeito não se posicione por meio dela. Muitas vezes, ao contrário,

lida com esta contradição entre a dispersão (seu quase desaparecimento) e a ilusão de unidade, pela consolidação da ligação entre autor e escritor.

Por sugestão de Mariani (2007, comunicação pessoal), considerei válido ainda comentar brevemente a noção de autoria sob o enfoque da noção de discurso fundador de Orlandi (2001c), o que complementa esta discussão sobre a produção dos sentidos na função autor. Retomando a discussão anterior sobre arquivo, vimos que Maingueneau (1991) argumenta que os arquivos têm no imaginário um espaço fundador. Há consenso, vê-se, sobre a importância de um espaço marcado nos espaços discursivos, para que haja locais de interpretação que provoquem ruptura com as possibilidades de interpretação ali dispostas; nesta pesquisa, considerar este lugar é considerar a autoria.

Orlandi (2001c) parte do pressuposto que sujeito e sentido não têm uma origem pontual, mas se constituem contraditoriamente. Para essa autora, na perspectiva foucaultiana o “eu” do autor equivale àquele que cumpriu uma tarefa determinada em relação a uma obra, sistematizando a autoria como eixo organizador das produções “originais” de linguagem. A autora diz que pretende “de-sacralizar” (palavras de Orlandi, 2001c) essa noção foucaultiana, lançando a função autor para o cotidiano.

Para isso, prefere a noção de discurso fundador para tratar da autoria, uma vez que para Orlandi (2001c), a noção de autor se aplica aos efeitos de unidade do dizer comum, que instalam feixes discursivos responsáveis por situar sítios de significância. Assim, ao analisar o mecanismo de instalação de um discurso fundador referente à formação da nacionalidade brasileira, a autora conclui que é a possibilidade da instituição de um complexo de formações discursivas que coopta um processo de identificação em torno dessa mesma nacionalidade.

Considerar esta aliança supõe estar atento para o modo de funcionamento dos discursos fundadores na discursivização da atividade narrativa possível por mecanismos da escrita, por efeitos de origem, e por gestos interpretativos aparentemente inaugurais.

Tfouni (2004, 2005) contribui com essa discussão, vista em Foucault (op.cit.), em Orlandi (2001c) e em Orlandi e Guimarães (1988), considerando o dilema do sujeito na tentativa de controle da deriva, o que é feito à custa de um retorno ao já dito (organizado na forma de arquivo). Diferentemente, entretanto, desses autores, para Tfouni (2005), a unidade não vem antes, como um princípio de autoria, mas emerge posteriormente por um efeito imaginário de retroação ao já dito. Esse retorno se dá por movimentos de “reconhecimento” das palavras do Outro, fundadas no interdiscurso,

sendo este o gesto de autoria. Tfouni (2005) não toma como partido, portanto, um efeito de unidade anteposto.

Citando Tfouni (2005, p.133):

Deter-se, para conter a deriva que sempre está prestes a se instalar, pela insistência do real (isto é explicado lingüisticamente pelo conceito saussuriano de valor do signo), possibilita ao sujeito gestos de autoria, movimentos de retorno ao já dito, que vão realocar a cadeia significante em lugares do interdiscurso e da memória social (arquivo), atualizando-a e reconfigurando-a.

Vale destacar que a noção de memória social contemplada nesta definição que mais se aproxima da investigação deste trabalho é aquela de Pêcheux (1999, p. 50): “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Este emaranhado de “várias formas de memórias” permitem marcar o acontecimento. Disso sabemos que a irrupção dos sentidos não segue um caminho único, linear, nem tampouco previsível, uma vez que o sentido é “já lá” miticamente instalado nas “coisas a saber” e somente na aparência de um começo, posto que é sem origem.

Como já foi dito, a definição de autoria privilegiada para a condução da análise será a de Tfouni (2005), principalmente porque nela já está considerado o papel da dimensão mítica da memória, por meio da aceitação da deriva pelo sujeito, diante desta incidência do real.

Adiante, na formação e análise do *corpus* interessa-me assinalar a incidência heterogênea da memória já constituída miticamente pela dispersão da oralidade vista nas práticas letradas, as quais estão disponíveis de maneira ideologicamente interdita, de tal modo que possibilita diversas posições-sujeito e, dentre essas, a posição de autoria.

Em se tratando do campo da memória, torna-se, portanto, imprescindível considerar o arquivo sistematizado pelo historiador porque também compõe certa regularidade oral do arquivo⁵⁰.

Como vemos com a definição de autoria de Tfouni (2005), a implicação daquilo que escapa (real) não está apenas na submissão do sujeito ao mecanismo de funcionamento ideológico como estrutura, mas na sua contradição com o

⁵⁰ Para evitar uma exposição exaustiva sobre o conceito de memória discursiva em AD, antecipadamente em relação à análise do *corpus*, optei por apresentá-la nesta seção, implicando-a à noção de arquivo.

acontecimento, de onde pode emergir, pela deriva dos sentidos, a possibilidade da posição de autoria. Isto é, desde que haja uma retroação com lugares do interdiscurso que façam uso da equivocidade simbólica para articular rupturas num outro patamar de encadeamento dos significantes.

Nessa linha de pensamento, também Furlanetto (2001) explica que pela AD pode-se dizer que há função locutor, enunciador e não há autor, no sentido de uma posição tácita do sujeito. Isso porque a autoria pressupõe o trabalho interpretativo do sujeito no simbólico, o que leva em conta as condições conjunturais de cada texto produzido; ou seja, a posição de autoria pode ou não se instalar.

Dessa possibilidade vem a questão do real e da origem mítica do dizer; só há autoria onde houve equívoco; no caso, no espaço de recusa e contradição entre as formações discursivas, e ainda nos espaços contraditórios dos discursos da escrita e da oralidade.

É desta maneira que considero o patamar desta relação de alteridade entre oralidade e escrita na posição de autoria. Considerando essa alteridade, Gallo (1995) discute o conceito de autoria problematizando a interdição ao posicionamento do sujeito-autor e a independência deste em relação à escola e à grafia. A autora discute anteriormente o papel da institucionalização pela escolarização, da escrita como objeto de conhecimento, num mecanismo que sobrepõe o texto ao processo de textualização.

De um lado, tal disfarce imposto pelo texto impede o trabalho interpretativo de textualização, o que restringe a possibilidade da instalação da autoria, uma vez que é o processo de textualização que, de acordo com Gallo (1995), permite abordar um texto como efeito de sentidos. E, assim, considerar a autoria principalmente pelo âmbito da irrupção do real diante dos efeitos de transparência, literalidade, paráfrase; o que extrapola a escrita instituída pela escolarização.

Afunilando a questão da posição de autoria, para uma discussão breve, porém necessária acerca dos espaços discursivos institucionalizados, é preciso neste momento, retomar o trabalho de Pfeiffer (1995).

Pfeiffer (1995) enfatiza os mecanismos de poder voltados para a individualização do sujeito, estratégia por meio da qual o sujeito apresenta-se numa contradição entre “ser qualquer um” e “ser alguém”. Ela ainda complementa que tal individualização almeja à evidência do sujeito, sendo esta uma das características mais

demandadas da autoria⁵¹. Esta pesquisadora ainda coloca “a característica fundamental da autoria: a negação da multiplicidade” (PFEIFFER, 1995, p.42).

Para ela, a posição de autoria pressupõe uma repetibilidade histórica (a qual pressupõe silenciar a falta e o político na linguagem). Essa posição é marcadamente diferente da repetição mnemônica preconizada pela escolarização, pois nela é sustentado o fio sócio-histórico, que abre espaços de interpretação para o sujeito reconstruir sentidos já filiados às redes de formações discursivas. Isso consolida, para Pfeiffer (1995, p. 128), a posição de autoria, nesta “passagem da repetição formal para a histórica”.

Dentro disso, as posições de autoria podem ser incluídas num espaço mais amplo que não somente o da escrita instituída. Retomando a definição de Tfouni (2005), posso afirmar que o retorno da memória discursiva realocada à cadeia significante ocorre por insistências de escrita por parte do real.

Assim, cabe perguntar: como considerar a autoria em textos orais, como as narrativas a serem analisadas, se é tão forte a ligação entre autoria, escrita e individualidade?

Concordo que o efeito de unidade é ponto crucial na autoria, mas, neste trabalho, deve ficar claro que quero partir da relação do sujeito com o real das “coisas a saber”, com marcas do acontecimento discursivo, marcas de instalação de sua alteridade pelo Outro, para relativizar estes efeitos de unidade, de literalidade que aparecem, por exemplo, nas retomadas de histórias estabelecidas na tradição oral.

Dessa forma, tomo como pressuposto que existem posições de autoria nas narrativas a serem analisadas e não um autor uno, indivisível, que coincide com o indivíduo do relato. Considero ainda que essas posições são marcas dos limites postos pelo sujeito diante da dispersão do sentido. Isso ocorre por um processo de singularização que tende para o estreitamento entre esse limite e o atendimento que a posição de autoria realiza à demanda de interpretação endereçada ao Outro. Por excelência, essa demanda é a da distribuição dos sentidos.

Quero acrescentar a este debate, que o efeito ideológico de unidade na autoria também é cooptado pelas formas da alienação ao âmbito individual do mito. Dentre elas, incluem-se os vacilos, as dúvidas, a substituição dos significantes, a tentativa de separação dos dizeres do Outro e a fórmula discursiva para o que não se apresenta como verdade objetiva (LACAN, 1978). Trata-se de formas amplas, que sinalizam diversas

⁵¹ Parte deste processo de individualização foi mostrada anteriormente por meio da análise de Chartier (op.cit.) sobre a ordem discursiva dos livros e o fortalecimento da figura do autor como o indivíduo escrevente.

formações imaginárias, em que o reconhecimento de significantes do Outro, formalizados em FIs e FDs passam pelo crivo de marcas lingüísticas.

Sendo assim, considerarei na análise que o efeito de unidade na autoria se compromete com lugares do interdiscurso que restringem e ampliam a circulação de diversos saberes, tal como comecei a apontar na seção anterior. No caso aqui analisado, trata-se da autoria como lugar do sujeito que se porta pelo lugar de articulador de um mito individual no processo de ressignificação que se sobre-excede pela amplitude do campo dos sentidos sócio-históricos, negociados no desenvolvimento da atividade narrativa.

Portanto, uma vez que sujeito do letramento e da escrita não são coincidentes, vale perguntar: como estes refúgios do sujeito das práticas letradas no universo do Outro trazem saberes articulados para sustentar a forma individual que se articula à autoria? Como as formas residuais dos mitos (para usar a expressão de Lévi-Strauss, 2004) asseguram o lugar de autoria neste saber? Qual pode ser sua relação com a transmissão de diversos saberes (tal como perguntava na seção anterior, ao retomar Lacan, 1992)?

Por ora, podemos assegurar que o sujeito do letramento, afetado pelo inconsciente e pela ideologia, é articulado a diversos saberes que, por meio de significantes, sustentam o caráter coletivo das práticas letradas, ainda que nestas haja efeitos individuais.

Isto se enquadra no que é possível apostar como continuidade desta investigação, reafirmando o papel da atividade narrativa como uma manifestação de um lugar para o sujeito na estrutura simbólica. Essa atividade interpretativa constitutiva do sujeito supõe considerar o eco do mito na estrutura. Isso evoca a questão do real, que se enquadra na lacuna entre a organização imaginária do saber interdiscursivo em temáticas (arquivo) e as “coisas a saber”.

A partir disso, é preciso considerar que essa mesma atividade interpretativa do sujeito sustenta o efeito discursivo de suas condições de produção como produção oral. Trata-se de um efeito imaginário de completude, que a formata em discurso narrativo.

Considerando as questões aqui debatidas, de uma forma que não pretendeu separar discussão teórica e análise do *corpus*, minha investigação terá continuidade trilhando os efeitos de sentido linearizados no plano da enunciação do tecido do relato do discurso narrativo. Ela continuará atenta às posições discursivas que o sujeito ocupa, ao tentar colocar o interlocutor em lugares discursivos diversos.

Assim, no capítulo adiante, a materialidade discursiva das narrativas orais será abordada, dentro dos pressupostos teóricos até aqui contemplados, do ponto de vista da formação e da análise do *corpus*. Antes disso, entretanto, é necessário retomar uma discussão sobre o paradigma indiciário e implicar algumas questões levantadas até aqui às noções de *corpus* e de condições de produção em AD.

*“Solta a linguagem
dos insubmissos,
a arenga
dos desatinados
e até nas fábulas
que vai urdindo,
a louca palavra
dos verdadeiros”*

(Carlos Drummond de Andrade)

TERCEIRO CAPÍTULO – Formação e análise do *corpus*

Vimos nos capítulos anteriores os principais suportes teóricos deste trabalho, o que nos acompanha na presente análise do *corpus*. Não se trata de uma apresentação prévia da teoria e sua posterior verificação, mas de fornecer ao leitor subsídios teóricos e, a partir de agora, também metodológicos, condizentes com a questão investigada. Isso porque nesta proposta, é preciso considerar o contato que o analista tem com a materialidade discursiva de onde emergem algumas questões iniciais.

A apresentação de um suporte teórico vai ao encontro da assunção destas questões. Dessa forma, tal apresentação não ocorre de forma isolada em relação aos primeiros gestos de interpretação, motivo pelo qual já apresentei a análise de alguns trechos das narrativas. Realizadas tais considerações, chega o momento da formalização da análise.

É o momento em que o analista descreve ao mesmo tempo em que interpreta o *corpus*, uma vez que não separa teoria e análise; nem tampouco separa as questões levantadas de seus posteriores debates (PÊCHEUX, 1993 e 1997a).

Seguindo essas prerrogativas, neste capítulo, apresentarei inicialmente uma descrição das condições de produção do *corpus* formado pelas narrativas orais de caráter ficcional contadas por “dona” Madalena e sua análise. Dentro dessa descrição, será apresentado o paradigma epistemológico a que se filiam as noções de *corpus* e recorte em AD. A partir disso, a análise das seqüências discursivas aparecerá por meio de seções. Os títulos destas seções formalizam o movimento de retorno à teoria (necessário em qualquer análise).

Esse movimento analítico vai ao encontro da epígrafe deste capítulo. Isso porque com a presente análise testemunhamos parte do movimento de “soltura” desta “linguagem dos insubmissos”, salientando, por meio de um paradigma interpretativo, o caráter inevitavelmente político da linguagem.

É certo afirmar que essas narrativas permitem ao sujeito algumas possibilidades de deslocar-se em relação aos universos semanticamente estabilizados, ainda que também se articulem por meio da alienação aos sentidos dominantes. Isto mostra que há uma regularidade na organização dos arquivos, posto que o campo de interpretação do sujeito está determinado pelas condições de produção destas narrativas. Dentro disso, cabe indagar: de que maneira, estas narrativas funcionam como discursos que legitimam alguns sentidos dominantes e subvertem outros? Como é possível manterem uma “realidade significativa” (ORLANDI, 2001a), por meio de outros dizeres que as sustentem?

Para responder a essas questões, é preciso partir de algumas reflexões teóricas já iniciadas no capítulo anterior.

Em relação às condições de produção do discurso narrativo, por sua vez, é necessário um aprofundamento na noção de paradigma indiciário.

3.1) Paradigma indiciário

Tendo sido realizado um contato com a materialidade discursiva a ser analisada, bem como me apoiando nos resultados de alguns trabalhos do grupo de pesquisa “Letramento, autoria e alteridade” coordenado pela profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni (orientadora desta pesquisa) que analisaram algumas das narrativas que fazem parte deste *corpus* (PANTONI, 2002; PEREIRA, 2002, 2005; TFOUNI, 1992 b, 2004; TFOUNI & MELO, 2001) posso assegurar que as diversas estratégias interpretativas ali vistas são verdadeiras manobras enunciativas do sujeito-narrador⁵², o que levantou a questão da relação entre a posição de autoria e mito.

Embora já tenha apresentado a indagação inicial deste trabalho na introdução, é preciso retomar de maneira mais apropriada neste momento seu esboço inicial. Ela se refere à comunhão universalizante da dispersão dos sentidos constitutivos do sujeito, estabelecida por uma aliança entre o mecanismo ideológico e a cooptação pelo uso de genéricos. Naquela ocasião, o contato com o texto de Lacan (1978), “*Le mythe individuel du névrosé ou poésie et vérité dans la névrose*” parecia um alibi para uma explicação evidente: a de que tal efeito se sustenta, por conta de um eco na subjetividade, em que o sujeito faz uso de algumas “certezas individuais” diante de sua dispersão constitutiva perante o Outro.

⁵² Chamo a atenção para o uso do termo sujeito-narrador quando quero referir-me à função imaginária do sujeito do discurso, conforme a noção de subjetividade de base psicanalítica lacaniana, que atravessa o quadro epistemológico da AD de Pêcheux (op.cit.) e a proposta discursiva de letramento de Tfouni (op.cit.).

Já deixei claro na introdução que estas “certezas”, que contribuem para sustentar a ilusão necessária de origem na posição de autoria tal como preconiza Tfouni (2004, 2005), davam sinais de estarem articuladas ao mito individual. Além disso, estava espantado com o estranhamento da presença quase “literal” de certas histórias da tradição oral em algumas das histórias coletadas. Por conta deste percurso, a análise destas ressignificações (efeito da presença de algumas histórias em outras histórias) fará parte de meu primeiro dispositivo de análise.

É sabido que a posição-sujeito não é o indivíduo empírico, mas marca daquele que emerge diante do cálculo imprevisível da linguagem, tornando possível a assunção da autoria. Isso ocorre por meio dos (des) caminhos dos movimentos de interpretação, quando, diante de um interlocutor virtual que acompanha o que é dito, tornam-se vistas várias posições do sujeito-narrador, veiculadas por meio de formações imaginárias, tais como: suposições de como está sendo entendido, de como se deveria entender, do que não se sabe e é necessário saber para acompanhar o relato, etc.

Nesse movimento complexo, não podemos desconsiderar, como aponta Tfouni (2005, 2008), que a função imaginária do sujeito lida com a dimensão do real no dizer, via pela qual este cálculo imprevisível é surpreendido pela imposição do inconsciente no ordenamento dos significantes. Além disso, a posição de autoria é marcada pelo controle da deriva e por manobras interpretativas, instaladas pelo sujeito do discurso, por meio do uso de “shifters”, nomeações e genéricos.

Considerar tudo isso, é admitir que é possível encarar a materialidade das narrativas orais a serem aqui analisadas por meio de movimentos interpretativos, que mostram a incompletude da linguagem, ao mesmo tempo em que a disfarçam, por meio de um fio tecido com começo, meio e fim. É por trás dessa consideração que está o paradigma indiciário de análise discutido e refinado por Ginzburg (1989), ao qual filiam-se a AD e a Psicanálise.

Ginzburg (1989) explica que surgiu nas ciências humanas, no século XIX, um paradigma de análise, de caráter venatório ligado a uma das atividades mais antigas da humanidade: a caça. Trata-se de um sistema de análise focado nas particularidades, que remete às pistas encontradas ao passado e que tem um dos seus pilares na filologia.

Diferentemente do paradigma galileano, cujos efeitos são conhecidos a partir do conhecimento das causas, fundadas na generalização, aqui o suposto conhecimento das causas de um acontecimento se dá a partir dos efeitos; ou seja, é *a posteriori* que se levantam hipóteses contraditórias sobre as marcas desse acontecimento. Assim, a

análise ocorre somente depois de serem levantadas algumas hipóteses acerca da sinalização, por parte do sujeito-narrador, de algumas pistas no trilhar de seu tecido narrativo.

No caso da formação do *corpus*, isto leva a considerar o processo contraditório do percurso do sujeito-narrador entre o tecido aparentemente linear do relato e a aparição de determinadas pistas, que põem em relação o efeito ideológico de generalidade a despeito da singularidade envolvida no manejo dessas pistas.

Como aponta Tfouni (1992a), nesse referencial interessam os “dados marginais”, os dados como indícios e seus gestos interpretativos. Isso porque, como aponta Orlandi (1996), é na opacidade da linguagem que se sustenta a relação indireta do pesquisador com o “objeto” pesquisado.

Dentro deste debate, é válido resgatar como Orlandi (op.cit.) alinha o paradigma indiciário de análise discursiva ao paradigma interpretativo da epistemologia histórica. Dessa forma, os fatos de linguagem implicam a superação da divisão entre sujeito e objeto, e entre interior e exterior, tal como já aponte no capítulo anterior.

Considerando isto, a interpretação dos dados “marginais” é operada a partir da complexa e cara relação que o sujeito mantém com o que deixou de ser dito, o que implica lidar com a memória discursiva, e que se refere ao esquecimento número dois em Pêcheux (1993). Assim, não interessam as categorias sociológicas do sujeito-narrador, mas o efeito consitutivo da ideologia no dizer; se essa relação é tortuosa, é porque é heterogênea a maneira de a ideologia tornar os sentidos evidentes.

Em AD, portanto, é o movimento entre as evidências ideológicas dos sentidos e suas rupturas refletidas na materialidade discursiva que interessa analisar. Ao lidar, portanto, com esta polissemia dos sentidos, não pretenderei buscar sentidos latentes, mas confrontar universos semânticos estabilizados, articulados na forma do discurso narrativo.

Portanto, essa é uma estratégia de análise que considera o imprevisto na linguagem, mas que parte da marcação pontual do lugar de onde o sujeito enuncia, dentro das condições de produção do *corpus* a ser analisado.

3.2) A noção de *corpus* em AD

Como afirma Courtine (1989) mexer com a memória discursiva é o que o analista faz com seu *corpus*. Mazière (2005) corrobora esta afirmação mostrando de que maneira em AD a noção de *corpus* passou a considerar as passagens das seqüências discursivas pelas “redes de memória” (expressão de COURTINE, 1982). Orlandi

(1996), por sua vez, destaca outro aspecto dessa noção, a de que o *corpus* é um conjunto de enunciados em que teoria e análise se concatenam e se confrontam.

Mazière (2005) ressalta esse aspecto porque os *corpora* em AD foram inicialmente formados por textos políticos, no sentido mesmo de manifestações da política representacional partidária. Adiante, explica essa mesma autora, quando os analistas alargaram a preocupação estrita em analisar somente esse tipo de materialidade (o texto político), passaram a enfatizar a constituição do político na dimensão mais ampla do dizer, além das fronteiras dos textos assim caracterizados.

Mazière (2005) ainda explica que esse alargamento se fortaleceu com a noção de arquivo. Tradicionalmente, o historiador é aquele que “oficialmente” mais lida com os “arquivos”. Para Mazière (op.cit.), em AD começa-se a criticar este viés historiográfico porque ele alimenta a crença em certa estabilidade das formações discursivas (FDs), que tirava de cena o equívoco proeminente no contato entre língua e História.

Num momento em que a tentativa era de superar essa crença, o conceito de arquivo contribui para tal superação, pois, como aponta Pêcheux (1997b), os arquivos articulam a estabilidade dos universos semanticamente estabilizados na forma de FDs, sem deixar de lado a equivocidade presente na dimensão das “coisas a saber”. Até porque é isso que torna possível a deriva dos enunciados, ou seja, a possibilidade apontada por Pêcheux (1997a) de os enunciados se tornarem, irrompendo na forma do acontecimento discursivo.

De acordo com Mazière (2005) tal superação foi possível porque a AD não toma como ponto de partida a postura historiográfica, mas a consideração de que o trabalho historiográfico é apenas mais uma dessas sistematizações dos arquivos, do campo de organização das interpretações dos saberes dispostos na memória discursiva.

Ao considerar o equívoco da língua (o acontecimento obtido por conta do real das “coisas a saber”) o *corpus* passou a ser entendido como lugar de configurações presentes na complexidade do horizonte social. Não se trata, portanto, de possuir um tratamento conteudístico na forma de um conhecimento para um acontecimento histórico na língua, mas de problematizar a dimensão sócio-histórica deste lugar, colocando em confronto diversos arquivos por meio de *corpora* de diversas procedências.

Sobre a trajetória da noção de *corpus* em AD, Mazière (2005, p.57) afirma:

Assim, o *corpus*, transformado em rede de memória, se torna um tipo de dicionário discursivo que integra, em contínuos efeitos de abertura,

reconfigurações, mudanças de estado do *corpus*, ao longo da análise. A construção inclui as “formas de falar”, rotinas, esquematizações. Simultaneamente, esta rede de memória se tornará, no decorrer da escrita da análise, construção de novos enunciados abrindo novas regiões do *corpus*⁵³.

Corroborando mais uma vez a autora, podemos afirmar que a noção de *corpus* considera que a análise trabalha na fronteira tênue e imaginária em que o interdiscurso irrompe no intradiscurso. Dessa forma, já que o político é a marca de heterogeneidade das formas que o dizer assume na constituição sócio-histórica do sujeito, a construção de um *corpus* de análise supõe remexer essa contradição. Assim, o *corpus* leva a efeito a ruptura com as interpretações aparentemente finitas e saturadas das categorias de conteúdo para dar voz à política cotidiana e ininterrupta da interpretação.

Conforme debatido anteriormente, ao falar de arquivo, também já estamos falando da formação do *corpus*, mas é necessário aprofundarmos as condições de produção, incluindo a noção de recorte (unidade de sentido envolvida com uma questão levantada).

Em suma, para tanto, é preciso, antes de tudo, formalizar de que maneira o material analisado recalca outras formas de dizer. Disso, vem a necessidade em descrever as condições de produção do *corpus*.

3.3) Condições de produção: o discurso narrativo

Henry e Moscovici (1968) apontam que a análise de conteúdo almeja à prévia determinação das condições de produção. Diferentemente, como foi dito, a AD propõe considerar o confronto dos textos entre si e suas relações de retomadas (paráfrases, denegações, repetições, rupturas). Assim, a postura metodológica aqui defendida se pauta nas condições de produção do discurso narrativo considerando a influência apenas parcial dessas condições de produção na formação do *corpus* e não sua influência tomada como referente causal da análise, como é feito na análise de conteúdo.

Em outras palavras, não parto do pressuposto de que descrever as condições de produção vai direcionar as respostas que o pesquisador procura, tal como ocorre no paradigma galileano, de caráter causal, em que se insere a análise de conteúdo. Por conta do caráter venatório, de retorno ao passado e, no caso, à memória do que foi (não)

⁵³ No original: “Ainsi, le corpus, transforme en « réseau de mémoire », devient une sorte de « dictionnaire discursif » qui intègre en continu l’effet des ouvertures, reconfigurations, changements d’état du corpus, tout au long de l’analyse. La construction inclut les « manières de parler », routines, schématisations. Simultanément, ce réseau de mémoire devra, au cours de l’écriture de l’analyse, construire de nouveaux énoncés ouvrant de nouvelles régions du *corpus* ».

dito, ressalto aqui que as condições de produção sinalizam apenas o esboço do campo de possibilidades que o sujeito tem para emergir nas diversas posições-discursivas.

Ocorre que, a cargo da ideologia, essas interpretações ganham relativa (não) visibilidade ou mesmo tornam-se gestos anônimos. Isso porque a ideologia faz crer na transparência do sentido acerca do anonimato das produções orais, anonimato este a que este trabalho contrapõe-se. Não nego, porém, a força ideológica de suportes materiais – partida e chegada do mecanismo ideológico (como os livros, os arquivos documentais, etc.) que jogam as produções orais letradas num patamar de explícita desigualdade. Mas considero que é encarando tal contradição que posso contribuir com o jogo discursivo constitutivo das práticas letradas.

Em suma, como aponta Côrrea (1997), a “narratividade” é própria do ato da enunciação, não sendo, portanto considerada numa tipologia (gênero textual). Em relação à formação do corpus deve-se considerar que essa atividade se organiza como discurso. E não se trata de qualquer forma de organização do discurso; refiro-me ao discurso narrativo proferido por “dona” Madalena.

Torna-se importante, assim, retomar algumas informações introdutórias a respeito dessa contadora de histórias para mostrar de que forma sua posição simbólica configura uma assertividade delimitada, sobretudo, por sua história interacional. Parafraseando Lacan (1998b), esta assertividade se mostra por sua maneira própria de utilizar construções simbólicas correlatas a seu mito individual. Por meio disso, ela se destaca em meios às práticas sociais como mostrava há pouco para se apropriar da organização imaginária do discurso narrativo.

É por meio do discurso narrativo que “dona” Madalena marca sua efetiva participação nas práticas letradas. A assertividade que essas narrativas proporcionam está marcada simbolicamente em sua rede interacional e em seus modos de lidar com histórias, que têm um lugar especial na sua história.

Refiro-me aos locais em que já foi (velórios, creches, âmbito privado, viagens de excursão, etc.) e àqueles que ainda vai contar essas histórias, como recentemente (2007), numa creche infantil do bairro onde mora. Tais marcas visíveis conferem-lhe um tipo de reconhecimento social que considero fortemente marcado na escrita; a marcação simbólica da grafia e do traço no papel (que, embora de forma disfarçada, mesmo na escrita alfabética, porta enigmas) dá lugar ao enigma da presença marcada pelo corpo e pela colocação em cena de um espetáculo cênico de um drama social narrativizado.

Trata-se ainda de uma forma de resgatar aspectos de subjetividade disfarçando-os por meio de questões polêmicas, concernentes a todos e, por isso, compartilhadas coletivamente. Isso é possível devido ao caráter lúdico da narrativa. Conforme Orlandi (1987) no discurso lúdico não há fechamento total do sentido; além disso, há a possibilidade maior de reversibilidade de papéis desempenhados pelos interlocutores.

Este trânsito entre o público e o privado, entre o coletivo (questões aqui remetidas às formas míticas) e o particular (subjetividade) permite ao sujeito-narrador galgar posições discursivas previamente desconhecidas dele mesmo; e que se efetivam quando ele é autorizado pelos outros (e pelo Outro) a contar suas histórias e assim enredar publicamente a particularidade local do drama de cada ouvinte.

Independente do número de ouvintes, este enredo concerne ao ouvinte, como também me envolveu nas sessões de registro do material. Penso que também concerne a todos que participam ou já participaram dessas sessões. O envolvimento na escuta é em parte devido à maneira de “dona” Madalena arquitetar uma “cena enunciativa”, em abrir espaço e instalar uma expectativa sobre a história que vai contar dali a instantes. Desse modo, faz uso dessas histórias como uma marca simbólica diante de outros tipos de discursos. Do mesmo modo que muitas vezes é necessário delimitar o espaço de uma argumentação, recorrendo a este ou aquele tema, aos diversos tipos de discursos (pedagógico, joranalístico, científico, religioso) como lugar de autoridade, a postura de dona Madalena é a de quem delimita um lugar discursivo, quando enuncia qual história vai contar naquele momento. Isso é feito inclusive por meio de uma pausa, uma reflexão inicial sobre qual narrativa será contada naquele momento, o que lhe confere certa assertividade.

O enlace ao Outro me permite explicar, de forma mais teórica, que essa assertividade também se consolida por meio do efeito de leitura que o discurso narrativo torna possível. Isso ocorre por meio da relação entre texto e textualização.

Chegando mais perto de abordar o quê, portanto, do discurso narrativo está colocado em jogo, é preciso lembrar que este trabalho trata das práticas letradas de posições-sujeitos tal como são afetadas pela ideologia; mais precisamente, do discurso narrativo na forma oral. Dessa maneira, é preciso implicar esta discussão sobre subjetividade à noção de texto (ORLANDI, 2001a) e de textualização (GALLO, 1995), as quais recorrem à relação entre sujeito e sentido.

Conforme aponta Orlandi (2001a), para haver interpretação é necessário que haja textualidade. Para esta autora os processos de significação (a atribuição de sentidos

sócio-históricos, por meio da qual aparece o sujeito) são possíveis porque os significantes seguem uma textualidade, ou seja, sustentam-se numa “exterioridade” constitutiva (memória discursiva, interdiscurso) que sustenta uma “realidade significativa” (ORLANDI, 2001a, p. 52).

Essa realidade significativa na qual insiro o “discurso narrativo” está provida de uma exterioridade constitutiva que recorre às diversas vozes da oralidade, vozes estas que tomam a forma de arquivos, no sentido de uma textualidade que não é documental, mas discursiva. Isso se justifica ainda pelo efeito de textualização (completude) a cargo dos mecanismos de contenção da dispersão da oralidade. A partir disso, resta analisar a que discursos o sujeito-narrador recorre e quais ficam calados por mecanismos imaginários concernentes à ideologia? Por quais o analista consegue interpretar indícios, tal que apontem a participação do sujeito, entre as formas (enigmáticas, do ponto de vista do real e individuais) do mito e da posição de autoria nas práticas letradas?

Retomando os capítulos iniciais, quando discuti a noção de sujeito, é sabido que não há linguagem sem sujeito, nem o sujeito está fora de sua condição de intérprete, por conta da própria estrutura simbólica. Mas qual a implicação desta relação entre sujeito e sentido, que configura tal condição de intérprete como discurso narrativo? Tal implicação não vem apenas pela exterioridade das “coisas a saber” transformada em texto, mas também pelo efeito de unidade de sentido (conceito de textualização de GALLO, 1995).

É no resultado entre esse tecido narrativo textualizado, no qual temos vários sentidos a que as várias vozes da oralidade se filiam, e este efeito de unidade que o sujeito posiciona-se pela autoria.

Vemos, portanto, que o discurso narrativo possibilita ao sujeito um lugar nas práticas letradas. Isto também é possível pelo efeito de texto e de textualização. Isso requer considerar os efeitos das posições-sujeito circunscritas sócio-historicamente, acrescidos de retroação (termo de TFOUNI, 2005) e de fechamento (termo de GALLO, 1995).

Disso vem a necessidade em delimitarmos como as condições de produção de uma atividade interpretativa específica do sujeito, no caso contar histórias, e não qualquer outra, marcam as posições-sujeito sob a forma aparente de discurso narrativo (começo, meio e fechamento). Está em jogo aqui investigar quais possibilidades de circulação existem para o discurso narrativo nesta FS do modo de produção capitalista (MPC), que inclui o sujeito jurídico.

Em relação a esse aspecto, é válido o comentário de Mariani (1998), que entende a discursivização como parte de um processo que se mostra por meio da memória discursiva, forjando a esta um efeito de completude.

Neste momento considero também importante fazer uma breve retrospectiva acerca de como este “objeto de estudo”, a “narrativa”, foi tratado na Lingüística. Sobre ela, Barthes (1971) aponta que não há agrupamento humano sem narrativa, o que leva à consideração de uma multiplicidade de pontos de vista (histórico, psicológico, sociológico, etnográfico) para estudá-las.

É muito conhecida ainda a definição de Labov & Waletzky (1967) sobre narrativas, a qual as entende numa estrutura fechada, pelas relações entre a experiência factual e a verdade dos fatos. A definição dos autores é importante porque estabelece parâmetros estruturais para o reconhecimento de uma narrativa, como: a presença de conectivos, que encadeiam um texto; sua delimitação no tempo; a marcação temporal dos acontecimentos. A partir de outro lugar teórico em relação a esses autores, entendo que é isso que delimita as narrativas como “objeto de estudo”; claro que dentro do paradigma científico galileano dominante e em sua contradição com o indiciário.

Perroni (1992, p. 21), por sua vez, relata que em abordagens tradicionais da Lingüística, que se basearam na “roupagem de um pensamento pré-construído”, houve um impedimento da consideração dos aspectos sócio-históricos do discurso narrativo.

A propósito ainda desse impedimento, Scholes e Kellogg (1977), por exemplo, apontam a narrativa como uma forma de transmissão de crenças e valores sócio-culturais, o que favorece a internalização de valores sociais. Para esses autores, elas expressam preocupações, temores, aspirações, sendo simulacros da vida que permitem envolvimento do público sem muito envolvimento com as conseqüências da vida real, inevitavelmente tocada pelos relatos. Embora esses autores não considerem a presença da autoria em narrativas orais, considero a pertinência de suas colocações porque, como aponte na introdução deste trabalho, contribuem para problematizar o fortalecimento da separação entre mito e história.

A problemática dessa separação também é ressaltada por Vernant e Vidal-Naquet (1991) quando analisam o percurso histórico das tragédias gregas e por Bettelheim (1980), quando aproxima o saber psicanalítico dos contos de fada. Para este autor, os contos de fada alimentam a imaginação e a fantasia da criança por responderem em parte às questões que fazem parte da constituição de sua historicidade enquanto sujeito.

Há ainda a concepção de Benjamin (1994) que considera a História, mas não sob o prisma dos indícios, e da contradição entre o sujeito e o sentido. A meu ver, ele trata da História de uma maneira idealista, pois vê na tecnologização do mundo contemporâneo um acontecimento que tem impedido o homem de tecer relatos de sua vida pessoal. O idealismo reside justamente na crença nesse impedimento e numa possível reviravolta revolucionária que o resgate da atividade de contar histórias proporcionaria. Ora, essa prática resiste porque faz parte da própria condição do sujeito como intérprete. Por conta da própria filiação sócio-histórica dos sentidos, não há que se preocupar com o “fim” das narrativas, como o autor parece temer.

Tendo sido consideradas essas condições de produção, é preciso apresentar o *corpus*. Ele é composto das seguintes narrativas: Joãozinho Ladrão; João e Albino; Os bichos colhendo trigo do rei; A Primeira Briga do Casal; O Espirro; O Comedor de Couve; A Mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha; João Geló; O Cachorro era amigo do gato; As três estrelas de ouro na testa; A Branca Flor de Antuninho; A Ignorância da Siá Cândia; Os três filhos gêmeos; Joãozinho querendo passear na casa da namorada do Zézinho; O besouro e a cigarra; Piqueno Piqueninho; Codorna; O judeu padrinho das crianças; O casamento do leão⁵⁴; Djoba Djoba; Joãozinho do Carmo; Cravo Roxo; Bom dia minha rosa, bom dia meu cravo; Príncipe loiro; Pescador (Tatu encantado); Sargento verde; Pavão misterioso; Sentinela de meu pai; O casamento da raposa com o Luís cacheiro; Pedro Malasarte; O homem que estava na cadeia; Guerra é guerra; O casal de velhos; Cativoiro. Trata-se de apresentar o corpus sem ainda abordar a delimitação de seqüências discursivas de referência (SDRs, SERRANI, 1997) ou de recortes.

As primeiras narrativas, em número de doze, já haviam sido coletadas e transcritas sob supervisão da Profa. Dra. Leda V. Tfouni, orientadora desta pesquisa, entre o final dos anos de 1980 e início da década de 1990; as restantes, bem como o material que segue foram por mim coletadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2006. Além dessas narrativas foram coletadas e transcritas as seguintes modinhas: Relato do descobrimento do Brasil; Músicas evangélicas; Música do jogo do bicho. Em 2007, ainda foram gravadas as cantigas “Garça; Juliana e Viola de Pinho”.

⁵⁴ A riqueza do *corpus* pode ser notada, por exemplo, no fato de que “dona” Madalena insere uma cantiga nesta narrativa (“O casamento do leão”). Tal fato chama a atenção, mesmo porque Cascudo (1984) aponta a raridade deste tipo de inserção na literatura oral brasileira.

Informo ainda que essas narrativas orais foram registradas em áudio, na casa de “dona” Madalena durante várias sessões e transcritas por mim⁵⁵. A cada encontro, era “dona” Madalena quem escolhia a narrativa que seria contada, dentro de um vasto arquivo por ela organizado.

Tendo feitas essas considerações, meu intuito é analisar no plano da enunciação como a narrativa é contada por meio de um jogo de ditos e não ditos, jogo este que tem sua complexidade marcada pela imprevisibilidade. Dessa imprevisibilidade, aparecem marcas discursivas de antecipação, retroação, retomada explícita do dizer e de formas discursivas dispostas nos usos cotidianos da língua que interessarão à análise. Com isso, considera-se como o sujeito-narrador se mostra sempre atento ao acompanhamento do ouvinte ao seguimento do fio intradiscursivo.

Faz parte desse modo de contar as histórias, diferenciar voz de personagem e voz de narrador, o que aparece também nas transcrições realizadas. Sendo assim, nos recortes aparecerá as indicações “v.p.” (voz de personagem, seguida do nome do mesmo) e “v.n.” (voz de narrador).

Além disso, é preciso dizer que no transcorrer da análise, serão apresentadas as sinopses de algumas narrativas somente quando isso se torna necessário para acompanhamento dos trechos que resultaram nos recortes apresentados; ao final e entre parênteses, aparecerá também a indicação da narrativa da qual os recortes foram retirados.

3.4) Formação do *corpus*

Com essas considerações sobre a noção discursiva de *corpus* e a descrição das condições de produção, retorno para a questão da posição do analista do discurso, por meio da qual o *corpus* é formado. Como aponta Orlandi (1996), a noção de *corpus* torna mais explícito que existe um conjunto de enunciados de várias dimensões, constantemente reconfigurado, não por uma teoria pronta, mas tomando por base um processo inacabado de escrita e de teorização, posterior à análise.

Neste ponto do debate sobre teoria e análise, o *corpus* discursivo pode ser entendido, conforme Serrani (1997) como a materialidade lingüística (por exemplo: documentos, entrevistas, etc.), cuja análise permite ao analista, sobretudo, a retomada de suas perguntas iniciais. Para operar essa retomada, Serrani (op.cit.) afirma que o analista

⁵⁵ Neste momento, é válido apontar que em AD não se encontram muitas pesquisas que se ocupam de *corpora* orais. A este respeito, ao propor análise de reuniões institucionais a partir de um dispositivo teórico ligado à noção de objeto discursivo, Sitri (2003) realiza uma revisão teórica do quadro da AD e destaca a raridade dos *corpora* na forma oral.

elege as seqüências discursivas de referências (SDRs), por meio das quais confronta as formações discursivas, em seus efeitos de evidências ideológicas ligadas à memória discursiva (maneira pela qual a História afeta a língua). Ou seja, o *corpus* é formado principalmente pela coleta empírica do material de análise, sendo que essa segue o estabelecimento de um recorte (unidade de sentido, já afetada por um dispositivo teórico e por uma questão inicial) por meio do qual o analista interpreta paráfrases, recorrências, repetições.

Resumidamente, este trabalho de análise está delimitado pelos princípios iniciais da AD. Conforme Courtine (1981) tais princípios incluem: a delimitação de um espaço (conforme as questões iniciais, no caso, relacionando mito e autoria); procedimento lingüístico de determinação política das relações entre os textos (incluindo as formas de os enunciados serem mobilizados de forma a “extrapolar” a língua, por meio, por exemplo de neologismos, marcas específicas, etc.); demonstração da relação entre suporte lingüístico e exterior (ou seja: Quem fala? Como aborda diferentes “temas”? De que condições o discurso é produto e como está disponível a interpretações?) Conforme já foi discutido a respeito da relação entre dispositivo teórico, analítico e a noção de arquivo, a cada mobilização de um dispositivo teórico, cada posição de analista constrói um dispositivo analítico singular.

É importante afirmar com isto que o analista, na ocasião da “escolha” do recorte também está afetado pelos mecanismos ideológicos de evidência de pelo menos um sentido do que é dito. Isso não impede a relativização dos indícios encontrados em relação aos diversos lugares da memória discursiva mobilizados.

Neste trabalho, trata-se do trabalho de análise com um *corpus* heterogêneo, cuja procedência é do relato oral transcrito. Essa heterogeneidade pressupõe inicialmente considerar a relação imprecisa entre a questão inicial sobre mito, ideologia e autoria, para, a partir desse ponto, selecionar seqüências que indiciem mecanismos ideológicos envolvidos com algum tipo de relação com o mito individual. É preciso destacar (cf. GALLO, 2009) que é o recorte que parte da adequação temporária das questões iniciais da pesquisa a um dispositivo teórico que guia a seleção das seqüências. Desse modo, o recorte mobilizado sobre as paráfrases (as retomadas de histórias em outras histórias) dará origem às SDRs presentes nas diversas narrativas que se sobrepõem. Adiante, nas seções seguintes, outros recortes guiados por outras questões iniciais darão origem a outras seqüências discursivas.

A respeito da noção de recorte, Orlandi (1996) aponta que na perspectiva discursiva só é possível falar em *corpus* a partir de recortes de determinadas condições de produção, que implicam a enunciação num contexto tanto restrito (no caso, feito por meio de marcas lingüísticas presentes no relato das histórias, fornecido ao pesquisador) quanto atravessado pela memória discursiva, o que permite o retorno do analista às questões iniciais.

A seleção de recortes já é parte da análise do *corpus*. Estes sinalizam diversas posições discursivas. A partir dessas considerações, é possível, no momento da análise, deslocar-me desta posição, cujo caráter é automático, para estranhar sentidos aparentemente óbvios e re-instalar a disputa de sentidos.

Para Orlandi (1987), assim, o recorte é um fragmento dessa unidade discursiva, que permite ao analista deslocar-se do efeito ideológico. Assim, ele permite um deslocamento do caráter automático pelo qual atua a ideologia. Se não existe linguagem sem sujeito, nem este sem ideologia, como afirma Pêcheux (1993), esta é constitutiva do sujeito e da linguagem. Entretanto, o recalque ideológico não me impede de analisar por que algumas regiões de sentido são mobilizadas (seja por denegações, paráfrases, etc.) e não outras, e de que maneira funcionam para articular formas do mito na posição de autoria.

A noção de recalque ideológico de Pêcheux (1993) mostra que este caráter automático da ideologia é necessário para que o dizer não se “interrompa” a cada instante num ritmo de modalização que o tornaria inviável. Considero oportuno já adiantar que permaneci atento ao tom dessa modalização, que sugere a localização do sujeito diante do Outro e, assim, de sua relação à alienação ao mito individual, sendo que é isto que procurarei mostrar com a análise.

Por meio da análise, portanto, tomarei como ponto de partida várias marcas lingüísticas que sinalizam a maneira de o sujeito-narrador empreender gestos interpretativos no fio da significação (intradiscursivo), constantemente afetado por regiões de sentido dispostas no interdiscurso.

Para isso, a análise considerará os modos de a superficialidade lingüística se mostrar. Considerando isso, minhas estratégias analíticas iniciais incluem perguntas tais como: como essa superficialidade sinaliza determinadas zonas de sentidos? De que modo as formas como o discurso indireto, as substituições, os lapsos, por exemplo, indicam pontos de retroação à memória discursiva?

Por fim, faço saber que os conceitos a serem operados na análise são: FD, ideologia, formações imaginárias e, principalmente, memória, arquivo e acontecimento. Embora sejam conceitos ordinários na AD, a análise os remete ao envolvimento entre mito, autoria e práticas letradas, o que lhes promove re-configurações.

3.4.1) Sentido e interdiscurso

Voltemos rapidamente à introdução deste trabalho, quando retomando a pergunta de Calvino (2000a) sobre a *Odisséia* perguntei quantas histórias há em cada história contada por “dona” Madalena. Reitero que naquela ocasião estava afetado pelo estranhamento de algumas pistas, tais como a semelhança de algumas narrativas coletadas com histórias coletadas na tradição oral. Inicialmente, o principal estranhamento ocorrido foi quanto à semelhança entre a narrativa “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha” e a história “Pele de Asno” (já destacado por Tfouni, 1992c). Isto me proporcionou uma reflexão inicial acerca da relação entre o esquecimento número um e autoria. Essa articulação, que já se encontra em Tfouni (2004), abriu-me a perspectiva para um aprofundamento por conta da relação entre esse esquecimento e mito individual.

Considerando isso, na presente seção, pretendo mostrar que há uma repetição velada nas histórias de “dona” Madalena em relação às histórias da tradição oral, e que aquilo que escapa nesta repetição faz eco no efeito-leitor, tal que é possível interpretar a presença de algumas dessas histórias nas histórias contadas pelo sujeito-narrador, como manobras de distribuição de sentidos, que têm aparência de originalidade. Sem se dar conta disso, o sujeito-narrador parafraseia algumas histórias, ou alguns trechos delas, atribuindo sentidos, bem como sob influência de mecanismos ideológicos.

É sabido, sujeito e sentido não se separam. A partir de Pêcheux (1993) podemos entender que o sentido é uma espécie de “produto” em constante construção pela ideologia, a qual recalca alguns pontos da memória discursiva (interdiscurso) num processo de naturalização semântica que interfere no processo de significação donde emerge o sujeito; a tentativa deste de controlar alguns sentidos a que se aliena faz com que seja afetado por outros. É dessa forma que o sujeito lida com o jogo político da linguagem. Dentro disso, é sabido que esse “produto” afetado pela ideologia torna o processo de significação uma “segregação” do dizer com a dimensão sócio-histórica, que lhe é constitutiva.

Inicialmente, portanto, meu ponto de partida foi perguntar: como dar sentido, se o sentido é “já lá”? Dessa forma, a análise que segue encaminha uma sistematização das

manobras interpretativas operadas pelo sujeito-narrador ao tentar lidar com alguns sentidos já presentes em histórias da tradição oral; ao mesmo tempo em que ele põe em circulação algumas reviravoltas destes sentidos “já lá”, “mesclando” elementos da forma oral do arquivo com efeitos de atualização.

A investigação mostrará que algumas histórias contadas por “dona” Madalena já se faziam presentes em cânones orais, tal como aparecem nas coletas de Perrault (1999), Câmara Cascudo (2003b), Sílvia Romero (1954) Monteiro Lobato (1952). Disso decorre uma discussão sobre a contradição entre oralidade e escrita, a ser apresentada na sequência das análises dos processos de resignificação.

Um dos meus pontos de partida para lidar com esse dispositivo de análise se encontra em Tfouni (1992c), quando esta autora sinaliza que algumas histórias de “dona” Madalena estão impregnadas por outras histórias. Esse apontamento se referia apenas à semelhança entre a narrativa “Pele de Asno”, de Perrault (1999) e “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha”. Como ponto de partida também considero relevante citar Tfouni e Melo (2001) que, utilizando-se do conceito bakhtiniano de carnavalização, apontam para os movimentos de resignificação da paródia do filho pródigo, presente na narrativa “Joãozinho Ladrão”.

Diferentemente, nos casos aqui apresentados, partirei fundamentalmente das noções de memória e arquivo, já apresentadas para discutir a ligação entre a posição de autoria e a constituição do sujeito pelo mito individual.

Na próxima seção, portanto, veremos como uma das maneiras de encarar as reviravoltas do discurso narrativo em relação aos processos de textualização ocorre por meio de processos de resignificação. Este dispositivo inicial de análise toma por base as narrativas: Pedro Malasarte; A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha; Sargento Verde; O Besouro e a Cigarra.

Em acordo ao paradigma metodológico de cunho marcadamente interpretativo, ressalto que não fez parte do procedimento de registro e organização do material pedir que “dona” Madalena contasse histórias que já eram reconhecidas pelo título no universo oral. No transcorrer da coleta, ocorreram alguns estranhamentos relacionados ao que denomino processos de resignificação, presentes nessas histórias. Somente *a posteriori*, pelo “reconhecimento” (efeito de literalidade?) das narrativas contadas, fui em busca de analisar estes mecanismos de resignificação.

3.4.2) Processos de resignificação nas narrativas

3.4.2.1) “Pedro Malasarte”

Cascudo (1984, p.253, 255) explica que Malasarte é um “tipo central da novela picaresca (...) especialmente na novelística espanhola e italiana dos séculos XVI e XVII”, e que “desenvolto, airado, cínico, fura-mundo, inesgotável de expedientes, e fértil em habilidades inescrupulosas”, participa de aventuras que “são convergências de episódios tradicionais europeus, espalhados na novelística popular e agrupados sob seu nome em Espanha (...) vindos para o continente americano”.

Sílvio Romero (1954), por sua vez, aponta que há várias versões das várias aventuras de Pedro Malasarte (ou Malazarte⁵⁶), incluindo-se as de Pedro Udermales, versão encontrada em países de língua espanhola. Dentre essas versões, temos as aventuras de Pedro Malazarte, tal como encontrada em Cascudo (op.cit.).

Dentre as pequenas histórias agrupadas por este folclorista, sob o título de “Seis aventuras de Pedro Malazarte” (*idem*, 2003b), a presente análise se atém à primeira delas por conta dos pontos de aparente semelhança e familiaridade com a versão apresentada por “dona” Madalena.

Cascudo (2003b) nos traz a história de dois irmãos de origem pobre, João e Pedro. O primeiro deles sai para trabalhar na roça e é explorado durante um ano, pelo fazendeiro patrão, por meio de contratos impossíveis de serem cumpridos. Com o retorno do irmão, Pedro busca trabalho no mesmo lugar para vingá-lo. O fazendeiro o faz prometer que não rejeitará serviço e que lhe tiraria o couro caso se zangasse ou revoltasse com algum pedido. No primeiro dia, Pedro vai trabalhar em um milharal sob promessa de voltar para almoçar somente quando a cachorra que o acompanhava também voltasse; assim, ele espanta a cachorra com uma surra e consegue ir almoçar.

Seguem-se vários desafios impostos pelo patrão com o objetivo de deixar Pedro zangado. São eles: limpar uma roça de mandioca, o que ele faz limpando inteiramente o terreno; arrancar madeiras sem nó, o que Pedro faz retirando todas as bananeiras da roça, pois bananeira não tem nó; colocar o carro de boi numa salinha pequena, sendo que Pedro atende ao pedido picando a madeira do carro e esarteando os bois. Por fim, quando o patrão lhe pede para vender os porcos, ele os vende com os rabos cortados, e implanta os rabos dos animais na terra. Mesmo tendo vendido, Pedro alega ao patrão que a venda não foi possível, e que os rabos implantados na terra são uma

⁵⁶ Ambas as grafias são encontradas nas versões coletadas por Posada (1984) e Cascudo (1984, 2003).

espécie de marcador para ele controlar a futura venda dos porcos. Ele explica, então, ao patrão que a cada porco vendido, um rabo de porco seria retirado do solo, quando, na verdade, os porcos já haviam sido vendidos sem rabo. O patrão, portanto, é enganado, pois enquanto pensava que os porcos eram vendidos, eles já haviam sido vendidos e Pedro havia guardado o dinheiro para si.

O fazendeiro, ao perceber que aquele empregado lhe trazia prejuízos e desavenças, resolve matá-lo numa emboscada. Para isso, combina com Pedro que durante a madrugada trocariam guarda para a vigia do curral. Mais ágil, Pedro combina com a mulher que ela apareceria no lugar previamente combinado com o patrão para verificar a presença deste. Neste momento ela é alvejada e morta, enquanto ele aparece do lado oposto e testemunha o assassinato. Pedro perde a mulher, mas não a oportunidade de aparecer para acusar em flagrante o patrão. Por fim, para não dar queixa à justiça, e para Pedro ir embora dali, o patrão lhe dá muito dinheiro.

Na história contada por “dona” Madalena, Pedro Malasarte vai ao palácio do rei e pede serviço. O patrão, nesse caso o rei do palácio, avisa-o que ele deveria ir almoçar conduzido pela cachorra. Pedro bate na cachorra e esta retorna ao palácio. Ele, então, acompanha-a e almoça. Em seguida, o rei se surpreende com o fato de ele ter carpido todo o terreno. Na sequência, acredita em Pedro Malasarte quando este diz que não vendeu os porcos porque estavam enterrados. O rei aceita que Pedro se case com a princesa por dois motivos. Primeiro, por acreditar que Pedro é de confiança porque ele não teria vendido alguns porcos atolados no brejo, quando na verdade, vendera-os. Segundo, porque Pedro responde ao seguinte desafio: adivinhar quais eram as características de uma porca que se encontrava escondida numa caixinha. Adiante, a trama segue com outros três desafios (um imposto pela princesa e os outros dois pelo pai) a serem cumpridos para que Pedro possa entrar para a família do rei. Ele obtém sucesso nos dois primeiros; no último, ele não é aprovado e a princesa agradece por se livrar dele.

Para iniciar esta análise, gostaria apenas de retomar parte da teorização de Tfouni (2004, 2005), que retoma Pêcheux, para afirmar que antes mesmo dos movimentos de controle da dispersão e da deriva, o autor tece o fio de significação do relato preso à ilusão necessária de que é origem do dizer e de que o que diz traduz seu pensamento. É o efeito de originalidade na autoria.

A prisão a essas ilusões, impostas à função imaginária do “eu” do sujeito-narrador é necessária para que assim o interlocutor compartilhe com ele sua ilusão de

completude. É o caso, nesse processo de ressignificação, da forma pela qual o sujeito-narrador, sem se dar conta dessa operação, faz uso de fiapos de outras histórias em suas histórias que, por sua vez, legitimam a circulação de elementos de saber interdiscursivo. Como sinal disso, vemos o significante “Pedro Malasarte”, que trilha diversas zonas de sentido que circulam na memória discursiva.

No caso, a “semelhança” de algumas partes da história analisada fundamenta-se na coleta realizada por Cascudo (2003b), a partir da qual é possível sistematizar algumas SDRs. Por meio desta estratégia, pretendo analisar de que maneira mecanismos ideológicos e inconscientes permitem ao sujeito-narrador se apropriar destas SDRs para tecer o próprio relato. Como pano de fundo, portanto, temos o pressuposto de que a memória discursiva atua no controle da deriva dos sentidos.

Assim temos a seguinte SDR1 (CASCUDO, 2003b, p. 188): “no primeiro dia foi trabalhar numa plantação de milho. O patrão mandou que uma cachorrinha o acompanhasse. Só podia voltar quando a cachorra voltasse pra casa”.

Na narrativa “Pedro Malasarte”, de “dona” Madalena:

SD⁵⁷ 1 – (v.n.) Ele foi nu paláciu, i, pidiu serviço. Aí, u, u u **rei** pegô, deu **um serviço** pra ele di capiná arroiz (...) u **patrão** falô pra ele assim, ó: (v.p. rei) - A hora qui essa cachorrinha fô, u almoço, lá na hora qui essa cachorrinha fô lá im casa, u caminhu, cê acumpanha ela qui cê almoça.(...) **Essa cachorrinha aqui qui é meu relógio.**(...) (v.n.) Chegaru lá nu paláciu, num era, num era, a – SI - hora di almoço. (v.p. princesa) - Rapaiz, du que qui ocê veio agora? (v.n.) Ele falô: (v.p. Pedro Malasarte) - Uai, eu vim, a sinhora mi, mandô. Eu vim, qui é pa mim vim. Qui u, qui era hora du almoço. **Aquela cachorrinha qui era um relógio.**

Na estratégia de retomada vista no recorte da narrativa de “dona” Madalena, chama a atenção o uso da oração relativa “aquela cachorrinha qui era um relógio”. É na memória discursiva que vemos o efeito de sentido ligado ao controle do tempo no trabalho por meio do relógio. Quero dizer que entre os vários sentidos a que se filiam as artimanhas de Malasarte, temos o sentido atribuído a uma FD dominante sobre o tempo do trabalho, tal como Woodcock (1981) mostra em sua análise da noção de tempo do MPC (modo capitalista de produção).

Woodcock (1981) mostra de que maneira a noção de tempo tornou-se a marca principal das sociedades ocidentais. Essa noção se fundamenta na organização rígida de símbolos mecânicos, como o relógio, por exemplo. De acordo com esse autor, é preciso considerar de que maneira este símbolo promoveu a consolidação da produção

⁵⁷ SD: Seqüência Discursiva

industrial capitalista, na medida em que o empregador vê o tempo como uma mercadoria a mais. O autor segue mostrando como o relógio contribuiu materialmente para o fim da Idade Média.

Woodcock (1981) nos ajuda a entender o sentido dominante do tempo como mercadoria, ao mostrar que a marcação oficial do tempo antes feita pela Igreja Católica, e mostrada nas torres das Igrejas pelos sinos ou por relógios rudimentares, passou a ser feita paulatinamente pelas fábricas, e com a maior precisão propiciada pelos ponteiros dos minutos e dos segundos (pois até o século XIV havia somente pêndulos nos relógios).

É sabido que em AD, a concepção de História não se atém a eventos oficiais, pois este tipo de concepção histórica, a que se poderia chamar de “História oficial” se mantém refém dos sentidos dominantes. Sendo assim, podemos entender que o relógio marcou simbolicamente, e não oficialmente, tal mudança de paradigma sobre a noção de tempo.

Desta maneira, o controle desta base material, por meio da qual a ideologia interfere nas formações imaginárias sobre o referente “tempo” roubou a cena, apostando na precisão da marcação dos ponteiros para garantir a produção de excedente de mão-de-obra e de mercadoria àqueles que detêm grande parte do Capital.

Isso nos leva ao conceito de mais-valia, tal como elaborado por Marx (1989). Sem adentrarmos de maneira profunda à complexidade desta teorização, tão cara a este autor e às releituras de sua obra, basta explicar brevemente a relação entre tempo e mais-valia.

De volta aos indícios que foram pontuados na análise, vemos como é este lugar da memória discursiva filiada a esta FD dominante que significa o tempo do “relógio”, a partir da zona de sentidos do MPC. Isso é marcado pelo significante “relógio” que auxilia o sujeito-narrador no controle da deriva.

Como controle da deriva no fio intradiscursivo, temos em “aquela cachorrinha qui era um relógio” a retroação com “Essa cachorrinha aqui qui é meu relógio”. Isso ocorre pela naturalização do sentido de controle do tempo, marcado pelo significante “relógio”. Essa naturalização ganha força com o uso dos dêiticos “aqui” e “aquela”, bem com o uso de uma oração relativa (“Aquela cachorrinha qui era um relógio”).

Esses fatos sintáticos auxiliam no controle da deriva, pois compartilham com o ouvinte um sentido naturalizado de marcação do tempo no trabalho. Para que haja retroação no fio intradiscursivo, este lugar do interdiscurso não pode ser marcado por

qualquer outro elemento, mas pelo significante “cachorra”, cujo sentido já é compartilhado por ambos.

Em torno à memória de atualidade analisada, cujo parâmetro é a retomada da narrativa coletada por Cascudo (2003b) é possível notar que o controle da deriva, neste ponto da narrativa, é levado a efeito por meio de uma substituição do referente “cachorra”, a qual avisaria Pedro quando ele poderia voltar do trabalho, para o referente “relógio”. Temos aí um deslocamento metafórico. Deste modo, é por meio de um sentido de tempo naturalizado ideologicamente – naturalização esta que supõe um apagamento do processo sócio-histórico da construção da noção de tempo, e cujos fios da memória fui buscar em Woodcock (1981) e Marx (1989) – que é possível ao sujeito se singularizar.

Esse mecanismo é contraditório, uma vez que lança o sujeito, por um lado, no patamar da singularidade, haja vista sua maneira de “recontar”. Nela, o referente não é mais somente a “cachorra”, mas também o “relógio”.

Além disso, é necessário ainda apontar que este mecanismo de controle da deriva ainda se apóia na substituição de “rei” por “patrão”. Isso porque ambos os significantes se filiam a uma FD dominante, aqui denominada FD “poder político”. Mesmo assim, como em AD não há sinonímia, devo considerar que “rei” e “patrão” estabelecem relações diferentes com o lugar recalcado da memória. Ao afirmar “rei”, o sujeito-narrador filia-se ao sentido dominante de uma narrativa de ficção, cuja Formação Social em que se fortaleceu sob o formato do romance escrito assegurou lugar de destaque às figuras da realeza.

Há um recalque da relação entre “serviço”, “empregado” e “patrão”. O sentido dominante filia-se a esse ponto do recalque para somente adiante legitimar a correspondência aparentemente linear que há entre os significantes “serviço” e “patrão”. Dessa maneira, temos uma FD dominante, mas cujo estatuto na memória é de uma naturalização que pode incorrer em momentânea dispersão, quando estabelecemos estatutos distintos entre “rei” e “patrão”, no campo da memória. Isso porque quando enuncia que o “rei” deu um serviço (“capinã arroiz”) começa-se a abrir uma dispersão, que deve ser contida, uma vez que, sob o efeito de naturalização da ideologia, “aquele que dá serviço” é o “patrão” e não o “rei”.

Por falar em dispersão, indo mais adiante, não poderia deixar de considerar o momento em que o sujeito-narrador enuncia “armoço” em “A hora qui essa cachorrinha fô, u armoço, lá na hora qui essa cachorrinha”. Há aí uma espécie de fuga do sentido,

uma vez que é lançado na cadeia, de maneira à primeira vista *non sense*, um significante com o qual somente adiante, o sujeito-narrador irá retroagir. Refiro-me não a uma antecipação de ordem imaginária, mas a uma espécie de irrupção do real, que somente se ajustará *a posteriori*. Esse ajustamento (efeito linear de ajuste dos significantes na trama) ocorre adiante quando o sujeito-narrador diz: “(v.p. Pedro): - Uai, eu vim, a sinhora mi, mandô. Eu vim, qui é pa mim vim. Qui u, qui era hora do almoço”.

Além dessa retomada do efeito dispersivo anteriormente marcado, a inserção desse indício no fio narrativo ocorre ainda por uma filiação à memória discursiva. Subvertendo a ordem de tempo do sentido dominante, marcada pelo significante “relógio”, a ordem do tempo ali disposta em outra região do sentido é “a hora do almoço”.

Acerca desta, Cândido (1997) explica que o modo de vida do caipira paulista é marcado pela colheita, pela hora das refeições e do descanso, pelo momento da caça e da pesca e da sesta. Mesmo diante dos sentidos dominantes, considero que o sujeito-narrador, ao enunciar “hora do almoço”, resgata esta região da memória calada pela urbanização e pelos sentidos dominantes já sinalizados, ao mesmo tempo em que resgata aspectos de subjetividade ligados a esse modo de interação sócio-histórica.

No recorte adiante, quero mostrar como o controle da deriva, ao se articular pela retomada das histórias coletadas por Romero (1954) e Cascudo (op.cit.), também se aliena a uma zona do sentido dominante acerca da relação entre produtividade, tempo e trabalho. É a partir dessa região do sentido que continuam os movimentos de ressignificação do significante “Pedro Malasarte”, por meio de um mecanismo ideológico alienado a uma FD dominante, que estabelece uma correspondência direta entre o significante “priguiçoso” e os enunciados: “ele só fez isso”, “porque cê num fez direitu” e “ele gostava nada, num gostava di fazê nada”.

S D 2 – (v.n.) U Pedro Malasarti, ele, foi nu paláciu, ele era mu, **muitu priguiçoso** (...) (v.n.) Aí ele foi lá. Di veiz dele capiná o arroiz, u mio i u feijão, dereitinho. Ele foi lá, capinô ro, cortô o milho, cortô u arroiz tudu, i, i cortô u feijão, largô matu. **Largô u matu lá.** Aí, a, a cahorrinha nada, num ia imbora. I ele, i ele loco pa cumê. Ele pegô uma vara, falô: (v.p. Pedro Malasarte) - Cê qué vê essa cachorra imbora? (v.n.) Ele pegô u’a vara, i pegô a cahorrinha di, di surra. (...) (v.p.rei) - Eu, agora vô lá vê u serviçu qui cê feiz, pra mim ti pagá, cê disse qui já cabô. Se, u serviçu, já cabô serv, cê chegô, cabô tudu us arroiz, tudu us feijão, tudu us miu qui tava plantadu, i largô us matu. **Ele num capinô nada. Ele só fez isso.** Aí u rei pegô, u rei pegô falô assim: (v.p. rei) - Cadê u mantimentu qui tava aqui? (v.n.) Aí ele falô assim: (v.p. Pedro Malasarte) - Uai, u sinhor num mandô eu capiná, eu carpi. (v.p. rei) - Pedru, era pa capiná u matu. Não era pa capiná u

mantimentu. Desse jeitu num vai não. Eu num posso ti dá mais serviçu. (v.n.) Aí e, a, ele dissí: (v.p. rei) - Eu num posso ti dá mais serviçu, **porque cê num feiz direitu**. Mais eu tenho uns porco, pa oiá, lá imbaxo nu breju, eu vô dexá você vi tomá conta dus porco. (v.p. Pedro Malasarte) - É, eu gosto di tomá conta. (v.n.) **Ele gostava nada, num gostava di fazê nada**.

Logo, no início, vemos que a esperteza e a artimanha dão lugar à caracterização de Pedro Malasarte, como “priguiçoso”. No processo de ressignificação, o sujeito-narrador retroage “num gostava di fazê nada”, “cê num feiz direitu” e “num capinô nada”, com a marcação anunciada no início da narrativa e topicalizada por “ele era mu, muito priguiçoso”.

Há indícios na seqüência que me permitem retomar a versão apresentada por Cascudo (2003b), na qual esse trecho poderia ser atribuído à segunda tarefa imposta pelo patrão, ou seja, de capinar uma roça de mandioca. Nesta versão, o objetivo era deixar o patrão zangado, o que não é possível afirmar na história contada por “dona” Madalena. Diferentemente, portanto, nesta versão, o patrão se zanga e diz “Desse jeitu num vai não. Eu num posso ti dá mais serviçu”. Vemos na relação de alteridade entre ambas as histórias um efeito ideológico. Este se sustenta inclusive na topicalização “ele era muito preguiçoso” que aparece no início da narrativa e a partir de onde os significantes “num gostava di fazê nada”, “cê num feiz direitu” e “num capinô nada” retroagem na mesma zona de sentido instalada pela FD dominante em relação ao MPC.

O interdiscurso nunca é diretamente recuperável. Dois modos de recuperação são o discurso transversal e o efeito de pré-construído (PÊCHEUX, 1993). É nesse ponto que vemos um processo de ressignificação, com a atualização da memória ocorrendo por meio de efeitos de pré-construído. De acordo com Marandin (1997), tem-se o efeito de pré-construído não somente sinalizando o modo indistinguível entre “objeto” discursivo e interpretação, em que esse objeto sofre referências extralingüísticas e com a predicação; em suma, o pré-construído é tido “quando o diferencial interpretativo recorta uma diferença em uma construção ideológica” (*idem*, p.131).

Pelo pré-construído, o mecanismo ideológico é articulado porque faz coincidir as formas que os modos da sintaxe forcem a interpretar a língua. É o que quero mostrar adiante, com o sentido linearizado em “priguiçoso” e o suporte ideológico que, com o uso desse significante, naturaliza uma suposta condição de sucesso ou fracasso.

Tem-se a impressão que o sujeito-narrador retroage com o já dito por meio do assunto “trabalho”. Psicanaliticamente, sabemos que o objeto de que se fala não é um

assunto; é um referente (significante) da subjetividade, em constante construção, utilizado para se falar de outro referente.

O fato marcante desse uso recorrente do sujeito-narrador dos significantes apontados é que utiliza “trabalho” como um significante mestre a que faz alusão, como um objeto de que tem pleno conhecimento. Do ponto de vista das formações imaginárias, tem-se, assim, um suposto domínio do conhecimento mobilizado para marcar como fronteira um espaço de tensão entre a FD apontada como dominante e um eixo de sustentação estável da subjetividade, que se ancora no mito individual, tal como um assunto conhecido de forma objetiva. Trata-se de uma construção imaginária de referentes que se adequam a uma demanda por elementos mais “concretos, objetivos”, naturalizados, a partir dos quais o sujeito-narrador assegura o ato de narrar.

Dessa forma, é possível afirmar que ora o sujeito-narrador se ancora em referentes de sentido “prontos”, ora emerge por meio da subversão dos sentidos dominantes. Por exemplo, quando, ao fazer uso da esperteza e da artimanha mobiliza a memória discursiva das condutas do personagem subvertidas em relação à “preguiça”: Pedro capina o “mantimentu” e não “u matu”. Essa zona de sentido mobilizada pela quebra na expectativa do “fazendeiro” de que Pedro era “priguiçoso” e “num gostava di fazê nada” evoca o sentido já disponibilizado pela memória da esperteza deste personagem.

Conforme Belintane (2009) há neste ponto um destaque para o poder exercido pela palavra. Entendo este destaque da seguinte maneira: quando o personagem diz “u sinhor num mandô eu capiná, eu carpi”, a abertura para a interpretação daquilo que afinal era para “capiná”, pois o referente fica pouco claro, mostra o destaque dado pelo sujeito-narrador à polissemia dos sentidos, bem como o valor do equívoco e da verdade sustentado pela forma oral.

Nas versões de Posada (1984) dessa narrativa, vista no capítulo anterior por meio da análise do anagrama “Malasarte” e de Cascudo (1984, 2003b), a irreverência, a artimanha e a forma de lidar com as dificuldades e com o imprevisto são destaques do *modus vivendis* de Malasarte.

No caso de “dona” Madalena, as seqüências interpretativas estão ancoradas na região do sentido da FD dominante, a partir da qual vemos as significações intradiscursivas sobre “Pedro Malasarte”. Ainda assim, quais seriam as marcas diferenciais da versão de “dona” Madalena dentro dos efeitos de evidência alimentados pela linearidade da memória circundante ao significante “Pedro Malasarte”?

Nesse jogo contraditório dos sentidos, há esta significação filiada ao sentido dominante, mas que não impede a significação de “esperteza” e “artimanha” numa outra zona de sentido, de modo a subverter a ordem estabelecida.

É certo que a apresentação que Cascudo (1984) faz do personagem, tal como trazida no começo desta seção, sugere uma estereotipia, ou seja, uma imagem forjada universal e homogênea acerca de um referente (“Pedro Malasarte”, no caso), que é construída socialmente (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2005).

Não se trata de atribuir para a presente análise um confronto de estereotipias do personagem, mas de considerar como esta estereotipia porta o efeito de pré-construído, que atua na linearidade narrativa sustentada pelo sujeito-narrador. Amossy e Herschberg-Pierrot (2005), discutem a relação entre efeito de pré-construído e estereótipo social. É por meio do que foi formalizado no conceito de pré-construído que a AD trata dessa questão do “estereótipo”, tão cara às ciências humanas e sociais. O efeito de pré-construído sugere uma marca lingüística acerca de um efeito ideológico, que pode ser acessado por meio das formações imaginárias instaladas em redor dessa força de evidência.

Em meio a essas discussões, é válido resgatar um pouco mais a memória discursiva envolvida nos mecanismos ideológicos e nos efeitos de pré-construído da seqüência. Desta forma, trago a contribuição de Antônio Cândido (1997) que nos mostra que a história de Malasarte é velha conhecida da comunidade caipira por ele pesquisada. Nela, vê-se, o alimento é tomado como elemento nodal do enredo, o que também aparece na versão de Posada (1984).

Considerando essa contribuição, pretendo abrir o campo da memória discursiva e romper com o fechamento da interpretação ocasionado pelo efeito ideológico, que naturaliza a conduta de “Pedro Malasarte” como “priguiçoso”.

Isso pode ser feito trazendo o que Cândido (1997) ensina sobre a figura do caipira. Para este autor, o elemento lazer, os momentos de conversa, em que se trocam experiências vividas e os preparativos para as tarefas cotidianas eram partes da organização social do caipira.

O trabalho para a sobrevivência articulado a momentos de descanso ao longo de todo o dia não seguia o imperativo do relógio. A lógica das tarefas cotidianas seguia o compasso das ordens do patrão, invariavelmente um fazendeiro ou o ciclo da natureza, onde se caçava, pescava, plantava ou abria espaço para um momento de “tempo

ocioso”, de fundamental importância para a organização das atividades cotidianas (CÂNDIDO, 1997).

Dessa maneira, o “priguiçoso” Pedro Malasarte dá lugar a um elemento significativo que traz este outro lugar da memória discursiva. Esta hibridização da memória sócio-histórica também é trazida por Cascudo (1984), quando aponta nessa história a presença do traço aventureiro trazido pela imigração portuguesa.

Esse apontamento de outros lugares na memória sinaliza que para o sujeito ocupar pelo menos uma posição no simbólico, faz-se necessário o deslocamento dos elementos da memória que consolidam uma naturalização dos sentidos como vimos com “num feiz direito”, “num gostava di fazê nada”.

Por conta da formação imaginária envolvida nesta naturalização (expectativa de que o interlocutor compartilha estes sentidos naturalizados), é possível pelo resgate da memória discursiva apontar rupturas e reviravoltas, que no imaginário sinalizam que o efeito desta posição de autoria é sustentado por um suposto conhecimento objetivo neutro (no caso, sobre um personagem), que se consolida e circula de maneira aparentemente homogênea na oralidade.

De maneira mais complexa, do ponto de vista enunciativo, é possível notar que existem mecanismos enunciativos, que articulam esta forma do conhecimento objetivo pelo mito individual e pelo funcionamento da ideologia. Sendo assim, a singularidade do sujeito, ao se posicionar pela autoria, é contraditoriamente possível por conta da maneira singular de controlar o jogo político dos sentidos determinados historicamente.

Ressalto que a singularidade não está no sentido dominante. Seria inviável atribuir ao sentido dominante, ao seu poder de quase apagamento da subjetividade, a singularidade. Esta reside justamente na maneira de o sujeito emergir pela organização da linguagem, a qual ocorre também pela via dos sentidos dominantes. Assim, o controle da deriva proporciona um processo de resgate textual de parte dos sentidos, bem como de textualização, pelo qual a narrativa analisada, aparentemente “fechada”, “pronta” e já conhecida, circula de maneira dispersa na oralidade.

Por meio do efeito de textualização, o sujeito-narrador consolida a “certeza” imaginária necessária para tecer o fio intradiscursivo. Essa “certeza” está afetada pela articulação dos significantes apontados por meio de ajustes “ideais”. Dessa maneira, a “retirada” do vacilo, da hesitação, da dúvida, na contradição entre separação e correspondência de verdades subjetivas e objetivas, incide por sua cisão necessária e

uma estabilidade semântica necessárias. É isso que faz com que o fluxo narrativo se sustente com força de evidência e de originalidade.

Essa certeza imaginária do mito individual alienada ao sujeito jurídico contribui com a posição de autoria, à custa da destituição da dimensão do real, que também caracteriza o mito. Isso porque ainda apaga ao sujeito a possibilidade de lidar, ao longo do processo de resignificação, com uma história que circula na tradição oral.

Dessa maneira, a dimensão do real no mito (que sinaliza que a interpretação pode escapar porque os significantes são obrigatoriamente compartilhados) não intervém na posição de autoria, quando alienada ao mito individual. Isso porque esses efeitos de naturalização do sentido “sacrificam” a heterogeneidade do arquivo da forma oral.

Além do que começou a ser discutido acerca de mito e autoria, é necessário discutir o efeito-autor (entendido como uma posição discursiva, possível pelo efeito de unidade e completude da escrita) em função do efeito-leitor (entendido aqui como um efeito de textualização possível por conta da leitura do analista, filiada a uma rede sócio-histórica que permite ver histórias nas histórias).

Isso demonstra como a forma oral do arquivo é testemunhada, compartilhada, por uma dispersão de vozes. Essa dispersão é um indício do real, aqui caracterizado pela coletividade do mito, real este com o qual a posição de autoria, como aponta Tfouni (2005) deve lidar.

Do modo como entendo a incidência desse real na resignificação dessa história, não é possível afirmar que haja uma “versão mais legítima” da história à qual o sujeito-narrador deve se filiar para tecer o fio intradiscursivo. A maneira do arquivo de fornecer subsídios para o sujeito-narrador ocorre pela contradição entre a forma individual do mito (pontos de alienação) e o compartilhamento coletivo do mito (que porta a impossibilidade real de uma verdade sobre a narrativa relatada) com o qual deve lidar.

Nisso, quero apontar que uma das formas da posição de autor lidar com a insistência do real, tal como aponta Tfouni (2005), é articulando sentidos dominantes naturalizados ideologicamente à forma individual do mito.

Vemos assim como há uma escrita do relato oral (no que se refere a seu efeito de texto e a sua textualização), que se articula pelo disfarce de elementos já dispostos na oralidade, ao mesmo tempo em que destes faz uso para assegurar uma posição discursiva, de autoria. Adiante, continuaremos a ver em outros processos de resignificação essa contradição entre os efeitos autor e leitor, tentando desde já iniciar

uma discussão sobre a interferência da dimensão do real na maneira de o discurso narrativo lidar com a oralidade.

3.4.2.2) “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha”

Tfouni (1992c) no manuscrito intitulado “Narrativas populares: criações orais literárias de uma mulher analfabeta” sugere a familiaridade entre algumas partes da narrativa “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha” e a história “Pele de Asno”, coletada por Perrault (1999).

Nesta, vemos o enfrentamento da morte por uma rainha que, antes de morrer, diz que somente autoriza um novo casamento do rei, caso a nova rainha seja mais bonita e sábia do que ela fora. Nesta única possibilidade está incluída a filha do casal. Aversa à tentativa do pai em desposá-la, a filha refugia-se em outro reino e recebe a ajuda de uma fada madrinha, por meio de desafios a serem cumpridos. Dentre eles, estão incluídos os pedidos de vestimentas a serem dadas de presente pelo pai e pelo príncipe. Tendo sido atendidos os pedidos, a fada sugere que, para que a princesa não ficasse refém desses pedidos, pedisse de presente um disfarce numa pele de asno. Por acaso, olhando por uma fresta o príncipe descobre o disfarce. Ele começa a emagrecer, adoece de amor, por conta de seu amor desesperado pela princesa, enquanto seus pais ficam surpresos com uma escolha tão estranha para casamento. Por fim, o príncipe casa-se com pele de asno porque ela atende ao requisito de que para se casar com o príncipe deveria ter o dedo bem magro.

Na narrativa “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha”, “dona” Madalena nos relata a trajetória de uma “porquinha” que tinha hábito de lavar roupa no rio e que começa a ser observada por um rapaz. Ao perceber que se trata de uma bonita moça disfarçada de porquinha, o moço se encanta e resolve se casar com ela. Numa noite em que a moça dormia, o rapaz esconde o disfarce de porquinha, mostrando saber do que se tratava. Enquanto isso, um amigo do rapaz, instigado com o fato de o amigo ter se casado com uma “porquinha” descobre a conduta disfarçada da mulher do amigo. Tamanha revelação desperta nele o interesse em também se casar com uma mulher bonita também disfarçada. Assim, ele procura o proprietário de um chiqueiro para escolher uma “porquinha”. Mesmo com o aviso do

fazendeiro, ele insiste em se casar com uma porquinha que, desta vez, sendo de fato um animal e não uma moça disfarçada o mata⁵⁸.

Em Perrault (1999, p.36, 37) temos a seguinte SDR1: “Diz a madrinha subitamente pegando-lhe a mão: – Não é preciso – diz-lhe à orelha – tomar o melhor caminho; é de fato uma maravilha que você pegue esses dons e tenha uma pele de asno do que tentar se vestir em ouro?”⁵⁹.

Ou ainda, SDR2: “Um dia o jovem príncipe caminhando errante e aventureiro (...) por acaso olha no buraco da fechadura (...) É ela, diz ele, pele de asno, nem ninfa nem bela, e que pele de asno chamam-na por causa da pele que coloca sobre o pescoço⁶⁰” (PERRAULT, 1999, p.41, 43).

Na **SD 6**: – “(v.p. mãe) Pode casá! **Mais fica sabeno que ela é porquinha!**”

Este comentário inserido (“Mas fica sabeno que ela é porquinha!”) pelo sujeito-narrador em tom de alerta faz uso de uma relação de retomada, ao mesmo tempo em que de exclusão dessa parte do enunciado em relação àquilo que circula na história coletada por Perrault (1999). No caso, o alerta também serve de eixo para a retroação que se instala no fluxo intradiscursivo. A descoberta de que se trata de uma porquinha verdadeira no segundo casamento retroage com o aviso de que se tratava de uma porquinha, ainda que disfarçada, no primeiro.

Outro efeito de ressignificação da trama protagonizada pela porquinha pode ser vista pela seguinte SDR3 também retirada de Perrault (1999, p. 40): “Cuidava-se no próprio toucador”, que é discursivizado da seguinte maneira na narrativa em análise aqui:

SD 7 - (v.n.) Aí a porca ficô com zóio nele memo, que só vendo. Dançaro... então sai. Aí quando foi na hora de durmi, no toalhete, tudo, **as noiva tem aqueles toalhete bonito**. A porca oiô, oiô, oiô assim, acho que viu ela memo, ela no espeio assim, porque a gente oiando, a gente vê. Então ele pegô e foi assim memo.

⁵⁸ Um possível ponto de análise a ser apontado e que aqui não será explorado mais aprofundadamente refere-se ao efeito dispersivo de “casar-se com uma porquinha”. Vemos aí a incidência de um lugar da memória discursiva ligada à preferência no casamento por mulheres asseadas. Desta forma, a opção por uma mulher “porquinha” subverteria a moral vigente, sendo necessário apontar o processo de denegação envolvido neste efeito de sentido.

⁵⁹ No original: “Sa marraine aussitôt la prenant par la main: “Il ne faut pas, lui dit-elle à l’oreille, demeurer en si beau chemin ; est-ce une si grand merveille que tous ces dons que vous en recevez, tant qu’il aura l’Âne que vous savez, qui d’écus d’or sans cesse emplit sa bourse ? (idem) »

⁶⁰ No original: « un jour le jeune Prince errant à l’aventure (...) par hasard il mit l’oeil au trou de la serrure (...) c’est, lui dit-on, Peau d’Âne, en rien Nymphé ni belle et que Peau d’Âne l’on appelle, à cause de la peau qu’elle met sur son cou (idem)».

No caso analisado, há um conhecimento da realidade a ser compartilhado com o interlocutor em “as noiva tem aqueles toalete bonito”, cujo caráter é, digamos assim, informativo; está submetido ao efeito de unidade e universalidade da ideologia e pode ser “traduzido” pelo dispositivo de análise “Todo X tem Y”. Este dispositivo de análise tem a forma de um genérico discursivo, o que fortalece a imposição do sentido universal a ser compartilhado com o interlocutor.

É dessa forma que o sujeito-narrador usa um sentido naturalizado, que serve de estratégia, neste momento da ressignificação e aparece como marca do mito individual. Isso porque este conhecimento universal se sustenta numa suposta separação entre verdades objetivas e os mecanismos de atribuição de sentido, que se entrecruzam obrigatoriamente em sua verdade singular, mas aparecem na forma de uma verdade universal.

Temos, portanto, no controle da deriva, uma aliança discursiva entre o conhecimento de mundo do sujeito-narrador, o efeito da ideologia, e a forma individual do mito que sustenta a verdade supostamente neutra e objetiva deste mesmo conhecimento do mundo.

No caso analisado, outro ponto importante a ser mencionado é o mecanismo de atualização, por meio da memória discursiva. Serrani (1997) retoma Courtine (1982), para quem a análise pautada em SDRs deve referir-se ao domínio de memória, apresentado sob forma de atualidade e de antecipação. É o que pretendo mostrar na análise do recorte abaixo:

SD 8 – (v.n.) E ele ficô muito sastifeito com a leitoinha. E eles foram morá numa **casinha**. (...) E... e quando à noite que ela ia durmi, ela tirava o vestuário de porquinha e virava aquela linda!... Aquela linda mulher. Mais mulher bunita memo! E depois fazia tudo o **serviço da casa**, e depois tornava a vesti de porquinha. E ficava sempre considerano uma leitoinha dentro de casa.

No recorte, “casinha” e “serviço de casa” funcionam como marcas de um acontecimento discursivo, porque fazem migrar entre as FDs dominantes traços de ruptura com os sentidos parafrásticos que as antecedem. Isso inclui o rompimento com o sentido dominante nas narrativas de ficção, do “final feliz”, que na narrativa de “dona” Madalena tem como protótipo morar num palácio.

Na seqüência desta zona dominante do sentido, temos a moradia numa “casinha” em que se faz o “serviço de casa”, cuja ruptura pode ser vista se tomada como referente a “princesa”, de Perrault (1999). Dessa forma, é deslocando-se deste referente, da FD dominante, que o “serviço de casa”, retroage com “casinha” e fornece ao sujeito-

narrador, pela retroação de elementos de mesma FI articuladas na mesma FD, o recurso que sustenta a linearização do fluxo narrativo.

Assim, como é sabido, não há ruptura total em relação à história de Perrault (1999) porque os sentidos são relativos a uma formação imaginária que inclui, nesta operação de atualização da memória, o sentido dominante.

Encerrando a análise desta passagem, posso afirmar que o controle da interpretação ocorre por meio da filiação à rede de memória das vozes da oralidade (mais uma vez, a literalidade da retomada de outra narrativa, neste caso, “Pele de Asno”) e pelas filiações ao sentido dominante.

Adiante, pretendo analisar o efeito ideológico de “final feliz”; para isto, vejamos a seqüência abaixo:

SD 9 – (v.n.) Falô... falô... não perguntô nada pro outro se na hora de durmi, se a porquinha tirava o vestuário ou não. E a porca deitô lá de qualque maneira lá debaixo da cama. E nem na cama não quis se... não quis subi. Deitô lá debaixo da cama lá. Aí ele pegô e deitô lá na cama. (...) (v.n.) **A hora que soltô ela assim, ela pulô pro manguero, foi lá pro meio do manguero com os outro porco. Ó, e ele ficô morto.** Aí a... por isso catô os pedaço e pôis dentro... **enrolô num lençol lá, nem caxão num insistia naquele tempo.** Enrolô, enrolô ele num lençol e foi todo mundo cantando pelo... lá po meio da mata. Furô um buraco no chão, **enterrô ele, cabô o casamento.**

Como domínio de memória, vemos no início do recorte (“não perguntô nada pro outro se na hora de durmi, se a porquinha tirava o vestuário ou não”) a parte grifada que retoma parte do arquivo sistematizado na forma desta história na tradição oral.

Em seguida, vemos na parte “enrolô num lençol lá, nem caxão num insistia naquele tempo” articular-se parte de um saber interdiscursivo acerca do tratamento dado à morte. Há nesse trecho parte de um arquivo retomado no fio narrativo. Mesmo que o sujeito-narrador não se dê conta, formas particulares de um saber alinhavado pela memória sócio-histórica retroagem com uma anterioridade e transmitem adiante ao sujeito parte da dispersão sócio-histórica constitutiva, articulada imaginariamente na forma de temáticas que compõem parte da forma oral do arquivo.

Para acompanhar este fio da memória, utilizo mais uma vez as contribuições de Cândido (1997) que nos faz lembrar que no meio rural era comum o hábito de transportar mortos no lençol, numa época em que pouco havia caixões feitos, mesmo artesanalmente, muito menos como mercadoria disponível.

O apoio neste ponto do interdiscurso referente às colocações de Cândido (1997) serve ao sujeito-narrador para se antecipar, do ponto de vista imaginário a um possível

estranhamento do interlocutor, que poderia ser exemplificado pela pergunta: “por que embrulhou num lençol?”. Imediatamente o sujeito-narrador recorre à memória para controlar essa possível interpretação, ao dizer: “nem caxão num insistia naquele tempo”.

Esta modalização prepara o fechamento da narrativa. Posso dizer que neste fechamento há um tom moralizante que se distancia da versão apresentada por Perrault (1999). Em Perrault (1999) o casamento com o príncipe é o “final feliz”, marcado pela saída encontrada pela princesa ao se desvencilhar do pai e se casar com o príncipe. No processo de retomada de “dona” Madalena, os momentos de casamento com a porquinha e a descoberta do disfarce dão margem para a inserção de um novo personagem, que simboliza o casamento com a porca verdadeira. Adiante, em “enterrô ele, cabô o casamento”, vemos um tom de subversão ao “final feliz” (a morte trágica ali se faz presente), mas que para subverter continua a sustentar a alienação ao sentido dominante; ou seja, tal sustentação caminha ao revés da explicitação deste sentido, por conta de um movimento de denegação.

Na história de Perrault (1999), a descoberta do disfarce da pele de asno pelo príncipe confere fechamento à história. Podemos dizer que o “corpo” dessa história, seu efeito de fechamento, entretanto, não é total, na medida em que o fechamento é um efeito imaginário que não recobre a incompletude da linguagem.

Assim, o tom moralizante da narrativa coletada por Perrault tem sua retomada na narrativa de “dona” Madalena por intermédio de estratégias como a denegação que inclui tanto a paráfrase quanto sinais de ruptura. Em outras palavras, temos a negação do “final feliz” porque no lugar do casamento temos a morte, mas anteriormente já tínhamos sinais do sentido dominante do “final feliz” pois havia casamento, que, contraditoriamente, adiante é negado já que a história tem seu efeito de fechamento num fim trágico: a morte. Dessa maneira, negando o “final feliz” por conta da morte ocorrida, temos sua afirmação, quando esta última parte do fio narrativo retroage.

Portanto, tal afirmação ocorre por um mecanismo de esquecimento e retomada, que alimenta a dimensão do sentido que antes do anúncio da morte já sustentava a alienação ao sentido dominante do “final feliz”. Nisso pode se incluir a ilusão do sujeito-narrador da “escolha” do “final feliz”; ilusória porque o sentido dominante já marca por um efeito de anterioridade as possibilidades de fechamento que lhe estão disponíveis no intradiscurso. A descoberta de que não se trata de uma porca verdadeira sinaliza um fechamento diferente daquele visto em Perrault.

Ainda sobre este recorte, quero chamar a atenção para “ Falô... falô... não perguntô nada pro outro se na hora de durmi, se a porquinha tirava o vestuário ou não”.

Esse trecho pode ser analisado sob o aspecto do efeito-suspense, tal como já foi apontado por Tfouni (2004), uma vez que antecipa ao interlocutor o efeito na trama sustentado pela iniciativa do outro personagem em também tentar se casar com uma porquinha.

Por outro lado, também retoma a troca de roupa anterior da porquinha que se disfarçava, bem como antecipa, mais uma vez, só que agora por meio do suspense, de que se trata de uma “porca verdadeira” o que se confirma adiante em “A hora que soltô ela assim, ela pulô pro manguero, foi lá pro meio do manguero com os outro porco. Ó, e ele ficô morto”

Estes efeitos de retomada e antecipação sustentados pelo sujeito-narrador têm sua marca naquela espécie de aposta imaginária (sobre a qual argumentei anteriormente) e com a qual deve lidar, na medida em que há no fluxo narrativo uma espécie de enigma. É com essa aposta, um lançar mão de elementos ainda desconhecidos no percurso a ser trilhado, que o sujeito-narrador terá tempo de se arranjar para executar manobras interpretativas, quando haverá o retorno (por repetição) dos elementos lançados anteriormente. Por sua vez, este enigma é um índice do real⁶¹.

Ele sinaliza que para se posicionar pela autoria não basta ao sujeito se submeter ao campo restrito de possibilidades impostas pelo mecanismo jurídico do “bem dizer” – da retroação pela forma adequada do dizer ajustado à coerência e à coesão, formas estas que se alinham enquanto estrutura desde as passagens da *lectio, determinatio, quaestio e disputatio* do discurso religioso da alta Idade Média (HAROCHE, 1992; PFEIFFER, 1995) – mas deve conduzir o fio do dizer de uma maneira que torne em parte escondido e em parte declarado seu tratamento do enigma, ou seja, a dimensão coletiva do mito. Até aqui este campo aberto do enigma parece ser indiciado em pontos de retomada de outras histórias que são realocados como um enigma do intradiscorso (fio narrativo),

⁶¹ Deve ficar claro que o que aqui é entendido como “enigma mítico” já é uma forma metaforizada de tratar dos indícios do real manifestos nessas narrativas. Neste momento, já está estabelecida numa formação imaginária, pois não há referência ao real que não passe por seu caráter de impossibilidade de dizer o real. Não se trata, portanto, de uma pista a ser detectada. Sem a pretensão de saturar esta discussão e estas pistas, ressalto que por conta da própria noção de real, é possível dizer que a presente análise do *corpus* delimita um gesto de interpretação possível, dentre vários. O itinerário deste gesto nunca é definido *a priori*, mas é traçado *a posteriori*. A retroação com algumas hipóteses formuladas, e a abertura de novas questões já permite apontar, por exemplo, que as pistas até aqui interpretadas apontam formas do saber do sujeito letrado, que põem em jogo vários graus de letramento. Toco neste ponto, porque ele concerne às questões levantadas ao fim do segundo capítulo. Desta forma, retomo algumas questões metodológicas, ressaltando que não estabeleço uma busca tácita e direta de respostas para hipóteses formuladas, mas apresento a análise e procuro ver nela, pontos de retroação com as diversas questões concernentes ao mito, ao sujeito e à autoria nas práticas letradas.

distanciando-se do enigma impossível de ser conhecido na totalidade, do “início absoluto” dessas histórias.

Com essa discussão, vale retomar aquilo que apontava, no início deste capítulo, em relação às reviravoltas do imaginário pertinente ao discurso narrativo. Isso porque ao final da história de “dona” Madalena, mesmo não havendo total ruptura com o sentido dominante (mas nunca há ruptura total mesmo!⁶²), ao menos a marcação “enterrô ele, cabô o casamento” rompe com o final trazido por Perrault (1999) e sustenta um tom moralizante que, mesmo em parte alienada à mesma zona de sentido, articula outro sítio de significação, cuja marca é da singularidade da posição de autoria.

Refiro-me aqui a uma articulação entre autoria e marca do acontecimento discursivo que, entretanto, não atrela a autoria a algum mecanismo do “novo”, da originalidade. Quero apenas sinalizar que o movimento de controle da deriva passa pela reviravolta ocorrida no imaginário, imposta ao sujeito-narrador pelo inconsciente. Essa reviravolta indicia o controle da interpretação de uma parte que não vemos na versão de Perrault, mas que aparece na história contada por “dona” Madalena como uma aposta a ser cumprida no intradiscursivo ali organizado. Até a chegada ao final trágico, da morte, ocorrida no segundo casamento, temos uma maneira própria de o sujeito-narrador estabelecer um enigma, no fio intradiscursivo ali conduzido, de modo que sua resolução permite um efeito de textualização (fechamento) que caminha junto do efeito de texto operado pela retomada de Perrault (1999).

3.4.2.3) “Sargento Verde”

Monteiro Lobato (1952) apresenta uma versão que coletou da história Sargento Verde, que é a mesma encontrada em Romero (1954). Ele nos conta que um moço bonito aparece para se casar com a filha de um homem rico. A madrinha de batismo da donzela, personificada por Nossa Senhora, alerta-a para o fato de que se casaria com o “cão”⁶³, fazendo assim alusão aos maus períodos que passará com o pretendente. Para fugir dessa sina, a moça deveria, portanto, após o casamento, ao partir com o marido num cavalo magro, escolher o caminho da direita, posto numa encruzilhada. Este era o caminho inverso ao que ele proporia a ela. Realizadas as previsões e seguindo o caminho contrário, desvencilhando-se da companhia do marido, a moça se disfarça de

⁶² Neste momento vale citar mais uma vez Indursky (2007), quando a autora aponta que a relação entre as forma-sujeito e as FDs dominantes se configuram pela porosidade entre ambas, o que, mesmo diante do discurso dominante permite ao sujeito, marcar singularidade.

⁶³ De acordo com Romero (1954), que, antes, em 1885, fez a primeira coleta desta história, “cão” é o nome vulgarmente dado ao diabo.

homem com uma roupa verde para continuar sua fuga. Prosseguindo na caminhada, ela chega a um reino onde se oferece para trabalhar para o rei como sargento do exército. Transformada no sargento verde (cujo nome verdadeiro é Lucinda) ela passeia pelos jardins do palácio real, quando desperta o encantamento da rainha, que não é correspondida e impõe vários desafios ao sargento verde. A imposição de cada um desses desafios é acompanhada de justificativa ao rei, segundo a qual era o sargento verde quem afirmava conseguir realizar determinada tarefa. Mesmo percebendo as mentiras da rainha, o sargento verde cumpre vários desafios. O primeiro é equilibrar três laranjas num copo subindo as escadas do palácio a cavalo. O cavalo aconselha o Sargento Verde a cumprir esse desafio, bem como o desafio de plantar bananeira no almoço, para ter bananas maduras para o jantar. A partir de então, o cavalo torna-se seu cúmplice. Outro desafio é passear a cavalo sobre ovos sem quebrá-los e, por fim, libertar do fundo do mar a irmã do rei, lá aprisionada por um monstro. Para ajudá-lo nesse desafio, o cavalo pede ao sargento verde que lhe arranje uma garrafa de azeite, um saquinho de sal e papel de alfinetes. O último desafio imposto pela rainha é fazer falar a irmã do rei. O sargento verde cumpre mais esse desafio, mas precisa apelar para uma medida drástica: bater na irmã do rei até que ela voltasse a falar. Após voltar a falar, a irmã do rei lhe conta que o oficial do seu reino que a ajudara a falar era na verdade Lucinda disfarçada de sargento verde que, por sua vez era vítima das mentiras desafiadoras da rainha. Ao final, o cavalo magro se transforma num príncipe e se casa com a princesa e o rei, após punir publicamente a rainha, casa-se com Lucinda.

Na história contada por “dona” Madalena um casal tinha como filhos um moço e uma moça. O moço vai trabalhar como sargento com uma roupa verde, e ela fica em casa. Outro moço passa por ali e quer se casar com ela, combinando, assim, com o pai e avisando o irmão no serviço dele. O irmão, sargento verde, acha precipitado o casamento e desconfia do traje do rapaz, além do que o rapaz se casa na igreja a contragosto. Sendo assim, o sargento verde aconselha a irmã a ir com o cavalo do pai e escolher o caminho feio da encruzilhada, contrariando o desejo do marido em ir pelo caminho bonito. Em sua fuga, a moça encontra um palácio e um cavalo, de quem se torna amiga, e de quem recebe a dica de pedir emprego no palácio. Nesse lugar, portando uma mala com a roupa de sargento do irmão, ela se transforma, passando a se chamar Joãozinho. De imediato, desperta o encantamento da mulher do rei. Para se

vingar, a mulher do rei (também denominada princesa, por “dona”Madalena⁶⁴) comenta mentirosamente com ele que o sargento verde prometera cumprir vários desafios. Seguem os desafios: subir escadas em cima das melancias; pegar frutas do quintal; buscar a irmã do rei que se perdera do outro lado do mar. Contando com a ajuda do cavalo, a irmã do rei é trazida e começa a falar; depois disso, quer que o suposto sargento se case. O cavalo fala pra “ele” dizer que é uma mulher disfarçada. Depois de se vestir de noiva e causar estranhamento na população, o sargento verde conta que sofria com as ameaças da mulher do rei. Por fim, o rei quer castigar a rainha, mas é impedido pela moça que os quer como pais adotivos.

São notáveis algumas “semelhanças” e “diferenças” entre ambas as histórias. Sua demonstração pormenorizada não é meu objetivo, pois entraria num jogo sedutor, porém melindroso, e também ilusório, de ajustamento entre significantes a significados⁶⁵. Aquilo que se mostra como “semelhanças e diferenças” de conteúdo, nesta perspectiva, encaixa-se num efeito de literalidade que procurarei desnaturalizar. Vale lembrar que em AD, como sinaliza Orlandi (1996), rompe-se com a dicotomia entre forma e conteúdo.

⁶⁴ Trata-se de um efeito de dispersão também ligado à nomeação, em que ora a mulher do rei é denominada “rainha”, ora “princesa”.

⁶⁵ Em meio a este alerta, gostaria de pedir licença ao leitor para uma longa citação de Lobato (1952, p. 21 e 22): “Emília ficou a olhar a cara de Narizinho. – Esta história, disse ela, ainda está mais boba que a outra. Tudo sem pé, nem cabeça. Sabe o que me parece? Parece uma história que era dum jeito e foi se alterando de um contador para outro, cada vez mais atrapalhada, isto é, foi perdendo pelo caminho o pé e a cabeça. – Você tem razão, Emília, disse dona Benta. As histórias que andam na boca do povo não são como as escritas. As histórias escritas conservam-se sempre as mesmas, porque a escrita fixa a maneira pela qual o autor a compôs. Mas as histórias que correm na boca do povo vão se adulterando com o tempo. Cada pessoa que conta muda uma coisa ou outra e, por fim, elas ficam muito diferentes do que eram no começo. – Quem conta um conto, aumenta um ponto – lembrou Pedrinho. – Sim, aumenta um ponto e introduz qualquer modificação. Ninguém que ouça uma história é capaz de contá-la para adiante sem a alteração de alguma coisa, de modo que no fim a história parece horrivelmente modificada. Todas as histórias do *folk-lore* são assim. Há sábios que pegam nessas histórias e as estudam, e vão indo até encontrarem seu ponto de partida. E mostram as mudanças que o povo fez. – mudanças que as deixam sem pé, nem cabeça – insistiu Emília. Essa do Sargento Verde, por exemplo, é tão idiota, que um sábio que quisesse estudá-la, acabará também um idiota”. Trata-se de um diálogo entre os personagens de Monteiro Lobato (1952) disposto ao fim da história “Sargento Verde” e que corrobora duplamente o que defendo. Primeiramente, porque aponta a “idiotice” que seria buscar uma genealogia das histórias, embora haja alguma sabedoria em mostrar suas versões. Como já aponte, não pretendo cair no “buraco da Alice”, mas, corroborando Henry (2001) partir do pressuposto que sujeito e sentido não mantêm entre si uma relação de origem, mas de complexos jogos de relação. Em segundo lugar, essa citação permite indiciar a nomeação da personagem de “dona” Madalena, que se traveste de Sargento Verde, e que Lobato (1952) chama de Lucinda, como um deslizamento do nome da personagem Emília, que em Lobato (1952) aparece como comentadora da história. Seria este o sinal de que “dona” Madalena se dá conta de uma das possíveis versões desta história? Diz ela: [*Pódi inventá qualquer nome pa moça, né? – dirige-se ao entrevistador. Ele responde: - Pódi. – é, pódi inventá qualquer nomi. A moça chaava a Ervíl... Ervília, Ervília*]. Ou, este deslizamento do sentido sugere uma relação entre o legume ervilha e a cor verde da roupa do personagem?

Na história contada por “dona” Madalena, o sargento verde é a irmã de um moço que precisa ser avisado no “serviço”. Começa aí o retorno de significantes ligados ao campo de sentidos da FD dominante do MPC. São eles: “serviço” e “emprego”. Retomada a história estabelecida na tradição oral, a atualização da memória por meio desses significantes torna-se importante ao fluxo intradiscursivo.

Vejamos no recorte mostrado abaixo, como o sentido dominante se instala com a inserção de “casá na igreja”, em que se nota um sentido dominante provindo do discurso religioso. Essa inserção vem pela memória da inserção de “cão”, caracterizado como “diabo”, já na versão coletada por Lobato (1952).

Assim, temos que analisar o recorte abaixo, a partir do sítio de significância visto na **SDR1**: “toma cuidado, porque vais casar com o “cão” (LOBATO, 1952, p.15).

SD 10: (v.n.): Aí mandô já, aí o moço teve lá um poco. Foi imhora, aí logo já mandô falá po Sargenti Verdi, já, já lá no **serviço** do Sargenti Verdi; que tinha tratado o casamento da irmã (...) Aí o Sargenti Verdi veio, e falô assim: (v.p. Sargento Verde): - O dia do seu, do seu casamento... – (v.n.) **o moço num queria casá na Igreja não, isso, ele num era moço, era gente dotro mundo mesmo**, aí, o moço **num queria casá na Igreja não**, mais pela, pela moça ele casô. A moça falô: (v.p. moça): - Não, eu num saio daqui sem eu num casá na Igreja. (v.n.) **Aí casô na Igreja, o, co, co moço que veio procurá ela pra casá**. Aí casô na Igreja lá.

Esse sítio de significância alienado ao sentido dominante pode ser visto na repetição de “o moço num queria casá na Igreja não”, cujo sentido está assegurado, antes, pelo recalçamento de “tomarás pela direita e nesse momento lhe mostrará um rosário”, o que é visto na seguinte SDR:

SDR2: Depois do casamento teu marido há de querer levar-te para a casa dele (...) quando chegares a um ponto do caminho, onde há uma encruzilhada, teu marido quererá tomar pela esquerda, tu tomarás **pela direita** e nesse momento lhe mostrarás um **rosário**. (LOBATO, 1952, p.15)

Podemos apontar neste gesto interpretativo a incidência da “escolha” significada pela opção entre o caminho bonito e feio como uma determinação do discurso jurídico. Além dela, temos a determinação do discurso religioso, por conta dos elementos do saber interdiscursivo (“Igreja”; “rosário”) ali consolidados.

Vale mais uma vez lembrar o postulado de autoria visto em Tfouni (2004), para quem a ilusão da “originalidade” é um imperativo necessário em meio às manobras interpretativas. Em meio a essas manobras, temos que o funcionamento da memória discursiva, no campo da oralidade, atua por meio de alguns movimentos de atualização.

Nisso reside o mecanismo ideológico em que a atualização vem como efeito ilusório de sentido literal calcado numa exterioridade, o que contribui para o encadeamento linear do fluxo narrativo. Trata-se da ilusão da origem porque no processo ritualístico e repetitivo da retomada da memória a reboque do esquecimento a troca ou substituição de significantes se ancora na incidência da regularidade dos saberes interdiscursivos que esboçam pelo menos uma forma-sujeito. Antes disso, não há momento adequado na enunciação para que se faça esse encadeamento; este somente é possível *a posteriori*, à custa de um retorno, em que o esquecimento de vozes dispersas da oralidade é a condição do efeito ideológico para que se possa tecer o fio narrativo.

Seguindo esses pressupostos, vemos como neste processo de resignificação, o sujeito está barrado pelas interdições em transitar por meio de algumas rupturas com o sentido dominante, considerado este em relação à forma jurídica do MPC. Em relação aos significantes aqui tomados como marcas de diferença (de singularidade, portanto) tendo em vista os cânones da forma oral, vemos incidências do discurso dominante sobre trabalho, emprego, serviço, etc.

Continuo a análise sinalizando esta alienação da forma-sujeito à FD ligada ao MPC; vejamos, portanto:

SD 11: (v.n.) Aí quando cabô di **casá o Sargenti Verdi** falô assim: (v.p. irmão da moça que se transformará em sargento verde): - (...) E num leva também um do seus presente. I, i quando chegá nu'a entrada assim, vai, **vai tê um caminho tudo alu, aluminado, um caminho cheio di rádio, cinema, gente dançano**, um, um caminho assim, **i i tem oto caminho mais feio**, intão, você quando chegá lá, **naquele caminho** ele vai falá assim: Fécha os óio! Fécha os óio! Agora tá na hora di nós podê num caminho qui chega na mi'a casa. Um caminho de repente. I i é o cavalo é muito esperto, i i teu cavalo vai acompanhá o meu, intão cê precisa fechá os óio pa mode é, mi acumpanhá. Você num fécha os óio. A hora que ele mandá cê fechá os óio, cê num fécha os óio não. A hora que ele parti **pum caminho bunito**, você parti **pum caminho feio i dispara mesmo po caminho feio** i num óia pa trais não. Cê ispóra teu cavalo i bati nele bastante pr'ele í po caminho feio i i i **num cumpanha ele po caminho bunito dele não**. Dex'o marido í pu caminho bunito suzinho. (v.n.): Aí ele pegô, quando chegô nu caminho assim, ele falô assim: (v.p. Sargento Verde): - Agora tem qui fechá os óio.

Analisemos os mecanismos de substituição que aparecem neste recorte. Por meio de substituições alçadas por formações imaginárias quero mostrar como a “escolha do personagem” pelo caminho que tem “rádio, cinema, gente dançano” se filia a FD dominante.

Atentemos para “vai tê um caminho tudo alu, aluminado, um caminho cheio di rádio, cinema, gente dançano e i i tem oto caminho mais feio” e em seguida “tem oto caminho mais feio”. Retomando o ponto anterior do fluxo narrativo sabemos que interdiscursivamente ao discurso religioso dominante a diversão ali posta é imoral, posto que associada ao “cão” (diabo).

Em seguida, temos um indício que retroage com esta associação entre o “diabo” e o caminho que tem “rádio, cinema, gente dançano”, o que é retomado por “naquele caminho”.

Adiante, o conselho dado é de seguir pelo caminho bonito, momento em que é inserido um referente que destoa do referente mais feio, que utilizado até então pressupõe os referentes assinalados: “mais feio” e “menos feio”. Quando a pista dada é de escolha do caminho “feio”, o sujeito-narrador tanto faz referência ao caminho “aluminado” que tem “rádio, cinema, gente dançano” quanto ao caminho “mais feio” citado anteriormente.

Numa análise discursiva não há sinonímia entre “menos feio” e “bunito”, pois estaríamos recorrendo a uma evidência semântica e deixaríamos de lado tanto o encadeamento intradiscursivo, quanto o efeito de sentido dominante apontado pelo mecanismo de naturalização ideológica. Dessa forma, a alienação à FD dominante a que se filia este ponto da significação sinaliza que a “escolha” do personagem é pelo caminho “feiu”, que rejeita a diversidade de objetos de consumo e diversão já apontados.

Num processo contraditório, de “disfarce” do processo de retomada e de denegação, vejamos também no recorte adiante como ocorre esta filiação à FD dominante.

SD 12: (v.p. cavalo) - Você vai im, lá naquele palácio lá, **você bate parma i pédi imprego**. Mais você vai di ropa... (v.n.): [*Dona Madalena comenta: Eu isqueci di contá u u um pedacinho. Ele falô pa ela além dela í po caminho feio, ela levô u’a mala dele assim. A mala dele tinha a a farda verdi, ele deu, ele deu uma farda verdi pra ela.*] (v.p. cavalo): - Chegô lá, cê vésti di, di ... di farda verdi e chega lá i **cê pédi imprego** i cê chega lá cê fala qui ocê chama Joãozinho.

Trata-se na história de “dona” Madalena do momento sinalizado anteriormente, em que a moça encontra ajuda do cavalo e vai trabalhar, após pedir emprego de cozinheira. Vemos um percurso do sentido dominante, agora re-instalado pelo significante “imprego”. Importante destacar a retroação entre “batê parma” e “pédi

emprego”, o que assegura a seguinte zona de significância naturalizada ideologicamente: a forma de se conseguir um emprego é batendo palma na casa alheia.

Essa fórmula discursiva apaga as várias estratégias de conquista de vaga no mercado de trabalho que circulam nas formações imaginárias do discurso dominante, como “esforço individual, *curriculum*, indicação de amigo”. No lugar delas, é colocada uma estratégia que aparece como marca singular neste processo de retomada, não apenas por conta da inserção de “emprego” como atualização em relação à história já coletada por Lobato (1952), mas pela associação entre “pedir” e “emprego”. Por processo de derivação, acompanhando o efeito metafórico marcado ideologicamente, o verbo “pedir” poderia estar ligado não apenas a “emprego”, mas “pedir”: “esmola”, “favor”, “licença para entrar no palácio”.

Assim, a “escolha” por “pedir emprego” não apenas aponta a filiação ao sentido dominante pura e simples. Ela mantém linearidade do fio narrativo, fazendo coincidir um efeito “exterior” (pedir emprego) com o intradiscorso. Este requer considerar que não fosse o mecanismo da ideologia dominante, cooptado na sustentação do fio narrativo, no lugar de “pédi emprego” poderíamos ter “pede para entrar no palácio”. Mas, como já há uma marcação anteriormente posta em relação à filiação ao sentido dominante, nestes mecanismos de retomada da tradição oral, a retroação entre eles é que permitirá ao sujeito continuar dando conta de uma aposta feita no início da trama em relação à continuidade que se sustenta por essa retroação.

Com os apontamentos realizados que sinalizam o efeito ideológico ligado à evidência semântica do pedido de “emprego” (que, por conta desta retroação, controla a deriva e sustenta o fio narrativo), posso afirmar que tal mecanismo não marca um acontecimento. Isso porque ao relançar o dizer no interdiscurso (memória), o sujeito estabelece um patamar para o valor semântico de “emprego”, que retroage com o sentido dominante e não possibilita ao sujeito outro lugar, deslocado, para a interpretação. O sujeito é lançado num “mais gozar” pela repetição do sentido dominante.

O sintoma do ponto de vista psicanalítico pode ser entendido como a marca do sujeito na repetição, que lhe possibilita alguma dimensão no gozo do Outro. É a dimensão do “mais gozar”, que, conforme explica Dör (1989), quando veiculada pela função materna propicia ao *infans*, não somente de alimento orgânico, mas gestos interpretativos, palavras, enfim, infiltrados de sentidos articulados por meio do Outro.

Essa estratégia de consolidação da subjetividade perdura e faz eco na história do sujeito quando adiante lhe é permitido fazer usos diversos, calcados em combinatórias e reviravoltas destes sentidos do Outro. Ou seja, o sujeito enuncia, por meio de sentidos aquém e além de seu acesso direto, uma vez que os enunciados ecoam numa impossibilidade real e numa tentativa imaginária de se totalizar por meio do Outro que, por sua vez, também é lacunar. Essa tentativa pode ocorrer por meio da repetição do “mesmo”. Disso decorrem, muitas vezes, ancoragens em dizeres, aparentemente prontos e totalmente inteligíveis (como se a linguagem fosse transparente e linear): clichês, genéricos, chavões, que se repetem na enunciação.

É sempre bom lembrar que neste efeito de repetição incide a interpelação ideológica; por meio dela, a enunciação sustenta formações discursivas cooptadas ou cooptadoras de lugares dominantes nas posições discursivas (cuja marca simbólica é permeada no entorno de formações imaginárias).

Isso porque o sentido não se esgota ou se satura puramente na alienação, o que resgata a noção de que as formações discursivas cooptam e são cooptadas por lugares dominantes com que lida de forma singular. Assim, no caso analisado, o sentido posto em jogo pela enunciação de “emprego” também permite ao sujeito enunciar sobre sua historicidade tomando de empréstimo os sentidos do Outro e a partir daí falar de questões que são caras a sua singularidade e a sua coletividade, como é o caso da questão do “pedir emprego”, cujo sentido é mobilizado. Dentre as várias formas de se falar disso, “dona” Madalena faz uso do discurso narrativo, o que lhe propicia um lugar de singularidade, mesmo que o faça por meio de sentidos dominantes.

Acompanhando essa mesma narrativa, vejamos como o sujeito-narrador enuncia em meio a uma dispersão instalada por conta da denominação de “princesa” para aquela que é a mulher do rei (“rainha”).

SD 13: (v.n.) Aí piguntô como é qui ela chamava i ela falô qui ela chamava Sargenti Verdi. **Aí deu imprego pra ela**, ela entrô na casa i o cavalo falô assim pra ela: (...) (v.p. mulher do rei⁶⁶): - Sargenti Verdi. **Amanhã cê ruma a cozinha pra mim, faiz um almoço que eu preciso muito di você na cozinha.** (v.n.): Aí r’ el’ falô: (v.p. Sargento Verde) - Eu faço. O almoço – (v.n.): **num era homi ninhum (v.p. Sargento Verde):** – eu faço o almoço, **eu ponho a mesa e faço aquilo qui vocês quisere.** (v.n.): (...) Aí, aí ela, ela, aí ela pegô foi lá perto do Sargenti Verdi falô assim, falô assim: (v.p. mulher do rei) - Sargenti, sargenti. Sargenti Verdi, teus olhos têm ternura. – (v.n.) **a**

⁶⁶ Por conta do efeito dispersivo sinalizado nesta seqüência, optei por denominar “v.p. mulher do rei” porque há um movimento de dispersão na narrativa, a ser analisado aqui, que foca na substituição entre “rainha” e “princesa” designando o “mesmo” referente.

mulher, a princesa, hein? – (v.n.) falô pro Sargenti: - Ô Sargenti Verdi, teus olhos têm ternura. Aí, olha bem pra mim procê vê si seus olhos têm ternura.

Mesmo em se tratando da filiação ao sentido, cuja dimensão dominante alinha “princesa” a “rainha”, vemos a dispersão que afeta o sujeito-narrador ao denominar “rainha” de “princesa”. Vê-se que é tentando compartilhar um “objeto” de interlocução que o sujeito deve lidar com as formações imaginárias em torno a esse compartilhamento.

Por meio da análise dessa mesma sequência, ainda quero sinalizar de que maneira o sentido dominante é sustentado em “eu ponho a mesa e faço aquilo qui vocês quisiere”. Isso porque o “emprego” tomado como atendimento de um pedido que se faz à porta, tal como uma “esmola” – conforme analisava anteriormente – não é algo combinado conforme regras, normas, contrato de trabalho, mas entra na lógica do favor, do “faço aquilo qui vocês quisiere”, em que a subserviência é emblemática do sentido dominante.

Em sequência a este ponto da discussão, o processo de retomada filiado ao sentido dominante, ainda temos:

SD 14: (v.p. Sargento Verde): - Que qui o senhor qué qui eu faço mais? Que qui o senhor qué qui eu faço mais? O rei falô assim: (...) (v.n.): Aí falô assim: (v.p. Sargento Verde): - Ó, ó Sargento, ó seu rei. Agora o senhor mi dá um dinheiro Qui eu prciso i na cidade. (v.n.) Aí o rei falô: (v.p. rei): - Qui diaxo, qui tudo ocê mi pede qui qui qui qué **í na cidade.** (v.n.) Ele falô assim: (v.p. Sargento Verde): - Não, mais é **meu dever. O senhor mi dá u’a ropa, um dinheiro qui eu vô na cidade comprá u’a ropa pra mim.**

O sentido dominante se re-instala neste recorte, pois o sargento verde “qué í na cidade” comprar roupas com o dinheiro do trabalho. Isso retroage com “meu dever. O senhor mi dá u’a ropa, um dinheiro qui eu vô na cidade comprá u’a ropa pra mim”. Torna-se um dever, ou seja, uma imposição em que o imperativo do Capital é comprar em decorrência de qualquer serviço prestado.

Para discutir um pouco mais os efeitos do sentido dominante, considero um recurso oportuno mencionar o efeito do discurso transversal (PÊCHEUX, 1993). Em meio aos elementos do interdiscurso dispostos como um arquivo organizado na forma oral, aqui tomados para analisar alguns desses processos de retomada dessa história, vemos efeito de “originalidade” da versão aqui analisada. A partir desse, estão os efeitos de coerência e ajustamento ao nível intradiscursivo, em que a trama das personagens a serem desvendadas em seus disfarces ancora-se na impossibilidade do desvelamento de

um enigma coletivo mais amplo, que é a luta de classes, tal como marcada imaginariamente pelos elementos até aqui analisados, e como é o caso no último recorte, da compra da roupa.

É assim que o efeito de origem necessário vai ao encontro do mito individual. Por meio da verdade objetiva construída ao longo do fio intradiscursivo e à custa da manutenção de um enigma coletivo que, no caso, é a luta de classes.

Tal efeito de leitura não se pretende reducionista aos parâmetros exclusivos das análises de conteúdo da luta de classes. Pelo contrário, procurei mostrar que é esta uma interpelação para as formas imaginárias de lidar com o enigma coletivo da contradição sócio-histórica. No caso analisado, sua forma circulou entre a alienação e a resistência ao sentido dominante do MPC sem, contudo, desvelar um enigma mais amplo da própria contradição que a constitui, até porque isso toca o impossível. Sendo assim, foi possível acompanhar apenas algumas formações imaginárias que, ligadas a efeitos ideológicos, permitem ao sujeito-narrador, por meio da ilusão da origem (alimentada pelo esquecimento número um e o mito individual), articular por certa objetivação, os sentidos que sustentam o controle da deriva no fio narrativo.

Desde o início deste trabalho, mostrei que diversos autores atentam para a afirmação de que somente a tecnologia da escrita está ligada ao progresso social; isso roubou a cena dos modos de funcionamento do discurso ligado às formas orais (TFOUNI, 1988, 2004; PEREIRA, 2005). A perspectiva de letramento aqui adotada aproxima a forma oral da escrita porque as encara por mecanismos de discursivização, que possibilitam ao sujeito, mesmo na forma oral, o lugar de autoria (TFOUNI, 2005).

Dentro desta discursivização, quis mostrar por meio de mais este processo de ressignificação analisado que essa retomada de dizeres disponíveis na memória sócio-histórica do dizer ocorre de duas formas, que caminham juntas: pela alienação ao mito individual, que alimenta a ilusão necessária de origem presente nesta discursivização e pela sistematização de um arquivo da oralidade.

A primeira dessas formas se baseia no distanciamento que o sujeito necessita em relação ao “já dito”, o que parece ocorrer por mecanismos de alienação aos sentidos dominantes. Sendo assim, alimenta a dicotomia entre oral e escrita, uma vez que na marca de alienação, a função imaginária do sujeito interrompe suas possibilidades de interpretar a dispersão de vozes da oralidade.

A segunda dessas formas mostra que, ao se posicionar pela ilusão da origem, porém, o sujeito lança mão da sistematização de um arquivo da oralidade (cuja

dimensão imaginária é se organizar por temáticas, como vimos no uso de “emprego”), que é uma de as formas das práticas letradas possibilitarem, mesmo na ausência da alfabetização, um posicionamento pelas práticas sociais de linguagem cooptadas pelo discurso da escrita.

Gallo (2009) questiona esse sentido “sistemático” e considera que ele se efetiva também como efeito da interpretação do analista, pois conforme aponta, na verdade a própria estrutura (vista pela paráfrase) diante do acontecimento extraordinário (narrar para um pesquisador, um estudo científico) inscreve a oralidade no discurso da escrita. Concorde a autora quero sinalizar com isto, de que modo as práticas letradas circulam, portanto, por meio de gestos sutis de legitimação do sentido, de autorização, de efeito do Outro na produção cotidiana da linguagem, o que extrapola abordar a autorização e restrição na leitura do arquivo somente por meio do reconhecimento de marcas simbólicas consolidadas e possibilita admitir a complexidade enunciativa e de organização de um lugar do arquivo disperso por excelência e que admite relações de lateridade vária: uma delas é a do gesto de análise aqui empreendido, certamente há outras legitimações veiculadas com outras práticas letradas (para além do discurso científico) que também conferem poder (no sentido de atributo de força simbólica e também de autorização, de “poder dizer”, de “poder se mostrar”) a essas narrativas.

Adiante, quero mostrar como essas estratégias com que o sujeito-narrador lida com o jogo dos sentidos possibilita-lhe emergir por marcas de autoria, por meio de uma história de tom moralizante em relação aos sentidos dominantes da FS do MPC, pela retomada de uma conhecida fábula.

3.4.2.4) “O besouro e a cigarra”

Neste último processo de ressignificação analisado vemos a retomada da fábula da “A cigarra e a formiga”. A versão mais conhecida dessa fábula é aquela apresentada pelo escritor francês La Fontaine (2006), no século XVII. Nela, a cantoria da cigarra no verão contrasta com o triunfo da formiga no inverno, quando aquela pede a esta umas migalhas. Ao final da história diz a formiga a respeito da atividade de canto da cigarra: “Cantavas? Pois dança agora.” (LA FONTAINE, 2006, p. 44).

Pela perspectiva discursiva, é sabido que é pelo ocultamento que o sentido sustenta um efeito ideológico de paráfrase. No caso, trata-se da paráfrase da fábula “A cigarra e a formiga” de La Fontaine (2006) vista na narrativa “O Besouro e a cigarra”. Como feito anteriormente, pretendo, partindo deste efeito de literalidade, analisar os mecanismos discursivos do processo de ressignificação ali vistos. Incluo desde já, na

análise deste mecanismo discursivo a substituição do significante “formiga” no título “O besouro e a cigarra”.

Sendo assim, a análise do processo de ressignificação da fábula apresentada será iniciado pela SDR “foi valer-se da formiga, que morava perto dela”, vista em La Fontaine (2006, p.44). Esta SDR mostra o momento em que a cigarra, não tendo alimento para enfrentar o rigoroso inverno, procura a formiga.

Quero mostrar como na versão de “dona” Madalena, há uma aparente ruptura com o sentido dominante, o que ocorre por meio de formações imaginárias com efeito de atualidade inseridas na FS do MPC e cuja cooptação ideológica contribui para a articulação do fio narrativo. Vejamos:

SD 15 – (v.n.) A cigarra... não, a formiga convidô a cigarra pa í na festa lá da casa dela. Cegô lá a cigarra bebeu poncho, bebeu qui tinha di bebê, ficô bebinha i foi pará lá no terrero i debaxo du’a i grudô nu’a arvre, grudô nu’a arvre lá e ficô lá cantano. Cantano até durmi. Aí o besourro veio, a formiga feiz poco caso da cigarra. Dexô a cigarra lá po fundo do quintal, lá presa lá na arvre cantano. **E a cigarra, quanto mais a cigarra canta, mais o sol é paixonado pelo canto da cigarra. O sol mais quente ficava,** aí o besouro veio e viu **a formiga lá dormin, ah, viu a cigarra** lá dormino lá na arve. Aí o besouro incantô na na cigarra, incantô, ficô lá até a cigarra acordá. (O besouro e a cigarra).

Pelos trechos destacados, acompanhamos o momento da trama em que a formiga convida a cigarra para dançar. É indiciado o sentido de ter que se virar com a chegada do inverno, pois, é retomado da oralidade que a cigarra passou o inverno cantando.

Dessa forma, o uso da modalização “não” em “a cigarra..., não, a formiga” serve para sinalizar a filiação à SDR destacada da tradição oral. A partir dessa retomada, o sentido naturalizado sobre “diversão” e “trabalho” se submete, por meio da pressuposição de que é sabido que é a formiga que promove a festa por ter trabalhado e a cigarra vai lá somente para cantar e se divertir (efeito de pré-construído).

Trata-se de uma filiação ao sentido dominante da FS do MPC alinhada à FD dominante, por meio da qual um efeito ideológico necessita filiar-se a um pré-construído. Por meio de uma suposta ruptura, o sujeito-narrador se filia a essa zona de sentido dominante para, subvertendo os rumos e a ordem de seu fluxo de significação, sustentar a posição de autoria. Essa sustentação é feita inicialmente por meio de uma aposta do sujeito-narrador pela qual assegura o controle da dispersão (sinalizada pela hesitação de “a cigarra ... não, a formiga). Nesse jogo, o sujeito-narrador paga o preço

da filiação ao sentido dominante para controlar a deriva e da retomada da conhecida fábula para controlar a dispersão. Vejamos este funcionamento no próximo recorte.

SD 16- (v.n.) U bisouro falô assim: (v.p.besouro) - Cê qué casá cumigo? Eu ti levo lá po meu palácio. (v.n.) Aí a cigarra concordô: (v.p.cigarra) - Eu quero casá cum você. (v.p.besouro) Intão vamo, (v.n.) levô po palácio. (v.n.) Chegô lá, mostrô pa família, a família adorô qui qui ele casasse, que ele casa assim. (...) (v.n.) Aí quando a formiga ficô dispeitada, ficô lá satisfeito, tanto qui casô co besouro, qui o besouro casô ca cigarra, **podia tê casado ca formiga, mais ele achô a cigarra bunita.** (...) (v.p. cigarra) - Pápápápápápá! Quem é qui tá aí? Ô vai lá vê, ô – mandô a impregada vê. (v.p. empregada) - Ah! É a dona formiga. (v.p.cigarra) - Ah! Manda entrá, falá cumigo aqui no quarto. Pode intrá pa dentro fomiga, vem! – cigarra chamô. (v.n.) Aí falô: (v.p.formiga) - Ah! Fiquei pobre cigarra, fiquei pobre. E você é tão rica, eu fiquei pobre, num posso nem, num posso nem ti recebê na minha casa. (...) - Fãfã! fãfã! Vuuuu! [imitando som de motor de carro; *risos*] (v.n.) A furmiga oiô, viu qui era o bisouro mais a cigarra qui ia atrás. A furmiga pur disaforo num saiu du caminho. Num saiu, aí ele tornô a pisá o carro. Aí a o bisouro falô, a formiga: (v.p.formiga) - Ó ó cigarra só passano em cima porque qui ... ó só esse caminzinho qui tem e ela inda num num sai do caminho. (O besouro e a cigarra)

Neste recorte estão incluídas as seguintes passagens: desde o casamento da cigarra com o rico e poderoso besouro, o desprezo, por conta deste sucesso, pela formiga trabalhadora que naquele momento se encontra pobre; e que após ir visitar a nova casa da cigarra sofre, na rua, a ameaça de ser atropelada pelo besouro, em seu novo automóvel; ameaça que é cumprida, e de que resulta a morte da formiga.

No plano das formulações, portanto, vemos que o besouro poderia ter se casado com a promissora formiga, por conta da memória discursiva que atribui a esta o sucesso individual. Vemos isso na formação imaginária imbuída desse sentido dominante, na modalização “podia tê casado ca formiga, mais ele achô a cigarra bunita”. Não é dito por que o besouro poderia ter se casado com a formiga. Entretanto, este recalçamento não impede o sentido dominante de circular por meio do ideal das aparências que, sabemos, caminha na mesma FI, embora por meio de uma FD diferente. Assim, FDs, cujo campo semântico ligado à beleza, à riqueza, supostamente antagônicas à fabula “original” são reinstaladas, por denegação, na mesma FI. Em meio a essas formações imaginárias, qual o estatuto da posição-sujeito?

No “verão” apresentado nessa versão, ao invés do inverno da fábula de La Fontaine (2005), a cigarra procura a formiga para se abrigar e receber uma advertência desta, mas desperta o interesse do besouro e passeia de automóvel com ele. Quero mostrar que a aparente subversão denuncia, por denegação, que o triunfo da cigarra está

permeado de formações imaginárias que realimentam o sentido dominante já visto na fábula. E é por meio desta retroalimentação que o sujeito-narrador, num efeito de sobredizer o dito, submete-se por formas imaginárias diferentes ao sentido dominante.

Teríamos aqui uma suposta subversão do sentido dominante ou um tom moralizante às avessas não fosse pelo fato de, apesar da modificação no campo enunciativo da ordem do sucesso/fracasso das personagens “formiga” e “cigarra”, atestarmos uma mesma FI atuando na FD dominante da lógica do sujeito jurídico, aquele marcado pela escolha da liberdade individual entre sucesso e fracasso.

Na versão que mais vemos circular dessa história, o sucesso final da formiga ocorre à custa do fracasso da cigarra que ficara cantando ao longo do inverno. Na presente versão, de certo modo, não há prêmio para aquele que trabalha, o que subverte o sentido dominante do MPC. De outro lado, no verão presente na versão de “dona” Madalena, tal como marcado na seqüência anterior, vemos a cigarra obter sucesso e triunfar sobre a formiga, sendo que nesta leitura o sentido dominante é o mesmo, pois por outro lado; de qualquer modo, a lógica da riqueza material, cujo imperativo faz com que **X** (seja lá quem for) tenha sucesso à custa do fracasso de qualquer **Y**, circula por meio dos elementos vistos nesses recortes. Neles, o sucesso da cigarra é marcado pela tentativa de atropelamento da formiga, por exemplo.

No caso, a cigarra obtém “sucesso” à custa do “fracasso” da formiga. Vemos o sentido dominante da sociedade da competição individualista, em que é preciso que uns se destaquem em detrimento do apagamento e do não reconhecimento de outros. Temos, portanto, somente a substituição no nível da formulação para um mesmo sentido dominante. Outra forma de problematizarmos a circulação desse sentido dominante é por meio da modalização “podia tê casado ca formiga”.

Na seqüência, a ruptura com esta FD dominante não ocorre, embora haja o uso da conjunção adversativa “mais” em “podia tê casado ca formiga, mais ele achô a cigarra bunita”, uma vez que na mesma FI riqueza e beleza estão associadas aos ideais dominantes do casamento bem-sucedido.

É por meio dessa formação imaginária que a antecipação se instala no processo de ressignificação da fábula da “Cigarra e a formiga”. Nela, o sentido do individualismo do MPC é trazido para a análise por meio de sua discursivização na narrativa. Lembremos que de acordo com Serrani (1992, p.61), o mecanismo de antecipação ocorre pelo uso, no campo da formulação, de um domínio de memória de antecipação, assim teorizado: “o domínio de antecipação é formado por seqüências discursivas que

sucedem à SDR e cujas formulações estão relacionadas ao intradiscurso da SDR em questão”.

Por conta disso, fiz notar aqui que as SDRs da fábula tradicional da cigarra e da formiga mostram que a cigarra ficou sem dinheiro e sem comida para enfrentar o inverno, pois não trabalhara, enquanto a formiga conseguiu o conforto “digno” de seu trabalho.

Na narrativa analisada, por meio do mecanismo de antecipação, embebido das formações imaginárias ligadas ao local do interdiscurso, que pode ser localizado para vermos a ressignificação dessas fábulas, vemos o funcionamento do mecanismo de antecipação em “podia tê casado ca formiga”. Isso retro-alimenta, por vias não acessíveis diretamente, o mecanismo da FI dominante circulante no campo do imaginário do sujeito jurídico (“casar é viver feliz com alguém dotado de riqueza e beleza”) numa FD dominante, que ilude o sujeito com este sentido como se fosse o único.

No fio narrativo da fábula aqui analisada ainda é possível incluir que o sucesso está em meio àqueles que se divertem simplesmente por já terem nascido “bem-sucedidos” ou ao sucesso assim se associarem. Ou ainda, são abençoados com o sucesso decorrente do esforço individual, seja de trabalhar, ou se associar àqueles que detêm o Capital, fazendo circular genéricos discursivos, como *self made man*, que cooptam ideologicamente a significação desses tipos de atitudes.

Assim, um sentido possível é que o besouro não se casou com a formiga apesar da suposta riqueza que esta acumulara trabalhando no inverno, preferindo, no verão, casar-se com a cigarra. Afirmo ser suposta porque na seqüência, o empobrecimento mostrado é o da formiga, o que atesta, mais uma vez, mudanças somente no campo enunciativo das formulações. É por meio dessas formações imaginárias embebidas de encadeamentos entre FIs e FDs que é empreendida a tentativa de fazer Um com a luta de classes.

Interessa mostrar apenas que a modalização que sugere esta retomada em “podia tê casado ca formiga” marca, pelo efeito do segundo esquecimento, a reprodução do sentido dominante acerca da livre escolha (qualquer X casa-se com qualquer Y, por livre escolha).

Quero mostrar com isso como o tom moralizante já marcado tradicionalmente pelas fábulas requer considerá-lo pela incidência da memória discursiva, que ultrapassa

o sujeito na tentativa de alinhar sentidos, autorizados, interditados, mas, sobretudo legitimados por uma FS, para discursivizar a atividade narrativa.

Por essa via, finalizo esta parte da análise, retomando as discussões sobre o envolvimento entre mito e a contenção da deriva vista na posição de autoria. Na narrativa “O besouro e a formiga”, temos a promessa por parte do sujeito-narrador da revelação de um enigma, que é o contraste entre o envolvimento da cigarra e da formiga já disposto no interdiscurso, para a promessa de, na retomada deste lugar do interdiscurso, desvendar ao interlocutor, o envolvimento entre o besouro, a cigarra e a formiga.

A alienação a uma FD dominante aponta para uma suposta decifração desse enigma que, longe de se saturar, realimenta o sentido dominante. O enigma que aparece no início da trama, no nível do intradiscurso, já em “A cigarra... não, a formiga convidô a cigarra pa í na festa lá da casa dela” é desvendado, conforme o “cumprimento” desta aposta feita pelo sujeito-narrador de mostrar de que forma, em sua versão, é da cigarra, e não da formiga de que trata.

Temos, portanto, pelo menos um efeito de leitura, que tentou mostrar o caráter de impossível controle dos sentidos do interdiscurso, a partir dos quais o sujeito tenta lidar para se posicionar pela autoria, mas é cerceado pelas formações ideológicas pasteurizadas em formações imaginárias.

Tal como comenta Gallo (2009) esta organização das paráfrases recorrentes entre essas narrativas é somente uma das estratégias interpretativas de recortar o *corpus* (por meio do apontamento de paráfrase e polissemia; reconhecimento e efeito de ineditismo; efeito-autor e função-autor); pois há muitos outros atravessamentos discursivos.

Por um lado, esse mecanismo de interpretação contribui para obrigarmo-nos a alimentar a “compulsão à originalidade” e a “obsessão da criatividade”, que são a fabricação de uma ilusão de autonomia, resultado da invenção de “individualidade” da Formação Social do capitalismo e de seus mecanismos disciplinares, como ocorre também no discurso pedagógico (ORLANDI, 1993). Deslocar-se desse mecanismo para discutir os mecanismos de paráfrase, reconhecimento e conflito de uma rede discursiva dessas narrativas em outras, ressaltando se tratar de apenas um mecanismo de interpretação possível pretende barrar tal compulsão.

A respeito disso, Mendes (2000) ajuda a entender como, mesmo com um esforço em remeter o formato das narrativas à dispersão, teríamos a tendência em atribuir uma

estética burguesa aos contos orais tradicionais. A autora explica que os mitos sofreram uma transformação de prática ritualística sagrada para a forma de contos populares pela desvinculação paulatina entre a história contada e o ritual de contação, o que favoreceu a “abstração” da escrita (entendamos como um controle da interpretação por meio do discurso da escrita) em sua maneira de impor a estética burguesa na ação dos personagens e imbuir os valores desta classe socio-econômica em detrimento da dispersão e do anonimato dos contos orais tradicionais.

Tal como vimos na análise desses processos de ressignificação, nas cinco narrativas analisadas, esta dimensão do impossível ainda pode ser caracterizada pela não resolução do enigma da relação entre oralidade e escrita. Trata-se, portanto, de índices do real, que não se desfazem tal como um nódulo, um estorvo visível. Apenas modificam-se.

A respeito dessa última forma do enigma, quero ressaltar que não interessa o porquê da retomada dessas histórias; de onde “surge” essa retomada, e assim, as “origens” e os “pontos precisos de contato entre oral e escrita”. Não era o propósito, portanto, detectar pontos precisos de contatos entre as histórias, até porque meu ponto de partida foi que sujeito e sentido mantêm relações de contradição e não de correspondência linear. Essas contradições nas retomadas e as atualizações de sentido se articulam em função da ordem estabelecida pela dimensão impossível do real.

Nessa perspectiva, na seção seguinte discutirei a implicação das análises dos processos de ressignificação realizadas anteriormente, levando em conta um recurso metodológico da AD, que aponta que toda análise segue imbricada necessariamente com a teoria, tal como foi feito até aqui. Além disso, faz parte da postura ética do analista revisitar a teoria, para que não se sustentem retomadas automáticas da mesma, mas a abertura para outros gestos interpretativos.

3.4.3) Ressignificação: autoria e alteridade entre oralidade e escrita

Nesta seção, pretendo inicialmente analisar como as tecnologias da escrita impuseram às formas orais a crença de que estas últimas não lidam com enigmas. Esses foram tomados como “problemas exteriores a uma obra”; seja a uma narrativa oral ou a um romance escrito. Por meio de autores como Auroux (1992), Lukács (1963) e Ginzburg (2001), principalmente, mostrarei que tecnologias como a gramatização, o romance e o discurso da verdade e da razão (a que está filiada a forma-indivíduo) fizeram crer numa escrita lógica, linear e isenta da retomada das vozes do interdiscurso. Com isso, houve uma cisão entre verdade e ficção. Os enigmas conduzidos por questões

universais foram alocados somente no fio intradiscursivo do dizer, seja quando se trata de uma narrativa ou um romance.

Em seguida, discutirei como os processos de ressignificação analisados são efeito do discurso transversal na acepção de Pêcheux (1993); trata-se de limites (início e fechamento) arbitrários ao sentido. Tais limites podem ser entendidos por meio dos efeitos de texto (ORLANDI, op.cit.) e textualidade (GALLO, op.cit.) e permitem acompanhar como as vozes da oralidade têm sua circulação disfarçada de forma semelhante ao que ocorre com o romance escrito, sendo que em ambos há formas dos enigmas vindos do interdiscurso serem disfarçados e não serem diretamente acessíveis; o que mostra que mesmo que não se alcance a origem mítica do interdiscurso, há que se considerar a forma pela qual o real intercepta a alteridade entre oralidade e escrita.

Pois bem, sabemos que é consistente o controle político das relações entre sujeito e linguagem por meio do discurso da escrita. Entretanto, isso não impede de atentarmos para uma regularidade e uma presença marcada da oralidade. É o que vimos nas ressignificações analisadas. A partir disso, procurarei mobilizar uma discussão que mostra que mesmo que a oralidade se faça presente de forma aparentemente dispersa e ao mesmo tempo organizada, o discurso da escrita é incisivo ao ponto de ser a própria condição dessa regularidade da oralidade.

Como um dos recursos de poder, a escrita foi cooptada pela gramatização. Para Aurox (1992), a gramatização refere-se à mudança na “ecologia da comunicação” que o aparecimento de dicionários provocou, possibilitando ao ocidente recursos de dominação cultural. Foi esta uma tentativa de formatar a oralidade aos instrumentos lingüísticos de assujeitamento cotidiano.

Outro caso do efeito incisivo da escrita é mostrado por Nunes (1994). O autor analisa como a visão etnocêntrica dos colonizadores europeus destituiu o nativo indígena brasileiro do lugar de interpretação legítimo que lhe atribuía uma maneira específica de interpretar a realidade. Os colonizadores alimentaram uma ilusão de que eles, colonizadores, é que traziam o lugar fundante, sendo assim, fundadores do “primeiro” gesto de interpretação.

Fizeram isso utilizando os próprios elementos de saber dos índios, sua própria oratória e pajelança. O lugar de significação do índio foi submetido à leitura européia, sob justificativa de que a instituição da escrita era que permitiria a chegada ao saber verdadeiro. Tanto foi assim que, como prossegue Nunes (op.cit.), os primeiros contatos

dos índios com a escrita promovem espanto, por conta da noção que passaram a ter de que havia poder mágico naquela maneira de sistematização das coisas do mundo.

Pfeiffer (1995) comenta Nunes a respeito de como esse mecanismo discursivo ancorado na “leitura inicial” dos colonizadores, mesmo num país de riqueza na tradição oral como o Brasil, alimentou a formação imaginária de que a autoria se sustenta por recursos de antemão fortalecidos pela escrita.

Também contrário às concepções etnocêntricas firmadas na superioridade da forma escrita, Graff (1986) aponta que a escrita alfabética ocidental contou com fortes doses de oralidade na sua constituição. Esse instrumento, que serviu primariamente ao Estado e à burocracia foi transportado ao espaço escolar, onde, por meio de uma hipervalorização das habilidades, foi possível o monopólio ainda maior do poder envolvido no projeto civilizatório.

Tal como já aponte anteriormente, por meio de Gnerre (1987), a escrita comporta a dimensão do político. Assim, os autores que se filiam a esse paradigma contribuem para reafirmar o *continuum* (TFOUNI, 1992b) que percorre a alteridade entre discurso da escrita e da oralidade, tal como foi mostrado na análise dos processos de ressignificação. Com isto, quero debater como, mesmo com a alteridade entre oralidade e escrita, marcada por diversos autores, a escrita submete a forma oral e as vozes da oralidade a um controle político que “apaga” ao próprio sujeito-autor movimentos de retomada de outras histórias.

Nesta mesma linha do debate, relacionada à incidência dos mecanismos discursivos da escrita, Bakhtin (1990) também contribui quando explica como a literatura mais dogmática do romance escrito submeteu a literatura oral. Isso por meio da imposição de uma voz única para caracterizar os personagens, o que silencia a literatura polifônica (carnavalesca) em que os vários personagens se manifestam por falas próprias.

A retomada de várias vozes discursivas – seja no romance, seja na narrativa – ocorre num tempo histórico único, pois é constituinte da experiência. É por meio da narrativa, aponta Bakhtin (1990), que o homem se engrandece diante da contradição entre suas necessidades e sua realidade material. Portanto, como vimos nas ressignificações, é assim que o tempo histórico pode ser remodelado, uma vez que nelas, diferentemente do romance, autor e ouvinte-leitor ainda permanecem numa composição “externa” à obra.

Ainda assim, quero enfatizar que nas narrativas e no romance o confronto com um enigma (no sentido das questões universais, tal como apontado no início desse trabalho) é constitutivo da construção social da obra. Em relação à incidência das formas do mito na discursivização narrativa, ela pressupõe articular a impossibilidade de se decifrar uma totalidade dos temas universais.

Entretanto, os efeitos de origem e completude vistos nas narrativas analisadas se alimentam da consolidação dessa possibilidade, vista no romance. Temos, portanto, outro ponto de assujeitamento da oralidade à escrita. Por meio do romance, esse enigma constitutivo do dizer ganhou o disfarce de “início” e “fim” socialmente aceitos e historicamente marcados.

Em suma, a possibilidade de o discurso narrativo se alienar à forma do romance escrito e do discurso literário, por exemplo, é possível por conta: da forma do sujeito jurídico (por conta do controle da interpretação, no campo das formações imaginárias do interlocutor) e, ainda, do efeito do texto e da textualidade, que permitem considerar, além da memória discursiva das vozes da oralidade apontadas nos processos de retomada, o formato discursivo do romance (seu efeito de completude).

Neste momento desloco-me um pouco dessa revisão teórica que contribui para mostrar, mesmo considerando a consistência da oralidade, o poderio consolidado da escrita, para discutir um ponto que considero uma contribuição que posso oferecer sobre a questão da autoria em sua relação com a oralidade e a escrita. Vejamos como.

Lukács (1963) nos ensina que o mundo grego versava sobre a totalidade da própria perfeição do mundo terreno. Num percurso, que vai do período homérico à transcendência platônica, a epopéia, a tragédia e a filosofia aparecem como formas enigmáticas, verdadeiros hieróglifos que ajudam a estruturar o mundo.

Lukács (op.cit.) ainda argumenta que epopéia e romance – ambos são objetivações da literatura épica – versam sobre a essência da vida. Entretanto, o romance consolida-se num momento em que as questões da essência da vida deixam de ser constitutivas e são colocadas à parte como problemas passíveis de resolução. Para Lukács (op.cit.), mesmo assim, o romance não deixou de lado o enigma da totalidade vista na epopéia, apenas passou a construir e decifrar o próprio enigma de totalidade, numa espécie de efeito circular.

Numa leitura discursiva, poderia dizer que houve uma cisão operada entre o enigma coletivo, visto na epopéia, e aquele fechado (intradiscursivamente) dentro do

romance. Esta operação fornece bases para o que ocorre sob o modo de disfarces do intradiscurso em relação ao interdiscurso (presença de outras histórias) nas narrativas.

Pela via da memória discursiva, então, temos a incidência mais visível do intradiscurso como veiculador de um enigma no discurso narrativo por conta desta determinação do romance. E esse artifício, como vemos com as contribuições de Lukács (op.cit.), firmou-se na cisão entre a forma oral da epopéia e o romance escrito, o que promoveu, por sua vez, uma cisão entre o sujeito e a coletividade do enigma⁶⁷, como se este somente pudesse ser abordado de forma “externa” ao sujeito.

Podemos entender que houve uma substituição desse enigma da oralidade compartilhado coletivamente por um enigma da escrita, que se tornou disponível somente no intradiscurso. Trata-se de um mecanismo do imaginário. Assim, mesmo que qualquer posição sujeito lide, mesmo sem o saber, com o enigma do real, no caso do discurso da escrita, este enigma toma a forma de uma verdade de cunho “interior” (intradiscursivo) em relação aos dizeres “exteriores” a qualquer obra.

Dessa maneira, a relação imaginária entre escrita e enigma (relação esta que se refere à possibilidade de pela escrita as questões universais serem decifradas) ganha forma de verdade universal. É também por conta disso que a escrita sustenta seu poderio simbólico. No lugar da construção de uma verdade singular, vemos, assim, uma suposta verdade universal, que é da relação entre escrita e enigma, somente a partir da qual o sujeito posicionar-se-ia pela autoria.

A respeito dessa relação entre verdade e escrita do sujeito, gostaria ainda de trazer Ginzburg (2001, p. 42), quando relata que há um debate em que se sustenta que

⁶⁷ Almeida e Queiroz (2004) comentam as diversas estratégias de coletas de histórias indígenas, ao mesmo tempo em que discutem as noções de mito e História. Dentre os vários debates conduzidos por estas autoras chamam a atenção para a influência da forma romanesca (fortalecida pela ficção individual do sujeito) no momento da coleta das narrativas indígenas. Com isto, elas querem chamar a atenção para o esforço com que o coletor das histórias deve proceder para não transformar os mitos em alegorias. Apesar de longa, vale a citação: “A literatura retoma por jogos de transformação, repetição, deformação, os grande cenários míticos (...) O romance, desde a Renascença, é obra pessoal de um indivíduo, o que implica um texto único, primeiro situado historicamente. Não é o caso do mito do qual se ignora a versão primitiva, se é que essa existe. O romance vai se basear em recursos de análise psicológica, pouco presentes no mito, que coloca em cena figuras e não personagens, utilizadas como motores das ações e não como sensibilidades individuais. O romance compreende uma dimensão estética, entendida como vontade de fazer obra de arte, como todos os efeitos que ela supõe, no plano da forma, da estrutura, da escritura”(ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 253, 254). A relação entre este estatuto da verdade “passada em ato” pelo mito (expressão minha) retoma a discussão sobre o estatuto do simbólico na constituição do sujeito e em seu tratamento com uma ficção imaginária na forma de um drama individual. Afinal, a repetição mítica mantém sintonias desniveladas com os registros do sujeito na estrutura; resumidamente, a dimensão coletiva da transmissão do mito, que, como apontam as autoras, assegura a própria sobrevivência de uma etnia, situa o sujeito numa dimensão que não é a mesma da consolidação das literaturas do romance.

os mitos não existiram, mas que o que existiu foi uma mitologia, ou seja, “um discurso agressivo da razão contra um saber tradicional indeterminado”. O autor assim aponta que este debate admite perguntar se, sendo assim, os mitos não seriam também eles uma manifestação etnocêntrica.

Deixando um pouco de lado a profundidade desse questionamento, interessa neste momento examinar o envolvimento da queda da narrativa mítica diante de tecnologias lógicas como a escrita.

Por meio da análise dos usos de diversas obras artísticas e filosóficas, Ginzburg (2001, p. 56) auxilia neste entendimento, ao sinalizar como ao longo da nossa tradição intelectual a conscientização diante de uma suposta “natureza mentirosa dos mitos” e da poesia “acompanhou como uma sombra a persuasão de sua verdade oculta”.

Reportando-nos às contribuições de Lukács (op.cit.), podemos ver como a cisão entre a forma oral da epopéia estabelecida socialmente fez uso desta necessidade de conscientização, tal como analisada por Ginzburg (2001), de que a verdade pode existir, desde que permaneça oculta, o que se torna uma estratégia de largo alcance para o controle da interpretação dos arquivos, sistematizados escrita ou oralmente.

Esta estratégia me faz retomar algumas questões iniciais deste trabalho, quando mostrei parte do processo de determinação jurídica do sujeito, complementando-as ainda com as colocações de Ginzburg (2001), para quem foram as tecnologias que, no ocidente, permitiram a distinção entre visível e invisível, entre verdade e ficção.

No caso, podemos encarar o estatuto discursivo do romance como da ordem da regularidade discursiva alienada à forma individual do autor, que, tal como entendo, faz parte de outro lugar do arquivo, ligado à sistematização da dimensão enigmática do mito, na forma de um conhecimento lógico organizado pela escrita.

Após essa discussão inicial, proponho um breve retorno às análises dos processos de resignificação para um debate sobre a repercussão da assunção do sujeito em meio a oralidade nesse poderio consolidado pela escrita.

É sabido em AD que o interdiscurso é este panteão dos significantes sócio-historicamente consolidados que, tomando formas imaginárias, possibilita partidas e chegadas pela via do Outro. Em suma, para haver o jogo político com os sentidos, é preciso lembrar que inclusive as “coisas a saber” são filiadas ao interdiscurso (PÊCHEUX, 1997a).

Considerando isso, o dispositivo inicial de análise apresentado se apoiou indiretamente ainda na premissa de Henry (2001), para quem sujeito, sentido e

significação não têm origem, nem tampouco se fecham; o fechamento da narrativa, como apontava ao discutir o conceito de autoria, é imaginário. Resgatando ainda minha afirmação inicial sobre as condições de produção do discurso narrativo que permitem reviravoltas nas evidências imaginárias, proponho assim começarmos desnaturalizando o efeito de começo e fim das histórias contadas.

E não é possível marcar início e fim por conta da impossibilidade em se alcançar um ponto ideal para situar a presença do sujeito diante do Outro. Dentro dessa impossibilidade, também está incluída a de buscar a origem da relação entre formas oral e escrita; mesmo porque sujeito e sentido não têm início e fim delimitados na linguagem, portanto, seus objetos imaginários, no caso, as formas oral e escrita da língua, também não.

Por conseguinte, entendo que a separação entre ambas as formas é cunhada imaginariamente por mecanismos ideológicos semelhantes aos da separação entre sujeito e sentido, entre interior e exterior discursivo.

Isso pode ser resgatado de Pêcheux (1993), quando este autor aponta a impossibilidade de encontrarmos apenas uma forma-sujeito, impossibilidade esta que vimos na análise. O complexo de várias formas-sujeito vai ao encontro da hipótese de que são as formas de recalque do sentido que sustentam efeitos de alienação, por um lado, e ruptura, por outro, que, relativizando a análise, possibilitam articular várias formas-sujeito. Dessa articulação engrenada em diversos pontos da análise, vimos rastros de subjetividade, que asseguram minimamente possibilidades de o sujeito marcar uma identidade, em meio à porosidade (termo de INDURSKY, 2007) das FDs às quais não está somente assujeitado, mas marca pontos de ruptura.

Além disso, quero apontar para o fato de que, a partir das questões iniciais desta pesquisa, essa ilusão do sujeito de que começa ou termina uma história pode ser entendida como uma tentativa de lidar com a dimensão impossível do enigma. Decorre daí que sujeito e sentido não têm origem nem a contradição entre ambos se resolve. É o que já tentei pontuar no uso do significante “emprego” (em “Sargento Verde”) ou do significante “priguiçoso” (em “Pedro Malasarte”); que, embora alienado ao sentido dominante, não se encontra alienado da mesma forma em diversas posições discursivas, porque a singularidade se manifesta, mesmo que o sujeito desconheça no plano das “coisas a saber”, seus vários sentidos. Assim, o que é da ordem do impossível de ser enunciado circula na forma do enigma (além de suporte das questões universais,

entendido também como índice do real), cuja dimensão se divide em impossível e contingente⁶⁸.

Sendo assim, é preciso considerar que não é possível definir inícios ou retomadas exatas nesses processos de ressignificação, por conta do real que atravessa qualquer atividade narrativa e com o qual, como já apontou Tfouni (2005), o sujeito deve lidar para se posicionar como autor.

Afinal, como ocorrem essas retomadas na produção oral de uma mulher não-alfabetizada, sendo que lhe está interdita a leitura direta, em livros? No sentido pedagógico escolar, a interdição a uma leitura da base material do livro torna-se uma limitação para que o sujeito-narrador lide com a interdiscursividade. Contrariamente, há casos que mesmo disponibilizando a base material, a leitura pedagógica não possibilita ao sujeito ocupar a posição de autor e lidar com formas da memória e do arquivo. É o que mostram os trabalhos de Assolini (1999, 2003), Pacífico (2002), Gallo (1995), Pfeiffer (1996). Contraditoriamente ainda, mesmo sem acesso à base material que veicula essas histórias, o sujeito em questão circula por diversos lugares do interdiscurso.

Para entender isso em parte, é que esta seção trata da dimensão enigmática da relação entre oralidade e escrita. Para debatê-la, lembro Tfouni (1992b, 1994, 2004), para quem o trânsito das práticas letradas não se reduz à questão da presença ou ausência da escolarização.

Portanto, esta questão, para a qual não procuro uma explicação compreensiva, é aqui desnaturalizada do discurso pedagógico para ser encarada como um enigma coletivo, que pode nos auxiliar a lidar com a complexidade da alteridade entre oralidade e escrita sem nos prender somente ao que discursos como o científico e o pedagógico dizem sobre essa relação.

Tomo assim por pressuposto que a dimensão impossível do real, em sua natureza mítica, não fixa uma origem ou um ponto de localização para o dizer. Disso nos resta sua dimensão contingente. Isso permite dizer que os processos de ressignificação analisados são atravessados pela contingência da contradição entre oral e escrita, ainda que nos restem apenas algumas pistas dessa contradição, tal como se construiu sócio-historicamente.

⁶⁸ Ao me referir a estas dimensões, apóio-me principalmente em Dör (1989), que, ao retomar Lacan, analisa a intersecção entre necessidade, desejo e demanda com a engrenagem do impossível e do contingente, de onde o desejo inalcançável diretamente se articula sob forma de demandas imaginárias.

Nos recortes analisados, vemos como a submissão à ilusão de originalidade e às formações discursivas dominantes possibilitam ao sujeito a possibilidade de lidar com a dimensão do enigma. Isso porque há formações imaginárias que constroem pontos de exterioridade ilusórios, porém necessários para a tomada de posição do sujeito.

Neste momento, é apropriada a teorização sobre discurso transverso, porque ajuda a apontar o engodo da origem do dizer na discursivização da atividade narrativa. Citando Pêcheux (1993, p. 171, 172):

A tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um ato originário do sujeito falante: ela deve, ao contrário ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real-ideológico discursivo, na medida em que ela “se volta para si mesma” para se atravessar.

Esse efeito de exterioridade autoriza o sujeito-narrador a tentar marcar a diferença em relação às histórias já contadas e contraditoriamente o faz reproduzir os sentidos dominantes. Como há recalque no discurso transverso, aquilo que do recalque continua a pulsar permite analisar o efeito de origem que repercute nessas narrativas por meio de suas formações imaginárias.

Os efeitos do discurso transverso e de pré-construído, somados ao efeito das tecnologias da escrita sustentam o formato imaginário da narrativa sob o discurso da escrita. Esses mecanismos de recalque da oralidade tornam-se cruciais para entender os limites da circulação da prática letrada de contar histórias.

Lembremos que por efeito de pré-construído Pêcheux (1993) entende partes do enunciado, reenviadas ao plano das “antecipações” e “exterioridades”. Por conta desses efeitos, os rastros de outras histórias nessas histórias são apagados.

Isso quer dizer que para marcar singularidade pouco adianta ao sujeito-narrador preencher lacunas de sentido com significantes mais “familiares” ao ouvinte, pois a alienação ao efeito de apagamento é mantida. Desse modo, estando alienado ao mito individual (no sentido apontado pela Psicanálise lacaniana, da separação entre subjetividade e objetividade), focado no relato objetivo e descentrado, para articular pontos de autoria, o sujeito significa não apenas ocultando os dizeres sobrepostos a outros dizeres, mas parafraseando o sentido dominante, filiando-se a algumas formações discursivas.

Junto disso, vemos o trânsito dos significantes na larga dimensão dessas ressignificações proporcionar formas de resgate da memória sócio-histórica, por meio das quais o sujeito resgata elementos de sua historicidade.

Pois bem, como aponta Pêcheux (1993), para haver sentido, é preciso que haja no simbólico limites à interpretação. Logo, é necessário que haja um limite, ainda que arbitrário, que marque um início também arbitrário para o início dessas histórias.

No discurso da escrita, o fechamento, mesmo arbitrário, está sempre “já lá”, mesmo com expressões postas no início da narrativa como “era uma vez” (GALLO, 2009).

Marcada essa revisão teórica que nos ajuda a entender a ilusão de origem nessas histórias, mais importante, para a presente discussão, é considerar que essas ressignificações mexem com o jogo político das formas orais e escritas da língua. Lembrando mais uma vez que na perspectiva de letramento de Tfouni (2004) é por conta desse mecanismo da origem, sobre o qual versa o discurso da escrita, que se torna possível a posição de autoria.

A partir disso, é possível perguntar que lugar há para o sujeito, cujas estratégias de retomada se encontram na dispersão da oralidade vistas nas análises, quando nas posições que ocupa está cercado pelos sentidos dominantes?

Uma das bases desse lugar está na articulação entre a determinação jurídica do sujeito e alguns artifícios ligados ao controle político da escrita. Isso porque tal determinação repercute nesta discursivização da atividade narrativa, na medida em que é filiando-se à ilusão de origem, fim e de controle transparente da interpretação (do plano da lei jurídica, aqui explicada com as contribuições de HAROCHE, 1992; PFEIFFER, 1995) que os saberes interdiscursivos se articulam, mesmo quando se trata de um sujeito não-alfabetizado. Quer dizer, mesmo não-alfabetizado o sujeito está inscrito no discurso da escrita.

Sobre o fato de se tratar de histórias relatadas por um sujeito não-alfabetizado, é preciso resgatar parte da memória sócio-histórica ocultada por trás desta pista que tenho nesta minha investigação sobre a relação entre a ressignificação e a relação entre oralidade e escrita. Quem me socorre neste resgate é Soriano (1977).

Ao analisar a trajetória da obra de Perrault, este autor mostra que na transição do século XVII para o XVIII havia uma quantidade relevante de camponeses, cujas práticas de leitura – notícias horríveis, histórias extraordinárias, adaptações de obras elaboradas e caídas em desuso – mantinham reduzido valor cultural.

Com isso, começa uma tentativa de cisão entre oralidade e escrita, que reforçada pelo jurídico, separa a erudição, notável pelas formas do “bem dizer”, dos elementos orais “concretos” utilizados pela população camponesa. Numa postura etnocêntrica, alta

nobreza e burguesia consideram que os camponeses parodiam a cultura erudita. Com mais esta estratégia de fortalecimento do discurso jurídico, exclui-se da tradição considerada erudita a sistematização de códigos da oralidade⁶⁹.

Ainda assim, segundo Soriano (1977), posicionando-se num “mundo à parte” da escrita formatada pela gramática, os cânones da tradição oral possibilitaram a preservação das histórias da “mamãe ganso” ou da “carochinha”, como eram conhecidas. Consolidadas e legitimadas, pela própria prática social do narrar, foram coletadas por Perrault, por exemplo. Isso contribuiu para que a memória do dizer fosse marcada por processos de resignificação.

Enfim, isso pode ser confirmado pela transmissão, desde a tradição ibérica, da história de Pedro Malasarte que, mesmo não abordada por Soriano (1977), pode ser vista nas coletas de Romero (op.cit.) e Cascudo (1984, 2003b).

Com isso é possível afirmar a persistência da regularidade não apenas da escrita, mas da oralidade. Dentro disso, podemos afirmar que se de um lado a autoria sofre influência do efeito de unidade do discurso jurídico, cujo cânone são as gramáticas e a união dos modos de falar, de outro lado sofre influência dos cânones das histórias da tradição oral, cujo efeito é submeter o sujeito ao efeito dispersivo da oralidade.

Tendo mostrado, portanto, até aqui, de que maneira o mecanismo ideológico faz acreditar que é a escrita, enquanto suporte tecnológico por excelência, que legitima o lugar da interpretação, pergunto: como podemos estabelecer parâmetros para relações de leitura mantidas pelas narrativas analisadas?

Vimos que há um efeito de regularidade nas histórias de “dona” Madalena levado a efeito por meio de processos de resignificação. Isso permite considerar que tal regularidade ocorre por meio de temáticas que tendem à estabilização semântica dos sentidos produzidos sócio-historicamente.

Essa sistematicidade do arquivo e da memória sócio-histórica do dizer repercute no efeito-autor e no controle da deriva dos sentidos, tal que marque a posição de autoria.

⁶⁹ Trata-se de um código de difícil visualização, posto que o encaramos de um lugar em que a escrita sustenta efeitos de transparência. Num exercício de mostrar o virtuosismo e a complexa rede de memória envolvida neste arquivo da oralidade, lembro do filme sobre os irmãos Grimm. Num enredamento que convida o espectador a desnaturalizar o efeito de linearidade da escrita, neste filme há momentos de dificuldades em reconhecer e complexa rede de histórias do arquivo da oralidade disposto na memória discursiva. Outro recurso oportuno é o livro de Calvino “Se um viajante numa noite inverno”. Tal como comentei em trabalho anterior (PEREIRA, 2005), ele contribui para desnaturalizar a sisudez do discurso da escrita, porque permite ao leitor “se perder” em meio às pistas de trechos de algumas histórias apresentadas na forma de outras histórias, interrompidas repentinamente ao longo do livro.

Tal posição não impede a instalação de uma dispersão da oralidade, tal que torne possível vermos várias versões das “mesmas” histórias presentes na tradição oral. Diante da impossibilidade do sujeito-narrador se dar conta que parafraseia, há possibilidade ao analista fazer esta leitura por meio do modo como mobiliza o arquivo e legitima o a função-autor (singularidade dessa paráfrase) efeito-autor (fechamento) mobilizados na posição de autoria.

Isso porque é coletiva a circulação de uma questão mais ampla e cara ao sujeito: sua condição de intérprete. Dessa forma, os gestos interpretativos possibilitados pelo retorno ao arquivo não se saturam na forma oral, mesmo que estejam alienados aos sentidos dominantes e à maneira desses articularem pontos de notória influência da forma individual do mito (mais alinhado, por sua vez, ao isolamento de um enigma como ocorre com o retorno das histórias, na forma intradiscursiva, ou seja à forma disfarçada desse retorno).

Mesmo que haja certa organização da prática de contar histórias, tal como vista aqui por meio das análises, devemos considerar a desvalorização dos arquivos organizados na forma oral, desvalorização esta com a qual procuramos romper, ao indiciar posições de autoria possíveis por conta do retorno às histórias coletadas na tradição oral (conforme Tfouni também vem mostrando em seus trabalhos, 2004, 2005).

Pêcheux (1997b) auxilia nessa questão quando, ao tratar dos gestos de leitura, inclui os anônimos além das posições daqueles que são oficialmente autorizados a interpretar. Considerando tal jogo político, então, analisar esses processos de ressignificação, apontando a leitura de quem “não lê” ou aquilo que não é dado diretamente a ler, é contribuir para relativizar o poderio dos discursos altamente letrados; discursos estes que, de acordo com Tfouni (2004), sustentam efeitos de verdade que se apóiam na literalidade da interpretação e no apagamento das condições de produção fortalecidas pelo atrelamento entre escrita e domínio do raciocínio lógico⁷⁰.

Argumentei anteriormente sobre como a impossibilidade real de uma mulher não-alfabetizada ler histórias em livros, para recontá-las, não impede a contingência do real, que versa sobre a circulação coletiva dessas histórias. É a forma mítica de uma narrativa mais ampla, vinda pelo Outro, por meio das vozes da oralidade discursivizadas

⁷⁰ O aprofundamento desta questão se encontra em Tfouni (1988, 1992b, 2004) e também no trabalho “o discurso do cotidiano: formas alternativas de lidar com a ausência da escolarização”, apresentado no “II Congresso Diálogos sobre Diálogos”, em março de 2008, em Niterói-RJ.

pela ressignificação e filiada ao jogo entre sujeito e sentido, que faz desta contingência uma forma da alteridade entre oralidade e escrita.

Com isto, pretendi mostrar que tais ressignificações admitem um lugar para o sujeito letrado, mesmo não-alfabetizado, que é de norteador do resgate da memória discursiva necessário para provocar o jogo político da relação entre oralidade e escrita. Esse jogo não se finaliza, uma vez que faz parte da dimensão talvez mais ampla do real com o qual o sujeito deve lidar na posição de autoria, aceitando inclusive uma postura de tolerância diante de um não saber sobre a relação entre oralidade e escrita.

A posição de autoria (afetada pela função e pelo efeito-autor), possível na forma oral e escrita, e que movimenta a alteridade entre oralidade e escrita, põe os sentidos a circularem socialmente, assegurando que o enigma do sujeito intérprete é constitutivo de seu modo de lidar com a linguagem. Isto lhe possibilita sua re-alocação no simbólico por meio de um contradiscurso diante da supremacia consolidada ideologicamente pela escrita.

Vimos como essa supremacia ocorreu à custa de um imaginário lingüístico. Imaginário este que, aponta Pêcheux (1993), funciona a reboque dos mecanismos ideológicos e possibilita diversas formas-sujeito. Em meio ao mecanismo ideológico da escrita, há lacunas para as rupturas do dizer.

Aprofundando as discussões dos capítulos anteriores sobre o poderio da escrita, cooptado pelo discurso jurídico e científico, esta seção pretendeu apontar de que forma a dimensão coletiva a qual o sujeito está submetido permite a circulação das práticas letradas.

Filiando-me à visada sócio-histórica sobre a escrita, acrescentei que é por meio da oralidade que o sujeito lida com este duplo caráter do mito envolvido à autoria. O primeiro deles articulado à ilusão de origem já marcada por Tfouni (2004) por meio da presença do esquecimento número um, cuja ilusão de descentramento e objetivação se sustenta ainda na forma individual do mito alienada à interpelação do sujeito jurídico. E o segundo, mais ligado ao caráter de passagem e de transmissão do saber interdiscursivo que a oralidade, rompendo com os mecanismos da escrita permite ao sujeito.

Aprofundando essa discussão, veremos, por meio da análise de alguns recortes, como o sujeito da escrita e o sujeito do letramento emergem indiciados em momentos de dispersão dos significantes.

3.5) – Mito da escrita, sujeito do letramento⁷¹: o acontecimento na autoria

Pela via da análise recortada em processos de ressignificação, vimos até aqui como a sistematização do arquivo, por meio de pistas da oralidade, possibilita traços de singularidade, cooptados pelo mito individual e pela ideologia. Em seguida, houve um retorno às questões teóricas deste trabalho.

Seguindo esse caminho, nesta seção trarei a análise de seqüências discursivas recortadas da discussão teórica que se apóia na contradição entre as posições de sujeito da escrita (contenção da deriva) e sujeito do letramento, e que indicam marcas de acontecimento discursivo que sinalizam posições de autoria.

Para isto, antes, é necessário retomar Tfouni (2004, p. 86-87):

O sujeito da escrita é dominado por uma onipotência que produz nele um efeito-força (poder). As explicações dadas para isso são de natureza vária: cognitivas (o domínio da escrita levaria à abstração, descentração, metaconhecimento); ideológicas (o texto escrito, por ter começo, meio e fim, fortalece a ilusão necessária da completude); e epistemológicas (a centralidade do lingüístico, e, dentro do lingüístico, da linguagem escrita, torna mais forte a ilusão da transparência do sentido, além de dar ao sujeito da escrita o sentimento de que ele “faz um” com o texto produzido). O sujeito do letramento, no entanto, não é necessariamente alfabetizado. Isso significa que nem sempre estão ao seu alcance certas práticas discursivas que se materializam em portadores do texto específicos (na modalidade escrita, portanto), cujo domínio é fundamental para efetiva participação nas práticas letradas.

Seguem as seqüências:

SD 17 - U seu **rei**, **siô**, **siô rei**, eu tive na casa do gigante e o gigante falô assim, si o **siô** quisé, ele, é pa vim buscá a cuberta dele po **sinhô** cubri, porque tá fazeno frio, o gigante dá aquela cuberta que é di oro, qui é di, di oro não, di citim. Dá, dá até pu **sinhô**. (...) Aqui, o **rei**, só, aqui seu **rei**. O gi, o gigante qué fazê as pazes co **senhor**, mandô até cuberta pu **sinhor** ó. Ele oiô.(...) Não, gigante, gigante também tem um papagaio lá muito bunito, ele falô assim qui si o **sinhô** fazê as paze cum ele, ele dá aquele papagaio po **sinhor**. Aí, aí... (Piqueno, Piqueninho).

SD 18 - (v.n.) Aí o rei falô: (v.p.rei)- Cê trouxe mesmo, Piqueno Piqueninho! (v.n.) Falô: (v.p.Piqueno Piqueninho) - Não, eu truxe di verdade. Agora cê faiz aí o que o **sinhô** quisé, ó. Eu disci du cavalo e eu caí do cavalo. Agora, disci du cavalo e o gigante taí po **sinhô** fazê as paze cum ele. (v.n.) Tava aquele fuguerão, né? Aí o ... tinha

⁷¹ Uma versão inicial desta seção intitulada “Mito da escrita e sujeito do letramento” (versão esta que não incluía o segundo recorte aqui apresentado) foi apresentada no V Congresso da ABRALIN, 2007, na comunicação coordenada intitulada “Mito, inconsciente e ideologia: giros da alteridade no tratamento do sujeito do discurso”; entretanto, não se encontrava aprofundada a discussão teórica aqui trazida.

cunvidade uma pução di gente i o **siô rei** deu um, deu um impurrão assim no gigante e falô assim:(...) (v.p.rei) - Ah! Piqueno piqueninho, agora cê mora cumigo. Mora aqui na **fazenda**, mora aqui na **fazenda** cumigo! Qui eu gosto muito di você, do seu, seu irmão. Já fez tudo que eu queria (idem).

A partir dessa fundamentação teórica, pretendo discutir o estatuto da dispersão dos sentidos indiciada por meio da substituição entre os significantes grifados (“rei, senhor, sinhor, sinhô, siô”), que sinaliza parte de uma contradição entre sujeito da escrita e do letramento.

Essas marcas de dispersão põem em movimento uma alteridade entre escrita e oralidade, configurando outro patamar para os sujeitos da escrita e do letramento (TFOUNI, 2001, 2004). Trata-se da ilusão da “escolha” do significante ideal para se representar pelo Outro, estratégia por meio da qual a forma individual do mito fortalece o sujeito da escrita.

Relembrando Pêcheux (1993), sabemos que a forma-sujeito está imbricada ao saber interdiscursivo de uma FD, que sustenta relações de recusa, de denegação, que, por sua vez, aparecem em formações imaginárias que encorpam o efeito da ideologia. Para esse autor, a grande questão da apropriação do sentido é o apagamento do processo sócio-histórico rumo à evidência do sentido. Ocorre que esse apagamento é constitutivo, uma vez que não há linguagem sem sujeito, nem este sem ideologia.

Desse modo, é fundamental ao analista interpretar o efeito de unidade infiltrado por meio de formações imaginárias. Afinal, não é por ser constitutiva que a ideologia atua da mesma maneira, apagando quaisquer pistas da memória sócio-histórica do dizer, nem unindo quaisquer significantes.

Em meio a esse efeito de unidade, há a possibilidade da deriva dos enunciados, pois apoiados na memória sócio-histórica (arquivo) realocam o sujeito num outro patamar de sua própria constituição pela dispersão dos sentidos. Em suma, o sujeito é constituído pelo efeito de unidade e pela dispersão. Esta, quando imbricada ao efeito de unidade, retorna como possibilidade da deriva dos enunciados que, de acordo com Pêcheux (1997a), refere-se às marcas de diferença e alteridade desses enunciados.

Considerar a possibilidade da deriva permite-me apontar “sinhô” como uma forma de deslizamento metafórico de “senhor”, indicativo da memória sócio-histórica sobre o negro africano trazido para o Brasil na condição de escravo. Dessa forma, é

oportuno analisar não somente a filiação dos significantes “rei” e “sinhô” a uma FD dominante, mas também a implicação do uso de “sinhô” em relação à dispersão do sujeito e ao controle da deriva diante da memória discursiva.

Somado a isso, temos o efeito de unidade decorrente deste apagamento viabilizado pelas diversas formações imaginárias. Concorde Pêcheux (1993) estas são parte do sintoma da necessidade de repetição da ideologia, aqui vista por esta articulação do uso de “rei” e “sinhô” numa mesma FD. É esta repetição que alimenta o efeito ideológico da alienação do sujeito-narrador à mesma FD dominante, naturalizando o sentido de poder representativo ligado ao uso de “rei” e “sinhô”.

Neste caso temos a posição autoria afetada pelo embricamento entre função e efeito-autor, reconhecimento e ineditismo, marcados pela oralidade alienada ao discurso da escrita

Como afirma Maingueneau (1991, p. 18), espaços de dominação referem-se a formas enunciativas, cujos elementos definem “no espaço social uma determinada identidade enunciativa historicamente circunscrita”. Isso não significa que para o sujeito há apenas um lugar nesta FD, mas pelo menos um.

Por um lado, temos a dispersão no uso substitutivo de “rei” e “sinhô”, como metáfora. Por outro lado, temos um efeito de linearidade do sentido, o que alimenta a ilusão de obviedade e completude do sujeito da escrita. Além dessa via de acesso à completude da escrita, conforme aponta Tfouni (2004, 2005), é preciso destacar neste caso, a tentativa de o sujeito emergir de uma maneira precisa, por meio da tentativa de “escolha” do significante ideal para designá-lo diante do Outro, o que ocorre pelo uso de “sinhô” e pela implicação disso com o mito individual.

Esse índice de deriva do enunciado será tomado como sinal da “escolha” ideal, decorrente da falha do ritual de toda ideologia, o que, conforme Pêcheux (1993) também é constitutivo do sujeito do discurso e fundamenta o esquecimento número um. Tal “escolha” pode ser vista na retroação com o uso de “fazenda”, marcado ao final do recorte. Ela garante a certeza da “escolha” organizada pelo mito individual; e, assim, assegura ao sujeito-narrador um lugar diante da dispersão, quando, ao retroagir com “fazenda”, consolida de forma semanticamente estabilizada, o uso de “sinhô”.

Dessa maneira, “escolher” pelo uso de “sinhô” consolida o controle da deriva e uma posição do sujeito pela forma individual, pois se ilude de ter encontrado uma

verdade objetiva (por meio de um significante). Para além da posição de autoria assegurada por esse controle da deriva, uma vez que o sujeito permanece filiado à mesma FD dominante, temos ainda uma convergência para a singularidade do sujeito cujo estatuto é da marca do acontecimento no uso de “sinhô”.

Esse estatuto de acontecimento pode ser assegurado, a partir da dupla via de acesso a este, tal com entendido por Pêcheux (1999). No processo contraditório da memória mítica, entrecruzada de forma dispersa e alhures ao sujeito, temos uma dimensão da simbolização do acontecimento, que nem sequer é inscrita. Sobre esta, entendo o uso de “sinhô” no lugar de “rei” consegue estabelecer uma ruptura com o uso dominante e de efeito de pré-construído de “rei”, ainda que possa ser considerado o valor da substituição de “rei”, significante que porta um valor nas condições de produção de histórias de ficção, por “sinhô”, que é um significante caro ao sujeito-narrador.

No caso, o recalçamento do sentido dominante que o uso de “rei” porta vinha sendo sustentado pela negação de seu uso a partir das formas “siô”, “sinhô”. Por isto, o acontecimento, num certo aspecto, escapa à inscrição. Não há ruptura marcada numa fronteira, num lugar do interdiscurso em que o sujeito ainda não está comprometido. Como a contradição vista no plano da FD repercute no plano intradiscursivo do fio narrativo, temos o uso de “sinhô” e de “rei”. Temos um acontecimento discursivo que irrompe em meio ao efeito de sentido entre “rei” “sinhô”.

É pela noção saussuriana de valor lingüístico, ligada à negatividade, que Pêcheux (1993) situa o processo contraditório de marcação de fronteiras. Ocorre que a complexidade enunciativa desse processo está no fato da negação já ser uma formação imaginária, uma vez que ela é uma forma de a denegação, e é esta que define a dimensão mais constitutiva da contradição.

A partir disso, podemos afirmar, portanto, que o uso de “rei” veicula-se de forma ideologicamente dominante numa história de ficção. Na contrapartida, o recalçamento do uso de “sinhô” se valoriza, ainda que a filiação à FD dominante ocorra por meio de uma ruptura, que é sinalizada pelo uso de “sinhô”. Tal uso ainda estava recalcado pelo uso de “rei”, o que já lhe conferia valor e que também ganha força com a retroação com “fazenda”. O comprometimento de que falava vem com o uso de “fazenda” que, por sua vez, permite marcar “sinhô” como marca de acontecimento em relação a “rei”.

Sobre a outra dimensão do acontecimento, tal como proposta por Pêcheux (1999), aquela que é absorvida na memória como se não houvesse ocorrido, sinalizo a filiação de “rei” e “sinhô”, que continuam na mesma FD, ainda que “sinhô” rompa com o uso dominante de “rei” em histórias de ficção, principalmente por retroagir com “fazenda” e não “palácio”, significante que, neste caso, poderia marcar um efeito de pré-construído, por exemplo.

Para sustentar ainda mais as marcas dessa ruptura, o uso de “fazenda” rompe com a linearidade dos efeitos de pré-construído de significantes como “palácio” e “castelo”, que também designam o poder da realeza nas histórias de ficção.

Assim, esse efeito de naturalização do sentido do que é uma figura de poder se firma, de certa maneira pela recusa e denegação de duas FDs, que podem ser assim denominadas: FD “realeza” e FD “escravidão”. Isso se justifica por conta da contradição que aponte. Ou seja, mesmo que “rei” e “sinhô” se alienem aos sentidos dominantes, não o fazem da mesma maneira, pois têm estatutos distintos de alteridade, em relação à memória discursiva.

Em suma, o uso do significante “sinhô” requer outro estatuto em relação à memória discursiva. É marca do acontecimento discursivo, uma vez que rompe com o sentido dominante que coopta o efeito de unidade, que lineariza os efeitos de pré-construído das “histórias de ficção” caracterizadas pelas figuras de “reis”, “rainhas”, “príncipes” e “princesas”.

Retomando a definição de Marandin (1997) sabemos que o efeito de pré-construído decorre de um recorte interpretativo numa zona de determinação ideológica. Dessa forma, o uso de “sinhô” chama a atenção por emergir de maneira aparentemente deslocada do mecanismo ideológico de sua caracterização. Isto ocorre em parte por meio de um efeito de “exterioridade” do sentido naturalizado que é aquele preconizado por uma história ficcional, em que deve contar sempre com “reis”, “rainhas” e “princesas”.

É necessário lembrar que “sinhô” era a forma de tratamento usada pelos escravos para se referirem ao seu “dono”. Para focar esse ponto da memória sócio-histórica, é oportuno trazer a análise feita por Freyre (2003) acerca da construção dos espaços público e privado, arquitetados entre a casa grande e a senzala. O autor analisa o retrato do espaço íntimo, no qual se acreditava que os escravos eram veiculadores da imoralidade. Nesse espaço, moças brancas eram engravidadas por escravos negros,

sendo que a estes eram reservadas a tortura e a execução, enquanto à moça branca restava engordar o dote para se casar com um primo pobre.

Além disso, o autor destaca os serviços mais íntimos daqueles que ascendiam como parentes pobres: as amas de criar, as mucamas, os irmãos de criação dos meninos brancos e a mãe preta, que dava de mamar, ninava e contava histórias a nhonhô. Sobre esse tratamento mais adocicado (nhonhô) veio da transformação da sisudez do menino de engenho. Devido a essa sisudez, em tempos coloniais remotos, os meninos, por exemplo, tratavam os pais por “senhor pai” e “senhora mãe”. Esse costume se modificou e nessa modificação situam-se outras mudanças de tratamento, dentre as quais o uso de “sinhô”, “nhonhô”, “ioiô” cuja determinação ideológica é aqui analisada.

Azevedo (1949), ao seu modo, também explica que a casa grande não expressa apenas a vida privada, mas a característica do patriarcalismo em confundir divesas funções sociais, por meio da dilatação do poder do aristocrata rural. Na órbita dele, afloravam “tipos satélites” da sociedade patriarcal, tais como: “a senhora (Sinhá), a matrona que dirige a casa e os serviços domésticos e tem a seu cargo a educação dos filhos e o “sinhô-moço” e a “sinhá-moça” (os “ioiôs” e as “iaiás”), depositários dos valores morais, espirituais e religiosos (AZEVEDO, 1949, p. 91)”.

Mesmo que esse sentido esteja consolidado no interdiscurso, o sujeito passa por ele de forma aparentemente alheia, como se fosse possível produzir sentidos somente por meio da retroação intradiscursiva, momento em que o apagamento de “sinhô” se valoriza pela oposição a “rei”, e não por essa memória que carrega.

Dessa forma, o uso de “sinhô” está alienado à forma individual do mito. Ou seja, o sujeito interpelado pelo discurso jurídico alimenta a ilusão da “escolha” do significante ideal para se representar diante do Outro. Vemos nesse ponto que a singularidade dessa marca do acontecimento também carrega o preço da alienação. Trata-se de um movimento sutil de condução do mito, em seu sentido de índice da circulação mais enigmática e coletiva da constituição de linguagem e sujeito, pelo real.

Vemos que a relação entre a dimensão da forma individual do mito e a posição de autoria não é apenas de algo que se sinaliza na estrutura, mas é marca do acontecimento; uma vez que não há previsão para a disputa dos sentidos: a deriva pode emergir por formas aparentemente *non sense*, como nesse deslizamento de uma forma de tratamento para a marca discursiva “sinhô”.

Quero sinalizar que, entre a dúvida e a certeza da “escolha” do significante supostamente ideal, o uso de “sinhô” é caro ao sujeito, não apenas porque rompe com a

estabilidade de um universo semântico, cuja marca é o acontecimento, mas porque toca o fantasma. Isso ocorre na medida em que tal dispersão aproxima o sujeito da questão do desejo, que lhe é cara. Como aponta Lacan (1999), o desejo emerge de um desdobramento discursivo que mostra que o sujeito é clivado, por conta de sua constituição pelo inconsciente.

De acordo com Caligaris (1986), o conceito de fantasma pode ser encontrado na psicanálise lacaniana, a partir do texto em que o psicanalista francês (LACAN, 1998d) mostra que sujeito e desejo estão articulados pelo significante. O ponto alto da discussão apresentada nesse texto é apontar que há um saber veiculado pelo sujeito, mesmo que não lhe seja clara a localização desse saber. A relação desse saber com o desejo porta uma verdade acerca de si, mas cuja articulação é coletivizada pelo Outro.

Caligaris (1986) argumenta que o sujeito “sabe” que se constitui pelo Outro. Essa constatação carrega um caráter fantasmático, posto que o Outro, assim como o sujeito, também é faltante. É o que também afirma Miller (1983), quando aponta que o fantasma é o que possibilita ao sujeito lidar com o fato de que o Outro lhe é faltante. No caso analisado, é pela presença disfarçada do Outro que a substituição de “rei” por “sinhô” permite ao sujeito lidar com o caráter fantasmático de sua falta em relação ao próprio Outro.

Quer dizer, o fantasma se marca por certa homogeneidade entre o desejo do Outro (ainda que o sujeito não saiba o que este Outro quer dele) e um vacilo por “algum” significante, que porta a indeterminação de um desejo que não toma corpo, mas que mesmo assim se fixa num ponto do campo do Outro.

Assim, cada verdade produzida, de modo arbitrário e contínuo, deverá prestar contas à articulação que houver entre aquilo que escapa à formação imaginária do sujeito e o modo pelo qual será articulada a cadeia significante.

Em termos discursivos, isso quer dizer que não há “escolha” ideal de um significante também ideal tal que sustente apenas uma forma-sujeito, pois as várias formas-sujeito fazem parte do processo sócio-histórico de sua constituição. Mesmo assim, a dispersão, quando recoberta pela forma individual do mito, permite ao sujeito a transmissão de um saber, no caso, articulado pelo uso de “sinhô”. No entanto, esse saber não vem do que o sujeito supõe saber, mas pela maneira de os significantes se articularem numa cadeia que possibilite a assunção do sujeito do discurso.

O fantasma, portanto, tem função de real. Dele, resulta a pergunta sobre o desejo: “*Che vuoi?*”, ou seja, o que o Outro quer de mim? (LACAN, 1998d, 1999). A

possibilidade de interpretar a sintomatização do fantasma nunca é diretamente acessível por tocar uma questão limite do sujeito: sua constituição pelo Outro.

À guisa de conclusão, gostaria de apontar com esta análise como, uma vez que não há uma verdade última acerca da substituição dos significantes, o sujeito da escrita lida com o efeito imaginário de completude. Isso ocorre por meio de uma evidência de caráter subjetivo e ideológico que torna cara a “escolha” da palavra ideal para designá-lo diante do Outro. Isso foi possível de ser analisado pela articulação entre o mito individual e a função de real vista no caráter fantasmático da enunciação.

Dando seqüência à proposta do conceito de autoria de Tfouni (2005) de que o sujeito deve lidar com o real, a análise apontou, portanto, que a dimensão do real é imposta à “escolha” ideal do significante também ideal por uma forma-sujeito, o que tira de cena o mito individual e reinstala a dimensão coletiva do mito cuja constituição enigmática é constitutiva da submissão do sujeito à linguagem.

Dessa forma, o sujeito da escrita ganha força não apenas por pilares cognitivos, ideológicos e epistemológicos, como aponta Tfouni (2004), ou por processos como o de reificação, tal como apontei em trabalho anterior (PEREIRA, 2005), mas também por sua imbricação com o mito individual. Portanto, as formações imaginárias que circulam nestas “escolhas” dos significantes, tal que assegurem verdades objetivas; que, no caso, podem ser interpretadas, como se o sujeito-narrador tentasse mostrar que há somente uma forma (a mais verdadeira) de narrar.

É para essas questões que a análise me conduziu, o que, adiante, permitirá continuar o debate sobre a contradição do sujeito do letramento com o sujeito da escrita (cf. TFOUNI, 2004); não sendo coincidentes, ambos se situam por refúgios no Outro. Com esta análise, quero mostrar que o aparente *non sense* da dispersão desenha uma travessia, um percurso, que possibilita ao sujeito lidar com o enigma do real.

Essa travessia marcada pelo discurso narrativo permite emergir o sujeito do desejo, pois permite enunciar, pelo deslizamento dos sentidos, por meio de pontos deslocados em relação à alienação ao Outro.

Nos próximos recortes, continuarei este debate, mostrando como essa travessia do enigma não totalmente decifrado, articula escrita e oralidade.

3.6) Formas indiciárias do enigma na caracterização do real: a dimensão de travessia da posição de autoria

Podemos afirmar que a dimensão impossível do real constitui tanto sujeito da escrita quanto sujeito do letramento; ela constitui escrita e oralidade. No que se refere à

contingência, é ela que nos assegura o *continuum* (no sentido de TFOUNI, 1992b), uma vez que ambos devem lidar com esta dimensão do impossível caracterizada como enigma.

Esse manejo do real é possível porque o sujeito desenha um itinerário de partida e chegada ao Outro. Nesta seção, mostrarei a determinação de indícios desse enigma pelos mecanismos ideológicos que articulam o saber interdiscursivo e esboçam uma espécie de travessia (dessa partida e chegada) que perpassa a posição de autoria.

Para isto, partirei do estranhamento de um trecho da narrativa “Cravo Roxo”, em que um movimento de repetição conduz tal enigma sob a alienação e a resistência ao sentido dominante. Tal dimensão do Outro está instalada na substituição de significantes caros a uma construção intradiscursiva, construção esta que se refere a um assujeitamento ao discurso da escrita, cooptado pela maneira de o romance ter tentado circunscrever (isto, no meu modo de interpretar as contribuições de Bakhtin, 1990 e Lukács, 1963) o enigma somente no intradiscorso.

Na seqüência abaixo, refiro-me à repetição de “casa di grandis novidadis” posteriormente substituída por “shopping”.

SD 19 – (v.n.) Aí a moça, u homi falô: (v.p.príncipe) - Cê vai sê meu colega pu resto da vida. I vam'bora. (v.n.) U nego falô: (v.n.negro) - Vam'bora povu! (...) (v.n.) Ele pegô, feiz u, num avisô a mãe dela, não, num avisô nada pa mãe dela, não. Ele foi pu mesmo lugar. Arrumô, uma **casa di grandis novidadî**. (v.p.príncipe) eu vô arrumá uma **casa di grandis novidadî**. **Purquê u povu vem passιά aqui**, i, i, u povu vem passιά aqui. (v.n.) i veiu pra cidadi, i ele ficô moranu lá mais u negu, essi negu. Mais é a casa bunita mesmu. Cada lugar qui cê passava, cê via... (v.n.) [A, a, eu tô saluçanu – comenta com o entrevistador.] (v.n.) Qui ela feiz assim, ele ficô moranu lá mais essi negu. Im casa, uma **casa di grandî novidadî**. (v.p. príncipe) - Vem vê a casa di grandî novidadî !!! (tom alto). Da, di, i tantas, i nessa cidadi, maravilhosa. I eu quero qui todû mundu vem visitá essa casa di grandis novidadî! (v.n.) Aí, todû mundu ia visitá, a **casa lá di grandis novidadî**. Aí ele falô, aí, aí bateu nus ovidu da, da muié lá. Aí bateu nus ovidu da muié lá. Aí ela feiz mãinha. Ela feiz mãinha. (...) (v.n.) Aí, a, caiu nu ovidu dela. (v.p. moça) – (v.p.) Ólha, tem u'a casa - SI⁷² – tem u'a **casa lá di grandî novidadî**, mais pódi mi leva lá pa passιά, qui eu queru **vê as grandî novidadî**. Di, que, que qui ele pôis lá, qui meu maridu eu num vejo mais, qui ele já foi mortu. Já sepurtô. I eu num vejo ele mais, graças a Deus! Aí, apa, apertô u maridu dela – SI – i ele ficava nas últimas, dus **cômodus das grandis novidadî**, ele ficava nu fundu da casa. (...) Todo mundu ia lá visitá. Tinha bunecus qui falavam, na casa. Tinha tudu quantu era coisa boa. Você ia lá, i cê incantava, igual cê vai nu **shopping**, assim, qui fica incantadu co'as coisa. Todo mundu qui ia lá incantava. I a última sala qui tem qui passá, é a sala du maridu dela. Maridu dela, ligítimu qui casô cum ela.

⁷² SI: seqüência ininteligível.

Tava sentadu, assim. **Aí ela chamô maridu. Aí chegô lá ela, istranhô. Purquê nu primeru lugar, qui a, primera novidade foi ela, qui ele viu ela a, inu imbora (...)** A primera grandi novidadi qui ele feiz, di buneca grandi, foi ela, assim, pidinu ismola i us oto ponu ismola, na mão dela, i ele, i ele peganu tamém ponu ismola na mão. (Cravo Roxo)

Observando em linhas gerais essas seqüências, vemos que se trata de uma história paradigmática da ilusão de escolha do sujeito, que ganha forma com o discurso jurídico e também com a valorização do amor romântico. É sabido que esse tipo de história (cujo cânone é o par shakesperiano “Romeu e Julieta”) sinaliza o fortalecimento do amor como conquista individual e como “escolha” do indivíduo. Neste breve comentário, quero apenas sinalizar que esse modelo cartesiano da escolha persiste estruturalmente como um lugar possível, por meio de que o sujeito pode narrar a respeito de histórias de amor, sendo esta outra via de acesso para entendermos a determinação jurídica do sujeito no campo de possibilidades dessa discursivização (“Cravo Roxo”) da atividade narrativa.

Nesta seção, gostaria de continuar o debate sobre o campo limitado dessas possibilidades, posto que determinado pela materialidade sócio-histórica do dito e do não dito, aprofundando a questão da travessia do enigma pela qual se articula a dimensão do real tomada como coletividade do enigma do mito, na sua forma individual interpelada pelo jurídico.

Esse recorte traz a parte da trama em que o príncipe vai morar com o colega negro na casa construída para o povo, bem como o trecho em que a mulher toma conhecimento desta casa “di grandis novidadis” e é confrontada com uma boneca, que é sua réplica.

A análise acompanha a repetição do significante “novidadis” (de “grandis novidadis”), primeiramente atrelado à “casa”, depois a “cômodus”; em seguida, substituído por “shopping”. Com essa repetição, vemos ainda o duplo enfoque de um enigma conduzido e revelado no fio intradiscursivo, ou seja, de que a “casa di grandis novidadis” é o “shopping”.

Em paralelo, podemos tomar a revelação de que a “novidadis” também é a revelação da “boneca” e da “morte da mulher”, aqui entendidas como resoluções desse enigma no plano intradiscursivo. É o que vemos em “a primeira grandi novidadi qui ele feiz, di buneca grandi, foi ela, asssim, pidinu ismola”.

O efeito de retroação é notório, mas não dá conta da decifração do caráter do enigma como um real que se manifesta no estatuto das substituições efetivadas por essas

nomeações. Por meio da análise, quero mostrar como isso ocorre, uma vez que o recobrimento aparente, que lineariza e, portanto, ajusta “novidadis” e “shopping”, na verdade, abre uma contradição ao sujeito, contradição esta que marca uma deriva entre a alienação e a resistência.

Nesse recorte, a repetição de “casa di grandis novidadis” até a substituição por “shopping” já está de antemão marcada pela zona de sentidos dominantes da Formação Social do Modo de Produção Capitalista (MPC), em “tinha tudu quantu era coisa boa”. Esse sítio da significação instala uma zona de sentidos dominantes em relação ao MPC, marcada pelo deslizamento metafórico que indica que as novidades são sempre boas e se encontram na “casa di grandis novidadis”, que é o “shopping”. Vemos aí uma primeira premissa: “coisa boa é coisa nova”, que se sustenta pela FD dominante.

Esse sítio da significação firmada no sentido dominante faz apelo à conduta da exclusão de tudo que é velho, é o apelo ao descartável e à separação entre o velho (descartável) e o universo da novidade.

Quanto ao uso de “tudu” em “Tinha tudu quantu era coisa boa”, vemos que ele é marcado pela indefinição sintática, e que pode ser preenchida por qualquer elemento “X”, que atua como elemento retroativo do sentido dominante, anteriormente marcado. Temos nesse ponto um mecanismo semelhante ao dos genéricos discursivos ou às premissas maiores dos silogismos.

Se o sentido se mostra como passível de ser assegurado por qualquer “X”, o recobrimento do impossível não pode ser marcado por qualquer contingência que retroaja com esta suposta sinonímia entre “novidadis”, “shopping”, “coisa boa”. Sob efeito do primeiro esquecimento, vemos um preenchimento da palavra que falta ancorado na FI do consumo, da novidade, do descartável, por conta de um efeito ideológico.

Quero apontar ainda como a forma individual do mito toca o fantasma, pois o sujeito-narrador não frequenta *shoppings*. Isto quer dizer que, com relação à historicidade do sujeito, trata-se de um ponto do imaginário esvaziado ou muito pleno de sentidos do Outro. Há aqui um efeito de atualização da memória que aparentemente soluciona o enigma do que é a “casa di grandis novidadis” antes da chegada à revelação no final da história. Trata-se de uma solução provisória na tentativa de lidar com uma dispersão prestes a se instalar, o que ocorre por meio de uma nomeação (“shopping”), alienada ao sentido dominante e que não decifra a dimensão do real como enigma.

A inserção de “Todo mundo qui ia lá encantava” procura resgatar o efeito de unidade instalado por esta zona de sentido dominante. Desse enunciado podemos notar dois deslizamentos metafóricos possíveis:

1º.) “Todas as pessoas ficam encantadas com os shoppings”;

2º.) “Todas as pessoas ficam encantadas com lugares que trazem novidades”.

O destaque de seqüências parafrásticas a partir de um enunciado, que compõe a unidade de sentido do recorte é uma estratégia apresentada por Orlandi (2001b⁷³), para lidar analiticamente com o deslizamento metafórico.

No caso aqui analisado, é por este artifício “traduzido” em raciocínio silogístico (que no discurso dominante é atribuído como exclusivo da forma escrita⁷⁴), que vemos alimentada a forma individual do mito que, por sua vez, suspende a circulação da dimensão coletiva do mito como enigma.

Assim o sentido é arrematado pelo genérico de que “shopping” traz coisas boas. Quero notar que assim como fórmulas discursivas genéricas – entendidas por Tfouni (2004) como máximas, provérbios, axiomas, “slogans”, e ditos populares em geral, que auxiliam no controle da deriva – tal controle não ocorre somente pela marca explícita do genérico, mas pelo sentido que circula sob efeito do recalque ideológico.

Ou seja, a alienação ocorre por uma via semelhante à inserção de uma fórmula discursiva genérica, porque sustenta a ilusão da comunhão universal dos sentidos, baseada na constatação na experiência de que todos freqüentam “shoppings” e compartilham o sentido posto em questão, legitimando-o.

Do ponto de vista das formações imaginárias, ao colocar o interlocutor, portanto, no lugar de legitimação do sentido dominante, o sujeito-narrador, por meio da modalização autonímica (no sentido de AUTHIEZ-REVUZ, 1998), ancorada numa

⁷³ O fundamento desta noção se encontra em Pêcheux & Fuchs (1997) quando os autores examinam a defasagem existente entre uma FI em relação a uma ou outra FD, o que evoca um efeito de exterioridade; ou seja, uma FI, que pode estar filiada a uma ou mais FDs, sendo que pelo menos uma é possível, donde o recalque de pelo menos uma provoca tal efeito de exterioridade. Sendo assim, o sujeito falante não tem acesso direto e completo ao que é produzido e lhe faz sentido enquanto seqüência, ficando a cargo do procedimento analítico de escansão de paráfrases, a possibilidade de se marcar uma “matriz de sentido” (expressão dos autores, p. 169), a qual deixa entrever pistas fundamentadoras de uma família interior do sentido que promove um efeito de sentido.

⁷⁴ Em trabalho intitulado “O discurso do cotidiano: formas alternativas de lidar com a ausência da escolarização” (PEREIRA, AC. & TFOUNI, L.V., 2008), apresentado no 3º. Congresso Internacional “Diálogos sobre diálogos”, em março de 2008, em Niterói-RJ é aprofundada esta discussão sobre o mecanismo discursivo da ligação entre o raciocínio silogístico e a aquisição da escrita, e, como este exclusivismo pode sofrer ruptura, quando analisamos fórmulas discursivas genéricas nas narrativas de “dona” Madalena, que funcionam de maneira semelhante às premissas maiores dos silogismos.

relativa (“lugares, **que** trazem novidades”) impede-o momentaneamente de transitar por outros rumos do sentido.

Trata-se de um jogo meta-enunciativo de tentativa de recobrimento do dizer (AUTHIER-REVUZ, 2001), tal que alimenta esse cerceamento do jogo com os sentidos.

Assim, ao assegurar que “todos gostam de shoppings” o sujeito-narrador faz uma leitura única e própria da realidade do sujeito diante das questões universais, como gostar e não gostar; então, ele “escolhe” uma saída, que interdita a possibilidade de que essas questões universais sejam postas em jogo a partir da coletividade de onde se originam.

Esse mecanismo de naturalização do sentido pode ser entendido pela maneira de o genérico (e estou insistindo que o efeito metafórico posto em questão sustenta um efeito genérico) funciona de forma semelhante à premissa maior do silogismo. Isso é demonstrado por Tfouni (1988) quando afirma que tal premissa tem caráter alético: é considerada válida em toda realidade organizada pela linguagem⁷⁵.

No caso analisado, não vemos apenas a incidência de um caráter alético em “todo x” gosta de “novidade” e de “shopping”, mas também do conhecimento da realidade semanticamente estabilizada (referente à dimensão do epistêmico, do conhecimento do mundo posto em jogo nessas narrativas, como afirma Tfouni, 2004), pois o sujeito indica indiretamente que, no campo da sua historicidade, seu contato com “shopping” é uma “novidade”.

Daí o caráter fantasmático desse ponto da enunciação. A falta marcada pelo Outro é preenchida por um significante enigmático à função imaginária do sujeito (“shopping”), tendo em vista ainda que há um “mais-gozar” instalado anteriormente com a repetição de “casa di grandis novidadis”. Trata-se de uma abertura, ainda que sob o efeito de dominância do sentido, para o sujeito marcar-se diante do sentido dominante sob efeito da ideologia, por meio deste conhecimento partilhado do mundo.

Tfouni (comunicação pessoal, 2007) assinala a relevância desse conhecimento da realidade como forma de resistência. No caso analisado, ainda que para isto haja

⁷⁵ Afirmar que há um caráter alético é diferente de inserir este caso na modalidade alética, apenas ressaltando que as modalidades provêm de máximas enunciativas que asseguram ao sujeito da enunciação um determinado valor de verdade às proposições (PARRET, 1976). Entretanto, no caso tratado, não se trata de modalidade, mas de um caráter dela. Para ser considerada uma modalidade (Tfouni, 2008, comunicação pessoal) precisariam existir formas lingüísticas marcadas. Por exemplo, no caso da alética, “necessário”.

filiação aos sentidos dominantes, há uma singularidade na forma de resistir a esses sentidos.

Tfouni (2005) aponta que a nomeação é um dos recursos do sujeito para lidar com a deriva em sua iminente instalação. No caso analisado, a adequação aparentemente ideal, entre “novidadi” e “shopping” sustenta a forma individual do mito, em que a ilusão é de resolução de um enigma do dizer. Esse enigma apenas se resolve no plano intradiscursivo, uma vez que a trama ganha algum efeito de linearidade quando, por efeito de retroação da nomeação, sabemos que a “casa di grandis novidadis” é o “shopping”.

Adiante, há um retorno do enigma, mesmo no plano intradiscursivo, com o desvelamento de que as outras novidades são: o confronto da mulher com sua réplica em forma de “boneca” e sua morte pelo príncipe. Essas novas revelações ajudam no controle da deriva, pois há outra decifração do enigma no nível intradiscursivo, o que contribui com o efeito de completude requerido pela autoria.

Há o retorno de um enigma, o que pode ser explicado em parte pelo apontamento de Pêcheux (1993) sobre o efeito de ruptura que mesmo o traço ideológico aparentemente mais unívoco carrega. Nisso residem outras pistas, que indicam que há outros elementos da “novidadi” no fio da narrativa.

Trata-se de um movimento de deslocamento conduzido por uma reviravolta da posição-sujeito, reviravolta esta que é própria da condição de produção do discurso narrativo. Para essas “novidadis” é notório o efeito de retroação, em “A primera grandi novidadi qui ele feiz, di buneca grandi, foi ela, assim, pidinu ismola”, trecho este que retoma o início da história quando é anunciado que se tratava de uma moça que pedia esmola.

Ou seja, a novidade não é apenas o “shopping”, mas aquilo com que o sujeito já se comprometeu no intradiscursivo. No plano intradiscursivo, portanto, podemos ver o desvelamento desse enigma na trama em: “Aí ela chamô maridu. Aí chegô lá ela, istranhô. Purquê nu primeru lugar, qui a, primera novidadi foi ela, qui ele viu ela a, inu imbora (...) A primera grandi novidadi qui ele feiz, di buneca grandi, foi ela, assim, pidinu ismola”.

Nesse trecho, vemos a caracterização do que se trata “a novidadi”, que é a escultura da moça. Há um gesto de autoria aqui, pois o campo da interpretação é aberto, ao mesmo tempo em que é fechado por meio de um movimento de retroação. Neste momento, o interlocutor pode se dar conta de que “novidadi” faz referência a “paláciu”

e a “shopping” ao mesmo tempo. Há ainda um movimento de fechamento da interpretação, pois com o uso de “lá” (em “ela fica moranu lá, mais esse negu”), o sujeito-narrador controla a deriva e decifra “o enigma intradiscursivo” do que é, afinal, de que é o “shopping” e também o lugar em que a mulher foi morar, o lugar de “grandis novidadis”.

Trazendo o foco desta análise e da discussão por ora realizada para a questão do enigma como contradição entre a forma individual do mito e seu índice de real, quero enfocar um aspecto desta discussão, já iniciado na seção anterior, que é da travessia que o sujeito desenha em meio à dispersão dos enigmas do Outro.

Ao enviar a dimensão do real das “coisas a saber”, com a qual o sujeito deve lidar, por meio da nomeação, por exemplo, torna-se oportuna a discussão dessa contradição entre a certeza individual da “escolha” do significante que preenche temporariamente a falta e a transitoriedade deste preenchimento, o que reenvia o enigma ao plano do impossível de ser totalmente interpretado, por conta de seu caráter coletivo.

Vemos que o efeito-suspense trilhado pelo sujeito-narrador no nível intradiscursivo se apóia na repetição (ver **negrito** assinalado no recorte). Attié (1989) nos lembra a repetição como um sintoma que fala no lugar do sujeito porque algo mais premente da escrita do sujeito pretende ser mostrado.

A partir dessa discussão teórica, podemos entender que, como o enigma não é resolvido em definitivo, a repetição se coloca como um para além da posição de gozo (“mais gozar”), pois, para além do significante “shopping”, o enigma continua sua articulação num plano: o plano coletivo do Outro, como tesouro dos significantes, não diretamente ao alcance do sujeito.

Por ora, quero sinalizar com esta análise que a caracterização do real do dizer que insiste e impregna o controle da deriva na posição de autoria é parte da impossível total caracterização das práticas letradas. Não tendo como caracterizá-las totalmente, nem prever seus modos de funcionamento resta acompanhar *a posteriori* parte de seu jogo político.

Para dar seqüência ao acompanhamento deste jogo político orquestrado pelas vozes da oralidade, em que temos as formas do enigma coletivo e da ilusão individual do mito na posição de autoria, quero mostrar com a análise dos dois próximos recortes de que maneira esta tentativa em decifrar o enigma faz eco na “exterioridade” da memória discursiva (arquivo) sobre a “escravidão”.

Ela pode ser vista na sequência a seguir, pelo deslizamento metafórico e metonímico do uso do significante “cravo”, para se referir a “escravo”. Vejamos:

SD 20 - (v.p. filha) Tem um nego qui passa aí, todo dia fala “Bom-dia minha rosa!”, “Boa tarde, minha rosa!”, quando ele volta, ele fala “Boa tarde, minha rosa!” (v.n.) Aí u is, u rei falô assim: (v.p. rei) - Minha fia, quando ele falá “Bom-dia, minha rosa!”, **cê fala “Bom-dia, meu cravo!”** (v.n.) esse aí é o pai qui falô (v.p. rei) quando ele falá “Bom-dia, minha rosa!”, **cê fala “Bom-dia, meu cravo!”** (...) (v.n.) Aahhh, cê tinha qui vê. Esse nego trabaiô, mais trabaiô, mais trabaiô, pr’ uns deiz (...) (v.n.) Passô, falô assim: (v.p. negro) - Bom-dia, minha rosa! (v.p.princesa) - Não, Bom-dia minha rosa, não – Bom-dia, mia – SI. (v.n.) Ela: (v.p.princesa) - **Bom-dia meu cravo**, como vai você? (v.n.) Aí, ele, ele trabaiô. Trabaiô, trabaiô, trabaiô, pior di quê um condenadu. Trabaiô. Foi só puquê ela falô **cravo** pra ele. (...) U nego num quiria mais. Aí u negu foi comenu, foi joganu fora. Aí foi vumitanu abóbora, mais u azeiti. I ele foi danu, i quem disse qui u negu num güentava mais? Pegô rabu di tatu, desceu nas costa du negro [*isso era nu tempu dus iscravu* – comenta com o entrevistador] (Bom-dia minha rosa, bom-dia meu cravo)

Nessa narrativa, “dona” Madalena nos conta a história de um homem negro que todo dia, ao ir ao trabalho, cumprimentava a princesa dizendo: “Bom-dia, minha rosa”. Incomodada, a princesa reclama ao seu pai (o rei), que a aconselha a responder da seguinte forma: “Bom-dia, meu cravo”⁷⁶. A cada vez que este cumprimento é proferido, o homem negro trabalha mais. Em seguida, a princesa o convida para visitá-la. Ela oferece doce de abóbora e azeite ao rapaz. Às escondidas, e percebendo que ele não queria comer, o rei (pai da princesa) o obriga a comer, e, naquela noite o põe para dormir na cocheira, junto com os animais da fazenda. Na manhã seguinte, o rei tenta bater nele novamente, mas o rapaz consegue fugir dali. Mais adiante, numa ocasião em que vai ao trabalho, a princesa cumprimenta o rapaz na janela, e ele não responde ao cumprimento, pois já sabia que poderia ser maltratado novamente.

Os trechos que seguem referem-se a dois momentos distintos da trama. O primeiro deles mostra a repetição dos cumprimentos: “Bom-dia, minha rosa!”, dito pelo rapaz e “Bom-dia, meu Cravo!”, dito pela princesa. O segundo recorte foi retirado do final da narrativa e mostra o espanto do rapaz ao ser cumprimentado pela princesa, após já ter apanhado do pai dela.

Trata-se, no caso da segunda sequência ainda a ser aqui analisada, de:

SD 21 – Passô, aí a nega falô assim: (v.p.) – Bom-dia, **meu cravo!**
Bom-dia, **meu cravo!** – (v.n.) Ele falô assim: - (v.p.) – **Bom-dia,**

⁷⁶ A análise deste recorte, bem como a discussão que se segue, pauta-se no efeito metafórico deste vocativo “cravo” no lugar de “escravo”; bem como no efeito de nome próprio também cooptado por este mesmo vocativo. Há, ainda, ruínas metonímicas inconscientes (no sentido de LACAN, 1999) aqui destacadas entre aspas (“es” cravo ou “ex” – cravo).

minha merda! Bom-dia, minha merda! Ocêis quandu qué negu pa sê judiadu, pu cêis batê, i, i, dá abóbora, i, i a genti – SI – cêis vai criá, cêis vai, cêis vai tê u negu, pa sê fiu d’ocêis. Cêis vai ranjá d’ocêis, ocêis num arranja negu dus oto não, viu? Fazê cumigu qui nem quela hora, qui aquela hora qui eu passei. **Cêis pensa qui eu sô boboca?**

A partir da análise destes recortes, continuarei a discussão sobre a dimensão do real, que o fio narrativo sustenta por meio do enigma. Para isso, começo com a análise do mecanismo ideológico do uso do significante “cravo” como efeito metafórico (“escravo”).

Ao longo da narrativa, vemos o efeito da enunciação de “cravo”, que põe o “negu” que por ali passava para trabalhar. Vemos, então, como nessa convergência das evidências ideológica e subjetiva, o fio narrativo mantém um efeito de unidade imaginária entre “cravo” e “escravo”.

Temos, portanto, o efeito de alienação individual do mito. Há aqui a impossibilidade de o sujeito-enunciador tomar consciência que “cravo”, “negro” e “escravo” estão mantidos na mesma zona de sentidos. Assim, além de o substituto “cravo” operar como partícula de alienação e de resistência à zona de sentido dominante, por conta do efeito de linearidade apontado, segue como forma de resistência.

Isso porque, mesmo sob esse efeito metafórico, o sujeito constrói um tecido narrativo por meio do qual também faz uso de gestos interpretativos de ruptura com o sentido dominante. Trata-se do efeito de sentido de “cravo”, que assegura momentaneamente tal ruptura e marca uma singularidade diante do sentido dominante.

Até a chegada em cada ponto deste panorama da análise, por ora, quero apontar como o efeito de linearidade articulado ideologicamente se sustenta com a repetição de “Cravo”.

Vejamos isso no uso de “trabaiô por’uns deiz” e “trabaiô mais di que um condenadu”⁷⁷. Neste íterim, é retomada da memória discursiva a sobrecarga de trabalho dos negros, que vieram ao Brasil na condição de escravos⁷⁸.

⁷⁷ Conforme apontado por Tfouni (comunicação pessoal) “Trabalhou como um condenado” é um genérico. Veremos no decorrer da análise, como ele coopta, de modo sutil, sentidos dominantes, sobre a condição do negro sob o regime da escravidão.

⁷⁸ Considero oportuno comentar por meio de que efeito analítico esta narrativa “Bom-dia minha rosa, bom-dia meu cravo” incidiu no sujeito-narrador. Isto se tornou visível inclusive pela mudança no tom de voz. E foi adiante. Na sequência deste encontro, a participante relatou a narrativa “Cativeiro”. Neste relato, há deslocamentos explícitos, em que a singularidade do sujeito aparece por meio de comentários marcadamente deslocados do âmbito aparentemente ficcional da narrativa acerca do que sabe sobre o transporte de negros para nosso país na condição de escravos. A participante opera movimentos de

Essa retomada contribui para a sistematização imaginária de um arquivo acerca de uma temática, sistematização esta que naturaliza os sentidos; por conta da maneira pela qual são mobilizadas, atuam como ponto de sustentação do efeito ideológico, que assegura a evidência enunciativa entre o “Cravo” que trabalha muito e de maneira serviçal e sua posição de “escravo”.

O significante “condenadu” atua como pressuposto da condição do personagem “Cravo” que, como um escravo, comporta-se sob a condenação de ter que trabalhar. Esse efeito do sentido dominante é sustentado ainda pelo momento da trama em que o pai da princesa obriga o rapaz a comer abóbora e beber azeite até provocar vômito, numa mistura de desafio e punição por querer ficar com ela.

Assim, a atualização da “memória da escravidão” incidindo em “condenadu” evoca o trabalho de presidiários que, mesmo podendo ser brancos ou negros, é dita de maneira naturalizada no que se refere à ocupação do lugar social do “negro”, articulado por esta maneira da ideologia intervir na memória discursiva. Esse mecanismo também é perfilado no formato individual da repetição de significantes e impõe o dizer distanciado, pela ilusão de que se pode falar mais seguramente de uma verdade subjetiva, por uma forma aparentemente objetiva (mito individual).

Este mecanismo ideológico articulado, portanto, ao mito individual confere um efeito de fechamento ao fio narrativo, momento este em que, portanto, o enigma como indício das “coisas a saber” fica mais próximo do efeito de evidência de que o “negro” apanha do “rei”, do “pai da princesa”, uma vez que, de acordo com esse sentido dominante, um homem “negro” não se casaria com “princesa”, “filha do rei”.

Esse movimento ainda é sutilmente trilhado pelo enigma conduzido pelo nome próprio “Cravo”. Há nesse uso um mecanismo de controle da deriva, que se sustenta por meio de um retorno marcado desse significante por meio de uma partícula metonímica (“is” ou “ex”). O gesto interpretativo por meio do qual o sujeito-narrador arremata o uso naturalizado da partícula “Cravo” para designar a condição de “escravo” ocorre ao final, por meio do comentário dirigido ao entrevistador (“era nu tempu dus iscravu”).

Este comentário no “tempu dus iscravu” também atua como elemento de resistência, pois marca a distância temporal da enunciação. Ele indicia, na forma de um comentário, um distanciamento em relação à naturalização do campo de sentidos do

contigüidade entre o que aponta o relato ficcional e memórias acerca do “tempo da escravidão”. Acredito que isto foi possível por conta da elaboração sobre a qual argumento aqui.

interdiscurso, que vinha se sustentando pela naturalização da relação entre “condenadu”, “Cravo” (cujo efeito se alimenta da denegação de “iscravu”).

No eixo sintagmático (associativo), portanto, vemos um movimento bidirecional entre “cravo” e “escravo”, submetido ao mecanismo ideológico da evidência do sentido dominante que nos assegura um local do interdiscurso, que é da condição de escravidão do negro trazido para o Brasil. No intradiscurso, este lugar do interdiscurso é mobilizado para sustentar o ato de apanhar, bastando para isto mencionar o nome “Cravo” do negro.

No eixo paradigmático, o funcionamento é de substituição, por meio de efeito metafórico, do nome próprio para o significante escravo: o nome – “Cravo” – dá lugar a uma posição social, alienada a uma FD dominante sobre uma dominada.

Vejamos ainda de perto como este vocativo “Cravo” funciona como nome próprio do personagem negro, ainda que como um nome que se marca pela condição social de servidão. Isso leva a considerar Pêcheux (1996), quando o autor mostra que a ideologia tem veículos concretos de representação de posições e atua na convocação dos sujeitos a ocuparem posições. Ela é vocativa e também imperativa. Embora tal invocação não se reduza ao nome próprio, vemos, no caso, como é por esta marca que a memória discursiva é mobilizada.

Em relação ao nome próprio, este marca um lugar no simbólico, como sinaliza Lacan (1998b), mas não dá conta de fazer coincidir palavras e coisas, como aponta Authier-Revuz (1998); no máximo, temos um efeito de unidade entre “Cravo” e “iscravu” que contribui para o sujeito-narrador seguir narrando, por meio de um efeito ideológico.

Ora, o nome próprio é também uma tentativa de fazer elo, de sinalizar ao sujeito que ele somente se posiciona diante do Outro, porque já lhe havia sido reservado um lugar na estrutura simbólica (LACAN, 1998b). Com isso, quero apontar um movimento bidirecional: ele decorre do nome próprio e do não dito “iscravu”. Adiante, isso serve para vermos como a sinalização de Cravo como nome próprio também atua como forma de resistência.

Mesmo assim vemos o nome próprio apontar a resistência do fio intradiscurso em relação aos sentidos dominantes do interdiscurso. Isso requer adentrar brevemente a questão do nome próprio como parte de uma discussão teórica em Psicanálise.

Para lembrar Safouan (1993, p. 52), “não do nome da lei, mas da lei do nome”. Ou seja, o nome próprio não impede a circulação da articulação dos significantes em sentidos do Outro, mesmo que sejam coincidentes em algum ponto.

Isso demonstra que o nome próprio não conjuga apenas a união, mas também indicia dispersão, segundo aponta a concepção discursiva do sujeito, uma vez que os sentidos estão pulverizados e organizados, do ponto de vista sócio-histórico. Podemos ainda entender que há aí um embate entre desejo e demanda. Isso se traduz num atendimento da demanda imaginária, e esse atendimento está atravessado pelo jogo dos sentidos afetados pela ideologia.

Nesse caso, “Cravo” não é mais nome próprio, é ex-Cravo (temos a mesma sonoridade do significante, em “ex-Cravo” e “escravo”). Nisto reside o efeito enigmático do mito que permite que esta partícula “cravo” percorra toda a narrativa como parte do enigma intradiscursivo que é revelado pelo sujeito-narrador quando, ao final, temos sua forma de resistência à FD “escravidão”. Isso ocorre quando é caracterizado que este personagem “Cravo”, mesmo numa condição semelhante à do escravo, “não é boboca”, visto que não atende novamente o pedido da princesa, pois sabe que pode apanhar novamente. Vejamos:

Recorte 21 – Passô, aí a nega falô assim: (v.p.) – Bom-dia, **meu cravo!** Bom-dia, **meu cravo!** – (v.n.) Ele falô assim: - (v.p.) – **Bom-dia, minha merda!** Bom-dia, minha merda! Ocêis quandu qué negu pa sê judiadu, pu cêis batê, i, i, dá abóbora, i, i a genti – SI – cêis vai criá, cêis vai, cêis vai tê u negu, pa sê fiu d’ocêis. Cêis vai ranjá d’ocêis, ocêis num arranja negu dus oto não, viu? Fazê cumigu qui nem quela hora, qui aquela hora qui eu passei. **Cêis pensa qui eu sô boboca?** (cf. já mostrado nesta seção)

Apesar de o sentido dominante ainda atuar, pois é o efeito de sentido do chamado da princesa que ainda marca a posição social do homem negro, de outro modo, a recusa em atendê-la, acompanhada do comentário do sujeito-narrador possibilita ver, neste momento, o nome próprio como marca de resistência.

Nesse movimento de resistência, o real das “coisas a saber” que também faz parte do arquivo permanece na forma do enigma, que abre possibilidade ao analista, da interpretação deslocada em relação àquela por meio de que o sujeito-narrador tem a ilusão que sustenta de maneira unívoca uma comunicação com o interlocutor. Ou seja, a partir do efeito de sentido dominante compartilhado até então se abre a possibilidade de uma articulação no fio intradiscursivo (mostrar ao final, que o homem negro resiste ao

chamado dominante), que mostra uma ruptura por meio do real das “coisas a saber”, que pela via do interdiscurso desloca o sentido dominante acerca do “negro”.

Trata-se ainda da substituição por “bom dia, minha merda!”, que substitui “cravo” por “merda”. E que, por outro lado, denega o efeito dominante, pois “cravo” e “merda” retroagem à custa do recalque de “iscravu”. Afinal, a ideologia funciona pela denegação dela mesma (ALTHUSSER, 1996; PÊCHEUX, 1996).

Vemos nisso a alienação ao sentido dominante, mas, adiante, também um lugar de resistência, lugar este mais bem articulado (posto que há uma elaboração) na pergunta “cêis pensa qui eu sô boboca?”.

Aí, vemos outra forma de atendimento à demanda imaginária entre “negro” e servilismo do “escravo” deslocada do sentido dominante pelo enunciado “Cêis pensa qui eu sô boboca?”.

Vejamos assim nesse contraponto, outro lado dessa contradição entre resistência e alienação ao Outro, em que a repetição da condição do negro como servil e “bobo” atende à demanda como fonte de gozo a partir de um ponto de alienação em que a memória é afetada pela ideologia.

Trata-se da reprodução do sentido dominante que envolve a condição do negro por meio da atribuição de pauperização de seus recursos cognitivos. Carrara (1998a, b) mostra como essa desvalorização dos atributos africanos se fortaleceu, no século XIX, por meio do discurso da Criminologia. Trata-se, em termos discursivos, como vemos, de um efeito de verdade instalado pelo paradigma dominante de ciência, que faz uso dos indícios para caracterizar um padrão dominante, o que esconde o mecanismo de construção de sentidos dominantes que passam a circular socialmente. Reside nisso um efeito de pré-construído, em que a modalização, mesmo aparentando resistência, no nível da enunciação, fixa a alienação ao Outro. A pergunta feita sustenta uma formação imaginária por meio de um efeito de pré-construído sustentado por este recorte da FI posta em jogo pela FD dominante “degenerescência do negro”.

É a partir dessa última seta que quis apontar como o atendimento à demanda imaginária sobre a condição do negro como escravo, afetada pela ideologia, se, por um lado permanece no sentido dominante já que o que se espera de um “negro” é a “bobice”, por outro dá lugar à resistência vista em “cêis pensa qui eu sô boboca?”.

De toda essa discussão anterior, é possível finalizar com um debate sobre a maneira pela qual a verdade do sujeito se constrói na relação com a dimensão do sentido, que é arbitrária e ao mesmo tempo determinada pela ideologia. Tal dimensão da

verdade, portanto, vai ao encontro da circulação dos saberes pela via dos significantes e não pelas formas do conhecimento; neste caso, sobre objetos de conhecimento, como “negro”, “escravidão”.

Isso reafirma que o estatuto da interpretação também é relativo, podendo afirmar que a alienação não impede movimentos de resistência. Trata-se de uma forma disjuntiva de relação do sujeito com o saber que, sem separar enunciação de enunciado, caminham sustentando a verdade do sujeito. Isso não é afirmar que temos a resistência na enunciação e alienação no enunciado. Em suma, de relativizar o efeito da verdade do sujeito em ambos os planos.

As noções de verdade e sentido ganham eco em Safouan (1993). Este autor aponta que a verdade interpela o sujeito no plano da enunciação, num outro plano que o do enunciado no qual se articula seu saber. O sujeito é assim afrontado ao seu próprio saber, por meio de uma interpelação sobre sua verdade enquanto é interrogado sobre seu desejo por meio do atendimento que empreende diante das demandas do outro (imaginário). Dessa interrogação, vemos que é possível por meio da enunciação afrontar o lugar do discurso do Outro, que está tomado pela ideologia, mesmo que a enunciação ainda mantenha pontos dessa alienação.

A relação entre sujeito e verdade vem de sua relação singular com o (não) saber. Attié (1989) compara as diferentes posturas entre o analisando e o escritor literário diante do não saber. Para aquele, a verdade vem, à primeira vista, com causa e efeito, enquanto para este, é apenas casual.

Importante ainda é dizer que tanto para o escritor literário quanto para o analisando, essa verdade é enigmática, posto que a interpretação nunca se satura e ainda inscreve a singularidade de cada sujeito em tornar escriturável a sua falta. Nisso reside a trilha por significantes interditados ou autorizados pela memória discursiva, via inconsciente e ideologia, por meio de que este caminho se torna singular. No dispositivo de análise aqui apresentado, uma parte deste caminho enigmático (ainda que em parte possa ser resgatado pela análise) fica firmada na possibilidade de ver apenas parte das pistas por uma fresta que sugere que o restante é enigma testemunhado pelos interlocutores.

É sabido que na Psicanálise não há preocupação com a origem, mas com a forma de transmissão de parte de uma narrativa anteriormente recalcada para esquecê-la novamente. Essa estratégia de transmissão do saber sobre/do sujeito é bem lembrada por

Attié (1989) e se faz presente nas formas míticas do saber, em que se narra uma história, cuja única “certeza” é que a atividade narrativa se constrói por meio de pistas do Outro.

É essa escrita do inconsciente que proporciona a partir da repetição, um disfarce para a arbitrariedade e a autenticidade, pelas quais o sujeito se posiciona como se houvesse uma origem do dizer. A partir daí, alienado ao mito individual, o sujeito consolida uma verdade objetiva acerca de si e do Outro, no qual se refugia, para denegar a construção da história contada. Essa travessia por meio do Outro comporta pontos de alienação e resistência.

Tal travessia desenha, portanto, um formato linear de escrita do sujeito. No sentido daquilo que Costa (2001, p. 148) chama de escrita analítica, que nada mais é do que uma transmissão de posição “frente ao outro, na sua vã tentativa de apreensão do real que o cerca, para sua inclusão simbólica no real”.

Sendo assim, é possível que, num tratamento indiciário dessa escrita, o sujeito desloque-se da parte alienada e possa olhar o que diz de uma maneira que o autoriza a decifrar parte do enigma de seu fantasma assujeitado ao Outro. É por meio dessa travessia que interpreta pelo menos parte do enigma caracterizador da imposição do real a que se submete que esses movimentos de resistência e alienação configuram a autoria não apenas como posição de controle da interpretação (“já lá” interdiscursivo), mas como travessia dos saberes.

Pegando gancho neste debate sobre a construção da verdade do sujeito por meio dos efeitos de sentido do discurso, quero voltar às questões teóricas sobre arquivo e práticas letradas para retomar parte da discussão sobre o envolvimento entre mito e autoria.

Para isso, à guisa de conclusão, quero sintetizar o que vimos com a análise dos recortes apresentados nesta seção. De maneira geral, vimos por meio destas análises como alguns movimentos interpretativos, relacionados ao efeito da zona de sentidos dominante repercutem no fio narrativo sob forma de enigmas.

É possível afirmar que foi mostrado como o sujeito atravessa parte do enigma que o constitui como uma decifração no nível do intradiscurso, cujo efeito é de completude. No caso dos primeiros recortes, essa completude pode ser traduzida na “casa di grandis novidadis”, cujo enigma, ao mesmo tempo em que é traduzido como “shopping”, também é o lugar em que a mulher vê retornar o engano do marido com a réplica de sua imagem numa escultura. Entretanto, o enigma, cuja instância se manifesta pelo real, e que aparece na trama sob efeito de exterioridade, não é interpretado

completamente; é apenas indicado por pistas como nas formas deslocadas em que o sujeito se refere a “cravo”.

Num ir e vir entre a resistência e a alienação ao Outro, algumas pistas, como, no caso, resultante da intersecção entre “Cravo” e “escravo”, permitem ao sujeito deslocar-se das “certezas” do formato individual do mito e trilhar uma escrita própria a partir da dimensão do equívoco. Isso porque o sujeito não é mero copista da circulação mais ampla dos sentidos do Outro.

Por conta do caráter coletivo por excelência, o Mito possibilita esta articulação entre alienação e resistência, pela qual se traduz não num “eu”, mas num “tu”⁷⁹, por meio de que o Outro lhe empresta significantes.

Por esses significantes uma dívida instalada não impede o sujeito de se portar na singularidade de se haver com dimensões desta dívida com o Outro e veiculada pelo Mito, cujas reviravoltas, escapam ao seu controle e dimensionam aquilo que do enigma coletivo e das questões universais ressurgem nas formas do equívoco⁸⁰.

Nos casos analisados, esse enigma sinaliza essa tentativa do sujeito em lidar com indícios do real, reinserindo-os numa dimensão do simbólico. É por meio de um jogo contraditório entre o visível e o invisível, ou seja, entre a transparência do fio narrativo e as formas coletivas e enigmáticas do Mito, que as práticas letradas circulam socialmente.

Há elementos da memória, mesmo sendo articulados no discurso narrativo, pelo efeito do mito individual, por exemplo, que favorecem sua circulação social, como prática letrada, considerando que essa forma de discursivização preserve o caráter enigmático do Mito.

Esta não coincidência entre a forma individual e coletivamente enigmática é que permite ao sujeito deslocar-se de posição discursiva para transmitir alguns saberes articulados na memória discursiva com formato individual.

Isso me leva a ratificar que não é minha pretensão encontrar uma definição para mito, mas apontar, conforme a articulação entre as noções de estrutura e de acontecimento, mencionadas no capítulo anterior, atentar-se para o imprevisto da significação em seus efeitos de sentido, cuja função, no caso, é alimentar a alteridade entre as práticas letradas.

⁷⁹ Tal como explica Bairaço (1996), ao comentar parte da obra lacaniana, em que o psicanalista francês faz referência aos trocadilhos do verbo “tuer” e “tu es”, respectivamente, traduzido por “matar” e “tu és”.

⁸⁰ O equívoco como constitutivo da relação indireta entre sujeito e linguagem (GADET & PÊCHEUX, 2004).

Isso permite que o mito se apresente como parte recuperável do dizer, a ser articulado num caráter de discursivização da atividade narrativa em que a posição de autoria também emerge por um caminho que, longe de ser livre na passagem pelo Outro, uma vez que é um caminho interpelado, não deixa de articular os saberes que circulam nesta travessia.

Como afirma Tfouni (2004) as práticas letradas estão acessíveis a todos, ainda que de maneira desigual, não apenas pelas (não) possibilidades de se posicionar na autoria, mas pelos saberes de que esta posição depende. Isto demonstra que o lugar de autoria não é apenas uma posição do sujeito do discurso, mas um lugar de articulação desses saberes, à maneira de um enigma coletivo, cujas formas individuais (determinação jurídica) alinhavam a própria travessia dos saberes.

*“O que é a verdade como saber? Seria o caso de dizê-lo:
- Como saber sem saber? É um enigma. Esta é a resposta – é
um enigma -, entre outros exemplos. E vou dar-lhes um
segundo. Os dois têm a mesma característica, que é o próprio
da verdade – a verdade, nunca se pode dizê-la a não ser pela
metade” (LACAN, 1992, p. 33, 34)*

Quarto capítulo – Mito e saberes discursivos no tratamento da alteridade

Nas últimas seções do capítulo anterior, o significante “Mito” foi tomado como um índice do real que emerge em alguns pontos do fio narrativo atravessados pela dispersão da oralidade.

Naquele capítulo, vimos também que a posição de autoria se instala em função do retorno de uma ilusão de acesso à origem do dizer, ao longo do processo de ressignificação. Esse retorno se apresenta graças a um efeito de textualidade (possibilidade de leitura), que, por sua vez, é possível por conta ainda do reconhecimento dessa leitura a partir da posição deslocada do analista (efeito-autor; cf. GALLO, comunicação pessoal, 2009). É sabido então que a posição de autoria se consolida pelo tratamento interpretativo do retorno não linear de significantes marcado por furos dos quais o sujeito emerge para significar.

Dentre esses furos, neste capítulo pretendo analisar comentários, checagens feitas pelo sujeito-narrador durante o ato de narrar que sinalizam a colocação em jogo de diversos saberes comprometidos com o Outro (tesouro dos significantes).

Trata-se de indícios que chamam a atenção em relação à contradição estabelecida entre o ato “automático” de narrar e o estranhamento percebido pelo próprio sujeito-narrador de forma tal que o fluxo narrativo necessite ser “interrompido”. Essa interrupção momentânea permite ao sujeito operar manobras interpretativas, lidar com pontos de alteridade, o que envolve a complexa relação entre as formas de tratamento das questões do sujeito sob a forma dos Mitos e os saberes discursivos da memória sócio-histórica.

Para chegar a este ponto do debate, considerarei a partir de autores como Veyne (1970), Cassirer (2000) e Eliade (1994) a maneira dos Mitos portarem questões caras ao sujeito, o que vai ao encontro do modo como a Psicanálise aborda os resquícios dos Mitos, das narrativas, das lendas em geral nas formações do inconsciente.

Tal como quero mostrar, esta análise ainda sinaliza a possibilidade das narrativas contadas por “dona” Madalena tornarem prováveis outras formações discursivas, as quais colocam em xeque a circulação dos saberes como apanágio dos arquivos escritos,

formais e institucionalizados e resgata a importância das pistas e do caráter de decifração da linguagem no modo de constituição da escrita.

Como veremos, por meio de modalizações entendidas como mecanismos enunciativos complexos (comentários, checagens), uma vez que está situado no âmbito das práticas letradas, o sujeito se apresenta pela possibilidade de ocupar uma posição de sujeito do letramento na direção da autoria.

4.1) Formas do saber no tratamento da alteridade pelo sujeito-narrador

Sabe-se que o sujeito do letramento é atravessado por diversos saberes da oralidade, tanto que se torna impossível tomar como referente apenas uma forma do conhecimento como única e verdadeira. Uma vez ainda que para aparecer, o sujeito deva emergir como intérprete dos enigmas do Outro vemos negada a possibilidade de qualquer metalinguagem, no sentido de um conhecimento que se pretenda cindido do próprio simbólico para assim “libertá-lo” dos embates e tropeços da interpretação.

Diante disso, as modalizações feitas pelo sujeito-narrador serão investigadas tomando por pressuposto a proposta de Tfouni (1992b, 2001) de que existem práticas letradas que configuram graus de letramento que ocorrem à revelia de variáveis como a alfabetização. Isso porque tal pressuposto sinaliza que os comentários do sujeito-narrador não serão analisados conforme o “grau” de fidedignidade a um suposto conhecimento a que se submete, mas de acordo com o modo mesmo de possibilitar ao sujeito estranhar, ou ainda, construir questões sobre o próprio dizer, questões estas caras ao cumprimento de sua missão de tecer uma narrativa com fechamento.

Ou seja, entendo que os significantes veiculados por essas narrativas, cuja aparência “externa” é uma determinação ideológica, apontam a possibilidade de estranhar o campo semanticamente estabilizado dos arquivos (cf. PÊCHEUX, 1997b) e assegurar que nessas narrativas há um modo particular de promover a circulação dos saberes.

As perguntas endereçadas ao interlocutor fazem parte desse jogo político do saber. Embora não haja um conhecimento que seja mais verdadeiro, os sentidos se enlaçam conforme um jogo de poder entre o sujeito-narrador e as formas imaginárias assumidas, pelo que foi dito ou pelo que o interlocutor esperaria que fosse possível dizer, que interfere no fio narrativo. Esse fio sustenta-se por um formato singular em que as interrupções e a “incorporação” do Outro cifram lugares enigmáticos que o sujeito decifra de diversos modos.

Diante dessa fundamentação, nesta seção procurarei mostrar de que maneira algumas estratégias discursivas conduzidas pelo sujeito-narrador – a exemplo: “Conhece o que é X?”; “X; cê num entende que qui é!?” – irrompem no fio narrativo e consolidam referentes para diversos modos dessas narrativas se organizarem em torno da memória discursiva.

Em certa medida, a análise tentará apontar as estratégias enunciativas (articuladas pelas não coincidências do dizer, cf. AUTHIER-REVUZ, 1998) e os gestos de leitura que o sujeito-narrador procura fazer do próprio fio narrativo, como se fossem “traduções” do próprio dizer. Temos, assim, tanto a tradução que o sujeito-narrador procura fazer de uma suposta verdade acerca de algum significante que estranhou, quanto a sua maneira de traduzir, a partir da “incorporação” de uma resposta dada pelo Outro na seqüência do endereçamento de sua pergunta.

A partir desse ponto, é importante resgatar a dimensão destes significantes (“tradução” e “saber”) na constituição do sujeito. A tradução do termo “saber” pelo discurso monolítico é analisada por Ginzburg (1989) quando esse autor aponta o uso na epístola de São Paulo aos romanos do termo *sapere*, que passou a ser a de “busca pela verdade”. Disso decorre um deslizamento controlado nas línguas neolatinas para referir-se somente aos “verbos do conhecimento”. Diz o autor que são estes: “*sapere, savoir*, saber, mesmo que no italiano, por exemplo, haja a distinção entre *sienza e sapienza*, a qual conserva uma distinção entre âmbito moral e âmbito intelectual (*idem*, p.97)”. Em suma, a manutenção do mesmo campo semântico fundamentada inclusive nesse controle de transliteração era uma estratégia católica para definir de “cima” e de “fora” do discurso o que é o saber.

Do ponto de vista discursivo, entretanto, sabe-se que não há uma tradução mais fidedigna para um termo, pois ao traduzi-lo já há um comprometimento com o lugar de intérprete ocupado pelo tradutor, bem como com o efeito de sentido a ser consolidado. Caso houvesse, a mais fiel tradução do que é o saber regeria as diversas formas do “próprio saber” num círculo vicioso controlado “de fora” e do qual o sujeito não escaparia por uma marca singular, pois o controle concerniria a todos de forma igual.

Mas, para fazer crer nessa possibilidade, algumas palavras-chave epistolares são mantidas sob a tentativa de uma interpretação controlada, por meio de seu isolamento com o jogo dos sentidos e para contrariar aquilo que era considerado como a curiosidade de alguns heréticos (GINZBURG, 1989). Mais do que curiosidade,

começava-se a delimitar um espaço de tensão e de fronteira entre discursos e contra discursos.

A partir desse delineamento entre o que está “fora” do jogo dos sentidos, cabe lembrar De Certeau (2001a, p. 59), que explica que a ciência tomou o lugar do tempo teológico para organizar o “todo como o seu resto”. Esse modo de a ciência organizar a totalidade (fracionando o “todo” e o “resto”) certamente repercute no modo de o sujeito-narrador tentar “separar” no fio narrativo o que é próprio da prática “automática” e cotidiana de contar uma história e o que precisa ser posto em dúvida ou ser estranhado diante do testemunho do interlocutor.

Entendo que é como se a razão técnica e científica de que trata De Certeau (2001a) acreditasse que rege a ordem simbólica; mesmo assim, conforme aponta o mesmo autor, deixa escapar o ordinário que também se organiza como um saber articulado e promove gestos de leitura plurais frente à estabilidade dos universos semânticos (PÊCHEUX, 1997 a, b). Dentro desses gestos estão os comentários do sujeito-narrador sobre o já narrado.

Em meio ao valor dessa consolidação do poder do discurso científico, a análise se fundamenta ainda nos comentários de Authier-Revuz (1985) sobre a vulgarização do discurso científico. A autora examina o dialogismo bakhtiniano, cuja máxima versa sobre as palavras do Outro por meio das quais enunciamos e sobre seu caráter de instrumento para acompanhar como o discurso vislumbra uma forma de endereçamento.

Essa noção direciona o exame de práticas de reformulação em vários campos – pedagógico, publicitário, político – e, mais especificamente, no campo da Vulgarização Científica (V.S., da sigla em francês), em que se tenta tornar mais acessíveis os resultados das pesquisas científicas.

A autora destaca várias formas – aspas, glosas, discurso relatado – utilizadas por essa tentativa de vulgarização. Num funcionamento semelhante, nas narrativas, os comentários, glosas e retomadas dos dizeres alheios foram marcados na transcrição pela notação em *itálico* o que, de alguma forma, já direcionou o estranhamento que resulta na análise aqui apresentada.

Para além desse estranhamento inicial marcado desde as primeiras gravações em áudio, torna-se pertinente analisar a dimensão de “verdade individual” ali sustentada pelo sujeito e que ocorre por meio de um funcionamento parecido com o do discurso científico. A diferença, entretanto, conforme aponta Tfouni (1988) reside no fato de nas narrativas permanecerem “misturas” entre os discursos formais e o ordinário de modo

que o sujeito-narrador não se dá conta. O efeito de sentido de outros universos discursivos, por sua vez, decorre da maneira de o analista perceber ali a determinação (alienação e resistência) diante desses discursos formais. As narrativas permitem ao sujeito interpretar conforme um saber cotidiano e ordinário que escapa à supremacia da “ordem das coisas e pessoas” (expressões de De CERTEAU, 2001a).

O modo como esse discurso contrário mobiliza recursos inclui um jogo de suposições e imagens que o sujeito-narrador constrói com o interlocutor. Dentro disso, há a pressuposição de que o outro tem ou não acesso ao conhecimento mobilizado ou não o tem de forma “ideal”, o que autoriza ou interpela o sujeito-narrador em lugares da memória de que resultam várias formas do dizer (a continuação do narrar e/ou sua “interrupção” momentânea).

Como arrematado por Authier-Revuz (1985), trata-se de examinar a relação com outros discursos de que o sujeito toma distância. A autora ainda alerta que investigar as formas do discurso retomado e vulgarizado delimita o exterior e re-desenha um interior, fornecendo acesso à imagem que o discurso constrói de si mesmo. Assim, a suposição do discurso do Outro (veiculado pelo outro) ecoa no ato de narrar como uma construção de um discurso com aparência linear. Vejamos alguns modos desse mecanismo ocorrer.

Em meio a essas formações imaginárias, de modo geral, o recorte desta seção é o controle interpretativo de uma dispersão de saberes mobilizados e que decorre de diversas “leituras” do Outro (interlocutor) situado no interdiscurso e na repetição da memória. Este recorte mais amplo foi organizado em recortes menores organizados analiticamente por meio de seqüências, que tratam, a saber: 1) da imagem de autoridade que algumas vezes o sujeito-narrador tem dos interlocutores, de tal forma que incorpore parte do discurso deles; 2) da crença na “consistência” e na “precisão” do lugar do arquivo que o sujeito mobiliza, crença esta sustentada pela definição de um “objeto” discursivo; 3) de uma leitura feita por lapsos sinalizadores de indecisão e dúvida, que acometem o sujeito-narrador durante o relato e com os quais não pode se comprometer para não perder o rumo do fio narrativo, enquanto este ainda lhe possibilita interpretar de forma polissêmica o retorno da pergunta endereçada ao interlocutor; 4) do compartilhamento especular da palavra do Outro, por meio de uma recepção automática, ao modo de um pedido de autorização; 5) da marcação explícita de um significante regente da tomada de posição do sujeito-narrador, significante por meio do qual está em jogo um suposto desconhecimento e um desnivelamento entre posições discursivas conflitantes.

O primeiro caso é o que vemos em:

SD 25 – (v.n.) E pagô ele muito bem pagado. E aí o Albino foi. Foi sem sabê í pa... pra pegá o navio lá no mar lá. / - *Como é que é?... que chama o lugar onde o navio fica? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Porto.* / (v.n.)... **Lá no porto**, lá, do navio. Ele... ele não sabia í, mas ele pegô e falô: (v.p.Albino) - Ah, eu vô! Quem tem boca, vai em Roma! (v.n.) E... e o Albino saiu, despediu e foi pa levá o dinheiro pa mãe... embora, pá levá o dinheiro pa mãe. Errô o **caminho do... do porto, do navio - de vez de ele ir lá pa... lá, po mar**, ele errô o caminho, foi pro lado aonde... do palácio aonde morava a menina. (Jobão e Albino).

E em:

SD 26 - Mais num descobriro que eles era... que eles... a véia nunca deixô eles descobrir que ela era mãe... / - *Como é? Mãe o quê? - pergunta às entrevistadoras. - Adotiva! - estas respondem.* / Nunca dexô descobrir **isso**. E nem o véio tamém. E era mamãe, papai, tudo **isso**.(As três estrelas de ouro na testa)

Sobre o segundo caso, ou seja, a mobilização precisamente marcada do arquivo; vejamos:

SD 27 - Aí u cumpade falô assim: - Quatrocentus potaca. Quatrocentus cruzeiro. [*Potaca cê num entende que qui é. Era dinheiro antigamente, potaca. Quatrocentas potaca, qué dizê quatrocentus mir réis, quatrocentus mir réis – dirige-se ao entrevistador*]. Ah não, quatrocentas potaca é muito poco. Ti dô quatro milhão. Qua, quatro potaca já come, quatro milhão nesse cavalo, interessei nesse cavalo pa vendê ele pa vê que acontece (O judeu padrinho das crianças).

Em se tratando do terceiro caso apontado, vejamos o que ocorre em:

SD 28 – (v.n.) Aí, é, aí, e, a Nossa Senhora, aí u naviu (...) partiu. Aí, nele oiô assim pa frenti assim, ele viu u naviu partinu, naviu longi. A moça tamém partiu juntú, cu, cu, cu comandanti. Lá, **cu capitão du naviu. comandanti**. [- *É u mesmu capitão, u comandanti?- dirige-se ao entrevistador. – É o mesmo capitão – ela mesma responde*]. (...) (v.n.) Aí u negu: (v.p.negro) - Eu vi. Eu vi! Eu vi sim. Até achei bunitu dimais. (v.p.marido)- Intão, as veiz aquela moça tá sofrenu.(v.p.negro) - Não. Ela tá sofrenu não, purquê ela tá acompanhada cu **moço du naviu. U comandanti. (v.p.marido) - Mora aqui esse cumandanti?** (Cravo Roxo).

E em:

SD 29 - I i aí, i aí falô assim: - I ele tem qui ti aceitá. U ó, u u home. U rei tem qui aceitá como filho! Como filho! Purquê o que ele quis cê feiz! Agora você qué qui ele seje, **qui ele ti adota**. [*É, é assim qui fala? – dirige-se ao entrevistador. Ele responde: humhum!*] **Qui ele ti adota, Qui ele seje teu uu, teu .. tutor!** (Sargento Verde)

Em meio ao debate e à continuidade da análise, é preciso adiantar que aparecem analisadas algumas seqüências que não se enquadram no dispositivo de análise acima descrito. São estas:

SD 30 - “Quando foi o segundo dia, ele achô cinco cabaça. [- *Conhece o que que é cabaça? Cabaça...!*] Encheu as cabaça de... foi lá e encheu as cabaça de água, lá no corgo, bebeu água. (Os bichos colhendo trigo do rei)”

SD 31 - “Aí... aí a... a moça tava no terraço. [- *Cê entende o que é terraço? - pergunta à entrevistadora.*] A moça tava no terraço, e...(A primeira briga do casal)”

SD 32 - (v.n.) Aí a moça falô assim: (v.p. moça): - Ah! Lá im casa... **nu ranchu não, puquê sô pobrizinha, moru num ranchinhu.** (v.n.) Eles morava num **ranchinhu di, di sapê.** [- *Num sei si cê já viu ranchu di sapê? Morava i, i era di chão – dirige-se ao entrevistador.*]. (v.n.) Aí ele falô: (v.p. moço): - Não, eu quero í **lá.** Eu quero cunhecê tua mãe. Vamu lá.(Cravo Roxo).

SD 33 - Quando foi... faltava oito dia pa princesa ganhá os nenê, o príncipo foi chamado. Teve uma guerra muito forte e o príncimo foi chamado pra ir lá, na guerra. [-*Porque todas guerra tem que tê um príncimo. Ocêis num viram aí na... nas Marvinha? Quando foi pra acabá a guerra veio o príncimo Charlo lá da Inglaterra lá pra acabá a guerra?* - dirige-se às entrevistadoras. - **Então. Todas guerra tem que ir um príncimo lá, no fim, pra dá um sinar de paiz. Ou sinar de paiz ou um sinal de... pra acabá c’o mundo.**] Então, o príncimo foi chamado e ele foi obrigado ir. Aí o príncimo chamô as cunhada. (As três estrelas de ouro na testa)

O quarto caso destacado é o que ocorre em:

SD 34 - E... e o Jobão querendo saí dela, mas ela deu uma risada assim, e o... o aquele coiso apareceu. [- *Como é que é? - D^a. Madalena pergunta, as entrevistadoras respondem: - Covinha.*] **É, covinha apareceu** e ele olhô assim, conheceu, abraçô ela e: - Aí, é... minha Baronesa! (Jobão e Albino).

SD 35 - Aí o... o cozinheiro saiu correno. O cozinheiro saiu correno e foi na cozinha. Foi chorá na dispensa. [- *Cêis sabe o que é dispensa? - pergunta às entrevistadoras, que respondem afirmativamente: - Hum hum.*] Os pais chorava **cá na sala** e o **Joãozinho Cozinhero** chorava, chorava **lá na dispensa.** (Jobão e Albino)

Sobre o quinto caso, temos:

SD 36 – (v.n.) O Albino falô: (v.p. Albino) - Pai! E mãe, dá essa comida minha pro home e eu... que eu me viro. [- *Depois cêis põe nome no home, viu?*](...) E ele não sai, tamém, sem segurança e pra ele fazê uma viagem, **é tudo no jornal, é tudo assim, nas imprensa! Tudo lá!** [- *Depois ocêis conta melhor, porque eu sô caipira, eu num*

sei, tá? Eu contava assim pros meus fio. Cêis tão gostando? - Pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Tamo, tamo!] Aí ele falô assim: - Ó, eu... aqui, cêis qué vê? ... a prova? O andarino tinha um... retrato do Jubão. Falô assim: - Todos que mora na cidade tem que tê, porque ele é o barão de lá; nós temo que tê. Tudo mundo tem o retratinho dele. E óia aqui! - (v.n.) A tirô, oiô. Viu a cara do retratinho pequeno, oiô na cara lá, colô. O Albino falô assim: - Pai, vem cá. A mãe num pode sabê, não. Vem cá! Nóis tem uma coisa que falá. Esse home disse que o Jubão mora numa cidade lá ó, é... *[- Pode falá Paris, qualquer lugar... eu não sei falá! É, tem essa cidade? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Tem!]* ... então mora pra lá, ó. E ele é muito rico e é barão; casô com a Baronesa. (Jobão e Albino)

Em todos os casos vemos à disposição uma espécie de tradução operada pelo sujeito-narrador de diversos modos: quando incorpora as palavras do Outro “tal e qual”; quando atribui sentido por meio de outro significante; quando vacila entre a incorporação de um significante dado pelo outro “tal e qual” e seu modo singular de atribuir sentido; quando há uma repetição quase total (especular) junto de um pedido de autorização ou quando a mobilização de um significante determinado movimenta um desnível entre posições discursivas conflitantes.

Tal como no discurso de vulgarização científica analisado por Authier-Revuz (1985) vemos uma distância meta-discursiva sustentada pelo sujeito-narrador, e que, em função das formações imaginárias em questão, resultam em formas do saber comprometidas com o interdiscurso.

Além disso, trata-se de modo geral de comentários do sujeito-enunciador sobre a própria enunciação, que faz dele “objeto” do próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 1998). Embora não seja o propósito principal analisar essas seqüências unicamente sob o ponto de vista da teorização das não coincidências em Authier-Revuz (1998), vale mencionar a classificação feita por essa autora, a saber: 1) a não coincidência na interlocução, quando o sujeito-narrador pede uma expressão, por exemplo: *[- Depois cêis põem nome nu homi, viu?]*; 2) não coincidência do discurso com ele mesmo, é o caso do pedido e da incorporação (citação) da palavra alheia, em: *“[- Como é que é?... que chama o lugar onde o navio fica? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Porto.]* (v.n.)... Lá no porto”; 3) não coincidência entre as palavras e as coisas, quando aponta que não há ajuste da palavra utilizada para nomear a coisa, em: *“[- É u mesmu capitão, u comandanti?]*; 4) confronto das palavras com elas mesmas no que se refere à deriva (equívoco) dos sentidos, tal como vemos o deslizamento entre “Paris” e “morador rico”, em: “mora numa cidade lá ó, é... *[- Pode falá Paris, qualquer lugar... eu*

não sei falá! É, tem essa cidade? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Tem!]... então mora pra lá, ó. E ele é muito rico”.

De volta à discussão anteriormente iniciada, gostaria de ressaltar que o recorte principal desta seção é discutir a circulação do saber e suas implicações na autoria, trazendo de forma indireta essas contribuições de Authier-Revuz (1998).

No primeiro caso, temos um valor de verdade operado ao modo do especialista, já que na seqüência 25, as palavras do interlocutor são incorporadas automaticamente e ganham consistência na repetição sustentada pelo sujeito-narrador. Importante notar, entretanto, a hesitação que aparece no momento em que o sujeito-narrador narra: “caminho do... do porto, do navio de vez de ele ir lá pa... lá, po mar”. Embora tivesse havido uma incorporação imediata e automática da palavra do Outro, veiculada pelo interlocutor (outro), a hesitação e a substituição de “porto” por “navio” sinaliza a resistência entre o que o sujeito marca como seu dizer e o que foi dito pelo interlocutor “lá”, de outro lugar.

Dito de outro modo, o sujeito consolida essa forma de resistência um pouco mais adiante quando repete o dêitico “lá”, que retroage com “porto”. Quer dizer, em vez de referir-se ao “porto”, o sujeito-narrador delimita que, mesmo que haja uma aceitação da palavra do Outro, há uma fronteira entre o uso de “porto” e de “navio” (destaque para este significante que já fazia parte do intradiscorso e lhe assegurava uma marca de autoria); essa fronteira é marcada da seguinte forma: “lá” retroage com “porto” e “mar” retroage com “navio”. Em suma, a distância minimamente necessária do Outro está marcada pelo uso do dêitico “lá”. Mesmo atribuindo valor de autoridade ao Outro de quem incorpora o significante, o sujeito marca fronteira entre o fio narrativo ali estabelecido e o que são palavras de “lá” (de alhures). Mesmo assim, vemos que a autoria é assegurada por conta do efeito de sentido, pois se trata de uma substituição comprometida a uma mesma FD.

Na seqüência 26, percebemos que o valor de autoridade da palavra do Outro é sustentado, mesmo que sua retomada ocorra por um movimento de aparente negação do Outro. Essa negação é vista com a substituição de “Adotiva” por “isso”. Aquilo que é dito pelo interlocutor e que o sujeito-narrador incorpora a seu dizer emerge como um foco de resistência ao mesmo tempo em que, por conta de tamanho estranhamento causado, propicia um “valor a mais” ao que é dito. Esse “isso” genérico e vulgar consolida, portanto, uma posição discursiva alienada ao Outro, por conta do modo como

o sujeito-narrador imagina que o outro se posiciona diante da falta, da incompletude do tudo dizer envolvido ao interdiscurso.

Nessa mesma seqüência, a palavra que falta autoriza o sujeito a recorrer à resposta uma vez que não há espaço para duvidar da posição de suposto saber do Outro ancorado na memória. Essa resposta é um ato automático do dizer. A substituição de um significante pelo outro auxilia o sujeito-narrador no controle da dispersão, pois não precisará “parar” de contar a narrativa para modalizar uma dúvida ou requerer mais explicações para o significante em questão. Assim, é como se ao sujeito-narrador fosse mais vantajoso seguir um automatismo necessário para que a narrativa tome forma linear e opere com a retroação.

Esses modos de lidar com a alteridade indicam que a forma-sujeito posta em jogo em cada um desses comentários conduzidos pelo sujeito-narrador porta várias posições-sujeito (cf. PÊCHEUX, 1993).

Essas posições são marcadas pelo uso de formas lingüísticas (“lá”; “isso”) que “esvaziam” a possibilidade de o sujeito lidar com os sentidos dispostos numa textualidade e os faz incorporar uma forma “plena”, sem furos, da memória. Por meio de formas genéricas de retomada e de referência à presença do Outro no próprio dizer, o sujeito não emerge conforme uma possibilidade de elaboração do estranhamento que lhe causa. Essas formas genéricas apenas apagam sua condição de intérprete dos sentidos dispostos na memória de tal maneira que no primeiro plano vem uma marcação de uma fronteira frente ao Outro que pode ser qualquer, desde que o preço a ser pago para esse distanciamento seja alienar-se da própria condição de intérprete dos enunciados.

De modo geral, nos casos mencionados vemos ainda uma “suspensão” da retroação ao já dito pelo estranhamento do sujeito-narrador num ponto específico do imaginário que aparentemente faz alusão a um “assunto” (tópico). Poderíamos ainda referir-nos a esses pontos até aqui analisados como pontos de estofo discursivos⁸¹ e que põem em jogo diversas formações imaginárias⁸².

Não se trata de pontos de retroação equivalentes à nomeação, ao genérico, aos *shifters* elencados por Tfouni (2005). Trata-se de uma alusão marcada (AUTHIER-REVUZ, 2000) que o sujeito opera em um ponto deslocado da memória sob a forma de questões a serem decifradas. Muitas vezes, essas questões estão pautadas na crença em

⁸¹ No sentido dado por Lacan (1998b).

⁸² No sentido de Pêcheux (1993) e que se refere ao jogo de interlocução entre o que “A” imagina que “B” imagina que deve falar; referente ainda às possibilidades da enunciação, à autorização, portanto, que “A” tem para falar com “B”, a partir da posição discursiva ocupada por ambos.

um conhecimento que o sujeito-narrador acredita possuir, porém acredita não acessar e do qual mantém certa distância, percebendo-se autorizado a se aproximar somente a partir de sua transformação em questão.

No que se refere à sintaxe, o uso de “isso” marca o distanciamento de duas posições discursivas conflitantes em termos de um suposto monopólio do conhecimento retomado e resumido pelo sujeito-narrador numa mesma zona de sentido, em: “E era mamãe, papai, tudo **isso**”. Quer dizer, pelo esquecimento da palavra do Outro (“adotiva”), o sujeito-narrador sustenta seu dizer a partir de uma legitimação do desnivelamento das referidas posições discursivas, levada a efeito pelo esquecimento (inclusive no que se refere ao valor do signo); portanto, concomitantemente possibilitando outro lugar da significação com “mamãe, papai” e um efeito de fechamento da interpretação com a inserção de “isso”.

Essa autorização em que se ancora pode ser vista na seqüência 27 na qual não há resposta afirmativa do interlocutor, posto que o sujeito-narrador não lhe dá espaço para a confirmação de uma dúvida ou para o oferecimento de uma resposta.

Assim, a autorização do Outro vem de uma pressuposição de que aquele saber que mobiliza já é faltante no universo discursivo especializado do interlocutor. Em certa medida, trata-se de um distanciamento da suposição de que o pesquisador que coleta as narrativas detém um conhecimento especializado; entretanto essa pressuposição é seguida de uma contraditória reafirmação do valor do saber que o sujeito-narrador supõe encontrar na posição ocupada pelo pesquisador.

Isso pode ser discutido conforme De Certeau (2001a), que explica que o especialista ganha prestígio pelo conhecimento que lhe falta. O valor do que enuncia se dá em grande parte pelo valor do lugar de sua especialidade e não pelo que sabe. Assim, mesmo que não forneça a resposta, o modo de o sujeito-narrador chamar a atenção para a escuta do especialista posto em sua frente é um modo de valorizar a posição ocupada por este. A partir de De Certeau (2001a) vale questionar: o que é o saber senão já uma construção em cima do desconhecimento comum?

Dessa forma, não apenas a incorporação de “Porto” ou o “isso” repetido pelo sujeito-narrador obtém um valor a mais frente ao conhecimento especializado a que se aliena para enunciar; na seqüência 27, a explicação imediata do que é “pataca” também valoriza a posição ocupada pelo pesquisador porque o sujeito-narrador supõe nela a falta de um saber que deveria ter; assim, ao fornecer o saber, o sujeito-narrador valoriza a

importância da especialização do conhecimento, justamente porque sinaliza que ainda há algo que, mesmo à posição do especialista, é faltante.

Esse jogo também pode ser interpretado como uma iniciação ao discurso da especialização de que trata De Certeau (op.cit.); pois agora é o sujeito-narrador que fornece uma explicação especializada a partir do uso que faz da imagem de pesquisador que utiliza para “exorcizar” esse suposto não saber pontual e localizado, confrontado à articulação de um saber mais amplo e complexo simbolizado pela narrativa⁸³.

Em suma, ambas as posições deixam escapar pontos de não saber, o que comporta um jogo entrecruzado de suposição de saberes. O uso que cada posição faz disso permite que o sujeito-narrador ora incorpore a “verdade” do especialista, ora confronte essa suposta verdade com sua própria “verdade”, como é o caso da definição de “pataca”. Confrontar-se com a própria verdade aqui se refere ao modo como aparece na materialidade do corpus na superfície lingüística, tanto as tentativas de ver as palavras do Outro (com valor de verdade, posto que implicadas às línguas de madeira do especialista) aparecer no fluxo narrativo, quanto levantar algumas hipóteses a partir da leitura de pistas sobre como o sujeito-narrador lida com a incompletude constitutiva do dizer por meio da organização da parte que tem acesso por meio da memória discursiva. Não se trata, portanto, de tentar analisar uma suposta projeção do conteúdo inconsciente recalcado na superfície lingüística, nem de levantar hipóteses sobre os mecanismos inconscientes do sujeito-narrador, mas de acompanhar o modo de organização dos saberes pela memória coletiva, tendo em vista sua disposição no fluxo narrativo.

A “verdade” do especialista refere-se à alienação a uma FD dominante e a um saber aparentemente “pronto”, ou seja, desconectado do jogo com os sentidos; a própria “verdade” refere-se ao acesso sempre indireto ao interdiscurso que somente permite a parte recontada de uma história, tal que temos acesso ao modo singular de organizar o intradiscurso a partir do interdiscurso.

Dessa maneira, o Outro permanece como enigma a ser decifrado e toma a forma de uma questão que, mesmo sem ser respondida totalmente, faz com que o sujeito-narrador saiba (ainda que se dê conta somente por retroação) que está nela implicado a

⁸³ Importante notar como nessas narrativas convivem mutuamente formas de indagação (questões formuladas pelo sujeito) tal como ocorrem nos Mitos e nas formações do inconsciente, bem como a determinação do valor do conhecimento especializado de que os Mitos foram separados pela razão técnica.

partir de formações discursivas dominantes e dominadas. Essas FDs aparecem em formações imaginárias fundamentadas na suposição de um domínio mais fidedigno do saber, mas que na realidade é arbitrário posto que compartilhado no desconhecimento comum de que trata De Certeau (op.cit.).

Disso veio o poder das técnicas sobre as práticas sociais. Desse modo, ao tentar fornecer a sua explicação para “pataca”, ou ainda substituir e se distanciar das respostas dadas nas seqüências 25 e 26, o sujeito-narrador manifesta a resistência das práticas sociais diante das técnicas do conhecimento.

Como pressuposto epistemológico, basta apontar que nas três seqüências, a verdade do especialista “cria” no sujeito uma “verdade de mito individual” que nega o real com que lida ao tentar contornar o estranhamento do significante em questão. Essa “verdade” impede-o de lidar com o desconhecimento do rumo que tomará a condução do fio narrativo.

Sendo assim, o sujeito se distancia do impasse entre o uso de um significante e outro, seja pela espera da resposta do Outro, seja pelo reconhecimento do saber suposto neste ou ainda pelo testemunho de que esse Outro sabe que o sujeito-narrador sabe algo. O caminho de interpretação torna-se truncado, pois é interrompido por um labirinto de formações imaginárias que impedem momentaneamente a continuidade do fluxo narrativo.

Ainda sobre a seqüência 27, mesmo determinado pelo discurso do especialista em seu padrão de conhecimento da definição técnica (topicalizada) de um significante, o sujeito-narrador tenta mostrar o valor de um lugar do arquivo que mobiliza.

A partir de De Certeau (2001a) posso afirmar que o sujeito-narrador tenta fragmentar e organizar um saber “à parte”, tal como uma “ciência do ato de narrar” (expressão minha). Esse funcionamento incorporado à narrativa já é efeito da determinação ideológica da cisão entre o conhecimento técnico e as práticas sociais letradas.

Contraditoriamente, o sujeito-narrador se inicia na arte da explicação especializada sobre um saber específico de que tenta se distanciar. Isso lembra os comentários de Lévi-Strauss (1978) acerca dos modos das ciências e dos Mitos tentarem abranger uma totalidade. No primeiro caso pela fragmentação e no segundo pela inserção naturalizada de uma concepção de mundo em que cabe “tudo um pouco” (expressão minha).

Junto dessa alienação ao saber especializado inserido numa ordem comum, tal como descrita por De Certeau (op.cit.), o saber especializado do outro (imaginário) tem valor de iniciação num outro campo do saber que não pertence diretamente ao sujeito-narrador, mas do qual pretende fazer uso; assim, segue o campo da explicação direcionada sobre um tópico ou “objeto” do discurso (“pataca”).

Sitri (2003) comenta que diante da construção de um objeto discursivo temos acesso às reformulações, às paráfrases, sob a forma da análise de marcas indiretamente ligadas ao não disto. Dentre as três seqüências, vejamos como na seqüência 27, o sujeito-narrador faz uso da nomeação para lidar com o implícito de que se o interlocutor não sabe, é necessário nomear. Portanto, a forma invertida entre o sujeito e o verbo em “era dinheiro antigamente, potaca” assegura o suspense ao mesmo tempo em que aumenta o valor da nomeação de “potaca” diante do não saber implícito compartilhado por meio de um objeto discursivo.

Vê-se que há um esquema em trânsito de posições que são obrigadas a se intercambiar, seja pelo estranhamento do próprio sujeito-narrador seja pela forma imprevista de o interlocutor fornecer ou testemunhar alguma resposta. A partir de como localiza o lugar do especialista que vem coletar as narrativas, o sujeito-narrador extrai a imagem que tem de si como de alguém que também detém um saber a compartilhar. Entretanto, tal como vem marcado no discurso, esse movimento é realizado pela própria alienação ao discurso fragmentado do especialista e de cuja imagem pretende, mesmo ao fazer uso, deslocar-se.

Na linha ainda de uma reflexão epistemológica sobre a análise do *corpus*, tenho a afirmar que indicar pontos de alienação e resistência às formas do discurso especializado e indicar de que forma ambas as posições discursivas (sujeito-narrador e interlocutor) lidam com o desconhecimento é movimentar a alteridade entre as práticas letradas.

Partindo desse ponto, quero mostrar a partir de agora como, mesmo alienado a essa fragmentação da razão técnica, ou seja, fazendo uso de um mecanismo discursivo que é parte de sua própria alienação ao Outro, o sujeito-narrador mobiliza parte do arquivo a que tem acesso no campo da oralidade e torna possível um gesto de autoria.

Visto de outro modo, então, não temos somente a alienação ao discurso do especialista, mas uma textualidade praticável a partir dos próprios significantes trilhados pelo sujeito-narrador de modo que seja possível o reconhecimento de seu modo particular de também acessar um lugar do arquivo.

A partir da posição de analista é possível recorrer a outro lugar do arquivo para legitimar o sentido atribuído pelo sujeito-narrador. É o que ocorre com a análise da definição que o sujeito-narrador faz de “pataca”. Mesmo que também se alinhe a um padrão de definição técnica, essa filiação do sentido feita pelo sujeito-narrador mobiliza uma textualidade, na qual se vê consolidada sua posição de intérprete a partir do modo, principalmente, pelo qual lida com a espessura semântica da memória discursiva.

É sabido que “pataca” era o nome da moeda usada no Brasil quando a corte portuguesa mudou-se para cá. Atentemos para o fato de essa palavra circular no discurso oral sob a forma da expressão “isso não vale uma pataca”. Essa zona de sentido do interdiscurso pode ser mobilizada por meio do contraponto frente à “definição” dada pelo sujeito-narrador. Assim, a posição de intérprete torna-se possível a partir do modo de o sujeito-narrador indiciar um elemento caro ao interdiscurso na forma oral.

Se, algumas vezes, é o outro (imaginário) que “sabe mais”, chega a hora de o sujeito-narrador promover a inversão desse desnível (seqüência 27 – “cê num sabe que qui é”) quando enuncia sobre “pataca”. Assim, a consistência do arquivo mobilizado e pelo qual o sujeito emerge como intérprete dos enunciados desconstrói um sentido privilegiado sobre o referente em questão ao pôr em jogo uma das formas do saber sistematizadas pela oralidade (seqüência 27- “era dinheiro antigamente”).

Com esse sinal de ruptura, vemos que existem pontos de manifestação contrários à supervalorização da especialização suposta do outro que não impedem o sujeito-narrador de confrontar o suposto saber desse outro (imaginário), a partir de seu modo singular de se portar como intérprete dos saberes articulados no lugar que mobiliza no Outro, organizado na forma de memória discursiva.

Essa abertura do campo de possibilidades da interpretação que tem por meio do Outro torna viável ao sujeito consolidar uma posição em que não se percebe refém de um conhecimento mais verdadeiro, mas articulador de um modo singular de mobilizar a memória.

Em se tratando dessa possibilidade, retomemos o terceiro dispositivo de análise aqui sistematizado, que se refere à leitura do Outro pelo sujeito-narrador, marcada por hesitações que não comprometem o fio narrativo, na medida em que este ainda lhe possibilita interpretar de forma polissêmica o endereçamento ao interlocutor.

Nele vemos como a dúvida marcada pela hesitação permite também um lugar de intérprete que, a partir de uma autorização consentida pelo silêncio ou pela resposta

afirmativa do interlocutor, promove uma circulação de um saber disposto na memória de um modo destituído da tentativa de uma metalinguagem.

A oposição entre essas formas de mobilização do interdiscurso oscila entre a sustentação de uma verdade obtida num dado incorporado do Outro e um “contorno” necessário diante da dispersão das vozes discursivas. Ambos os mecanismos tem sua função na maneira de o sujeito trilhar significantes, que lhe são tão caros.

É por meio desse mecanismo de retomada do significante em destaque no fio narrativo que vemos outro ponto da tradução, da mudança de imagem que um elemento exterior provoca no interior discursivo, conforme Authier-Revuz (1985).

Sobre essa imagem invertida que retorna ao sujeito provocando mudanças no interior de seu discurso vale marcar a diferença entre os dois primeiros eixos da análise e o terceiro (Seqüências 28 e 29). Neste, o sujeito negocia com o Outro as possibilidades de mobilização do arquivo.

Com isso, vemos como de fato a questão do saber está fortemente marcada pelo jogo político. Nesses termos podemos aludir à construção de um saber como possibilidade de leitura de um determinado arquivo numa dada conjuntura bem como ao uso que se faz dessa leitura.

Nos comentários do sujeito-narrador vistos nas seqüências 28 e 29 vemos o esforço em se tentar construir um saber cotidiano próprio sobre alguns significantes, o que sinaliza uma resistência às tentativas de se submeter a um suposto “meta-conhecimento”.

Nessas seqüências, referentes ao último dispositivo aqui mobilizado, o sujeito-narrador negocia, portanto, com as suposições dos saberes. Isso dá formas de alteridade que não são quaisquer, mas que põem em jogo a política de marcação de fronteiras e tomada de posição na leitura dos arquivos.

Esses comentários irrompem na cadeia significante, tornando-a “suspensa”, ou seja, obrigando o sujeito-narrador a se confrontar com o (não) saber. Tal como comenta Chemama (2002), o sujeito sabe que algo está em suspenso sem saber ao certo o porquê. É imperativo lidar com o que supõe saber e com o não sabido. Nos casos tratados, referentes aos dois primeiros dispositivos de análise, o “já sabido” assume uma forma imaginária, a do outro (imaginário) especialista.

No caso do último dispositivo, o confronto entre os elementos do interdiscurso (na seqüência 28 há vacilo entre o uso de “capitão” e “comandanti” e na seqüência 29 “adotiva” é substituído por “tutor”) mobilizados de diferentes modos pelo sujeito-

narrador diante da pergunta endereçada ao interlocutor sinaliza a impossibilidade de uma metalinguagem, razão pela qual há a possibilidade de o sujeito ocupar a posição de intérprete. Isso ocorre em ambas as seqüências por meio de um significante do mesmo campo semântico ali mobilizado.

Essa mobilização mostra que o sujeito-narrador, mesmo inicialmente refém de uma pergunta por meio da qual esperava uma resposta verdadeira do Outro, mobiliza parte do arquivo e torna viável o seguimento do fio narrativo numa textualidade. Torna viável pelo menos uma interpretação possível, a partir de um referente construído no fio narrativo e de um modo singular de acesso ao arquivo. O gesto de autoria desse modo é assegurado por esse movimento de se deslocar do próprio dizer em busca de um elemento “externo”; não no sentido de um código que consolide uma metalinguagem, mas no sentido de um modo de resgatar um ponto da memória discursiva que vai ao encontro do campo semântico ali demandado e com que o elemento “exterior” retroage.

Nas seqüências adiante, vemos outras formas de o sujeito lidar com essa contradição entre um saber “pronto” e sua construção por meio de sua condição de intérprete do interdiscurso. É o que ocorre em:

SD 30 - “Quando foi o segundo dia, ele achô cinco cabaça. [- *Conhece o que que é cabaça? Cabaça...!*] Encheu as **cabaça** de... foi lá e encheu as cabaça de água, lá no corgo, bebeu água. (Os bichos colhendo trigo do rei)”

SD 31 - “Aí... aí a... a moça tava no terraço. [- *Cê entende o que é terraço?* - *pergunta à entrevistadora.*] A moça **tava no terraço**, e...(A primeira briga do casal)”

Na seqüência 30, vemos um mecanismo semelhante aos dois primeiros dispositivos de análise, pois o sujeito enfatiza uma resposta clara, transparente e linear que ajusta um nome a uma coisa a ser nomeada. Entretanto, esse mecanismo se apóia numa literalidade que se apresenta alheia à espera de resposta do outro.

Interessa notar de que modo o fluxo narrativo segue ordenado por uma forma imperativa do conhecimento. Nessa seqüência, essa forma supõe que há uma espécie de “meta-código” que ambos os interlocutores acessam de forma idêntica, tal o tom de obviedade mobilizado pelo sujeito-narrador. Trata-se de um jogo imaginário e especular, na linha do que Pêcheux (1993) propôs acerca das formações imaginárias e que, no caso, sustenta-se pela ilusão da evidência de $X = X'$, em que o sentido é

transparente por conta de o sujeito poder sustentar “livremente” o sentido de qualquer “X”.

Trata-se do jogo quase infinito sobre a imagem que “A” tem da imagem que “B” tem de “A”, jogo este, que no caso está aparentemente destituído de sua heterogeneidade constitutiva. Tal destituição é assegurada pela marca enfática da asseveração “Cabaça”, a qual torna inviável qualquer marca de polissemia dos sentidos.

Diante de qualquer possibilidade de desconhecimento, determinada pela posição que ocupa, o sujeito-narrador responde com essa asseveração de um saber que está para além, mas cujo acesso igualitário é refém do imaginário. Reside nisso uma negação dos desnivelamentos das leituras dos diversos arquivos.

Assim, o imperativo vem aplacar a ameaça que a dimensão das “coisas a saber” assume no fluxo narrativo. Diante de um saber que lhe dá segurança e de um discurso que o auxilia na organização da subjetividade, o sujeito-narrador lança mão de uma constatação tal que o obrigue a continuar o ato de narrar mesmo que, diante de si tenha se aberto um índice de real.

Põe de lado, com isso, a dúvida, a hesitação e incorpora essa “resposta” do Outro que, no meu modo de entender, pode ser compreendida sob a forma daquilo que De Certeau (2001c) chama de economia escriturística.

Trata-se de um modo das narrativas dos mitos no Ocidente terem sido despidas de sua dispersão para se produzir uma sociedade unida pelo texto em nome de um progresso escriturístico. Desse modo, cindiram-se as práticas “legítimas” (científica, política e escolar) da oralidade. O escriturístico é o que se aparta do mundo das vozes e da tradição e encaminha um ato automático ordenado do dizer tal que não haja tempo e espaço “perdido” para muitas explicações ou reviravoltas interpretativas.

Assim, a economia escriturística é a produção de um padrão de leitura linear por meio de um texto social geral calcado em leis abstratas que eliminaram a composição coletiva e grupal de um texto em favor do apelo ao indivíduo. Esse favorecimento da marca individual na economia escriturística se manifesta pelas vozes autoritárias do Estado, da escola, da ciência. Vemos que a voz em questão com essa economia serve, portanto, para dar estabilidade aos discursos e fazê-los se adequarem à lógica da leitura e da escritura que a razão técnica impôs aos modos cotidianos do saber (De Certeau, 2001d).

Assim, “textos” os mais diversos e dispersos (como é o caso dessas narrativas) se adaptam à analogia entre a produção e o consumo de um lado, e o ato de ler e

escrever, de outro. A leitura é feita por meio de uma informação pronta dada a consumir de forma direta, linear; em suma, pela “ação comum” da *comunicação*. Em suma, mesmo não-alfabetizado o discurso em questão é atravessado por esse modo de organização da escrita sob a economia escriturística.

Na seqüência 31, por sua vez, no lugar do imperativo, vemos o enfrentamento de uma questão que emerge e na qual o sujeito não pode se prender por conta de seu comprometimento com o fio narrativo. O sujeito aposta no saber compartilhado e segue o ato de narrar.

A segurança dessa aposta faz parte da economia escriturística. Por mais que os significantes tenham efeitos de sentido naturalizados pelos usos da língua, os sujeitos não se submetem a esses a todo tempo, nem deles esperam uma resposta definitiva, ainda que apostem em algumas evidências do conhecimento comum que servem para que o real seja contornado. Desse modo, vemos como o real é contornado pela recusa de que o Outro tem uma resposta única e pronta.

Lacan (2003b) diz que conhecimento é ilusão. Isto vai ao encontro do que Pêcheux (1993) afirma sobre a separação entre subjetividade e objetividade como um dos sintomas da ideologia, porque tal sintoma repousa num critério de verdade falacioso, que versa sobre a maior legitimidade da circulação de saberes na forma do conhecimento individual a que cada um teria acesso.

Recorrendo a essas colocações, podemos dizer que, capturado pela ideologia, o sujeito-narrador cai no mesmo jogo da separação entre subjetividade e objetividade, entre saber e não saber, entre o que explica ao interlocutor porque supõe que ele não saiba ou não sabe da maneira mais adequada (objetiva). A construção de uma “verdade” diante d’ “as coisas a saber” apóia-se nesse jogo necessário cujos resultados são a contenção da deriva e a transmissão de um saber da memória pela forma individual do mito.

A dimensão do não saber, por sua vez, lança o sujeito na dimensão real da relação entre Mito e memória. Como aponta Chemama (2002), a todo tempo o sujeito lida com o social e o histórico para tecer uma narrativa de si. No desenrolar desse processo, irrompem índices do real como atos falhos, chistes, provérbios. Ou, como quero mostrar, comentários versados no estranhamento do sujeito-narrador.

Chemama (2002) argumenta que essas irrupções ocorrem porque o sujeito se identifica com algo inominável em que a voz e o olhar são apenas aproximações e cujo efeito Lacan (*apud* CHEMAMA, 2002) denominava destituição subjetiva. No caso das

modalizações (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998) aqui analisadas temos indicados lugares do sujeito que nem ele mesmo havia imaginado ocupar, ao modo do axioma lacaniano “penso onde não sou, logo sou onde não penso (...) eu não sou lá onde sou joguete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não posso pensar” (LACAN, 1998b, p.521).

Como argumenta Chemama (2002), a destituição subjetiva vem acompanhada de um relevo, de uma notação explícita em razão do efeito do real sobre o que o sujeito pensava de si. É o que vemos nesses comentários, que indiciam o real das questões incontornáveis dos Mitos, ainda que já se apresentem como formas imaginárias do saber.

No caso seguinte, vejamos o modo de o sujeito-narrador lidar com essa dúvida sobre o não saber do interlocutor por meio de uma textualidade ancorada numa FD.

SD 32 – (v.n.) Aí a moça falô assim: (v.p. moça): - Ah! Lá im casa... **nu ranchu não, puquê sô pobrinha, moru num ranchinho.** (v.n.) Eles morava num **ranchinho di, di sapê.** [- *Num sei si cê já viu ranchu di sapê? Morava i, i era di chão – dirige-se ao entrevistador*]. (v.n.) Aí ele falô: (v.p. moço): - Não, eu quero í lá. Eu quero cunhecê tua mãe. Vamu lá.(Cravo Roxo)

Ao mesmo tempo em que torna possível por meio da dúvida admitir um não saber do outro, o sujeito re-configura uma imagem de si e um lugar que pode ocupar. Sem se dar conta, o sujeito-narrador mobiliza um lugar do interdiscurso ligado à “cultura caipira” ao mesmo tempo em que legitima esse sentido por meio de uma filiação a uma formação discursiva dominante (doravante denominada FD “pobreza”), mas que abre espaço para a posição de autoria.

Desse modo, a formação discursiva “da pobreza” se filia à zona de sentido que retroage com “porquê sô pobrinha” e com “i era di chão”. Por meio da filiação a essa FD, o sujeito se distancia do Outro (que pode não conhecer um “rancho di sapê”) e acrescenta que não se trata de qualquer “rancho”. “I era di chão” parece funcionar como um elemento para um distanciamento ainda maior entre a FD “pobreza” e a suposição que faz *a priori* de que o outro não conhece esse significante porque não compartilha da mesma FD.

Esse distanciamento ainda é marcado pela transposição da questão posta em jogo por uma modalização “morava i, i era di chão” em que supõe que o outro sabe ao mesmo tempo em que não sabe o que é “ranchu di sapê” e que, independentemente de saber ou não, há um distanciamento marcadamente necessário para que o sujeito-

narrador continue a tecer a narrativa. Esse distanciamento deixa margem para vermos uma marca de autoria (cujo efeito-autor mais uma vez vem do reconhecimento de uma textualidade).

Ao retomarmos o trabalho de Cândido (1997) é possível filiar o que o sujeito-narrador explica dentro de uma textualidade que sustenta o intradiscorso. Esse autor explica o fato comum de a “casinha di sapê” fazer parte do cotidiano do caipira.

Trata-se novamente de visualizar o intercâmbio entre as práticas letradas em seus modos constitutivos de articular saberes de diversas ordens. Mesmo com um saber compartilhado socialmente, o sujeito-narrador supõe que seu interlocutor não está implicado num universo simbólico de que faz parte. Tal suposição decorre de um controle da interpretação que o sujeito-narrador necessita e que se sustenta por meio da forma individual do mito estar alienada a uma FD.

Na linha do que comentava a respeito do significante “pataca”, posso afirmar que também nesse caso, ao mesmo tempo em que o reconhecimento desse efeito-autor sobrevaloriza o saber do especialista, legitima um saber da oralidade estar veiculado na forma oral.

É importante notar o determinante político desse reconhecimento, o qual não desconsidera um desnivelamento que confirma o que Auroux (1992) chama de um conhecimento sobre a língua (epilingüístico) que legitima práticas de uso de alguns significantes.

Vimos que a leitura dessa textualidade a partir de Cândido (op.cit.) se faz em condições de produção (trata-se de um livro publicado por este autor), cujo poder simbólico se sobrepõe ao comentário do sujeito-narrador. Essa leitura vai ao encontro do que Auroux (1992) comenta sobre um saber metalingüístico, o qual repercute nas gramáticas, nos projetos de ensino e também na transmissão de saberes lingüísticos e no confronto entre culturas orais, atravessados por listas de palavras em seu início e depois pela organização em livros, dicionários, manuais, *vademecuns*.

Refletindo sobre o texto de Auroux (1992), vale considerar que, por conta de seu efeito de legitimação dos arquivos, que são diversos, a escrita não poderá atribuir somente um sentido a um significante em questão e promover-lhe uma codificação que estaria “fora” ou que refletisse “de cima” a linguagem, mas mesmo assim conferir poder a uma determinada interpretação.

Auroux (1992) se refere à ciência fundamentada nessa escrita “palavra normativa de nossa linguagem-objeto” (op.cit., p.14), na medida em que a ciência

muitas vezes tenta um movimento de codificação externa à linguagem. Dessa maneira, o autor está problematizando as condições de produção que fazem com que um determinado saber seja legitimado pela escrita ou não em algum patamar sócio-histórico considerado científico ou não. É esse também o efeito político dos dicionários; neles temos um efeito de homogeneidade do conhecimento, o qual sempre resulta de uma conflituosa construção histórica.

Entretanto, o que “modela nosso historicismo é um realismo metodológico que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos em sua existência e em relação a este saber” (*idem*, p. 15). É o que em parte vemos nos comentários operados pelo sujeito-narrador, como “i era di chão”.

O conhecimento epilingüístico é legitimado pela escrita, o que carrega sua importância não apenas porque permite entender relações de poder nas sociedades, mas também porque instalou novas alteridades no saber (AUROUX, 1992).

Assim, por meio do comentário do sujeito-narrador, a escrita aparece como “remédio e veneno” (expressão de TFOUNI, 1994), uma vez que seu comentário se firma como um “contra-discurso” diante da filiação na memória discursiva livresca dos referentes “pataca” e “ranchu di sapê” ao mesmo tempo em que essa filiação à memória ganha valor justamente quando se considera o desnivelamento que existe entre as práticas letradas.

Retomando Ginzburg (2001), a escrita faz parte de um reconhecimento do sujeito na esfera pública. No caso, não interessa a origem desse saber, mas como ele serve de condição para assegurar uma posição discursiva de quem não sabe ler e escrever (de acordo com o sentido pedagógico dominante) diante de um saber em que se apóia, mesmo sem acesso direto, e pelo qual obtém reconhecimento.

Mesmo sem saber ler e escrever, a leitura desse saber passa pela legitimidade em considerar que os usos e saberes lingüístico-discursivos não requerem apenas os conhecimentos normativos da escrita, mas também as maneiras da oralidade sistematizada ser veiculada pela forma oral.

Por meio da sistematização de saberes cotidianos que afrontam formas imaginárias de um saber maior sobre a língua, o sujeito-narrador, mesmo interpelado ideologicamente por esses saberes dominantes, lida com as formações imaginárias de alguém que chega da Universidade para coletar narrativas. Ora explica o que é “pataca” ora quer explicar o que é “casinha di sapê”, conforme uma textualidade cooptada de outro lugar pelo próprio saber acadêmico e pelo reconhecimento do saber da oralidade.

Psicanaliticamente, essa discussão caminha na direção de retomar um questionamento feito ao final do segundo capítulo acerca do disfarce contido no discurso do mestre, tendo em vista a impossibilidade desse discurso em acessar um saber último, mais verdadeiro⁸⁴. Naquele questionamento já estava presente a necessidade de analisar esses movimentos de estranhamento do sujeito-narrador em relação ao próprio dizer sob o modo de um “revirar-se” sobre o próprio ato simbólico de narrar.

Esse “voltar-se para o próprio discurso” (palavras minhas) permite discutir a dimensão da circulação dos saberes promovida por essas narrativas bem como investigar um recurso da posição de autoria que se acrescenta àqueles (nomeação, *shifters*, genéricos) já apontados por Tfouni (2005). Trata-se, no caso, de uma retroação cifrada por pontos marcados, cuja alteridade com o Outro (tesouro dos significantes) passa a ser de outra dimensão, a da implicação epistemológica dessas narrativas num cotidiano em que as práticas letradas constantemente marcam fronteiras.

Em termos do trabalho de intérprete do sujeito, essa aniquilação momentânea do trabalho de decifração requer considerar a dimensão da interdição imposta pelo Outro. Assim, o “revirar-se” sobre o próprio dizer requer implicar o modo como o Outro autoriza ou restringe o que pode ser dito e de que maneira.

Isso ocorre, por exemplo, quando um significante (S2) lhe é dado como um saber seguro sobre sua falta; dessa forma, o sujeito torna-se produto de uma suposta verdade única sobre essa falta. Sendo assim, o impedimento de continuar seu trânsito entre os significantes recai num modo de gozo que é da alienação ao mecanismo imaginário do outro como causa do saber. Para discutir isso, retomemos as seqüências em que o sujeito-narrador obtém do interlocutor as respostas “Porto” e “Adotiva”.

Psicanaliticamente, esse movimento do sujeito-narrador também pode ser analisado de forma adjacente e complementar sob o enfoque dos quatro discursos propostos por Lacan (1992). Esses discursos seguem uma lógica de par ordenado cuja origem remonta à álgebra. Nesse par, temos a correspondência: lugar do sujeito → lugar do “outro significante” (SOUZA, 2003). Essa correspondência pode ser escandida na maneira pela qual os elementos em jogo dão forma aos quatro discursos (do mestre, da histórica, do universitário e do analista). Vejamos:

⁸⁴ A respeito disso, vale lembrar que não será foco deste capítulo tratar diretamente do funcionamento dos quatro discursos propostos por Lacan (1992), ainda que se trate de uma questão importante que aparecerá de forma adjacente.

Nas seqüências em questão, S1 é o agente da articulação de um saber que o agente já supõe que o outro (não) sabe e agente da forma pela qual o sujeito demanda que seja sabida. Nessa posição de alguém que sabe a totalidade e não precisa lidar com a castração, o sujeito-narrador avança no ato de narrar a partir de um saber “dado” a que se submete automaticamente. É o caso de “Porto” e “Adotiva”.

A discussão sobre esse jogo imaginário pode ser vista em Lacan (1986), quando o psicanalista propõe a retomada da dialética hegeliana entre mestre e escravo. Essa discussão enfoca a pretensão do mestre a um poder absoluto que nomeie a coisa.

Fink (1998) retoma essa discussão explicando que no discurso do mestre o significante mestre (S1) posiciona-se como agente. Laurent (1992) explica que o mestre não quer saber por que as coisas são como são, quer que elas andem. Assim o mestre é obedecido automaticamente, uma vez que tem o poder sobre um (não) saber.

Ele dirige-se ao escravo (outro, S2) que encarna um saber sobre o mestre; mas esse saber não lhe interessa porque o mestre somente se interessa pelo “mais-gozar” do escravo obtido pelo controle de “a”. Sendo assim, para sustentar uma “verdade”, o mestre (S1) esconde que também é castrado, ainda que também esteja na linguagem, fazendo uso do “mais-gozar” do escravo como produto.

Segue a fórmula do discurso do Mestre:

$$\frac{S1}{\$} \longrightarrow \frac{S2}{a}$$

É o que vemos ocorrer com as respostas “prontas” e automáticas fornecidas pelos interlocutores quando o sujeito-narrador demanda o significante ideal para trilhar os significantes articulados no fio narrativo. O interlocutor, nesse momento, nega a castração para poder assim cumprir a “missão individual” do sujeito-narrador que é a de oferecer-lhe o significante ideal para articular um saber próprio.

Supondo que o interlocutor já sabe, e sabe tal e qual o sujeito-narrador acredita ser a maneira verdadeira de saber o que é um “X”, o desejo de totalidade do saber permite a seqüência do ato de narrar distante do vacilo e da dúvida.

Coutinho Jorge (2002) explica que no discurso do mestre, o agente se apresenta como lei. Dessa forma, pondo em “suspensão” a Lei (simbólica), o sujeito-narrador torna-se refém de encontrar no outro a verdade para uma lei imaginária.

É o que vemos ocorrer quando, sem margem para a dúvida ou para o deslize, o sujeito-narrador se dirige ao Outro para perguntar algo que imediatamente é articulado sob os significantes: “Porto!” e “Adotiva!”.

Vemos como no discurso do mestre a referência da palavra do Outro como uma verdade absoluta é acatada de forma automática. Isso possibilita ao sujeito continuar a narrativa de uma maneira que nem sequer põe em dúvida o desejo de narrar. Simplesmente ocorre que o saber primordial (S1), inacessível diretamente, é tomado como se o sujeito pudesse ter livre acesso a ele.

Desse modo, mesmo que seja feita alguma pergunta de confirmação ao interlocutor, ela é imediatamente respondida, mas não como uma confirmação ou uma explicação e sim com um ato imperativo; do mesmo modo como o saber do mestre é imperativo de uma anunciação que o sujeito deve proferir na aquisição e execução de um ato.

Do ponto de vista discursivo, qual a implicação desse funcionamento em termos de divisão na leitura do arquivo (no sentido dado por Pêcheux, 1997b)? Ao modo do discurso do mestre, vemos possibilitada a veiculação de significantes que mantêm a estabilidade semântica da língua e a cisão na leitura do arquivo.

Por sua vez, quando o sujeito-narrador chama a atenção para o que supõe que o interlocutor não saiba, cria, de forma imperativa (no sentido kantiano, retomado por LACAN, 2003b), um referente que se torna exclusivo de quem o domina; no caso, o sujeito-narrador acredita que controla alguns sentidos no momento mesmo em que se percebe autorizado a modalizá-los.

Diferentemente do discurso do mestre, essa crença no controle semântico da modalização cria um espaço de tensão sobre a leitura do arquivo. Retomemos a seqüência 31, quando o sujeito-narrador enuncia: [*- Cê entende o que é terraço? - pergunta à entrevistadora.] a moça tava no terraço*”.

Em outros momentos, esse espaço de tensão é contornado quando o sujeito-narrador instala a dúvida. É o que vemos na seqüência 29: “*qui ele ti adota. [É, é assim qui fala? – dirige-se ao entrevistador. Ele responde: humhum!]* Qui ele ti adota, Qui ele seja teu uu, teu .. tutor!”

Essa última seqüência pode ser lida conforme a posição da histérica. Nesse discurso, a posição de agente problematiza a formação de compromisso entre os sintomas dos sujeitos. Quer dizer, ela controla um saber sobre “terraço” que, independentemente do que o outro saiba, é resguardado. A posição da histérica é de

questionar o saber do Outro. Esse modo de interpretar repercute na cisão na leitura do arquivo, porque forma um compromisso com o sintoma de toda ideologia, o de separar subjetividade e objetividade, verdade e falsidade, como se isso fosse possível.

Nesse discurso, o sujeito dirige-se ao significante mestre para produzir um saber próprio sobre o que podemos somente especular acerca de um sintoma. Ressalto que, embora não seja o propósito analisar o sujeito-narrador em termos de uma psicanálise, este conhecimento serve de base epistemológica para a análise discursiva aqui sustentada e de instrumento para o debate epistemológico sobre a organização do saber da memória e sua implicação na autoria. O sintoma, por exemplo, estabelece um debate epistemológico entre a historicidade singular organizada diante das formas mais amplas da relação com o interdiscurso.

Essa questão, portanto, é cara à posição ocupada, pois é nela que o sujeito procurará desvendar pelo menos uma verdade para esse sintoma, buscando nele parte de sua formação de compromisso com o Outro. Não temos acesso àquilo que o sujeito procura desvendar, mas temos acesso à parte da forma pela qual isso ocorre, tal que vejamos marcas da posição da histórica de questionar o porquê daquele funcionamento específico do conhecimento organizado como sintoma social (LAURENT, 1992).

A fórmula do discurso da histórica em Lacan (1992) encontra-se escrita desta forma:

$$\frac{\$}{a} \longrightarrow \frac{S1}{S2}$$

Esse saber não sabido, mas produzido a partir da posição da histórica provoca um giro: da posição de escravo (em relação ao Mestre) para um saber estranho e recalcado de si mesmo. É o que vemos ocorrer quando, mesmo diante da resposta afirmativa do interlocutor, o sujeito-narrador substitui o significante dado pela resposta “tutor”. Dessa forma, é possível afirmar que o discurso da histórica torna viável uma leitura do arquivo antes creditada como improvável ao sujeito e que, dada a autorização do Outro, pode ser viabilizada. Isso ocorre pela substituição de um significante (“tutor”) que a posição histórica acredita resguardar e esconder do Outro ao apresentá-lo como “novidade”.

Coutinho Jorge (2002) explica que, desse modo, a histórica dirige-se a S1 e pede uma decifração real (supostamente calcada numa verdade) ao seu sintoma; em não se tratando da “verdade” que espera, ou ainda, em se tratando de uma não correspondência

entre o desejo real e sua demanda imaginária, por meio de outros caminhos é articulado outro rumo para a cadeia significante em questão.

Mesmo diante dessa não correspondência, o significante encontrado pelo sujeito (“tutor”) estabiliza a cadeia significante; sendo assim, o discurso da histérica lhe serve como álibi para lidar com a ameaça da dispersão e contornar o real, ali indiciado tanto sob a forma do desconhecimento inicial quanto sob a forma da “insatisfação” diante da resposta dada pelo interlocutor.

Nesse caso, o sujeito compartilha com o Outro o não saber, não ficando, no entanto, refém do sintoma sustentado na cisão entre um saber absoluto a que se submete supostamente por não ser alfabetizado e um não saber. Ao compartilhar o desconhecimento, o saber resguardado pela posição ocupada pela histérica se ancora na não coincidência entre a verdade do sujeito e o imperativo de um suposto conhecimento mais verdadeiro que o faria gozar.

Além de questionar o suposto saber do Outro, a posição histérica permite ao sujeito-narrador articular de forma singular a memória discursiva; vejamos: “qui ele seja teu tutor”. Como já foi dito, é no mesmo campo semântico inclusive que isso é possível.

Vemos que, na posição do discurso da histérica, os comentários do sujeito-narrador por um lado rompem com uma suposta verdade última sobre a língua ou uma espécie de metalinguagem ou saber supremo distante do saber cotidiano; por outro lado, vemos alguns efeitos de evidência pelo encontro de uma suposta verdade que o sujeito-narrador acreditava resguardar disfarçadamente.

É sabido, diz Safouan (1987), que a posição histérica se caracteriza pela demanda do desejo do Outro, e que o obsessivo conforma seu desejo às demandas do Outro. Ocorre que há nisso uma “comunicação” nunca linear. Isso porque o que é desejo no Outro chega como “mensagem” de demanda para o sujeito e o desejo no sujeito torna-se demanda no Outro.

O que chama a atenção na sequência em questão é o fato de a pergunta endereçada pelo sujeito-narrador ter obtido uma resposta afirmativa do interlocutor e, mesmo assim, o sujeito-narrador dar outro rumo para a significação (“qui ele seja teu tutor... uu, teu...tutor!”). Esse outro rumo da significação abre margem para o vacilo e a dúvida, marcados pela hesitação. As marcas hesitantes na enunciação sinalizam um desnivelamento entre o pedido de confirmação feito diante do interlocutor (“qui ele ti adota. É, é assim qui fala?”) e o uso posterior de “tutor”. Tomando a estabilidade semântica ali mobilizada, vemos que “tutor” é utilizado de forma hesitante no lugar de

“pai adotivo”, entretanto, apostando numa forma implícita compartilhada em termos da organização de um saber discursivo na mesma zona de sentido (conceito de efeito de sentido, cf. PÊCHEUX, 1993), tal qual uma forma indireta de organizar a memória oral.

Esse movimento de aceitação da palavra do Outro, num primeiro momento, seguido de sua não aceitação, sinaliza a inversão da mensagem cifrada de que falava há pouco.

Essa substituição socorre o sujeito-narrador da falta de um significante que é caro à seqüência. Mesmo depois de ter pedido uma informação para poder seguir narrando, vemos ocorrer uma mudança: do lugar de castração do mestre para a aposta do sujeito no saber da posição que ocupa. Tal como na posição histórica, esse funcionamento que vem no lugar da pergunta inicialmente endereçada sinaliza o desejo do agente em seguir a narrativa. Isto porque, desse modo, pode ocupar outra posição de sujeito, que é a de produzir outra relação com o significante “fora” (S1), e, assim, estabelecer uma relação de verdade com o saber que é a da continuidade do ato de narrar, independentemente de uma suposta maior fidedignidade entre o uso de “tutor” ou “pai adotivo”.

Vê-se que o gozo não se vincula somente à repetição, mas à possibilidade, vista neste caso, de continuar a lidar com o jogo entre o “saber” e o “não sabido”. Mesmo diante de um saber ali apresentado, é por não se curvar a ele, ou ainda, por não desconsiderar o “não sabido” que o sujeito-narrador continua a lidar com a deriva e firma sua posição de autoria.

Isso demonstra que a posição da histórica pode mudar sua participação no discurso, ainda que a mudança dos discursos requeira que certas prerrogativas sejam atendidas (FINK, 1998).

A forma como são supostamente atendidas ajudam a produzir a verdade do discurso já que é por meio da instalação de uma verdade, ainda que ilusória, que o discurso se sustenta. Afinal, “é o lugar da verdade que, apesar de se situar sob a barra, impulsiona o discurso, uma vez que é o não-saber sobre a verdade, presente em todos os discursos, que promove a busca de um saber sobre a verdade subjetiva (BUENO, 2002, p. 108)”.

Diferentemente do saber do mestre acatado automaticamente, aqui há um espaço para a dúvida, espaço este em que o sujeito aposta que o interlocutor compartilha do objeto do discurso; sendo assim, torna-se sujeito do movimento de interpretação. Ao

mesmo tempo em que interrogar o Outro sobre o desconhecimento admite a dúvida e o vacilo, permite também fazê-los conviver com o desejo de continuar a narração.

Mas como esse saber próprio da histérica, ou pelo menos sua forma imaginária, tem a ver com autoria? Ao sujeito é possível lidar ao mesmo tempo com duas estratégias caras à posição de autoria: tanto a dimensão de um significante imprevisto que acreditava estar resguardado e ao qual não tinha acesso direto (“tutor”), quanto a articulação dele na cadeia significante por meio da retroação (cf. TFOUNI, 2005). É o que vemos ocorrer no momento em que ao mesmo tempo em que incorpora o significante posto em dúvida (“Qui ele ti adota), enuncia: “Qui ele seja teu uu, teu .. tutor!”.

Desse modo, a verdade do sujeito, para lembrar mais uma vez Safouan (1993), interpela-o no plano da enunciação quando é interrogado sobre seu desejo. A resposta do sujeito sinaliza que mais verdadeira é sua relação com a continuidade da narrativa do que com outro momento de confirmação ou dúvida, que instalariam uma dispersão tal que pudesse inviabilizar tal continuidade.

Diante do suposto atendimento às demandas do outro (imaginário), basta uma resposta do interlocutor para que o sujeito reitere seu desejo de narrar. O sujeito-narrador aceita a castração, mas prefere seguir com o “seu saber”, produzido sob a forma do posicionamento da histérica.

A partir do que é explicado por Quinet (2000), vemos ocorrer a histerização do discurso. Em termos psicanalíticos histerizar o discurso é sinalizar que o dizer não pode referir-se a si mesmo como se tomasse o lugar do Outro. Quer dizer, como se se separasse de si mesmo e fosse visto “de fora”. O sujeito emerge por meio do envio de um enigma veiculado ao analista sob a forma de uma demanda imaginária, ou seja, o que está em jogo é lançar-se na suposição de que o analista detém um saber que vem “de fora” sobre o sujeito.

Nesse processo, a histerização refere-se a elaborar essa demanda por meio da transformação da ilusão do “autoconhecimento” em uma questão a ser dirigida ao analista. No caso tratado, não se trata especificamente de abordar as formas de autoconhecimento do sujeito-narrador, mas de que forma algumas questões formuladas emergem como formulações, paráfrases, retomadas enigmáticas do compartilhamento de implícitos e não ditos diante do Outro.

O sujeito interroga-se colocando em jogo uma aposta que faz no ato de narrar, aposta esta que sinaliza que é o outro imaginário quem sabe mobilizar o Outro para

decifrar-lhe a angústia e a política envolvida ao desconhecimento e de que pode fazer uso para controlar a deriva e assegurar a autoria, bem como para mostrar pontos de assertividade e de contribuição para a organização do saber oral.

Sendo assim, por exemplo, independentemente de ser “mais correto” ou mais verdadeiro utilizar “pai adotivo” ou “tutor” ou mesmo saber se o outro “sabe” a resposta, não é isso que está posto em questão.

No que se refere à verdade produzida, basta lembrar que não há apenas um referente em jogo, uma vez que o referente constrói-se em função do modo como o sujeito se compromete com a circulação dos significantes; a narrativa continua porque mais do que em busca do significante ideal, nesse momento o sujeito está comprometido com uma verdade mais ampla da atividade narrativa: a retroação dos significantes numa cadeia articulada (cf. TFOUNI, 2005). Neste caso, podemos marcar “tutor” e “adotiva” como dois referentes, mas antes de tudo amparados pela toalha de fundo do sentido em questão, que, ele sim, sustenta as reformulações lingüísticas (“qui ele seje”; “qui ele ti adota”) da cadeia e assegura o fio narrativo.

Ou ainda, o sujeito está mais comprometido com a autorização do Outro para continuar a narrar do que com um conteúdo supostamente mais adequado.

Essa derrocada do conteúdo é uma contingência dos Mitos. Agamben (2007) comenta que o enigma edípico da Esfinge, por exemplo, não proporciona alcançar um significado escondido e pré-existente, mas lidar com a presença da palavra por meio do paradoxo da distância e da indagação.

Em relação a essa autorização do Outro, vê-se que para narrar em muitos casos ela se torna refém de um suposto conhecimento que transcende o campo de enunciação da narrativa, mas em outros ultrapassa a suposta existência de respostas tácitas. No caso a seguir, vejamos como os gestos interpretativos do sujeito são traçados pela referência ao discurso midiático e jornalístico, por meio do que essa espécie de significado pré-existente destitui o sujeito da possibilidade de lidar com os enigmas da interpretação.

SD 33 - Quando foi... faltava oito dia pa princesa ganhá os nenê, o príncipo foi chamado. Teve uma guerra muito forte e o príncimo foi chamado pra ir lá, na guerra. [-Porque *todas guerra tem que tê um príncimo. Ocêis num viram aí na... nas Marvinina? Quando foi pra acabá a guerra veio o príncimo Charlo lá da Inglaterra lá pra acabá a guerra?* - dirige-se às entrevistadoras. - *Então. Todas guerra tem que ir um príncimo lá, no fim, pra dá um sinar de paiz. Ou sinar de paiz ou um sinal de... pra acabá c'o mundo.*] Então, o príncimo foi chamado e ele foi obrigado ir. Aí o príncimo chamô as cunhada. (As três estrelas de ouro na testa)

Em primeiro lugar gostaria de pontuar a ilusão de origem do dizer marcada nesse comentário. Furtado (2000) comenta que esse efeito do esquecimento número um é marcante no modo de funcionamento da autoria no discurso jornalístico, que torna homogênea a heterogeneidade de suas condições de produção. A partir desse modo de funcionamento, o sujeito-narrador suspende a articulação operada no intradiscurso, para parafrasear informações cuja origem e cujas referências de autoridade são apagadas, mas que mesmo assim assumem valor de verdade.

Quando enuncia “Ocêis num viram aí na... nas Marvinas? Quando foi pra acabá a guerra veio o príncimo Charlo lá da Inglaterra lá pra acabá a guerra?” o sujeito-narrador faz referência indireta ao noticiário da guerra veiculado numa época próxima à do registro dessa narrativa; entretanto, não há referência a essa fonte. O uso de “aí” seguido da interrupção em “Ocêis num viram aí...nas” marca a lacuna do sentido presente no discurso jornalístico de que Furtado (2000) trata, lacuna esta que faz o dêitico “aí” tornar-se uma manifestação clichê e genérica de qualquer veículo midiático que possa ter veiculado tal informação.

Furtado (2000) comenta que o complexo processo de produção da “notícia” é articulado conforme o apagamento de pistas deixadas em meio às condições de produção, de modo que esse discurso adquire aparente homogeneidade ao modo de um funcionamento autoritário. Esse funcionamento pode ser visto na seqüência acima pelo tom de estranhamento marcado na pergunta feita pelo sujeito-narrador (“Ocêis num viram?”) e que é parte do processo de uma naturalização do sentido.

Diante desse funcionamento do discurso jornalístico, o sujeito ocupa a posição de uma espécie de espectador de uma guerra narrada, “de fora” do fio narrativo que constrói; torna-se assim refém de uma espécie de “meta-conhecimento” e assim de uma suposta “metalinguagem” sobre um “tema” diante do qual se mostra como não tendo acesso direto, mas que ainda assim é tomado como verdade.

Essa suposição de quem “vê de fora” é compartilhada com o interlocutor por meio da pressuposição dos implícitos envolvidos na veiculação jornalística do acontecimento, calcado ainda em efeitos de pré-construído (“veio um príncipe para acabar com a Guerra” porque “toda guerra tem que ter um príncipe”). Ou seja, a presença pressuposta de um príncipe numa guerra assegura o controle da deriva e a enunciação anterior acerca da presença do príncipe numa guerra, que, o leitor implicitamente sabe, acabou porque o príncipe apareceu em seguida.

Neste jogo de implícitos e pressupostos, ancorados nesse efeito de pré-construído, o sujeito-narrador acredita mobilizar esse “tema” (guerra) da forma “mais adequada”, deixando de lado as possibilidades de sustentar a trama narrativa de que deveria dar conta; qual seja mostrando ao interlocutor o percurso entre o abandono das crianças e seu reencontro pelos pais.

No caso, como pano de fundo das reformulações analisadas, temos a homogeneidade do discurso jornalístico que submete o efeito de fechamento (reconhecimento do sentido atribuído a uma parte da trama que trata da guerra) a uma FD dominante que leva à destituição da possibilidade de o sujeito lidar com pistas caras ao fio narrativo e por meio das quais distribuiria sentidos conforme a retroação.

Impossibilitado momentaneamente de legitimar uma posição de autoria, o funcionamento do discurso jornalístico torna-se caro ao sujeito, pois obriga a acreditar que deve transmitir uma informação clara, transparente, o que deixa em segundo plano a importância em distribuir sentidos que dêem conta de articular o início e o fechamento da trama por meio de pistas que compartilhem com o interlocutor o percurso dos personagens. De certo modo, nesse ponto o fluxo narrativo é interrompido, pois o conhecimento mobilizado tem um valor de verdade que aniquila o movimento de intérprete do sujeito.

Além desse funcionamento, nessa sequência há um mosaico de formações discursivas que comportam não apenas o discurso jornalístico, mas também um mecanismo silogístico marcado pela repetição do axioma “todas guerra tem que tê um príncimo”. O modo de operar desse mecanismo auxilia na retroação de um modo particular que cruza a determinação do discurso jornalístico e possibilita outro olhar para a posição de autoria.

Mesmo que neste ponto momentaneamente o sujeito esteja “suspenso” diante da possibilidade de interpretar, é esta própria articulação por meio do axioma que auxilia a condução do fio narrativo.

Nesse ponto da interpretação em que o sentido é naturalizado, a estabilidade semântica do fio narrativo ocorre por duas vias. Primeira: há um furo na interpretação por meio do qual o sujeito-narrador articula a ausência do pai das crianças à participação das cunhadas no cuidado delas, o que é seguido pela retomada posterior do contato. Segunda: há um funcionamento silogístico ali disfarçado da seguinte maneira: “Toda guerra tem que ter um príncipe” (premissa maior); “o príncipe pai das crianças com as três estrelas de ouro na testa foi para a guerra” (premissa menor); logo, “as

crianças ficaram momentaneamente sem o pai”. Essa conclusiva é assegurada inclusive pelo uso do “então”.

A condição de intérprete possível ao sujeito, nesse ponto da enunciação, remete-nos à relação de alteridade entre a premissa maior dos silogismos e os genéricos que Tfouni (2004) já mostrou ter encontrado nessas narrativas. Posso adiantar que o enunciado em questão (“Todas guerra tem que ter um príncimo”) também funciona como um genérico⁸⁵. Desse modo, vemos que há uma relação de alteridade entre os discursos altamente letrados (como o discurso científico, jornalístico) e o discurso narrativo em questão (cf. TFOUNI, 1992b; 2004).

Para assegurar a linearidade narrativa, o sujeito se ancora no uso de um genérico narrativo que se aproxima da premissa maior do silogismo. Tal como comenta Tfouni (2004), esse tipo de genérico utilizado nas narrativas tem um caráter epistêmico (conhecimento da realidade) cuja função é organizar o discurso narrativo segundo os modos de abertura da interpretação disponíveis ao sujeito na distribuição dos sentidos.

Além disso, temos um caráter deôntico da afirmativa em destaque marcado pela forma “tem que”. Vemos aqui o caráter deôntico tomado pelo saber mobilizado pelo sujeito-narrador no campo do Outro assegurando a retroação e o fechamento da narrativa.

Como argumentava há pouco, esse uso se assemelha ao uso da premissa maior do silogismo e marca materialmente a função da alteridade na circulação dos saberes da memória discursiva, sinalizando a construção de um saber singular a partir de um pressuposto compartilhado socialmente (“Todas guerra tem que ter príncimo”).

Contraditoriamente, temos a resistência do sujeito-narrador a essa premissa compartilhada, pois em seguida ao comentário em destaque, o sujeito-narrador sinaliza que se trata de uma guerra específica, aquela para a qual os pais das crianças partem e que resulta no abandono delas.

De volta à questão dos quatro discursos, é sabido do ponto de vista epistemológico que tanto a possibilidade de retornar à dimensão do não sabido quanto à localização do que o sujeito acha que sabe por meio de um significante certo sobre o Outro faz o sujeito gozar. Entre perder-se no não sabido e achar-se de modo preciso, esse gozo adquire a forma imaginária do “mais gozar”, que encaminha formas do saber sem saber (enigmas) para uma verdade individual do sujeito.

⁸⁵ Adiante uma seção específica tratará do mecanismo de uso dos genéricos e sua relação com mito e autoria.

Dentro dessa perspectiva, vale destacar que há momentos da interpretação em que o sujeito-narrador impele ao outro uma maneira própria de compartilhar o que acredita ter encontrado como resolução para o não sabido. Esse também é um dos modos do “mais-gozar”. É o que ocorre na sequência 27 com a definição de “pataca”.

Ao mesmo tempo em que segue o logro imaginário de ter encontrado uma resposta para um índice de real marcado no estranhamento do significante (no caso, “pataca”), o sujeito-narrador resiste ao sentido naturalizado ideologicamente de que ao não-alfabetizado está destinado somente o “não saber”. Por meio de um modo singular de estruturar-se por essa atividade cotidiana de linguagem que é a narrativa, o sujeito mostra que a impossibilidade de estabelecer a leitura no sentido pedagógico da decodificação alfabética não vem dissociada da contingência de outra leitura possível sobre os tópicos em questão (“Guerra das Malvinas” ou “pataca”, por exemplo).

Em continuidade à análise até aqui mobilizada, passemos para os comentários em que o sujeito-narrador toma as palavras do Outro, de maneira quase reduzida a um compartilhamento especular total (quarto caso), numa recepção automática, em que o que o Outro responde é incorporado por uma espécie de equação entre os implícitos. Temos aqui problematizado na interlocução não apenas o estatuto opaco do dizer (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998, 2003, 2005), mas também o disfarce da incorporação tão verdadeira da palavra do Outro a uma verdade individual. É o que vemos ocorrer em:

SD 34 - E... e o João querendo saí dela, mas ela deu uma risada assim, e o... o aquele coiso apareceu. [*- Como é que é? - D^a. Madalena pergunta, as entrevistadoras respondem: - Covinha.*] **É, covinha apareceu** e ele olhô assim, conheceu, abraçô ela e: - Aí, é... minha Baronesa! (João e Albino).

SD 35 - Aí o... **o cozinheiro** saiu correno. **O cozinheiro** saiu correno e foi **na cozinha**. Foi chorá **na dispensa**. [*- Cêis sabe o que é dispensa? - pergunta às entrevistadoras, que respondem afirmativamente: - Hum hum.*] Os pais chorava **cá na sala** e o **Joãozinho Cozinheiro** chorava, chorava **lá na dispensa**. (João e Albino)

Na sequência 34, a incorporação da palavra do Outro ocorre de maneira tão automática que o uso do determinativo serve somente para alertar uma obviedade, mas que, contraditoriamente depende de uma constatação dependente da construção imaginária que o sujeito-narrador faz do Outro virtual. Desse modo, quando usa o determinativo “É” o sujeito-narrador não obtém êxito em se diferenciar do Outro porque tão somente incorpora de forma especular sua dimensão total, sem modalizar, sem

marcar qualquer distanciamento que lhe possibilite mostrar um efeito de singularidade e um “gancho” para a tomada de posição da autoria.

Desse modo, segue narrando sem ter operado uma manobra interpretativa diante do uso desse referente dado pelo Outro (“covinha”). Tanto que diz “É, covinha apareceu”. O uso do artigo definido “a” designaria que apareceu “a” marca específica (nomeada como “covinha”) que faz a diferença naquela parte do fluxo narrativo, pois ela é marca que permite o reconhecimento do personagem.

A não utilização do artigo sinaliza, portanto, que a incorporação da palavra do Outro ocorreu quase tão somente para que o fluxo narrativo não fosse interrompido; duas explicações ao menos para isto: tal manobra interpretativa serve ao sujeito-narrador para que ele não seja apagado pela deriva, pois deve manter o controle necessário para dominar a contingência do ato de narrar; a “total” aceitação do Outro como gesto de deferência para prosseguir o ato de narrar (na linha de uma autorização obtida) deve ser mantida sob o preço do disfarce do desconhecimento de algumas partes do discurso, para que assim o “mesmo” Outro que autoriza a narração seja também aquele que a sustenta quando o real das “coisas a saber” é margeado e necessita se transformar em testemunha e demanda de conhecimento.

A respeito da substituição, vejamos na seqüência 35 que é a substituição de “na cozinha” por “na dispensa” que abre o campo interpretativo e permite ao sujeito estranhar o uso de dispensa e formular uma questão ao interlocutor. É deste modo, que adiante, o sujeito-narrador separa “cá na sala” e “lá na dispensa”, de um modo que o uso dos dêiticos lhe permite controlar a deriva (cujo efeito de sentido está na substituição de “cozinha” por “dispensa”).

Nesta mesma seqüência, o que chama mais a atenção a princípio não é somente o uso da resposta afirmativa das entrevistadoras como legitimação de uma autorização para continuar a narrativa, mas a repetição do uso da dêixis - cá e lá.

Além de assegurar um gesto de autoria por conta de retroação com “na cozinha” essa repetição promove uma “separação das palavras do Outro” (expressão minha) ao diferenciar “lá” e “cá”. Vejamos. Ao estabelecer uma retroação, mostrando que “Joãozinho cozinheiro” chorava “lá na dispensa” e, assim indiretamente, na cozinha, está implícito que “dispensa” e “cozinha” fazem parte da mesma zona de sentido. Desse modo, o sujeito-narrador controla a deriva ao diferenciar “lá”, que marca um “lugar” imaginariamente compartilhado com o interlocutor virtual para afirmar que “cá” é o

lugar marcado de onde o sujeito-narrador controla a deriva por meio da distinção obtida por meio desses dêiticos.

Nesse caso, o uso do dêitico não serve apenas para amarrar uma retroação no nível do intradiscurso como já foi apontado por Tfouni (2005), mas também para diferenciar a posição do sujeito-narrador em detrimento da posição ocupada pela posição discursiva atribuída implicitamente ao interlocutor, de quem obtém autorização, ou mesmo com quem compartilha gestos de (des)conhecimento para marcar simbolicamente sua posição de autoria.

Outro indício em destaque é “Joãozinho cozinheiro”. Trata-se de um referente construído no fio narrativo, a partir do uso anterior de “cozinheiro” com o qual esta nomeação retroage. Coloco-o destacado da seqüência porque serve de marca de autoria, na medida em que não se trata de qualquer Joãozinho, mas do Joãozinho tal como aparece no intradiscurso desta narrativa. Esse destaque ainda serve de apoio para a significação “chorava lá na dispensa”. O estatuto da nomeação “Joãozinho” nesta narrativa difere de uma nomeação vulgar e qualquer que utilize a forma diminutiva.

Conforme aponta Pêcheux (1999), a nomeação é um ato simbólico de caráter primordial, de passagem entre o que está calado na memória para sua suspensão à espera de uma nova distribuição de sentidos. No caso, um nome vulgar, comum, tal como sinalizado pelo uso do diminutivo, muda o referente desta zona de memória, para filiar-se ao uso específico no fluxo narrativo.

Isto demonstra um modo de lidar com a retroação e com o contato com a memória que valoriza formas do dizer caras à distribuição de sentido de que participa o sujeito-narrador. Dessa forma, “Joãozinho” não deve ser interpretado apenas como um nome “estereotipado” de narrativas de ficção, nem apenas como uma forma pejorativa e vulgar ancorada num recorte de pré-construído. Em suma, essa nomeação marca a retroação no intradiscurso (cf. TFOUNI, 2005).

Há uma circulação da memória alocada no interdiscurso que vai ao encontro do uso no intradiscurso. Essa circulação se insere no que afirma Paveau (2008) sobre a dimensão da memória discursiva localizada nos nomes. Segundo a autora, ela indica que os nomes desenham caminhos semânticos complexos através dos âmbitos culturais, identitários e memoriais do sujeito e de seu grupo, tendo um lugar de destaque como pilar entre elementos de uma rede discursiva re-configurada semanticamente quando transmitida por um locutor (PAVEAU, 2006).

Segundo Paveau (2008), a nomeação tem uma natureza interdiscursiva, na linha do que ela denomina como “rede de memória”. Ao analisar lista de nomes de batalhas de guerra, Paveau (2009c, comunicação pessoal) explica que a utilização do nome saiu da “morte” do quadro para ganhar uma dimensão significativa que permite relacionar língua e sociedade.

No caso de Joãozinho, temos um lugar da memória referente à irreverência (é um nome presente em chistes cotidianos), mas ao qual é incorporada a singularidade do uso visto acima, quando a construção do Outro virtual possibilita ao sujeito-narrador especificar “Joãozinho cozinheiro”.

Sendo assim, mesmo sem comentários explícitos sobre esse nome, temos também neles formas de transmissão e de mudança na rede de sentidos entrelaçada à leitura do arquivo em que convive a leitura ordinariamente apresentada e a leitura modificada por meio da prática narrativa, especificamente pelas narrativas aqui analisadas.

Adiante, passemos ao quinto e último caso destacado na análise desta seção. Trata-se de analisar um caso em que o sujeito-narrador marca explicitamente que há um desnivelamento entre o que incorpora como palavra do Outro e o que marca um significante como aquele que rege uma tomada de posição, a partir da qual mobiliza um saber; vejamos:

SD 36 – (v.n.) O Albino falô: (v.p. Albino) - Pai! E mãe, dá essa comida minha pro home e eu... que eu me viro. [- **Depois cêis põe nome no home, viu?**](...) (v.n.) Aí o Albino falô assim: (v.p. Albino) - Uai, por causa do Jo... do... eu tenho um irmão que chama Jubão, ele chama Jubão e ele... é **Jubão de Amarais**, ele chama. Nós somos família **dos Amarais**. E... e faz tempo que ele sumiu... a minha mãe não tem... a minha mãe não tem notícia. Ninguém fala nada do Jubão.(...) (v.n.) **Aí o andarino** falô assim (v.p.Albino) - Será que eu posso fazê alguma coisa? (...) **Aí o andarino** oiô, falô: (v.p.andarilho) - Ah, Jobão?!! **Eu sei o paradeiro desse home!** Esse... ele é muito rico! (...) (v.p.andarilho) E ele não sai, tamém, sem segurança e pra ele fazê uma viagem, é **tudo no jornal, é tudo assim, nas imprensa! Tudo lá!** [- **Depois ocêis conta melhor, porque eu sô caipira, eu num sei, tá?** *Eu contava assim pros meus fio. Cêis tão gostando?* - Pergunta às entrevistadoras, que respondem: - *Tamo, tamo!*](v.n.) Aí ele falô assim: - Ó, eu... **aquí, cêis qué vê? ... a prova?** O andarino tinha **um... retrato do Jubão**. Falô assim: (v.p. Albino) - **Todos que mora na cidade tem que tê, porque ele é o barão de lá; nós temo que tê. Tudo mundo tem o retratinho dele.** E óia aqui! - (v.n.) A tirô, oiô. Viu a cara do retratinho pequeno, oiô na cara lá, colô. O Albino falô assim: - Pai, vem cá. A mãe num pode sabê, não. Vem cá! Nós tem uma coisa que falá. Esse home disse que o Jubão mora numa

cidade lá ó, é... [- *Pode falar Paris, qualquer lugar... eu não sei falar! É, tem essa cidade? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Tem!*] ... então mora pra lá, ó. E ele é muito rico e é barão; casô com a Baronesa. (Jobão e Albino)

Esta narrativa conta a história de dois irmãos (Jobão e Albino). Jobão abandona os pais e se muda para uma cidade, onde se casa com uma baronesa. Um andarilho pede pouso na casa dos pais de Jobão e Albino e revela o itinerário de Jobão. Ao procurá-lo Albino é rejeitado pelo irmão. Duas histórias começam a andar em paralelo, a de Jobão e a de Albino. Albino começa a trabalhar de jardineiro no palácio do rei. Quando ele volta pra ver a mãe, conhece ainda menina, a princesa Celina. Em seguida, Albino vai pra guerra. Ao mesmo tempo, a casa de Jobão vai a leilão porque o barão, pai da baronesa havia deixado muitas dívidas que o casal não consegue pagar. Assim, para conseguir dinheiro, a baronesa disfarça-se de homem e vai trabalhar de cozinheira na casa do próprio pai, enquanto Jobão trabalha de zelador. Na ocasião de ida à guerra, Albino comprara um papagaio para vigiar a princesa Celina. Ela se descuida e Jobão interessa-se pela princesa, ao vê-la na janela. Aparece uma “véia” na história, na verdade, o diabo disfarçado. O diabo assim aparece e faz todos acreditarem num caso entre Jobão e Celina. Quando o rei, pai da princesa Celina, fica sabendo do relacionamento, promete matar os três personagens envolvidos, até que é revelado pelo papagaio que a véia (diabo) havia trocado o sangue de Jobão e Albino para confundir a princesa a se casar com aquele. Em seguida, após a revelação, pelo papagaio, da verdadeira emboscada e confirmada a verdadeira identidade de Albino, Celina se casa com Albino. Mesmo com o casamento confirmado, Celina resolve se vingar de Jobão e lhe joga uma praga. Por conta dela, Jobão fica isolado numa ilha. A baronesa, ainda disfarçada de cozinheiro e com nome de Joãozinho, ainda quer se casar com Jobão. Com o retorno da guerra, Albino vira rei e autoriza o casamento desde que Jobão trouxesse a mãe para perto deles.

A sequência discursiva em destaque mostra a aparição do andarilho na história e sua importância como o revelador para Albino do itinerário do irmão Jobão, que tem uma rotina de barão no palácio onde mora no início da história, o que inclui aparecer na imprensa e ser escoltado por seguranças.

Nesta sequência temos várias intervenções operadas pelo sujeito-narrador; são estas: a ausência de um nome, a marcação de uma diferença radical entre quem

“tudo sabe” (a imprensa) e quem “não sabe” (o caipira) e o pedido de autorização para a nomeação “Paris”. Elas se apresentam como caminhos distintos que legitimam diversas distribuições do sentido e configuram diversos modos de a construção de uma rede de memória assegurar posições de autoria. De modo geral, a elaboração da falta de um suposto conhecimento sustenta-se na tentativa de marcar a disparidade entre o que o interlocutor supostamente sabe e o que espera que o Outro saiba, para assim, assegurar-se do delineamento de fronteiras discursivas necessárias para emergir de forma singular.

Essa marcação se inicia por meio da legitimação da alienação ao Outro pela demanda dirigida ao interlocutor, quando propõe a este o cumprimento da missão de nomear o personagem, em “*Depois cêis põe nome no home, viu?*”. Num primeiro momento, pode-se pensar que em termos discursivos, este atalho na interpretação desautoriza o sujeito-narrador da possibilidade de nomear. Mesmo assim, a interdição desse lugar de sua condição de intérprete dos enunciados sustenta a retroação justamente pela ausência do nome. Há uma incidência da zona de sentido dominante, pois está implícito que por ser andarilho o personagem não necessita ser nomeado. A função dessa lacuna na função imaginária do “eu” locutor ocasionada pela ausência do nome fundamenta-se, portanto, na função do recalque (esquecimento número um, cf. PÊCHEUX, 1993) como pano de fundo da ideologia.

Esse impedimento da nomeação dá a aparência de abalar a função ilusória e necessária de encontrar um nome cuja localização na memória discursiva possibilitará ao discurso uma filiação ao sentido (uma textualização). Entretanto, o efeito de sentido é garantido pelo uso da modalização na forma de uma questão dirigida ao Outro. A direção da questão chama a atenção na medida em que toma a forma do esquecimento número dois, uma vez que está no lugar de uma possível nomeação, ou de um comentário que justificasse a aparente não importância em dar um nome. Esse desconhecimento do nome emerge como estratégia interpretativa, pois a falta do nome, diz sobre a falta de um efeito de suspense.

Em meio a esse efeito de suspense o interlocutor é convidado a lidar com seu (não) saber do nome, mas com um saber já naturalizado a respeito do personagem. Quer dizer, o sujeito-narrador é acometido pela naturalização ideológica de que não há importância em saber o nome de um andarilho. Somada a esta naturalização, há um uso desse campo da zona de sentido que auxilia no controle da interpretação,

pois não se trata de “um andarilho”, mas o andarilho que vai ajudar a encontrar Jobão.

Sendo assim, a ausência de um nome é desnivelada como um conhecimento cuja falta auxilia na condução do fluxo narrativo, pois é justamente esta ausência que auxilia o sujeito-narrador no processo de reformulação envolvido a essa naturalização ideológica. Essa reformulação inclui a substituição de “um” pela definição do andarilho específico, que acompanha a trama. O uso do artigo definido incide como um recurso para a nomeação anteriormente faltante, mas cujo espaço interpretativo é resguardado para legitimar “o andarilho” como um nome e não como um substantivo.

Além disso, a “não nomeação” do andarilho deve contrastar com a zona de sentido a que se filia a nomeação de “Jobão dos Amarais”. Afinal, conforme a naturalização ideológica ainda em questão, os homens ricos têm nome próprio e de família, que lhes confere identidade de poder político. O nome de família “Amarais” permite uma interpretação a respeito da deriva nele mobilizada. O efeito de sentido da escuta desse nome como uma forma futura do verbo “amar” antecipa o final da história em que há um cerceamento do sentido para o “final feliz”, pois, mesmo desencontrados e brigados, os irmãos deverão trazer a mãe para perto e morar juntos. Assim, “Amarais” serve como referente de antecipação, ao mesmo tempo em que pode ser lido de forma retroativa, quando, o fechamento do sentido converge para o “final feliz”.

Em seguida, vale sinalizar a diferença de aparecimento em público como indicadora da luta de classes, tal como aparece ainda nas formas da nomeação empregadas pelo sujeito-narrador. No caso, “Jubão” está o irmão rico, que saiu da casa dos pais e obteve sucesso no trabalho e na construção de um reino próprio; de outro lado, o “andarino” e o irmão pobre, é “Albino”. Respectivamente, as metonímias “ão” (aumentativa, em “Jobão”) e “ino” (diminutiva, tanto para “andarino” quanto para “Albino”) marcam essa diferença.

Em seguida, passemos mais especificamente para o trecho: é tudo no jornal, é tudo assim, nas imprensa! Tudo lá! [*“Depois ocêis conta melhor, porque eu sô caipira, eu num sei, tá?”*] Esse trecho movimentava outro sítio de distribuição do sentido. Contraditoriamente, o sujeito-narrador desloca o sítio de significação cuja

zona de sentido aceita uma espécie de pacto social que divide posições discursivas, a saber: a do “tudo saber” da imprensa e a do caipira que, mesmo marcado simbolicamente como alguém que sabe contar histórias é significado como aquele que “nada sabe”.

Vemos que a marca de reconhecimento social possibilitada pela marca da escrita (a imprensa) marca a divisão do conhecimento. Além desta marca, há um lugar da memória que também atribui ao retrato, uma marca de reconhecimento sócio-econômico e político. Indiretamente, o sujeito-narrador se ancora na formulação lógica: “quem é importante mostra o retrato ao público”. Esta formulação aparece em “o andarino tinha um... retrato do Jubão. Falô assim: (v.p. Albino) - Todos que mora na cidade tem que tê, porque ele é o barão de lá; nós temos que tê. Todo mundo tem o retratinho dele”.

Há um silogismo mobilizado neste ponto, que pode ser formulado da seguinte maneira: “Todos que moram na cidade devem ter o retrato da figura política mais importante. Os personagens em questão moram na cidade. Logo, esses personagens devem ter o retrato do barão “Jobão”. Mesmo que haja pontos de dispersão e de deriva comprometidos com os modos de o sujeito-narrador estar interpelado pelos sentidos dominantes, essa estrutura silogística atua como pano de fundo e serve como uma forma de o sujeito se refugiar num lugar deslocado do discurso dominante.

Vê-se que esse tipo de estrutura não é apanágio da escrita, como já foi mostrado em TFOUNI (1988, 2004), PEREIRA (2005), PEREIRA e TFOUNI (2008); ocorre que a forma do sujeito-narrador lidar com as questões que constrói sobre o próprio dizer não negam a estrutura do silogismo, mas abre espaço de interpretação para ser incorporado no discurso oral sob a forma de um conhecimento de mundo (TFOUNI, 1988, 1992b).

Esses movimentos contraditórios com os sentidos e suas reformulações se fundamentam em efeitos de pré-construído (cf. PÊCHEUX, 1993; COURTINE, 1989) sobre “a imprensa”, “o caipira”, “a cultura livresca”, “a cultura oral”. Entretanto, quero mostrar como esses lugares do interdiscurso alhures, desconhecidos, recalcados na memória, que são mais complexos e abrangentes e que

permanecem em parte recalcados por conta dos efeitos ideológicos que auxiliam ao mesmo tempo em que impedem o sujeito-narrador de tecer o fio narrativo.

Sobre essa marcação explícita do exterior discursivo, vemos como ela retroage com a interrupção marcada anteriormente a respeito da nomeação (“Depois cêis põe nome nu homi, viu?”). Esse movimento alinhado ao sentido dominante retroage com o campo de sentido aberto para a significação já contrastada entre “Jobão”, sua origem como alguém que possui nome de família (“Amarais”) e “o andarilho”, em que nome e função estão misturados para contrastar o poder econômico. Do “exterior” discursivo também vem a incorporação ao fio narrativo do ponto em destaque. O “não saber” significado como “não poder continuar a contar a narrativa” contrasta com o “tudo saber” da imprensa.

Por conta da naturalização ideológica sobre o suposto não saber do caipira, o sujeito-narrador enuncia pelo esquecimento do que está enredado na memória acerca da rede de sentido que atribui a este um lugar de destaque como contador de história. Quer dizer, o caipira sabe algo, sabe contar histórias. Contraditoriamente, a alienação radical ao sentido dominante impede o sujeito-narrador de utilizar esse saber a favor da manutenção da retroação do fluxo narrativo.

Vemos, portanto, que este ato simbólico marcado na nomeação evoca uma forma de retomar a memória por um recorte de pré-construído alienado a FD dominante de um “não saber” do “caipira”, recorte este cujo efeito de sentido é fortalecido com o uso da manobra interpretativa “eu num sei, tá?”. Em suma, “X” implica “Y” sob a forma deste recorte ideológico.

Trata-se assim de uma forma implícita (no sentido da junção de um pressuposto lingüístico “num sei” [“porque sou caipira”] no que se refere ao caráter pragmático da enunciação), sustentado num implícito “Todos os caipiras não sabem contar história”. Pressupõe-se, portanto, que “não X, porque Y”.

A FD que revela ao sujeito-narrador um esclarecimento sobre o ponto em que a lacuna aberta ao desconhecido da continuidade do fluxo narrativo se ancora nessa filiação à zona dominante do sentido. Disso decorre um elemento de aprofundamento da hierarquização entre quem detém e quem não detém o conhecimento, que, é constitutivamente heterogêneo e disperso, mas que, conforme

aparece na cooptação ideológica apontada, está dividido entre um conhecimento mais verdadeiro e os demais.

Em detrimento do exercício de tessitura do fio narrativo e da organização de elementos de saber interdiscursivos a favor da retroação, o sujeito-narrador divide “quem sabe” e “quem não sabe” narrar, para, neste ponto da identificação ao sentido dominante, interromper a narração. Diante da deriva e da impossibilidade de narrar de outro jeito, pois a cadeia significante apresenta um furo, o sujeito-narrador faz uso de uma modalização que revela e reafirma essa hierarquização de posições-sujeito.

Portanto, a modalização em questão indica um movimento de implicação do enunciador em relação ao enunciado, por meio de um efeito de pré-construído. A marcação entre os dois usos da pronominalização de “eu” (“**eu** sou caipira” logo “**eu** num sei contá”) indica que, ao sujeito é reservado, diante da falta, o lugar de espectador da própria enunciação. Vemos que o dito, uma vez formulado e apresentado dessa maneira indica, no plano do enunciado, a tentativa de destituição momentânea do ato mesmo de narrar.

Este efeito ideológico ancorado num mecanismo de pré-construído interdita ao sujeito o trabalho interpretativo de distribuição dos sentidos, por meio do qual pode emergir de forma mais implicada ao compromisso, ao testemunho e ao reconhecimento social da narrativa como seu modo singular de participação na linguagem. Afinal, o sentido se forma junto da História, atravessado por esta e a partir de formas de lidar com a repetição da memória (MALDIDIER, 2003) que, para tornar-se efetiva, deve funcionar pela mobilização das fronteiras entre as FDs.

As reformulações a partir das quais, sob esta forma do esquecimento número um, o sujeito-narrador acredita formar uma nova rede de memória sobre “ser caipira”, já mantêm relações de valor com os enunciados (em termos de formações imaginárias, as possibilidades e limites de construir um saber, de dizer algo para alguém).

Além disso, “Depois ocêis conta melhor, porque eu sô caipira, eu num sei, tá?” retroage e mantém um efeito de fechamento com a mobilização feita no fluxo narrativo do valor de verdade do que é dito pela imprensa. Em “é tudo no jornal, é tudo assim, nas imprensa! Tudo lá!” é uma formulação que caminha para assegurar

uma ilusão necessária ao sujeito de que pode “olhar o dizer de fora” (expressão de TFOUNI, 1992) construindo verdades objetivas aparentemente destituídas de uma implicação subjetiva. Digo de forma aparente, porque vemos nesta modalização a implicação de uma questão subjetiva do sujeito-narrador que é dar-se conta do desnivelamento entre aqueles que dominam o código escrito, bem como ser cooptado por uma separação radical entre um conhecimento totalizante, “mais verdadeiro” e outros tipos de conhecimento, “menos fidedignos”. Essa cisão pode ser entendida conforme o que Pêcheux (1981, 1993, 1997b) aponta no caso da consolidação da divisão entre os diversos saberes sobre a linguagem distribuídos pela pluralidade dos gestos de leitura e o monopólio destes fortalecido inclusive pelas ciências da linguagem.

Ora, o “caipira” tal como aparece num lugar da memória seria um elemento de apropriação para o “sujeito da enunciação” do ato de narrar, mas impede momentaneamente a retroação, já que em seguida os elementos do enredo são deixados de lado em detrimento do valor da “verdade” dita pela imprensa. Neste ponto, vemos o uso profuso do pronome indefinido “tudo” e do dêitico “lá”. Do ponto de vista analítico, diante de “é tudo no jornal” e “é tudo assim nas imprensa” cabe questionar “tudo o quê?”; e diante de “tudo lá!” novamente vemos a aposta no efeito de pré-construído de que a imprensa diz algo sobre tudo e que este algo é verdadeiro.

Mesmo que esse uso seja pouco definido e não esteja integrado em pontos de retroação o sentido de imprensa é ligado à verdade absoluta por meio de um recorte do pré-construído. Essa filiação ao sentido o auxilia a manter a significação do personagem que se tornou rico, porém impede de falar de modo deslocado ao sentido dominante sobre os saberes ligados à zona de sentido de “caipira”. E há muitos, tal como pesquisou Cândido (1997) e tal como circulam na forma oral do arquivo.

Ainda assim, o sujeito-narrador resgata o movimento de retroação, seja por meio de uma estrutura silogística que lhe serve de pano de fundo, seja por meio da elaboração de uma questão, inserida na fala de um personagem (“cêis qué vê?... a prova?”), questão esta inserida no fio narrativo. Quer dizer, ainda há um lugar para o sujeito emergir de forma singular, pois existe uma prova (que é provada, no sentido

de experimentada e no sentido de aprovada) que mantém um valor de verdade diferente da verdade da imprensa.

Assim, a modalização “Cêis qué vê?... a prova?” auxilia na recuperação da retroação e permite o retorno ao controle do intradiscurso. Mesmo que antes o sujeito-narrador atribua a “é tudo no jornal, é tudo assim, nas imprensa! Tudo lá!” como um lugar do enunciado “mais verdadeiro”, é marcada ao interlocutor “a prova” de que há outra verdade que pode ser construída sobre sua singularidade, a partir da verossimilhança adquirida com a retroação no intradiscurso.

Dessa maneira, o dêitico “lá” sinalizado em “é tudo lá!” pode ser interpretado como uma marca antecipatória dessa abertura do fio discursivo, mesmo que ao mesmo tempo esteja alienado ao sentido dominante. Essa forma dêitica já sinaliza o desnivelamento entre essa zona discursiva e a possibilidade de outro rumo para a leitura do arquivo, leitura esta implicada ao trabalho de intérprete por meio do qual o fio narrativo é resgatado pela inserção de “Cêis qué vê?... a prova?”

Anteriormente marcado pela ambigüidade do uso de “lá” (pois tanto pode referir-se à imprensa quanto a um lugar desconhecido, que no caso é distante da zona de sentido dominante, ou seja, marca nesta um distanciamento), o sujeito retoma a posição de autoria, ao modalizar sobre a “prova”.

Sendo assim, “ver a prova” é um movimento interpretativo de retorno ao fio do intradiscurso. Isto é possível porque o sujeito-narrador formula essa questão para “dar a prova” de que consegue retornar ao controle da deriva no fio narrativo, após um contorno diante do sentido dominante, articulado ao “todo saber” da imprensa escrita.

Desse modo, mesmo em meio à filiação do “caipira ao “não saber” (supostamente com baixo grau de conhecimento) a “prova” oferecida ao Outro de que assegura o controle do fio narrativo pode ser interpretada como uma “aprovação” (se retirada a segmentação entre “a” e a flexão verbal “prova”) de que há um saber que se constrói no ato de narrar.

Com relação a isto, podemos interpretar que a forma de o sujeito-narrador lidar com o sentido dominante passa por esse pedido indireto de testemunho e autorização. Esse pedido de autorização e esta demanda de um testemunho resgatam a importância da tradição oral também como um campo de investigação sobre os

gestos de deferência que constituem a relação complexa entre o âmbito público e privado.

Como o jogo com os sentidos pela memória deve incluir o determinante político para que sejam resguardadas trocas simbólicas a favor da sistematização e de uma leitura deslocada do arquivo, podemos analisar essa sequência ainda alinhada e ao mesmo tempo em movimento de ruptura com o monopólio das formas dominantes do conhecimento. Mesmo que insira que o “caipira não sabe”, o sujeito-narrador contorna a alienação a esse sentido dominante, quando retoma o movimento de retroação pela questão “cêis qué vê? A prova?”

Essa questão sugere um pedido de aprovação, como já foi dito, e que se traduz como autorização. Esse gesto de autorização sustenta-se num efeito de junção entrecruzada de efeitos pré-discursivos coletivos que têm um papel instrumental na produção da interpretação, da construção de efeitos a partir da memória anterior, a partir de efeitos semânticos de crenças, saberes e práticas (PAVEAU, 2006).

Vê-se como lidar com o político indica a nova possibilidade de delimitação de fronteiras frente ao monopólio e exclusivismo desse conhecimento tal como promovido pelas línguas de madeira. No caso, o deslocamento diante do monopólio do conhecimento a que se atribuía até então a subalternidade do caipira, ocorre por meio da formulação de uma questão que, dentro do fio narrativo, possibilita ao sujeito-narrador retomar o movimento de retroação.

Neste trecho, indiretamente esta delimitação é também levada a efeito, por meio da apropriação de um gesto interpretativo no simbólico (por exemplo, “conto uma história justamente por “ser caipira”, uma vez que um efeito de sentido da nomeação “caipira” é justamente de “alguém que sabe contar um caso, uma história”), basta que haja “provas”, seja a prova de que se sabe contar a história, seja a aprovação do interlocutor. Esse movimento resgata o valor da prática social de contar histórias de que faz uso.

Como vemos, os movimentos contraditórios da interpretação mostram que por conta da heterogeneidade de rupturas, por meio das quais a História produz a repetição de memórias estratégicas, o sujeito emerge por rupturas (PÊCHEUX, 1981). No caso deste trecho específico, a partir da única materialidade de que dispõe (a narrativa oral, uma vez que não sabe ler e escrever), o sujeito-narrador reafirma

uma suposta hierarquização entre dois níveis de conhecimento de dois grupos supostamente marcados por uma suposta essência do conhecimento, ao mesmo tempo em que resgata o controle interpretativo da narrativa e da prática de contar histórias.

Mesmo não-alfabetizado, o sujeito-narrador efetiva sua participação nas práticas letradas por vários usos sociais das narrativas (que também já são formas de interpretar a realidade cotidiana), incluindo-se como se vê manobras interpretativas que, de dentro das narrativas, mostram formas singulares de uma reflexão sobre os usos da língua que também participam da posição de autoria.

Esse movimento complexo e contraditório, por um lado é interrompido com a finalização vista nessa seqüência, em que há outro deslocamento para um “exterior” discursivo; trata-se de uma fuga no não sabido quando, mesmo pontuando “*qualqué lugar...eu num sei falá*” o sujeito-narrador retoma o fio narrativo, por meio de uma reflexão sobre o próprio dizer, vista na modalização “*É, tem essa cidade?*”

Adiante, esse efeito de uso do desconhecimento do interdiscurso por meio da nomeação e da atuação da evidência ideológica continua em “Esse home disse que o Jubão mora numa cidade lá ó, é... [- *Pode falá Paris, qualqué lugar... eu não sei falá! É, tem essa cidade? - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Tem!*].

Pêcheux (1993, 1999) argumenta sobre a intenção ilusória e cara ao sujeito de construção do “próprio discurso”. Essa ilusão desconsidera a delimitação de possibilidades de leitura do arquivo (cf. PÊCHEUX, 1997a) por conta de regras sustentadas pela memória dos enunciados.

Mesmo assim, a afirmativa do sujeito-narrador se sustenta inicialmente numa descoberta tácita de que está autorizado a falar “qualqué lugar”, o que retroage com “pode falá Paris”. Ou seja, a repetição dos pontos de dispersão, que sinalizam a “fuga” do controle do sentido, acima apontada, dá lugar para o gesto de autorização diante do Outro, para a nomeação “Paris”.

De modo geral, mesmo com suas determinações ideológicas, essas formas de comentários contribuem para contornar pontos do real por meio de um funcionamento discursivo que possibilita uma tomada de posição discursiva do sujeito-narrador.

Essa tomada de posição se sustenta em dois pontos: na tentativa de apontar a assertividade de um saber que o sujeito-narrador “domina” e do qual é refém e no estranhamento de formas do saber que lhe são tão caras, pois o põe em suspenso entre o (não) saber e o saber e obriga-o a lidar com a falta simbólica por meio da implicação ao fio narrativo. Dessa forma, a sustentação do fio narrativo se dá por meio da forma como as construções de hipóteses sobre o próprio dizer, ao não se prenderem a uma forma mais fidedigna do conhecimento, assegurar a construção do outro virtual, ora pleno, ora vazio de sentido e por meio do qual o sujeito põe em movimento as diversas alteridades das práticas letradas.

Em meio à movimentação dessas, o estatuto das questões formuladas pelo sujeito-narrador toca pontos do real já que elas emergem por meio de uma contingência que toca o impossível (conforme aparenta serem essas seqüências os únicos caminhos possíveis para o sujeito enunciar).

São ainda modos de elaborar subjetivamente os sintomas ideológicos da separação entre subjetividade e objetividade e entre verdade e falsidade (cf. PÊCHEUX, 1993) na partilha do conhecimento e na distribuição dos sentidos. O reconhecimento dessa dimensão do real somente indica que há algo que escapa ao sujeito, na sua ilusão de conduzir a língua e que o impede determinada leitura do arquivo, ao mesmo tempo em que contribui para re-organizar o movimento de sentidos implicado em questões, a saber: ser ou não ser alfabetizado; ter mais ou menos capacidade; saber mais ou menos; quais formas de contribuição participam da construção coletiva dos conhecimentos (incluindo tecnologias como a alfabetização, as mídias) e no reconhecimento de diversas formas de participação social (contar histórias, por exemplo)?

Ou seja, há um giro discursivo tal que possibilita ao sujeito romper com algumas formações imaginárias e às filiações ideológicas que giram em torno de sua condição de não-alfabetizado para sinalizar o modo singular de sua prática de contar histórias colaborar com uma pesquisa acadêmica ou sustentar um reconhecimento social para sua forma de emergir pela linguagem, o que possibilita assim o movimento das práticas letradas a que me refiro.

Desse modo, essas perguntas endereçadas ao interlocutor têm uma função analítica, que é a de provocar o testemunho e a autorização do Outro. O sujeito

constrói questões por meio das quais é acompanhado pelo Outro no movimento que promove de perder-se e achar-se entre alguns significantes já disponíveis na memória. Ou seja, o sujeito “escuta” as próprias questões ao estranhar alguns significantes. Seguindo o que é proposto por Costa (2001), nessa escuta tem-se a transmissão de algumas posições diante do Outro em meio à tentativa de apreender o real para sua própria inclusão simbólica nesse real.

Sendo assim o sujeito-narrador constrói um lugar singular no simbólico, que é o de dar-se conta do furo no simbólico para deslocar-se no plano das formações imaginárias e certificar-se de que o encontro de respostas ideais (mito individual) convive com o acompanhamento de enigmas, de pontos em que formula questões, e não busca respostas.

Nesse dilema entre a transmissão dos saberes seja pela paráfrase submetida à ideologia (fundamentada ainda pelo mito individual), seja por mensagens cifradas por meio de questões, o sujeito-narrador se apropria de elementos de saber constituídos em eixos da memória oral para marcar sua efetiva participação nas práticas letradas. Com isto se fortalece simbolicamente sua posição de autoria, mesmo que para assegurar-se desta, muitas vezes, seja interceptado pela movimentação complexa e heterogênea da distribuição dos sentidos e pelo compartilhamento do conhecimento formalizado.

Mesmo porque há uma limitação quando se faz uso do discurso científico para conhecer esses modos de organização, devendo ressaltar que nem é este o propósito, mas tão somente acompanhar algumas formas desta organização cuja base é tanto o mito individual e a determinação ideológica quanto a transmissão de mensagens cifradas na linha de um enigma em constante reformulação. E, de forma geral, sinalizar que a re-construção constante do Outro virtual, elencado e conclamado para participar da construção desses saberes, ocorre de forma complexa, inclusive do ponto de vista enunciativo, mas, mais ainda, em relação ao papel dos enunciados na construção de novas economias escriturísticas.

Nesse movimento contraditório, estão incluídos os efeitos de sentidos que ganham forma conforme a retomada pelo sujeito-narrador do testemunho do outro (imaginário, de quem imagina que receberá a resposta) e do Outro (tesouro dos significantes, de quem incorpora algumas palavras), de forma semelhante ao que

Costa (2001) comenta que ocorre na escrita, em que nada mais temos do que a passagem de uma “língua a outra”. Nesse funcionamento, a passagem indica a necessidade ávida da circulação dos significantes, transformada numa demanda de “comunicar o incommunicável” (expressões da autora) e pelo compartilhamento de um enigma. E esse compartilhamento é viável sem que algo seja “entendido”, ou mesmo interpretado da forma que uma das partes considere a ideal.

Essa contradição permite uma substituição de significantes que incide na distribuição e na movimentação dos sentidos e sinaliza parte do jogo de poder envolvido na circulação das práticas letradas.

Com isso, foi tocado o debate sobre a ilusão de uma verdade objetiva cuja fórmula discursiva é sustentada pelo mito individual e sua repercussão em outra maneira possível de os Mitos tomarem formato na narrativa; nos casos acima, por meio de questões ligadas ao próprio cerne da não correspondência entre as palavras e as coisas, de um modo que o sujeito compartilha com o Outro o lançar-se no não sabido.

Para além das formas aqui analisadas, a tentativa de lidar com uma verdade diante do (não)saber também ganha eco no funcionamento do uso de genéricos discursivos.

4.2) Genéricos discursivos, mito e narrativa

Os Mitos, assim como os genéricos discursivos, tocam questões para as quais não há respostas definitivas ou mesmo uma verdade única. Já foi mostrado no segundo capítulo deste trabalho, de que modo Lacan (1992), retomando Lévi-Strauss, utilizou-se do Mito para falar da verdade tal como exposta na epígrafe deste capítulo, ou seja, pela metade. Sendo assim, o fundamento desta seção é que é por meio das narrativas que os Mitos e os genéricos veiculam verdades relativas, nunca absolutas, posto que alicerçadas nos usos particulares dos diversos saberes coletivos. Para dar seqüência a esse debate, esta seção traz como recorte a análise de dois genéricos discursivos envolvidos com essas questões, tal como aparecem na forma de seqüências destacadas das narrativas “Pedro Malasarte” e “Jobão e Albino”.

De acordo com Bueno (2002), Lacan se utilizou do Mito para falar da verdade quando afirmou que a verdade somente pode ser afirmada por meio de um “semi-dizer”. Vê-se como para esse psicanalista, a verdade tem a mesma estrutura

de um Mito já que ele se apresenta na forma de um enigma. O Mito porta a possibilidade de verdades serem construídas conforme a relatividade resultante de seu caráter de enigma. Portanto, os Mitos abrem possibilidades diversas para a consolidação das verdades. Como já foi discutido, é sabido Lacan (1992) foi buscar em Lévi-Strauss grande parte do que tratou a respeito dos Mitos.

Lévi-Strauss afirma que todo Mito, para ser formulado e transmitido, é falado. Para dar conta disso, os mitos se utilizam de palavras e da língua. Seguindo Saussure, Lévi-Strauss coloca ambos os recursos dos Mitos na categoria do tempo. Ou seja, a língua pertence a um tempo reversível e a palavra, ao tempo irreversível; ao tempo histórico e ao não histórico (BUENO, 2002).

Como a palavra por si só não transmite as verdades dos Mitos, então é por meio das narrativas (que articulam as palavras, pondo-as em relação de confronto com seus valores) que as verdades podem ser transmitidas de forma plural e nunca definitiva. Os Mitos são veiculados pelas narrativas que lhes servem de “moldes” incompletos (BUENO, 2002).

Essa incompletude vai ao encontro da não separação defendida por Lacan (1992) das verdades em relação aos Mitos. Isso porque as verdades, assim como os Mitos, têm estrutura de ficção.

Em meio a essa revisão teórica podemos entender de forma resumida que os Mitos, tal como o inconsciente, permitem fazer conviver as contradições entre temporalidade e atemporalidade, verdades e não verdades, saber e não saber. Vê-se que não se trata, portanto, de uma relação dicotômica, mas de convivência de pelo menos um lugar do sujeito com uma verdade relativa e construída a partir de uma forma do saber sobre a realidade.

Desta forma, não existe lugar fora das narrativas para as questões trazidas desde sempre pelos Mitos. O genérico também é uma forma de tentar lidar com a dimensão mais ampla dos Mitos. Ao mesmo tempo em que fornece ao sujeito a possibilidade de interpretar a realidade pela ilusão da negação da interdição a uma resposta definitiva para as questões míticas (vida, morte, doença, fragilidade e finitude humana, etc.), o genérico auxilia o sujeito a estabelecer laço com o simbólico. No caso, esse laço é incorporado à dimensão social e histórica da narrativa.

Nesta seção, veremos que a tentativa em negar essa castração simbólica do Mito, ou seja, negar a impossibilidade de obtenção de respostas definitivas manifesta-se por um contorno interpretativo do sujeito-narrador. Por meio desse contorno imaginário ocorre a tentativa de lidar com essa castração quando é feito uso de um genérico para “resolver”, dar efeito de fechamento temporário à trama. Ou seja, por meio da forma individual do mito, é fornecida uma fórmula discursiva àquilo que não pode ser transmitido como verdade objetiva.

Sendo assim, o genérico conforta o sujeito na sua aproximação com a dimensão real em que estão presentes as questões incontornáveis dos Mitos.

É o caso que vemos em “Pedro Malasarte”. Nessa narrativa, o sujeito-narrador lida com a interpretação no momento da trama em que Pedro Malasarte já vendera e enterrara os rabos dos porcos a fim de enganar o fazendeiro, proprietário e pai da princesa com quem se casará após adivinhar que existe também uma porca numa caixinha.

SD 37 – (v.n.) Aí u rei falô: (v.p. rei) - É, mais num é assim qui va, vai casanu co’a minha filha não, viu? Você, agora, tem qui ma. **(v.n.) U rei tinha um, u’a, uma porquinha lá dentro, a porquinha num, num tinha rabu. Era rabricó, du rabu. Ele falô:** (v.p. rei) - Num é assim, vai casanu ca minha filha não. Cê tem qui – (v.n.) ela falanu den’da caxinha pra ele – Aqui den’ da, den’da, da caxinha tem uma porca, aqui dentru. I agora cê vai **mi divinhá** qui jeitu qu’essa porca é. Si é marrom, o não, ou si ela é preta, si é pintada, ou si é marrom. **Di carqué jeitu cê vai mi falá.** (v.n.) Aí e e, ele falô: u Pedro pegô falô assim: (v.p. Pedro Malasarte) - Ah, seu rei! Agora, agora **chegô a hora da da porca torcê u rabu, i ficá rabricó, seu rei.** Qui essa pergunta aí eu num posso respondê pu sinhor não. (v.n.) Aí ele falô: (v.p. rei) - **Cê respondeu certo, rapaiz. A porca é rabricó mesmo.** (v.n.) **Aí, aí, aí feiz u u casamentu.** Aí feiz u casamentu dela co’a, ca princesa, dele co’a princesa. (v.n.) Aí u rei falô assim: (v.p.rei) - Mais num é assim, qui vai entranu na minha família não. (Pedro Malasarte)

Tfouni (2004) já mostrou que a posição do autor, seja em textos orais ou escritos, estrutura seu texto por meio de efeitos de sentido que colocam o interlocutor em diversas posições diante do que é dito. Nas narrativas, essas diversas posições articulam efeitos vários. Alguns deles já foram apontados por Tfouni (2004): efeito-suspense; antecipação pelo narrador de necessidades do narratário; ressignificação de elementos de experiência do vivido pelo narrador. Alguns outros já foram analisados aqui, principalmente, o efeito do mito individual no sujeito da escrita e a caracterização do real como enigma.

Acerca do efeito-suspense, é o que podemos notar na sequência acima em: “ela falanu den’da caxinha pra ele”, que marca o que virá adiante em “cê respondeu certo rapaiz”, quando Pedro adivinha o que há na “caixinha”. Essa adivinhação do que se encontra na caixinha é um dos desafios impostos a Pedro. A respeito das necessidades do narratário, posso citar: “quiria casá co’a princesa”, momento em que o sujeito-narrador opera um movimento de modalização no próprio dizer para explicar ao interlocutor o rumo do fluxo narrativo.

Nessa narrativa ainda quero retomar outro ponto importante da proposta de Tfouni (2004) sobre a maneira de os genéricos atuarem na abertura da linearidade do fio narrativo e afetarem os rumos da interpretação. Para a autora, isso ocorre porque suas aplicações prestam-se aos inúmeros lugares de enunciação. Dentro dessa consideração, quero apontar como o uso do genérico “hora da porca torcê u rabu” abre o campo da interpretação, pois retoma a retirada do rabo dos porcos ao mesmo tempo em que controla a deriva por meio de um efeito de “fechamento”.

A inserção desse trecho possibilita um efeito de fechamento, de marco para uma etapa da trama temporariamente “resolvida”. Esse fechamento ocorre quando o sujeito-narrador repete o genérico pelo deslizamento “a porca é rabricó mesmo”. Esse deslizamento do sentido “dado” pelo genérico retroage com a parte da trama em que os rabos foram retirados. Quer dizer, o genérico “coincide” com o próprio acontecimento da trama, o que promove um efeito de ajustamento ao dizer.

Em seguida à inserção do genérico, a inserção de “i fica rabricó” retroage com a parte da trama em que os porcos ficam sem rabo, o que permite ao sujeito-narrador um controle singular da deriva e o posicionamento pela autoria. É nessa modalização que o sujeito-narrador resgata o controle da deriva dos sentidos naquele momento “em suspenso”, pois o genérico interdita ao sujeito ao mesmo tempo em que o destitui do compromisso de ter que explicar o propósito da situação de dificuldade ali presente.

Assim, abre possibilidade para o sujeito-narrador, por meio da imprevisibilidade do rumo do sentido, incorporar no fluxo narrativo que a adivinhação da característica incluía adivinhar que a porca era rabricó. Ao lidar com esse imprevisto da significação, por meio de uma parte retomada do momento anterior, vemos um gesto de autoria. Isso acontece mesmo que por conta do uso do

genérico haja uma convergência da dimensão coletiva dos significantes (real indiciado no Mito) para o formato do mito individual. A ruptura com essa formação imaginária, que por conta do uso do genérico ilude o sujeito de ter posto os significantes para circularem amplamente, ocorre pela reabertura da interpretação tal como mostrado.

Vemos como a estabilidade semântica dos genéricos vai ao encontro das “certezas” articuladas ao mito individual. Apaga-se provisoriamente o caráter de real com que o sujeito deve lidar para se posicionar pela autoria, caráter este marcado pela forma de o sujeito-narrador lançar-se no desconhecimento da parte seguinte da trama em busca da “melhor forma” de contá-la e de “resolver” os impasses dela.

A inserção desse genérico permite preencher um deslizamento do sentido visto com a inserção de “di carqué jeito cê vai mi falá” que sugere que Pedro deveria falar.

Isso ocorre de uma maneira que o sujeito-narrador lida com o fechamento da interpretação instalado pela comunhão universal do sentido articulada pelo uso alienado do genérico ao formato individual do mito num movimento de “resolução” e reabertura da interpretação.

Essa dupla possibilidade de interpretação sinaliza que o genérico aparece para “socorrer” o sujeito-narrador de uma lacuna no tecido linear do fio narrativo, a partir de um sentido dominante do genérico, mas que também ganha voz no momento anterior da trama em que já ocorrera o corte do rabo dos porcos.

Além dessas análises mais ligadas ao fio intradiscursivo, devo ressaltar o fato de os genéricos discursivos condensarem sítios de significação reféns de como a ideologia naturaliza os sentidos e promove um efeito de estabilidade na leitura dos arquivos.

O dito popular (aqui entendido como fórmula discursiva genérica) articula saberes do interdiscurso, sob efeito da naturalização ideológica alinhada a uma FD dominante. Na narrativa a inserção dessa fórmula discursiva genérica incorpora esse sentido dominante num momento de expectativa e de suspense de tal modo que seu uso apaga todo o processo concomitante de explicação sobre a forma pela qual ocorreu a adivinhação.

A respeito dessa estabilidade da leitura do arquivo, Cascudo (1986, p. 84) explica que essa locução oral já fora encontrada em diversas fontes em Portugal, no século XVI e que se refere a um “momento de trabalho penoso, problema cuja solução exige habilidade”.

Então, a estabilidade semântica promovida por essa naturalização do sentido precisa ser discutida em termos da articulação dos genéricos com a memória discursiva (interdiscurso). Essa estabilidade atua nas formas orais e escritas da língua e se inscreve nos próprios hábitos corpóreos do cotidiano desde muito tempo.

Cascudo (1984, p. 77) aponta como na tradição oral “a aplicação educacional, as indicações de higiene e medicina preventiva, cortesia, leis sociais, rituais domésticos, etc.” ocorrem por meio de adágios e provérbios que fazem parte da organização cotidiana da linguagem na forma de conhecimento linear, uno e compartilhado.

No caso em questão, vemos como o genérico atende de forma singular a uma literalidade, uma coincidência entre a necessidade de seu uso no intradiscurso quando é tomado de empréstimo do interdiscurso.

De volta ao ponto de partida desta seção, podemos falar que o genérico não se fecha totalmente no sentido dominante, ainda que sua “roupagem” seja de mito individual. Isso porque o genérico sustenta uma aparição correlativa do sujeito, por conta de sua função de transmissão dos saberes coletivos. Quer dizer, o genérico “apaga” o sujeito ao mesmo tempo em que lhe serve de recurso para emergir entre outros significantes.

Tomando como argumento a análise dessa sequência digamos que, com o uso do genérico, o sujeito escapa para um efeito de pré-construído que o conforta de não se perder da ordem coletiva do Mito. Trata-se de um mecanismo contraditório, portanto, de perder-se e encontrar-se, em que também se inclui parte de uma dimensão da elaboração subjetiva do sujeito, que é de lidar com dilemas constitutivos (míticos) por meio de formas imaginárias, tais como aparecem nas narrativas; no caso, “resolver” um impasse que adquiriu forma na trama.

Entre a onipotência do “tudo dizer” (dar fechamento a uma narrativa) apenas transmitir anonimamente saberes que não lhe pertencem individualmente, o sujeito promove gestos de leitura que em parte contribuem para a estabilidade na leitura do

arquivo, mas também promovem gestos de autoria (no que se refere ao modo singular de utilizar o genérico no intradiscurso).

Essa contradição que o sujeito atravessa tal como um caminho pantanoso de significantes e que toca sua elaboração subjetiva pode ser discutida em termos do efeito de impossibilidade de narrar de outro jeito que é sustentado por essa contingência do real mobilizada pelo genérico. Afinal, haveria outra forma de “resolver” a trama que não pela inserção de um genérico que se refere “coincidentemente” ao que já era tratado na narrativa? Certamente, mas, do modo como é usado, o genérico se aproxima do real que emerge na autoria não por meio de um valor em si mesmo, mas pela contingência necessária de amarrar certa aleatoriedade e plasticidade dos significantes a um efeito de caminho único a ser seguido.

Chemama (2002) aponta que no enfrentamento do real, o sujeito pode ser acometido pela aparente impossibilidade de emergir de outro modo. Essa colocação do autor pode referir-se à metáfora do lançamento dos dados (LACAN, 1985b), bem como fazer parte de uma “aposta” que parte da função imaginária do sujeito e que, no caso tratado refere-se a uma possibilidade de uso desse genérico dentre vários usos que pareceriam (não) possíveis. Tal como utilizado pelo sujeito-narrador temos um efeito de ajuste baseado na crença de que somente poderia ser utilizado daquele jeito.

A contingência da trama possibilita o uso que vimos, fazendo com que o genérico abandone o adormecimento da memória discursiva para ser ajustado à cadeia significante que “lhe cabe”. Mas a cadeia que lhe cabe não é somente a cadeia que toma forma nessa narrativa; também é possível dizer que essa narrativa faz uso desse genérico específico para retroagir com o já dito e ter efeito de fechamento.

Ainda assim, seu uso ocorre no momento em que um furo na trama precisa ser tamponado, caso contrário a trama se desenrolaria de um modo que o sujeito-narrador acreditaria que não é o modo ideal. O efeito dessa crença no modo ideal de conduzir a trama vem do retorno ao início dessa mesma narrativa, quando o sujeito-narrador vacila diante da aposta em tecer a trama de forma “correta”, ideal, momento em que põe em xeque sua crença no cumprimento da missão de narrar.

Trata-se da seguinte seqüência retirada do início da narrativa:

SD 38 - (v.n.) - Ah, u Pedro Malasarti... [- *Podi contá? – dirige-se ao entrevistador*]. U Pedro Malasarti, ele, foi nu paláciu, **ele era mu, muito priguíçoso, i muito, isoleru, sabia isolá us oto**. Aí ele foi nu paláciu, a, a princesa falô pra ele assim... [- *Ah, vô contá má le má – dona Madalena hesita e dirige-se ao entrevistador*]. **É! Ele foi nu paláciu, i, pidiu serviço**. Aí, u, u u rei pegô, deu um serviçu pra ele di capiná arroiz. Capiná arroiz, capiná feirão, um feirãozinho qui era secu, capiná milho. [- *É assim qui cêis fala? – dirige-se ao entrevistador*]. Ele foi lá, num instantinho capinô. Tinha u'a cachorrinha. **É, eh**. [- *Dessa cachorrinha aí eu alembro – dirige-se ao entrevistador*]

Vemos o caráter de travessia sobre o qual comentava no capítulo anterior, em que o sujeito tem que se haver com o lançamento anterior de significantes que marcam sua hesitação, seu vacilo ou sua dúvida diante do desconhecimento do rumo que a cadeia significante tomará. Dentro desse dilema há traços de uma elaboração subjetiva que ocorre graças ainda à transmissão dos saberes dispostos na memória discursiva; no caso, por meio do genérico. Ele permite uma elaboração, vista adiante, nas modalizações “i fica rabicó”; “a porca é rabicó mesmo” para a hesitação e a dúvida, fortemente marcadas no início da trama.

O sujeito-narrador tenta buscar no âmbito da memória social recursos para dar conta de articular uma história cânone da tradição oral com sua historicidade subjetiva.

Uma maneira de explicar a forma hesitante pela qual essa cadeia significante se organiza é por meio da noção lacaniana de fantasma, que já foi aqui explorada em outro ponto da análise do *corpus*.

O fantasma indica apenas um dos pontos de travessia dos significantes, por meio do qual o sujeito articula algum saber diante do Outro. Mesmo assim, diante da ameaça do desconhecimento real sobre a forma ideal de começar a narrar, é pedida uma autorização (“[- *Podi contá? – dirige-se ao entrevistador*]”); em seguida o sujeito-narrador sinaliza por meio de uma formação imaginária que não contará a narrativa da forma que considera que o outro pode considerar ser a forma ideal (“[- *Ah, vô contá má le má – dona Madalena hesita e dirige-se ao entrevistador*]”).

Para analisar essa modalização, em que o sujeito-narrador tenta enfrentar o dilema entre a forma “ideal” e a forma que é possível narrar, recorro a Authier-Revuz (2001). Do ponto de vista psicanalítico, é pertinente o que essa autora

comenta sobre a relação entre sujeito e fantasma. O fantasma mostra justamente essa tentativa de o sujeito contornar o real pela invasão do imaginário no simbólico, de tal maneira que seja apagada momentaneamente a função simbólica do dizer. Dessa forma, o sujeito-narrador deixa de contar a história tal como ela se organiza alhures pelo simbólico (afinal, trata-se de um cânone da tradição oral) e se re-organizará à proporção em que for narrada para operar modalizações acerca do que considera como um possível ajuste entre a forma e o conteúdo da narrativa.

De volta ao comentário sobre o genérico, o que quero apontar é que quando ocorre sua inserção, emerge um ponto de amarração que assegura o sujeito-narrador de que está no caminho “correto” para narrar. Esse ponto de amarração também é visto no uso da asseveração “É!” em: “[- *Ah, vô contá má le má – dona Madalena hesita e dirige-se ao entrevistador*]. **É!** Ele foi nu paláciu, i, pidiu serviço”.

Esse efeito se repete em “É, eh. [- *Dessa cachorrinha aí eu alembro – dirige-se ao entrevistaor*]”; ainda que se trate de um tom hesitativo, percebemos novamente o encontro do “ponto ideal” para o início da trama.

Em ambos os casos, é sustentado ao modo do mito individual um efeito de “eureka”, de descoberta, de evidência de que foram encontrados os significantes ideais. Esse caminho “correto” ganha força quando com a inserção do genérico notamos “amarrado” outro ponto da trama, no caso, o momento em que as porcas perdem o rabo.

Posso afirmar, diante do exposto até aqui, que temos dois pontos importantes de “amarração” nessa narrativa: o momento inicial em que o sujeito vacila para “catar” os significantes “ideais” para trilhar a narrativa e o da inserção do genérico em que encontra o ajuste para um ponto específico da trama. Essas “amarrações” são efeitos de fechamento tal como propõe Gallo (2009)⁸⁶ e que marcam pontos de retroação que no sentido de Tfouni (2004, 2005) são cruciais para estabelecer a posição de autoria.

Obviamente, isso não impede movimentos de transmissão dos saberes. A respeito disso, vemos como o sujeito-narrador não apenas estabelece um modo próprio de recontar um cânone da tradição oral, quando diz “ele era mu, muito

⁸⁶ Em comunicação pessoal (2009), a autora explica que o efeito de fechamento pode ocorrer em momentos iniciais de uma história de ficção. Por exemplo, com o uso do bordão “Era uma vez”, ou tal como vemos aqui “É!”, enunciado no início da trama.

priguiçoso, i muito, isoleru, sabia isolá us oto” como também opera um movimento de retroação que inclui uma modalização que marca sua posição na linguagem ordinária a partir da distribuição de sentido para “isoleru”. Esse movimento de interpretação escapa às formas instituídas por uma leitura dominante dos arquivos, que recorreria a uma forma dicionarizada ou técnica de um termo, por exemplo. O próprio sujeito-narrador, desse modo, estabelece pontos de resistência a esses padrões dominantes da língua.

A seu modo, o sujeito organiza seu discurso a partir de um conhecimento de mundo presente em narrativas (cf. TOFUNI, 2004), em que é mostrado de forma indireta o sentido distribuído para “isoleru” que é de “alguém que isola os outros”. Essa modalização pode ser entendida como uma forma não marcada de heterogeneidade mostrada (no sentido de AUTHIER-REVUZ, 1982) e sinaliza que para distribuir sentidos o sujeito subverte o predomínio de recursos como a dicionarização ou a escolarização.

Vemos que a transmissão de um saber da oralidade ocorre por meio de formações imaginárias concernentes ao que seria a forma “correta” ou “ideal” de narrar quando se atém a contar a história “Pedro Malasarte” (cânone da tradição oral) por meio do controle da deriva, o que pode ser visto ao modalizar o significante “isoleru”.

Essa transmissão do saber interdiscursivo difere obviamente daquela organizada pelo genérico. Os genéricos se consolidam por fórmulas discursivas em que os saberes não estão diretamente disponíveis (TFOUNI, 2004), tal como a modalização em torno de “isoleru” faz parecer. Para ligar um ponto da análise a outro, faço notar a implicação do genérico na ordem daquela discussão empreendida por mim no segundo capítulo ao retomar Lacan (1992) e referir-me àquilo que não é dito, mas pode ser transmitido como saber.

Diferentemente da modalização de “isoleru”, o uso do genérico articula uma operação de aparente retorno ao próprio simbólico e de transmissão de um saber à revelia do sujeito.

O genérico permite ao sujeito a ilusão imaginária de não se implicar no dizer. Trata-se de uma “fórmula encapsulada” (expressão de DeLEMOs *apud*

TFOUNI, 1992b) em que se tem a concepção de que o simbólico permanece o mesmo, sem furos.

Ressalto que esse debruçar-se sobre o próprio simbólico, entretanto, ocorre à custa de formas imaginárias do dizer que se fundamentam numa verdade objetiva sobre o modo “ideal” do narrado (efeito do mito individual). São essas formas imaginárias: o caminho correto para narrar e a inserção de um genérico que “salvará” a trama de um impasse que é o de explicar a perda do rabo pelas porcas.

Nesse sentido, o genérico aparece como um “adorno” imaginário que tenta criar uma espécie de linguagem à parte. Isso porque o sujeito tenta lidar com o impasse entre o desejo de narrar (marcado no início da trama) e um ponto crucial da mesma, em que precisa explicar “a perda do rabo das porcas”.

Psicanaliticamente, os movimentos iniciais de hesitação remetem a um conhecimento imaginário que o sujeito acredita ter sobre o próprio discurso e indicam pontos de elaboração subjetiva que fundamentam o desejo de narrar. Esse desejo chega inclusive a irromper pelo imperativo do Outro (“É!”), que pode ser traduzido por: “É isso! É esse o caminho! Narre!”

O papel dessa alteridade imperativa envolvida com a pausa inicial do sujeito-narrador e que inclui o fundamento do mito individual no provável cumprimento da missão de narrar tem uma função de elaboração e mobiliza a questão do tempo na enunciação.

Abre-se a questão: como cumprir a missão de dizer algo sobre o “já dito” num momento em que a narrativa apenas se esboça como uma possibilidade de dizer? Em outras palavras, não é possível construir um dizer deslocado da organização social do tempo da enunciação. Essas formas de elaboração subjetiva indiciam que o sujeito constrói o tempo da enunciação ao mesmo tempo em que se ancora num tempo já estabelecido socialmente.

Authier-Revuz (1993) aponta, nos seus estudos sobre as reflexões opacas e “meta-enunciativas” que o sujeito estabelece sobre o próprio dizer, que a questão do tempo aparece também como uma das formas de o sujeito administrar os desdobramentos que adquirem seu próprio “dizer”.

Trata-se de pontos de clivagem em que o sujeito se lança num campo desconhecido em que não sabe em que ponto do discurso reencontrará o que foi

marcado inicialmente. No caso, somente adiante o sujeito-narrador estabelece retroação com o que aponta em “É! Ele foi nu paláciu, i, pidiu serviço”.

Entre a ameaça da contradição entre o Um (coincidência do dizer) e o não-Um (pontos de desencontro ancorados em reflexões opacas), entre a “gestão meta-enunciativa da temporalidade” e a negociação do “enunciador com as heterogeneidades” (expressões de AUTHIER-REVUZ, 1998) está uma crença na linearidade da cadeia, crença esta alimentada pelo valor da noção de temporalidade.

No decorrer do dito, o jogo heterogêneo do dizer inclui fases não coincidentes ao tempo da emissão de algumas de suas partes, emissão esta que é apenas um dos pontos do dizer. O local onde se apresentam falhas também aponta que o sujeito se pretende mestre do próprio dizer (AUTHIER-REVUZ, 1993).

Assim, o sujeito se ilude que a enunciação somente se compromete com o tempo marcado na emissão inicial do que será dito, mas a todo tempo a enunciação está por ser feita, de um modo que nela pode “tropeçar” (AUTHIER-REVUZ, 1993). No caso tratado, isso é possível de ser visto quando o sujeito-narrador necessita de usar um genérico para não se “perder” nos caminhos da trama num momento em que “esquecera” a ameaça de se perder nos significantes e cumprir a missão de narrar.

Desse modo o jogo com o tempo da enunciação não se faz somente em momentos em que o sujeito marca de forma imaginária pontos de negociação com o Outro (como no início da trama em questão), mas nas projeções e retroações com o já dito, em momentos em que é traído pelo desconhecimento dos rumos do próprio dizer. No caso, quando se percebe na iminência dessa traição é inserido o genérico. Não há momento específico para isso, porque a enunciação é sempre marcada pelo porvir. Sendo assim, ao sujeito cabe somente especular sobre pontos da enunciação que não estão diretamente disponíveis e que somente com o transcorrer do tempo da enunciação “verá” (*a posteriori*) qual foi o caminho narrado. O sujeito enuncia debruçado num devir virtual (imaginário) sem se dar conta de que enuncia sobre o “já passado” (AUTHIER-REVUZ, 1993).

Dessa forma, o sujeito utiliza um lugar do imaginário para organizar um suposto tempo mítico perdido na enunciação e que o simbólico não consegue lhe

assegurar por meio de uma resposta definitiva sobre o início do dizer. Afinal, o início mítico do dizer faz parte do próprio furo constitutivo do simbólico.

Para Authier-Revuz (1993) esse funcionamento que ocorre na forma oral “se fazendo” e também na escrita quando se procura uma “palavra ideal” (ou no caso uma forma ideal de iniciar a trama) é mais uma das formas de distanciamento do Outro.

Ainda assim, o sujeito demonstra seus comentários sobre o próprio dizer como se fossem suspensões fictícias do tempo em que disse ou dirá sobre o que o implica. No caso tratado é uma tentativa de assegurar que o fio narrativo não fosse conduzido de forma a ser acometido por “furos” na trama. Mas essa segurança se perde quando, adiante, o sujeito-narrador precisa usar um genérico para, em parte, conferir fechamento temporário a essa mesma trama.

De volta à questão inicialmente tratada nesta seção vemos que o genérico, tal como os Mitos, não possibilitam ao sujeito um lugar fechado a ser ocupado. Como foi dito no segundo capítulo, a proposição de Lacan (1992) é de que a grande contribuição da análise dos Mitos feita por Lévi-Strauss está no fato de os Mitos apontarem para um “semi-dizer”, ou seja, os Mitos mobilizam questões para as quais não há respostas definitivas.

É por meio das narrativas que eles podem veicular múltiplas verdades alicerçadas em saberes coletivos muitas vezes utilizados de forma particular. É o que ocorre com o uso do genérico discursivo. Temos então um esgotar-se da possibilidade das verdades plenas; como no caso analisado temos, portanto, efeitos de fechamento na narrativa e não sua resolução definitiva.

Chemama (2002), por sua vez, sinaliza que o provérbio possibilita lidar com o real que está ali onde não se espera. É o que sujeito-narrador faz quando não se dá conta de que necessita de um arremate, de um efeito de fechamento para uma parte da trama e insere o genérico. O mesmo autor atenta para a mudança de posição do analisando quando o analista cita um provérbio. E quando o sujeito-narrador cita o genérico sem se dar conta? Sendo assim, a quais mudanças nos referimos?

É válido lembrar que essas formas do dizer “não estão diretamente disponíveis” (expressões minhas) a todo tempo, mas estão sob determinação do político e do histórico (cf. GUIMARÃES; ORLANDI, 2006). Esses determinantes

regem uma distribuição de sentidos sob a qual o sujeito pode emergir (quando modaliza sobre “isoleru”) ou cair num engano imaginário de ter “conseguido um atalho para um tropeço de interpretação” e se “sair bem” (expressões minhas) para seguir a trama quando acredita ter achado o ponto de partida ideal. Dessa forma, o sujeito lida com o histórico ao mobilizar um genérico caro à tradição oral para empreender um gesto político de tecer uma narrativa, cujos efeitos de fechamento que lhe dão corpo possibilitam reconhecimento social ao dizer.

Trata-se de uma saída com aparência de “bem sucedida”, pois não está no genérico em si seu “sucesso”, mas na forma como ele foi usado. Com esse ponto de “amarração” (estofo, conforme a Psicanálise lacaniana), o sujeito é confortado diante da ameaça da dispersão presente no início da trama. Mesmo nesse início, os efeitos de fechamento marcados pelo “É” agiam como pontos de estofo; além deles, o genérico possibilita uma retroação que auxilia nesse fechamento.

Comenta Chemama (2002) que nem sempre o provérbio fornece uma resposta satisfatória ao sujeito. Isto é demonstrado na experiência psicanalítica, em que as formações do inconsciente (sonho, sintoma) não aparecem (mesmo quando retornam) com um sentido unívoco. Assim, o genérico tem um efeito de identificação coletiva que promove o compartilhamento do desconhecimento em que os sujeitos são lançados frente às questões mais gerais (míticas); fato é que esse efeito permite ancoragens diversas.

Contraditoriamente, mesmo que sejam expressões “já feitas” e sinalizadoras de certa “deterioração” do jogo com os sentidos, os ditos proverbiais, por serem lugares do Outro, permitem ao sujeito re-formular suas questões. Sendo assim, não é seu uso em si que garante o efeito de fechamento aqui apontado, mas a forma com que vai ao encontro de um ponto crucial da trama e com suas hesitações iniciais. Por isso, forneceu uma resposta satisfatória ao sujeito.

Quando o sujeito-narrador, mesmo sem se dar conta, enuncia “hora da porca torcê u rabu” para sinalizar que se chegou a um momento importante (de reviravolta na trama) indica que a partir dali alguns acontecimentos em aberto serão “resolvidos”. Foi a partir, portanto, do genérico apontado que o sujeito-narrador pôde dar significância ao seu dizer, no sentido lacaniano retomado por Chemama (2002) da mobilização de sentidos do Outro, mais afins a uma singularidade. Desse

modo, ele serve como uma forma desse Outro (ao mesmo tempo em que tesouro dos significantes e oráculo dos Mitos) assegurar uma “profecia” do mito individual, que era marcada no início pelo imperativo de narrar.

No caso da próxima sequência (SD39), essa “missão” de sustentar o fluxo narrativo abre espaço para um uso subversivo do genérico “Quem tem boca, vai em Roma!”, tal como aparece na narrativa “Jobão e Albino”.

SD 39 – (v.n.) E pagô ele muito bem pagado. **E aí o Albino foi. Foi sem sabê í pa...** pra pegá o navio lá no mar lá. [- *Como é que é?... que chama o lugar onde o navio fica?* - pergunta às entrevistadoras, que respondem: - Porto.] ... Lá no porto, lá, do navio. Ele... **ele não sabia í**, mas ele pegô e falô: (v.p. Albino) - **Ah, eu vô! Quem tem boca, vai em Roma!** (v.n.) E... e o Albino saiu, despediu e foi pa levá o dinheiro pa mãe... embora, pá levá o dinheiro pa mãe. **Errô o caminho do... do porto, do navio** - de vez de ele ir lá pa... lá po mar, **ele errô o caminho, foi pro lado aonde... do palácio aonde morava a menina.** (Jobão e Albino)

Como já foi apresentada esta narrativa conta a história de Jobão, que deixa a casa dos pais ainda jovem para procurar uma vida com mais riqueza e construir um reino próprio. Em seguida, seu irmão Albino parte em sua procura e, após ter sido rejeitado num primeiro momento por Jobão, consegue um emprego de jardineiro. Após juntar dinheiro suficiente, Albino decide voltar para casa dos pais para lhes levar dinheiro. Mesmo assim, o rei Jobão decide que quer que ele volte, assegurando-lhe o pagamento e o mesmo emprego durante o período de ausência. A sequência acima se refere ao momento da trama em que Albino “erra” o caminho e chega ao reino da princesa, que fora rejeitada pelo rei Jobão.

Em se tratando de analisar o uso do genérico, vemos que há uma subversão do sentido aparentemente pronto veiculado por este. Trata-se do sentido referente ao alcance certo de um caminho previamente desejado atrelado ao uso do genérico como “passaporte” de contato com outras pessoas (por meio de “Quem tem boca vai em Roma!”). No caso, já havia uma marcação prévia do sujeito-narrador de que Albino não acharia o caminho, em “foi sem sabê í pa...” e “ele não sabia í”. Mesmo assim, o sujeito-narrador insere o genérico “Quem tem boca, vai em Roma!”.

Esta inserção retroage com “- Ah, eu vô!”. Trata-se do trecho imediatamente anterior da fala do mesmo personagem e que auxilia o sujeito-narrador na sustentação do fio narrativo e no movimento interpretativo de retroação.

Tal como Tfouni (2004, 2005) já apontou, o uso do genérico auxilia neste trabalho interpretativo em que a retroação deve ser assegurada para auxiliar a ilusão de linearidade e de completude do fio intradiscursivo.

No caso apresentado, vejamos como o uso específico desse genérico auxilia na delimitação da posição de autoria. É porque há esse efeito subversivo que a retroação e a linearidade são asseguradas. Quanto ao uso do genérico, portanto, trata-se de usá-lo somente para marcar que o personagem sairá em busca do caminho de volta para a casa dos pais e, mais importante, como já havia sido marcado antes, não encontrará este caminho, mas o caminho pelo qual encontrará a princesa, filha do irmão Jobão.

Como é sabido, portanto, o “já lá” do genérico “Quem tem boca vai em Roma!”, invariavelmente alinhado à zona de sentido que pressupõe implicitamente que alguém vai demandar a outro uma informação e obter sucesso no encontro de um caminho é subvertido e usado, pelo contrário, para assegurar somente que o personagem partirá em busca de um caminho, não necessariamente o “certo”.

Na seqüência, o sujeito-narrador mostra que, a despeito do sentido dominante firmado pelo genérico, “errar” refere-se a assegurar a retroação do fio do intradiscurso.

O uso acima analisado dos genéricos (ou provérbios) confirma que, mesmo fechado aparentemente à interpretação, trata-se de uma pista interdiscursiva por meio da qual o sujeito-narrador continua o trabalho de autoria.

Essa afirmação vai ao encontro do que afirma Lopes (1992, p. 270), para quem os provérbios são “considerados veículos de uma experiência e de um saber coletivos, onde se plasman as representações simbólicas, as verdades socioculturais e as normas de conduta que alicerçam a vida da comunidade”. Uma vez que não é uma fórmula absolutamente pronta, ao enunciar um provérbio, o locutor “convoca implicitamente a sabedoria colectiva legada pela tradição, maximalizando assim o valor de verdade do seu próprio enunciado; é justamente porque escapa à contingência de uma enunciação meramente individual que o provérbio pode funcionar como argumento de autoridade: o consenso da comunidade legitima por si só o saber experiencial ou ideológico que através deles se veicula” (*idem*, p.271).

É notória a sujeição imposta pelo uso do genérico. Essa sujeição, entretanto, pode ser relativizada, o que será feito aqui por meio das contribuições de Oliveira (1996). A autora relativiza a sujeição proverbial mostrando que mesmo que o sujeito esteja limitado pela estrutura, a língua articula instrumentos de pré-construído (o provérbio é um deles), que mesmo aparentemente dados como prontos possibilita a renegociação de valores principalmente quando presentes numa atividade lingüística como a narrativa, uma vez que põem em relação os diversos sentidos que atravessam os valores ali veiculados.

Conforme Oliveira (1996), dentre as marcas formais que supostamente denotam maior e menor sujeição, é preciso analisar a conjuntura em meio às condições de produção da enunciação dessas marcas; na perspectiva discursiva, após analisar o uso restrito do provérbio numa situação de enunciação é necessário implicá-lo às condições de produção do fluxo narrativo como produção discursiva.

Para isto, é preciso resgatar os comentários de Oliveira (1996, p.212) sobre a formulação discursiva em torno do uso dos provérbios quando analisa o jogo de imagens resultante do lugar ocupado pelo sujeito enunciador. Para essa autora, desse jogo sobre o lugar do enunciador resultam as imagens: “a) sobre o Sujeito: *Quem é ele pra me falar assim?*; b) sobre o interlocutor [quando o provérbio é enunciado]: *Quem é ele para que eu lhe fale assim?*; c) sobre o provérbio: *De que lhe falo assim?*”

A respeito do primeiro efeito do jogo de imagem, a autora explica que no plano dos sujeitos, a imagem do Sujeito é a do sábio, daquele em que está “todo o saber” antecedente. A imagem do interlocutor é daquele que sabe acerca da “verdade do provérbio”. Por fim, a imagem acerca do provérbio é a de que ele porta uma “verdade cristalina, óbvia, que serve apenas de lembrete”. Vamos por partes. A cada um desses efeitos do jogo imaginário, pretendo analisar de que forma um saber é mobilizado, legitima e também restringe a posição de autoria. Para isto, vou retomar de modo geral o que ocorre com o uso dos genéricos – “chegô a hora da porca torcê u rabu” e “quem tem boca vai em Roma!”.

Sobre o Sujeito, há no uso desses genéricos um saber radical mobilizado do Outro interdiscursivo, em que supostamente está o “todo saber”. Num primeiro momento esta crença “apaga” a possibilidade de o sujeito emergir conforme a

contingência da cadeia significante; entretanto, há um saber “epilingüístico” mobilizado à maneira de o sujeito, a partir de uma singularidade marcada pelo uso de comentários (seja porque antecede o uso dos genéricos, seja porque são feitos *a posteriori*) que o resgata desse apagamento e lhe serve tanto para testemunhar a sistematização de um lugar da memória inserido na contingência do uso do genérico.

Disto resulta o delineamento de uma “fronteira” discursiva pela qual se consolida a posição de autoria. Em suma, o sujeito se desloca do assujeitamento ao “todo saber”, calcado no impossível de dizer algo, porque onde há o todo não há linguagem, e emerge pelo uso do contingente advindo do uso do provérbio; neste “segundo momento”, a seu favor, como efetiva participação nas práticas letradas.

Seguindo o debate, posso afirmar que o testemunho do conhecimento da verdade do genérico ali compartilhado serve ao sujeito-narrador para marcar simbolicamente a singularidade de uma “fronteira” que marca sua singularidade nas práticas letradas. Em terceiro lugar, a mobilização da verdade “cristalina” de que trata Oliveira (op.cit.) sugere a transparência na linguagem; esta determinação faz parte do assujeitamento veiculado pelos genéricos, que serve de condição para os efeitos de unidade e completude da autoria. Desse modo, a transparência mobilizada requer do sujeito um controle da cadeia significante, necessário, porém submetida a uma contingência, cujo enlace aparente ser o mais estável.

Esse encontro do “todo o saber” demanda o compartilhamento com o interlocutor de uma contingência que testemunhe a “verdade do provérbio”; psicanaliticamente, a base epistemológica dessa demanda é a visão “a mais” que extrapola o olhar, tal como comentada por Lacan (1985).

Esse fundamento psicanalítico serve para lembrarmos que há um caminho para investigar a autoria, também como “excedente de visão” (cf. TFOUNI, 1992b), sem, contudo, tomá-la como formulação lingüística supostamente mais refinada, pois com isto cairíamos no jogo insidioso da supremacia da abstração no sentido positivista da linguagem.

Tfouni (1992b) já pontuou essa função da posição de autoria como “excedente de visão”. Disso decorre que a posição de autoria porta pontos de clareza

e opacidade na sistematização que permite à oralidade; essa contradição no caso dos provérbios é veiculada pelos pontos de fechamento e abertura da interpretação.

Os saberes já existentes na oralidade afetam a todos os participantes de uma sociedade letrada; porém, filiam-se ao determinante político da passagem entre o visível e o nomeado (cf. PÊCHEUX, 1999). Essa passagem possibilita ao sujeito asseverar-se do que diz por meio de interpretações integradas aos saberes que o antecedem e que impulsionam a permanência de sua produção discursiva.

Há, portanto, uma integração entre o que antecede o sujeito rumo à asseveração de uma posição que a organização dos saberes coletivos lhe proporciona. Essa forma singular de organização da oralidade permite ao sujeito-narrador abertura para que haja não apenas visibilidade, mas nomeação ao que é dito. Ou seja, a visibilidade já presente no provérbio é acrescida de um ato de nomear o fluxo narrativo. Dessa forma, a posição de autoria, pois a uma forma consistente e reconhecida que é o genérico é acrescida do uso específico (de intérprete) do enunciado pelo sujeito-narrador. O provérbio é usado como nome, o que alimenta seu poderio simbólico de recurso para a autoria.

Quanto ao gesto do analista, ele proporciona reconhecimento à forma singular de organizar a dispersão da oralidade. Vai ao encontro dos gestos de análise proferidos pelo sujeito-narrador, sejam estes marcados por meio dos comentários em forma de questões e checagens ou sob a forma de modalizações em torno do uso de genéricos.

Esse reconhecimento assemelha-se ao que Oliveira (1996) comenta sobre a ação que “A” exerce sobre “B” por meio de um ato ilocucionário (ocorrido com o uso do genérico, por exemplo), que ultrapassa o terreno do já conhecido para integrar-se a uma nova forma do dizer; no caso, o provérbio é interpretado como um “gesto mais” que se integra à posição de autoria.

Aos três jogos de imagem já comentados, a autora acrescenta este último. Na linha do que aqui já foi comentado, principalmente com o uso de “hora da porca torcê u rabu”, esse ato ilocucionário mobiliza um efeito de “arremate, síntese ou moral da história”, aqui reconhecido como um gesto de autoria.

Trata-se de um efeito de fechamento que requer considerar que nas narrativas analisadas há um lugar de autoria que se sustenta em pontos de “síntese e

arremate”; é o efeito de fechamento que Gallo (1995, 1996) atribui à completude ilusória, porém necessária que confere poder simbólico a essa posição.

Mais importante, mesmo após esse longo comentário acerca das contribuições de Oliveria (1996) é afirmar que é também por se tratar de um ato ilocucionário, simplificado aparentemente no *eu* dirigindo-se a um *tu* (o que em Psicanálise seria tornar radical a diferença entre a ausência e a presença do Outro) um campo de possibilidades talvez mais vasto para marcar sua singularidade.

A partir desses pressupostos teóricos, vemos que assim como não há respostas definitivas para as questões míticas, não há lugar prévio para a inserção e uso das questões e dos sentidos que ecoam dos genéricos. Assim como não há um rumo definitivo e previamente estabelecido na enunciação quando o sujeito-narrador negocia com o Outro a imprevisibilidade do tempo da enunciação virtualmente já “dado”, na verdade a ser construído por um já dito habitado pelo Outro.

Diante do exposto com essa análise, quero ratificar o que DeCerteau (2001b) trata a respeito do uso dos provérbios e dos genéricos como “utensílios” para lidar com as regras das ações cotidianas que se realizam como jogos. Essa comparação entre utensílios e jogos arremata o debate promovido entre o uso “pronto” do genérico e o tempo da enunciação em aberto a um jogo de significantes presentes no fio narrativo e para o qual não há rumo pré-definido.

São valiosas as palavras do próprio autor:

Como os utensílios, os provérbios ou outros discursos são *marcados por usos*; apresentam à análise as *marcas de atos* ou processos de enunciação; significam *as operações* de que foram objeto, operações relativas a situações e encaráveis como *modalizações* conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto uma *historicidade* social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*” (DeCERTEAU, 2001b, p. 82, grifos do autor).

O próprio DeCerteau (2001b) compara o que ocorre com os jogos e com os provérbios. Eles trazem a “aplicação singular de um “quadro formal”, bem como trazem repertórios de esquemas de ação. Ao comparar a riqueza desses “quadros formais” ou “esquemas de ação” às regras dos jogos, DeCerteau (2001b, p.85) diz que os provérbios trazem uma memória de ação que ficou escondida no Ocidente

devido ao abuso da técnica e cuja semelhança com contos e lendas mostra um espaço “excetuado e isolado das competições cotidianas”.

A partir dessa concepção vemos que os genéricos aqui analisados não servem como ferramentas universais que propiciam ao sujeito-narrador respostas únicas. Ele fornece um esquema de ação enunciativo complexo e singular. Ele possibilita uma espécie de “autonomia relativa” (não no sentido de uma independência individual, autônoma, de autorização para o ato de narrar) dependente do valor que adquiriu quando utilizado. No caso do uso encontrado na narrativa “Pedro Malasarte”, o uso foi caro ao sujeito, pois por meio dele precisou lidar com a falta de um caminho “ideal” para narrar, tal como marcado no início da trama.

Com a análise do genérico apresentado, o esforço foi mostrar como esses esquemas de ação mobilizados pela forma particular de articular o genérico no fio narrativo são integrados numa construção do cotidiano promovida pela narrativa. Trata-se, como aponta DeCerteau (2002b) de práticas cotidianas que se simulam e dissimulam para garantir outro lugar àqueles designados como oprimidos. Por esse caminho, constroem sua singularidade com os sentidos aparentemente já prontos dos genéricos. Desse debate, podemos concluir que o genérico fornece ao ato de narrar um efeito “a mais”, qual seja o de manipulação de regiões dos enunciados que tem aparência de já prontas ou de terem passado por algum caminho pré-definido.

Em suma, por meio dos genéricos ou dos Mitos, vemos como alguns elementos infiltrados no discurso narrativo promovem a circulação dos saberes interdiscursivos. A diferença é que nos genéricos temos uma materialidade mais explícita que ajuda a dar forma aos Mitos.

Por meio desse funcionamento discursivo, o sujeito lança mão de uma estratégia (no caso, o efeito de fechamento do mito individual, que promove o arremate ou o efeito de “ajuste” entre o interdiscurso e o intradiscurso) a fim de lidar com a interdição a toda interpretação “pronta” dos Mitos que suponha apenas uma verdade.

Em se tratando da relação entre sujeito e real, mais especificamente suas dimensões de impossibilidade e de contingência, pode-se dizer que esse uso imprevisto do genérico rompe com uma crença do sujeito de que o dizer se

conforma a uma forma pré-moldada e pré-anunciada aos desígnios do tempo da enunciação. O genérico irrompe de forma inesperada.

Além disso, servem como essa espécie de ferramenta (ou utensílio) para dar consistência ao caráter de “contradiscurso” que sustenta o modo singular de o sujeito-narrador em questão utilizar a prática de contar histórias. Esse “contradiscurso” se fortalece pelo fato de o sujeito-narrador mobilizar um lugar da memória a partir do qual o genérico funciona como resposta temporária que dá sequência e formato de narrativa aos Mitos e proporciona o reconhecimento social do seu dizer.

4.3) (...) Eis que alguns significantes tecem uma escrita do sujeito-narrador

Recorrendo ao que foi analisado até aqui – o compartilhamento dos enigmas envolvidos entre significantes “estranhos” ao sujeito; o efeito de fechamento visto no encontro de pontos “ideais” nas narrativas e no uso de genéricos – esta seção discutirá de que forma esses pontos são cruciais para o sujeito sustentar uma posição no discurso da escrita.

Seguindo essa discussão, pretendo tocar a implicação epistemológica de defender que, mesmo não-alfabetizado, o sujeito do letramento emerge por meio de pontos enigmáticos de uma escrita singular.

Essa discussão buscará ressaltar que há nas estratégias do sujeito-narrador marcas de uma escrita, que preservam vestígios, pistas, ruínas significantes, que, longe de se renderem à assepsia das formas do “bem dizer”, são recursos que fazem parte do modo constitutivo da escrita. A dimensão deste debate repercute na construção de parâmetros e estratégias para o trabalho com as práticas letradas.

Para isto, começarei por retomar como esses pontos analisados nas narrativas podem ser tratados como metáforas de “ruínas” de uma escrita que portam marcas do uso oral do Mito entre os gregos. Esse caminho se justifica porque, de acordo com a noção de sujeito da Psicanálise, é obrigatório esse tipo de aproximação entre as formas textuais dos mitos, das lendas, dos contos dos povos em geral para se entender as formações do inconsciente, marcadas no caso pelas checagens e comentários do sujeito-narrador. Começemos por analisar o envolvimento entre os Mitos e a repetição do “É”, que sinalizou ao sujeito-narrador pontos ideais para o início da trama.

A repetição não habita o inconsciente tal como um predicado isolado. Ela é um modo de constituição do sujeito do inconsciente, inconsciente este marcado pelo laço social, pelo compromisso mais amplo que estrutura os sujeitos por uma linguagem que os (des)une e cujo pilar passa pelo modo dessa repetição se marcar por textos e saberes coletivos e pela naturalização dos significantes em geral.

Na psicanálise lacaniana, o Outro é o oráculo que pressupõe que formas imaginárias e possibilidades de posição simbólica diversas marcam diversas possibilidades de o sujeito emergir por meio do laço social de diversas épocas.

Sobre isto, Milner (2006, p.55) argumenta:

o Ser, o Mundo, o Trabalho, a História, mas igualmente a Trifuncionalidade, a Raça, as Cosmogonias, os Mitos, são estes os nomes que, ao longo dos tempos, emitidos por alguma Voz, disseram o Laço (...) acreditar que a função do Laço seja sempre definida é, com certeza, a suposição mínima que autoriza os sujeitos a se sustentar agrupados.

Sobre essa repercussão da repetição, Veyne (1970) mostra que antes de ser veiculado como história contada, o Mito consistia numa repetição fragmentada acerca do que se havia ouvido falar dos heróis, dos deuses; ele era reconhecido porque um exegeta se referia aos feitos desses personagens na terceira pessoa (“a musa canta que... um deus diz que”; “um *logos* diz que”).

Sobre isto Veyne (op.cit.) afirma:

O mito tinha um conteúdo que se situava numa temporalidade nobre e platônica, tão estranha à experiência individual e aos seus interesses como frases ministeriais ou teorias esotéricas aprendidas na escola e acreditadas sob palavra; o mito era, aliás, uma informação obtida com base na palavra de outrem. Foi esta a primeira atitude dos gregos perante o mito; nesta modalidade de crença, estavam em estado de dependência, em relação à palavra de outrem. Daí, dois efeitos. Em primeiro lugar, uma espécie de indiferença letárgica ou, pelo menos, de hesitação perante a verdade e a ficção; em seguida, esta dependência acabará por suscitar uma revolta: eles pretenderão julgar de tudo por si próprios, segundo a sua própria experiência, e será precisamente este o princípio das coisas atuais que fará avaliar o maravilhoso pela realidade e passar a outras modalidades (ibidem, p.44).

Cassirer (2000), por sua vez, aponta um marco importante nesse tratamento do Mito. Ele explica que as interpretações mitológicas que os sofistas consideravam sábias, Platão começa a considerar “mera sabedoria camponesa (*idem*, p.16)”. Entretanto, na acepção platônica desconsidera-se que os modos de dizer sobre os Mitos já encobrem a própria realidade, pois para representá-la recorre-se ao

símbolo, ao signo, que portam marcas da mediação constitutiva da linguagem (CASSIRER, 2000).

Essa contradição entre a presença dos Mitos e a tentativa de sua extirpação repercute nas narrativas aqui analisadas. No caso das perguntas endereçadas ao interlocutor vemos uma forma de a suposição do saber no Outro ganhar um formato de “oráculo”; obviamente que de modo diferente do mundo grego embora haja uma contingência. Conforme a determinação sócio-histórica de que tratamos, o sujeito procura se distanciar da dispersão pela interpretação transparente da linguagem, o que é marcado pela checagem de um significante, por exemplo.

Diante disso, o papel emblemático da pergunta sinaliza que o vacilo, a dúvida, ou mesmo a certeza que o sujeito tem sobre a forma ideal de dizer portam o caráter de enigma que permanece no Outro pelo laço social de diversas épocas e de quem, mesmo que não necessite do conteúdo de uma resposta, demanda autorização para sustentar o desejo de narrar.

Conforme a epistemologia psicanalítica, somente há dúvida e pedido de autorização onde pode haver desejo. Sendo assim, algumas das possíveis relações entre questão e resposta operadas pelo sujeito-narrador permitem ao sujeito se deslocar diante da linearidade e da transparência da escrita preconizada pelo discurso dominante para, no lugar disso, desenhar uma escrita que preserva pontos fragmentados de um tempo mítico alhures.

Na Psicanálise, a questão assume um valor relevante diante do logro das respostas. Vimos o sujeito-narrador em meio aos impasses da obtenção de respostas da contradição entre a dúvida e a certeza e diante da (não) aceitação do (não) saber. Isso nos leva a retomar o caráter de decifração que essas perguntas carregam tal como ocorria com os Mitos.

Veyne (1970) explica que as reflexões sobre atos do cotidiano na Grécia também se relacionavam a um universo de crenças contraditórias, tal como defendido pela prática da Psicanálise. Sobre isto é importante citar:

Antes de ter tomado a atitude crítica que reduz o mito ao verossímil, a atitude do grego médio era diferente: conforme a sua disposição, ora encarava a mitologia como contos de velhinha ingênua ora tinha, perante o maravilhoso longínquo, uma atitude tal que a questão da historicidade ou da ficção não fazia sentido (VEYNE, 1970, p. 27).

Conforme esse mesmo autor, para os gregos o Mito não é uma mistura de verdades e mentiras. Entre os gregos, o Mito é um ensinamento de alto valor filosófico que porta uma alegoria (VEYNE, op. Cit.); alegoria esta que o romance e

a ciência modernos deixaram de lado, e, assim, desconsideraram como riqueza plástica e interpretativa para lidar com o desconhecido (enigma). Em termos discursivos, entendo que essa plasticidade dispunha de uma possibilidade de jogo com os sentidos, que, hoje, as chamadas línguas de madeira⁸⁷ tentam impedir⁸⁸.

Veyne (1970) aponta ainda que desde a Grécia “o mito é”, até porque ele porta dimensões possíveis da verdade à revelia de uma forma individual que o relate. Em comparação ao feiticeiro analisado por Lévi-Strauss, Veyne (1970) é taxativo: o feiticeiro simplesmente acredita.

Esses diferentes modos de abordar as crenças e os mitos abrem parênteses para a questão da constituição totêmica do sujeito da escrita. Desde Freud, sabemos, é constitutiva a relação entre laço social e totemismo. Bueno (2002) explica que a morte do pai totêmico foi a condição para que houvesse uma representação diversa das formas do desejo a serem portadas pelos membros da coletividade. Lacan (1998b), por sua vez, ocupou-se de teorizar de que maneira as diversas formas dessa insígnia paterna aparecem nas formas da estruturação do sujeito e articulam fórmulas discursivas, fórmulas estas que darão conta de transmitir essa herança do Pai.

Com isso, podemos aludir às contribuições de Thomas (2005) sobre escrita e totemismo para defender que os comentários do sujeito-narrador esboçam outro plano da escrita mais ligado à presença não disfarçada de pistas, ao lançar-se no desconhecido. Essas formas de lidar com a presença ausente de um significante é um modo de representar para si e para o Outro, por meio de posições discursivas, a ausência desse Pai totêmico e longínquo em algum momento mais mobilizado pelos Mitos.

A partir das colocações de Thomas (2005), é possível garantir que a presença ausente do tótem não é algo que se perdeu com nossa concepção atual que se

⁸⁷ No sentido dado por Courtine (1989) aos discursos em que o rígido controle da interpretação impele o sujeito a uma crença no valor tácito de uma verdade latente escondida no cerne do dizer.

⁸⁸ Essa plasticidade vista na Antiguidade perdura em práticas como a da Psicanálise. Veyne (1970) argumenta sobre isso, mostrando que o estranhamento que muitos têm do método de Freud ocorre porque o criador da Psicanálise trabalha sem a “sombra de prova” (entenda, prova exatamente concreta, no sentido científico) e uma “ilustração clínica” precisa sobre o que relata. Ou seja, Freud não localiza cuidadosamente de onde tirou uma hipótese, o que não desconsidera o caráter histórico de seu processo investigativo com diversas pistas e hipóteses, mas, mais importante é que não pretende atestar suas interpretações por provas concretas, supostamente mais fidedignas. É no campo da mistura com a literatura e a História que grande parte de sua intuição ganha forma. A aproximação com esses campos do saber, visivelmente mais plásticos do que a ciência contemporânea a Freud e mesmo a atual está estreitamente ligada à alegoria grega.

acostumou a dividir alfabetizados e não-alfabetizados; ou aqueles que supostamente possuem ou não um tótem, tal como a escrita alfabética por exemplo. A questão totêmica continua a influenciar a escrita, mesmo em se tratando da escrita alfabética, que cada vez mais desconsidera a riqueza plástica do desconhecido apontada por Veyne (op.cit.).

Diferentemente, a autora argumenta que na Grécia Antiga a escrita é apenas parte de um memorial imperativamente coletivo e com importância visual, mas de modo diferente da importância que a grafia de um alfabeto hoje. Segundo Thomas (2005, p. 88), a presença visual daquela escrita foi marcada “por métodos pré-letrados (visuais) de comemoração e recordação do passado”.

Tal era sua forma de guardião da memória coletiva que esta pode ser uma das razões para muitas sepulturas terem sua lápide marcada em versos. Isso porque numa comunidade predominantemente oral, o enunciado poético era a forma privilegiada de preservação de questões concernentes a todos. Algumas inscrições em primeira pessoa (“Eu sou a taça de Nestor”, “Eu sou o Lécito de tataie”) e as dedicatórias (“Fulano me fez essa dedicação”) vistas em artefatos arcaicos são pistas de como a escrita tentou disfarçar a presença ausente do Outro.

Não há portanto na escrita simplesmente um animismo totêmico de objetos, mas formas de transmitir questões coletivas, o que aparece em épocas de predomínio da poesia oral ou cantada. Já havia um lugar para o sujeito que controla a interpretação, mas comprometido com a transmissão de questões coletivas. A repercussão disso pode ser vista na preservação do compartilhamento dos enigmas pelo sujeito-narrador em questão, mesmo sob a determinação jurídica da transparência da linguagem.

Tal compartilhamento prova que mesmo após a crença platônica na falsidade os Mitos marcam presença porque sustentam possibilidades de a oralidade manifestar várias posições-sujeito. Tendo em vista esse rumo da discussão, pode-se dizer que a posição de autoria também se consolida, portanto, com o movimento do sujeito diante da dúvida, e da decifração desta dúvida, na medida da atualização da interdição a uma suposta interpretação única dos Mitos.

Quando o sujeito-narrador recorre a um significante “fora” da narrativa, como no caso dos comentários, das checagens ou do uso que faz de um genérico, é como se um “messianismo” ou uma profecia do mito individual que dê conta de achar uma resposta diante da dispersão da oralidade.

Há nesse ir e vir, nessa aproximação e distanciamento da dispersão (cuja herança é mítica) traços da escrita do sujeito; guardadas as devidas proporções, tal como os Mitos se referiam às mudanças grandiosas de eventos da humanidade (cf. Eliade, 1994), as checagens, os estranhamentos e as amarrações do sujeito-narrador são estreitamentos dessa referência ao Outro mítico, a-temporal.

Há um efeito dominante da escrita que pouco espaço deixa para se admitir a possibilidade de que um sujeito não-alfabetizado possa portar um saber sobre a língua e sobre a escrita, tal que possa fazer um uso simbólico dessa sua relação particular com a verdade da sua escrita (PEREIRA, 2005).

Mesmo assim, o valor simbólico desse poderio alfabético da escrita pode ser confrontado ao enigma veiculado pela escrita traçada pelo sujeito-narrador. Por meio dessa análise das checagens enunciadas pelo sujeito-narrador, é possível mostrar que se esboça outra escrita do sujeito, a saber, uma escrita de sua relação singular com um saber enigmático cooptado pela narrativa. Quer dizer, há uma escrita porque o sujeito deixa marcas das posições que ocupa em seu gesto de decifração da memória discursiva.

Com essa concepção de escrita, deixa-se de abordar de forma dicotômica, de um lado o monopólio de um suposto conhecimento mais fidedigno sobre a linguagem, e de outro, a produção oral na contrapartida; é possível vermos uma alteridade consistente entre o saber sistematizado pela oralidade e sua incidência nos comentários e checagens feitos pelo sujeito-narrador, por meio das diferentes formas de o sujeito demandar testemunho aos enigmas enfrentados, uma vez que para esses não existe uma verdade única.

Essa discussão sobre a verdade do sujeito interessa à Psicanálise. Para Lacan (1998e), o talento de Freud e o valor da Psicanálise estão justamente no questionamento das verdades universais para apontar que a verdade é algo que concerne a todos de forma particular.

Alinhado a esse debate encontra-se o esforço desta pesquisa em sistematizar alguns saberes interdiscursivos das formas orais do arquivo, e que são possíveis de serem mobilizados, mesmo diante dos efeitos discursivos dominantes da escrita.

Esse discurso da escrita que porta traços de enigmas faz um corte na crença de que existem respostas mais verdadeiras às questões coletivas. Essas respostas mantêm sempre, por meio das dúvidas e das checagens enunciadas, a dimensão enigmática dos Mitos de quem o sujeito, na forma oral ou escrita, não se separa.

O sujeito é constituído pela marca da letra que o cifra por meio de qualquer forma gráfica. Rego (2006) conduz esse pressuposto ao analisar as diversas dimensões do real nas escritas japonesa, chinesa e em diversas questões caras à prática da Psicanálise, e que revelam que, seja na clínica ou no cotidiano, o sujeito é antes tomado pelos enigmas de uma escrita que o cifra do que pelo significado de uma voz que fala por ele e para ele.

Carreira (comunicação pessoal, 2007) chama a atenção por meio da Psicanálise de Freud e Lacan para o fato de que o sujeito já é letrado porque a letra diz respeito ao traço unário. Carreira (op.cit.) lembra que o traço unário e o nome próprio são formas de o sujeito adentrar o universo do Outro, constituindo as marcas simbólicas para o que há de real na letra. Há um caráter de troca e permuta que o traço unário permite aos sujeitos. Essa troca pode ser vista por meio da circulação dos genéricos e pelos saberes cotidianos vulgares, tal como vemos, re-construídos em torno de significantes caros, e por isso modalizados, pelo sujeito-narrador. Importante neste momento é dizer que esse traço unário (laço social) permite a alteridade entre oralidade e escrita e se apresenta como alternativa ao predomínio simbólico da escrita logocêntrica e alfabética.

Há uma escrita desses significantes que antecede o sujeito e na qual ele se fixa (por meio de uma narrativa de *ficção*) para enunciar. Safouan (1987) também chama a atenção para a assertiva lacaniana de que a escrita está sempre alhures à espera da fonetização; isto é, a borda da letra que escreve o sujeito no simbólico antecede sua posição inclusive na forma oral.

Essa perspectiva de relacionar as manobras discursivas com a questão da escrita avança com as contribuições de Allouch (1995). Para este autor, os quatro discursos lacanianos soletram quatro formas do gozo do Outro. Eles inauguram a “clínica da escrita”.

É a essa conclusão que Allouch (1995) chega ao discutir o caso de um analisando que traz no relato de um sonho a descrição da imagem de uma letra “H” na cor branca sobre um fundo de cor azul. O psicanalista chama a atenção para o fato de que entre a imagem e a palavra está sinalizada a distância entre a escrita ideográfica e a alfabética.

Com isso, quer ressaltar que o que é posto em jogo na análise nunca é uma mensagem direta, mas cifrada, donde se realiza um percurso comprometido com

detalhes do som e da escrita no corpo e no texto relatado do sonho, por exemplo. As próprias elucubrações do sujeito cifram sua análise.

No caso das narrativas, os comentários feitos pelo sujeito-narrador (perguntas, checagens) dão pistas de sua localização indireta pelo Outro; assim temos um exemplar da distância que constitui qualquer forma de escrita do sujeito, mas que na escrita alfabética é disfarçada.

Esse trabalho analítico de decifração que Allouch (1995) compara ao encontrado na escrita hieroglífica (como no caso da Pedra de Roseta, decifrada por Champollion) impõe ao sujeito um movimento de transliteração. Sem adentrarmos a complexa diferença que Allouch (1995) estabelece entre transcrever, traduzir e transliterar, é oportuna a comparação feita por ele acerca da constituição do sujeito pela escrita.

De acordo com Allouch (1995), estamos habituados a tomar a referência do sujeito com a escrita por meio do alfabeto. Para o alfabetizado, a escrita é tomada apenas como transcrição submetida ao som, o que faz supor uma ordem pré-existente. Na interpretação do sonho, por sua vez, é a transliteração que toma conta do processo de decifração. Isso porque o que está em jogo é como a letra rege o sujeito, possibilitando-lhe se dar conta de parte do processo de marcar a própria enunciação no enfrentamento do não saber (ALLOUCH, 1995).

É o que ocorre quando o sujeito-narrador impõe, por meio de comentários marcadamente deslocados do fluxo narrativo, fronteiras ou mesmo margens (para lembrar a metáfora da página impressa) ao dizer. Dessa forma, é possível relativizar o poderio do código alfabético e seus modos de condução ao levar em conta que o confronto com essa decifração faz parte da consituição do sujeito pela escrita, escrita esta que se refere antes e alhures (vejamos os Mitos) aos modos de tecer fronteiras às palavras do Outro.

Nessa perspectiva, não há uma verdade plena sobre o modo de conduzir o dizer. Isso porque a cada direcionamento ao Outro, o sujeito tem que se haver com o retorno desse endereçamento.

Isso ocorre por meio do testemunho do Outro ao desconhecimento dos rumos do trabalho de decifração, que está em parte alienado ao modo de a escrita oferecer *semblant* ao sujeito; ou seja, tentar assegurar a posição de autoria por meio da transmissão de um saber literal, como se isto fosse possível. Essa tentativa de

transmissão se fundamenta no truque imaginário da “palavra ideal” e linear, tal como preconizada pelas tecnologias da escrita.

De outro modo, nessas narrativas ainda é possível acessar pistas diversas que nos remetem a enigmas que articulam por meio da oralidade atitudes concernentes a diversos saberes. Em se tratando de considerar a atual prática de contar histórias, podemos afirmar que os saberes veiculados pelas narrativas aqui analisadas não podem desconsiderar o efeito de um enigma compartilhado com o interlocutor.

Nas práticas educativas de contar histórias, elas devem veicular diversos “moldes míticos” por meio dos quais as posições ocupadas pelo sujeito-narrador e ouvinte possam fazer laço social. Desse modo, a escrita alfabética pode dar lugar ao intérprete.

De qualquer maneira, a lição que tiramos deste debate é que essa forma de escrita (mais marcada pelo enigma do que a alfabética) não pode ser excluída por outras. Isso porque possibilita ao sujeito transitar entre diversas fronteiras com Outro. Assim, o predomínio atual da escrita alfabética não deve excluir a forma oral de transmissão de questões concernentes à contradição entre o universal e as verdades particulares.

Infelizmente não é possível reproduzir a riqueza do desempenho, da *performance* e da *mis-em-scène* das narrativas orais contadas por “dona” Madalena, mas basta lembrar alguns momentos em que é pedida uma pequena pausa para o ouvinte a fim de reencontrar o trecho que, por algum deslize inconsciente, precisou ser retomado ou previamente anunciado. Segue:

SD 40 - “É! Ele foi nu paláciu, i, pidiu serviço. Aí, u, u u rei pegô, deu um serviçu pra ele di capiná arroiz. Capiná arroiz, capiná feião, um feiãozinho qui era secu, capiná milho. [- *É assim qui cêis fala?* – *dirige-se ao entrevistador*]. Ele foi lá, num instantinho capinô. Tinha u’a cachorrinha. É, eh. [- *Dessa cachorrinha aí eu alembro* – *dirige-se ao entrevistador*]. Tinha u’a cachorrinha, qui u Pedru, qui u patrão falô pra ele assim, ó.”

A narrativa se faz presente na forma como dá corpo ao cotidiano. E o imprevisto diante do imprevisto e as hesitações não lineares, e não repletas de assepsia fazem parte dessa distribuição de sentidos no cotidiano. Ao sinalizar “Dessa cachorrinha aí eu alembro” o sujeito-narrador abre espaço para mostrar o imprevisto dos sentidos, marcando o próprio imprevisto da linguagem como parte do ato de narrar.

Esse ato se consolida, portanto, no momento mesmo em que vários sentidos em aberto podem se prestar às reviravoltas que o próprio ato de narrar contém. Sendo assim, não se transformam no cadáver de uma leitura pausada, monótona e asséptica, como muitas vezes se torna a atividade escolar de contar histórias.

Foi por pretender enfatizar o reconhecimento dos saberes que incluem as perguntas endereçadas ao interlocutor no ato de narrar e também formas de organização da memória discursiva que, como veremos na próxima seção, dão sequência à discussão sobre a construção de uma verdade singular do sujeito, por meio da autoria, como alternativa e forma de resistência à cooptação dos discursos altamente letrados.

Essa análise faz lembrar o que Côrrea (1997) defende em sua tese sobre a constituição heterogênea da escrita. O autor aponta que há práticas de linguagem deslocadas do grafocentrismo centralizado no aprimoramento intelectual supostamente exclusivo da escrita alfabética que configuram mobilizações de leitura dos arquivos e de permanência do saber discursivo. É no campo dessas práticas que insiro a análise das narrativas, com destaque neste capítulo para os tipos de mobilização do arquivo operados pelas dúvidas e checagens enunciadas pelo sujeito-narrador, bem como, como veremos, por formas alternativas de organização dos saberes na forma oral.

Vemos aqui, portanto, como o sujeito letrado e não-alfabetizado particulariza-se no simbólico ao traçar uma escrita enlaçada entre o campo subjetivo e a memória sócio-histórica. Uma das formas que vemos isso ocorrer é quando o sujeito-narrador estabelece um percurso de estranhamento e de deslocamento do próprio dizer, ocupando posição semelhante à do analista (cf. TFOUNI, 2005). Esses estranhamentos dos significantes, alinhados aos pontos de interpretação possíveis (marcados pelas modalizações, checagens), são formas de decifrar o Outro que tecem uma escrita própria em que é possível romper com um saber aparentemente pronto da língua.

Vale marcar que o que a análise do *corpus* mostra é que a divisão entre oral/escrito é um fato da língua e que os estudos sobre letramento devem se ocupar dos mecanismos discursivos envolvidos nessa divisão e na possibilidade de apontar as diversas formas da alteridade entre oralidade e escrita envolvidas nesse processo.

De certo, eles sinalizam um desnível diante das práticas letradas. Entretanto, o caráter de decifração do saber articulado pelo Outro faz das checagens dessas

narrativas peças discursivas de um percurso que também faz parte do modo de constituição da escrita. Quero dizer, as dúvidas endereçadas ao Outro e os enigmas levantados pelas checagens reacendem os recursos de uma escrita adormecida na memória mítica, mas articulada por formações inconscientes e da memória coletiva, como se fosse um hieróglifo adormecido que pulsa no próprio ato de narrar.

Assim, recursos interpretativos vistos nas narrativas servem para acompanhar os graus de letramento, que segundo Tfouni (1992b, 2001) ocorrem à revelia de tecnologias como a alfabetização. Isso proporciona um campo de possibilidades que considera diferentes posições discursivas que podem ser ocupadas pelos sujeitos por meio de textos orais e/ou escritos.

Assim, as diversas formas de organização dos saberes devem ser consideradas no estabelecimento desses parâmetros sempre singulares e relativos dos graus de letramento. Mesmo os gestos “anônimos” de leitura devem participar da sistematização das diversas relações entre uma determinada prática letrada e seus usos particulares. Dentre essas formas de organização dos saberes, a posição de autoria tal como vem sendo até aqui investigada tem vários caminhos ao se apresentar como um dos eixos das práticas letradas.

A partir das análises deste capítulo um desses caminhos é o de admitir a constante tensão no estabelecimento de fronteiras entre o saber instituído pelas línguas de madeira (científico, midiático, escolarizado, dicionarizado) e a dimensão maior das práticas letradas, incluindo a heterogeneidade de formas de escrita do sujeito.

4.4) Práticas letradas, autoria e memória discursiva: formas do saber interdiscursivo na escritura do sujeito

O recorte desta seção se fundamenta na análise de alguns significantes que, mesmo sem fazer parte de uma modalização por parte do sujeito-narrador, indicam formas que, por ora, denomino “disfarçadas” dos saberes que circulam no âmbito da relação entre memória discursiva e autoria. De forma mais aprofundada, essa análise conflui para uma discussão teórica direcionada à implicação do funcionamento de formas de (não) saber acerca desses significantes sinalizando um jogo de (des)conhecimento entre a posição do analista e a do sujeito-narrador. A partir disso é iniciado um debate sobre a noção de escritura do sujeito que retoma a discussão da seção anterior sobre o delineamento de uma “escrita do sujeito-narrador”.

Essa noção de escritura é sugerida aqui como uma das formas de engendrar um diálogo mais próximo entre a complexidade da oralidade e a dimensão ética de sua circulação. É por parte de uma postura analítica, que procura estabelecer uma correspondência entre o sujeito-narrador e a posição do analista, que é possível, por meio da análise dessas formas “disfarçadas”, mobilizar as relações de alteridade entre oralidade e escrita. Em meio a essa discussão, o pano de fundo continua sendo, portanto, a articulação discursiva da memória oral.

Como será visto, a articulação dessas formas disfarçadas se apóia na repetição (concernente ao mito individual do sujeito) de alguns significantes, tal como aparecem nas três seqüências analisadas (dentro das quais destaco os significantes: “barro mico pinica”, “inrederu”, “empauecô”) e cuja repercussão na memória extrapola sua função de sustentação da linearidade do fio narrativo, para contribuir, por meio das formas singulares de seus usos, com a consolidação da organização da forma oral do arquivo.

A repetição por meio do não saber tem a ver com uma mobilização da memória possível de ser reconhecida em parte por conta de um gesto de análise comprometido com uma ética de diálogo entre as práticas letradas. Essa noção de ética inclui simplesmente o uso de um referencial teórico (AD) em favor da movimentação das práticas letradas em detrimento do privilégio de gestos de leitura calcados no monopólio de um conhecimento da língua para, no lugar disso, acompanhar alguns pontos nodais de articulação de diversos saberes sobre a língua, tal como aparecem nestas narrativas orais. Em suma, há uma reflexão dos saberes sobre a língua, operada pelo sujeito-narrador de dois modos: pelas modalizações explícitas anteriormente comentadas e pela circulação “disfarçada” de alguns significantes caros ao saber oral.

Partindo deste pressuposto, o trabalho de análise volta a alguns conceitos caros à AD e, em seguida, sugere um caminho mais amplo para o debate que percorre este capítulo ao trazer algumas reflexões baseadas na noção de escritura de Derrida (1967, 1973).

Não proponho fazer uma análise derridiana, portanto, do *corpus*, mas implicar alguns pontos da análise discursiva à noção de escritura. É esta uma continuidade possível para a tentativa de entendimento da forma como algumas práticas letradas à revelia da alfabetização lidam com a construção de um saber calcado numa verdade individual supostamente separada da complexidade da

circulação da memória sócio-histórica ao mesmo tempo em que contribuem para a organização dos arquivos. O destaque para a noção de escritura se justifica por conta de se tratar, nesta seção, de analisar modos de reconhecimento da palavra do Outro que dependem em parte da posição do analista, mas que circulam a revelia de um reconhecimento da posição deste por parte do sujeito-narrador. Trata-se do aparecimento disfarçado (talvez no sentido das formas não marcadas da heterogeneidade mostrada; cf. AUTHIER-REVUZ, 1982), claro que articulado sob a forma da repetição cara à memória discursiva, por meio do qual o sentido se articula à História.

Vejamos as três seqüências:

SD 41 – A véia tá bicudinha, tá bicuda. Chegô assim, ficô bicuda, andano assim pra lá i pra cá, assim cuma sacolinha assim na barriga pindurada. **Era era mico, barro mico, barro mico, barro mico pinica** [- *Cê já ouviu falá que barro nico, mico, pinica?* *Dirige-se ao entrevistador. Ele responde: - Não! Dona Madalena complementa: barro mico pinica*]. Aí aí foi foi na hora da valsa, o leão falô assim: (O casamento do Leão).

SD 42 – Aquele naviu foi imbora, fazia oito dia qui u naviu tinha chegadu. I já tava di vorta pa tráis. I demorava seis mêis pa passá lá, seis mêis pa chegá i seis mêis pa í, seis mêis pa chegá, i seis mêis pa í. Aí, aí, seis mêis pa chegá, i seis mêis pa í. Aí, ele pegô, muntô naquele tocu. Chegô lá ondi qui u naviu tinha chegadu, u naviu já tinha vortadu pa tráis. Mai tinha um negu lá, um véi negu. Ele era um véi e u negu, **ele era inrederu. Ele inredava tudu qui passava, naquela cidade ali, ele inredava.** Aí ele passô, chegô u tocu nu caminhu assim, i perguntô: - U naviu chegô aqui a semana passada? (Cravo Roxo)

SD 43 – Aí empa... empaquecô [- *Eu não sei falá.*] **Impatecô... paquecô** a casa da baro... da Baronesa. A Baronesa ficô... ficô sem casa. Aí, o que que a Baronesa feiz? (...) pusero lá no leilão lá, **empaquecô** lá... uma coisa lá... a casa. Ela não podia ficá mais lá. Ela tinha que saí (Jobão e Albino).

Vejamos o caso da seqüência 40. Embora se trate de uma seqüência em que aparece um apontamento explícito por parte do sujeito-narrador (Cê já ouviu falá que barro nico, mico, pinica?) que repete um trecho narrado, temos um jogo de significantes (barro mico pinica), a partir do qual o sujeito-narrador sustenta um enigma a ser compartilhado com o interlocutor. Trata-se de uma espécie de fórmula discursiva que tem uma filiação à memória, mas que não é explicitada pelo sujeito-narrador.

Mesmo que não estabeleça comentários sobre a relação de (não) saber estabelecida com a posição ocupada pelo analista, o sujeito-narrador sustenta a formulação discursiva desse enigma. Isto quer dizer, joga com o (des)conhecimento, fazendo incidir o determinante político na linguagem. Sua repercussão na memória, no sentido de explicar o que é “barro mico” não me interessa neste momento, pois tentarei analisar a implicação desse jogo em termos do uso da *lalangue* (sobretudo o ponto de encontro desta com o político; cf. GADET & PÊCHEUX, 2004) para assegurar um lugar para o sujeito diante da imensidão e do jogo de (não) conhecimento com a memória oral.

Esse jogo com os significantes pode ser inicialmente analisado conforme o jogo com a *lalangue*. A partir da consideração da divisão do sujeito pelo inconsciente, pelo qual repousam expressões e pontos do recalque não suportáveis e não formuláveis, é sabido que o que sustenta e alimenta a língua ordinária, reinventada a cada momento, é a *lalangue*, tal como proposta pela psicanálise lacaniana.

Ela é a linha entre o que não foi possível ser apresentado sob a forma de regras e que marca uma fronteira com o não formulado em termos do que está acessível “diretamente” no simbólico, mas que pode ser interpretado segundo uma nova ordem de pistas (PAVEAU, 2009b).

Por meio desse jogo com o formulado, pode-se desdobrar “barro mico pinica”, pode-se jogar com os sentidos dessa expressão atravessados por formas indiretas dela ser sustentada pela memória discursiva. Portanto, em vez de explicá-la em termos de uma parte do arquivo “já dada” ao seu significado, tentarei desdobrá-la em formas também vulgares e cotidianas tal como se fossem fragmentos menores que podem ser lidos como um jogo significante ali disposto.

Em virtude da complexidade do saber oral, por ora, pouco é sabido sobre a complexidade enunciativa deste jogo. Por meio deste gesto de valorização do oral testemunhar nele uma complexidade, quero ressaltar que o propósito mais amplo deste trabalho em tentar acompanhar alguns gestos de análise que indicam formas de organização desse saber oral. Não sendo o objetivo compreendê-las sob a forma de um conhecimento cumulativo e passível de ser compreendido, é por meio de hipóteses reformuladas acerca da relação deste saber com a posição de autoria que acredito valorizar o saber oral e mobiliar sua alteridade com a escrita.

De volta à análise, vale ressaltar que se trata de um trecho da narrativa em que o uso do “barro” serve para sabotar a ação de um personagem. Dessa forma, a repetição mantém uma função de controle da interpretação direcionada ao efeito-suspense, bem como retroage com partes já anunciadas da trama.

Conforme a análise aqui proposta, podemos derivar por efeito metafórico, “mico pinica” para o sentido “o mico (espécie vulgar de macaco) pinica (belisca, incomoda)”; afinal, trata-se de uma narrativa em que os animais são os personagens principais e, por meio dessa expressão inclusive, o sujeito-narrador sustenta elementos de saber da memória oral caro a essa zona de sentidos (faz uso, portanto, de um conhecimento organizado na forma oral sobre a “fauna”). Em sequência, pode-se ainda derivar “mico pinica” para o valor de mico, na expressão vulgar e cotidiana de “passar por um apuro, uma situação constrangedora ou de desafio”, tal como ocorre na sequência do fio narrativo, afinal, “pagar um mico” desafia e também incomoda (“pinica”).

A implicação desse jogo com a *lalangue* é extensa, em relação à distribuição de sentidos e à circulação dos saberes nas formas de leitura do arquivo. No universo da aprendizagem escolar, por exemplo, conforme discute Paveau (2009b), esse tipo de jogo com a *lalangue* é muitas vezes desconsiderado, o que resulta no silêncio dos alunos nas aulas de ensino de língua materna. No lugar dele, a escuta dessas formas diversas de manifestações da relação entre a memória sócio-histórica no ponto em que toca a presença do inconsciente permite lidar com as várias posições-discursivas possíveis de serem ocupadas pelos alunos para delas fazerem usos variados.

Essa confluência e também sistematização dos sentidos “escondidos” no uso enigmático que o sujeito-narrador faz de uma expressão parte do pressuposto do uso político do (não) conhecimento do interlocutor sobre o conteúdo de um tópico (“barro mico pinica”), mas assegura a forma indireta, complexa e enigmática do saber da oralidade ser organizado. Por meio de uma posição discursiva delimitada pela repetição dessa expressão, o sujeito-narrador tenta disfarçar o efeito da *lalangue*, possível de ser recuperado por um gesto de análise, para fortalecer elementos de saber comuns ao universo discursivo de que se apropria para marcar simbolicamente uma posição discursiva (de autoria). Entretanto, o uso enigmático da expressão oral em questão depende em parte do reconhecimento, seja de seu conteúdo (o que não ocorre por parte da posição do entrevistador), seja do efeito da

lalangue tal que permita usar já ditos do interdiscurso para projetar sua articulação no intradiscurso.

Vê-se que esse efeito de fechamento da autoria é mais uma vez levado a cabo por meio de um gesto analítico que, uma vez que interpreta as lacunas deixadas pelo sujeito-narrador, vai ao encontro do jogo de alteridade de que depende em parte o efeito-autor em relação à posição do analista (e que não depende exclusivamente do referencial teórico da AD).

Sobre essa questão da interpretação do sujeito-narrador em relação àquela operada pelo analista, vejamos na sequência 41 um movimento entrecruzado de dois caminhos da interpretação.

Essa narrativa conta a história de m mulher cega, que frequênta a missa para pedir esmola. Certo dia, um príncipe que a ajudava decide pedi-la em casamento. Eles partem em lua de mel a bordo de um navio, onde a moça se apaixona pelo comandante. Para poder ficar com ela, este sugere a parada numa ilha para que assim o príncipe, agora marido da moça, possa rezar. Enquanto ele reza, o navio parte. Perdido na ilha, o príncipe recebe a ajuda de Nossa Senhora do Carmo e de um homem que lhe ensina a localização da casa do capitão do navio, onde a mulher é encontrada cuidando do jardim. A sequência acima traz esse momento da trama, em que o homem negro ajuda o príncipe.

Adiante, mostrarei de que modo a mobilização de um lugar da memória discursiva ligada à distribuição de sentido entorno do deslocamento entre “inrederu” e “inredava” auxilia o sujeito-narrador, pois lhe propicia um distanciamento do fio narrativo oportuno para assegurar o controle da dispersão.

Num primeiro plano, é possível, pela retroação sustentada pelo sujeito-narrador entre “ele inredava tudo qui passava, naquela cidade ali, ele inredava” e “ele era inrederu”, recortar do interdiscurso a zona de sentido ligada a enredo, a contar um acontecimento e tecer uma narrativa, no sentido de uma história em processo de confecção e que acompanha o sujeito-narrador. Ou seja, o sujeito-narrador mobiliza no interdiscurso um sentido de “inredar” que vai ao encontro de sua própria sustentação do fio do intradiscurso.

Vê-se ainda que há um saber lingüístico, em nível lexical, que implica o sujeito-narrador a partir de um decalque do Outro feito tanto pelo valor que adquire no intradiscurso, quanto pela interpretação do analista ao iniciar uma mobilização da memória no interdiscurso. Afinal, é preciso operar um movimento de deslocamento

de sentido entre o intra e o interdiscurso para implicar “inrederu” e “inredava” com “enredo”.

Ao lidar de forma singular com os sentidos de “enredo”, o sujeito-narrador pontua a memória num lugar que não é o lugar do arquivo sistematizado gramaticalmente e mesmo assim faz parte do imaginário sobre “inrederu” propiciar-lhe um posicionamento a partir de um alto grau de letramento no que se refere à distribuição dos sentidos e a consolidação da autoria.

Até aqui, tocamos dois pontos: a abertura do sentido que permite o deslocamento de “inrederu” para uma leitura ligada a “enredo” e uma reflexão sobre a língua que permite ao sujeito-narrador defender-se da dominação de discursos já organizados, como a gramática e a lexicologia, por exemplo. A partir de agora, pretendo ampliar a relação do uso de “inrederu” com a memória sócio-histórica organizada em discurso.

Do ponto de vista da memória, Gilberto Freyre (2003) explica que as meninas criadas no regime patriarcal colonial viviam sob uma rígida disciplina dos pais, na seqüência substituída pela tirania dos maridos. Nesse contexto, as mucamas e os moleques habitantes dos espaços transitórios e intermediários entre a casa grande e a senzala eram aliados dessas moças contra os pais e os maridos. Conforme Freyre (2003, p. 510), elas eram as chamadas “escravas enredeiras e fuxiquentas, umas deladoras, outras que por vingança inventavam histórias de namoro das sinhás-moças ou das sinhás-donas”. É esse o sentido mobilizado pelo sujeito-narrador, que, é certo, aproxima-se um pouco do sentido mobilizado pela zona referente a alguém que conta uma história, tal como é disponível pela memória.

Ao mencionar essa sustentação do feixe de sentidos para marcar a autoria pela legitimação do sentido de “inredava” vemos sustentada uma região de sentido que evoca e legitima hábitos, costumes e gestos de deferência presentes no entrelaçamento do espaço público e privado do Brasil Colonial.

Dessa maneira, o sentido mobilizado a partir de outro lugar da memória sócio-histórica é transformado em trama discursiva do conflito entre senhores e escravos, tal que esteja presente na “ficção” da narrativa sobre este “tema”. É também se filiando a esta distribuição de sentidos da delimitação dos espaços públicos e privados, que o sujeito-narrador constitui seu fio intradiscursivo.

O sujeito-narrador está definindo “quem” é o “inrederu” e qual seu papel como elemento significante que lhe ajuda a articular a retroação no intradiscurso.

Para isto, opera o distanciamento que mencionei anteriormente. Está marcado que o “inrederu” é o velho negro.

Há um índice de dispersão em “Ele inredava tudo qui passava”, pois o uso de “passava” pode se referir tanto àquilo que aconteceu e necessitava ser relatado quanto aos acontecimentos e pessoas que passavam pelo local onde ele estava. Mesmo que haja, a marcação anterior de “Ele era véi e u negu, ele era inrederu” e posterior de “ele inredava” assegura um cerceamento do sentido dirigido à construção do significante “negu inrederu” como referente, como índice de distanciamento do Outro, que permite ao sujeito-narrador “olhar o dizer de fora” (expressão de TFOUNI, 1992b). Essa operação complexa do ponto de vista enunciativo possibilita questionar de outro modo em relação ao que já fiz (cf. PEREIRA, 2005) as teorias sobre letramento e escrita que privilegiam a abstração, por exemplo, como apanágio do código escrito.

Ainda do ponto de vista da memória discursiva, vale destacar o valor que adquire a figura do negro “inrederu” como aquele que dá notícias na narrativa e auxilia o sujeito-narrador na antecipação e na retomada do fio narrativo, pois a significação está assegurada pelo trabalho com o sentido “já sabido” pelo sujeito-narrador de que existia um elemento que dava notícias, na senzala, do que se “passava” na Casa Grande e vice-versa. Na narrativa, o homem negro tece o relato para um príncipe (que, por efeito metafórico, pode ser o senhor de escravos).

Há ainda neste ponto uma ancoragem numa elaboração subjetiva, da qual temos acesso somente como pano de fundo da análise do corpus. Certamente, essa elaboração auxilia a inserção dessas narrativas como suporte para o reconhecimento social.

Além disso, temos neste ponto um índice de herança da “cultura pré-letrada”, pois a caracterização de elementos porta-vozes, relatores do cotidiano nos espaços públicos faziam parte de um período de sistematização do código escrito, em que a marcação da oralidade se fazia por marcações mais explícitas de seus atores sociais (TFOUNI, comunicação pessoal, 2009)⁸⁹. É o caso dos épicos, das epopéias e mais atualmente de alguns usos da literatura de cordel.

⁸⁹ Vemos neste exercício de alteridade conduzido pelo sujeito-narrador uma maneira de tornar presentes formas da oralidade, que, tal como comentadas por Havelock (1986) não se conhecem na origem, mas estão presentes em quaisquer formas do dizer (oral e escrita). A mudança rumo a uma supremacia da escrita começa na crise grega aberta na passagem da oralidade para o privilégio daquela como organização social. Citando Havelock (1986, p.117): “o conteúdo da linguagem em verso – que, enquanto

Ainda a respeito da presença da oralidade, vemos no encadeamento dos significantes “negu” e “inrederu” um destaque dos sons “egu” e “eru” que fornece ritmo a este trecho da narrativa.

De volta à questão principal sobre o decalque do Outro operado por meio da distância apontado, ele é possível porque o sujeito se constitui por meio de um automatismo de repetição de um lugar do saber interdiscursivo que requer uma passagem indireta pelo outro virtual que constrói no fio narrativo. É um interlocutor que deve acompanhar o fluxo, tal como o personagem “inrederu” também acompanha; guiado por um lugar, em certa medida, de expectador. Para este é construído um lugar de acompanhamento do fio narrativo.

Desta forma, o sujeito-narrador requer do Outro uma posição de tornar-se objeto de gozo e testemunho de sua repetição automática, talvez na linha do discurso do mestre; com isto, obtém êxito de aplacar a contingência sempre iminente da pluralidade dos saberes, uma vez que cerca o sentido com sua maneira singular operando de forma indireta uma reflexão sobre a língua. É como se o sujeito-narrador fizesse de antemão um pacto em cima da plenitude que o Outro lhe assegura, ao não modalizar sobre “inrederu”, pressupondo o saber do Outro, e a circulação de um saber mobilizado no intradiscurso em construção.

A partir, portanto, de uma legitimação dessa parte do arquivo, vemos que o sujeito-narrador mobiliza um lugar do sentido que se distancia das duas primeiras leituras apontadas, de um modo que a leitura do analista fundamentada em outro saber (livresco) participa da sistematização e contribui para a construção de uma rede entre a oralidade e a escrita.

Esse intercâmbio está constituído pelo político e aponta de que modo as formas “inrederu” e “inrederava” são também formas de o sujeito-narrador preencher a dupla falha entre a língua e a História (GADET & PÊCHEUX, 2004) por meio de um “inventário” da língua que utiliza esse efeito metafórico (enredo →

verso, é linguagem de conservação, que prescinde do estilo e da finalidade individual do signo escrito – é uniformemente mítico, no sentido de tradicional”. Adiante, o autor mostra como na Grécia Antiga, a tradição geral era veiculada à população pela música e pelo movimento cultural da dança. No Brasil, esta passagem da herança da oralidade para uma formalização mais consolidada pela escrita é ainda pouco conhecida e controversa; nela se inclui, por exemplo, o confronto cultural entre os jesuítas, que ao mesmo tempo em que valorizavam a dança e a musicalidade já presente entre os nativos também impuseram gestos de interpretação decisivos na formação do português brasileiro (a este respeito ver o trabalho de NUNES, 1994). No original italiano: “Il contenuto del linguaggio versificato – che, in quanto versificato – è linguaggio di conservazione, a prescindere dagli stili e dalle finalità individuali dei singoli scrittori – è uniformemente mítico, nel senso di tradizionale” (*idem*, p.117).

inrederu → inredava → enredo) por meio de uma migração de FD que configura a inscrição simbólica de um acontecimento. Ou seja, mesmo alienado aos sentidos já dispostos na memória relacionada à escravidão, o sujeito-narrador leva a cabo um uso singular no plano do intradiscurso que confere indiretamente valor às produções orais.

Para aprofundar essa análise em termos lingüísticos, faço referência ainda a Sitri (2003) que explica que o processo de retomada e mudança é uma propriedade dos discursos. Do ponto de vista lingüístico, podemos entender a retomada vista nesta sequência em termos da “separação” entre um tópico e um argumento; no caso, “inrederu” e “ele inredava” localizam sintaticamente essas duas formas diferentes da língua para funcionarem anaforicamente; a anáfora, conforme Sitri (2003), em geral interpretada como índice de coerência, também contribui com a reconstrução de um referente (simbolizado pela repetição do fragmento “inre”) que articula o fio intradiscursivo, como vemos, integrando pontos do interdiscurso (implicação de “enredo”, “enredar”) ao intradiscurso.

Do ponto de vista da análise discursiva, é necessário retomar algo a respeito da noção de não coincidência do dizer de Authier-Revuz (1998). Rosier (1999) comenta esta noção e explica que, a partir dela, é inviável interpretar o discurso indireto (uma das formas nomeadas pela qual o Outro marca presença) em termos de fidelidade e textualidade. Para Rosier (op.cit.), o discurso indireto é tradução do sujeito, que tenta se traduzir por meio da rejeição do Outro como descartável ou que a ele impõe sua presença. Em suma, implicada a esse mecanismo contraditório da tradução e seu determinante político, já comentado no início deste capítulo, a noção de não coincidência extrapola a divisão entre discurso direto e indireto, pois essa divisão faz parte do mesmo mecanismo ideológico, segundo a autora, que tentava separar “o joio do trigo” entre uma fala “original” calcada na metalinguagem de um conhecimento “superior” da língua e o restante da produção “lingueira”.

Por isso, a autora rejeita a separação entre modos mais ou menos mistos da presença do Outro, como por exemplo, a ligação do discurso indireto à maior opacidade e do discurso direto à maior clareza, pois eles devem ser tomados simplesmente como modos de repetição, reprodução e transposição do dito em que o reconhecimento do Outro se dá por meio de indícios.

No caso analisado, essa presença é marcada pela repetição do fragmento “inre”, em “inrederu”, “inredava”. Vemos a substituição de um substantivo para

uma forma verbal no passado. Mais importante do que isso, a meu ver, é constatar em paralelo a incidência da *lalangue* na forma do deslocamento entre “inredar” e “rede”, aproximando a metáfora do relato oral de uma “rede” de sentidos; o uso do significante “rede” também é caro à organização do arquivo na forma oral porque também remete a uma mobilização da memória em que se entrecruzam dois instrumentos materiais (o objeto rede e a narrativa em questão) para ratificar a complexidade das formas de interferência desses instrumentos nas redes de memória sócio-histórica (cf. PAVEAU, 2006).

Da forma como é apresentada, essa substituição indica uma manobra interpretativa cara ao intradiscurso, afinal o sujeito-narrador deve mostrar ao interlocutor virtual que o personagem em questão ocupa o lugar de “porta-voz” de alguns acontecimentos da trama, bem como mobiliza, com a dimensão temporal do passado conduzida pela flexão verbal, o passado distante do “era nu tempu dus iscravu”, como já foi analisado no capítulo anterior. Um lugar de autor para o sujeito emerge por conta desse controle da deriva; ao mesmo tempo em que reformula um ponto da rede de memória ligada ao tópico “escravidão”, por meio de uma interpretação “não oficial” da “História oficial”, constrói a retroação do intradiscurso.

Dessa forma, além de jogar com um efeito de sentido, promove uma leitura calcada na forma de um acontecimento discursivo. Isso porque o uso de “inredava”, tanto parafraseia o lugar da memória sócio-histórica (faço alusão ao uso de “era nu tempu dus iscravu”) quanto inscreve uma nova ordem simbólica; ou seja, outra forma de distribuição do sentido, qual seja, confluir o uso de “inrederu” com a significação no intradiscurso do personagem que conta uma história dentro da história que é contada pelo sujeito-narrador. Essa subdivisão “da história (dos significantes da narrativa) dentro da História”, por meio de um movimento de retroação ao já dito comprometida com uma leitura da memória sócio-histórica (arquivo) desloca a possibilidade de leitura apenas fixada pela “leitura oficial” (livresca) do uso de “inredar” e permite acompanhá-la como gesto de autoria.

Adiante, temos a análise da sequência 43:

SD 43 – *Aí empa... empaquecô [- Eu não sei falá.] Impatecô... paquecô* a casa da baro... da Baronesa. A Baronesa ficô... ficô sem casa. Aí, o que que a Baronesa feiz? (...) pusero lá no leilão lá, **empauecô** lá... uma coisa lá... a casa. Ela não podia ficá mais lá. Ela tinha que saí.

Nessa sequência, vemos a repetição de “empaquecô” atravessada por uma paráfrase que a sustenta. Nos dois usos, temos a zona de sentido ligada a impedimento de permanecer no imóvel, interdição de ocupar um espaço. Entretanto, o primeiro está interpelado pela modalização do sujeito-narrador (“eu não sei falá”) e uma repetição, por meio da qual tenta “acertar” o uso “mais correto ou ideal” diante da demanda do Outro de continuidade da narrativa. Ao repetir “impatecô, paquecô” e retroagir com o comentário imediatamente anterior, o sujeito-narrador não é designado por meio de gestos interpretativos singulares, pois este atendimento da demanda aprisiona a movimentação do sentido. Em seguida, o uso de “empaquecô” retroage com o trecho “ficô sem casa”, tal como utilizado da primeira vez.

O ato interpretativo decisivo nesse segundo uso é a possibilidade de um corte operado de forma incisiva nos atalhos imaginários por meio dos quais o sujeito, ao tentar atender uma suposta demanda do Outro, não retomaria o fluxo narrativo. Esse atalho complicador (vamos chamar assim) da condução da linearidade do fio intradiscursivo também está implicado com o uso repetido da forma dêitica “lá”. Num primeiro momento, “lá” refere-se a um local específico (“leilão”); em seguida, esconde ao mesmo tempo em que impede a nomeação de “casa”. Porém, mais decisivo é o último uso, em “ela não podia ficá mais lá” no qual a dispersão se abre radicalmente, pois o interlocutor ainda não sabe se é a casa que não pode ficar mais em leilão ou se é a personagem que deve sair; por fim, o sentido é fechado com “ela tinha que saí”, em que o último referente “lá” é alinhado com “casa”.

De forma mais abrangente, podemos extrapolar o uso de “empaquecô”, alinhado à perda da casa e ao impedimento do personagem nela morar, como aparece no intradiscorso e remetê-lo à transposição que promove no interdiscorso. Podemos perceber um mecanismo em que a reformulação se apóia no uso do verbo no passado. Ao mesmo tempo temos um deslocamento de sentido possível de ser feito no nível metafórico, ao ponto de derivar “empaquecô” para outras formas da atividade cotidiana da linguagem; a saber, “empacar” no sentido de “parar um movimento” alinhado à expressão cotidiana “mula quando empaca”; ou ainda ligado a “paca”, animal típico do cerrado no interior do país.

Ou seja, mesmo que haja um arquivo explícito, formalizado pela escrita, o uso da expressão sem uma explicação explícita do sujeito-narrador ultrapassa o uso meramente lexical e atravessa uma rede de memória possível de ser mobilizada a

fim de promover pontos de conflito, fronteiras e encontros entre diferentes dimensões da leitura do arquivo.

Uma dessas promoções de encontros de pontos determinados é a análise aqui realizada, a qual não se fecha diante de outros gestos de leitura. Essa singularidade é afirmada em termos do efeito de sentido promovido pelo sujeito-narrador; dentro da mesma zona de sentido, tal uso permite driblar a dispersão do uso de “empaquecô” ligada a uma expectativa e ao mecanismo ideológico do “bem dizer”, como aparece em “eu num sei falá”, como se houvesse uma forma ideal ou mais correta, o que não desconsidera que existam formas mais poderosas no que se refere às possibilidades de circulação e transformação.

No que se refere ao que comecei chamando de formas “disfarçadas”, a análise dessas três seqüências permite adentrar sob outra perspectiva a noção de memória de Pêcheux (1999), quando o autor comenta o desnível entre o visível e o nomeado e sua implicação com a dimensão sócio-histórica. Vejamos a partir de Pêcheux (1999, p. 52), a citação:

que o fato incontornável da eficácia simbólica ou “significante” da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição que faz da imagem como que a recitação de um mito.

Para comentar essa longa citação lembremos em certa medida também os comentários explícitos feitos pelo sujeito-narrador e analisados anteriormente; já foi comentado que eles podem ser entendidos como pontos de resistência, sob a forma de enigmas, ao caráter automático e pronto dos saberes, cuja eficácia simbólica é privilegiada pela escrita alfabética. Quer dizer, há um resto em suspenso que sobra da eficácia simbólica da escrita alfabética que não é de todo assimilado pelo que já denominei de discurso dominante sobre/da escrita (cf. PEREIRA, 2005).

Disso resta uma “problemática-reserva” (cf. PÊCHEUX, 1999) que inclui no caso a dimensão da distribuição de sentidos vista nessas narrativas por meio de comentários ou referências não explícitas à memória. Explico. Muitas vezes, pelo

simples fato de se tratar de um texto impresso e segundo as normas prescritivas da escrita alfabética, ao sujeito é conferido um álibi acerca da circulação e da instrumentação efetiva desse texto como um veículo de transformação social.

Vemos que, mesmo em não se tratando de um texto escrito, os comentários do sujeito-narrador indicam movimentos interpretativos, em que diversos saberes sobre a língua são do ponto de vista discursivo, elementos de reivindicação da ocupação de uma posição discursiva, que alcança níveis mais complexos: seja o de uma discussão sobre o mecanismo discursivo da escrita alfabética (o que inclui sua função, seus limites, como já foi discutido na seção anterior), seja porque toca o caráter epistemológico aliado ao político da valorização das produções orais.

Trata-se de uma reflexão processual acerca do papel do saber “sobre” a língua, ou seja, acerca de quem domina os saberes da língua, como se estes fossem tácitos (como muitas vezes aparecem nos processos de gramatização, cf. AUROUX, 1992), e acerca das posições discursivas que emergem de pontos do enunciado que indicam saberes sobre a língua. Nestes pontos de reflexão sobre os enunciados da língua sustentam-se as posições de autoria; seja pelos comentários do sujeito-narrador, seja pela distribuição de sentidos ocorrida por meio dos significantes mobilizados de forma “disfarçada”.

Uma nova organização discursiva é sedimentada por meio dessa reflexão sobre a língua. Ela permite articular uma leitura mais ampla e complexa do jogo entre o olhar do Outro que o lê (o sujeito-narrador) e a forma singular de o sujeito-narrador organizar o arquivo e a memória sócio-histórica. Assim, a posição de autoria emerge no diálogo e na alteridade entre leitura e escritura, possível de agregar valor se o sujeito faz do interdiscurso um recurso para operar um movimento de retorno e de modificação (mesmo micro-estrutural) na memória discursiva.

Esse movimento requer uma discussão entre mito, metáfora e memória, ao nível da autonomia relativa que o sujeito possui, ao modificar ao mínimo o interdiscurso para ocupar um lugar singular. Com essa discussão pretendo tomar o jogo da memória por meio da metáfora, uma vez que por meio desta a memória pode-se desdobrar verticalmente como “outra possibilidade de articulação discursiva” (PÊCHEUX, 1999, p.53).

No caso de “inredava”, vemos como a mobilização de um sentido disponível na memória sócio-histórica possibilita uma posição-sujeito que faz furo no desnível

entre alfabetizados e analfabetos. Quer dizer, mesmo num discurso organizado a partir de uma posição discursiva, cuja zona de sentido é cifrada pela “fatalidade” da baixa escolaridade, é possível mobilizar uma abertura, a partir da reflexão que o sujeito-narrador faz sobre a língua em movimento, para apontar um acontecimento discursivo; qual seja a mobilização de um sentido “deslocado” da memória ordinária cujo alcance toca pontos mais abrangentes e articulados da memória sócio-histórica mais ampla.

Tudo bem se pensarmos que essa leitura ganha legitimidade porque já havia uma reflexão anterior e organizada de Freyre (2003) sob a forma material do livro; ocorre que a leitura mais aprofundada da memória do ritual de repetição dos significantes vem justamente do apontamento não ingênuo que pretendo fazer dessas relações de alteridade. Ou seja, o reconhecimento vem de uma alteridade em parte guiada pelo livro. Entretanto, tal leitura somente é possível porque a reflexão do sujeito-narrador sobre o próprio dizer lhe permitiu um deslocamento tal que ao Outro (lugar do analista) foi possível apontar um acontecimento.

A respeito dessa discussão, vale retomar o trabalho de Paveau (2006) que, a partir da investigação sobre diversos tipos de *corpora* (textos escolares, literários e, sobretudo listas de nomes de batalhas do exército francês) aponta que há instrumentos diversos, materiais ou não (etiquetas em monumentos, guias de turismo, rascunhos, pronunciamentos orais midiáticos, informais, cartões, placas, etc.) que a todo tempo permitem fabricar e re-construir formas da memória discursiva; dessa maneira, a análise discursiva dribla o risco do mentalismo e encara esses instrumentos como “tecnologias discursivas”, ou ainda, como formas da sabedoria para as quais não há um autor específico nem uma história definida, e mesmo assim se inscrevem na memória coletiva.

A articulação teórica que estabeleço aqui com relação às formas de reconstrução do saber interdiscursivo por meio da complexidade da circulação desses artefatos materiais permite aproximar a distância aparente entre o livro e a narrativa oral, utilizando como ponte e passaporte a nova dimensão discursiva operada pelo tópico “inrederu” e a reformulação “inredava”, analisados ao modo de uma reconfiguração da distância inicialmente marcada entre o oral e a escrita.

Como repetição vertical (cf. PECHEUX, 1999) e a marca do acontecimento discursivo, temos o cruzamento (uma intersecção e um salto histórico) entre os significantes em análise e a consideração de que por meio deles (apresentados seja

de forma disfarçada ou acompanhados de comentários explícitos) existem formas da escrita mais distantes de uma tecnologia pronta e em tese disponível a todos. A marca do acontecimento se dá quando por meio desses significantes vemos circular recursos de escritura também disponíveis em produções orais (muitas vezes desconsiderados porque estas produções já são previamente cifradas pelo imaginário da zona de sentido dominante: o que é o analfabetismo, o que é ser analfabeto, etc).

Se, conforme Pêcheux (1999), a memória esburaca-se, antes de desdobrar-se em paráfrases, no caso a memória permite novas formas do acontecimento, envolvidas com as implicações entre o monopólio do conhecimento e os gestos de leitura que nele provocam rupturas.

Esses gestos tecem escritas distantes da alfabética; mais próximos das formas dos mitos, das tragédias, das narrativas desenhadas nas cerâmicas e, para usar um caso mais atual, a literatura de cordel registrada em folhetins por meio de xilogravuras.

No caso, trata-se de tomar um “equivalente” entre essas formas materiais do discurso, não no sentido icônico, mas como equivalentes apócrifos da escritura do sujeito, por meio de que, mesmo sem comprovação objetiva e concreta, revelam apoio à aparição do sujeito como correlata de uma escritura que lhe é inerente. Considerar essa correlação é estar atento para formas da escritura que podem emergir na escolarização e fora dela, para assim possibilitar outras formas de interpretação também legítimas, mesmo porque delimitam lugares de autoria.

Isso demonstra parte da complexa relação dos saberes interdiscursivos no campo das práticas letradas; vemos como a circulação dos significantes “barro mico pinica”, “empaquetô” e “inrederu” tal como aparecem em narrativas orais de ficção, atesta que a memória não está encapsulada no espírito de indivíduos; ela está “distribuída nos outros discursos e nos discursos outros” (PAVEAU, 2006, p.107).

Essa distribuição da memória traz como pano de fundo do domínio discursivo as formulações do inconsciente, fazendo dos instrumentos discursivos pontos de partida e chegada entre o inconsciente, a língua e a História. Mesmo que haja filiações à memória, há formulações que escapam tanto ao sujeito-narrador quanto ao analista e que mesmo assim circulam socialmente.

Costa (2001) nos ajuda neste debate quando comenta que a enunciação do eu traz como constitutiva a circulação de um saber inconsciente. Então, conforme a assunção do sujeito, temos como sintoma a veiculação de um saber tecido na sua

própria história com os significantes e na história dos significantes já com algum valor sustentado conforme uma borda, uma fronteira, ou como diz Costa, “um precipitado de enigma, não assimilável, que representa o Outro (COSTA, 2001, p.135)”.

O fato de não comentar explicitamente um significante que mesmo assim mobiliza a memória social, assemelha-se também ao jogo implícito a favor do compromisso coletivo, tal como comentado por Cavignac (1997) em sua análise do cordel nordestino. Ao pesquisar folhetos de cordel nordestino, a autora mostra como em torno da veiculação da figura do cangaceiro são mobilizados saberes sobre a dimensão pública da fala, sobre a importância do patrimônio, a organização social e sobre o lugar simbólico da morte. Os milagres e castigos divinos são contados para atestar uma fé cuja identidade é coletiva; resalto que, conforme explica a autora, o coletivo não inclui somente o que aparece explicitamente, mas o que deve ser escamoteado da memória social para que esta se organize.

Para explicar isso, a autora se apóia no pressuposto que a identidade coletiva sempre se transforma, pois seus atores elaboram seleções de relatos do cotidiano. Dessa forma, cada grupo articula sua junção dos saberes coletivos, por meio da tarefa de encontrar um lugar para “enterrar” o que não foi selecionado, numa espécie de compromisso coletivo com a “parte morta” (expressão minha) da memória.

Desse modo, por meio do que não é explicado de forma explícita, também se transmite um saber da memória sócio-histórica, pela presença constante do que está adormecido no esquecimento, tal como defendido também por PÊCHEUX (1993, 1999). Na mesma linha de argumentação, Paveau (2006) explica que a memória não funciona apenas como recurso de conservação, mas também de modificação, falsificação e desaparecimento, em que se revelam suas lacunas.

Do mesmo modo que a complexidade do cotidiano não aparece explícita no cordel, de acordo com o que é trazido pela pesquisa de Cavignac (1997), podemos afirmar que também não se faz explícita nas narrativas. Assim, quando o sujeito-narrador não explica ou questiona diretamente algum significante específico, mas em torno do qual podemos mobilizar alguma lacuna da memória, de certa forma, é porque aposta no compromisso coletivo acima apontado, sem o qual não se enterra parte dos saberes, para se construir novos.

Essa forma de “enterrar a memória” (expressão minha) repetida e lançada para a invenção do “novo” é movimentada e conturbada (por conta da determinação

do político), bem como se sustenta numa ilusão de completude, completude tal que nesta tese é articulada epistemologicamente no nível da relação entre mito individual e esquecimento número um proposto por Pêcheux (1993). Esse recalcue necessário é de forma contingente articulado às diversas formas de antecipação, reformulação, aqui abordadas na análise do *corpus*, de modo que é disso que me ocupo ao trazer a discussão para a dimensão da circulação das práticas letradas. A noção de mito individual vista em Lacan (1978) auxilia nessa base epistemológica da concepção discursiva do sujeito, sobretudo no tocante ao esquecimento número um sem se perder em ousadas e perigosas especulações de ordem psicanalítica.

Essa observação se faz importante e é em parte resultado de discussões realizadas com Paveau (comunicação pessoal, 2009c) em que essa autora retoma o percurso epistemológico da AD para ressaltar o necessário rigor analítico calcado na análise do *corpus*. É este, como imagino ter ficado claro com a análise até aqui empreendida que guia a busca *a posteriori* da rede sócio-histórica envolvida no estranhamento de pistas que sinalizam formas marcadas e não marcadas, ou como é mais apropriado, as não coincidências do dizer (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998), por meio das quais se estabelecem diversas formas de alteridade.

Conforme observa Paveau (2009c, comunicação pessoal) não se trata de analisar “o inconsciente”; trata-se de testemunhar de forma constante a presença constitutiva deste no nível epistemológico da análise, sobretudo considerando que do inconsciente apenas é sabido que há parte do não saber que constitui o sujeito e que circula e contribui com a sistematização desta rede sócio-histórica da memória coletiva. É o jogo com os implícitos, sob a forma de marcas aparentemente próximas e distantes do Outro, que se revela no exercício de análise aqui empreendido.

Não temos acesso direto ao recalcue, bem como ao interdiscurso, somente às formas materiais da reformulação presentes no ato de narrar. É no nível do esquecimento número dois (PÊCHEUX, 1993), portanto, que tomo essas marcas como hipóteses retroativas do sujeito-narrador e do analista sobre a incidência do interdiscurso (nunca acessível diretamente) para questionar qual tipo de correspondência é assegurado às apostas do sujeito-narrador sobre seu próprio ato de narrar.

Com isso, é necessário lembrar que o mito individual e o esquecimento número um participam indiretamente da “objetividade” ilusória e necessária ao fio

narrativo para que nele se busque não a origem, mas a função sócio-histórica do que é dito sob a forma da articulação da memória social no microcosmo da posição de autoria.

A não correspondência direta do atendimento de uma demanda sobre o Outro que nunca é atendida por completo, mas somente em parte, não indica uma análise do inconsciente. Uma vez que este é somente em parte recuperável, sua forma constitutiva é analisada por meio de alguns mecanismos ideológicos de evidência que incidem na separação entre a complexidade de um pacto coletivo do saber e os atos contínuos de re-construção da língua, permitidos pelo discurso.

Essa tomada de trechos enigmáticos ao nível do intradiscurso como formas de confluência entre a *lalangue* e o interdiscurso possibilitam lidar com o determinante político e operar uma leitura comprometida em apontar mudanças na organização do arquivo. Trata-se de uma leitura interdiscursiva do arquivo, porque extrapola a intertextualidade (cf. PAVEAU, 2009a) e torna flexível o monopólio do conhecimento majoritário que circula nas práticas letradas, que, é sabido, em geral não se organiza sob a forma de narrativas orais.

A presente análise tenta com isso, mostrar as fronteiras, os meandros conflituosos entre uma leitura possível desses significantes disfarçados nas narrativas e outras possibilidades de leitura. Essas outras leituras dependem do trabalho com os diferentes arquivos (no sentido de possibilidade e limite de uma leitura anterior e mais complexa à pedagógica, a de intérprete dos enunciados). Nos espaços talvez em que esse debate seja mais caro, a escolarização e suas práticas de leitura e a preservação do patrimônio oral, a inviabilidade de leituras que toquem esse nível polêmico do interdiscurso ainda impossibilita o trabalho no nível do acontecimento para valorizar formas orais e escritas da autoria.

Como foi anunciado, gostaria de fazer um apontamento teórico. Esta sustentação sutil e complexa que o sujeito-narrador faz da memória a fim de posicionar-se como autor pode ser discutida ainda em relação à crítica de Derrida (1967, 1973) sobre a noção de estrutura e centro do sujeito para propor a noção de escritura.

Com isso, quero mostrar como a instalação dessa noção de centro e sua problematização não é apanágio do debate acadêmico, mas aparece nos gestos de leitura, aparentemente anônimos, por meio desses usos “disfarçados” de

significantes dispersos que sugerem um “desenho complexo”, não tão linear para a posição de autoria.

Em “Gramatologia”, Derrida (1973) critica a noção de escritura como unidade sígnica, em razão do etnocentrismo e do logocentrismo nela contida. De modo geral, o papel central que a escrita obteve como instrumento de dominação entre algumas culturas, por exemplo, deve-se ao uso do estudo da fonética para dissimular o caráter constitutivo de pluralidade de pistas na linguagem e ao fato de que a possível “origem” da escrita se confunde com a própria origem do uso sistematizado de instrumentos (a denominada “técnica”). A força da noção de sujeito centralizado se consolidou por meio do disfarce das pistas de sua escritura, além de apoiar-se também na apropriação criacionista do verbo, o que fez acreditar que há um signo que pode vir antes da escritura, sendo que esta última é anterior e constitutiva do próprio advento da cultura, pois sem escritura (trabalho com pistas) não há um sujeito já que não há uso do instrumento para tentar lidar com as limitações do humano (DERRIDA, 1973).

Dessa forma Derrida (1973) aponta o rastro como origem do sentido. Se o rastro pertence à própria significação, esta significação é escrita. Assim, ele propõe a Gramatologia que não deve ser ciência do homem porque trata justamente do nome do homem. Então, para haver escritura e seu estudo basta haver nome próprio, rastros e diferença classificatória. Mesmo quando não há nome próprio explícito, como entre os *nhambiquara*, há atos (como a interdição de briga entre as crianças ou quando o chefe da tribo simula uma leitura diante do pesquisador) que funcionam como nome e como classificação. Assim, é a finalidade política (o tratamento dado ao Outro) e não a razão técnica que está em jogo na escritura. Afinal, “não há ética sem a presença do Outro, mas também e, por conseguinte, sem ausência, dissimulação, desvio, “diferencia”, escritura (1973, p.171)”.

Criticando as categorias etnocêntricas elaboradas por Lévi-Strauss, influenciado por Rousseau e pelos ideais da pureza social (principalmente a dicotomia interno e externo de um sistema de escritura e a inocência suposta nos *nhambiquara*), Derrida fala de um suplemento próprio, inerente a um sistema não logocêntrico (JOHNSON, 2001).

Conforme comenta Derrida (1967), de centro a centro, a estrutura apenas recebeu nomes diferentes (essência, existência, consciência, Deus, homem, etc). Desde quando a estrutura começou a ser questionada, viu-se que o centro não tem

lugar natural, mas função, um lugar em que aparecem ao infinito várias substituições dos signos. Para Derrida, nada melhor que a etnologia para mostrar que não há significados transcendentais que regem essa centralidade. Derrida (1967) comenta que o conceito de signo passa pela noção de história e de sistema relacional tal como é incorporado na etnologia lévi-straussiana. Embora o conceito de signo da etnologia faça parte de uma “cumplicidade metafísica” que não consegue ultrapassar a oposição do sensível ao inteligível, o filósofo argelino atribui à etnologia o sucesso em abalar a centralidade da cultura européia. A condição da etnologia, tal como assumida pela crítica ao etnocentrismo, veio justamente da abertura dos diferentes modos de ver a estruturação simbólica (DERRIDA, 1967); vale lembrar que o simbólico na perspectiva psicanalítica privilegiada por este trabalho reflete a organização das pulsões em relação ao referencial mítico (o lugar simbólico das questões universais: alimentação, sexo, cuidado com o corpo, transmissão de sabedoria aos descendentes, etc.).

Esse traço se refere, a princípio, à mobilização de saberes da memória, que extrapolam inclusive sua tomada como centro, pelo sujeito-narrador, mas que podem ser recuperados ou não, conforme encontros, que dependem de uma contingência que vá ao encontro de um saber analítico sistematizado em outro plano.

A noção de tempo e espaço na escritura, sobretudo a noção de movimento desta diferença, ele chama de *différance*: *différer* (retardar, adiar) é afirmar a escritura como diferença (espacial) e adiamento (temporal). Assim, resulta o conceito de “traço”, mais essencial que o de “escritura”. O traço é propulsão ao futuro e retenção de um passado. O traço é nada, nem entidade nem substância. O *trace-écart* (distanciamento) é “inscrição e intervalo, resíduo e diferença (JOHNSON, 2001, p.39)”.

Ao comentar Derrida, Auroux (1998) ressalta os pressupostos da crítica ao logocentrismo da metafísica ocidental e à anterioridade da escrita. Em seguida explica os dois sentidos derridianos da palavra “escrita”: “o vulgar e a instância (a “arquiescrita”) que seria, notadamente, sua condição de possibilidade (AUROUX, 1998, p.87)”. Essa possibilidade fundamenta-se no fato de que a linguagem tem suas possibilidades, não nas substâncias ou suportes físicos específicos, mas com suas formas.

Auroux (1998) explica que o que permitiu a consolidação do escrito foi essa alteridade instalada a partir de uma reflexão lingüística que passa por um campo vasto: seja pela transcrição fonética, seja pela tradução de textos sagrados (como ocorreu no Budismo, a partir do sânscrito) pelas quais as gramáticas passam a depender da razão gráfica, que supõe a bi-dimensionalidade e a objetividade; ou ainda pela passagem da razão gráfica das listas de palavras à razão textual, tal como comenta Paveau (2006).

É este descentramento que vemos nos significantes dispersos, que, mesmo não destacados por comentários explícitos mobilizam saberes da oralidade e traços de autoria, num movimento de alteridade apontado na análise.

O movimento produz a diferença veiculada pelo que Derrida (op.cit.) denomina traço; é essa diferença radicalizada (*traçada*) que torna possível contrapor ao mesmo tempo em que fazer correspondências, como por exemplo, entre oral e escrita. Se os signos não aparecem substancialmente, mas por formas, é preciso que eles estabeleçam sua co-presença e que apareça um traço, traço este que depende do valor inalienável, constitutivo por excelência, da diferença; o valor radical dela nega qualquer traço originário, pois se o valor dependesse de um traço originário não haveria mudança de valor, nem “arquiescrita”, ou seja, a condição de possibilidade da mudança que a escrita propiciou por meio do alcance de uma dupla dimensão que extrapola a linearidade do significante saussuriano e que tornou possível a reflexão sobre a linguagem (AUROUX, op.cit.).

Após ter feito parte da análise das seqüências apresentadas nesta seção, deixo conta de que os apontamentos que faço no decorrer dessa análise se aproximam dessa crítica ao logocentrismo e do privilégio da razão técnica da escrita, bem como da noção de valor do traço na escritura (DERRIDA, 1967, 1973, 1991).

Em “A Farmácia de Platão”, Derrida (1991) analisa o debate visto no Fédon de Platão, por meio do diálogo com Sócrates sobre se é de fato bom escrever, e se o é, em quais circunstâncias. Abro parênteses para lembrar que essa discussão já foi conduzida por Tfouni (1994), a partir de outra questão, quando a autora retoma esse autor para apontar a contradição da escrita como remédio e veneno, como limite e possibilidade de leitura do arquivo.

Aproximando-a da investigação deste trabalho, vale mencionar a aposta de Derrida (op.cit.) de que não se conhecerá nunca a suposta verdade da escritura, sua origem, pois essa origem não se presta a servir como objeto de nenhum tipo de

conhecimento, científico ou não, pois extrapola qualquer saber fechado e sistematizado em si mesmo porque faz parte do complexo parentesco com os mitos, com histórias recitadas, cuja origem não se alcança.

Sendo assim, Derrida (1991) comenta a passagem do Fédon em que o deus Theuth, descobridor da ciência dos números, da astronomia, da geometria, do jogo de gamão e de dados e dos caracteres da escritura (*grámmata*) se encontra com o rei Thamous da região de Tebas do Egito e cujo deus de referência era Amon. Thamous pergunta qual a utilidade de cada uma daquelas artes, sendo que a escritura foi a que Theuth assegurou ser aquela que daria aos egípcios mais recursos para rememorar, ou seja, seria seu remédio (*phármakon*).

Conforme Derrida (1991), a semelhança entre a figura platônica de Theuth e outros deuses da origem da escritura e a valorização da escritura somente como remédio (negando que ela também é veneno) deve dar lugar à problemática sobre a tentativa do *logos* se tornar autônomo, algo que infelizmente não se dá devida importância na nossa tradição, mas que afeta fortemente a organização da memória coletiva. A meu ver, tal mecanismo explica em parte como, de um lado, há a excessiva valorização das tecnologias da razão técnica da escrita concomitante à tentativa de assepsia das línguas diante da organização coletiva da memória oral, e de outro os limites da exploração da linguagem como recurso interpretativo para o sujeito marcar sua singularidade.

Ou seja, o Mito (cuja origem nunca se conhece) é tornado discurso. A partir disso, a proposta de Derrida escapa ao cartesianismo que, mesmo às avessas, divide e junta partes; tudo bem, como comenta Lacan (1985) que o cartesianismo fora a condição para se discutir o estatuto do saber, sendo que somente a partir daí foi possível à Psicanálise trazer a noção de que há um saber que não se sabe e que é o saber do significante enquanto tal, como efeito de retroação na designação do sujeito pelo “point de capiton” da cadeia.

Derrida (1967), por sua vez, acrescenta que há algo disperso aberto ao infinito, embora não haja pura indefinição. Ou seja, a partir de sua leitura da etnologia, há significantes *flottants* (“flutuantes”, dispersos) que mostram a função simbólica por ela mesma e essa razão suplementar contrária a qualquer complementaridade cartesiana; é o caso dos significantes analisados nesta seção. Apoiar a prerrogativa de estudos que não se fixem apenas na noção de centro, como sugere o filósofo, não quer dizer obviamente desconsiderá-la, ou negá-la; pelo

contrário, a ilusão do centro é crucial, tanto para a posição de autoria quanto para seu reconhecimento pelo gesto analítico. Assim, a discussão aqui trazida, vai ao encontro da condução de um enigma (real) alocado na forma do Mito, de um saber que o sujeito não sabe que sabe, mas que sustenta e na direção do qual podemos avançar num aprofundamento dos estudos e da utilização cotidiana da noção de autoria.

É pelo desconhecimento mítico da origem de qualquer saber e pela contingência do traço que os saberes são sustentados e que podem mesmo dispersos, como vimos com o uso dos significantes analisados nesta seção, pontuar gestos de autoria.

Há uma organização, portanto, suplementar dos saberes, que, no meu entendimento, não consegue negar a organização complementar, e que possui um caráter automático também. O automatismo da organização suplementar dos saberes se opõe à noção complementar e confere outro valor à dispersão da oralidade, justamente por agregar a esta um valor que já lhe é constitutivo, o de circular pela pluralidade de posições discursivas irregulares, como vemos na análise, pouco visíveis, escamoteadas, pois na prática cotidiana, automática e re-feita a cada instante não há um saber que é um referencial exclusivo como o inventário de arquivos da escrita alfabética faz crer.

Nas narrativas, a possibilidade de uma reflexão sobre a própria dimensão simbólica da linguagem aparece num lugar deslocado do imaginário dominante da/sobre a escrita. Nele vemos ao menos uma posição-sujeito que, mesmo atravessada pelo efeito discursivo da não-alfabetização, opera reflexões “meta-enunciativas” à custa de uma aproximação possível com a noção de “arqui-escrita” de que trata Derrida (1967).

Waquet (2003) aponta justamente esse valor na obra de Derrida: mostrar a natureza oral da escrita. Aquele autor mostra que durante os anos 1960/70 pesquisadores indagavam as formas de estudo desse fenômeno durável. Adiante, o oral ficou subalterno diante da urbanização e da industrialização, bem como da supremacia da alfabetização necessária como instrumento destes dois aspectos transformadores da realidade, tal que as pesquisas voltaram-se somente para estudar “a escrita”. Aos poucos, “o oral” foi tomado como contrário, principalmente por historiadores que alimentaram uma noção de subalternidade e passou a ter voz somente pela perspectiva dos alfabetizados. De modo geral, os historiadores e os

filólogos ficaram reféns da erudição e da “evolução” da escrita, mesmo aqueles que se ocupavam da literatura para ver nela a manifestação da voz do personagem. Essa supremacia pôs de lado a questão do sujeito, o que também pode ser notado pela “História da leitura” dessa época, cada vez mais refém dos paradigmas quantitativos de índices de alfabetização que deixaram de lado as investigações sobre as estratégias e modos de apropriação da leitura.

Da forma como investigado até aqui e como aponto ser um caminho para se investigar a alteridade entre oralidade e escrita, são as possibilidades de desdobrar-se sobre o próprio simbólico (no sentido de um trabalho meta-enunciativo) que o sujeito desloca o imaginário sobre a não-alfabetização e o eixo naturalizado dos saberes das línguas de madeira, cujos efeitos dominantes residem, sobretudo, no discurso científico sobre e que usa a escrita; no DPE e sua tipologia autoritária e na gramatização, principalmente cooptada pela gramática.

É por meio do efeito de uma “arqui-escrita” instalada por conta da ampliação do campo de possibilidades de uma reflexão sobre os saberes presentes na organização da linguagem que o sujeito é cifrado e traz a reboque a marca de um traço anterior e que enlaça um giro paradigmático no tratamento da linguagem. Em suma, é por formas de posição-sujeito que admitem a reflexão epistemológica que aqui considero próxima da noção de “arqui-escrita”.

Dessa forma, vemos que a posição de autoria mobiliza efeitos de sentido de ordem vária: ressignificação, fechamento, singularidade dos efeitos de originalidade; travessia de significantes por meio de que trata dos enigmas textualizados; e, por fim, da possibilidade de uma reflexão sobre a própria organização simbólica da linguagem feita a partir da posição-sujeito alinhada à marca simbólica da não-alfabetização trazer os ecos de uma reflexão mais ampla sobre a linguagem, e que, ironicamente, é possível por conta da escrita. Trata-se de extrapolar o parâmetro da escrita alfabética para considerar padrões diferentes de alteridade que, conforme Aroux (1992), a escrita como fenômeno que margeia o desconhecimento da origem da linguagem propiciou; portanto, tomada como possibilidade de uma escritura alhures e radicalizada na diferença do traço que lança as narrativas orais aqui estudadas no terreno conflituoso dos diferentes modos de apropriação da linguagem de onde aparecem lugares para o sujeito.

Como foi mostrado, um desses modos decorre da agregação de valor na tomada de posição de autoria, sustentada seja pelos comentários explícitos do

sujeito-narrador, seja pelos saberes dos significantes mobilizados de forma indireta, provocando giros no domínio do conhecimento aparentemente apanágio do código escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o objetivo inicial deste trabalho foi investigar a autoria a partir da noção de Mito, articulada tanto à impossibilidade de se definir uma origem para o sentido, quanto à maneira pela qual os enigmas coletivos podem ser traduzidos como indícios do real com os quais o sujeito tem que se haver na sustentação dessa posição discursiva.

Tomando por base esta última noção, articulei alguns pontos da análise em que se teve espaço para articular a cisão operada pelo sujeito-narrador, muitas vezes, entre uma suposta certeza objetiva do fio narrativo (por meio da palavra ideal, de trocas e substituições consideradas perfeitamente ajustáveis) e uma suposta verdade subjetiva construída no caminho dos rastros deixados pelos significantes.

De forma inicial, essas articulações foram remetidas inicialmente aos conceitos de arquivo, ideologia, esquecimento e memória discursiva; conceitos caros ao referencial teórico da Análise do Discurso (AD) proposta por Michel Pêcheux (1993, 1997 a e b) e que foram reformulados conforme a discussão sobre a relação entre Mito, autoria e práticas letradas.

Em relação a isso, portanto, vimos que os dispositivos teóricos iniciais foram tomados conforme um dispositivo analítico que teve sua construção conduzida conforme a proposição de uma questão envolvida com a singularidade de um *corpus* formado por narrativas orais produzidas por uma mulher não-alfabetizada.

É válido lembrar que o *corpus* foi formado a partir de uma coleta dessas narrativas realizada entre o fim dos anos de 1980's e início dos 1990's e que teve continuidade entre 2005 e 2007. A principal questão do início da formulação do projeto tem a ver com os processos de resignificação inicialmente aberta nas considerações finais da pesquisa de Mestrado que antecede este trabalho (PEREIRA, 2005) em sua possível relação com o mito individual, letramento e autoria.

No presente trabalho, a partir dessa trajetória, investiguei a posição de autoria por meio de indícios e pistas – que, seguindo o pressuposto da retroação do dizer em termos da modificação da memória (arquivo), principalmente tal como apontado por Tfouni (2005) em suas pesquisas sobre letramento – que foram relacionados com a circulação das práticas letradas.

De tal modo que foi possível mostrar de que forma o retorno ao já dito se fundamenta numa distribuição de sentidos marcada pela fronteira com os discursos

semanticamente estabilizados e que apontando graus de letramento diversos contribui para romper com o exclusivismo da ligação vista no discurso dominante entre letramento e alfabetização. Isto foi feito a partir da discussão já realizada por diversos autores acerca desse exclusivismo, por meio das pesquisas sobre as formas de letramento na passagem da Antiguidade para a consolidação do sujeito da escrita, no espaço escolar ou entre adultos não-alfabetizados.

Dentre as várias posições discursivas do sujeito letrado, as questões mobilizadas para a análise foram recortadas em seções a partir das quais apresentei a análise de seqüências discursivas. Inicialmente, por conta da própria trajetória dessa investigação acima resgatada, apresentei os processos de re-significação de narrativas já disponíveis na tradição oral, que por sua vez interferem na transmissão de saberes disponíveis na memória discursiva por meio de sua reformulação articulada às estratégias interpretativas em que o interdiscurso (arquivo) conflui para uma estabilidade do fio do discurso (intradiscurso).

Dentro disso, retomei o fundamento do retorno constitutivo do/ao interdiscurso (memória discursiva), reformulando o envolvimento entre um retorno em parte ligado à dimensão mítica, que faz da forma narrativa um recurso para a posição do intérprete em que se faz presente a impossibilidade de uma resolução pronta às questões trazidas pelos Mitos, posto que o sujeito está submetido à estrutura simbólica.

O Mito como correlativo do interdiscurso mostra que não há acesso direto à suposta origem do dizer, pois acessar a memória já é sempre recontar algo. A partir disso, também mostrei que a particularidade da retomada dessas histórias vista nas narrativas analisadas extrapola o exclusivismo da escrita alfabética como uma variável supostamente exclusiva da relação do sujeito com as práticas letradas. Isto porque a análise seguida até esta etapa da formação do *corpus* mostrou de que forma a atualização de histórias conduzida pela posição do sujeito-narrador funciona na linha do esquecimento pêncheutiano e do que Lacan propôs sobre o mito individual: a tentativa de controlar, dar uma forma objetiva e formular uma verdade universal a uma questão que não tem uma resposta única no plano subjetivo.

Por meio da sinalização de outra fronteira entre a prática de contar histórias aqui analisada sob o ponto de vista da autoria indiquei algumas modalizações (comentários, checagens) que se portam como recursos meta-discursivos por meio dos quais o sujeito-narrador sustenta ao longo do fio do discurso, bem como o efeito de fechamento de genéricos discursivos (máximas, provérbios, ditos populares).

No decorrer da análise o trabalho redirecionou algumas questões iniciais. Distanciei-me um pouco da questão do mito individual para seguir nessa discussão, ao analisar os comentários do sujeito-narrador e implicá-los a uma nova dimensão de refletir sobre a própria língua, no âmbito de um recurso meta-discursivo operado sob a forma de rupturas. Com isso, procurei valorizar os modos de organização do arquivo na forma oral e o resgate que essa produção linguageira faz das condições de produção do dizer de tal modo que torna esse resgate um recurso de resistência: à economia escriturística (DeCERTEAU, 2001d), à assepsia dos gestos de leitura (PÊCHEUX, 1997b) e ao processo de reificação da escrita (PEREIRA, 2005), mostrando que, tal como afirmado por Tfouni (1992b), existem graus de letramento de ordem diversa e que indicam diversos tipos de variáveis entre as práticas letradas que não se esgotam na alfabetização.

Esses modos de resistência que também sinalizam modos de reflexão sobre a língua diferem daquela vista na poesia, nos dicionários, nas gramáticas, no romance escrito, no ensino e na didática, em termos de seu poderio simbólico; entretanto, não menos, trata-se de uma reflexão e de uma maneira de organizar o arquivo, ainda pouco conhecida, mas dentro da qual a autoria aparece como um caminho de investigação.

E que aqui foi tomada por meio das estratégias do sujeito-narrador ligadas às formas singulares de mobilizar o arquivo que se alienam ao mesmo tempo em que põe em xeque o monopólio do conhecimento atrelado à correlação entre escrita alfabética e escolarização.

Em suma, essas considerações finais me permitiram retomar o compromisso firmado desde o início do trabalho em testemunhar ou mesmo acompanhar algumas pistas de como o saber oral se organiza. Em paralelo a isso, temos aqui o testemunho e a legitimidade dos saberes organizados na forma oral dessas narrativas, que toma a autoria como uma marca na contingência da oralidade.

Trata-se de uma forma de controle do dizer de forma distanciada que começou a ser investigada com o intuito de interpretar nas lacunas da ideologia, as reformulações presentes nestas narrativas e que, como foi mostrado, têm implicação com a oralidade na forma do já dito e com a implicação do sujeito com o não acesso à origem do dizer.

A partir disso, a questão da alteridade oral/escrito foi retomada em termos da fundamentação da consolidação da forma individual da posição discursiva da autoria e tal como interfere na tentativa em se destituir a leitura e a escrita de suas condições de construções coletivas e de caráter sócio-histórico por excelência. Essa tentativa de

destituição repercute na distribuição dos sentidos por meio de uma cristalização de uma origem num alhures discursivo mítico enviesado por formas do conhecimento (das línguas de madeira, sobretudo) que não impedem que as práticas letradas continuem a ser sustentadas por uma dimensão enigmática.

Tomando por base essa discussão, desde o início deste trabalho, partimos da contramão do efeito de separação entre Mito e uma suposta verdade conduzida por formas “mais aprimoradas” da língua (discurso científico, pedagógico, etc.) para articular o fundamento discursivo dos Mitos sob a forma de narrativas. Para contornar tal separação, mostrei por quais posições o sujeito, mesmo numa produção oral, é marcado pela autoria ao utilizar-se do saber interdiscursivo atualizado a partir da memória discursiva.

Admitindo tratar-se de uma posição discursiva marcada pela retroação ao já dito e por uma tomada de posição implicada ao plano do interdiscurso analisei as possibilidades e limites de leitura do arquivo em termos de sua interdição ideológica, que incluem produções de alfabetizados e não-alfabetizados na circulação das práticas letradas.

Dessa forma, “traduzi” a contradição entre mito e verdade para a relação de alteridade entre oralidade e escrita presente em narrativas orais de ficção (*corpus*), para lidar com a dicotomia entre as línguas de madeira e as práticas cotidianas de linguagem. Em meio a isso, a contradição entre Mito e verdade foi interpretada conforme a presença de indícios de autoria fundamentados no esquecimento número um, em que o sujeito acredita-se fonte do dizer – e no esquecimento número dois, em que o sujeito acredita que o que diz reflete o pensamento (PÊCHEUX, 1993).

Eles estão presentes nas narrativas como formas singulares da verdade alinhada à evidência subjetiva do mito individual e ao retorno ao já dito, como tentativa de lidar com o real (noção de Mito aqui explorada conforme o compartilhamento de um enigma e conforme o acesso indireto ao interdiscurso).

Existe, portanto, uma saída para a dominância da dicotomia entre oralidade e escrita, que por meio de um efeito ideológico fez com que esta se tornasse referência para o assujeitamento das produções orais.

Por fim, considere ainda que a distribuição de sentidos por meio da veiculação de formulações discursivas não marcadas pelo sujeito-narrador indica que a noção de escritura do sujeito, principalmente tal como vista em Derrida é um caminho para engrossar o coro na tentativa de lidar com a supremacia logocêntrica da escrita

alfabética, que, por sua vez, é uma ferramenta do monopólio do conhecimento sobre a língua e de uma economia escriturística baseada na estabilidade entre leitura e escrita individuais. Desse monopólio podem resultar, por exemplo: a precariedade da preservação do patrimônio cultural (em sua forma oral e escrita), o monopólio da escrita alfabética que repercute no fracasso escolar.

Entretanto, a possibilidade da autoria aponta a resistência do sujeito letrado diante de uma engrenagem aparentemente ajustada entre leitura e escrita. Essa resistência aparece nas fronteiras discursivas marcadas pelos comentários do sujeito-narrador e pela noção de escritura tomada também como um modo de percebermos um modo de o sujeito ocupar a posição de autoria.

Esse modo mostra uma maneira de a distribuição dos sentidos ser conduzida também por formas deslocadas da leitura dos arquivos tal que permitam ser resgatadas no trabalho que leve em conta a heterogeneidade das práticas letradas e a possibilidade da autoria.

A possibilidade desse deslocamento diante do monopólio apontado ocorre desde que leve em conta a incompletude da linguagem e as formas imprevisíveis de aparição do sujeito do letramento, tal que possam servir para o resgate das dimensões poéticas e coletivas, que, do ponto de vista sócio-histórico, ajudaram na consolidação das práticas letradas. Esse pressuposto é o início de um caminho que põe em xeque o imperativo da alfabetização como única prática letrada e rompe em parte com o monopólio dos discursos altamente letrados.

É preciso ainda notar que há diferentes modos de reconhecimento e legitimação da posição de autoria, que de certo provocam outras rupturas em outros campos do conhecimento, mas que não puderam ser contempladas neste trabalho, pois ainda necessitam de pesquisas para serem legitimadas. Isto não quer dizer que a pesquisa acadêmica é a única maneira de legitimação. Mesmo assim, podemos perguntar: então, quais outros modos de legitimidade à posição de autoria podem contribuir com a valorização da tradição oral e resgatar a importância da alteridade entre oralidade e escrita nas práticas letradas? Possivelmente a análise de outros *corpora* pode indicar caminhos diversos e que se filiam a algumas questões já aqui trazidas.

Feitas essas considerações, é possível encaminhar propostas acerca da relação entre mito, autoria e práticas letradas que apontam que:

- i- Indiretamente, esta é uma discussão sobre a origem do sentido e sobre a implicação discursiva da condição de intérprete do sujeito;
- ii- Esta é uma das articulações possíveis e uma das maneiras de a autoria se apresentar como uma questão de ordem teórica, de análise indiciária e como um problema cotidiano de tratamento das práticas letradas;
- iii- Esse tratamento da autoria no cotidiano das práticas letradas requer admitir a interpelação discursiva da escrita na forma oral. Para lidar com isso, é necessário partir da incompletude da linguagem e considerar a complexidade da organização coletiva dos saberes da oralidade ali dispostos no plano dos enunciados bem como a complexidade enunciativa que a forma oral, filiada ao discurso da escrita assume nas sociedades letradas. E que trazem traços, formas e enigmas pertinentes ao que ocorre com esse tipo de sociedade, que não pode deixar de lado a pluralidade de recursos da oralidade, sendo que devem ser estudados discursivamente;
- iv- A investigação da autoria e de sua contradição com a escrita deve se apoiar na possibilidade de pôr em relação os sentidos “já dados” pelos vários discursos (pedagógico, científico, jornalístico, midiático, totalitário, médico, etc.) atentando-se para o fato de que não deve tomá-los como fontes do sentido, mas no âmbito das formas políticas de co-dominância e de dominação que não deixam de abrir possibilidades para a marcação de fronteiras que valorizem as produções orais e os modos de organização da oralidade;

Sobre essa relação é possível afirmar que não há, portanto, uma única conclusão, pronta e acabada, a respeito das formas da autoria relacionadas ao mito e às práticas letradas; mesmo porque as questões levantadas inicialmente foram retomadas por dispositivos (teórico e analítico) e não por meio de hipóteses a serem verificadas.

Com essas considerações finais, portanto, pretendi resgatar pontos principais de uma discussão que não se esgota, uma vez que deve penetrar e serem relidos no âmbito das formas cotidianas da linguagem.

Mesmo assim, há indicações de caminhos investigativos a serem levados adiante por meio de outras pesquisas, que considerem a dimensão ética do tratamento da alteridade entre oralidade e escrita que deve acompanhar qualquer trabalho (teórico e prático) com as práticas letradas; dimensão ética no sentido de uma incorporação constante do político na linguagem.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. Édipo e a Esfinge. IN.: AGAMBEN, G. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura Ocidental*. Belo Horizonte/MG: Ed. da UFMG. 2007.
- ALMEIDA, MI; QUEIROZ, S. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica; UFMG. 2004.
- ALLOUCH, J. **Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar**. Rio de Janeiro/RJ: Cia. de Freud. 1995.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo/SP: Presença/Martins Fontes. 1980.
- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud: uma introdução crítica-histórica**. RJ: Graal. 1985. 47-93.
- AMOSSY, R; HERSCHBERG-PIERROT, A. **Stéréotypes et clichés: langue, discours, société**. Paris: Armand Colin. 2005.
- ANDRADE, C. D. Tiradentes (com muita honra). In.: ANDRADDE, C.D. **Poesia completa: conforme as disposições do autor**. Vol. I. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Aguilar. 2001. p.756.
- ASSOLINI, F.E.P. **Interpretação e letramento: os pilares de sustentação da autoria**. 2003. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP. Ribeirão Preto-SP.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. A escrita. In.: AUROUX, S. **A Filosofia da Linguagem**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1998. 63-96.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: elements pour une approche de l' Autre dans le discours. **DRLAV**. Paris, no.26, 91-151, 1982.
- _____ Dialogisme et vulgarisation scientifique. **DISCOSS** 1-1985, P. 117-122.
- _____ Méta-énonciation et (dé)figement : le préfabriqué et l'imprévu du dire, in **Cahiers du Français Contemporain**, "La locution en discours", n° 2, décembre 1995, p. 17-39.
- _____ Palavras Incertas: as não coincidências do dizer. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1998.
- _____ Aux risques de l'allusion. In. : 2000.

_____. Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation: parcours dans la méta-énonciation. In.: ARRIVÉ, M.; NORMAND, C. **Linguistique et Psychanalyse**, Ed. In Press, (coll. Explorations Psychanalytiques), 2001, p. 91-108.

_____. Le fait autonymique : langage, langue, discours. Quelques repères. In. : AUTHIER-REVUZ, J.; DOURY, M.; REBOULT-TOURÉ, S. **Parler des mots: le fait autonymique en discours**. Paris : Presses Sorbonnes Nouvelles. 2003. 67-96.

AZEVEDO, A.V. **A metáfora paterna na Psicanálise e na Literatura**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: imprensa oficial do Estado. 2001.

AZEVEDO, A V. **Mito e Psicanálise**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 2004.

AZEVEDO, F. Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. 2ª.ed. **Obras Completas**. Vol. XI. São Paulo/SP: Melhoramentos. 1949. 65-140.

BAIRRÃO, J.F.M.H. **O Impossível Sujeito: implicações do inconsciente por Lacan**. 1996. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP. Campinas/SP.

BAKHTIN, M. Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica). In: BAKHTIN, M. **Freudism**, New York, Academic Press. Tradução do russo por I.R. Titunik. Tradução para português brasileiro C.A Faraco e C Tezza. (1926/1976).

_____. Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de Estética (a teoria do romance)**. São Paulo/SP: HUCITEC/UNESP, 1990, p. 263-397.

_____. **Que es le lenguaje?** Edición al cuidado de Guillermo Blanck. Editorial Almageto. 1998. 11-41.

BELINTANE, C. **Vozes da escrita em tempos de crianças e menestréis**. Estilos da Clínica (USP). 2008. (artigo aceito para publicação).

_____. Participação no Exame de Qualificação de Anderson de Carvalho Pereira, no âmbito do **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**. **Ribeirão Preto/SP. FFCLRP-USP**, nível: Doutorado, realizado em 10-2-2009.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BENVENISTE, E. Tendances récentes en Linguistique General. IN.: Meyerson, I. (org.) **La Psychologie du XXe. siècle**. Paris: PUF. 1954. 130-145.

BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos contos de fada**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra. 1980.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semantica: uma ciencia das significações**. SP: EDUC. Campinas/SP: Pontes. 1992.

BUENO, A.F.V. Do mito social ao mito individual do neurótico. IN.: COUTINHO JORGE, M.A.; RINALDI, D. (orgs.) **Saber, verdade e gozo: leituras de “O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan”**. Rio de Janeiro/RJ: Rios Ambiciosos. 2002. 107-123.

CALIGARIS, C. O que eu chamo de fantasma? In: CALIGARIS, C. **Hipótese sobre o fantasma na cura psicanalítica**. Trad. E. Valarini. Porto Alegre/RS: Artes médicas. 1986. p. 17-41.

CALVINO, I. As Odisséias na Odisséia. In.: CALVINO, I.. **Por que ler os clássicos**. São Paulo/SP: Cia. das Letras. 2000a. 17-25.

_____ O livro da natureza em Galileu. In.: CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo/SP: Cia. das Letras. 2000b. 89-95.

CÂNDIDO, A **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transferência dos seus meios de vida**. 8ª.ed. Editora 34. São Paulo/SP: 1997.

CARRARA, S. Loucos e Criminosos. In.: CARRARA, S. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário no começo do século**. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ; São Paulo/SP: EdUSP. 1998a. 61-126.

_____ Posfácio. In.: CARRARA, C. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário no começo do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP. 1998b. 201-221.

CARREIRA, A F. O discurso narrativo. In.: Carreira, A F. **Era uma vez três sereias: análise de narrativas de crianças de rua**. 1997. Dissertação de Mestrado: FFCLRP-USP. Ribeirão Preto - SP. 34-50.

_____ **Subjetividade e autoria: o sujeito como vacilo do eu?** 2000. Tese de Doutorado: FFCLRP-USP. Ribeirão Preto - SP.

_____ **Comunicação em reunião científica por ocasião dos debates sobre os resumos enviados ao V Congresso da ABRALIN**. Fevereiro de 2007.

CASCUDO, L.C. **Literatura oral no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: Ed. da USP. 1984.

_____ Aqui é onde a porca torce o rabo. In CASCUDO, L.C. **Locuções tradicionais no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: Ed. da USP. 1986. p.84.

_____ Prefácio. In: CASCUDO, L.C. **Contos Tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Ediouro. 2003a. p. 9-25.

_____. Seis aventuras de Pedro Malazarte. In: CASCUDO, L.C. **Contos Tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Ediouro. 2003b. 188-194.

CASSIRER, E. **Linguagem e mito**. São Paulo/SP: Perspectiva. 2000.

CAVIGNAC, J. Repenser le récit et l'oral. In : CAVIGNAC, J. **La littérature de colportage au Nord-est du Brésil : de l'histoire écrite au récit oral**. Paris : CNRS édition. 1997. 187-220.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília/DF. Ed. da UnB. 2ª. Ed. 1998.

_____. Do livro à leitura. In.: CHARTIER, R. (org.) **Práticas da leitura**. 2ª.ed. São Paulo/SP: Estação Liberdade. 2001. pp.77-105.

CHEMAMA, R. A prática da letra. In.: R. CHEMAMA. Elementos lacanianos para uma Psicanálise no cotidiano. Porto Alegre: CMC editora. 2002. 19-80.

CORACINI, M.J. Sujeito, identidade e arquivo – entre a impossibilidade e a necessidade de dizer (-se). In.: CORACINI, M.J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. p. 15-27.

CÔRREA, M.L.G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. Tese (Doutorado). 1997. IEL-UNICAMP. Campinas/SP.

COSTA, A. **Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência**. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará. 2001.

COURTINE, J-J. **Analyse du Discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)**. Langages, juin 1981 (62). 128p.

_____. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophies**, vol. IX, p.239-265, octobre, 1982.

_____. Déconstruction d'une langue de bois. In: **Corps et discours : éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives**. 1989, p.30-59, Présentation de dossier de Thèse d'État sur travaux. Universidade de Paris X-Nanterre.

COURTINE, J.J.; HAROCHE, C. O Homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. Tradução L.R.Romano. In: LANE, S.M.T.. **Sujeito e Texto**. EDU. São Paulo/SP: 1988. 37-60.

COUTINHO JORGE, M.A. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacanianiana dos quatro discursos. IN.: COUTINHO JORGE, M.A.; RINALDI, D. (orgs.) **Saber, verdade e gozo: leituras de "O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan"**. Rio de Janeiro/RJ: Rios Ambiciosos. 2002.17-32.

DECERTEAU, M. Um lugar comum: a linguagem ordinária. IN.: DECERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes. 6ª.ed. 2001a.59-74.

DECERTEAU, M. Culturas populares. IN.: DECERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes. 6ª.ed. 2001b.75-90.

DECERTEAU, M. A economia escriturística. IN.: DECERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes. 6ª.ed. 2001c. 221-246.

DECERTEAU, M. Ler: uma operação de caça. IN.: DECERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes. 6ª.ed. 2001d. 259-273.

DERRIDA, J. **L'écriture et la différence**. Paris : Éditions du Seuil 1967.

_____. **Gramatologia**. SP: Perspectiva. Ed. da USP. 1973. trad.de M.Schnaiderman e R. Ribeiro.

_____. **A Farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. SP: Iluminuras. 1991.

DÖR, J. A necessidade – o desejo- a demanda. In: DÖR, J. **Introdução à leitura de Lacan**. Porto Alegre/RS: Artes médicas. 1989. 139-147.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo: o campo do signo (vol.1)**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1993

_____. Barthes, Lacan, Foucault: o autor, a estrutura. In.: DOSSE, F.A. **A História à prova do tempo - da história em migalhas ao resgate do sentido**. Ed. da UNESP, 2001, 295-321.

DUBOIS, J. et all. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix. 2000.

DUBY, G. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (século VII a XII)**. 2ªed. tradução de Elisa Pinto Ferreira. Lisboa: Estampa. 1993.

DUCROT, O. Polifonia y argumentación. **Conferencias del seminario teoría de la argumentacion y analisis del discurso**. Universidad del Valle-Cali. 1988. 15-29.

DURANT, J-L. Memória grega. In. : ACHARD, P. (org.) **Papel da memória**. Campinas/SP : Pontes. 1999.

ELIADE, M. **Mito do eterno retorno**. São Paulo/SP: Mercuryo. 1992.

_____. **Tratado de História das religiões**. São Paulo/SP: Martins Fontes. 1993.

_____. **Mito e realidade**. São Paulo/SP: Perspectiva. 1994.

EVANGELISTA, W, J. Prefácio. In.: Althusser, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Rio de Janeiro/RJ: Graal. 2ª. Ed.1985. 2-43.

FICHANT, M. L'idée d'une histoire des sciences. In: FICHANT, M.; PÊCHEUX, M. (éds.), **Sur l'histoire des sciences**. Paris, Maspero : 1971. 49-139.

FINK, B. Os quatro discursos. IN.: FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 1998. 159-169.

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard: 1970.

_____. O sujeito e o poder. In.: DREYFUS, H.L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Trad. V. P. Carrero. RJ: Forense universitária. 1995. 231-249.

_____. O que é um autor? In.: MOTTA, M.B. (org.) **Estética: literatura e pintura, música e cinema/Michel Foucault**. Tradução Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro/RJ: Forense. 2006.

FREUD, S. La interpretación de los sueños. **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1900/1967a. p.231-584.

_____. Olvido de nombres propios. In.: Psicopatología de la vida cotidiana. **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva 1901/1967b. p. 629-632.

_____. El chiste y su relacion con lo inconsciente. **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1905/1967c. 825-939.

_____. El poeta y la fantasia. In.: **Delírios y sueños na Gradiva de Jensen**. Obras completas. Volumen II, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1908/1967d. 1057-1061.

_____. Introducción al narcisismo. In.: **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1914/1967e. 1083-1096.

_____. Historia de una neurosis infantil. In.: **Obras completas** Historiales clinicas. Volumen II, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva 1915/1915/1967f. 785-841.

_____. Lo inconsciente. In. **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1916/1967g. 1051-1068.

_____. Mas alla del principio de placer. In.: **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva. 1920/1967h.1097-1125.

_____. Psicologia de las Massas. In.: **Obras completas**. Volumen I, traducion por Luis Lopez-ballesteros y de Torres. Madrid biblioteca nueva.1921/1967i. 1127-1165.

_____. O homem dos ratos. In.: **Edição Standard brasileira das obras de S. FREUD**. Rio de Janeiro/RJ: Imago. Vol. X, 1909/1996a. 135-273.

_____. Totem e Tabu. In.: **Edição Standard brasileira das obras de S. FREUD.** RJ: Imago. Vol. XII, 1913/1996b. 13-162.

_____. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In.: **Edição Standard brasileira das obras de S. FREUD.** RJ: Imago. Vol. XII 1996c. 21-89.

_____. Moisés e o monoteísmo. **Edição Standard brasileira das obras de S. FREUD.** RJ: Imago. Vol. XIII. 1996d .13-150.

FURLANETTO, M. M. Autoria: a recusa do impossível? In.: **Linguagem em (Dis) Curso**, Tubarão (SC), v. 1, n. 2, p. 9-49, 2001.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47ª.ed. São Paulo/SP: Global. 2003.

FURTADO, T.H. **As lacunas do sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da revista Veja.** Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras. UFRGS. 2000.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível – o discurso na história da Linguística.** Campinas/SP: Pontes. 2004.

GALLO, S.L. **Texto: como apr(e)ender esta matéria?** Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP. Campinas/SP, 1994.

_____. **Discurso da escrita e ensino.** Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1995.

_____. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In.: Tasso, I. (org.) **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidade e memória.** São Carlos: editora Claraluz, 2008, p.205-214.

_____. Participação no Exame de Qualificação de Anderson de Carvalho Pereira, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Ribeirão Preto/SP. FFCLRP-USP, nível: Doutorado, realizado em 10-2-2009.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder.** Martins Fontes ed., 1987.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História.** São Paulo/SP: Cia. Das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes.** São Paulo/ SP: Cia. das letras. 1987.

_____. **Os andarilhos do bem.** São Paulo/SP: Cia das letras. 1988.

_____. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo/SP: Cia. das Letras. 2001.

GOODY, J. **A lógica da escrita a organização da sociedade**. Lisboa: Edições 70. 1986.

GRAFF, H. J. The legacies of literacy: continuities and contradictions in western society and culture. In.: CASTELL, S.; LUKE, A.; EGAN, K. **Literacy, society and schooling: a reader**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. 61-85.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D; ROBIN, R. **Discours et archive**. Liège : Pierre Mardaga éditeur. 1994.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.P. O conhecimento sobre a linguagem. In.: NUNES, J.H.; PFEIFFER, C.C. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem – linguagem, história e conhecimento**. Campinas/SP: Pontes. 2006. p. 141-157.

HAROCHE, C. “Da anulação à emergência do sujeito: os paradoxos da literalidade no discurso (elementos para uma história do individualismo)”. Tradução de A N de Freitas. In: LANE, S.M.T. **Sujeito e Texto**. EDU. São Paulo/SP: 1988, 61-86.

_____ **Fazer Dizer, querer dizer**. Editora Hucitec. São Paulo/SP: 1992.

_____ O comportamento de deferência: do cortesão à personalidade democrática. Tradução de J A. Seixas. In.: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.42, p.115-139, 2005, ed. da UFPR.

HAVELOCK, E. **La musa impala a iscrevere: riflessioni sull’oralità e l’alfabetismo dall’antichità al giorno d’oggi**. Traduzione di Mario Carpitella. Editori Laterza. 1986. 81-122.

_____ **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. São Paulo/SP: Editora da UNESP. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra. 1996a.

HAVELOCK, E. **Prefácio a Platão**. Trad. E. A. Dobránsky. Campinas/SP: Papyrus, 1996b.

HELLER, A. **O homem do Renascimento**. Trad. de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: editora Presença. 1982.

HELSLOOT, N. ; HAK, T. La contribution de Michel Pêcheux à l’Analyse de Discours. **Langage et société**. (91) 5-33. mar 2000.

HENRY, P. Sentido, sujeito, origem. In.: ORLANDI, E.P. (org.). **Discurso Fundador**. 2ª.ed. Campinas/SP: Pontes. 2001. 151-162.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes d’analyse de contenu. In.: **Langages**, sept., v. II, 1968, p. 36-59.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas/SP, 1: 63-89. 1995.

HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização no Brasil**. São Paulo/SP: Brasiliense; Publifolha. 2000.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de A . P. Carvalho. São Paulo/SP: Nova Cultural. 2002.

INDURSKY, F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. IN.: BARONAS, R.L. (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro & João editores. 2007. p. 75-87.

JAPIASSU, H. **As paixões da ciência**. São Paulo/SP: Letras e letras. 1999.

JOHNSON, C. **Derrida: A cena da escritura**. SP.: Ed. da UNESP. 2001.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In.: Jilm, J. (ed.) **Essays on the verbal and visual arts**. University of Washington Press, Washington.1967, p. 12-44.

LACAN, J. **O Real, o Simbólico e o Imaginário**. Discurso pronunciado em julho de 1953 na fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise. (mimeo).

_____ Le mythe individuel du nevrosé ou poésie et vérité dans la névrose. **Ornicar?**, no. 17-18, Paris: Seuil, p. 290-307, 1953/1978.

_____ **O Seminário de Jacques Lacan - Livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar editor, 1ª.ed., 1955-1956/1985a.

_____ **O Seminário de Jacques Lacan - Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar editor, 1ª.ed., 1954-1955/1985b.

_____ **O Seminário de Jacques Lacan - Livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar editor, 3ª.ed., 1953-1954/1986.

_____ Para além do complexo de Édipo. In.: **O Seminário de Jacques Lacan - livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro/ RJ: Jorge Zahar editor, 1ª.ed.1969-1970/1992.

_____ O seminário sobre “A carta roubada”. In. : _____ **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 1966/1998a. p.1-60.

_____ A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In. : LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar editor. 1966/1998b. 496-536.

_____ Função e campo da fala e da linguagem. In.: _____ **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 1966/1998c. p. 238-324.

_____ Subversão do sujeito e dialética do desejo. In.: _____ **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 1966/1998d. p. 807-842.

_____ Rumo a um significante novo. In.: **Opção lacaniana**, no.22, 1977/agosto de 1998e.pp 06-15.

_____ A coisa freudiana. In.: **Escritos**. RJ: Zahar editora. 1998e. 402-437.

_____ O estádio do espelho como formador da função do eu. IN.: _____ **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar. 1998f. 96-103.

_____ **O Seminário de Jacques Lacan - livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar editor, 3ª.ed., 1957-1958/1999.

_____ O engano do sujeito suposto saber. In.: LACAN, J. **Outros Escritos**. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar. 2003a. 329-340.

_____ Radiofonia. In.: LACAN, J. **Outros Escritos**. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar. [1970]2003b. 400-447.

LA FONTAINE, J. A cigarra e a formiga. In.: LA FONTAINE, J. **Fábulas: antologia**. Trad. Vários autores. São Paulo/SP: Martin Claret. 2006. 43-44.

LAURENT, E. **Lacan y los discursos**. Buenos Aires: Manantial. 1992.

LEITE, N. **Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura**. RJ: Campo matêmico. 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. A eficácia simbólica. In.: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Vol. I. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro. 1970a. 204-225.

_____ Estrutura dos mitos. LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Vol. I. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro. 1970a. 225-253.

_____ **Mito e significado**. Lisboa: edições 70. 1978.

_____ Mito e olvido. In.: KRISTEVA, J.; MILNER, J.C.; RUWET, N. (orgs.). **Língua, Discurso e Sociedade**. São Paulo/SP: Global. 1983, p.145-151.

_____ A ciência do concreto. In.: Lévi-Strauss, C. **O pensamento selvagem**. Campinas/SP: Papirus. 2004. 15-49.

LIMA, L.C. Pressupostos do pensamento estruturalista. In.: NEVES, L.F.B. (org.). **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 1971. 57-105.

LOBATO, M. O Sargento Verde. In.: LOBATO, M. **Histórias de Tia Anastácia**. Obras completas de Monteiro Lobato. São Paulo/SP: Ed. Brasiliense. 2ª. ed. 1952. Vol. II. 15-23.

LOPES, A. C. M. Provérbios: o “eterno retorno”. In.: **Compilação das Comunicações apresentadas no Colóquio “Literatura Popular Portuguesa. Teoria da Literatura Oral Popular**. 26 a 28/11/1987. Acarte/ Fundação Calouste Gulbenkian. 1992. 269-280.

LOPES, E. Funções dialógicas da linguagem. In.: LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo/SP: Cultrix. 2000. 59-66.

LUKÁCS, G. Les formes de la grande littérature épique dans ses relations avec l'ensemble de la civilisation selon qu'elle constitue un tout achevé et clos ou qu'elle est problématique. In: LUKÁCS, G. **La théorie du roman**. Éditions Gonthier. 1963. 21-78.

MAINGUENEAU, D. L'archive. In.: MAINGUENEAU, D. **L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive**. Paris: Hachette Supérieur, 1991. 9-28.

MAJOR, R.; TALAGRAND, C. **Freud**. Porto Alegre: LP&M. 2007.

MALDIDIER, D. **(Re)ler Michel Pêcheux hoje ?** Campinas/SP: Pontes, 2003.

MARANDIN, J.M. Sintaxe e discurso: do ponto de vista da AD. In.: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de Leitura: da História no discurso**. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP. 1997, p.119-145.

MARIANI, B.S.C. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. RJ: Revan, Campinas/SP: Ed da UNICAMP. 1998.

MARIANI, B.S.C. **Participação na mesa redonda V, realizada no X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP-USP**. 2007.

MAZIÈRE, F. **L'Analyse du Discours: Histoire et pratiques**. Paris : PUF. 2005 (coleção « Que sais-je ? »).

MAZZOLENI, G. **O planeta cultural: para uma Antropologia Histórica**. São Paulo/SP: Ed. da USP. 1992.

MENDES, M.B.T. **Em busca dos contos perdidos: o significado do feminino nos contos de Perrault**. SP: Ed. da UNESP/imprensa oficial. 2000.

MEYER, M. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo/SP: Ed. da USP 2001.

MEZAN, R. A árvore da Psicanálise. In.: MEZAN, R. **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo/SP: Perspectiva. 2003. 151-250.

MILLER, J-A. **Sintoma e fantasma**. Conferência promovida pela Biblioteca Freudiana Brasileira, 1983, texto estabalecido por Jorge F. Forbes sem revisão do autor, 15-36.

MILNER, J. **Os Nomes indistintos**. RJ: Companhia de Freud. 2006.

NUNES, J.H. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil Colonial**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1994.

OLIVEIRA, M.L. O assujeitamento no discurso proverbial. **D.E.L.T.A.**, vol. 12, no. 2, 1996 (207-220).

- ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas/SP: Pontes. 1987.
- _____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In.: CASTRO, M.F.P. (org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP, 1996, p. 209-219.
- _____. Discurso e texto. In.: ORLANDI, E.P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2001a. 52-62.
- _____. Dispositivos da interpretação. In.: ORLANDI, E.P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2001b. 79-99.
- _____. Vão surgindo sentidos. In.: ORLANDI, E.P. (org.). **Discurso Fundador**. 2ª.ed. Campinas/SP: Pontes. 2001c. 7-21.
- ORLANDI, E.P. ; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In.: ORLANDI, E.P. et al. **Sujeito e Texto**, série cadernos PUC. São Paulo: EDUC, 1988, pp. 17-36.
- ORLANDI, E.P. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In.: ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura**. São Paulo/SP: Cortez. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1993. 101-118.
- PACÍFICO, S. M.R. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. Tese de Doutorado, 2002, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP.
- PANTONI, R.V. **Letramento e Ideologia: relações entre práticas letradas e o processo de construção da subjetividade**. Dissertação de Mestrado, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP, 2002.
- PARRET, H. La pragmatique des modalités. In: **Révue Langages**. (43): 1976, 47-61.
- PAVEAU, M.-A. Mémoire et distribution. Des concepts pour l'Analyse du Discours. **Actes du Colloque CIL 2005 – Le sens, c'est de la dynamique ! Presses universitaires de l' Université de Montpellier III**.
- _____. **Les prédiscours : sens, mémoire, cognition**. Paris : Sorbonne Nouvelle, 2006.
- _____. **Discours et matérialisme. Quelques points d'articulation entre la pensée althussérienne et l'analyse du discours dite "française" »**. Groupe de Recherches Matérialiste, <http://www.europhilosophie.eu>, 2007.
- _____. Le toponyme, désignateur souple et organisateur mémoriel. L'exemple du nom de bataille, Boyer H., Paveau M.-A. (dir.), **Mots. Les langages du politique**, 2008, 86, p. 23-35.
- _____. Interdiscours et intertexte. Généalogie scientifique d'une paire de faux jumeaux, paru dans **Linguistique et littérature** : Cluny, 40 ans après, Université de Franche-Comté, 29-31 octobre. 2009a.

_____ L'insu de lalangue est-il enseignable? **Le français d'aujourd'hui**, 166, 2009b, p. 105-116.

_____ Reuniões de trabalho realizadas no âmbito do CENEL (Centre d'études des nouveaux espaces littéraires), Universidade de Paris 13, *campus Villetaneuse*.

PÊCHEUX, M. Idéologie et histoire des sciences. In: FICHANT, M. ; PÊCHEUX, M. (éds.), **Sur l'histoire des sciences**. Paris, Maspero : 1971a. 13-47.

_____ L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison. In: Bernard Conein, *et alii*, eds., **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille. 1981: 143-148.

_____ Sur la (dé)construction des théories linguistiques, **DRLAV**. 1982, (27) : 1-24.

_____ La sémantique et la coupure saussurienne. In.: MALDIDIER, D. (org.) **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres. 1990a. 133-153.

_____ Delimitações, inversões, deslocamentos. In.: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, (19): 7-24, jul/dez, 1990b.

_____ **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas/SP: UNICAMP, 1993.

_____ O Mecanismo do (des) conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (org.) **Um Mapa da ideologia**. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto, 1996, p. 143-152.

_____ **Discurso: Estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 1997a.

_____ Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de Leitura: da História no discurso**. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP.1997b, p. 55-67.

_____ A Análise de Discurso: três épocas. In.: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3^a.ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1997c, p.311-318.

_____ Papel da memória. In. : ACHARD, P. (org.) **Papel da memória**. Campinas/SP : Pontes. 1999.

PÊCHEUX, M.; BALIBAR, E. Définitions. In: FICHANT, M ; PÊCHEUX, M., (Éds). **Sur l'histoire des sciences**. Paris, Maspero: 1971. 8-12.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In.: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3^a.ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP. 1997, p. 163-252.

PEREIRA, AC. **Letramento, heterogeneidade e alteridade: análise de narrativas orais produzidas por uma mulher não-alfabetizada**, 2002, Monografia de Bacharelado, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP.

PEREIRA, A C. **Letramento, esquecimento e alteridade: o processo de reificação da escrita**. 2005. Dissertação de Mestrado, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP.

PEREIRA, A.C; TFOUNI, L.V. **O discurso do cotidiano: formas alternativas de lidar com a ausência da escolarização**. Trabalho apresentado no “II Congresso Internacional Diálogos sobre diálogos”, março de 2008, Niterói-RJ.

PERRAULT, C. Peau d’Âne. In.: PERRAULT, C. **Contes**. Paris: Gallimard. 1999. 29-51.

PERRONI, M. C. **Desenvolvimento do discurso narrativo**. São Paulo/SP: Martins Fontes. 1992.

PESSOA, F. **Mensagem**. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira. 1981.

PFEIFFER, C.C. **Que autor é este?** 1995. Dissertação de Mestrado, IEL-UNICAMP, Campinas/SP.

POMMIER, G. Sacralité de l’Écriture. In. : POMMIER, G. **Naissance et Renaissance de l’Écriture**. Paris : P.U.F. 1993.

POSADA, M.C. (org.). Sopa de Pedras. In. : **Contos populares para crianças da América Latina**. São Paulo/SP: Ática. 1984. 7-15.

QUINET, A. As 4+1 condições da análise. Cia. de Freud ed. 2000.

ROMERO, S. Uma das de Pedro Malas-artes. In.: **Contos populares do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: José Olympio editora. 1954. 49-54.

ROSIER, L. Métalangage et discours rapporté : l’approche de Jacqueline Authier. IN. : ROSIER, L. **Le discours rapporté. Histoire, théories, pratiques**. Paris, Bruxelles : Champs Linguistiques. 1999. 108-115.

SAFOUAN, M. **O inconsciente e seu escriba**. Campinas/SP: Papirus. 1987.

SCHOLES, R.; KELLOGG, R. **A natureza da narrativa**. São Paulo/SP: McGrall Hill. 1977.

SERRANI, S.M. Um método para estudar a discursividade na abordagem de questões socioculturais. In.: SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas/SP: ed. da UNICAMP. 1997. 53-71.

SITRI, F. **L’objet du débat. La construction des objets de discours dans des situations argumentatives orales**. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle. 2003.

SOUZA, A. **Os discursos na Psicanálise**. Rio de Janeiro/RJ: Cia. de Freud. 2003.

THOMAS, R. **Letramento e oralidade na Grécia Antiga**. [tradução Raul Fiker]. São Paulo/SP: Odysseus editora, 2005.

TFOUNI, F.E.V. **O interdito como fundador do discurso**. 1998. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP. Campinas/SP.

TFOUNI, L. V. **Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas/SP: Pontes. 1988.

_____ O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. **DELTA**, v. 8, n.2, SCT/PR, p.205-223, 1992a.

_____ **Letramento e Analfabetismo**. Tese de Livre Docência, 1992b, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP.

_____ **Narrativas populares de uma mulher não-alfabetizada**. Manuscrito não publicado. 1992c.

TFOUNI, L.V. A escrita – remédio ou veneno? In.: AZEVEDO, M.A.; MARQUES, M.L. (org.) **Alfabetização Hoje**. São Paulo/SP: Cortez. 1994, p.51-69.

_____ A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In.: SIGNORINI, I. (org.). Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas/SP: Mercado de Letras (col. Idéias sobre linguagem), 2001, p.77-97.

_____ **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez. 2004.

_____ Letramento e autoria: uma proposta para contornar a dicotomia oral e escrita. In: **Revista da ANPOLL**, nº 18, 127-141. Campinas, SP. 2005.

TFOUNI, L.V.; MELO, R.C.M. **Do filho pródigo ao herói ladrão: a carnavalização em uma narrativa oral produzida por uma mulher brasileira não-alfabetizada**. Itinerários, 17/18, 2001, p. 267-281.

TFOUNI, L V; MORAES, J. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo **Psicol. USP**;14(1):65-84, 2003.

TFOUNI, L.V.; PANTONI, R.V. Sobre a ideologia e o efeito de evidência na teoria da Análise do Discurso francesa. **Trabalho apresentado no Coloquio sobre la obra de Carlos Marx, Cuba**. 2005. (mimeo).

TRANCOSO, G.F. Histórias de Trancoso/Gonçalo Fernandes. Seleção Majela Colares. Rio de Janeiro/RJ: Calibán. 2008.

WAQUET, F. L'historien, l'oralité et le savoir. IN. : WAQUET, F. **Parler comme un livre. l' oralité et le savoir. (XVI-XX siècles)**. Paris : Albin Michel. 21-69.

WHITE, H. O valor da narratividade na representação da realidade. **Cadernos de Letras**, UFF, v. 3, 1991, p. 5-33.

_____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**: São Paulo/SP: EdUSP. 2001.

WOODCOCK, G. A ditadura do relógio (a rejeição da política). In: **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre/RS: L&PM. 1981. 288-291.